

ORGANIZADORES

Horacio Capel
Floriano Godinho de Oliveira
Eveline Algebaile
Miriam Zaar
Regina Tunes
Thiago Rodrigues

A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo: um balanço crítico

VOLUME 2

LETRACAPITAL

*Horacio Capel, Floriano Godinho de Oliveira,
Eveline Algebaile, Miriam Zaar,
Regina Tunes e Thiago Rodrigues*
ORGANIZADORES

A geografia ibero-americana no contexto
contemporâneo: um balanço crítico

LETRACAPITAL

Copyright © Horacio Capel, Floriano Godinho de Oliveira,
Eveline Algebaile, Miriam Zaar, Regina Tunes e Thiago Rodrigues (Orgs.), 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais
forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto
REVISÃO Dos autores
CAPA Thiago Rodrigues
PROJETO GRÁFICO/EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

G298

A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo [livro eletrônico] : um balanço crítico / organizado por Horacio Capel, Floriano Godinho de Oliveira, Eveline Algebaile, Miriam Zaar, Regina Tunes e Thiago Rodrigues. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.

19 Mb ; ePDF (Vol. 2)

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-65-5252-086-9 (recurso eletrônico)

1. Ciências sociais 2. Geografia 3. Península ibérica (Espanha e Portugal) I. Capel, Horacio II. de Oliveira, Floriano Godinho III. Algebaile, Eveline IV. Zaar, Miriam V. Tunes, Regina VI. Thiago Rodrigues VII. Série

CDD 914.6

24-5761

CDU 911.3

Angélica Ilacqua – Bibliotecária - CRB-8/7057

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Sumário

Apresentação 10

A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo:
balanço crítico e desafios

*Horacio Capel, Floriano Godinho de Oliveira, Eveline Algebaile,
Miriam Zaar, Regina Tunes e Thiago Rodrigues*

Seção 1 - A ação humana e a mudança climática22

Coordenadores *Wagner Ribeiro, Marcos Bernardino de Carvalho*

CAPÍTULO 1 - A divisão social e territorial do trabalho,
produção de energia renovável e combate às mudanças
climáticas: o caso do Brasil.....23

Mariana Traldi

CAPÍTULO 2 - Bem-viver, saúde única e mudanças
climáticas43

Alessandro de Oliveira dos Santos

CAPÍTULO 3 - Pensamento decolonial e mudanças
climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no
antropo(capitalo)ceno55

Thiago Pires Oliveira, Marcos Bernardino de Carvalho

Seção 2 - Capitalismo digital, modelos de desenvolvimento e território: desafios conceituais, metodológicos e de planejamento territorial87

Coordenadores *Pablo Ciccolella, Maria Pontes*

CAPÍTULO 4 - Capitalismo de plataforma e as redes
sociais das santas: implicações no/do turismo religioso88

Magno Angelo Kelmer, Carlos Eduardo Santos Maia

CAPÍTULO 5 - A difusão do comércio eletrônico no
território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições...122

Igor Venceslau

CAPÍTULO 6 - Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal.....	142	
<i>German Gregório Monterrosa Ayala Filho</i>		
Seção 3 - Espaços Vividos, Espaços Sentidos:		
Afetos, Atmosferas e Práticas Artísticas	173	
Coordenadores <i>Quim Bonastra, Jeffer Chaparro</i>		
CAPÍTULO 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias	174	
<i>Carolina Mesquita Clasen</i>		
CAPÍTULO 8 - Espacialidades de pertencimento e existência de um ‘outro’ carnaval na metrópole fluminense...201		
<i>Monique Bezerra da Silva</i>		
CAPÍTULO 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade.....	228	
<i>Lilian Aparecida de Souza</i>		
CAPÍTULO 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano	248	
<i>Jesica Wendy Beltrán Chasqui, Christian Dennys Monteiro de Oliveira</i>		
CAPÍTULO 11 - Tramando redes de afetos	269	
<i>Jorge Bassani</i>		
Seção 4 - O espaço urbano. A economia política do espaço, da cidade e da urbanização		291
Coordenadores <i>Ana Fani Alessandri Carlos, Arlete Moysés Rodrigues, Núria Benach Rovira</i>		
CAPÍTULO 12 - Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ	292	
<i>Oséias Teixeira da Silva</i>		

**CAPÍTULO 13 - Entre a reprodução da vida e da morte:
refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento ..319**
Victor Santos Oliveira, Daniel Manzione Giavarotti

**Seção 5 - Transformações e permanências em
especialidades centrais das cidades: entre processos
de gentrificação e lutas de movimentos sociais343**
Coordenadores ***Jorge Luiz Barbosa, Álvaro Ferreira,
José Borzacchiello***

**CAPÍTULO 14 - Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve
discussão sobre os espaços apropriados para a
mobilização social.....344**
***Dayana Aparecida Marques de Oliveira Ana Paula Oliveira do Ó,
Paloma do Padro Santiago***

**CAPÍTULO 15 - Tecnologias da interdição: o programa
Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”365**
Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo

**CAPÍTULO 16 - Cidade e gênero: uma breve discussão
sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço
urbano.....400**
Jacqueline Leal da Silva, Dayana Aparecida Marques de Oliveira

**CAPÍTULO 17 - Geografia e sua caixa de ferramentas:
uma possibilidade nos estudos dos movimentos
sociais acionando o conceito de território422**
Rosilaine Souza de Araújo da Silva

**CAPÍTULO 18 - Configuração da atividade comercial
nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/
Mato Grosso439**
Maria Claudenir Lima Pavan

Seção 6 - Fragmentação socioespacial e a urbanização contemporânea..... 458

Coordenadores *Eliseu Sposito, Maria Encarnação Beltrão Sposito*

CAPÍTULO 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense..... 459

Kaio Duarte Vieira, Alexandre Queiroz Pereira

CAPÍTULO 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital.....486

Otoniel Fernandes da Silva Júnior

CAPÍTULO 21 - A informalidade urbana como um modo de produção do espaço: uma história das práticas informais do Estado nas favelas cariocas..... 511

Rafael Gonçalves de Almeida, Matheus da Silveira Grandi, Marianna Fernandes Moreira

CAPÍTULO 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade.....548

Roberto Barreto Alvarez

Seção 7 - Indústria-mundo: as novas geografias dos sistemas produtivos 577

Coordenadores *Sandra Lencioni, Edilson Pereira Júnior*

CAPÍTULO 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio..... 578

Mirlei Fachini Vicente Pereira

CAPÍTULO 24 - Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil.....606

Flávio Lima

Seção 8 - Vistas geocríticas da cidade e da paisagem.....639

Coordenadores *Doralice Sátyro, Pere Sunyer, Eulalia Ribera Carbó,*
José Maria Luis Mora

CAPÍTULO 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA: A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina.....640
Ana Cláudia do Carmo Cedraz, Noeli Pertile

CAPÍTULO 26 - Entre secas, entre cercas: o território cearense rumo aos trilhos do Capital (1846-1876).....658
Igor Carlos Feitosa Alencar

CAPÍTULO 27 - Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro676
Marcello Tomé

CAPÍTULO 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023695
Flávio Henrique Gomes Contarin, Marcos Antônio Silvestre Gomes, Marcos Vinicius da Silva Ferreira

CAPÍTULO 29 - A revolta de Viçosa: poder local e formação das circunscrições administrativas.....728
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

CAPÍTULO 30 - Pensamiento crítico en torno a las dinámicas urbanas y territoriales753
Maricarmen Tapia-Gómez, Jerónimo Bouza Vila

APRESENTAÇÃO

A geografia ibero-americana no contexto contemporâneo: balanço crítico e desafios

*Horacio Capel, Floriano Godinho de Oliveira,
Eveline Algebaile, Miriam Zaar,
Regina Tunes e Thiago Rodrigues*

O Grupo Internacional Geocrítica foi criado na Universidade de Barcelona, nos anos 1990, e se constitui como um dos maiores fóruns de discussão sobre a produção científica no campo da geografia humana e demais ciências sociais, instituindo um debate de amplo espectro e absorvendo em seu interior múltiplas correntes de pensamento crítico, de várias matrizes do pensamento sociológico e geográfico, marxista e não marxista. Sua especificidade maior foi a reunião de pesquisadores da língua latina ibero-americanos, especialmente o castelhano e o português, ainda que frequentemente com a presença de geógrafos franceses e italianos.

O grupo se estrutura sobre a experiência de organização *Geo Critica Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, em 1976, coordenada pelo Professor Horacio Capel, que publicou mais de cem números entre os anos de 1976 a 1994, oferecendo grande contribuição aos cientistas sociais sobre o pensamento geográfico e com temas como o ensino de geografia, geografia urbana, geografia histórica e cultural, e geografia econômica. Originalmente, toda a concepção que orientava o trabalho de organização do grupo e da revista por Horacio Capel foi a de oferecer uma abordagem “crítica de las concepciones teóricas dominantes en la geografía, la utilización de la ciencia geográfica como herramienta crítica frente a la realidad social y el desarrollo de ‘otra’ geografía fruto de la creación colectiva y de la discusión rigurosa”.

Seguindo a tendência das novas formas de comunicação instituídas pela internet, Horacio Capel orientou a criação do Portal

Geocrítica, em 1996, ampliando significativamente o alcance das publicações e da ação do grupo. A Revista Geo Crítica deu lugar à novas publicações, como as revistas *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* (março de 1997), *Biblio 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* (novembro de 1996) e *Ar@cne - Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales* (1997).

A partir dos trabalhos publicados nas revistas e da atuação da numerosa equipe de investigadores que se dedicavam ao Portal, foi organizado, em 1999, o I Colóquio Internacional de Geocrítica. Os Colóquios Internacionais de Geocrítica, dirigidos e organizados pelo Professor Horacio Capel, foram/são um momento de encontro presencial dos membros do Grupo Internacional Geocrítica e, desde sua primeira edição, reúne investigadores europeus e latino-americanos para o debate de temas emergentes e de interesse do pensamento crítico.

Inicialmente, o evento foi realizado anualmente, tornando-se bianual a partir de 2008, intercalando-se com o Simpósio Internacional de História da Eletrificação, também organizado em escala ibero-americana, a partir de 2012. As edições do Colóquio Internacional de Geocrítica ocorreram em Barcelona (1999 a 2004), Santiago do Chile (2005), Cidade do México (2006), Porto Alegre, Brasil (2007), Barcelona (2008), Buenos Aires, Argentina (2010), Bogotá, Colômbia (2012), Barcelona (2014, 2016 e 2018), e estava sendo organizado para ocorrer também em São Paulo, em 2020, mas foi cancelado devido à pandemia da Covid-19. Em todos os eventos realizados, os trabalhos foram divulgados por meio de publicações de atas, livros eletrônicos e dossiês na Revista *Scripta Nova*. Os Simpósios Internacionais de História da Eletrificação ocorreram em Barcelona (2012 e 2017), São Paulo, Brasil (2013), Cidade do México (2015) e em Évora, Portugal (2019), em que os trabalhos foram publicados em forma de atas e livros eletrônicos.

Os intercâmbios possibilitados pelos Colóquios têm fortalecido os vínculos internacionais entre as Universidades e os pes-

Apresentação

quisadores envolvidos na sua organização, realização e difusão, possibilitando aprofundar temas debatidos, organizar investigações interinstitucionais, promover projetos editoriais e organizar redes de pesquisa com grande impacto no desenvolvimento de investigações e de formação acadêmica. A participação de Horacio Capel como coordenador internacional, junto a outros membros do Grupo Geocrítica, no projeto do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ no âmbito do Programa de Internacionalização Capes-Print, bem como o fortalecimento da Rede Latino Americana Espaço e Economia (ReLAEE), são exemplos expressivos dos resultados dessa sólida interlocução. A articulação entre o PPFH e os departamentos e institutos de Geografia da UERJ e da UB permitiram a decisão do Grupo Geocrítica de que a UERJ sediaria pela primeira vez uma edição do Colóquio Internacional de Geocrítica.

A XVII edição do Colóquio recuperou a trajetória de organização dos eventos, interrompida em 2018, e teve como objetivo reestabelecer elos acadêmicos e promover o reencontro dos membros do Grupo Geocrítica Internacional. Mais uma vez o Colóquio se constituiu em um espaço de reflexões centradas na análise da realidade, de caráter multidisciplinar e com significativa relevância para a área de Ciências Humanas e Sociais, propondo-se a: contribuir para a formação de graduandos, pós-graduandos e professores ibero-americanos; promover a socialização de pesquisas, da iniciação científica à pós-graduação; proporcionar o debate das políticas públicas em suas implicações territoriais, aproximando universidade, sociedade civil e poder público; aprofundar os vínculos entre os pesquisadores brasileiros, ibéricos e latino-americanos; fortalecer o Grupo Geocrítica Internacional, com a colaboração de geógrafos e cientistas sociais da comunidade ibero-americana.

Com esse propósito, o XVII Colóquio reuniu um grande número de pesquisadores ibero-americanos, o que, em si, significa uma importante contribuição à produção científica no campo da Geo-

grafia e Ciências afins, em sua perspectiva crítica, considerando-se a oportunidade de interlocução nacional e internacional orientada para o aprofundamento de temas importantes para a produção do conhecimento.

Face à circunstância especial de retomada da realização dos encontros, a XVII edição do Colóquio teve algumas modificações importantes. Historicamente, todas as mesas de debate eram compostas por apresentações de trabalhos selecionados a partir da submissão de propostas. A seleção dos textos ficava a cargo do Comitê Científico do Colóquio, presidido pelo Professor Horacio Capel. Desta vez, as mesas foram compostas por membros do Grupo Geocrítica, por pesquisadores convidados e por autores de trabalhos selecionados.

Foram delineadas 13 mesas redondas e uma mesa de abertura. Na mesa de abertura, na qual tradicionalmente o Professor Capel fazia a conferência magna, optou-se pela realização de palestras proferidas por quatro fundadores do Grupo Geocrítica, que nele atuaram de forma central nos últimos 25 anos: a Professora Miriam Zaar e os Professores Pedro Fraile, José Omar Moncada e Jerónimo Bouza.

As mesas tiveram o objetivo de debater temas de destaque em colóquios anteriores e temas emergentes que estavam sendo trabalhados pelos membros do Grupo no contexto ibero-americano, resultando na seguinte organização temática:

1. Redes técnicas, indústria e território, visando debater as implicações territoriais da expansão e implantação de redes técnicas em territórios, ampliando as condições de circulação do capital nas escalas local e global. Esse debate envolve as redes de transportes, energias, telecomunicações, portuárias, de água e de esgotamento sanitário, dentre outras, considerando-se seus nexos com as atividades produtivas e suas implicações territoriais.
2. O ensino de geografia e a necessária complementaridade entre a pesquisa acadêmica e a inovação escolar, uma proposta com

Apresentação

vistas a debater a formação docente e o ensino de geografia no contexto ibero-americano, destacando-se a relação que existe entre os problemas da vida cotidiana e os conteúdos escolares, bem como o desenvolvimento de metodologias que estudem problemas sociais relevantes para mostrar a utilidade do saber geográfico escolar.

3. Migrações e precarização do trabalho, buscando debater questões que envolvam precarização das condições de vida, assim como estratégias coletivas desenvolvidas como enfrentamento às múltiplas precarizações, expulsões e restrições impostas, tendo em conta temas que possam contribuir para a explicação geográfica das migrações e da organização social do trabalho no século XXI.
4. Geografia física crítica e injustiça ambiental em territórios ibero-americanos, uma proposta que enfatiza a superação do reducionismo associado ao desenvolvimento em separado (dicotômico) da Geografia Física e Humana, mostrando que os desastres sicionaturais, as emergências climáticas e hídricas e a degradação das paisagens naturais contribuem para a ocorrência de eventos extremos que causam milhares de vítimas e enormes perdas materiais, aumentando os níveis de segregação e pobreza no campo e nas cidades.
5. Ecologia política, propondo, no mesmo sentido da mesa anterior, o debate sobre o quadro contemporâneo de financeirização, de dilapidação da natureza, de economia destruidora e de sustentabilidade corporativa que demanda a reflexão sobre alternativas capazes de propiciar um (re)encontro sociedade-natureza e outro desenvolvimento orientado pela construção de uma sociedade justa e equânime.
6. A ação humana e a mudança climática, mesa que, ainda tendo como eixo central a relação sociedade e natureza, buscou enfrentar o debate sobre o aquecimento global e o surgimento de desafios teóricos e aplicados que podem ser sintetizados na in-

dagação sobre como frear/diminuir as mudanças climáticas.

7. Capitalismo digital, modelos de desenvolvimento e território, mesa voltada aos desafios conceituais, metodológicos e de planejamento territorial, envolvendo a identificação das formas mais desenvolvidas de sua manifestação, como as redes sociais, as plataformas digitais, as apps e a inteligência artificial, e os cenários emergentes desestruturantes, tanto para vivê-los como para estudá-los e compreendê-los, devido ao salto de escala, complexidade, profundidade e velocidade da metamorfose em curso.
8. Espaços vividos, espaços sentidos: afetos, atmosferas e práticas artísticas, mesa dirigida à discussão de referências analíticas que podem elucidar as experiências constitutivas dos nossos ambientes, desde os mais íntimos até os públicos, considerando como estes se entrelaçam com as práticas artísticas para moldar a nossa compreensão do mundo e contribuir com novas perspectivas para a compreensão da nossa relação com o meio.
9. O espaço urbano: a economia política do espaço, da cidade e da urbanização, mesa que buscou abordar, em uma perspectiva crítica, as conquistas, perdas, conflitos e contradições implicados no processo de produção do espaço urbano, tendo como premissa que a produção do espaço-mercadoria envolve uma multiplicidade de agentes, entre os quais o Estado capitalista e as diferentes frações do capital, as quais possuem diferentes hierarquias de poder e interesses.
10. Transformações e permanências em espacialidades centrais das cidades: entre processos de gentrificação e lutas de movimentos sociais, destacando que as transformações urbanas contemporâneas nas espacialidades centrais das cidades vêm atingindo fortemente o cotidiano dos moradores e trabalhadores, muitas vezes inviabilizando a sua permanência e imprimindo processos de gentrificação.
11. Fragmentação socioespacial e urbanização contemporânea, mesa cujo objetivo principal foi compreender como a lógica so-

Apresentação

coespacial fragmentária altera o conteúdo da diferenciação e das desigualdades, redefinindo práticas espaciais e, portanto, modos de realização e apropriação do espaço e do tempo cotidianos. Para aprofundar os temas sinalizados foram consideradas cinco dimensões empíricas a partir das quais o processo de fragmentação socioespacial pode ser analisado: habitação, trabalho, consumo, lazer e mobilidade;

12. Indústria-mundo: as novas geografias dos sistemas produtivos, em que se destacou o fato de que as atividades industriais sofreram forte dispersão na escala mundial e promoveram transformações profundas na organização do trabalho, nos modelos produtivos, nas lógicas de competitividade e de cooperação empresariais e na reestruturação dos sistemas técnicos de distribuição e consumo;
13. Vistas geocríticas da cidade e da paisagem, recuperando a revisão dos processos históricos de construção do espaço, como uma abordagem histórica nos Colóquios de Geocrítica., que refletem na estrutura e na forma das cidades, dos territórios e das paisagens.

Com essa estrutura, e mantendo a tradição de não haver mesas simultâneas, de forma a que todas as pessoas assistam a todas as apresentações, o Colóquio reuniu 359 participantes, entre pesquisadores, professores da educação básica e superior, e estudantes de graduação, mestrado e doutorado de dez países diferentes, sendo 6 latino-americanos (Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador e México) e 2 ibéricos (Portugal e Espanha), além da França e Itália.

Foram recebidas 135 submissões de textos, dos quais apenas pouco mais de 30% foram aceitos, o que possibilitou compor cada mesa com 8 comunicações e garantir que o tamanho do evento estivesse de acordo com o propósito de não serem realizadas mesas simultâneas. Ao todo, 103 pesquisadores apresentaram seus trabalhos no decorrer da realização das 13 mesas.

As apresentações foram seguidas de intensos debates, pois,

seguindo a tradição dos Colóquios, todos os trabalhos enviados para a coordenação do evento, após a seleção, foram previamente publicados no site do XVII Geocrítica¹, com cerca de um mês de antecedência à sua realização. Essa estratégia possibilita que os textos de interesses dos participantes sejam lidos previamente e, na ocasião de sua apresentação no Colóquio, debatidos com maior conhecimento. Portanto, os trabalhos que ora apresentamos já tiveram um primeiro momento de avaliação e puderam ser revistos após os debates, integrando, agora, este dossiê e dois volumes de livros, com coletâneas de textos do Colóquio, publicados na forma de e-book.

Durante o XVII Colóquio, como já sinalizamos, foram realizadas 103 apresentações. Desse total, 34 são apresentações dos membros do Grupo Geocrítica, que assumiram o papel de coordenadores das mesas e elaboraram as propostas de ementas para cada um dos temas debatidos. Evidentemente, esses investigadores tiveram papel preponderante na definição da composição de cada sessão. No processo de discussão e elaboração das ementas, os coordenadores também identificaram pesquisadores que poderiam contribuir com a discussão dos temas e os convidaram diretamente para integrarem as mesas. Assim, o Colóquio recebeu 23 pesquisadores convidados, a maior parte vinda do exterior, de países ibero-americanos, além de França e Itália. Só após esse primeiro momento, de delineamento e composição das mesas, foi aberto o processo seletivo para trabalhos, resultando na seleção de 46 trabalhos de um total de 135 submissões.

Esse conjunto de mesas e comunicações expressa os esforços da coordenação e dos participantes do evento na construção de um painel de debate que desse presença tanto às questões aprofundadas no decorrer da história de interlocução do grupo, quanto aos temas atuais que se apresentam como desafios fundamentais para a investigação, o debate e a ação.

Assim, chegamos ao ponto de apresentar à comunidade cien-

1 Disponível em: <https://coloquiogeocritica.com.br/programacao/>

Apresentação

tífica o resultado mais imediato desse esforço coletivo de produção do conhecimento, com o lançamento de um dossiê, publicado na revista *GeoUERJ*², e de dois livros, que serão publicados no formato e-book e disponibilizados também gratuitamente em PDF no site do XVII Colóquio e no Portal Geocrítica³.

O Dossiê seguirá a tradição dos Colóquios de Geocrítica de publicar os trabalhos apresentados em um periódico de grande impacto no campo das ciências sociais e com reconhecimento nos maiores indexadores nacionais e internacionais. Este dossiê é integrado por trabalhos apresentados pelos membros coordenadores do Grupo Geocrítica e pelos pesquisadores convidados, em cada uma das mesas. Para facilitar a exposição dos textos correspondentes, realizamos uma nova agregação por quatro campos temáticos.

O primeiro bloco de textos reúne os artigos apresentados nas mesas 2, 3 e 8, enfatizando aspectos relacionados ao ensino, trabalho e espaços vividos. São três campos complexos de investigações em que se destacam mudanças importantes na conjuntura atual: a educação e os novos recursos, inovações e práticas nos processos formativos; as mudanças nas formas de organização do trabalho e suas implicações na mobilidade urbana; novos processos de migrações presentes nesse novo cenário do capitalismo e os modos de construir novas formas de resistência, percepção e sentidos para o bem viver.

O segundo bloco é referido à questão ambiental, reunindo artigos das mesas 4, 5 e 6. Nele se destacam debates sobre os fenômenos sociais decorrentes das ameaças naturais e das vulnerabilidades socioeconômicas, a complexidade do cenário constituinte de uma ecologia política e as consequências das mudanças climáticas, em curso no mundo contemporâneo.

Segue um terceiro bloco com textos que procuram debater, como diria David Harvey, a “loucura da razão econômica”, ou como apontam Dardot e Laval, uma “nova razão do mundo”, ou, ainda,

2 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj>

3 Disponível em: <https://coloquiogeocritica.com.br/>

uma economia que se assemelha a um ornitorrinco, como nos mostrou Chico de Oliveira. Esse bloco reúne trabalhos das mesas 1, 7 e 12, enfatizando os novos padrões tecnológicos, responsáveis por dinâmicas contraditórias no capitalismo contemporâneo, seus efeitos sobre os sistemas produtivos e as alterações profundas nos mecanismos de circulação do capital e das redes técnicas de comunicação e transportes.

Por fim, fechando o dossiê, temos o eixo temático mais destacado historicamente nos Colóquios de Geocrítica: a questão urbana. Nesse bloco, integrado pelas comunicações apresentadas nas mesas 9, 10, 11 e 13, é encontrado, inicialmente, um potente debate teórico sobre a produção social do espaço sob a perspectiva da economia política. Na sequência, encontram-se artigos com análises de práticas sociais e movimentos de resistência a formas históricas dominantes de mudanças das cidades e a processos de renovação recentes.

Cabe reiterar que a divulgação dos trabalhos apresentados no XVII Colóquio contará também com publicação em livro com dois volumes. Nesse caso, serão publicados não apenas os trabalhos selecionados para apresentação nas mesas, mas também outros trabalhos que foram selecionados, mas, devido à restrição ao número de participantes em cada mesa, não foram apresentados oralmente. Esses trabalhos, mesmo não tendo sido submetidos ao debate no Colóquio, passaram por uma avaliação crítica e um diálogo com os coordenadores das mesas, por meio dos pareceres emitidos.

O Livro 1 é integrado por 33 textos que apresentam discussões sobre os 5 primeiros temas discutidos no evento. Na primeira seção, estão presentes 15 textos que discutem o tema da circulação do capital e das redes técnicas, enfatizando aspectos relacionados à infraestrutura e bases logísticas dos diferentes modais de transportes e de mobilidade urbana. Na seção seguinte, encontram-se textos relacionados ao ensino da Geografia, em particular sobre as novas tecnologias e a questão ético-racial como abordagens necessárias para a compreensão dos desafios presentes nos proces-

Apresentação

so formativos. A terceira seção conta com 5 textos que tratam da relação entre migrações e precarização do trabalho, abordando os temas mais destacados no capitalismo contemporâneo, como as formas de contratação do trabalho por aplicativos e a superexploração do trabalho. A seção quatro trás 4 textos sobre a abordagem teórica e empírica da geografia física crítica, termo amplamente debatido na mesa relacionada ao tema, em que se destacam avaliações sobre o uso espoliativo do território e da natureza. Por fim, como última seção do primeiro volume, são apresentados 6 textos sobre ecologia política, com discussões sobre as formas de apropriação da natureza que intensificam a devastação do ambiente. É importante salientar a diversidade de objetos de pesquisa, de recortes territoriais e de abordagens metodológicas que esses textos apresentam, evidenciando, por um lado, a profusão e riqueza da produção científica iberoamericana da área e, por outro, o compromisso em produzir um conhecimento socialmente crítico e que permita a reflexão e análise sobre as problemáticas da realidade.

O livro 2 apresenta mais 30 capítulos, formados por textos relacionados às mesas de 6 a 13 do evento. A seção 1, seguindo os passos das análises ambientais, é composta por 3 textos que abordam o tema das mudanças climáticas e da transição energética. A segunda seção conta com 3 textos que discutem aspectos relativos ao capitalismo digital, à plataformização das relações sociais e à organização de novas formas de trabalho e comércio. Segue a terceira seção de textos, com 5 artigos, em que os espaços vividos e sentidos através de afetos e produções artísticas são debatidos, destacando-se novos conceitos e formas de abordar o tema, por meio da noção de bem-viver. A seção 4 abre-se para o debate da questão urbana, em suas múltiplas faces, apresentando 2 textos, que discutem a economia política do espaço. Segue a seção cinco, com 5 trabalhos que apresentam diferentes análises sobre as áreas centrais das cidades, discutindo os processos de gentrificação e as lutas dos movimentos sociais. A seção 6 possui 4 textos com análises dos processos contemporâneos de fragmentação socioespacial

e urbanização. Já a seção 7, com 2 textos, aborda elementos da geografia da indústria contemporânea e, fechando o volume, a seção oito apresenta 6 artigos que tratam de perspectivas geocríticas da cidade e da paisagem.

Assim, apresentamos a todas as pessoas, pesquisadores/as, investigadores/as, estudantes e comunidade científica que acompanham a trajetória do Grupo Geocrítica Internacional, como também aos interessados nas ciências afins, o acervo dos debates teórico-metodológico e sobre o resultado de investigações que foram apresentadas, contribuindo, de uma forma em geral, para mais uma jornada de rica interlocução. Cumprimos, assim, os objetivos dessa edição do evento: promover o encontro de investigadores ibero-americanos do Grupo Geocrítica, amigos e amigas de longa data, incorporar jovens pesquisadores e oferecer à comunidade acadêmica um pouco da produção geográfica elaborada nesses últimos anos.

Desejamos muito boa leitura a todas as pessoas e os convidamos para a próxima jornada, que se realizará na Cidade do México, em maio de 2026.

SEÇÃO 1

A ação humana e a mudança climática

Coordenadores

Wagner Ribeiro

Marcos Bernardino de Carvalho

Na contemporaneidade, o espaço social e o chamado espaço natural tornaram-se estratégicos para a acumulação. Com a financeirização muita coisa é convertida em ativo financeiro mediante a desagregação de relações ancestrais. O quadro contemporâneo de financeirização, de dilapidação da natureza, de economia destruidora e de sustentabilidade corporativa demanda refletir sobre alternativas que propiciem um (re)encontro sociedade-natureza e outro desenvolvimento orientado pela construção de uma sociedade justa e equânime. Alternativas emancipatórias são essenciais para se abandonar postulados dogmáticos ideológicos que legitimam a dominação e impedem transformações na vida social. Logo, importa integrar a relação Sociedade-Natureza com a Ecologia Política. Trata-se de propiciar um exercício teórico de reflexão para investigar experiências norteadas por relações sociedade-natureza alternativas orientadas pelo fortalecimento da solidariedade social, dos movimentos sociais, de outras economias e de outras formas de vida social em uma equação que integre o urbano, o rural e o natural em oposição à dominação capitalista.

CAPÍTULO 1

A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil¹

Mariana Traldi²

Introdução

A história do capitalismo está repleta de fases em que se acreditou que a natureza imporia limites ao seu crescimento. Contudo, o capital tem revelado sua enorme capacidade de superá-los ou contorná-los (Harvey, 2011). As mudanças climáticas vêm se revelando como mais uma dessas fases em que, embora muitos tenham acreditado que seria o prenúncio de uma crise fatal para o modo de produção capitalista (O'Connor, 1991), elevando seus custos de produção e minando suas próprias condições e relações de produção, na realidade, ao que tudo indica, parece ter inaugurado uma nova fronteira para a acumulação capitalista.

Diversos relatórios e conferências ambientais produzidos ao longo das últimas décadas³ apontam a necessidade da expansão do uso de fontes renováveis como substitutivas à queima de combustíveis fósseis, com o objetivo de combater as mudanças climáticas. Conjuntamente ao debate e as negociações internacionais, foram desenvolvidas políticas e realizados investimentos em P & D, concentradamente em países do Norte global, no sentido de tornar

1 O presente texto é resultado de pesquisas já realizadas e consolidadas acerca da implantação e operação de parques eólicos no Brasil e de pesquisa em fase inicial ainda em andamento acerca da produção de energia solar e hidrogênio verde e da divisão social e territorial do trabalho no combate as mudanças climáticas.

2 Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - mariana.traldi@ifsp.edu.br - [ORCID 0000-0002-1837-8170](https://orcid.org/0000-0002-1837-8170)

3 Dentre as principais conferências do clima que realizaram indicações neste sentido destacamos: Eco 92; Rio+10; Rio+20; e os vinte e oito encontros da Conferência das Partes (COPS) realizados anualmente entre 1995 e 2023. Dentre os principais relatórios e documentos que realizaram indicações neste sentido destacamos: Our Common Future (1987); Protocolo de Quioto (1997); Acordo de Paris (2017); os seis relatórios do publicados pelo IPCC, em 1999, 1995, 2001; 2007, 2014 e 2022.

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

viável economicamente o uso comercial de fontes de energia renováveis como a eólica e a solar.

Importante também ressaltar que, desde a década de 1980, documentos produzidos por organismos internacionais, como o Relatório Brundtland (1987), já indicavam que, embora os maiores emissores de gases causadores de efeito estufa fossem países do Norte global, os países do Sul global seriam aqueles que mais se beneficiariam dos investimentos em energias renováveis, por serem os detentores do maior potencial disponível para aproveitamento e uso destas fontes. Ou seja, embora os países centrais concentrem as maiores emissões de gases causadores do efeito estufa e as empresas detentoras das tecnologias de aproveitamento das energias renováveis, seriam os países periféricos do Sul os responsáveis por promover a transição energética rumo a descarbonização da economia mundial, a partir da apropriação de suas riquezas naturais (McCarthy, 2015). Tal processo parece reforçar o papel desempenhado historicamente por países da periferia do sistema capitalista na divisão social e territorial do trabalho como fornecedores de riquezas naturais, matérias-primas e compradores de tecnologias (Santos, 2002). Não por acaso, a expansão do uso de novas fontes de energia ditas renováveis, especialmente no Sul global, tem sido marcada por processos de acumulação por despossessão (Harvey, 2010) associados à mercantilização e financeirização da natureza (Harvey, 2016) e a novas ondas de apropriação de terras para fins ambientais (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

O que aparentemente poderia ser caracterizado como uma política mitigadora dos impactos socioambientais do modelo de desenvolvimento econômico capitalista constitui, como alguns autores apontam, em uma nova frente de negócios (Harvey, 2016). Além de criar segmentos industriais, o enfrentamento das mudanças climáticas cria nichos de mercado para as indústrias já existentes, que, apropriando-se de práticas ditas “sustentáveis” ou promovendo pequenas modificações em seus produtos, passam a se apropriar do *marketing* verde como novo apelo para a comercialização de suas mercadorias. À exemplo disso, as indústrias eólica e solar, tanto no eixo da produção de equipamentos quanto na geração de energia, vêm sendo impulsionadas pelas políticas de mitigação das

mudanças climáticas. Através de incentivos estatais para a promoção do aprimoramento tecnológico de seus equipamentos, investimentos em ciência e tecnologia e de concessão de subsídios para a ampliação de seu uso, seja na forma de isenções tributárias, concessão de terrenos, seja pelo acesso a crédito barato e facilitado, tal setor hoje figura entre os que mais crescem no mundo.

Após a crise econômica de 2008, a apropriação pelo capital do discurso ambiental assumiu papel ainda mais importante e contou também com a incorporação de conceitos como *economia verde*⁴ e *crescimento verde*⁵ (Unmübig; Fuhr et al., 2016). Se antes da crise econômica eram conceitos usados pelo movimento ambientalista e associados à ideia de justiça ambiental, nos últimos anos ganharam conotações mercadológicas, com o sentido de salvar o capitalismo e não de promover uma transição para um sistema socioeconômico genuinamente diferente (McCarthy, 2015). Nesses termos, para que a natureza pudesse ser incluída em cálculos econômicos, era preciso traduzi-la em ativos e isso se deu por meio de sua quantificação em valores monetários, recebendo a alcunha de “capital natural”. Para cumprir a tarefa de “salvar” a economia mundial, a economia verde se propunha a utilizar novas estratégias e novas tecnologias para apropriação e utilização da natureza.

Se alguns países do Norte global, como a Dinamarca e Alemanha, já investiam no desenvolvimento em pesquisas em energias renováveis desde finais de 1970 e utilizavam tais fontes efetivamente desde a década de 1980, a crise de 2008 somada à saturação dos mercados internos fez com que empresas dessas regiões buscassem novos mercados para a expansão de seus negócios. Foi nesse contexto que a produção de energia eólica e, posteriormente, solar se expandiram para países do Sul global.

4 O conceito de economia verde repousa sobre os pilares da economia, do meio ambiente e do desenvolvimento social e sustentável. Propunha-se a utilizar novas estratégias e novas tecnologias para apropriação e utilização da natureza. Green Growth Knowledge Platform. Disponível em: <http://www.greengrowthknowledge.org/page/explore-green-growth>. Acesso em: 09/06/2023.

5 No conceito ampliado de um crescimento verde inclusivo ou desenvolvimento sustentável inclusivo, os pontos de vista da sustentabilidade social desempenham um papel importante, em particular no apoio ao desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das pessoas pobres e especialmente prejudicadas”. Green Growth Knowledge Platform. Disponível em: <http://www.greengrowthknowledge.org/page/explore-green-growth>. Acesso em: 09/06/2023.

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

Com a redução do investimento e dos incentivos concedidos à ampliação do uso de energias renováveis em países da Europa (Gwec, 2010), notou-se o movimento, registrado pela primeira vez em 2010, de maior crescimento em capacidade instalada eólica nova em países emergentes e em desenvolvimento, superando países da OCDE. A América Latina, com especial destaque para o Brasil, consolidou-se como um novo e promissor mercado para as fontes renováveis, como a energia eólica, dado seu elevado potencial e aos incentivos ao crescimento da demanda por eletricidade (Gwec, 2011). Além disso, o governo brasileiro, na busca pela expansão de seu parque gerador de eletricidade e pela diversificação de sua matriz elétrica, promoveu uma série de ajustes na sua política de incentivo às fontes renováveis, concedendo-as um conjunto de benefícios. Ocorre que a instalação destas infraestruturas vem gerando conflitos socioterritoriais que envolvem populações locais, entre elas comunidades tradicionais, e o interesse de um punhado de empresas, em sua maioria estrangeiras, na busca pela apropriação de terras e de riquezas naturais.

Assim que, a partir da análise de dados e documentos oficiais discutimos a luz da Economia Política, ao longo deste artigo, a produção presente e futura de energia eólica e solar no Brasil e seus impactos socioterritoriais; a promessa da produção de hidrogênio verde e seus possíveis impactos futuros; os nexos e as contradições estabelecidas entre a política brasileira de combate às mudanças climáticas; as emissões brasileiras por setor; os interesses estrangeiros na produção de energia renovável no Brasil; e por fim, apresentamos e discutimos nossa hipótese, de que a produção de eletricidade a partir das fontes eólica e solar, bem como a produção de hidrogênio verde, podem reforçar o papel já desempenhado pelo Brasil na economia-mundo.

Produção de Energia Eólica e Solar no Brasil e seus Impactos Socioterritoriais

A região Nordeste do Brasil, dado seu enorme potencial eólico e solar, emerge como território eleito para a implantação dessas infraestruturas. Quanto ao potencial eólico, a região apresenta o

maior potencial do país, concentrando em torno de 53% do potencial brasileiro (Amarante *et al.*, 2001). Estão em operação no país, segundo a ANEEL⁶, 929 parques eólicos, somando um total de 25.757,5 MW de potência fiscalizada. Deste total, 827 estão localizados na região Nordeste, o que corresponde a 89% dos empreendimentos em funcionamento, somando uma potência de 23.640,3 MW, o que equivale a 91,8% de toda a potência fiscalizada eólica brasileira. Dentre os estados nordestinos de maior destaque estão: Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará. Os estados de Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Sergipe também têm parques eólicos em operação, mas em potência fiscalizada que não se compara aos anteriores.

Tabela 1 - Capacidade instalada eólica, por estado, na região nordeste do Brasil, em 2023

Estados	N. de Empreendimentos	%	Potência Fiscalizada (MW)	%
Rio Grande do Norte	248	30	7653,9	32,4
Bahia	280	34	7589,7	32,1
Piauí	108	13	3526,6	14,9
Ceará	100	12	2577,8	10,9
Pernambuco	41	5	1065,9	4,5
Paraíba	33	4	765,9	3,2
Maranhão	16	2	426,0	1,8
Sergipe	1	0	34,5	0,1
Total	827	100	23.640,3	100,0
Total em relação ao Brasil		89		91,8

Fonte: Adaptado de Aneel (2023)

A implantação e operação de parques eólicos no Brasil ganhou força efetivamente a partir de 2009 e vem sendo capitaneada por empresas do setor privado. Desse setor, destaca-se a participação das empresas estrangeiras, que até 2017 representavam 62,3% da capacidade instalada eólica no semiárido, principal região produtora de energia eólica do país. Desse montante, 26% pertenciam a

6 Dados atualizados até 01 de junho de 2023. ANEEL. Banco de Informação de Geração. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiNjc4OGYyYjQyYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI1LWVjYjYtctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 19/09/2023

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

fundos de investimento e/ou pensão, enquanto 20,1% pertenciam a empresas privadas de capital aberto ou não e 16,2% eram empresas parcialmente estatais. Apenas 37,7% do total da capacidade instalada estava nas mãos de empresas nacionais, das quais 15,4% eram total ou parcialmente estatais e em sua maioria de capital aberto; 11,9% integravam fundos de investimento; e 10,4% eram empresas privadas de capital aberto ou não, o que permite a participação de capital estrangeiro (Traldi, 2019). A forte presença de capital aberto e controle proprietário por fundos de investimento e pensão sugerem a intensa financeirização do setor eólico.

Já a implantação de usinas fotovoltaicas ganhou fôlego recentemente no país, acompanhando a expansão já ocorrida no mundo diante do avanço tecnológico dos equipamentos que se tornaram mais baratos e mais eficientes. O processo de expansão de uso desta fonte no Brasil vem seguindo a mesma lógica da eólica, inclusive sendo recorrente que usinas fotovoltaicas sejam implantadas em associação a parques eólicos já em operação, beneficiando-se da infraestrutura de transmissão existente. Atualmente, estão em operação no Brasil, segundo a ANEEL⁷, 18.245 usinas solares que somam uma potência fiscalizada de 12.605,9 MW, o que corresponde a aproximadamente 6,29% da potência total fiscalizada solar no Brasil. Destas, 395 são usinas de geração centralizada, ou seja, grandes usinas geradoras que tem como objetivo vender sua energia no mercado. Juntas elas somam 12.163,2 MW de potência, o que corresponde a 96,5% da geração total brasileira. Estão em construção 163 novas usinas, com previsão de geração de 6.810,2 MW, e existem outras 3.000 usinas cujas obras ainda não foram iniciadas, mas que já foram outorgadas, somando um total de 132.088,8 MW de potência.

7 ANEEL. Banco de Informação de Geração. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNjc4OGYyYjQtYWYjYjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYyTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSIsImMiOiR9.> Acesso em: 10/03/2024.

Tabela 2 - Capacidade instalada solar por estado na região nordeste do Brasil, em 2023

Estados	N. de Empreendimentos	Potência Fiscalizada (MW)
Bahia	71	2.052,1
Piauí	52	1.514,6
Ceará	51	1.251,6
Rio Grande do Norte	39	1.100,5
Pernambuco	51	1.096,7
Paraíba	23	463,5
Alagoas	4	3,74
Maranhão	7	2,4
Sergipe	1	0,8
Total	299	7.485,9

Fonte: Adaptado de Aneel (2023)

Energia eólica e solar no Brasil: conflitos, apropriação de terras e recursos

Com uma matriz elétrica composta majoritariamente por fontes limpas e renováveis, aproximadamente 80% (Brasil, 2021), o Brasil se destaca como uma exceção no cenário mundial. Além disso, o país possui elevado potencial eólico e solar ainda disponível para apropriação, além de uma grande capacidade para a produção de eletricidade a partir da biomassa, setor em que inclusive é pioneiro. Assim, o país passa a figurar entre os territórios objeto da cobiça da indústria verde mundial, especialmente de setores industriais ligados à produção de energia.

Importante destacar que não existe no Brasil determinação legal que inclua os potenciais eólico e solar entre os bens da União ou norma que regulamente estas atividades, como ocorre com o potencial hidráulico⁸. Assim, tanto a produção de energia eólica quanto fotovoltaica vêm sendo realizadas majoritariamente através da adaptação de contratos de arrendamento rural firmados entre empresas geradoras de energia e os proprietários de terras. A participação do Estado brasileiro tem se restringido à organização de leilões públicos de geração de ener-

⁸ Inciso II do artigo 20 e artigo 176 caput e seus §§1º e 4º (Constituição Federal, 1988).

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

gia e a outorga, que garante a investidores privados o direito de exploração da atividade de geração de eletricidade. Dessa forma, bens comuns como o vento e a radiação solar, cuja exploração econômica deveria beneficiar o conjunto da sociedade brasileira, acabam sendo explorados privadamente por um conjunto de empresas estrangeiras sem que seus ganhos sejam distribuídos para a sociedade. Tal movimento, marcado pela expropriação e privatização de riquezas naturais, configura-se como um processo de despossessão de riquezas naturais, da terra e das formas de reprodução da vida social de populações locais (Traldi e Rodrigues, 2022).

Essa forma de organização tem resultado em conflitos pelo uso e ocupação dos territórios, polarizando as populações locais e as grandes empresas do setor. Por um lado, vemos comunidades de fundo e fecho de pasto, pequenos agricultores, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, assentados rurais, entre outros, que buscam resistir à expansão dos empreendimentos energéticos com vias a preservar suas formas de produção e reprodução social. Por outro lado, vemos empresas interessadas na apropriação gratuita de riquezas naturais e na renda extra que a apropriação desses objetos de trabalho pré-existent (Marx, 2013) podem lhes oferecer. O resultado tem sido a apropriação e a despossessão de vastas áreas de terras, especialmente na região Nordeste, sob o pretexto do combate às mudanças climáticas.

Entre os conflitos já instaurados, destacam-se o desmatamento da caatinga; as proibições e limitações de uso e acesso às terras arrendadas para as empresas de geração de energia; a redução da produção de alimentos; o esvaziamento de áreas rurais nos locais de implantação das usinas; o desenvolvimento de problemas associados à saúde física e mental dos moradores e vizinhos as usinas; a perda do direito de aposentadoria rural por parte dos proprietários-arrendadores; a grilagem de terras e fraudes cartoriais; a expulsão de posseiros; o aumento da violência no campo; os contratos de arrendamento que beneficiam demasiadamente as empresas e impõem ônus elevado aos proprietários; o pagamento de valores irrisórios pelo arrendamento das

terras; os arrendamentos demasiado longos que podem chegar a ter duração de cem anos ou mais; e por fim os contratos repletos de ilegalidades e vícios (Ferraz, 2015; Barros, 2018; Brannstrom; Seghezzeo; Gorayeb, 2022; Gorayeb; Brannstrom; Meireles, 2019; Hofstaetter, 2016; Rodríguez et al., 2022; Traldi, 2014, 2018, 2021; Traldi; Rodrigues, 2022).

Tais evidências confirmam a hipótese de James McCarthy (2015) de que a transição energética completa para fontes renováveis de energia poderia ter também uma dimensão socioecológica crítica, na medida em que esse projeto exigiria a ampliação do processo de apropriação e mercantilização de riquezas naturais em uma escala sem precedentes. Ainda segundo autor, a ampliação em larga escala de fontes renováveis de energia, como a fonte eólica e a solar⁹, provavelmente envolveria novas e poderosas rodadas de investimentos e reivindicações por vastas áreas rurais, especialmente onde os valores da terra são mais baixos e sobre as quais os direitos formais de propriedades são mais frágeis. Desse processo poderiam resultar novas ondas de expulsão de populações economicamente e politicamente marginais, particularmente no Sul global.

Hidrogênio verde: a nova commodity do século XXI e a intensificação dos conflitos

Este processo pode se complexificar ainda mais com a emergência do hidrogênio verde, que vem sendo considerado fundamental no processo de transição para uma economia de baixo carbono, haja vista seu enorme potencial para a substituição dos combustíveis fósseis especialmente no setor de transportes. Se seus usos vinham se restringindo às indústrias petroquímica, siderúrgica, de alimentos e eletrônica, agora com a possibilidade real, dada sua viabilidade técnica e econômica, de utilizá-lo como combustível, seja no transporte de carga, na aviação, no transporte marítimo e até mesmo em automóveis utilitários, inaugura-se uma nova frente de expansão do capitalismo.

9 Excluem-se aqui a exploração da fonte eólica *offshore*, pois se dá no mar, e da fonte solar a partir da instalação de painéis em telhados, pois ambas não exigem a apropriação de terras para que a atividade se realize.

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

A produção do hidrogênio na qualidade de combustível se dá por meio do processo de eletrólise da água, que demanda enormes quantidades de eletricidade. Ocorre que, para que o produto seja considerado verde é necessário que a fonte de geração da eletricidade utilizada seja renovável e limpa. De acordo com os parâmetros europeus a matriz elétrica para ser considerada apta a produção de hidrogênio verde tem que ter intensidade de emissão abaixo de 65 gramas de equivalente de CO₂ por kWh (Bloomberg Nf, 2023). Daí a necessidade de que as plantas produtoras de hidrogênio sejam instaladas em localidades que disponham de um parque gerador de eletricidade composto majoritariamente por fontes renováveis e limpas, entre elas hidrelétricas, usinas solares, eólicas e movidas a biomassa.

Nesse contexto, o hidrogênio combustível emerge como uma saída promissora para países signatários de acordos de redução da emissão de gases do efeito estufa, especialmente os grandes emissores (China, Estados Unidos, Índia e União Europeia), substituindo o uso de combustíveis fósseis no setor de transportes e promovendo assim a descarbonização de suas economias. Países integrantes da União Europeia, como a Alemanha, vêm planejando a descarbonização de suas economias, mas têm encontrado obstáculos que derivam de suas características físico-territoriais, como a dificuldade de substituição do uso de combustíveis fósseis no setor de transportes e a ampliação do parque gerador de eletricidade a partir de fontes limpas e renováveis para além do que já possuem. Nesse sentido, a solução para substituição de sua frota de automóveis convencionais por carros elétricos seria a importação de eletricidade, mas seus vizinhos também não são capazes de produzir grandes quantidades de energia elétrica de fonte renovável. Outra solução seria a estocagem de eletricidade de fontes renováveis intermitentes para consumo posterior, mas embora existam pesquisas neste sentido, o estoque de grandes quantidades de eletricidade ainda não é uma realidade. Outra possibilidade seria ainda a importação de eletricidade de outros países localizados em outros continentes como o Brasil, mas esta saída exigiria a existência de linhas de transmissão que conectassem as áreas produtoras e as áreas consumidoras a

longas distâncias, cruzando oceanos por exemplo, o que economicamente não é viável. Dessa forma, o hidrogênio verde surge como uma solução para superação desses entraves, pois quando utilizado como combustível passa a ser uma forma indireta de estocagem de eletricidade de fonte limpa e renovável, que pode ser produzida em qualquer lugar do mundo e transportada para ser consumida em outras regiões, funcionando como uma moeda de troca energética.

Normativas aprovadas recentemente pelo Parlamento Europeu que tratam da redução da emissão de GEE, como o Pacto Ecológico Europeu, as Diretivas Energias Renováveis e o plano REPowerEU, apontam como medidas para descarbonização da economia da região a produção e a importação do hidrogênio para uso no setor de transportes e na indústria. As metas estipuladas foram inclusive ampliadas recentemente com o advento da guerra entre Ucrânia e Rússia, buscando reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados da Rússia¹⁰.

Diante dos avanços científicos, tecnológicos e da emergência das mudanças climáticas, o hidrogênio verde vem sendo apresentado como o combustível do futuro e países do Sul global, como o Brasil, que possuem grande potencial de geração de energia elétrica de fonte limpa, renovável e barata, como territórios a serem apropriados pela indústria de energia mundial. Os reflexos deste processo já começam a serem vistos no Brasil e podem acelerar e ampliar ainda mais a implantação de usinas eólicas e solares, especialmente na região Nordeste. Apesar de todos os conflitos e impactos territoriais já indicados por uma ampla literatura recentemente publicada. (Ferraz, 2015; Barros, 2018; Brannstrom; Seghezze; Gorayeb, 2022; Gorayeb; Brannstrom; Meireles, 2019; Hofstaetter, 2016; Rodríguez et al., 2022; Traldi, 2014, 2018, 2021; Traldi; Rodrigues, 2022).

Atualmente, existem em funcionamento no Congresso Nacional brasileiro duas comissões sobre Hidrogênio Verde, uma na

¹⁰ Fonte: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/70/energia-renovavel>. Acesso em: 14/ 07/2023.

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

Câmara de Deputados¹¹ e outra no Senado¹². Ambas têm como objetivo a construção de um Plano Nacional do Hidrogênio Verde e de políticas de incentivo a implantação de plantas produtoras de hidrogênio verde no país. Nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia os governos estaduais já se encontram em negociação com investidores estrangeiros em busca de financiamento para a construção de plantas produtivas de hidrogênio verde. Esses estados encontram-se em posição privilegiada, uma vez que estão entre os maiores produtores de energia eólica e solar, como um enorme potencial para implantação de novas usinas onshore e offshore, além de possuírem uma localização privilegiada para produção e exportação de hidrogênio verde para países do Norte global.

Em 10 de maio de 2023, o governador do estado do Ceará assinou acordos para a criação do Corredor de Hidrogênio Verde (Green Hydrogen Corridor), entre o Porto do Pecém e o Porto de Roterdã, e estabeleceu a Parceria de Portos Verdes (Green Ports Partnership), entre o Ceará e os Países Baixos¹³. A criação do corredor contou também com a participação de empresas do setor de energias renováveis, como a brasileira Casa do Ventos¹⁴, a portuguesa EDP¹⁵ e a estadunidense AES Brasil¹⁶, além de outras empresas como a Nexway¹⁷, a holandesa Havenbedrijf Rotterdam e a estadunidense Fortescue.

11 Comissão Especial da Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde. Maiores informações podem ser consultadas em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/57a-legislatura/transicao-energetica-e-producao-de-hidrogenio-verde>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

12 Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde. Maiores informações podem ser consultadas em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2589>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

13 <https://www.sema.ce.gov.br/2023/05/10/hub-de-hidrogenio-verde-governo-do-ceara-e-paises-baixos-firmam-parceria-para-impulsionar-producao-e-exportacao/>.

14 Empresa brasileira, pioneira na implantação e operação de parques eólicos na região Nordeste brasileira. Atualmente concentra sua atuação no estado do Piauí. Além disso seus sócios figuram também entre os sócios na empresa Valença Industrial, responsável por intermediar arrendamento de terras para usinas eólicas operadas por outras empresas (TRALDI, 2019).

15 Com tradicional atuação no setor elétrico, é proprietária de usinas eólicas no Brasil, com atuação concentrada no estado do Rio Grande do Norte (TRALDI, 2019).

16 Proprietária de usinas eólicas, solares e PCHs no Brasil. Informação disponível em: <https://www.aesbrasil.com.br/pt-br/nossa-historia>. Acesso em: 17/07/2023.

17 Empresa adquirida recentemente pela Vibra Energia (antiga BR Distribuidora), empresa privada de capital aberto e controle acionário pulverizado.

No Rio Grande do Norte, o governo do estado tem se reunido desde o início do ano de 2023 com autoridades do governo federal, como o Ministro da Fazenda e o Ministro da Indústria, Comércio e Serviços, bem como com investidores chineses em busca de apoio para o projeto Porto-Indústria Verde¹⁸ no estado. Também em março deste ano, em visita a Portugal, a governadora do estado assinou dois memorandos de entendimento para desenvolvimento de plantas de produção hidrogênio verde e derivados. O primeiro acordo foi firmado com a Voltalia, empresa francesa, que já conta com mais de 1 GW em projetos de energias renováveis instalados no RN, e outros 5 GW em dez outros estados brasileiros. E o segundo memorando foi assinado conjuntamente com o grupo espanhol Enerfín, com o propósito de instalar o projeto piloto de produção de hidrogênio verde e energias associadas no estado.

Na Bahia, em janeiro de 2023, foi anunciada a instalação da primeira planta produtora de hidrogênio verde em escala industrial do país, que está sendo construída pela empresa Unigel, de capital brasileiro e mexicano, no Porto de Camaçari (BA). As tratativas tiveram início em 2021 com a assinatura de um protocolo de intenções entre o governo da Bahia e a empresa. Posteriormente, em abril de 2022, foi instituído por meio de decreto o Plano Estadual para a Economia de Hidrogênio Verde¹⁹. A planta utilizará tecnologia de eletrólise da empresa alemã ThyssenKrupp Nucera e deverá ser inaugurada até o final do ano de 2023. Entre as vantagens competitivas locais enumeradas pela própria empresa para escolha do Porto de Camaçari estão acesso à infraestrutura e a fontes de energia limpa e o fato de a empresa já operar um dos dois únicos terminais de amônia no Brasil, localizado no porto de Aratu, também no estado da Bahia²⁰. Há ainda no estado uma segunda iniciativa para instalação de uma planta de hidrogênio verde. Em maio deste ano o CEO da chinesa CGN Brasil se reuniu com o governador do estado da Bahia para formalizar o interesse da empresa, que já

18 <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/05/29/governadora-do-rn-apresenta-projeto-do-porto-industria-a-investidores-chineses.ghtml>.

19 Decreto nº 21.200 de 2 de março de 2022 do estado da Bahia. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/ver/13701/1/Plano%20para%20a%20Economia%20do%20Hidrog%C3%AAnio%20Verde>. Acesso em 09/08/2023.

20 <https://canalsolar.com.br/bahia-tera-projeto-de-hidrogenio-verde-em-escala-industrial/>.

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

atua na geração de energia eólica e solar com nove usinas instaladas no Brasil e agora pretende diversificar seu portfólio produzindo hidrogênio verde²¹.

Nexos e contradições da política brasileira de combate às mudanças climáticas

O Brasil ocupa a sétima posição entre os sete maiores emissores de gases do efeito estufa. Contudo, sua participação é bastante inferior quando comparada aos primeiros colocados. De acordo com a plataforma Climate Watch Data, para o ano de 2020, a diferença em termos de emissões, dos três maiores emissores, China, Estados Unidos e Índia, para o Brasil foi da ordem de 12,3; 5,82 e 3,17 GtCO₂e²², respectivamente, para 1,47 GtCO₂e²³. É relevante dizer também que diferentemente do caso brasileiro, em que as maiores emissões estão ligadas as alterações de uso do solo e ao desmatamento, as emissões mundiais se concentram no setor de energia.

Acerca das emissões brasileiras, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), de 1990 até 2022, o setor que mais contribuiu para as emissões nacionais foi o de mudanças de uso da terra e florestas. Sozinho, este setor foi responsável por 48,3% das emissões no ano de 2022. O segundo setor de maior contribuição ao longo do mesmo período foi o setor de agropecuária, que no ano de 2022 foi responsável por 26,6% das emissões. Juntos estes dois setores foram responsáveis por 74,9% das emissões brutas totais brasileiras em 2022.

O setor de energia aparece em terceiro lugar, tendo sido responsável por 17,8% das emissões para o mesmo ano. Segundo o Balanço Energético Nacional (BEN) 2023: ano-base 2022, apesar de atualmente ainda haver o predomínio de fontes não renováveis na matriz energética brasileira, o equivalente a 53% de toda a oferta interna bruta de energia, a matriz energética do país ainda apre-

21 <https://petrosolgas.com.br/bahia-recebera-planta-de-hidrogenio-verde-desenvolvida-pela-cgn-brasil/>.

22 Giga tonelada de CO₂ equivalente.

23 Dados disponíveis em: https://www.climatewatchdata.org/ghg-emissions?end_year=2020®ions=BRA%2CCHN%2CUSA%2CIND&start_year=1990. Acesso em: 10/03/2024.

senta uma elevada participação de fontes renováveis, o equivalente a 47%, que se comparada com a média mundial, que é de aproximadamente 14%, se mostra bastante limpa. Conforme já pontuado anteriormente, em relação à matriz elétrica, a participação de fontes renováveis é ainda mais acentuada, representando em torno de 85%. Em termos do consumo de energia no país, 57% foram provenientes de combustíveis fósseis. Destes, 45% se destinaram ao uso com transporte, 20% ao uso no setor industrial e apenas 12% para a geração de energia elétrica, ficando os demais setores com uma participação de 23%. Assim que, a produção de eletricidade, em termos da queima de combustíveis fósseis, é pouco representativa, o que revela que a matriz elétrica brasileira não representa um entrave ao combate as mudanças climáticas. Indicando que não deveria ser esta a prioridade quando o assunto é o combate as mudanças climáticas.

Obviamente, o Brasil deve buscar reduzir suas emissões ao mínimo possível em todos os setores. Contudo, se o que se busca é a redução das emissões nacionais no curto prazo e de forma eficiente, o mais lógico, do ponto de vista de um planejamento estratégico, seria concentrar os esforços na construção de uma política pública robusta com vias a redução das emissões nos setores de mudanças de uso da terra e florestas e da agropecuária. O setor de energia poderia também sofrer ajustes, especialmente no que diz respeito aos transportes, mas certamente não deveria ser uma prioridade de curto prazo. De modo que tais ajustes poderiam se dar a médio e longo prazo, o que permitiria a construção de um planejamento prévio, que evitasse ou ao menos reduzisse os impactos produzidos pelas usinas eólicas e fotovoltaicas, por exemplo. Garantindo inclusive uma maior participação popular nos processos de decisão.

Todavia, diante da velocidade com que vem crescendo a participação da energia eólica e solar na matriz elétrica, saindo ambas de uma participação menor que 1% na matriz elétrica brasileira, em 2012, e chegando a 11,8 e 4,4%, em 2022, respectivamente, e frente as políticas de incentivo dadas a estas fontes nas últimas duas décadas, podemos deduzir que a ausência de regulamentação prévia para implantação de usinas eólicas e solares pode ter sido deliberada e não contingencial. Bem como o fato de o setor de ener-

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

gia estar sendo tratado como prioridade na política de combate as mudanças climáticas, com maior importância até que as mudanças de uso da terra e que a agropecuária. Possivelmente o que pode estar ocorrendo é que, a pretexto de não promover mudanças que exijam o enfrentamento de determinados interesses e setores econômicos nacionais e ao mesmo tempo busque atender a interesses externos ao território brasileiro se esteja promovendo a aceleração do processo de implantação de parques eólicos e usinas fotovoltaicas sob a justificativa do combate às mudanças climáticas.

Por fim, é importante dizer os documentos oficiais que tratam dos incentivos a estas fontes desde a crise do Apagão, no início dos anos 2000, fazem também referência a necessidade de diversificação e ampliação do parque gerador brasileiro de forma rápida com vias a evitar novas crises na oferta de suprimento de eletricidade. Contudo, apesar de superado o problema, os incentivos a estas fontes seguem em curso, bem como a instalação de novas usina, conforme dados do Sistema de Informações de Geração da ANEEL²⁴, que indicava que 152 novos parques eólicos estavam em construção e outros 444 já haviam sido outorgados, mas as obras não haviam iniciado, bem como havia 139 usinas solares em construção e outras 2.444 outorgadas com obras ainda não iniciadas. Entretanto, a ampliação de plantas produtivas eólica e solar parece agora produzir o problema inverso, excesso o de energia no sistema.

Em entrevista concedida ao portal G1 o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luis Carlos Ciochi, afirmou que o Brasil está caminhando para um cenário em que a oferta de eletricidade vai superar a demanda em 2,5 vezes até 2028, com uma sobra equivalente a 170,58 GW. O que poderá resultar no desperdício de energia e na elevação dos custos para o consumidor final, dada a necessidade de acionamento de usinas térmicas nos períodos de pico do consumo. Isso porque o excesso da produção de energia se dá durante o dia dadas as características da geração de energia renovável, que sofre queda de sua produtividade com o início da noite (Carregosa, 2024). Também em entrevista concedida ao mesmo por-

²⁴ Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiNjc4OGYyYjQyYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI1LWVjYtTctNDZlMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBlMSlsmMiOjR9>. Acesso em: 10/03/2024.

tal de notícias o ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Edvaldo Santana, responsabilizou a concessão indiscriminada de subsídios de incentivo as fontes renováveis, eólica e solar, pela produção deste excedente. Ele ressaltou ainda que atualmente a oferta em termos de capacidade instalada já é mais que o dobro da demanda (Carregosa, 2024). Ou seja, ao que parece a justificativa de diversificação da matriz elétrica combinada a superação da crise de oferta de eletricidade já não pode mais justificar a ampliação do parque gerador eólico e solar. As emissões de gases do efeito estufa brasileiras também não justificam que o país siga promovendo a ampliação do parque gerador de energia eólica e solar, especialmente diante dos conflitos e impactos socioespaciais.

Considerações finais

Diante do avanço das mudanças climáticas e da importância que a agenda ambiental vem ganhando mundialmente, propaganda-se que o Brasil, com uma matriz elétrica majoritariamente limpa e renovável e ainda com muito potencial disponível para ampliação da produção de energias renováveis, teria uma nova e promissora oportunidade para retomada de seu desenvolvimento industrial e tecnológico, ampliando assim a produção de riquezas a partir de setores produtivos de maior valor agregado.

Como efeitos benéficos desse processo, são propagandeados o potencial aumento da geração de empregos de melhor qualidade oriundos da chamada indústria verde, na qual, tanto na produção de eletricidade, quanto na de hidrogênio verde, esperam-se salários mais altos em relação aos empregos ofertados nas regiões produtoras. Além disso, os aluguéis das propriedades que são arrendadas para a produção de energia eólica ou solar são apresentados como oportunidades de ganhos para as famílias arrendadoras, o que poderia resultar em melhorias das condições de vida das pessoas, especialmente em áreas localizadas em rincões do país, como o sertão nordestino.

Contudo, estudos já realizados indicam que o processo de instalação de parques eólicos e usinas solares no Nordeste não resultam nos benefícios prometidos (Barros, 2018; Hofstaetter;

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

2016; Traldi, 2014; 2019). Ao contrário, as evidências sugerem que tal processo pode estar reforçando a posição ocupada pela Brasil na Divisão Social e Territorial do Trabalho, acentuando o caráter periférico exportador de matérias-primas e commodities baratas, que acumula em seu território os custos ambientais e sociais de se promover a descarbonização de países do centro do sistema capitalista.

Nesse sentido, a nova expansão de usinas eólica e solar no Nordeste, associadas à implantação de plantas produtoras de hidrogênio verde, pode reforçar tanto a posição subalterna do Brasil na economia mundial, quanto acirrar os conflitos já existentes entre comunidades impactadas por estas infraestruturas e as empresas que instalam no país em busca da apropriação de recursos naturais a baixos custos.

A expansão da produção de energia renovável e a propalada produção de hidrogênio verde no Brasil parece reforçar a posição historicamente já ocupada pelo país na divisão social e territorial do trabalho como fornecedor de recursos naturais, matérias-primas e commodities baratas.

Referências bibliográficas

AMARANTE, Odilon A. Camargo do *et al.* **Atlas do potencial eólico brasileiro**. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: http://www.cresesb.CEPEL.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

BARROS, Luis Felipe Fernandes. **O uso do território e o sistema técnico eólico-energético: coexistências, conflitos e solidariedades com os assentamentos rurais de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte**. 2018. - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

BLOOMBERG NF. **Aproveitando o potencial de transição do Brasil**. [S. l.: s. n.], 2023.

BRANNSTROM, Christian; SEGHEZZO, Lucas; GORAYEB, Adryane (Org.). **Descarbonização na América do Sul: conexões entre o Brasil e a Argentina**. 1. ed. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

BRASIL. **Balanco Energético Nacional 2021: Ano base 2020**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2021. Disponível em: <http://www.epe.gov.br>.

BRASIL. **Balanco Energético Nacional 2023: Ano base 2022**. Rio de Janeiro: 2023. Disponível em: <http://www.epe.gov.br>.

CARREGOSA, Lais. Oferta de energia cresce mais que consumo, e Brasil “joga fora” excesso: entenda. **Portal G1 de Notícias**, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/04/oferta-de-energia-cresce-mais-que-consumo-e-brasil-joga-fora-excesso-entenda.ghtml>. Acesso em: 10/03/2024.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: A new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, [s. l.], v. 39, n. 2, p. 237–261, 2012.

FERRAZ, Ednaldo Emilio. **Energia eólica em assentamentos de reforma agrária: território em disputa – o caso do assentamento Zumbi/Rio do Fogo no Rio Grande do Norte**. 2015. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/21579>. Acesso em: 21/05/2023.

GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (GWEC). **Global wind report: annual market update**. Global Wind Energy Council, 2010. 2011. 67 p. Disponível em: http://gwec.net/wp-content/uploads/2012/06/GWEC_annual_market_update_2010_-_2nd_edition_April_2011.pdf. Acesso em: 19/06/2023.

GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (GWEC). **Global wind report: annual market update**. Global Wind Energy Council, 2011. 2012. 65 p. Disponível em: http://gwec.net/wp-content/uploads/2012/06/Annual_report_2011_lowres.pdf. Acesso em: 19/06/2023.

GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (Org.). **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HARVEY, David. Roepke lecture in economic geography – crisis, geographic disruptions and the uneven development of political responses. *Economic Geography*, v. 87, n.1, p.1-22, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 201 p.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

HOFSTAETTER, Moema. **Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte**. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 6. ed. São Paulo: Global, 1991.

Capítulo 1 - A divisão social e territorial do trabalho, produção de energia renovável e combate às mudanças climáticas: o caso do Brasil

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2. ed. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. v. 1

MCCARTHY, James. A socioecological fix to capitalist crisis and climate change? The possibilities and limits of renewable energy. **Environment and Planning A**, [s. l.], v. 47, n. 12, p. 2485–2502, 2015.

O'CONNOR, James. On the two contradictions of capitalism. **Capitalism Nature Socialism**, v. 2, n. 3. Routledge, p. 107-109, 1991.

RODRÍGUEZ, Damián Copena et al. **Energia eólica contratos, renda da terra e regularização fundiária**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Lumen Juris Direito, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2002.

TRALDI, Mariana. Accumulation by dispossession and green grabbing: wind farms, lease agreements, land appropriation in the Brazilian semiarid. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], v. 24, 2021.

TRALDI, Mariana. **Novos usos do território no semiárido nordestino: implantação de parques eólicos e valorização seletiva nos municípios de Caetité (BA) e João Câmara (RN)**. Campinas: [s. n.], 2014.

TRALDI, Mariana. The socioeconomics and territorial impacts resulting from the introduction and operation of wind farms at Brazilian semi-arid. **Scripta Nova**, [s. l.], v. 22, 2018.

TRALDI, Mariana; RODRIGUES, Arlete Moysés. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

UNMÜBIG, Barbara. **Crítica à economia verde**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. 180 p. ISBN 9788562669187. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/critica_a_economia_verde_-_boll_brasil_-_out_2016_web.pdf. Acesso em: 21/05/2023.

CAPÍTULO 2

Bem-viver, saúde única e mudanças climáticas

Alessandro de Oliveira dos Santos¹

Introdução

As mudanças climáticas têm gerado graves consequências para o ambiente e a saúde humana decorrentes da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento de florestas e avanço de monoculturas agrícolas extensivas, e do uso de recursos naturais dentro de contextos históricos, culturais, políticos e econômicos de imensa complexidade. O aumento da temperatura média global e dos eventos meteorológicos extremos e desastres naturais, envolvendo a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, tem influenciado na qualidade dos solos e das águas, na produção de alimentos e na disseminação de vectores responsáveis por doenças infecciosas (Santos *et al.*, 2021; Sena, Corvalan & Feitosa, 2022; Silva, Xavier & Diego, 2024).

Desde 2010 integro o quadro de docentes do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), sendo responsável pela área de Intercultura e Raça-Etnia. Esta área é recente no Departamento e por meio dela tem sido possível investigar processos psicossociais relacionados a saúde e a doença e ao sentido de lugar e apego ao território, tendo em vista que a identidade cultural e o pertencimento étnico-racial, enquanto marcadores sociais da diferença, localizam e subjetivam indivíduos e grupos nas sociedades.

Ao longo do meu percurso acadêmico-científico tenho me dedicado, em parceria com outros pesquisadores das ciências humanas, à compreensão dos conflitos decorrentes das fricções existentes entre os processos de transformação do ambiente por atividades antrópicas/econômicas e os processos político/organizativos de

¹ Universidade de São Paulo - alos@usp.br - ORCID: 0000-0002-5261-0332

luta por direitos de grupos e movimentos sociais autoidentificados como comunidades tradicionais, em especial, do Vale do Ribeira na região sudeste e da Amazônia na região norte do Brasil. Estes conflitos, em geral, de caráter étnico-racial, envolvem modos distintos de acesso e uso de recursos naturais, disputas sobre o território e concepções de identidade, divergências culturais e religiosas e interferências de organizações públicas, privadas e da sociedade civil, e de agentes político-econômicos externos. O que sempre nos demanda a uma análise de correlações das forças locais e globais que configuram a realidade socioespacial e seus efeitos sobre os moradores das comunidades tradicionais.

Partindo da noção de direitos humanos temos, por um lado, discutido o acesso das comunidades tradicionais aos bens e serviços públicos, problematizando a negligência e/ou violação dos poderes e serviços públicos na proteção de seus direitos. Ou seja, o quanto e como os poderes e serviços públicos regulamentam, protegem, efetivam e promovem direitos, como, por exemplo, o direito à terra, à saúde, a não discriminação. E, por outro, temos buscado interpelar a justiça restaurativa enquanto dispositivo voltado, mormemente, para negociação situacional de conflitos, propondo um realinhando da *práxis* restaurativa em direção as lutas e movimentos voltados para promoção da justiça ambiental. E, que demandam pelo tratamento de traumas históricos e intergeracionais, à exemplo do racismo, e pelo equilíbrio nas relações de saber e poder em âmbito político, econômico e jurídico (Massola et al., 2015; Santos et al., 2016; Silva Neto e Santos, 2018).

Este percurso acadêmico-científico trouxe a necessidade de aprofundar a compreensão acerca dos efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de vulnerabilidades sociais e os agravos em saúde dos povos de floresta e áreas úmidas brasileiras. Em pesquisa de campo realizada junto a comunidades indígenas do município de Santarém no Pará, foi possível identificar que para a população local os eventos meteorológicos extremos como a seca e, conseqüentemente, os incêndios florestais, afetaram o volume dos rios e igarapés, prejudicando a pesca e as colheitas e facilitando a propagação de pragas e agentes infecciosos. O que trouxe ameaça de insegurança alimentar para as comunidades e o medo de terem

que abandonar suas terras, tornando-se em última estância refugiados climáticos (Santos, 2024).

Sabemos que as culturas enquanto sistemas sociais com seus modos de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, e suas regras de legitimação e pertencimento, expressam sempre um campo de disputas no que se refere a compreensão dos fenômenos da realidade. Ao longo da história o encontro entre as culturas foi caracterizado pela imposição dos modos de valorar de uma cultura sobre a outra. Assim, juízos de apreciação de valor em termos do que poderia ser considerado enquanto ética, lógica e espiritualidade nas relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, foram considerados como verdades absolutas e universais.

A dominação de uma cultura é o resultado direto da subjugação de outra(s) cultura(s) e, em geral, envolve violência e genocídio de povos, e a desvalorização ou aniquilamento de seus saberes. Os estados-nações europeus forjaram a ideia de que seus modos de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, era superior aos dos demais povos e culturas. Tal hierarquização foi a justificativa para exploração de territórios e povos em África, Ásia e nas Américas. Este processo histórico de exploração chamado colonialismo teve início no século XVI e, moldou o mundo contemporâneo e o capitalismo neoliberal vigente ao estabelecer um novo padrão de poder mundial, a colonialidade (Quijano, 1991). Como fenômeno social a colonialidade refere-se às condições de permanência das relações hierárquicas entre regiões e países do mundo, e de sujeição ao sistema mundo moderno colonial capitalista (Grosfoguel, 2016).

Todavia, outros modos de conceber e valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies coexistem até os dias de hoje, operando nos interstícios do mundo contemporâneo e do capitalismo neoliberal vigente e permitindo que as hierarquias, outrora forjadas pelo colonialismo e mantidas pela colonialidade, sejam denunciadas e enfrentadas (Walsh, 2005).

Na América Latina, os modos dos povos originários do continente, ou seja, dos povos indígenas, de valorar as relações entre os seres humanos com o ambiente e as outras espécies, preservaram

visões de mundo que continuam a ser transmitidas as novas gerações e que têm inspirado e sido incorporadas nas discussões atuais sobre o que significa saúde, boa vida e viver bem. Este trabalho apresenta, com base em pesquisa e análise bibliográfica, as noções de saúde única e de bem viver, e seu potencial de contribuição, enquanto aportes conceituais tributários de cosmovisões indígenas, para a construção de resiliência frente as mudanças climáticas.

Bem Viver e Saúde Única

A noção de bem viver vem sendo incorporada nos debates atuais sobre novos modelos de desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, também tem sido tomada como um componente central das lutas por reconhecimento e direitos de movimentos socioambientais (Siqueira Júnior, Gonçalves & Santos, 2022).

Isso porque tal noção enfatiza o respeito pela terra, enquanto espaço vital da vida, a valorização de relações comunitárias de reciprocidade e cooperação em um território, e a boa convivência multiespécies, como forma de se atingir o bem-estar coletivo. A valorização, em especial, de relações comunitárias de reciprocidade e cooperação no território opera como emuladora de enraizamento, ampliando a capacidade dos moradores de uma comunidade de tomar decisões e agir em relação às próprias condições de vida, como sujeitos de seu cotidiano e como sujeitos de direito. Desse modo, fortalece o seu direito de participar da criação das regras de convivência e, por conseguinte, da construção do seu futuro.

Trata-se de uma noção que expressa uma abordagem holística de cuidado com a vida em suas diferentes formas de manifestação, seja animal, vegetal ou mineral. No idioma aymara, utilizado por povos indígenas da Bolívia e do Peru este cuidado com a vida está presente, por exemplo, na devoção a *PachaMama*. Divindade, segundo os indígenas, ligada à terra e a proteção das formas de vida, *PachaMama* pode se enfurecer diante das agressões que são proferidas a ela e aos seus filhos e desse modo influenciar na ocorrência de desastres naturais e na proliferação de doenças.

Recentemente, países latino americanos como o Equador em 2008 e a Bolívia em 2009, incluíram a noção de bem-viver em suas

Constituições Federais em reconhecimento aos valores culturais e conhecimentos dos povos indígenas, promulgando e protegendo assim os direitos de Pachamama (mãe natureza) e de outras espécies. E, oferecendo diretrizes a partir das quais a economia, a política, e a sociedade poderiam se reorganizar. Contudo, o fato do Equador e da Bolívia terem incluído a noção de bem viver em suas cartas magnas não significa que tenham alterado os padrões de acumulação capitalista ou transformado as relações de poder que os atravessam. Mas sim, que foi dado visibilidade e posicionado um discurso cuja sustentação e o potencial de trazer mudanças depende da ação dos movimentos indígenas, num contexto político dominado pelo capitalismo neoliberal e em tensão com forças políticas internacionais.

Inspirados na noção de bem-viver, autores como Descola e Pálsson (1996), Escobar (2014) e Acosta (2015), propuseram um novo *modus operandi* para a economia capitalista, denominado de pós-desenvolvimento. Partindo da crítica ao modelo ocidental globalizado de desenvolvimento, compreendido como expressão de um ideário de dominação política e social, que atribui à América Latina, África e Ásia a condição de regiões subdesenvolvidas a serem exploradas, tais autores defendem um modo de desenvolver a economia, que respeite os arranjos e a capacidade de produção de *commodities* de cada povo e região e seja compatível com a boa convivência entre espécies e a conservação do ambiente.

Isso permitiria a cada povo e região assegurar a sustentabilidade ambiental de seus sistemas econômicos, perpetuando ao mesmo tempo seus modos de vida e bem viver (Acosta, 2015). O que somente seria alcançado por meio do reconhecimento da natureza como um ser vivo e detentora de direitos e da construção de sociedades biocêntricas. Por conseguinte, tais sociedades teriam como modelo de desenvolvimento o pós-extratativismo, abandonando, por exemplo, a mineração e a exploração de hidrocarbonetos em larga escala e as monoculturas agrícolas extensivas (Escobar, 2014).

Outrossim, a retomada da noção de bem viver na atualidade não deve ser compreendida como um clamor pela volta a um passado idealizado, no qual haveria uma relação de harmonia entre

Capítulo 2 - Bem-viver, saúde única e mudanças climáticas

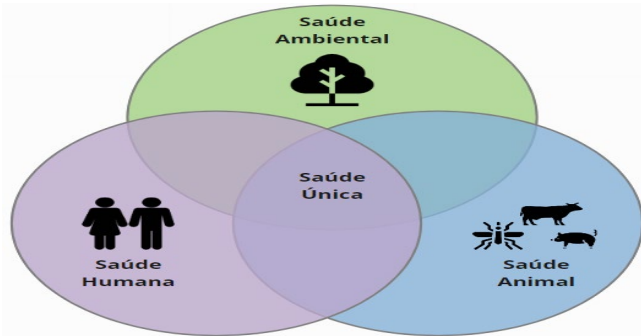
seres humanos e com as outras espécies e o ambiente. Mas, sim como uma tentativa de encontrar melhores condições de equilíbrio frente aos tensionamentos presentes nestas relações e enquanto um novo horizonte ético-político para superação das crises do mundo contemporâneo. Logo, a compreensão sobre o que significa bem viver não pode ser fixada em verdades absolutas e universais, requerendo também se debruçar sobre as estruturas de poder que configuram e modulam as relações entre os seres humanos com ambiente e outras espécies. Tais relações são sempre culturais, evidenciando que qualquer conhecimento produzido acerca das cor-relações de forças locais e globais que configuram uma realidade socioespacial, deve ser tomado como contextual.

Ao propor princípios de uma filosofia de vida que valoriza o equilíbrio entre bem-estar coletivo e sustentabilidade ambiental, a noção de bem viver, oferece elementos para uma crítica ao consumo inconsequente e à degradação ambiental, e para a superação do modelo ocidental globalizado de desenvolvimento, enquanto única aspiração planetária (Alcantara & Sampaio, 2017). A hegemonia deste modelo de desenvolvimento tem sido denunciada, nas últimas décadas, como a causa principal da destruição dos habitats naturais, das guerras, da fome e da miséria, e das crises climática, alimentar e sanitária do mundo contemporâneo.

Nessa direção, tem ganhado destaque, ao lado da noção de bem viver, também a noção de saúde única, tributária de cosmovisões indígenas, enquanto um novo paradigma para compreensão dos processos de saúde-doença, capaz de tomar em consideração a interdependência e interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental e subsidiar práticas de promoção e cuidado à saúde numa perspectiva holística (Baquero, 2021).

No ano de 2008, a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), passaram a adotar a noção de saúde única, defendendo o lema: “Um Mundo, Uma Saúde”. Tal lema indica a importância de reconhecermos a necessidade de ações para construção de uma saúde planetária, alicerçada no bem-estar coletivo de seres humanos e demais espécies, em um ambiente sustentável (Carneiro & Pettan-Brewer, 2021).

Figura 1 - Esquema de compreensão da saúde única.



Fonte: <https://onehealthinitiative.com/the-one-health-triad/>

No modelo globalizado de desenvolvimento, os modos de valorar as relações entre os seres humanos e com as outras espécies, em especial com os animais, fizeram com que estes fossem utilizados, sobretudo, como fonte de proteína, força de trabalho, companhia para os seres humanos e como cobaias em pesquisas científicas e tecnológicas.

O contato com animais aliado as mudanças climáticas, destruição de habitats, guerras, e a fome e miséria, aumentam as chances de transmissão das zoonoses. De acordo com a OMS, as zoonoses respondem por 62% da Lista de Doenças de Notificação Compulsória, 60% dos patógenos reconhecidos (vírus, bactérias, protozoários, parasitas e fungos) e 75% das doenças emergentes. Existem atualmente mais de 200 tipos de zoonoses que são responsáveis anualmente por aproximadamente 2,5 bilhões das doenças infecciosas que acometem os seres humanos, incluindo Ebola, HIV e Covid-19 (BVS-MS, 2024).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET, 2024), o Brasil tem a segunda maior população de cães e gatos do planeta, sendo o terceiro país em número de animais de estimação, com aproximadamente 140 milhões de pets. No país, as principais zoonoses transmitidas por estes animais de estimação são a raiva, leishmaniose, leptospirose, toxoplasmose e esporotricose (Oliveira-Neto *et al.*, 2018).

Embora existam muitas semelhanças nos processos infecciosos que acometem seres humanos e animais, a medicina humana

Capítulo 2 - Bem-viver, saúde única e mudanças climáticas

e a veterinária atuavam até pouco tempo de forma paralela e independente. Foi somente nas últimas décadas com a incorporação da noção de saúde única pela OMS, OIE e FAO, que as duas medicinas se aproximaram com vistas a subsidiar ações em conjunto e propor medidas preventivas em relação as zoonoses.

Segundo a ONU a noção de saúde única, e sua capacidade de subsidiar práticas de promoção e cuidado à saúde numa perspectiva holística, corresponde atualmente a melhor abordagem para se prevenir os surtos de doenças zoonóticas e as futuras pandemias (Carneiro & Pettan-Brewer, 2021). Em 2015 a ONU promulgou a agenda 2030, ratificada por mais de 190 países signatários, e que contém um plano de ação com 17 objetivos, denominados ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), com vistas, sobretudo, a erradicar a pobreza, mitigar as mudanças climáticas, proteger o planeta e garantir a paz mundial.

Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 - ONU



Fonte: <https://onehealthinitiative.com/the-one-health-triad/>

A incorporação das noções de bem viver e de saúde única pelas organizações públicas, privadas e da sociedade civil, tem disso considerado por muitos pesquisadores e ativistas como fundamental para o cumprimento adequado dos objetivos da agenda

2030 para o desenvolvimento sustentável proposta pela ONU. Isso porque ambas as noções valorizam a reciprocidade e a boa convivência multiespécie como forma de alcançar o bem-estar coletivo, superando as noções de qualidade de vida e bem-estar meramente individualizantes.

Considerações finais

As noções de bem viver e saúde única podem ser tomadas como fontes de inspiração para a construção de novos horizontes ético-políticos em direção a continuidade da vida na terra. E, também para o diálogo acerca da unidade-ruptura ser humano-natureza e as possibilidades de resistência e superação das relações forjadas entre ambos pelo capitalismo.

A noção de bem viver enfatiza a qualidade das relações comunitárias e da convivência multiespécies e o cuidado com o ambiente. A noção de saúde única evidencia a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental. Ambas as noções podem contribuir para a construção de resiliência frente as mudanças climáticas, visto que derivam de saberes produzidos a partir de longas trajetórias de interação entre comunidades indígenas e ecossistemas. E, cujos conhecimentos e saberes mobilizados podem ajudar na elaboração de respostas, originais e inéditas, com vista a lidar com este fenômeno.

Enquanto aportes conceituais as noções bem viver e saúde única podem subsidiar a proposição de marcos regulatórios governamentais capazes de ampliar a capacidade de adaptação e resiliência frente aos eventos meteorológicos extremos. E, também ajudar no letramento climático das sociedades, ou seja, no desenvolvimento de vocabulários e gramáticas que favoreçam a educação ambiental e a difusão e popularização do conhecimento científico sobre as mudanças climáticas. Por conseguinte, são importantes enquanto eixos de análise interseccional para o planejamento socioambiental e a formulação de indicadores de monitoramento e avaliação de políticas públicas relativas ao meio ambiente e a saúde.

Além disso, a análise das mudanças climáticas, à luz da ciência

Capítulo 2 - Bem-viver, saúde única e mudanças climáticas

do espaço humano, pode se beneficiar destes aportes conceituais na investigação dos limites e possibilidades envolvidos na construção coletiva dos sentidos de lugar e apego ao território, assim como no que se refere a factibilidade de outras formas de relação com o espaço-tempo e as culturas.

As noções de bem viver e saúde única configuram um paradigma distinto de compreensão sobre a integração dos coletivos humanos em suas especificidades, com os territórios e demais espécies, derivando concepções de bem-estar e apego ao território capazes de subsidiar, em âmbito local e global, a formulação de ações de governos, empresas e da sociedade civil, com vistas a superação de iniquidades e na direção de uma saúde e cidadania de caráter mais global e planetário.

Tais noções derivam de um núcleo comum emulador de um novo ideário social, econômico e político. Finalizamos este trabalho destacando alguns aspectos que compõem este núcleo e/ou que também consideramos importantes para orientar ações voltadas a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas:

- Descolonização dos conhecimentos, de modo que as visões de mundo oriundas de saberes tradicionais também possam ser incorporadas na compreensão da realidade, e na produção dos conhecimentos considerados válidos;
- Valorização do caráter igualitário entre os seres humanos e da necessidade de boa convivência entre espécies, bem como de uma existência atrelada ao sentido de lugar e apego ao território e aos ciclos da vida em suas diferentes formas de manifestação;
- Desenvolvimento de práticas sociais que estruturam novos projetos civilizatórios, distintos ao projeto civilizatório que deu origem ao modelo atual de desenvolvimento econômico;
- Criação e fortalecimento de networks de compartilhamento de conhecimentos e tecnologias alinhados com a valorização da etnoconservação e da bioeconomia;
- Reconhecimento de que a adaptação as mudanças climáticas e a construção de resiliência envolvem soluções de ordem natural, tecnológica e política;

- Reconhecimento de que as soluções tecnológicas de adaptação e resiliência as mudanças climáticas inicialmente serão pequenas, granulares, locais, porquanto possam ser mais rápidas e influenciarem grandes soluções enquanto estudos piloto e modelos;
- Respeito as realidades culturais e autonomia dos povos de floresta e reconhecimento do seu papel como um agente social fundamental na construção da resiliência climática e na promoção da saúde e da cidadania planetária.

Referências bibliográficas

ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y Sociedad*, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015.

ALCANTARA, L. C. S. & SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 40, p. 231-251, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO (ABINPET). *A indústria de pets e seus números*. Disponível em: <<https://abinpet.org.br/informacoes-gerais-do-setor/>>. Acesso em 09 de março de 2024.

BAQUERO, O. One Health of Peripheries: Biopolitics, social determination and field of praxis. *Frontiers in Public Health*, v. 09, p. 01-12, 2021.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (BVS-MS). *Saúde Única: Dia Mundial das Zoonoses*. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/06-7-saude-unica-dia-mundial-das-zoonoses/>>. Acesso em 08 de março de 2024.

CARNEIRO, L. A. & PETTAN-BREWER, C. One Health: Conceito, História e Questões Relacionadas – Revisão e Reflexão. In: MIRANDA, A. M. M. (Org.). *Pesquisa em saúde & ambiente na Amazônia - perspectivas para sustentabilidade humana e ambiental na região*. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021, p. 220-240.

DESCOLA, P. & PÁLSSON, G. *Nature and Society. Anthropological Perspectives*. Londres: Routledge, 1996.

ESCOBAR, A. *La invención del desarrollo*. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

Capítulo 2 - Bem-viver, saúde única e mudanças climáticas

MASSOLA, G. M.; SVARTMANN, B. P.; SANTOS, A. O.; GALEÃO SILVA, L. G. Quilombos e conflitos territoriais no Brasil: o caso do Vale do Ribeira, SP. In: LIMA, A. F.; ANTUNES, D. C.; CALEGARE, M. G. A. (Orgs.). **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015, v. 01, p. 350-372.

OLIVEIRA-NETO, R. R.; SOUZA, V. F. CARVALHO, P. F. G. & RODRIGUES FRIAS, D. F. Nível de conhecimento de tutores de cães e gatos sobre zoonoses. **Revista de Salud Pública**, v. 20, n. 02, p. 198-203, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1991.

SANTOS, A. O.; MASSOLA, G. M.; GALEÃO SILVA, L. G.; SVARTMANN, B. P. Racismo ambiental e lutas por reconhecimento dos povos de floresta da Amazônia. **Global Journal of Community Psychology Practice**, v. 7, p. 1-20, 2016.

SANTOS, A.O. Climate change and indigenous health in the Amazon. In: **17th Health Disparities Conference**. Abstracts. New Orleans: Xavier University of Louisiana, 2024.

SANTOS, L., OLIVEIRA, J. E., MADURO-ABREU, A., LITRE, G., SÁTIRO, G. S., & SOARES, D. C. Mudanças climáticas, mudanças produtivas e saúde: complexas interações na literatura nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5315-5328, 2021.

SENA, A., CORVALÁN, C. & FEITOSA, P. Mudanças climáticas, seca e saúde no semiárido brasileiro. In: BARCELLOS, C; CORVALAN, C.; SILVA, E. L. (Orgs.). **Mudanças climáticas, desastres e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2022, p. 101-130.

SILVA, M. A., XAVIER, D. R. & ROCHA, V. Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e emergências em saúde pública. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 02, p.48-68, 2020.

SILVA NETO, N. M.; SANTOS, A. O. Justiça restaurativa e conflitos sociais envolvendo comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: um estudo de caso no município de Santarém, Pará. **Revista Ciências da Sociedade**, v. 2, p. 238, 2018.

SIQUEIRA JÚNIOR, G. C.; GONÇALVES, B. S. & SANTOS, A. O. O caráter multiespécie e multidimensional das noções de bem viver latino americanas. In: BAQUEIRO, O. & PEÇANHA, E. (Orgs.). **Comunidades e Famílias Multiespécies: Aportes à Saúde Única em Periferias**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados (USP), Saúde Única em Periferias e Avamisse Editora, 2022, p. 305-328.

WALSH, C. **La interculturalidad en educación**. Perú. Lima: Ministerio de Educación. Dirección Nacional de Educación Bilingüe Intercultural, 2005.

CAPÍTULO 3

Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropo(capitalo)ceno¹

Thiago Pires Oliveira²
Marcos Bernardino de Carvalho³

Introdução

Os desafios produzidos pela crise socioambiental, em particular aquela promovida pelas mudanças climáticas, exigem a percepção acurada das diversas dimensões que conduziram ao estágio crítico das atuais relações entre as sociedades humanas e os demais elementos da natureza. A questão climática é uma das principais manifestações que identificam e sintetizam essa crise, cujo ponto de inflexão resulta do concurso de múltiplos vetores que hoje se confundem e já caracterizam uma nova época: o Antropoceno, (ou “Capitaloceno”, como sugeriram Andreas Malm e Donna Haraway)⁴. Dentre esses múltiplos vetores é possível identificar os mais variados graus de influência na determinação do resultado crítico, que hoje detectamos no problema do clima e nos fatores a ele vinculados: das emissões dos gases estufa ao desmatamento generalizado, ou do ‘sufocamento’ do plâncton oceânico ao abuso dos padrões energéticos de alta emissão de carbono, todos são fatores que sem dúvida agravam, promovem e dificultam o enfrentamento do problema. Porém, será nos arranjos sociais, econômicos e culturais que ensejaram um processo civilizatório movido por um padrão crescentemente global de existência e acumulação, ordena-

1 Versão atualizada e com ajustes de trabalho originalmente submetido e aprovado pela organização do XVI Colóquio Internacional de Geocrítica que, previsto para ocorrer em outubro de 2020, foi cancelado devido à pandemia da Covid-19. O texto original anterior, com modificações, acabou sendo publicado em 2022 no volume 32 da Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA.

2 Universidade Federal de Bahia (UFBA) - E-mail: thiagopires@ufba.br - Orcid: 0000-0001-8910-9210

3 Universidade de São Paulo (USP) - E-mail: mbcarvalho@usp.br - Orcid: 0000-0002-1640-8348

4 Cf. Malm, 2018; ou Haraway, 2016.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropo(capitalo)ceno*

do e viabilizado por um processo de apropriação territorial imposto pela hegemonia geopolítica do estado nacional, que encontraremos as raízes profundas em que se assentaram as estruturas promotoras desse estágio de nossa história que identificamos como climaticamente crítico.

Logo, além das chamadas soluções técnicas (importantes, diga-se de passagem) vinculadas, por exemplo, à promoção de alterações nas matrizes energéticas, aos processos de revegetação e reflorestamento, ou aos expedientes promovidos pelo mercado de compensações de carbono ou de alterações de comportamento no consumo, serão naquelas intervenções mais estruturais, voltadas para interferir no âmbito do paradigma civilizatório que sustenta os atuais padrões sociais, econômicos, culturais e políticos, que encontraremos o conjunto de sugestões e ações capazes de promover reais mudanças nos modelos que norteiam as relações dos seres humanos entre si e, conseqüentemente, destes com o restante da natureza, em quaisquer de suas partes, inclusive nas suas dinâmicas climáticas.

Dentre essas questões que mereceriam a nossa atenção e cuidado, gostaríamos de destacar aqui as que se referem ao ordenamento geopolítico do mundo na forma dos Estados Nacionais territorializados, especialmente considerando as novidades que nesse âmbito já estão se produzindo. O papel desempenhado por estes que configuram a geopolítica hegemônica, na apropriação dos recursos, das pessoas e na viabilização do padrão global de acumulação que se assenhorou do mundo e nos conduziu à atual condição socioambiental, é por demais conhecida. Mas já há algumas iniciativas promovidas por alguns países da América Latina que indicam possíveis caminhos para confrontar essa hegemonia, considerando o instituto dos Estados Plurinacionais que os textos constitucionais de alguns deles já consagraram.

O presente trabalho pretende argumentar sobre as novidades e as potencialidades que esses “Estados Plurinacionais”, assim como os valores e referências que os fundamentam (“Bem viver”, “Pachamama”, direitos da natureza, epistemologias do sul, natureza como sujeito de direitos etc.) apresentam para facear a crise socioambiental aludida, especialmente em sua componente climática.

Da mesma forma que o advento do Estado Nacional, ocorrido há séculos a partir da Europa (principalmente na sua versão moderna), constituiu importante fator de viabilização de uma economia-política fundada na apropriação de pessoas e recursos, que proporcionou a implantação do sistema global de espolição gerador da mencionada crise, também a instituição de uma nova geografia política, respeitadora da plurinacionalidade, que reconhece os direitos dos povos originários e de suas epistemologias e não se funda apenas nos “contratos sociais”, mas contempla também o advento do “contrato natural”⁵, entre outros fatores que pretendemos examinar, pode estar inaugurando uma nova era capaz de contrapor e reverter alguns dos fundamentos que proporcionaram a crise ambiental sobre a qual nos debruçamos. Tais fatos, já estão consagrados expressamente pelas Constituições Políticas do Equador e da Bolívia e já se irradiam pelo sistema jurídico de outros países da América Latina, como é o caso da Colômbia e da Argentina. A abordagem em torno das novidades acrescidas por esses mecanismos jurídico-institucionais, especialmente para pensar as alternativas ao processo de degradação socioambiental, em particular as consequências promovidas pelas mudanças climáticas, define a centralidade da reflexão que aqui se propõe.

Portanto, é nosso objetivo, neste trabalho que apresentamos na presente oportunidade, buscar contribuir com aportes que evidenciem a efetividade tanto dessas diferentes alternativas político-institucionais de enfrentamento das catástrofes socioambientais (dentre as quais incluem-se as sinalizadas pelas mudanças climáticas), quanto da inserção dos fundamentos e conceitos que tais alternativas aduzem necessariamente ao debate, tais como as considerações trazidas pela epistemologia “decolonial”, que vem promovendo mudanças paradigmáticas na discussão dos direitos da natureza no contexto da emergência climática e socioambiental trazida pelo (Antropo)Capitaloceno.

A incorporação discursiva dos instrumentos político-conceituais indicados pelas bases e fundamentos das alternativas latinas que aqui examinamos (da consideração das diversidade pluri-

5 cf. Serres, 1994.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antroponoceno*

nacional às teses do “Bem viver”, ou do pensamento decolonial à ampliação dos sujeitos de direitos para os demais elementos não humanos da natureza), indica, por sua vez, o caminho metodológico que abraçaremos nesta reflexão, pois esta será balizada pelo conhecimento pautado nos paradigmas emergentes das epistemologias vocacionadas para suplantar as linhas abissais impostas pelo pensamento colonial. Consequentemente, a partir de um paradigma epistemológico decolonial foi efetuado um estudo geopolítico das constituições da Bolívia e do Equador e da influência que tais diplomas normativos geraram sobre o sistema jurídico da Colômbia, avaliando a maneira como essa transição paradigmática repercutiu sobre o próprio modelo civilizatório vigente.

Já nos daremos por satisfeitos se, com este trabalho, ao menos conseguirmos proporcionar a constatação da importância dessas novas iniciativas políticas e da epistemologia não eurocêntrica que ensejam, particularmente quando se observam nos fundamentos desses novos Estados Plurinacionais pautados pelo “Bem viver”, a promoção de valores civilizacionais diversos aos que tem prevalecido globalmente.

Origens e originalidade do Estado Plurinacional:

O paradigma do Estado Nacional foi o ideário que norteou as relações sociais e políticas da Modernidade, influenciando desde as políticas mercantilistas que pautaram o colonialismo europeu decorrente da primeira globalização identificada com as Grandes Navegações européias, iniciadas no século XV, compreendendo até a nova ordem internacional inaugurada pela denominada “Paz de Vestfália”, o conjunto de tratados internacionais celebrados no continente europeu, após a Guerra dos Trinta Anos (1618 e 1648), que ainda pauta os marcos normativos da geopolítica internacional contemporânea.

O colonialismo foi o modelo civilizatório enaltecido do Estado Nacional e determinante das relações da Europa com os povos dos demais continentes, que tiveram de subordinar suas necessidades aos interesses mercantilistas das metrópoles imperialistas. Todavia, mesmo naquelas regiões submetidas à chamada “coloni-

zação de povoamento”, como as Treze Colônias Britânicas (atual Estados Unidos da América) e os territórios que compõem o atual Canadá, houve a adoção de um modelo sociocultural eurocentrado que reproduzia os valores do Estado Nacional metropolitano e subjugava tanto as populações autóctones, como aquelas que sofriam migrações forçadas pelos processos de escravização das populações africanas, ou pelos processos de exclusão e expulsão havidos nas próprias sociedades europeias.

Esse constrangimento produzido pela figura do Estado Nacional que teve lugar nas colônias da América do Norte, foi uma realidade ainda mais recorrente no processo de exploração aplicado no resto do continente americano, em que o sistema de *plantation* e monocultura não se limitou a algumas regiões, nem às plantações que subjugavam a terra, mas alcançou, inclusive, as “mentalidades”, que estigmatizaram as populações não-européias, submetidas ao trabalho forçado, como inferiores e cujos valores culturais, -- não-europeus --, deveriam ser desprezados e relegados ao plano de “sistemas de saber desaparecidos”, conforme o panorama traçado por Vandana Shiva⁶.

Viabilizado por diversos países europeus e por suas pretensões imperialistas, o Estado Nacional colonizador constrangeu os elementos e as dimensões físico-biológicas, bem como os agrupamentos humanos que com estes se relacionavam e coexistiam, conformando uma espécie de paradigma civilizatório específico para aquela realidade natural e cultural (evidentemente dissonante do modelo eurocentrado), impondo-lhes uma ruptura nos modos de produção e reprodução de suas existências – econômica, social, cultural e biológica --que geraram as diversas crises socioambientais que desde então colhemos. Essa ruptura viabilizou-se com o sufocamento de territórios, nações diversas e crises permanentes, tanto à base da violência explícita dos “canhões e baionetas” das próprias “nações” imperialistas e colonizadoras, como à base das instituições consolidadoras das territorialidades dos modernos estados nacionais e das narrativas construídas para legitimar suas histórias. Desse modo de subjugar, ocupar e narrar, viabilizou-se,

6 Shiva, 2003.

Capítulo 3 - Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropoceno

concomitantemente, um modo de exploração econômica que produziu o esgotamento dos elementos naturais, tratados como “recursos” a serem extraídos até a última gota ou grão, dentro de um sistema que passou a ser dominante e foi reproduzido nos diversos continentes em que se espalharam os empreendimentos coloniais.

A plurinacionalidade é uma proposta de retomada - *re-existência* - dos modelos sufocados pela empresa colonial e os sistemas dominantes, apoiados no citado paradigma do Estado Nacional. As vozes historicamente silenciadas por séculos de opressão e domínio colonial, com essa nova possibilidade, podem assim ressoar.

O Estado Plurinacional, em particular, e como possibilidade institucional dessa retomada, oportuniza o resgate de sistemas de saber desaparecidos e historicamente menosprezados. Possibilitando conectá-los com algum exercício de poder, viabiliza, de fato, essa *re-existência*. Como sabemos, há muito, que a conexão entre conhecimento e poder, é reconhecida. Esta, que já foi sintetizada no famoso aforismo “conhecimento e poder são sinônimos” de Francis Bacon (1911, p. 11), encontra na explicitação da dicotomia sugerida por Michel Serres, entre as ordens da lei e o desejo de saber, representadas por duas das “três libidos” que seriam a *libido dominandi*, “vontade contínua de dominação”, e a *libido sciendi*, “vontade de saber”, respectivamente⁷, as indicações de quais são as dimensões a serem consideradas quando se pretende seriamente viabilizar tal conexão, como parece ser o caso do Estado Plurinacional.

A despeito dos debates que ocorreram no século XX em torno do multiculturalismo e das “políticas de reconhecimento” que resultaram no reconhecimento de direitos indígenas por ordenamentos constitucionais de diversos países na década de 1980, a exemplo do Canadá, da Guatemala e do Brasil (discussão intensificada, diga-se de passagem, com o advento da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, que igualmente resultou em reformas constitucionais em diversos países latino-americanos)⁸, o início do século XXI foi impactado por governos da América Latina que, indo além da mera teoria, apresentaram uma práxis política transformadora que, modificando a ordem constitucional de seus

7 Serres, 1994, p. 95.

8 Urquidí; Huertas Fuscaldo, 2013.

países, lançaram no plano jurídico e político-institucional, as premissas do Estado Plurinacional, como expressão da diversidade étnica que caracteriza a realidade social daqueles países.

Neste início de século XXI, as unidades geopolíticas que produziram transformações significativas e vanguardistas no texto de suas constituições nacionais, de modo a conformar a plurinacionalidade como modelo de estado, foram a Bolívia e o Equador.

O Equador foi o primeiro país a romper com o paradigma do Estado Nacional para incorporar os referenciais da plurinacionalidade na sua constituição política e, conseqüentemente, desenvolver um novo modelo de sociedade. O Estado Plurinacional equatoriano não surgiu de maneira pacífica e cordial, como aparenta em razão de sua incorporação por meio do poder constituinte originário, mas foi um desdobramento do conjunto de lutas populares que foram reproduzidas no complexo processo constituinte que resultou na Constituição da República do Equador, promulgada em 2008 (CRE-2008).

O Estado Plurinacional está consagrado logo no primeiro artigo da CRE-2008, a qual estabelece que: “O Equador é um Estado constitucional de direitos e justiça, social, democrático, soberano, independente, unitário, intercultural, plurinacional e laico. Organiza-se sob a forma de república e se governa de maneira descentralizada”.⁹

Com forte presença indígena em sua população, tal como a Bolívia, o Equador incorporou no texto constitucional de maneira significativa as influências dos povos originários, quando reconheceu no art. 71 da CRE-2008 que a *Pachamama* seria um sujeito de direitos, ou seja, a natureza seria considerada como uma entidade titular de direitos.

A CRE-2008 foi concebida também em um contexto de lutas populares protagonizadas por movimentos sociais indígenas que já reivindicavam a plurinacionalidade como um projeto não somente para a sociedade equatoriana como, também, para uma perspectiva mais ampla, considerando a escala do planeta.

Antes da promulgação do texto constitucional, afirmava Luis Macas sobre a plurinacionalidade que:

9 Ecuador, 2008.

Capítulo 3 - Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno

Si nosotros retrocedemos un poco hacia la historia pasada y miramos cuáles pueden ser esos elementos básicos que nos pueden servir a todos, encontramos que es posible crear la unidad en la diversidad, que es posible reconstituir el pasado para reconstruir el futuro, que es posible un derecho que respete las diferencias fundamentales de todos y todas, y que es imprescindible cambiar las bases de nuestro contrato social por uno que posibilite el respeto a las diferencias. A ese proyecto lo hemos denominado como Estado Plurinacional y como sociedad intercultural.¹⁰

Também merece destaque o pensamento de Aníbal Quijano, quando discute a colonialidade do poder como um elemento de deflagração das lutas indígenas e populares por um novo modelo estatal que supere o paradigma do Estado-Nação em prol do Estado Plurinacional. O Equador já era um dos primeiros países que reivindicavam a plurinacionalidade como um reconhecimento efetivo das diferenças e não apenas como uma promessa simbolicamente contida em textos jurídicos.

Nesse sentido, afirma Quijano que:

Los más organizados, sin embargo, como en Ecuador primero y luego en Chiapas, han avanzado a plantear la necesidad de un Estado plurinacional. Y no se trata solamente de hacer admitir en los textos constitucionales las frases rituales, ahora comunes a casi todos esos textos, sobre la pluriethnicidad, la pluriculturalidad, la pluri, etcétera. Se trata de que la estructura institucional del Estado sea modificada en sus fundamentos, de modo que pueda representar efectivamente a más de una nación. Es decir, se trata de una múltiple ciudadanía, ya que en la existente los “indígenas” no tienen, no pueden tener, plena cabida.¹¹

Tal des-nacionalização (ou plurinacionalização) dos Estados constitui um novo paradigma político que influencia de maneira significativa a compreensão dos fundamentos que estruturam a sociedade e suas instituições, uma vez que o direito exerce a função de instrumento discursivo que consolida as conquistas obtidas

10 Macas, 2005, p. 37.

11 Quijano, 2014, p. 661.

por meio das lutas sociais. E as normas jurídicas que compõem a CRE-2008 como um todo demonstram como esse texto foi um espaço resultante das lutas travadas e das contribuições das diversas nações equatorianas, muitas delas tendo sofrido um processo de silêncio institucional, alternado com violência estrutural.

Neste espírito, reside o pioneirismo equatoriano ao prever expressamente os direitos da natureza no texto de sua constituição política¹², o que é um dado relevante para países de sistemas jurídicos que têm a Constituição como o principal pilar que sustenta o sistema.

Assim como na Bolívia somente foi possível a mudança constitucional com a ascensão do *aymará* Evo Morales Ayma à presidência do país, a convocação da assembleia constituinte que seria realizada em 2007 na cidade de Montecristi, situada na província equatoriana de Manabi, deu-se no contexto da eleição, no ano de 2006, do economista Rafael Correa que propunha, entre outras medidas, a alteração da Constituição do país.

De fato, o segundo decreto emitido por Correa, após a sua posse, foi justamente o *Decreto Ejecutivo* nº 2, de 2007, que convocava uma consulta popular para que a população equatoriana decidisse se queria, ou não, a convocação de uma assembleia constituinte.

Sobre esse processo de produção de uma nova constituição, relata o economista equatoriano Alberto Acosta, que foi um dos presidentes da Assembleia Constituinte de Montecristi, que as reflexões que antecederam a Constituinte “definem um contexto muito amplo dos passos vanguardistas dados pela Assembleia Constituinte do Equador reunida em Montecristi entre 2007 e 2008”. Isto sucede pelo fato de que elas direcionam de forma clara para onde se deveria seguir o estabelecimento “de uma nova forma de organização da sociedade se realmente pretende estabelecer uma opção de vida que respeita e convive dentro da Natureza. Estas reflexões também permitem compreender o caráter civilizatório dos Direitos da Natureza”.¹³

Reconhecer a diversidade implica no reconhecimento do outro. Esta é a essência da proposição em favor de um Estado Plurinacio-

12 Shiva, 2011.

13 Acosta, 2016, p. 122.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropro(capitalo)ceno*

nal. E incluir o outro compreende também o respeitar e levar em consideração na esfera pública as contribuições que uma cosmovisão distinta da sua pode oferecer para uma mudança social, principalmente em contextos como os das América Latina, marcado por instituições que reforçam as desigualdades, a injustiça social e a própria destruição da natureza.

A despeito da iniciativa do governo eleito no Equador em propor uma nova constituição buscando promover mudanças sociais, políticas e econômicas, o processo de elaboração da CRE-2008 foi bem complexo, pois, as ambiguidades inerentes às disputas de poder, diante de contextos de diversidade expõem o desafio que a incorporação de novas cosmovisões na esfera pública pode gerar.

Nesse sentido, Acosta expõe a complexidade do processo de incorporação dos conceitos derivados de cosmovisões distintas do paradigma, muitas vezes, eurocentrado, ainda que imperceptível para alguns atores políticos, quando surgiu um intenso debate sobre a inclusão dos direitos da *pachamama* no próprio texto constitucional. Assim, expressou-se o citado economista e teórico social equatoriano:

En la Constitución ecuatoriana del año 2008, al reconocer los Derechos de la Naturaleza, es decir entender a la Naturaleza como sujeto de derechos, y sumarle el derecho a ser restaurada cuando ha sido destruida, se estableció un hito en la humanidad. Por igual trascendente fue la incorporación del término Pacha Mama, como sinónimo de Naturaleza, en tanto reconocimiento de plurinacionalidad e interculturalidad. La discusión en el seno de la Asamblea Constituyente en Montecristi fue compleja. Varios asambleístas, inclusive del bloque oficialista, el mayoritario, así como miembros de alto nivel del propio gobierno se opusieron a aceptar los Derechos de la Naturaleza y la tildaron incluso como de una “estupidez”. Fuera de la Asamblea, los Derechos de la Naturaleza fueron vistos como un “galimatías conceptual” por los conservadores del derecho, en esencia incapaces de entender los cambios en marcha. A ellos les resulta difícil comprender que el mundo está en movimiento permanente.¹⁴

14 Acosta, 2011, p. 341-342; Acosta, 2016, p. 122.

Macas¹⁵ oferece uma contribuição fundamental visando esclarecer em que consistiria o Estado Plurinacional quando afirma que a construção desse novo modelo estatal se baseia nas seguintes transformações estruturantes:

- a) reformulação da democracia;
- b) reformulação do sistema econômico;
- c) reconhecimento da diversidade cultural.

Especificamente à questão da democracia, é importante frisar que a reformulação desta visa ir além da sua condição representativa formal, mas propõe-se aprofundar a democratização das instituições políticas de maneira que a democracia seja efetivamente participativa e comunitária, ou seja, muito mais ampla, baseada no diálogo, no consenso, na escolha e, também, na possível retirada dos governantes inaptos, bem como da fiscalização dos governantes pelos governados¹⁶, de modo a promover uma cidadania autêntica e não meramente nominal.

Um dos legados da plurinacionalidade prevista na CRE-2008 reside na consagração jurídica do “bem viver” ou *sumak kawsay* na condição de alicerce do próprio Estado Plurinacional e Intercultural. Isso permitiu o diálogo íntimo com as discussões tratadas em favor dos direitos da natureza, direitos que estão interligados com os direitos humanos e, portanto, culminam na construção de uma sociedade plural, democrática e efetivamente sustentável¹⁷.

O pioneirismo equatoriano não foi apenas um experimento restrito às fronteiras do nacional, mas se irradiou por toda a América Latina. Houve países que também produziram mudanças em sua constituição, como é o caso da Bolívia, ou que estimularam a intensificação das lutas sociais, que reivindicavam esse novo modelo civilizatório sugerido pelo pioneirismo equatoriano. Em alguns deles, como na Colômbia e no Peru, diante da letargia do Poder Legislativo, tais lutas e conflitos, acabaram desembocando em disputas no Poder Judiciário, em que tribunais, principalmente as cortes constitucionais, passaram a se inspirar no modelo equa-

15 Macas, 2005.

16 Macas, 2005.

17 Acosta, 2011.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno*

toriano para reconhecer os direitos da natureza em seus próprios contextos.

O pioneirismo equatoriano irradiando pela América Latina

O caso da Bolívia é um exemplo significativo das contradições que permearam os projetos nacionais estabelecidos após os movimentos de independência do colonialismo ibérico no século XIX, em que um país, mesmo possuindo uma significativa população ameríndia, estava historicamente alicerçado no paradigma do Estado Nacional, segundo o qual a “nação boliviana” era representada exclusivamente por aquilo que a elite *criolla* e *mestiza* entendia que deveria ser o projeto de país, ou seja, uma “nação” que buscava se aproximar cada vez mais dos valores eurocêntricos e, concomitantemente, viria a se afastar de suas raízes indígenas.

Descrevendo a dupla exclusão - de viés social e racial - que as populações ameríndias sofriam na Bolívia, Gruner afirma:

Está claro que, inmediatamente después de la independencia, las élites criollas abandonaron las ideas inspiradas en las revoluciones sociales, específicamente las de la igualdad. Los criollos querían formar una nación boliviana de la cual excluían, mediante el derecho a la ciudadanía, a la mayoría de la población indígena. Esta nueva élite criolla consideraba a los aymaras y quechuas competidores en los ámbitos económicos, culturales y demográficos. Los indígenas sufrían una exclusión política, exentos de voto, y de participación en el servicio militar obligatorio (hasta el principio del siglo XX). Además sufrían del cobro de tributos especiales y de varias prestaciones de servicios forzados no remunerados.¹⁸

O século XX foi marcado por diversas mobilizações populares por mudanças sociais na Bolívia. Os antecedentes da assembleia constituinte boliviana, convocada em 2006, encontram-se em reivindicações das populações indígenas por transformações que lhes garantissem a proteção de suas terras originárias e de sua dignidade como cidadãos, a exemplo da marcha dos indígenas das terras bai-

18 Gruner, 2003, p. 189-190.

xas, realizada no ano de 1990 e liderada por Tomás Ticuazu, entre outros, e o pronunciamento público da Assembleia do Povo Guarani (*Asamblea del Pueblo Guaraní*) em 1995 por uma nova constituição¹⁹.

Transcendendo ao mero reconhecimento dos direitos das populações indígenas como minorias a serem protegidas, a Bolívia inverteu o processo. Ao invés de simplesmente garantir uma proteção residual aos direitos dos povos originários, que seriam tratados como minorias de um Estado forjado à imagem e semelhança da elite *criolla*, concebeu um novo modelo estatal em que haveria uma igualdade entre as etnias integrantes da população, na qual cada componente étnico seria considerado como uma nação específica que estaria sob uma única estrutura estatal, em que se deveria espelhar o mosaico étnico da população boliviana.

A promulgação da Constituição política boliviana de 2009 (CPB-2009), com a conseqüente fundação do Estado Plurinacional da Bolívia, tornou este país, junto com o Equador, outro Estado pioneiro na adoção da plurinacionalidade como um paradigma estatal. Logo, a Bolívia foi o primeiro a mudar o nome oficial do Estado para incluir nele o seu caráter plurinacional, o que contribuiu para uma modificação sensível das suas relações sociais, lançando as balizas de uma nova maneira de enxergar a conjuntura social, política e cultural que ainda impacta os demais países latino-americanos.

Reflexos da plurinacionalidade invocada durante a Assembleia Constituinte que resultou na CPB-2009 se fizeram representar nos requisitos estabelecidos pela *Ley especial de convocatoria a la Asamblea Constituyente* (Lei n° 3356, de 6 de março de 2006), diploma legal sancionado pelo presidente Evo Morales que previa uma relevante regra para a escolha dos 255 representantes constituintes que transcendia à tradicional filiação a partidos políticos: “Ser indicado por um Partido Político, um Grupo de Cidadãos e/ou um Povo Indígena, ou pelos grupos ou alianças estabelecidas entre eles, obedece ao estabelecido nos artigos 222, 223 e 224 da Constituição Política.”.

Outra regra prevista na citada lei foi o artigo 8° que previa a proibição da participação de agentes políticos, servidores públicos e particulares concessionários de serviços públicos entre os

19 Hassenteufel Salazar, 2006.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno*

representantes constituintes naquela oportunidade, uma regra de incompatibilidade que buscava evitar a interferência de pessoas pertencentes ao *establishment* político e tecnocrático à nova ordem constitucional que se buscava refundar.²⁰

Como se observa da citada lei que estabeleceu as bases para a convocação da assembleia constituinte, o Congresso Nacional boliviano foi além de apenas fazer uma eleição fundada em partidos políticos, admitindo que houvesse a postulação de membros de agrupamentos cidadãos e de povos indígenas, não necessariamente vinculados a um partido.

Ainda levando em conta esse espírito da pluralidade, na citada lei especial constavam normas que previam a equidade de gênero (artigos 15 e 16), o que buscava confrontar o paradigma dominante na Bolívia que não apenas era eurocêntrico, tal como o ideário da elite *criolla*, mas também assentado em premissas sexistas vinculadas ao patriarcado.

A modificação dos alicerces procedimentais que possibilitaram o acesso de parcelas da população historicamente alijadas das instâncias políticas, especialmente as populações indígenas²¹, para compor o poder constituinte originário proporcionou as condições necessárias para uma transição paradigmática.

A CPB-2009, buscando estabilizar essas transformações para torná-las algo estruturante da sociedade boliviana, e não meramente conjuntural à eleição de Evo Morales para a presidência da Bolívia, tratou de incorporar expressamente a plurinacionalidade como norma constitucional. Este fato pode ser identificado no Título I do texto constitucional que trata das bases fundamentais do estado, sendo uma referência significativa o disposto no seu art. 1º, em que está escrito: “A Bolívia constitui-se como um Estado Social Unitário de Direito Comunitário Plurinacional, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomia”. E prossegue: “A Bolívia assenta na pluralidade e no pluralismo político, económico, jurídico, cultural e linguístico, no âmbito do processo de integração do país.”²²

20 Bolívia, 2006.

21 Hassenteufel Salazar, 2006.

22 BOLÍVIA, 2009.

Assim como se sucedeu com o Equador, a Bolívia igualmente inovou com a CPB-2009, pois ela não pretendia apenas promover um Estado Social ainda pautado no paradigma do Estado Nacional, mas decidiu romper com os sistemas dominantes e hegemônicos que disputam o poder na sociedade boliviana para propor uma alternativa que deu voz às maiorias populacionais que eram silenciadas pela elite governante e que eram tratadas, historicamente, como minorias em sentido meramente jurídico e político-institucional.

Um significativo fruto dessa transição pode ser constatado com o surgimento de disposições da CPB-2009 em que se vislumbra, nitidamente, a influência das cosmovisões indígenas no texto constitucional, inclusive, na própria compreensão do papel da natureza na sociedade boliviana, ao invocar a deidade andina *Pachamama*, que seria aproximadamente a “mãe-Terra” ou natureza, logo no preâmbulo da Constituição, bem como a consagração do conceito andino “bem viver” (*Bien vivir*, *Buen vivir* ou *Vivir bien*) como um dos princípios ético-morais da sociedade plural, de acordo com o art. 8º da CPB-2009.²³

Pensamento decolonial e novos paradigmas epistemológicos gerados pela adoção da plurinacionalidade

A “revolução científica” ocorrida entre os séculos XVI e XVII, época em que nomes como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, John Locke, Isaac Newton, Johannes Kepler, Gottfried Leibniz, entre outros, é um dos eventos que caracteriza o advento da modernidade, pois ela lançou as bases daquilo que foi denominado como a “ciência moderna”.

Apesar das relevantes contribuições dadas pelos pensadores europeus acima citados e que repercutem até hoje por diversos saberes, em razão de sua importância, a construção teórica que confere a essa conjuntura histórica, ocorrida no continente europeu, o “rótulo” universalizante de que tal conjuntura seria um “divisor de

23 Bolívia, 2009.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropo(capitalo)ceno*

“divisor de águas” de todo conhecimento científico da humanidade não passa de uma convenção que foi estabelecida sob parâmetros eurocêntricos.

Esta concepção de que o surgimento da ciência moderna ocorreu na Europa durante o citado marco temporal, não é algo que surgiu de maneira aleatória, tampouco foi um resultado de uma investigação analítica envolvendo os saberes produzidos pelas distintas sociedades não-europeias. Trata-se, na realidade, de uma convenção, aparentemente arbitrária, que reproduzia o etnocentrismo das classes dominantes da Europa e que atendeu ao projeto político-epistemológico dos Estados Nacionais colonizadores de impor também uma hegemonia cultural sobre os demais quadrantes do planeta que sofreriam as constantes invasões, denominadas pela historiografia de influência eurocêntrica como “descobrimientos” ou “descobertas”, que pretendiam viabilizar os empreendimentos coloniais.

O período em que se sucedeu tais importantes descobertas científicas nos campos da Física, da Matemática, da Astronomia e da própria Filosofia da Ciência pode ser compreendido como um “divisor de águas” do que viria a ser a ciência ocidental, como saber produzido naquele continente, em razão de contingências que favoreceram o advento dessa produção de conhecimento. E aqui merece destaque o contexto de uma maior liberdade de pensamento, quando comparado com a realidade da Idade Média europeia, que favoreceu a maior circulação de riquezas, geradas pelo colonialismo e comércio marítimo, e permitiu o investimento de recursos financeiros voltados para a produção do conhecimento e de novas tecnologias.

Quando os europeus passam a singrar em direção a outros continentes, conquistando novos territórios para impor colônias com a finalidade de exploração econômica e dominação política, impuseram, também, a sua hegemonia cultural representada por elementos que exerciam a função de homogeneizar a identidade de um Estado Nacional: religião, idioma, modelo educacional e o saber científico.

Especificamente sobre o modelo educacional e o saber científico, quando se observa a história do Brasil Colônia, por exemplo,

essa hegemonia da metrópole imperialista lusitana foi responsável pela inexistência de universidades na América Portuguesa durante esse período, e, também, pela ministração dos rudimentos de instrução educacional, de matriz jesuítica, para os colonos de origem portuguesa, enquanto aos indígenas restaria a mera catequese, visando a sua conversão ao catolicismo.

O Império português utilizava os saberes como um mecanismo de dominação política sobre a colônia, visto que o colono que tivesse condições de prosseguir seus estudos no ensino superior era forçado, invariavelmente, a se dirigir à Universidade de Coimbra, situada em Portugal, o que representava um controle da metrópole sobre a intelectualidade da colônia.

Aplicado no Brasil entre 1500 e 1822, esse modelo educacional foi implementado nas décadas (e até séculos) seguintes por outros Estados-Nações imperialistas da Europa, com variações de acordo com a realidade do território colonizado e o contexto político do próprio colonizador.

E aqui retomamos a discussão sobre a relação entre saber e poder. Shiva defende que esse vínculo é inerente ao sistema dominante, pois está associada à ascensão do capitalismo comercial. Desta forma, a maneira que o sistema dominante de saber é estruturado gera desigualdades e dominação, privando as alternativas de legitimidade²⁴.

O sistema de saber dominante acaba atuando como um mecanismo colonizador, visto que ele reproduz e pertence a uma cultura dominadora e colonizadora²⁵ que forma a mentalidade das elites do território colonizado, porém, continua a excluir as populações autóctones ou aquelas direcionadas à exploração escravocrata.

Tais fatos apontam também para a relação existente entre o Estado Nacional e a hegemonia sobre o saber, evidenciando uma conexão que expõe em que a produção do conhecimento depende de um paradigma epistemológico forjado em consonância com o projeto político e econômico daquele ente que exerce a dominação.

Levando em conta essas condições históricas do passado colonial, cujas sequelas persistem, mesmo na contemporaneidade, im-

24 Shiva, 2003, p. 22.

25 Shiva, 2003, p. 21.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno*

porta enaltecer que o estudo do discurso de legitimação do crescimento econômico se baseia em um modelo de racionalidade representativo daquilo que Boaventura Santos denomina de “paradigma dominante”²⁶.

A adoção de uma metodologia que se contraponha ao paradigma epistemológico dominante e que enfrente adequadamente as suas crises se faz necessária. Nesse viés, as “linhas abissais”²⁷ que o modelo civilizatório ocidental e colonizador impôs para a produção do conhecimento no Sul Global, tornam imprescindível a mudança desses referenciais, de modo a contemplar um “paradigma emergente”, no qual se promoveria uma aliança entre os paradigmas científico [“paradigma de um conhecimento prudente”] e social [“o paradigma de uma vida decente”]²⁸.

A busca de um paradigma emergente importa em repensar os modelos existentes e delineados tradicionalmente para dialogar com novas propostas de epistemologia. Logo, retornamos à plurinacionalidade, pois esta, como já argumentamos, oferece novas possibilidades, decorrentes da consideração da diversidade cultural, que implicam até mesmo em dar visibilidade a epistemologias historicamente silenciadas.

Contudo, importante acrescentar a afirmação de Luis Macas de que a proposta de plurinacionalidade com seus desdobramentos, inclusive epistemológicos, não apenas teria como destinatários os povos indígenas, como também a continuidade da própria comunidade humana no planeta²⁹.

Tem-se a incorporação no discurso científico de instrumentos conceituais e políticos como é o caso do Bem viver [na língua quíchua: *Sumak Kawsay*; e na língua aimará: *Suma Qamaña*], construção epistemológica derivada dos povos originários dos Andes, mas que por ser “um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza”³⁰, desempenha uma importante função dentro das balizas de um paradigma emergente suplantador de linhas abissais coloniais.

26 Santos, 2008.

27 Santos, 2009.

28 Santos, 2008.

29 Macas, 2005, p. 42.

30 Acosta, 2016, p. 24.

O desenvolvimento dessas abordagens aponta para uma nova centralidade dirigida às ciências sociais antipositivistas³¹. Logo, a partir de um paradigma epistemológico decolonial é possível repensar os sistemas e modelos vigentes para criar uma nova proposta que, dialogando com saberes tradicionais, muitas vezes milenares, que envolvem as interações humanas com o espaço natural, permitam encontrar soluções criativas para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea, dentre elas a particularidade mais emblemática do “aquecimento global”.

Ademais, importante frisar que existem duas lutas que são paralelas e fundamentais: a primeira, refere-se aos desafios enfrentados por nações indígenas diante da globalização; a segunda, refere-se à disputa existente no campo do conhecimento, ou na formação e produção do conhecimento. Considerando isso, Macas levanta as seguintes questões, que acenam para possibilidades de reconhecimento de formas de saber, além daquelas que são dominantes na nossa sociedade, sem, no entanto, promover a anulação ou desconsideração destas últimas:

(...) é possível o reconhecimento de outro pensamento? Se existem outras racionalidades, que lugar atribuir à racionalidade dominante? É possível reconhecer outras formas de construção do pensamento? Se outras formas de construção do pensamento são possíveis, como validá-las?³²

Tais indagações propõem a reflexão sobre a forma de construção do conhecimento, dos saberes que o constituem, que são construídos social e historicamente, e não apenas do pensamento. Segundo Macas esse conhecimento é pertencente a todos nós, porque todos participamos, de diversas formas, de sua construção³³.

Tais considerações podem oferecer-se como premissa a uma ecologia política que revisitada, também se delinieie como um campo epistêmico a se ocupar não apenas dos conflitos de distribuição ecológica, mas que também buscará perscrutar, sob

31 Santos, 2008.

32 Macas, 2005, p. 39.

33 *op. cit.*

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropo(capitalo)ceno*

uma nova perspectiva, as relações de poder que se entrelaçam entre os mundos da vida das pessoas e o mundo globalizado³⁴.

Como já advertimos, essas relações de poder produzem impactos imediatos na interação humana com o chamado mundo natural, ou com os demais elementos da natureza, considerando que haveria uma indissociabilidade entre o ser humano e a natureza, no âmbito de uma compreensão mais ampliada em que a produção de cultura [ideias, concepções, modos de vida, hábitos de convivência] que identifica a natureza do próprio ser humano, ao mesmo tempo o diferencia e o integra ao conjunto do mundo natural ou à totalidade a que denominamos natureza: “Neste aspecto é natural que a natureza também mude, toda vez que, a partir da adoção de novas regras de convivência social, as pessoas sejam capazes de produzir novas culturas e, portanto, novas concepções do mundo e de sua natureza³⁵”.

O Estado Plurinacional inaugurado por Equador e Bolívia não apenas criou um modelo estatal formal, mas trouxe uma transição paradigmática que permitiu a inclusão de outras nações que eram historicamente submetidas a uma invisibilidade social, a uma marginalização institucional e a uma violência estrutural.

A despeito de tais Estados passarem por um momento de refluxo, em razão das mobilizações populares que ocorreram em 2019 e que resultaram no aparente esmaecimento da chamada “Revolução Cidadã” ocorrida no Equador e na ruptura institucional ocorrida na Bolívia, ainda assim, essa construção epistêmica lançou as sementes que começam a germinar por toda a “Abya-Yala”, ou seja, a América Latina, com o paradigma decolonial e a epistemologia andina, ampliando para a discussão séria de ideias como os direitos da natureza e o bem viver, de modo a viabilizar sua invocação para repactuar a relação que o ser humano com o mundo natural, ainda mais no contexto de emergência climática trazida pelo Antropoceno.

Ainda mais uma vez, é fundamental lembrar Macas, quando o teórico indígena equatoriano afirma que temos que fazer um processo de “re-racionalização”, isto é, de reconstrução

34 Leff, 2003.

35 Carvalho, 2003, p. 61-62.

do conhecimento. Tal processo não significa abandonar toda a bagagem teórica estética e ética construída no Ocidente, trata-se sim de enriquecer o conhecimento humano, valorizando a diversidade de formas de entender o mundo, as quais também são legítimas por pertencerem à história³⁶.

O pensamento decolonial não implica na substituição de um saber produzido em um quadrante do planeta pelo saber produzido por um povo distinto. Na realidade, este paradigma pretende construir as pontes que venham a religar os diferentes saberes com o propósito de construir uma autêntica reconstrução do conhecimento que abarque as produções intelectuais dos distintos tipos de ciência para que se vislumbre uma comunidade preparada para os desafios do Antropoceno, dentre eles o simbolizado pelo “clima”, mas não só este, pois ao indicar a necessária descolonização do pensamento, inclusive no plano institucional e da territorialidade existencial que a plurinacionalidade evidencia, tal paradigma indica e nos faz refletir sobre as necessárias mudanças sociais que teríamos que promover, quando conversamos a sério sobre “mudanças climáticas”.

Os conceitos de natureza e bem viver no Estado Plurinacional como propostas epistemológicas voltadas para o enfrentamento das mudanças climáticas

A decolonialidade do poder e dos saberes implica na incorporação de novos conceitos, princípios e valores que dialoguem com os hegemônicos paradigmas do saber dominante. Considerando as inovações trazidas pela plurinacionalidade reconhecida pelas constituições políticas do Equador e da Bolívia, concluiremos esta reflexão, evidenciando dois conceitos andinos que vem influenciando diversos países na América Latina e são um reflexo desse novo modelo estatal: *pachamama* (natureza) e bem viver.

Esses conceitos são fundamentais para repensar o *modus vivendi* civilizatório contemporâneo e os impactos socioambientais

36 Macas, 2005, p. 41.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno*

produzidos pelo capitalismo industrial, que não só repercutem no extrativismo predatório dos elementos naturais, mas promovem dependência econômica de fontes energéticas poluentes, com a perpetuação de modelos produtivos de alta emissão de carbono, apoiados desde sempre na exploração da classe trabalhadora que, além de sofrer uma constante precarização de seus direitos sociais mais básicos, ainda lhe tem negado o direito a um ambiente de trabalho saudável e seguro, que acarreta um processo paulatino de degradação da saúde das trabalhadoras e trabalhadores, isso quando não ocorrem as mortes abruptas em decorrência de “desastres”, chamados às vezes de “naturais”, mas previsíveis e provocados pela obsessão acumulativa, que não cogita sacrificar a produção, e consequentemente os lucros, mesmo que isso custe a integridade de quem os viabiliza (força de trabalho e demais elementos da natureza). Segundo Carvalho, as sociedades que continuam a acreditar nesse modelo: “[...] compõem um quadro de degradação da natureza, numa escala jamais assistida por nenhuma outra sociedade, onde a maior parte das pessoas, junto com o restante da natureza, são sacrificadas em benefício do chamado “progresso”³⁷.

Em sua proposta de uma revolução ecojurídica, Fritjof Capra e Ugo Mattei criticam sistemas jurídicos e institucionais influenciados pelos processos de produção capitalista baseados na extração desenfreada dos elementos da natureza, afirmando que:

O sistema institucional mecanicista incorpora um conflito entre o pensamento linear e os processos de produção capitalista, por um lado, e os padrões não lineares da biosfera, por outro - as redes e os ciclos ecológicos que constituem a rede da vida. Embora essa rede global, natural e extremamente não linear contenha incontáveis ciclos de feedback por meio dos quais o planeta equilibra e regula a si próprio, nosso atual sistema econômico é alimentado pelo materialismo e por uma estrutura jurídica que não reconhece nenhum limite e é sustentada por ideias jurídicas como a liberdade individual de acumular propriedade³⁸.

37 Carvalho, 2003, p. 64.

38 Capra; Mattei, 2018, p. 245.

A instrumentalização do mundo natural segundo essa visão mecanicista da natureza, que é interpretada pelos agentes econômicos como uma fonte de recursos, objeto de crescente exploração intensificada pela ideologia do progresso, é a base dessa ideologia, que promove uma falsa consciência da realidade, em que proporciona o surgimento de uma concepção distorcida dos elementos da natureza, interpretados como meros bens passíveis de apropriação privada, sobre os quais basta mensurá-los economicamente para se exercer o “controle racional” desses elementos convertidos em “recursos naturais”.

Consequentemente, aquilo que povos tradicionais veriam como as “vísceras” dos “seres” que compõem a terra, padeciam de solene desprezo pelos sistemas de saber dominante, seus agentes econômicos extrativistas, seus tomadores de decisão governamentais e os técnicos “competentes” do saber hegemônico que reduzem essas “identidades” dos seres a meros recursos minerais, classificados e renomeados, tais como, por exemplo, o hidrocarboneto, a bauxita, o cobre, o estanho etc.

Os sistemas jurídicos reproduzem essa visão instrumental da natureza quando constroem uma ontologia que classifica os elementos naturais como meros bens. Logo, ainda que tais bens sejam considerados como de apropriação estatal, quer dizer, cuja propriedade seja titularizada pelo poder público, o Direito influenciado pela citada concepção tenderá a criar mecanismos para permitir que o Estado possa exercer sobre os elementos da natureza as faculdades que compõem o direito de propriedade: usar (*jus utendi*), desfrutar (*jus fruendi*) e dispor (*jus abutendi*), o que implica, inevitavelmente, na exploração direta pelo Estado desses recursos ou da concessão de autorizações para que particulares exerçam tal exploração.

E mesmo quando mecanismos previstos pelo ordenamento jurídico como função social da propriedade são mitigados e reduzidos a um plano secundário, principalmente, no momento em que a atividade econômica extrativa é desenvolvida sob os auspícios do Estado.

A visão mecanicista exposta acima repercute sobre o direito estatal que conceberá até mesmo um campo especializado

Capítulo 3 - Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno

do direito, denominado de direito ambiental, para tratar das normas jurídicas que se ocupam da administração dos elementos naturais, só que, em razão dos constructos acima citados, serão compreendidos como recursos ambientais. Logo, as cosmovisões de povos subalternizados pelo Estado Nacional forjado pelos projetos de integração nacional vigentes na América Latina entre os séculos XIX e XX rompem com o modelo hegemônico de matriz colonial e, portanto, o reconhecimento institucionalizado de conceitos oriundos dessas cosmovisões oprimidas pelo Estado Nacional, a despeito de ser um aparente simbolismo, na realidade, contribui para essa transição paradigmática ao criar as estruturas que permitem a tomadores de decisão governamental repensar alternativas.

O reconhecimento de *pachamama* como sujeito de direitos no art. 71 da vigente CRE-2008 (art. 71) e a sua invocação no preâmbulo da CPB-2009 são construções discursivas que representam a transição do paradigma jurídico dominante para um novo referencial que respeite as diferentes cosmovisões existentes nas sociedades equatoriana e boliviana. Mas, como enunciado antes, estas mudanças não ficaram contidas nas fronteiras desses dois países.

O jurista argentino Eugenio Raul Zaffaroni³⁹, dialogando com os conceitos decorrentes do Estado Plurinacional, como é o caso de *pachamama* e de *bien vivir*, identifica nestes elementos conceituais a ocorrência de um novo movimento jurídico denominado de “Novo Constitucionalismo Latino-americano”, que além de enfatizar os paradigmas da plurinacionalidade já citados, repercutiram sobre outros países da América Latina, como a Argentina e a Colômbia.

A influência desse movimento sobre a Argentina se fez sentir pela decisão proferida por um Tribunal da cidade argentina de Mendoza que, por meio de um *habeas corpus*, concedeu, em 2016, ordem de libertação da chimpanzé Cecilia. Frise-se que, nos fundamentos de sua decisão, os juízes argentinos invocaram, justamente, esse pensamento sustentado por Zaffaroni, declarando a referida chimpanzé como “*sujeto de derecho no humano*”⁴⁰.

39 Zaffaroni, 2011.

40 Mauricio, 2016, p. 202.

Este fato, que ainda possui um caráter incomum e bastante heterodoxo para visões tradicionais do direito, está concatenado com os novos paradigmas trazidos pela plurinacionalidade, sendo que a inclusão dos animais na comunidade moral e de direitos é um desdobramento daquilo que Cristiano Pacheco, estudando o art. 71 da CRE-2008, vislumbrou ser sugerido pelo texto constitucional e que legisla sobre o reconhecimento dos ecossistemas e seus “indivíduos”, ou seja, os animais, possuiriam valor intrínseco, logo, sendo compreendidos como sujeitos de direitos⁴¹.

Outra unidade geopolítica latino-americana influenciada pelos “novos ventos” desse constitucionalismo plurinacional que “sopram” sobre as mentalidades, buscando “varrer” a colonização do pensamento, é a Colômbia que, por meio de seus tribunais, em especial sua Corte Constitucional, vêm construindo uma jurisprudência sobre os conflitos envolvendo os elementos naturais significativamente impactada pelos inovadores modelos trazidos por Bolívia e Equador.

O caso mais marcante disto foi a *Sentencia T-622/16*, proferida pela Corte Constitucional da Colômbia que decidiu:

TERCERO.- DECLARAR la existencia de una grave vulneración de los derechos fundamentales a la vida, a la salud, al agua, a la seguridad alimentaria, al medio ambiente sano, a la cultura y al territorio de las comunidades étnicas que habitan la cuenca del río Atrato y sus afluentes, imputable a las entidades del Estado colombiano accionadas [...] por su conducta omisiva al no proveer una respuesta institucional idónea, articulada, coordinada y efectiva para enfrentar los múltiples problemas históricos, socioculturales, ambientales y humanitarios que aquejan a la región y que en los últimos años se han visto agravados por la realización de actividades intensivas de minería ilegal.

CUARTO.- RECONOCER al río Atrato, su cuenca y afluentes como una entidad sujeto de derechos a la protección, conservación, mantenimiento y restauración a cargo del Estado y las comunidades étnicas [...] ⁴²

41 Pacheco, 2012, p. 353.

42 Colombia, 2016.

Capítulo 3 - Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno

O princípio da precaução foi um dos fundamentos jurídicos que levou a esta decisão da Corte Constitucional colombiana, concluir que os direitos das comunidades étnicas que viviam nas margens do rio Atrato estavam sendo violados e que seria preciso reconhecer a condição deste elemento natural como sujeito de direitos.

Sobre o referido princípio, decidiu o tribunal colombiano que no contexto internacional, a aplicação da precaução continua a gerar posições conflitantes, pois: “Em certos setores, é considerada uma ferramenta eficaz para alcançar ações jurídicas oportunas que abordem desafios ecológicos cruciais, como as mudanças climáticas e a destruição da camada de ozônio”⁴³.

Influenciada por este novo paradigma que contemple o respeito aos elementos naturais, de maneira a harmonizar com a cosmovisão das comunidades étnicas que interagem diretamente com esses elementos naturais, a incorporação do princípio da precaução pelos agentes públicos constitui uma diretriz para as políticas públicas que envolvem o meio ambiente, configurando-se como uma ferramenta útil para a disciplina das diversas atividades econômicas que venham a contribuir com as mudanças climáticas e, conseqüentemente, contribuem também para o enfrentamento dos seus efeitos adversos.

Igualmente se vislumbra essa realidade com o conceito andino de bem viver, que se encontra disperso por diversas disposições do texto constitucional da CRE-2008 e da CPB-2009. Este fato permite constatar que as assembleias constituintes originárias do Equador e da Bolívia buscavam promover esse conceito como um elemento de unidade e coerência para o *corpus* constitucional.

Na CRE-2008, tanto no Preâmbulo como em diversos outros artigos, a evocação ao bem viver faz referência à expressão quíchua de sua origem - *sumak kawsay* - e no sétimo parágrafo desse preâmbulo está escrito: “[Decidimos construir] Uma nova forma de convivência cidadã, na diversidade e harmonia com a natureza, para alcançar o bem viver, o *sumak kawsay*”⁴⁴.

43 Colombia, 2016.

44 Carvalho, 2019.

Estas referências podem parecer meramente simbólicas⁴⁵, contudo, elas influenciam na maneira como são interpretadas as normas constitucionais. Um caso prático que ilustra isso, e que é anterior ao precedente colombiano, é a decisão tomada por um tribunal equatoriano, a Corte Provincial de Loja, em favor da proteção do rio Vilcabamba, quando se invocou, justamente, os direitos da natureza. Assim, a ética do bem viver é “uma resposta ou uma alternativa ao modelo desenvolvimentista antropocêntrico que tem sido implementado pela maioria esmagadora das nações do planeta, um paradigma que não é racional, que tresloucamente explora os recursos naturais [...]”⁴⁶.

É importante enaltecer o fato de que o bem viver vai muito além do reconhecimento idílico de direitos para uma natureza idealizada. Na realidade, este conceito é uma construção que invoca a necessidade de reconhecimento efetivo dos valores plurais de uma sociedade política em que haja uma transformação dos projetos que norteiam os modelos econômicos existentes.

As estruturas constitucionais surgidas das realidades equatoriana e boliviana tendo o parâmetro do Estado Plurinacional permitem repensar uma “nova ecopolítica na América Latina⁴⁷”, de maneira a modificar os modelos eurocentrados que são pautados numa lógica de acumulação para uma nova perspectiva, com raízes nos povos tradicionais, pautada naquilo que Macas chama de “mundo da comunidade, da solidariedade e da reciprocidade⁴⁸”, ou, como afirma Diana Murcia que: “O bem viver supõe começar a descontar a dívida histórica com os povos originários: pluralidade, multiculturalismo, plurinacionalidade, boa-fé, justiça, participação e inclusão em harmonia com a natureza. O bem viver enfrenta o racismo, superá-lo é o seu desafio⁴⁹”.

A plurinacionalidade não é um fenômeno exclusivo dos países habitados por etnias andinas. A própria CPB-2009 prevê no art. 8º conceitos ligados a outros povos não-andinos, como o conceito de *ivi maraei* (“terra sem males”) e a versão guaraníca

45 Capra; Mattei, 2018.

46 Moreira; Maliska, 2017, p. 167.

47 Carvalho, 2019.

48 Macas, 2005, p. 37.

49 Murcia, 2011, p. 316.

Capítulo 3 - *Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno*

do bem viver (“*Teko Porã*”), vinculado à cosmovisão de etnias guaranis, povos que habitam países como a Bolívia, o Paraguai, a Argentina e o Brasil.

A filósofa guarani Cristine Takuá define *Teko Porã* como um sistema milenar com implicações filosóficas, políticas, sociais e religiosas em que esse sistema cognitivo concebe um equilíbrio em que subjetividades e naturezas integram uma grande Teia, na qual “vivemos em equilíbrio, respeito e harmonia; é a representação da boa maneira de Ser e de Viver⁵⁰”. Esta noção implica na existência de um lugar do ser (a *tekoha*), ou seja, uma terra dotada de floresta, contendo acesso à água e com toda a sua vida incluída para ter aptidão para viver sua cultura e, assim, ser uma subjetividade guarani em sua plenitude.

Sobre este aspecto específico do Brasil, como Estado portador de diversas nacionalidades em seu território, recorda-se a abordagem de Marcos B. de Carvalho que reconhece na Constituição brasileira de 1988 um documento importante para a admissão dos direitos originários dos povos indígenas, em que pese o fato do país ainda não ter reconhecido expressamente a plurinacionalidade do Estado brasileiro, como se observa a seguir:

Embora o Brasil, apesar dessa evidente plurinacionalidade, ainda não tenha decretado isso em sua própria identidade de Estado, nem tampouco assumido integralmente a sua responsabilidade amazônica, ampliando os fundamentos de sua contratualidade institucional para o reconhecimento dos “direitos da natureza”, já havia dado passos importantes na ampliação e reconhecimento desses direitos com a promulgação de sua Constituição de 1988. Esta, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, em função do processo de sua elaboração e da mobilização popular envolvida, completou 30 anos de vigência em 2018 e teve reconhecimento internacional especialmente por causa do capítulo consagrado ao meio ambiente, considerado dos mais avançados do mundo. Mas não só em relação a esse tema a Carta Magna brasileira foi considerada avançada, pois essa compreensão também se estendeu aos capítulos relacionados aos direitos sociais e até mesmo à admissão

50 Takuá, 2018, p. 6-7.

dos direitos originários dos povos indígenas, ou seja, anteriores à existência do próprio Estado brasileiro⁵¹.

Este dado deve ser considerado para que a República Federativa do Brasil comece a repensar em um novo modelo de Estado que supere a artificial homogeneidade da “nação brasileira” para a construção de uma nova alternativa que autenticamente possa representar a paisagem étnica brasileira e, concomitantemente, ao se incluir esses referenciais, possa-se repensar iniciativas locais, regionais e nacionais que venham a tornar a Política Nacional de Mudanças do Clima, prevista na Lei nº 12.187/2009, não apenas uma declaração de boas intenções, obnubilado por um “negacionismo prático”⁵², mas um projeto efetivo de enfrentamento dos efeitos adversos das mudanças climáticas, inclusive abordando propostas que contemplem o decrescimento, a economia solidária e relações menos predadoras do conjunto de elementos que compõem a natureza.

O início da institucionalização político-jurídica da concepção de bem viver pode ser encontrada em 2023, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) do Governo Federal brasileiro, quando a medida provisória que se converteu na Lei federal nº 14.600, de 2023, passou a prever em seu art. 42 que as áreas de competência do MPI seriam: a política indigenista; o reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; a defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; o bem viver dos povos indígenas; a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e os acordos e tratados internacionais, especialmente a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando relacionados aos povos indígenas.

Ainda que o bem viver esteja circunscrito às políticas indigenistas, trata-se de um ponto de partida que tende a se ampliar na construção de novas arquiteturas jurídicas a inspirar as diferentes etnias e raças que compõem a população brasileira, principalmente, por meio de articulações políticas e “alianças afetivas”, usando a expressão preconizada pelo teórico indígena

51 Carvalho, 2019.

52 Pires-Oliveira, 2023.

Capítulo 3 - Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropoceno(capitalo)ceno

Ailton Krenak em sua obra “Futuro ancestral⁵³” em que se vislumbra o futuro a partir de bases constituídas em tempos imemoriais no passado.

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. Los derechos de la naturaleza: una lectura sobre el derecho a la existencia. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (comp.). *La naturaleza con derechos: de la filosofía a la política*. Quito: Abya-Yala, 2011.

ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Trad.: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

BACON, Francis. *Novum Organum*. New York: P. F. Collier and Son, 1911.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. *A revolução ecojurídica: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade*. Trad.: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. *O que é natureza*. 2. ed. 2. tir. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. O renascimento de ecopolítica na América Latina. In: *XVII ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA*. Memoria del XVII EGAL, Quito/Ecuador, 2019. Quito: Pontificia Universidad Católica del Ecuador, 2019, v. 1.

GRUNER, Wolf. Los parias de la patria. La discriminación estatal de los indígenas en la República de Bolivia (1825-1952/53). In: SALMÓN, Josefa; DELGADO, Guillermo (eds.). *Identidad, ciudadanía y participación popular desde la colonia al siglo XX*. La Paz: Plural, 2003.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte*. Ano 3 – Nº 5 / Abril de 2016, pg. 139-146.

HASSEUTEUFEL SALAZAR, Oscar. La Asamblea Constituyente en Bolivia. *Fides et Ratio*, La Paz, v. 1, n. 1, p. 70-80, dic. 2006.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEFF, Enrique. La ecología política en américa latina: un campo en construcción. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, 2003.

MACAS, Luis. La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales. In: DÁVALOS, Pablo (Comp.). *Pueblos indígenas, estado y democracia*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MALM, Andreas. A perspectiva da Dominica: Antropoceno ou Capitaloceno? *O Correio da UNESCO*. Abril-junho 2018, Nº2, pg. 23- 25.

53 Krenak, 2022.

MAURÍCIO, Maria Alejandra. Decisión del Habeas Corpus P-72.254/15 en favor de la Chimpancé Cecilia. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 11, n. 23, 2016.

MOREIRA, Parcelli Dionizio; MALISKA, Marcos Augusto. O caso Vilcabamba e el buen vivir na Constituição do Equador de 2008: pluralismo jurídico e um novo paradigma ecocêntrico. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 38, n. 77, 2017.

MURCIA, Diana. El sujeto naturaleza: elementos para su comprensión. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (comp.). **La naturaleza con derechos: de la filosofía a la política**. Quito: Abya-Yala, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PACHECO, Cristiano de Souza Lima. A Constituição do Equador e o direito dos animais em um mundo em transformação. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 7, n. 10, 2012.

PIRES-OLIVEIRA, Thiago; CARVALHO, Marcos Bernardino de. Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bien vivir” e plurinacionalidade no antropo(capitalo)ceno. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA**, Salvador, v. 32, 2022.

PIRES-OLIVEIRA, Thiago. **Agnotologia ambiental: as políticas de produção do negacionismo climático como manipulação ideológica da participação política**. Tese (doutorado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Trad.: Serafim Ferreira. Lisboa: Piaget, 1994.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Trad.: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

TAKUÁ, Cristine. Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio. **Rebento**, São Paulo, n. 9, p. 5-8, 2018.

URQUIDI, Vivian Grace Fernández-Dávila; HUERTAS FUSCALDO, Bruna Muriel. La propuesta del Sumák-Kawsay/Buen Vivir, en los Estados Plurinacionales de Bolivia y Ecuador. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, a. 12, v. 1, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La pachamama y el humano**. Buenos Aires: Colihue, 2011.

Capítulo 3 - Pensamento decolonial e mudanças climáticas: “bem viver” e plurinacionalidade no antropono(capitalo)ceno

Documentos consultados

BOLIVIA. Ley n° 3364, **Ley de 6 de marzo de 2006**. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, La Paz, 2006. Disponível em: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BOLIVIA. Constitución Política del Estado. **Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia**, La Paz, 7 feb. 2009. Disponível em: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. Lei n° 14.600, de 19 de junho de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14600.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.

COLOMBIA. Corte Constitucional. **Sentencia T-622/16**. Disponível em: <http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/T-622-16.htm>. Acesso em 02 jun. 2020.

ECUADOR. Decreto Ejecutivo 002 del 15 de enero de 2007. **Registro Oficial del Ecuador**, Quito, 2007. Disponível em: <https://www.registroficial.gob.ec/> . Acesso em 28 mai. 2020.

ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador. **Registro Oficial del Ecuador**, Quito, n. 449, 2008. Disponível em: <https://www.registroficial.gob.ec/> . Acesso em 28 mai. 2020.

SEÇÃO 2

Capitalismo digital, modelos de desenvolvimento e território: desafios conceituais, metodológicos e de planejamento territorial

Coordenadores

Pablo Ciccolella

Maria Pontes

O capitalismo digital constitui um regime de acumulação e um modelo de desenvolvimento emergente, cuja tendência é potenciar os aspectos mais agressivos do neoliberalismo, promovendo a mercantilização abrangente da vida. Suas formas mais desenvolvidas são as redes sociais, as plataformas digitais, as apps e a inteligência artificial. Este tipo de capitalismo está delineando uma mudança profunda na produção, mas também na cultura e na vida quotidiana, engendrando um novo tipo de relação espaço-sociedade, onde a informação e a tecnologia são fatores-chave para a construção de novas estruturas de poder e de dominação através da via ideológica, controle político, comportamental e de preferências dos cidadãos. No capitalismo digital, se aprofunda e se agrava a natureza complexa e instável do território. Os cenários emergentes são desestruturantes, tanto para vivê-los como para estudá-los e compreendê-los, devido ao salto de escala, complexidade, profundidade e velocidade da metamorfose em curso. Isto representa um enorme desafio conceitual e metodológico para os estudos territoriais, bem como para o planejamento territorial.

CAPÍTULO 4

Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso

Magno Angelo Kelmer¹
Carlos Eduardo Santos Maia²

Introdução

As redes sociais on-line produzem e reproduzem cosmovisões, comportamentos, conceitos, valores e atitudes implicados na vida cotidiana. Paralelamente, favorecem a criação de comunidades virtuais que transcendem à ideia original de comunidades como associações coartadas, posto que podem ter amplitude universal, como as que serão aqui analisadas a partir dos exemplos das páginas no Facebook dos Santuários de Santa Paulina, Nhá Chica e Santa Dulce dos Pobres.

Estes santuários utilizam as redes sociais para promover, divulgar, efetivar a programação religiosa; receber doações; realizar visitas virtuais; enfim, dinamizar as trocas sagradas, informacionais, simbólicas e financeiras entre a ampla gama de participantes em interação através das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC.

Contextualizando brevemente estas santas, note-se que Madre Paulina (1865-1942) teve sua beatificação realizada aos 18 de outubro de 1991 e canonização aos 19 de maio de 2002, sendo consagrada como Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus. Sua vida e obra estão ligadas à Cidade de Nova Trento, no Estado de

1 Doutorando em Geografia – UFG: Universidade Federal de Goiás. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEG- Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - E-mail: magnokelmer@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4905-4889>

2 Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora e Professor Permanente do IESA na Universidade Federal de Goiás. Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: carlmaia@uol.com.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2035-4362>

Santa Catarina, local no qual foi erguido o Santuário Santa Paulina na qualidade de espaço para realização das celebrações em devoção à santa. Incorporado ao Santuário (Rua Madre Paulina, 3988, Vígolo, Nova Trento - SC) tem-se o Complexo Turístico Religioso que integra o receptivo aos/às visitantes. Esse espaço chega a receber mais de 70 mil visitantes por mês, tornando o atrativo religioso o ponto forte na divulgação e no consumo turístico³.

Já Nhá Chica marcou significativamente a história de Baependi, município localizado no Estado de Minas Gerais, conhecido como “Terra de Nhá Chica”. Francisca de Paula de Jesus (1808-1895) ficou popularmente conhecida como Nhá Chica pelo povo que a procurava em vida para obter conselhos, ajudas espirituais e benzeções. Desde sua morte a história da beata não foi esquecida, passando a atrair maior número de pessoas motivadas pelas possíveis graças e milagres a ela atribuídos, culminando em sua beatificação aos 4 de maio de 2013, tornando-se o maior evento que o município já sediou. A partir desse fato, o fluxo de visitantes, que já existia, intensificou-se e seu santuário, divulgado como Santuário de Nossa Senhora da Conceição da Beata Nhá Chica (R. da Conceição, 165, Centro, Baependi - MG), obra iniciada por ela mesma em vida, custeada por herança de seu irmão, é, na atualidade, o maior atrativo turístico religioso da cidade (Kelmer, 2017).

Salvador, no Estado da Bahia, foi palco da vida e obra de Maria Rita de Souza Brito Lopes (1914-1992), Irmã Dulce, que dedicou sua vida a ajudar os pobres, principalmente os ocupantes da Península de Itapagipe. Após sua morte, graças e milagres passaram a ser atribuídos ao “Anjo Bom da Bahia”, como ficou conhecida, atraindo visitantes ao seu santuário: Santuário Santa Dulce dos Pobres, situado à Av. Dendezeiros do Bonfim, 161, Bonfim, Salvador - BA. Sua beatificação foi realizada aos 22 de maio de 2011, em Salvador, e a canonização ocorreu aos 13 de outubro de 2019, em Roma, passando a ser denominada Santa Dulce dos Pobres (Passarelli, 2019).

Ao acontecer dessas personagens tem-se elementos que são cooptados em cada município, transformando-os em atrativos para a prática do turismo religioso, definido por Dias e Silveira

3 Madre Paulina. Disponível em: https://www.ebiografia.com/madre_paulina/ Acesso em: 20 dez. 2023.

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

(2003, p. 17) como “aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participação em eventos de caráter religioso. Compreende romarias, peregrinações e visitações a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas”, que demonstram sua força na afluência de visitantes e pelas transformações sócio-espaciais que propiciam.

A escolha desses três destinos de turismo religioso justifica-se pelas temporalidades diferenciadas que possuem: Santa Paulina foi a primeira santa canonizada do Brasil, sendo uma personagem que sempre acarreou visitantes; por outro lado, Santa Dulce foi a última Santa brasileira a ser canonizada, mas possui, há tempos, reconhecimento nacional e internacional; já Nhá Chica está em processo de canonização, sendo utilizada pela Igreja e pelo poder público como atrativo turístico desde a abertura de seu processo de beatificação, em 1992. Enfim, são usos e práticas da atividade turística com diferentes temporalidades e patamares de investimentos na divulgação virtual de seus atrativos entre as inúmeras possibilidades ofertadas pelo ciberespaço. Nota-se que os avanços tecnológicos chegaram aos santuários e seus “agentes da turistificação” (Knafou, 2001) apropriaram-se de mais essa forma de promoção, a virtual, recorrendo ao uso das redes sociais on-line.

As redes sociais on-line, especificamente, merecem destaque por propiciarem a possibilidade da existência de comunidades que oferecem, em graus diferentes por parte de seus/suas participantes, envolvimento emocional e solidariedades variadas, aconselhamentos, trocas e apoios, recíprocos ou não. Assim, pode-se afirmar que as redes sociais on-line têm um papel determinante na cotidianidade contemporânea e necessário se faz pensar a re-significação de viver e de estar em um mundo cada vez mais tecnológico em que as conexões, produção e experiências do cotidiano são “friáveis”. Rifiotis (2016, p. 94) afirma que “os elementos do mundo já não cabem nas categorias do ‘social’ já dado (previamente), mas estão num quadro de permanente inovação” e isto, em parte, como observam Bartholomew e Mason (2020, p. 142) baseados em Scott Lash, devido ao fato de que “distinções e separações entre on-line e off-line, ou o mundo virtual e real, estão desaparecendo à medida que a tecnologia se torna uma parte arraigada da vida social diária”.

O *trade* turístico é um exemplo de atividade socioeconômica que se apropria das possibilidades existentes nas redes sociais do ciberespaço para superar momentos de sazonalidade e desenvolver ações para maximizar lucros e atender seus interesses a partir da força de trabalho informacional. Vieira e Oliveira (2012, p. 12) constataam que o visitante tem “através da *web* acesso prévio a informações sobre infraestrutura turística e de apoio local, roteiros, mapas e imagens relativos às paisagens e ao espaço geográfico que irá encontrar”, o que pode influenciar em suas decisões sobre os destinos turísticos. Destarte, concorda-se com Lash (2005, p. 241) ao afirmar que

no capitalismo da informação, a força laboral não opera com um conhecimento prático, mas sim com um conhecimento discursivo; não maneja máquinas clássicas, mas sim máquinas de informação; e não trabalha com matérias primas, mas com informação bruta ou semielaborada, para produzir bens informacionais.

Os agentes da turistificação, aliados a este capitalismo e atuantes em Nova Trento, Baependi e Salvador, por exemplo, têm no conhecimento discursivo e tecnológico o sustentáculo de suas ações relacionadas à prática do turismo religioso que acontece em torno da crença e da devoção em Santa Paulina, Nhá Chica e Santa Dulce dos Pobres.

As redes sociais on-line que têm as santas como *leitmotiv* agregam pessoas com objetivos próximos, a fé. Tais pessoas, predispostas a estarem em consonância com sua religiosidade, participam das práticas inerentes ao capitalismo de plataforma e se configuram como potenciais consumidoras dos espaços turísticos, contribuindo para a reprodução espaço-temporal desses destinos, além de serem cooptadas por diferentes campanhas de arrecadação financeira. De outro modo, como exara Reverley (2013, p. 91) “os utilizadores das redes sociais são objetivamente alienados no sentido de que estão implicados num sistema de publicidade que é funcional para a reprodução do capitalismo”.

Surge assim, a questão que norteia o artigo: até que ponto o capitalismo de plataforma, disfarçadamente presente no uso das

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

redes sociais dos santuários, pode influenciar o consumo da atividade turística e/ou cooptar os/as membros/as das comunidades para participação no consumo de mercadorias, realçando valores e práticas?

No intuito de compreender tais questões, uma ciber-etnografia foi realizada no período de um ano – fevereiro de 2022 a fevereiro de 2023 – nas páginas oficiais dos santuários no Facebook que têm Santa Paulina, Nhá Chica e Santa Dulce dos Pobres como tema, <https://www.facebook.com/santuariosantapaulina>; <https://www.facebook.com/igrejanhachica> e <https://www.facebook.com/santuariosantadulce>, respectivamente, para obter informações sobre os três santuários, suas organizações e os usos das TIC como suporte para as diversas atividades e, principalmente, estabelecer contatos com a comunidade.

O Facebook foi escolhido por ter espaço para postagens em forma de textos, vídeos e imagens, possibilitando interações a cada postagem. Hine (2008) destaca-o como uma imensa fonte de dados brutos abertos aos usuários da rede e projetor de atividades pessoais; o que facilita a aproximação e o contato com os/as participantes das comunidades. A estrutura da plataforma e sua maior possibilidade de interação entre os/as participantes oferece possibilidades maiores de troca de experiências que outras plataformas, o que é fundamental para o maior envolvimento social, fornecendo base mais ampla para a investigação e análise pelo pesquisador. Assim, o Facebook, na qualidade de campo de pesquisa, oferece vantagem pois “tudo o que aparece no Facebook geralmente o faz com referência direta a fenômenos off-line ou é integrado com o que aparece em outras mídias (on-line)” (Dalsgaard, 2016, p. 5).

A netnografia é uma metodologia de pesquisa baseada na observação participante e no trabalho de campo on-line, utilizando diferentes formas de comunicação mediada por computador como fonte de dados para a compreensão e a representação etnográfica dos fenômenos culturais (Kozinets, 2014; Candrasari, 2021). Ou seja, “para aqueles que estudam fenômenos culturais on-line, as mídias sociais e as relações mediadas por essas mídias passaram a constituir locais de campo em seu próprio direito” (Dalsgaard, 2016, p. 2). Ao compreender que os espaços on-line e off-line parti-

cipam da mesma realidade social, assume-se nesse trabalho que “ciber-etnografia” (Ward, 1999) é um termo que melhor abrange a complexidade dessas relações; uma vez que a grafia utilizada evidencia que o *ciber* está distante de apenas indicar o local da pesquisa, mas sim qualifica as possibilidades existentes no ciberespaço, local onde a hibridização é potencializada, estabelecendo nova concepção de espaço-tempo.

A pesquisa de campo on-line contribuiu para a compreensão da participação das TIC, sua produção e usos, o cotidiano das comunidades e as implicações no espaço do turismo em Nova Trento, Baependi e Salvador, além de evidenciar os adestramentos que conduziram a consumos outros.

Partindo da Introdução, a primeira seção, intitulada “Capitalismo de plataforma e redes sociais on-line” oferece uma discussão envolvendo as plataformas e as redes sociais, suas conceitualizações, elaborações e práticas. Na seção posterior, “Ciber-etnografia nas redes sociais das santas”, apresenta-se a ciber-etnografia realizada nas três páginas do *Facebook* dos santuários. A metodologia do trabalho de campo on-line é descrita, apresentam-se resultados e dificuldades encontradas, assim como os comportamentos dos/as usuários/as das redes investigadas. Em uma subseção, “Comunidades on-line das santas: capitalismo obscurecendo a fé?”, faz-se uma discussão sobre os adestramentos e as ações relacionadas às práticas do capitalismo de plataforma. A seguir, na última seção, são tecidas as considerações finais sobre o trabalho.

Capitalismo de plataforma e redes sociais on-line

Nas redes sociais on-line materializam-se as interações sociais mediadas pelas TIC presentes nos computadores e, recentemente, nos tabletes e smartphones - aparelhos que facilitam a mobilidade. A conexão destes equipamentos à internet em interatividade digital com o mundo virtual cria a sensação de proximidade e intimidade, bem como favorece novas apropriações do espaço-tempo, de convivialidades e de corporeidades.

Zenha (2018, p. 24), define “o ambiente digital organizado por meio de uma interface virtual própria que se organiza agregando

**Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas:
implicações no/do turismo religioso**

perfis humanos que possuam afinidades, pensamentos e maneiras de expressão semelhantes e interesse sobre um tema comum” como rede social on-line. Ou seja, os interesses mútuos e as trocas realizadas entre os indivíduos que se agrupam em um ambiente virtual são características primordiais para existência das redes sociais on-line.

Destarte, a existência das redes sociais on-line está atrelada ao ato de conectar. Fato sintetizado em Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997), ao afirmarem que quando uma rede de computadores conecta uma rede de pessoas e organizações, torna-se uma rede social. Dessa forma, apoiadas nas estruturas tecnológicas presentes nas plataformas, o uso das redes sociais on-line passa a ser um entre os múltiplos usos do ciberespaço.

Segundo D’Andrea (2020), “Plataforma online”, diz respeito aos usos de uma engenharia computacional baseada na conectividade e no intercâmbio de dados mantidos em grandes infraestruturas denominadas “na nuvem”, que se apoiam em fluxos informacionais e financeiros. As plataformas fornecem meios que induzem, programam e dinamizam a circulação de informações, conhecimentos e, principalmente, a economia digital; dado que “os gigantes da comunicação social na Internet estruturam o ambiente on-line e a forma como as pessoas interagem com e dentro da web” (Reverley, 2013, p. 83).

Para Chase (2015), as redes econômicas digitais, alicerçadas em possibilidades encontradas nas plataformas, tornaram-se o “novo paradigma” para que a inovação do capitalismo aconteça; o que indica como este modo de produção se adapta na constante busca de lucro. Afinal, como propalado por Castells (2000), os avanços tecnológicos contribuem para alterar o processo de reestruturação capitalista.

Destarte, é preciso não enfatizar somente as características técnicas e materiais das plataformas com seus avanços constantes em inovação tecnológica, o que pode levar a um determinismo tecnológico, ou, como diz Veloso (2011), à “armadilha do tecnicismo”/ “endeusamento da tecnologia”. É necessário associar as análises às práticas sociais que, aliadas às técnicas, se coproduzem, estabelecendo uma relação dialética entre usuários/as e os/as agentes que

as produzem, num jogo que envolve intencionalidades recíprocas, mas não equitativas. Isto remete a Santos (2012) ao afirmar que os fenômenos técnicos não devem ser compreendidos somente em sua manifestação prática e material. Torna-se pertinente, nesse momento, retomar a máxima de Santos (2012, p. 62) de que o espaço geográfico deve ser analisado como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, uma perspectiva integradora na qual objetos e ações interagem e são complementares. Faz-se importante destacar que, como analisa Kahil (2010), o conjunto indissociável de objetos e ações pode alcançar vários lugares no mundo pelas interações das plataformas na fase atual da sociedade com seus avanços tecnológicos.

Van Dijck, Poell e de Wall (2018) contribuem ao afirmarem que as plataformas on-line são projetadas para organizar interações entre usuários, sejam pessoais ou corporativos, públicos e/ou privados, e que nessas interações as dimensões materiais, culturais e econômicas participam alimentadas e organizadas por algoritmos.

Langley e Leyshon (2016) interligam características técnicas e sociais das plataformas ao entendê-las como um modo socio-técnico intermediário de processos de capitalização que envolve a circulação de capital, ideias, conhecimentos e informações acontecendo de forma interligada e interativa entre comunidades on-line geograficamente dispersas pelo globo e estando alimentadas por um ideal de cultura econômica participativa. Vaidhyanathan, paralelamente, demonstra como cada eu, individualmente, contribui para o que ele chama de “Googleização de tudo”:

Quase todas as grandes campanhas de marketing atuais são igualmente enquadradas como sendo sobre “você”. “Você” tem liberdade de escolha. “Você” pode deixar seu perfil ser traçado para que “você” receba solicitações apenas de empresas que lhe interessem. “Você” pode personalizar “seu” celular com um toque. “Você” vai à Nike Store para criar seus próprios calçados.

Esta ênfase em “você”, no entanto, é apenas uma cortina de fumaça para o que realmente está acontecendo online. Como salientei (...), a googleização de tudo envolve a coleta, cópia,

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

agregação e classificação de informações e contribuições feitas por cada um de nós (Vaidhyanathan, 2012, p. 83).

Destaca-se, na concepção citada pelos autores, o caráter capitalista que envolve as trocas na intenção de maximizar os lucros; daí o neologismo “capitalismo de plataforma” se adequar ao *modus operandi* das plataformas on-line, uma vez que representa características infraestruturais e intermediárias de sua circulação econômica. O que é perfeitamente compreensível a partir de Marx (1984) ao expor as preocupações do sistema capitalista para reverter possíveis quedas de lucros, atualizando-se constantemente. Por outro lado, o ideal de cultura econômica participativa merece destaque, pois fornece aos/às usuários/as comuns a sensação de pertencimento e ineditismo em suas ações, por aquela “ênfase em você” anteriormente mencionada a partir de Googleização proposta por Vaidhyanathan; quando, na verdade, são ações padronizadas, pensadas e programadas, sejam ideias, conhecimentos, informações, trabalhos, direitos de uso e consumo em geral.

Em relação ao Facebook, Burroughs (2014, p. 153) adverte que este pode

ser usado como uma rede social e um site de rede social. No entanto, quando as listas de “amigos” chegam às centenas, se não milhares, o Facebook pode se tornar menos sobre *networking* e mais sobre *broadcasting*. O fluxo de conteúdo agregado da sua rede pode ser uma forma de comunicação em massa, onde “curtidas”, comentários e postagens servem para circular conteúdo.

Faz-se pertinente, baseado em Lefebvre (2004), resgatar o sentido do adestramento para auxiliar no entendimento de dinâmicas das plataformas e, conseqüentemente, das redes sociais on-line. Para o autor, adestramento refere-se à maneira como as pessoas agem em seu cotidiano, refazendo ações inerentes da sociedade sem perceber que tais ações foram pensadas/planejadas por outros - os adestradores- e, assim, passam a compor o cotidiano com seus rituais. Ora, as redes sociais on-line impõem seus ritos próprios como acessar, visualizar, curtir, compartilhar, comentar,

adicionar/excluir seguidores, seguir (follow) e deixar de seguir (un-follow), fazer lives, divulgar/atualizar status, entre outros.

Maia (2002 - 2010) salienta que os rituais são modos de lidar com o mundo, expressando cosmovisões e produzindo interações espaciais. No caso das redes sociais online, têm-se rituais adequados ao mundo Googleizado em que as “tecnologias de comunicação conectam” as pessoas, entre outras possibilidades, em “redes sociais” que operam “além-fronteiras” (Vaidhyathan, 2012, p. 135). Destarte, os rituais praticados on-line são compartilhados entre “participantes” não necessariamente lado a lado na realidade off-line, tampouco em simultaneidade de assistência, pois podem ser visualizados e “curtidos” a qualquer momento, desde que se esteja conectado. Através destes rituais realizam-se interações entre os espaços virtuais das páginas nas redes sociais, como também entre os mundos on-line e off-line.

Bartholomew e Mason (2020, p. 148), em seus estudos, comprovaram que “os rituais diários no SNS⁴ e o uso de dispositivos digitais, como artefatos rituais, criaram experiências sagradas, vínculos sociais e agrupamentos tribalizados de membros dentro do Facebook”. Os autores conceituam como “conectividade” o fenômeno composto por esses vínculos, interações e conexões “formadas, reforçadas e mantidas através de práticas ritualizadas diárias e da utilização de artefatos rituais” (Bartholomew e Mason, 2020, p. 148), havendo quatro fatores que permitem as práticas ritualizadas, quais sejam: ✓saliência - grau de visibilidade e de centralidade das práticas sociais ritualizadas feitas na internet cotidianamente, tais como visualizar as páginas de parentes ou, no caso, as páginas das Santas; ✓repetitividade - dizendo respeito à frequência que a ação ritualística é realizada, a exemplo da assistência às missas e novenas virtuais, da colaboração com postagens, dos comentários na postagem com “améns” ou *emoticon* correlato, etc.; ✓homologação – acentuação das práticas ritualísticas feitas em redes sociais em substituição a ações que eram realizadas noutro ambiente virtual, ou não. Por exemplo, atualizar o “status” e postar fotos diariamente no Facebook em lugar de fazê-lo no Scrapbook. No

4 Social network sites (sites de redes sociais)

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

caso das páginas das santas, a atualização do status é feita diariamente por profissionais de comunicação contratados para tal; ✓recursos – aqui os autores atentam para o fato de que “aplicativos de telefone celular, computadores pessoais, câmeras, álbuns de fotos, música, jogos, hobbies e viagens/ mapas foram usados pelos membros para se comunicar usando a rede social, a internet e *smartphones*” (Bartholomew e Mason, 2020). Acerca deste último fator, notou-se, principalmente durante as festas, que os/as visitantes ritualizam sua visita presencial aos Santuários utilizando, paralelamente, os recursos de aplicativos on-line de telefone celular para postar fotos, vídeos e fazer *lives*, por exemplo.

É necessário salientar que, muitas das ações ritualísticas praticadas no *Facebook* (mãos juntas em sinal de oração ou abertas em sinal de paz, bem como oferecer rosas e acender velas) são feitas utilizando-se *emoticons*, que substituem as limitações do recurso a símbolos não verbais para comunicação nesta rede social.

Esses símbolos emotivos são então ‘acordados’ pelos usuários da internet para serem usados como um substituto para sinais não verbais que geralmente aparecem em processos de comunicação face-a-face. Formas de relacionamentos próximos construídos com símbolos não verbais, como toque, expressões faciais são substituídas ou simplificadas com *emoticons* na internet (Candrasari, 2021, p. 95).

Assim, no *Facebook*, como esclarecem Bartholomew e Mason (2020, p. 143), pelo lado dos participantes “os rituais desempenham um papel crítico na socialização e na estrutura orientadora das interações que transcendem os limites online/offline”. Paralelamente, pelo lado das plataformas e das redes sociais, as interações ritualísticas compõem aquele campo de dados que os usuários trocam com estas plataformas sobre o seu comportamento pelo serviço de acesso, dados estes que se transformam em mercadorias cobiçadas por uma rede de anunciantes interessados nesses dados (Bartholomew, Mason 2020; Vaidhyanathan, 2012; Reverley, 2013).

Ao fazer uma pesquisa sobre determinado produto (bens duráveis e não-duráveis, músicas, filmes, vídeos, destinos tu-

rísticos, pessoas, ...) sugestões passam a pulular nas redes pessoais induzindo/adestrando os próximos passos. Nota-se que tais ações fazem parte do cotidiano das redes e acontecem de acordo com regras. Há um pequeno espaço para a liberdade como decidir seguir, postar, comentar, compartilhar ou não e, até mesmo, o ápice de decidir por “unfollow”. Trata-se realmente de liberdade ou mais adestramentos a condicionar os/as usuários/as das redes? O adestramento presente nas plataformas pode ser constatado em Van Dijck (2013) ao destacar o caráter padronizador das plataformas. Paralelamente, até mesmo aquela voz dada aos clientes para emitirem juízo sobre determinado produto, ou empresa nas redes sociais das próprias empresas, bem como a popularização da prática do/a usuário/a de determinada rede social criar uma publicação em sua página pedindo opinião aos amigos sobre determinado produto/empresa, é algo que serve às corporações, particularmente para afirmarem ou redefinirem suas estratégias de marketing (Peeroo; Samy; Jones, 2019).

Na prática, as plataformas atuam em dois modos de organização; primeiramente fornecendo ao/à usuário/a a sensação de que todos/as podem empreender nas redes – um/a pequeno/a capitalista empreendedor/a -; e o outro, no qual a infraestrutura está nas mãos das grandes associações, que realmente detém o poder, as Big Techs. Essas compõem o grupo das maiores e mais proeminentes empresas do mercado de tecnologia da informação, possuindo grande valor e operabilidade em diversos mercados, além de fomentarem a criação de tecnologias únicas e de difícil replicação e de um ecossistema entre elas, tornando-se protagonistas em mudanças sociais (Zuquim, 2021).

Atendendo a esses requisitos e por serem, atualmente, empresas de alto valor no mercado mundial, *Google*, *Amazon*, *Facebook* (*META*), *Apple* e *Microsoft*, representadas pelo acrônimo GAFAM, lideram o setor da informação e figuram entre as plataformas digitais intervenientes, de intermediação de mercados, mais presentes no mundo (Mateus, 2020).

Olma (2014) argumenta que as plataformas possibilitam a ligação de qualquer coisa a qualquer pessoa, negociando entre grandes e pequenos negócios, o que ele denomina de “ecossistema”,

**Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas:
implicações no/do turismo religioso**

que, para Van Dijck (2013), diz respeito às novas formas de trocas incessantes que ora centralizam, ora descentralizam ações, paradoxo comparado a um “ecossistema”. Já para Srnicek (2016), “ecossistema” diz respeito às ligações entre as plataformas digitais.

O argumento apresentado é condizente com a realidade na qual vivemos, uma vez que as trocas constantes aceleram a circulação da informação/desinformação. Afinal, partimos de uma comunicação unilateral (jornais, revistas, cinema, rádio e televisão), na qual éramos passivos receptores da informação, para uma realidade multilateral, na qual os avanços tecnológicos, principalmente com o advento dos smartphones, possibilitaram a existência dos “prosumers” (Fonseca, M. A. *et.al.*, 2008; Gillin, 2007), ou seja, recebemos/consumimos e, ao mesmo tempo, produzimos/divulgamos conteúdos/informações/desinformações em quantidade e velocidade jamais vistas apoiados na existência de plataformas que estão fortemente ligadas entre si (ecossistema).

Levando em consideração os posicionamentos sobre as plataformas digitais e, conseqüentemente, as redes sociais, é necessário destacar seus méritos, mas não há espaço para ingenuidades, como pensar que postagens, conteúdos, comentários, curtidas, compartilhamentos e empreendimentos circulam livremente pelas redes. Há sim intencionalidades, controles e adestramentos que alimentam o interesse do que pode ser denominado como “capitalismo de plataforma”; afora isto, tais dados retornam aos usuários das redes como algo que lhes são estranhos e que não foram por eles produzidos, resultando naquela “alienação da coisa” no mundo virtual criticada por Reverley (2013).

Em outras palavras, a realidade, tanto das redes como das plataformas, existe em meio a um complexo e assimétrico jogo de poder, no qual usuários/as e organizadores/as das páginas coexistem e se retroalimentam alterando valores de uso-valores de troca como práticas que, ao se recriarem, alimentam as plataformas cotidianamente. Um simples clique em “curtir”, “compartilhar” ou “seguir” nos direciona a um mundo de interconexões que sugerem, indicam, apresentam possibilidades outras de “ambientes” nas redes sociais, bem como são dados materiais que retornam a quem os produziu como objetos estranhos, ou

seja, alienados dos seus produtores: os/as usuários/as das redes sociais on-line (Reverley, 2013).

Nesse momento, o uso do termo “rede social” pode ser questionado por não se tratar somente de formas de sociabilidades, mas de práticas que viabilizam aspectos materiais, econômicos e políticos dos/nos ambientes on-line com suas intencionalidades de regulação e vigilância.

Acerca das redes sociais dos santuários, estas apresentam-se como espaços de fé e devoção, com trocas simbólicas e ritualísticas subsidiadas pelo fervor religioso dedicado às personagens, mas ali estão também ações, comerciais e intencionalidades que as aproximam de qualquer outra rede social que não seja de temática religiosa. Afinal, como são essas comunidades?

Ciber-etnografia nas redes sociais das santas

Nesta parte, logo de início faz-se necessário pontuar que essas comunidades são virtuais não pelo fato de não serem reais. Assumese no artigo, baseado em Lévy (2011), a postura de que o virtual não se opõe ao real; sendo assim, tais comunidades são reais, interligam pessoas reais em um espaço de sociabilidade on-line que possibilita mudanças comportamentais e atitudinais que merecem ser observadas, coletadas, analisadas e discutidas cientificamente por comporem a atual fase da sociedade cada vez mais influenciada por ambientes virtuais.

A pesquisa realizada nessa ciber-etnografia foi pautada em observação participante, partindo-se da premissa de que a “apreensão de um contexto social específico só pode ser concretizada se o observador/pesquisador puder imergir e se tornar um membro do grupo social investigado” (Fraser; Gondim, 2004, p. 141). Adotou-se uma “observação aberta” Skageby (2011), na qual o pesquisador é participante, integrante e atua ativamente na comunidade interagindo com posts, comentários e questionamentos. Esse grau de inserção diz respeito ao “insider” (Skageby, 2011; Fragoso, Recuero e Amaral, 2011; Polivanov, 2011; Hodkinson, 2005), um pesquisador sem anonimato inserido no ambiente de pesquisa e em contato com os/as participantes, analisando cada movimento para

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

estabelecer o ritmo de cada comunidade e suas possíveis rupturas. Ao participar dessas comunidades, a postura *insider* facilitou a aproximação, a observação e o contato com os/as participantes das comunidades. Note-se que “a etnografia virtual ou digital, que se concentra em modos de investigação on-line, remonta há quase duas décadas e é inspirada em abordagens off-line bem testadas” (Dalsgaard, 2016, p. 3).

A página do santuário de Santa Paulina, criada aos 22 de abril de 2013, possui visibilidade aberta com ambiente controlado. Para participar há a necessidade de autorização. Ao final do acompanhamento contava com 455.741 membros/as, número que indica um aumento de quatro mil participantes. As transmissões do santuário e as orações compõem os temas principais, seguidos das datas comemorativas de outros/as santos/as, pedidos e agradecimentos, viagens ao santuário, postagens que compõem o grupo dos temas secundários. Não há temas aleatórios, como política e pornografia, uma vez que somente o administrador posta ou autoriza postagens, configurando uma rede hierarquizada. A equipe que administra a página faz questão de responder a todos, o que causa satisfação e dá a sensação de acolhimento, como visto nos comentários realizados.

Na comunidade on-line de Santa Paulina, predominam integrantes da Região Sul do país. Durante o acompanhamento foi registrada a participação de uma mexicana, duas portuguesas, uma estadunidense e uma francesa. A maioria, 77%, são mulheres, e ser declaradamente católico/a é uma fala recorrente, como também ser devoto/a da santa. Santa Paulina chega a ter números de seguidores/as superiores a marcas famosas e eventos religiosos conhecidos no Brasil. Para efeito de comparação, a marca *Sundown* Brasil tinha em 2022, no *Facebook*, 425 mil seguidores/as e o evento religioso do Círio de Nazaré, conhecido nacionalmente, 182 mil⁵. Santa Paulina tinha na página do santuário 455.741 seguidores/as naquele mesmo ano, dado que confirma o uso da fé como uma verdadeira estratégia de marketing, sendo um produto pensado,

5 *Sundown* Brasil. Disponível em: https://www.facebook.com/SundownBrasil_e_Círio_de_Nazaré. Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=c%C3%ADrio%20de%20nazar%C3%A9>. Acesso em: nov. 2023.

organizado e divulgado à semelhança daquelas “comunidades de marca” mencionadas por Peeroo; Samy; Jones (2019).

A *Fan page* oficial do santuário de Nhá Chica tem um único administrador, a Igreja Católica, e não possui moderadores. No fechamento da pesquisa contava com 43.193 membros/as, o que representa um aumento ao longo de um ano de 13.193 participantes. Esta *Fan page* foi criada em Baependi aos 19 de janeiro de 2017, com visibilidade aberta ao público e a participação depende de autorização do administrador. É um ambiente controlado sem limites de participantes. Os temas principais da página são pedidos, orações e agradecimentos, sendo secundárias as postagens de outros santos/as e viagens ao santuário. Como somente o administrador posta, tornando-a hierarquizada, as interações acontecem a partir delas, não oferecendo possibilidades de temas aleatórios. A comunidade on-line de Nhá Chica possui integrantes de todas as regiões brasileiras, sendo a Região Sudeste majoritária; incluindo ainda, durante o acompanhamento, duas integrantes da França, um de Portugal e dois dos EUA. Os/as membros/as que interagiram durante a pesquisa, 79% mulheres, são pessoas adultas, maioria católica e declaradamente devotos/as da beata.

Já a *Fan page* oficial do Santuário de Santa Dulce dos Pobres foi criada aos 10 de janeiro de 2014 na cidade de Salvador – BA. Possui visibilidade aberta com necessidade de autorização para participação. A igreja católica é sua administradora não possuindo moderadores. Há uma hierarquia entre os perfis, afinal somente o administrador posta ou autoriza conteúdo. A santa, as programações do santuário e suas celebrações compõem os temas principais. Celebrações da santa em outros lugares, produtos e vídeos associados a ela e viagens ao santuário fazem parte dos temas secundários. Não há temas aleatórios uma vez que o administrador controla as postagens. A maior parte, 67%, dos/as integrantes das comunidades on-line de Santa Dulce dos Pobres que interagiram durante a pesquisa, é composta por mulheres. Os/as membros/as participam de todas as regiões brasileiras, não havendo tanta diferença entre elas. O fato de Santa Dulce ser mais conhecida/divulgada pode contribuir para esse dado. Durante o acompanhamento um angolano e uma portuguesa interagiram na comunidade. Os/

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

as integrantes são adultos/as, maioria católica/o e boa parte afirma ser devoto/a da santa.

Peeroo; Samy; Jones (2019) observam que, no mundo do marketing empresarial, há três dimensões de envolvimento do cliente: cognitivo, emocional e comportamental. Na investigação netnográfica realizada nas páginas mencionadas, notou-se a reprodução destes níveis de envolvimento empresarial no envolvimento devocional, a saber: dimensão cognitiva – relativa ao compromisso e lealdade às Santas, estando expressos imediatamente pela fé, pelos agradecimentos, nos “selos comprados” e nos pedidos; dimensão emocional – presente nos sentimentos manifestos nas comunidades analisadas como forma de gratidão e agradecimento, não havendo sequer um questionamento frente à produção social que se faz dessas personagens e nem comentários desrespeitosos e/ou de insatisfação, afinal, aos insatisfeitos há a facilidade de sair da comunidade com um simples clique, dando “unfollow”; dimensão comportamental – traduzindo interações que vão além da devoção às santas, tais como pedidos pessoal de ajuda financeira e emprego aos demais membros, preocupações com a situação geopolítica mundial, divulgação do seu próprio santo de devoção, festas religiosas em outros lugares, propaganda de excursões, etc.

A princípio, as páginas foram visitadas diariamente, o que envolvia grande disponibilidade de tempo. Logo em seguida percebeu-se que o período semanal era o ideal, uma vez que podia-se marcar a postagem onde parou e retomar o acompanhamento a partir dali. A partir disso, os/as participantes das comunidades foram classificados em “os/as que mais postam nas páginas” (+), “os/as que fazem turismo nos santuários” (t) e “os/as que moram nas cidades dos santuários” (m). Esses símbolos facilitaram a organização das anotações nos diários de campo em meio físico e digital.

As comunidades contidas nas redes sociais, de forma on-line, apresentam características diferenciadas das comunidades de bairro, de quilombolas, de igrejas, de grupos de estudos, enfim, comunidades estabelecidas no formato off-line. Boas (2005) afirma que as culturas sofrem diferentes processos e não percorrem um “continuum simples”, mas sim possuem diferentes processos de desenvolvimento histórico. Daí a importância de entender o

presente para compreender o processo, uma vez que o presente contém as mudanças dinâmicas da sociedade e, no caso específico, pode ser esclarecedor a respeito de como se compõem as comunidades virtuais.

A entrada do pesquisador nas comunidades deu-se a partir do momento em que o pedido de participação como membro foi aceito. Não houve uma exposição aberta de que se tratava de uma pesquisa e que a posição ali era de pesquisador/observador/insider. Ao contatar as pessoas e entrevistá-las, pouco a pouco foi esclarecido tratar-se de uma pesquisa científica, apresentando os objetivos em participar da comunidade. Não houve anonimato por parte do pesquisador, que sempre se fez ser visto nas comunidades, atentando sempre para a ética que envolve o pesquisador on-line. O principal nessa ética é não expor o que não foi permitido, não expor a pessoa, deixar claro tratar-se de uma pesquisa científica ao entrevistar – no caso, pelo *Messenger* - e informar que o sigilo será mantido.

Nessa interação, entrevistas diretivas, com roteiros elaborados e direcionados aos integrantes das comunidades, foram realizadas juntamente com entrevistas não diretivas, nas quais a observação atenta às formas de se portar nas comunidades foi realizada no intuito de captar o máximo de detalhes; visto que estes comportamentos contêm informações relevantes sobre as condutas em comunidades on-line.

No acompanhamento realizado ao longo de um ano nas três páginas dos santuários foram estabelecidas interações em várias postagens. Essas foram realizadas por curtidas, comentários e compartilhamentos. Nos comentários perguntas eram realizadas no intuito de compreender como os/as membros/as das comunidades se comportavam com relação a temas como: motivação para participar da comunidade, importância da rede on-line do santuário, tipo de postagem que mais curte e o que menos gosta de ver na página, modos de interação com outros/as participantes, sensação de frequentar o santuário de forma on-line, realização de turismo na cidade da santa e sentimento de “estar lá” utilizando a visita on-line.

Essas questões compunham o questionário on-line do tipo *Google Forms* que, a princípio, seria enviado para os/as membros/as das comunidades virtuais selecionados/as como (+), (t) e (m).

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

A proposta inicial era enviar o *link* do questionário por *Messenger*, porém a plataforma *Facebook* limita esse tipo de comunicação não enviando o texto e o *link* para grande quantidade de pessoas. São as interferências, os monitoramentos e o controle dos algoritmos intrínsecos às plataformas.

Como alternativa, tentou-se postar o *link* do questionário nas páginas das comunidades. Um texto explicando a pesquisa e informando não haver a necessidade de identificação foi disponibilizado juntamente ao *link* para os/as organizadores/as das páginas. Houve negativa dos santuários, alegando que as páginas tratam de assuntos religiosos e um questionário de pesquisa científica poderia não ser agradável para os/as membros/as da comunidade. A alternativa encontrada foi intensificar a interação nas páginas dos santuários no momento das transmissões das missas on-line. O retorno foi satisfatório. Foi um trabalho delicado e lento, realizado de forma sutil, buscando causar o menor incômodo possível. Essas interações foram realizadas por *Messenger* durante o período que as pessoas estavam on-line na missa justamente para não serem visualizadas por outros/as participantes e, assim, manter o anonimato. Tem-se assim, o primeiro exemplo de adestramento imposto pelas plataformas.

Notou-se que há um sentimento de pertencimento às comunidades e, entre vários comentários analisados nas postagens de todas as páginas, a fé nas personagens é a maior atração. Além da fé, as motivações em participar envolvem itens como trocar informações das santas, participar de grupo com afinidades próximas, trocar informações sobre outros/as santos/as, comprar produtos referente às santas, compartilhar orações e tópicos referentes à visitação (tais como melhor época para visitar, como chegar, excursões), entre outros.

Os pedidos lideram entre as postagens e são os mais diversos possíveis. Esses pedidos aparecem nos comentários de postagens associadas a pedidos de graças, milagres e em postagens de orações, ou imagem das personagens. A partir desse tipo de postagem, os/as membros/as passam a interagir, ou não com outros pedidos. Como visto, os pedidos abarcam temas variados, sendo tratamentos de saúde e pedidos de empregos os mais recorrentes. A questão da Covid e a

guerra na Ucrânia também foram alvo de publicações. Percebe-se que os pedidos associados às personagens comovem e fazem com que as pessoas curtam e/ou comentem de forma positiva, demonstrando compaixão.

Chamou a atenção o fato de haver pouca interação entre os comentários quando os/as membros/as da mesma comunidade postam questões pessoais. Em postagem pedindo pelo casamento que está desabando não houve sequer uma curtida. Quando se trata de um estado de saúde ruim ninguém se prontifica a ajudar, ou mesmo em saber o que está acontecendo. Destarte, esse tipo de postagem não promove a mesma interação e “rituais de curtidas” que aquelas associadas às personagens. São poucos os comentários e compartilhamentos. Postagens de pedido de ajuda parecem incomodar e não fazem com que os/as membros/as se posicionem com interações propositivas. A não ser que se comuniquem no privado, pois publicamente nas páginas das comunidades nada acontece no sentido de buscar informações sobre a questão e/ou ajudar o/a outro/a membro/a da comunidade.

Pode-se então questionar o sentido de comunidade como comunhão com os seus iguais. Curtir, compartilhar, comentar sobre postagens que tratam sobre o universo religioso e sobre pedidos de cura e libertação, ou agradecimentos a graças alcançadas são atitudes que participam ativamente do cotidiano das páginas comparadas a momentos como os citados anteriormente. Percebe-se, nesse momento, mudanças nas interações. Os textos, quando ocorrem, são curtos e diretos sem a presença dos *emoticons*⁶ ou *emojis*⁷ que povoam as interações nas páginas. Isto demonstra que estas comunidades possuem um caráter mais universal, fluído, “líquido”, globalizante que a suposta unicidade de uma comunidade off-line.

6 *Emoticon* é uma representação gráfica de uma emoção feita através dos caracteres que você tem à disposição em seu teclado e *emojis* são desenhos próprios, tratados como extensões do conjunto de caracteres ocidentais usados na maioria dos sistemas operacionais da atualidade. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/web/86866-voce-sabe-diferenca-entre-emoticons-emojis.htm>. Acesso em 20 dez. 2023.

7 *Emojis* são desenhos próprios, tratados como extensões do conjunto de caracteres ocidentais usados na maioria dos sistemas operacionais da atualidade. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/web/86866-voce-sabe-diferenca-entre-emoticons-emojis.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

**Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas:
implicações no/do turismo religioso**

As postagens referentes às orações seguem em segundo lugar entre os temas principais. São postadas orações às personagens, causando movimentação ritualísticas nas interações. As interações são favoráveis e concordam com o que foi postado, com demonstração de fé e amor a Deus e às personagens. Quando são postadas orações e ações que implicam na prática ritualística de clicar para participar do ritual há desconfiança (como pedir que se toque na cruz, no rosário, nas lágrimas de Maria, no cajado de José, na manjedoura para ter algum benefício como sorte, paz, iluminação) por medo de vírus e/ou hackeamentos. Essas postagens povoam as páginas e causam incômodos aos/as participantes, uma vez que poucos/as curtem ou comentam. Elas reforçam o receio que muitos/as têm de clicar em um *link* para responder a um simples questionário, dificultando a pesquisa.

Quanto aos agradecimentos, esses acontecem em tom de comção e geralmente com fotos e relatos para provar a solução do problema. Nota-se por parte do/a participante que posta o agradecimento a necessidade de comprovar a graça/milagre/pedido alcançado. Essas postagens recebem interações ritualísticas com muitos “Améns” e *emojis* emotivos. Percebe-se ainda que os agradecimentos são incentivados pelos organizadores das páginas que disponibilizam *links* para preenchimento, buscando justamente novos casos de graças/milagres/pedidos alcançados.

Destarte, os pedidos, as orações e os agradecimentos foram elencados como os temas principais entre as comunidades e, durante o acompanhamento, foram os responsáveis pelo maior número de interações ritualísticas entre os/as membros/as. Entre os temas secundários, as programações religiosas de celebração dessas personagens e de outros/as santos/as são postagens realizadas em menor frequência, mas que causam números de interações expressivas, uma vez que muitos/as querem informações sobre novenas, missas, datas comemorativas, feiras e festas e há os/as que querem divulgar seus/suas santos/as de devoção. Em alguns comentários percebe-se uma satisfação em afirmar as qualidades do objeto de sua devoção.

Os santuários publicam rotineiramente trechos de missas já ocorridas, programação das missas on-line, santo terço on-line,

novenas on-line entre outros eventos. Os comentários mais recorrentes são “Améns”, pedidos, agradecimentos e *emojis*. As viagens aos santuários, postagens integrantes do grupo de temas secundários, são realizadas com frequência e possuem muitas interações. Percebe-se que há comentários que concordam com a exibição dos atrativos, despertando o interesse em visitar, e os que reforçam a identidade religiosa da cidade. Há um orgulho em falar sobre as experiências de ter ido, ou o interesse de ir; há ainda os que pedem informações como distâncias, valores e épocas de melhor visitação, além dos/as que aproveitam para fazer propaganda de suas excursões para o destino. Percebe-se satisfação e orgulho ao afirmarem já terem ido aos santuários. Fotos das viagens, incluindo *selfies* com as imagens das personagens e dos santuários, preenchem as postagens com relação a esse tema. Nesse momento aparecem comentários orientando sobre a visitação, os roteiros, as melhores datas, enfim, formas de afirmar serem íntimos/as desses espaços turísticos religiosos.

Durante o acompanhamento não foram identificados perfis falsos, fato interessante uma vez que, segundo a plataforma *Facebook*, cerca de 5% do total de contas ativas são de usuários fantasmas, o que representa algo na faixa de 142 milhões de contas se considerado o total de perfis na plataforma⁸. Casos de golpes também não foram relatados ou notados nas comunidades.

Comunidades on-line das santas: capitalismo obscurecendo a fé?

As celebrações de missas, novenas, bênçãos do santíssimo, terços, leituras bíblicas, entre outras, transmitidas pelo *Facebook* do santuário de Santa Dulce dos Pobres, síncrona ou assincronamente, apresentam ícones para doações financeiras em forma de QR Code para PIX e dados das contas correntes para depósitos e, durante as celebrações, os animadores, ou os padres, lembram sobre a importância da contribuição para o bom funcionamento da ins-

8 *Facebook* revela que números de perfis falsos excluídos da plataforma caíram 23% em um ano. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/05/19/internet-e-redes-sociais/facebook-revela-que-numeros-de-perfis-falsos-excluidos-da-plataforma-cairam-23-em-um-ano/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

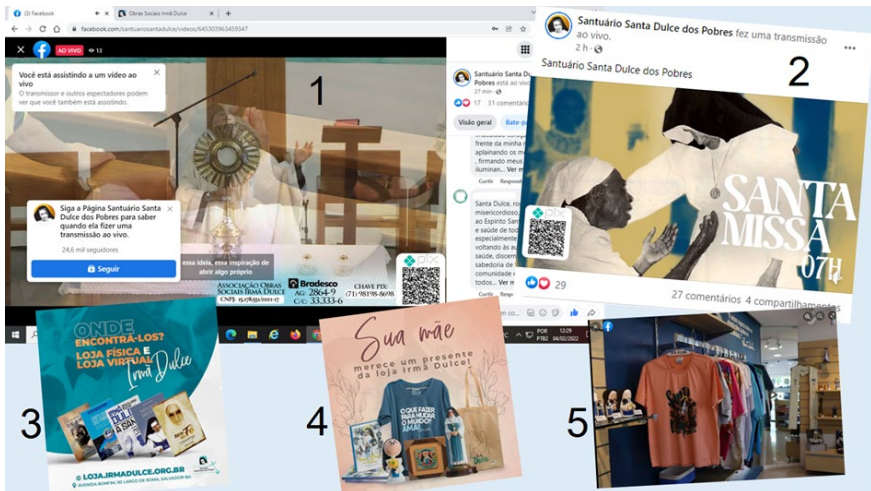
Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso

tituição, fato que irá deixar a santa muito feliz, como constatado ao acompanhar on-line as celebrações. Note-se que há na Câmara uma PEC, proposta pelo bispo Marcelo Crivella, que amplia a imunidade tributária/isenção fiscal de entidades religiosas; privilégio este condenado pela banda Caverjets (2020), no clip Pequenas Igrejas Grandes Negócios, disponibilizado no Youtube.

Há, naqueles momentos de pedidos de doações, comentários por parte dos/as membros/as incentivando-as. Os/as que doam agradecem pelas graças alcançadas e/ou por aquele momento de celebração da fé na santa.

Na abertura da página do santuário de Santa Dulce dos Pobres os ícones para doação estão presentes, destacando a importância de doações para a OSID – Obras Sociais Irmã Dulce.

Figura 1 - Santuário Santa Dulce dos Pobres: celebrações e produtos



Fonte: Ciber-etnografia 2022/2023

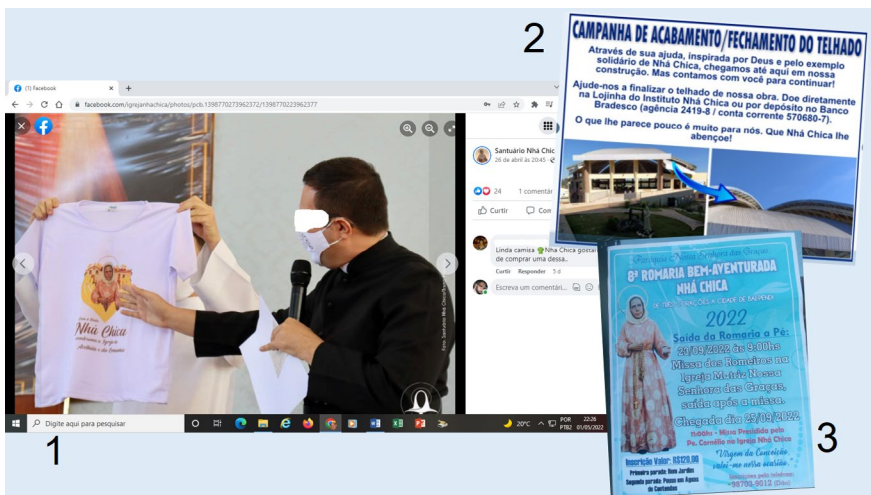
Na abertura da página do santuário de Santa Dulce dos Pobres os ícones para doação estão presentes, destacando a importância de doações para a OSID – Obras Sociais Irmã Dulce.

Como pode ser visualizado na figura 1, as imagens 1 e 2 representam tais celebrações com os ícones citados. Interessante destacar que eles são mantidos durante todo o evento. As imagens 3, 4 e 5, retratam produtos relacionados à Santa Dulce dos Pobres e

comercializados nas redes sociais. Na página do Facebook há um link que direciona para o site do santuário, dando acesso à loja virtual. São livros, imagens, camisetas, velas, canecas, enfim, uma variedade de produtos com a santa estampada.

As campanhas referentes às santas ocupam espaço na programação das redes sociais dos santuários. Na figura 2, pode-se observar, na imagem 1, a comercialização da camiseta comemorativa da festa de Nhá Chica/2022. Na imagem 2, a campanha para obra de fechamento do telhado do Centro de Romeiros faz parte de uma série de campanhas como “do tijolo”, “da tinta”, “do piso”, que contribuíram, de forma on-line, para a sua realização. Já a imagem 3 representa a divulgação de uma romaria, contendo itinerário, valores e contatos, estimulando o consumo turístico em torno de Nhá Chica.

Figura 2 - Santuário Nhá Chica: produtos e campanhas

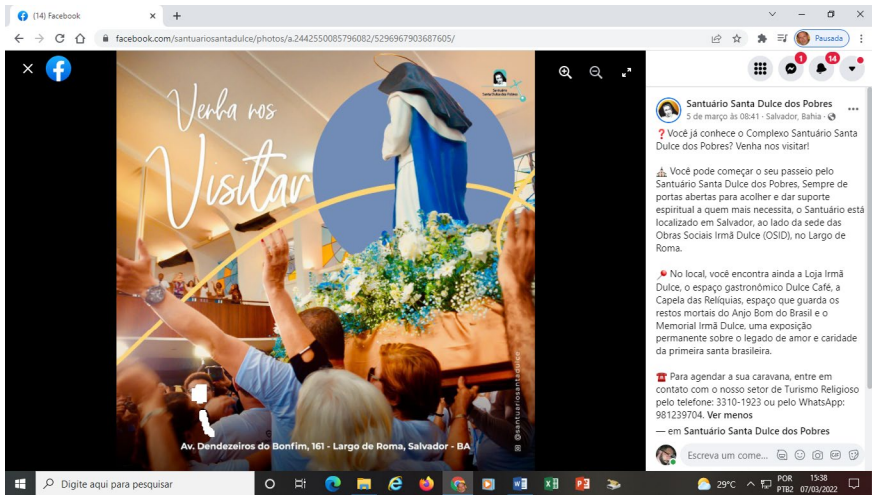


Fonte: Ciber-etnografia 2022/2023

A figura 3 representa também o incentivo à prática do turismo em Salvador, convidando os/as participantes da comunidade para visitarem o santuário de Santa Dulce dos Pobres.

Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso

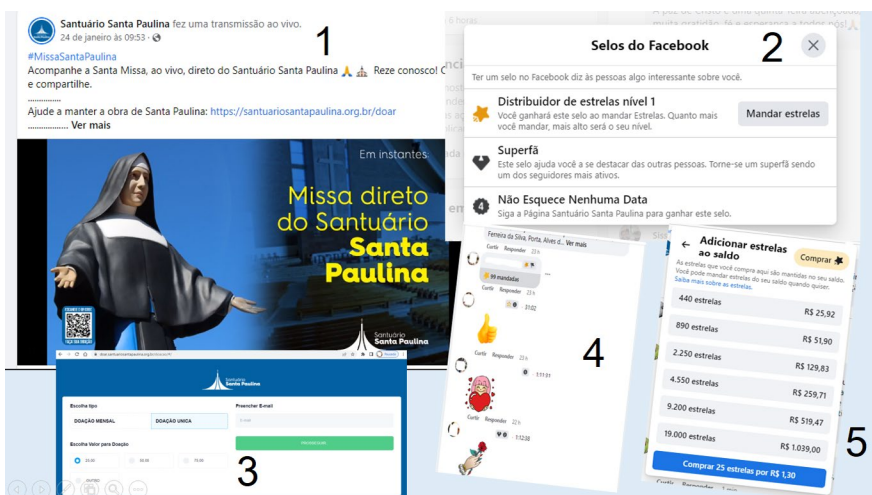
Figura 3 - Santuário Santa Dulce dos Pobres: convite a visitação



Fonte: Ciber-etnografia 2022/2023

Na página do santuário de Santa Paulina, figura 4, observa-se, na imagem 1, a celebração da missa com o QR Code do PIX para realização de doações financeiras. As imagens 2, 4 e 5, demonstram a distribuição de estrelas aos fiéis que as adquiriram e os valores a serem pagos por elas. A imagem 3 representa a Central de doações do santuário, que pode ser acessada por um link na página inicial do Facebook.

Figura 4 - Santuário Santa Paulina: celebrações e produtos



Fonte: Ciber-etnografia 2022/2023

Nessa comunidade, há uma aba que a diferencia das demais páginas, a “Central de assinantes”, na qual pode ser adquirido um selo de assinante por R\$ 19,90 por mês. Esse selo fica em evidência ao lado do nome do/a membro/a que o adquire e todos/as na comunidade passam a ter conhecimento que ele/a contribui sistematicamente com o santuário. Esse fato diferencia os/as que não são assinantes dos que são, havendo ainda os/as que são assinantes *premium* com selo diferenciado. Tem-se assim aquele envolvimento cognitivo, mencionado anteriormente, monetarizado de forma “pública” e ostensiva. Este fato pode gerar desconforto aos que não têm símbolo algum, deixando claro que não contribuíram financeiramente.

Interessante pontuar que essa é uma prática comum nesta comunidade. Durante a transmissão ao vivo das missas aparece a mensagem “Durante essa transmissão, você pode apoiar a Página do Santuário mandando Estrelas. Sua contribuição ajuda a obra, iniciada por Santa Paulina”. As estrelas são adquiridas no momento da celebração em um *link* que abre valores e formas de pagamento em cartões de crédito ou PIX. Os valores variam entre 25 estrelas por R\$ 1,30 a 19.000 estrelas por R\$ 1.039,00. Automaticamente aparece a informação ao lado do nome do/a participante destacando sua ação, “Distribuidor de estrelas nível 1, 2, 3”....

Percebem-se, nesses momentos de “celebrações” quando as estrelas começam a aparecer diferenciando os/as fiéis, poucas interações com relação a isto. Essa diferenciação entre os/as membros/as remete a Marx e Engels (2006) ao criticarem o uso comercial da fé, estabelecendo-o como emanção direta de um comportamento material, como ocorre com a política, as leis, a moral e o comércio em geral. Nessa comunidade, há também campanhas incentivando os/as membros/as a tornarem-se “missionários de Santa Paulina”, passando a contribuir financeiramente de forma mensal, o que também, os/as diferencia dos/as demais. A diferenciação entre os/as membros é uma prática comum às páginas do Facebook dos santuários. Na figura abaixo, pode-se constatar tal prática com selos atribuídos aos/as membros/as de acordo com suas participações.

Capítulo 4 - *Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso*

Figura 5 - Selos atribuídos nas comunidades on-line nas páginas dos santuários



Fonte: Ciber-etnografia 2022/2023

Os/as membros/as das redes dos santuários também participam do comércio que se estabelece nas comunidades. Durante o período da ciber-etnografia, em uma das páginas, surgiu uma postagem sobre a venda de relíquias que obteve número de interações ritualísticas expressivos e muitos/as participantes das comunidades queriam saber o valor e a forma de entrega. Interessante notar que o anúncio trazia em seu título “doação de relíquias”, mas nos comentários pôde-se acompanhar interesse pelo objeto. Ven-

der um objeto que seria destinado para doação? Ter interesse em comprar relíquias? Seriam esses os propósitos de uma comunidade com temática religiosa? Tratam-se das mesmas comunidades que demonstraram pouco interesse na postagem de desespero de um/a membro/a que estava doente?

Esse tipo de postagem faz com que os/as integrantes desviem o interesse na sua devoção, que é citada por eles/as como o objetivo principal da comunidade, entretanto, isto faz parte daquelas dimensões de envolvimento no marketing empresarial, mas especificamente em seu feitiço comportamental.

Nas páginas acompanhadas constatou-se também a divulgação de todas as outras redes sociais que têm as santas como tema; sites dos santuários, *Instagram*, *Twitter (X)* e *You tube*, o que induz fiéis à mais participação, comportamentos, rituais e, conseqüentemente, mais consumo.

Considerações finais

As plataformas digitais, geridas na maioria das vezes pelas *Big techs*, juntamente a existência das redes sociais on-line, ganharam um espaço excepcional no cotidiano das sociedades. O on-line penetra no off-line com *blogs*, *sites*, *Apps*, realidades virtuais e aumentadas, redes sociais que, ao acontecerem, introduzem novos códigos de conduta e comportamento cultural que merecem ser investigados por conterem uma nova forma de socialização, a on-line. A ciber-etnografia aplicada em contextos mediados pela internet torna-se necessária visto que passou a ser impossível ignorar a imersão das pessoas em relações sociais on-line. Assim, a cada surgimento de novas formas de organização social, as pesquisas devem ser adaptadas em suas metodologias para apreender esta realidade.

Durante o acompanhamento ciber-etnográfico foi possível constatar o papel de promotor da atividade turística que os santuários desempenham. Fica clara a interferência das redes sociais on-line na promoção dos lugares turistificados. O/a participante da rede social apresenta satisfação em postar sobre o santuário e sobre a cidade, afirmando conhecer e, quando ocorre, ostentar

**Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas:
implicações no/do turismo religioso**

diversas visitas. Geralmente essas interações acontecem quando um/a participante diz querer conhecer a cidade e o santuário. A Igreja Católica, administradora das páginas, divulga e promove ao máximo os atrativos religiosos, apostando no potencial de sua oferta, ações compreendidas como fonte de informação e incentivo para a viagem. Estando nos lugares do turismo, os/as visitantes utilizam as redes para divulgação das experiências por meio de fotos, vídeos, áudios e textos. Constata-se assim, que as páginas analisadas produzem material e interações que induzem à visitação e, do local da *práxis* do turismo, recebem material por meio de postagens em forma de fotos, vídeos e interações, alimentando-se dialeticamente.

São ainda nítidas as interferências do capitalismo de plataforma ao adestrar os/as usuários das páginas frente suas posturas com relação à atividade turística e aliená-los da sua produção material de dados. Crentes de que suas participações e rituais atendem ao caráter religioso que permeia as páginas, atuam como “agentes da turistificação” (Knafou, 2001) e potenciais consumidores ao promoverem os espaços do turismo.

Para Wiener (1989), o sistema capitalista, no seu modo ultramoderno e cibernético, como o autor prefere denominar, incorpora tudo e todos em uma organização lucrativa. Para ele, o consumo passa a ser mediado por um capital cibernético envolvendo desejos e formas de pagá-los. Pode-se associar essa nova forma de pagamento aos cartões de crédito, ao PIX e às transferências bancárias on-line como constatado no comércio realizado nas páginas dos santuários.

O que se percebe nas comunidades on-line analisadas está distante da “autoemancipação” proposta por Marx (2005) na busca de uma verdadeira democracia, espaço de autonomia e liberdade. Defendendo a verdadeira democracia e acreditando ser necessário opor à burocracia a alternativa de “auto-gestão” - na qual a participação de cada indivíduo se faz útil, necessária e ligada a vida do lugar -, seria estabelecido assim, um espaço no qual a comunidade se organizaria em um sentido pleno de participação. Constata-se que as plataformas e, conseqüentemente as redes sociais nelas apoiadas, atuam como adestradores, monitorando, planejando e

indicando ações a serem seguidas. Compreende-se assim, em Lefebvre (2004), que os corpos adestrados possuem valor de uso – valor de troca, participando das práticas sociais.

Diante de temas atuais e mutáveis, pode-se aferir que as redes sociais on-line, juntamente às plataformas digitais, não se alienam da materialidade, do fetiche da mercadoria, do sentido de mercado historicamente construído e oferecem inúmeras possibilidades de atuação, que cooptadas pelos/as organizadores/as propiciam lucros, controles e adestramentos inerentes à sua existência.

Não se pretende dizer que as redes sociais acompanhadas nesse estudo fugiram de seus ideais religiosos, mas há uma atuação mercadológico-capitalista permeando as ações, e isto é algo que não se pode negar. Celebrações que arrecadam doações de várias partes do país e quiçá do mundo, estrelas e selos vendidos para demonstrar dedicação e devoção, produtos negociados em lojas virtuais e campanhas on-line que ajudam a construir edificações são testemunhos fidedignos da prática capitalista, afinal, a sociedade que concebe, produz e utiliza tais tecnologias é marcada pela exploração, pela desigualdade e pela busca constante de lucro.

O que se percebe é mais do mesmo, ou seja, o poder hegemônico do capital global revestindo-se de outra roupagem, (re)construindo e (re)valorizando o modo de produção capitalista, agora sob o neologismo de “capitalismo de plataforma”.

Referências bibliográficas

BARTHOLOMEW, Darrell E.; MASON, Marlys J. Facebook rituals: Identifying rituals of social networking sites using structural ritualization theory. *Journal of Consumer Behaviour*, v. 19, n. 2, p. 142-150, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/cb.1799> Acesso em: 20 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/cb.1799>.

BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURROUGHS, Benjamin. Facebook and FarmVille: A digital ritual analysis of social gaming. *Games and Culture*, v. 9, n. 3, p. 151-166, 2014. Disponível em: <https://www.deepdyve.com/lp/sage/facebook-and-farmville-b55XS90d0b>. Acesso em: 13 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/1555412014535663>.

CANDRASARI, Yuli. Nonverbal Communication Reconstruction on Facebook. *Jurnal The Messenger*, v. 13, n. 1, p. 94-107, 2021. Disponível em: <https://jour>

**Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas:
implicações no/do turismo religioso**

nals.usm.ac.id/index.php/the-messenger/article/view/1000. Acesso em: 13 fev. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.26623/themessenger.v13i1.1000>.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venancio Majer. 3.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CAVERJETS (banda). **Pequenas Igrejas Grandes Negócios** (Clipe Oficial). YouTube. 10 de abr. de 2020. 5'53". Disponível em <https://youtu.be/6473XTXuxHk> Acesso em 04 mar. 2024.

CHASE, R. **How People and Platforms Are Inventing the Collaborative Economy and Reinventing Capitalism**. London: Headline, 2015.

D'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

DALSGAARD, Steffen. The ethnographic use of Facebook in everyday life. **Anthropological Forum**. Routledge, 2016. 26(1) p. 96-114. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00664677.2016.1148011>. Acesso em: 13 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/00664677.2016.1148011>.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena (org). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003.

FONSECA, M. A; GONÇALVES, Manuela Albornoz; OLIVEIRA, Marta Olivia Rovedder; TINOCO, Maria Auxiliadora Cannarozzo. Tendências sobre as comunidades virtuais na perspectiva dos prosumers. **RAE eletrônica**, v. 7, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/FBs4tPM96Kn4kj45NfmPD-Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, vol. 14, nº 28, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paideia/issue/view/475>. Acesso em: 05 out. 2023.

GARTON, L.; HAYTHORNTHWAIT, C.; WELLMAN, B. Studying Online Social Networks. **Journal of Computer Mediated Communication**, n. 3, vol 1, 1997. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcmc/article/3/1/JC-MC313/4584354?searchresult=1>. Acesso em: 22 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.1997.tb00062.x>.

GILLIN, Paul. **The new influencers: A marketer's guide to the new social media**. Califórnia: Word Dancer Press, 2007.

HINE, Christine. Virtual Ethnography: Modes, varieties, affordances. N. Fielding, **The SAGE: Handbook of online Research Methods**, 1.ed. 2008. Disponível em: <https://methods.sagepub.com/book/the-sage-handbook-of-online-research-methods/n14.xml>. Acesso em: 20 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4135/9780857020055>.

HODKINSON, P. 'Insider Research' in the Study of Youth Cultures. *Journal of Youth Studies*, v. 8. 2005.

KAHIL, Samira Peduti. Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo. *Sociedade e natureza*, vol. 22, n° 3, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332>. Acesso em: 02 jan. 2024.

KELMER, Magno Angelo. **Turismo Religioso e Transformação Sócio-espacial em Baependi-MG**. 2017. 230 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. R. **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando a pesquisa etnográfica online**. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LANGLEY, Paul; LEYSHON, Andrew. Platform capitalism: The intermediation and apitalisation of digital economic circulation. *Finance and Society*, vol.1-21, 2016. Disponível em: http://financeandsociety.ed.ac.uk/ojs-images/financeandsociety/FS_EarlyView_LangleyLeyshon.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.

LASH, Scott. **Crítica de la Información**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis: space, time and everyday life**. Trad. Stuart Elden; Gerald Moore. London: Continuum, 2004.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. **Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo – Pirenópolis: a tradição cavaleiresca e sua rede organizacional**. Tese. (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ, 2002.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Ritual e emoção nas interações espaciais: repensando o espaço sagrado nas festas populares de romarias e folguedos. In: ROSENDAHL, Zeny (Org). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. IV, Livro III, Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1984.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Feuerbach, a oposição entre as concepções materialistas e idealistas**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATEUS, Abel M. Is There a Consensus on Antitrust for the Big Tech? *SSRN*, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3508055>. Acesso em: 11 jan. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3508055>.

OLMA, S. Nevermind the sharing economy: Here's platform capitalism. *Institute of Network Cultures Blog*, 2014. Disponível em: <https://networkcultures.org/mycreativity/2014/10/16/never-mind-the-sharing-economy-heres-platform-capitalism/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Capítulo 4 - Capitalismo de plataforma e as redes sociais das santas: implicações no/do turismo religioso

PASSARELLI, Gaetano. **Santa Dulce dos Pobres: o anjo bom da Bahia**. 4. ed. Trad. Regina Cony. São Paulo: Paulinas, 2019.

PEEROO, Swaleha; SAMY, Martin; JONES, Brian. Dialogue on Facebook pages of grocery stores: Customer engagement or customer enragement?. **Journal of Marketing Communications**, v. 25, n. 8, p. 861-883, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rjmc20/25/8>. Acesso em: 13 fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/13527266.2018.1482559>.

POLIVANOV, Beatriz. Aparência, visibilidade e contatos: a autoprodução em sites de redes sociais e a cena da música eletrônica. **Logos**, v. 18, nº 01. 2011. Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/34/logos_34_completa.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

REVELEY, James. Understanding social media use as alienation: A review and critique. **E-Learning and Digital Media**, v. 10, n. 1, p. 83-94, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2304/elea.2013.10.1.83>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no Ciberespaço como Repovoamento e explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 31, nº 90, 2016.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BECHARA, Gabriela Natacha; GRUBBA, Leilane Serratine. Era Digital e Controle da Informação. **Revista Em Tempo**, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3268>. Acesso em: 9 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26729/et.v20i1.3268>.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SKAGEBY, Jorgen. **Online Ethnographic Methods: Towards a Qualitative Understanding of Virtual Community Practices**. Linköping: Copyright IGI Global, 2011. Disponível em: <https://www.igi-global.com/chapter/online-ethnographic-methods/50355>. Acesso em: 20 set. 2022.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016.

VAIDHYANATHAN, Siva. **The Googlization of everything: (and why we should worry)**. Los Angeles: Univ of California Press, 2012.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**. New York: Oxford Press, 2013.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. **The Platform Society: public values in a connective world**. Londres: Oxford Press, 2018.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da Informação e Comunicação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora saraiva, 2011.

VIEIRA, Laíze Leite Vieira; OLIVEIRA, Ivanilton José de. **Turismo, Espaço e Paisagem: Uma Abordagem Geográfica da Escolha de Destinos Turísticos na Era Digital**. São Paulo, 2012. **IX Seminário ANPTUR**. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/sumario.php?versao=9>. Acesso em: 02 dez. de 2021.

WARD, Katie J. The Cyber-Ethnographic (Re)Construction of Two Feminist Online Communities. **Sociological Research Online**, vol. 4, n°1. 1999.

WIENER, Norbert. **The Human Use Human Beings: cybernetics and society**: London: Free Association Books, 1989.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Caderno de Educação**, n° 49, vol. 1, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cadernodeeducacao/article/view/2809>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ZUQUIM, Pedro Cese Caram. **A Expansão das Big Techs nos mercados digitais e as Killer Acquisitions**: a função do CADE no controle de estruturas na previsão de possíveis aquisições anticoncorrenciais. 2021. 80 f. Monografia (Direito) - Universidade de Brasília, 2021.

CAPÍTULO 5

A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições¹

Igor Venceslau²

Introdução

A emergência do fenômeno digital tem implicado em transformações nas atividades humanas de toda ordem, incluindo as dimensões sociais, políticas e culturais. As atividades econômicas também têm sido transformadas, levando ao surgimento do que tem sido denominado “economia digital”, entendida preliminarmente aqui como a economia que se realiza por meio das tecnologias digitais, ou ainda aquela marcada pelo paradigma digital, o que contempla aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e políticos (Malecki; Moriset, 2008).

Dentre as atividades da economia digital, o comércio eletrônico ou *e-commerce* tem se destacado pelo seu crescimento exponencial, especialmente após a pandemia de Covid-19. Compreende-se por comércio eletrônico ou *e-commerce* o conjunto de operações de compra e venda de mercadorias realizadas a distância e mediadas por tecnologias da informação e comunicação (aquelas da eletrônica digital) em todas as suas etapas, da escolha do produto e pagamento à entrega. Comercialização a distância significa, na atualidade, que vendedores e consumidores não se encontram presencialmente face-a-face e, malgrado essa condição, podem efetivar essa relação de maneira instantânea e eficaz, situação historicamente inédita.

Algumas teses têm postulado a perda de relevância do espaço com a emergência do fenômeno digital. Uma exposição sistemática

1 Artigo produzido a partir de pesquisa de doutorado financiada pela Fapesp, processo nº 2018/04130-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

2 Universidade de São Paulo (USP) - igorvenceslau@alumni.usp.br - ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6321-3319>

dessas ideias pode ser encontrada em Virilio (2014), para quem, a respeito do comércio eletrônico, “em vez do prazo de dois ou três dias para a entrega dos formulários enviados pelo correio, hoje bastam quarenta e cinco segundos para que os pedidos de compra cheguem à sede da empresa” (p. 72). O autor ignora, entretanto, que o pedido realizado *online* é apenas a primeira de muitas das etapas constitutivas das novas atividades, para as quais o espaço, segundo nossa proposta, segue sendo estratégico e fundamental.

Além de se filiar a uma tese diametralmente oposta às anteriores, isto é, que o espaço geográfico continua relevante para as atividades da economia digital, a despeito de sua operação remota, neste artigo propomos que o comércio eletrônico apresenta desigualdades e contradições espaciais em todas as escalas analisadas.

O método adotado nesta pesquisa parte do entendimento do espaço como “instância social” (Santos, 2008[1978]). Vale-se de uma teoria do espaço geográfico elaborada por Milton Santos, que se desdobra num sistema de conceitos basilares para as análises aqui apresentadas. Nesse partido de método, a compreensão do fenômeno técnico é imprescindível para o entendimento do espaço geográfico.

Partimos do entendimento do espaço geográfico como constituído por “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2012[1996], p. 63). Atualmente, a relação entre espaço geográfico e fenômeno técnica está marcada pelo processo em curso de “digitalização do território” (Arroyo, 2021).

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a difusão do comércio eletrônico no território brasileiro em três escalas geográficas distintas, quais sejam a global, a regional/nacional e a local.

Nos marcos de investigação de doutorado recente (Venceslau, 2023), esta pesquisa foi conduzida a partir de revisão bibliográfica, trabalhos de campo em todas as regiões brasileiras, e pesquisa de dados sobre as sedes de empresas de comércio eletrônico, por meio da busca em suas páginas na Internet e da consulta ao cadastro de empresas da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico – AB-Comm.

Escala global: e-commerce num mundo com fronteiras

Foram selecionadas 60 grandes empresas de comércio eletrônico com atuação no Brasil (Quadro 1). Quase metade dos agentes considerados são do tipo loja virtual, que podem também ser diferenciados entre aquelas que vendem a marca própria (Dell, Brastemp) e as varejistas que revendem produtos que adquirem na indústria (Netshoes, Submarino). Outro grupo com muitos agentes é o que possui lojas físicas, que também se diferencia entre aqueles que só comercializam a marca própria (TNG, Motorola) e as grandes redes varejistas, que acabaram constituindo os grandes grupos de atuação multicanal (Magazine Luiza, Casas Bahia). O tipo *marketplace* pode ser também denominado de C2C (*consumer-to-consumer*) para enfatizar a função da plataforma em conectar pequenos agentes que são por vezes os próprios consumidores comercializando entre si produtos usados ou artesanais. Mais recentemente, vêm se diferenciando internamente entre aquelas que operam somente por importação (Aliexpress, eBay) e as focadas em transações nacionais (Mercado Livre, OLX).

Quadro 3 - Tipologia de empresas de comércio eletrônico no Brasil

TIPO	EMPRESAS
LOJA VIRTUAL	Submarino, Shoptime, Netshoes, Dafiti, Amazon, Dell, Hp, Vaio, Privalia, Evino, Kanui, Tricae, Zattini, Shoestock, Electrolux, Brastemp, Consul, eFácil, Kabum, Central Ar, eOtica, e-Lens, Farfetch, Sandro Moscoloni, Oppa, Drinks&Clubs
LOJA FÍSICA	Magazine Luiza, Americanas, Casas Bahia, Ponto Frio, Extra, Carrefour, Walmart, Ricardo Eletro, C&A, Centauro, Fastshop, Saraiva, Livraria Cultura, Marisa, Ri Happy, Natura, L'Occitane, Tok&Stok, Marabraz, Telhanorte, C&C, Motorola, Nike, Attraktiva, Live, TNG, Madeira Madeira
MARKETPLACE	Mercado Livre, Estante Virtual, eBay, OLX, Aliexpress, Shopee, Shein

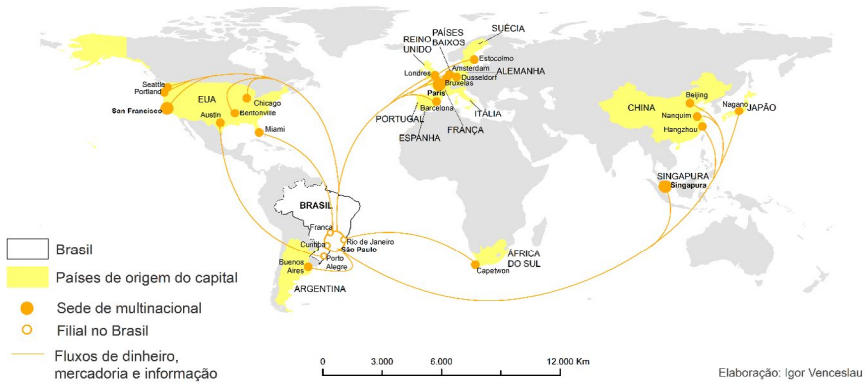
Fonte: Elaboração própria, a partir de revisão bibliográfica.

Há uma relação entre o tipo e a localização da sede de controle dessas empresas. Aquelas que já nascem plataformas de *marketplace*, que demandam mais investimento em tecnologia da informação, são praticamente todas estrangeiras, com destaque para a origem no Vale do Silício ou asiáticas. Por outro lado, o tipo loja física é formado majoritariamente por empresas brasileiras, sobretudo as grandes redes varejistas. E o tipo loja virtual encontra-se parte controlado no país e parte no exterior. A partir daí podemos inferir que o território brasileiro vem apresentando condições técnicas e políticas para a inovação no comércio eletrônico, embora não ampliados para todos os tipos dessas empresas.

Apenas um quarto das grandes empresas de *e-commerce* operando no Brasil é estrangeira, o que revela a força do mercado interno numa realidade globalmente controlada por multinacionais. As estrangeiras possuem origens diversas (Mapa 1) e aqui vamos apontar três tendências. A primeira se refere à persistente presença de investimentos europeus e estadunidense no Brasil, em todos os setores da economia, primazia que o comércio eletrônico vem reforçar. A segunda diz respeito aos crescentes investimentos asiáticos, especialmente oriundos da China, Japão e Singapura. E a terceira delas apresenta uma configuração oposta àquela da histórica concentração de capitais nos eixos do Atlântico Norte e Pacífico, com a emergência das chamadas relações Sul-Sul, no caso brasileiro reveladas principalmente no fortalecimento do Mercosul e na aproximação com os países dos BRICS nas décadas que coincidem com o comércio eletrônico (finais dos anos 1990 aos dias atuais).

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

Mapa 1 - Mundo: origem do capital e sede de empresas multinacionais de comércio eletrônico com operações no Brasil (2022)



Fonte: Elaboração própria, a partir da criação de banco de dados das empresas.

A costa oeste dos EUA, incluindo o Vale do Silício, possui o maior número de sedes de multinacionais de *e-commerce*, região de localização tradicional de empresas de tecnologia e onde estão, entre outras, Amazon e eBay, as duas pioneiras que lançaram os padrões globalizados. Na Europa ocidental, destacam-se localizações tradicionais, como a Carrefour e outras na região de Paris, e várias outras em Londres, Amsterdam e Bruxelas, como a C&A. Barcelona abriga a Privalia, uma das dez maiores no mercado brasileiro. Da Ásia vêm a Alibaba e a Shein, sediadas na China; e a Shopee e o Global Fashion Group, que desde Singapura controla o grupo Dafiti. Outra sede é a Cidade do Cabo, que corresponde ao conglomerado sul-africano de mídia Naspers, que após ter comprado o site brasileiro Buscapé, adquiriu a neerlandesa OLX, mantendo as operações e a marca, bem como a filial no Rio de Janeiro. E em Buenos Aires está sediada a Mercado Libre, dona da filial brasileira homônima, que é o maior *e-commerce* brasileiro em número de acessos e volume de transações. Há uma diferença neste último caso porque o Mercado Livre iniciou as operações praticamente ao mesmo tempo nos dois países, onde estavam os sócios iniciais, em 1999, conformando aí uma relação menos hierárquica do que a abertura de filiais quando as empresas já estão consagradas no mercado internacional. Apesar de diversos, os centros globais de comando são

os mesmos de outros setores, embora no caso da economia digital crescentemente asiáticos.

Escala regional/nacional: o comércio eletrônico diante das particularidades desiguais

No Brasil, todas as filiais de empresas estrangeiras de comércio eletrônico estão localizadas na metrópole de São Paulo, com quatro exceções em cada uma das seguintes cidades: no Rio de Janeiro, a OLX; em Porto Alegre, a Dell; em Curitiba, a Electrolux; e em Franca, interior de São Paulo, a empresa de calçados Sandro Moscoloni, de capitais italianos e atual sede em Miami. São Paulo também é a sede da maioria das grandes empresas brasileiras de comércio eletrônico (Mapa 2), reunindo 85% das iniciativas nacionais aqui analisadas. A maior parte dessas empresas se localiza no próprio município de São Paulo, e algumas outras em municípios da região metropolitana: Barueri, Osasco e Cajamar, localizações importantes para a logística pela proximidade com diversas rodovias expressas e o rodoanel, e o ABC paulista.

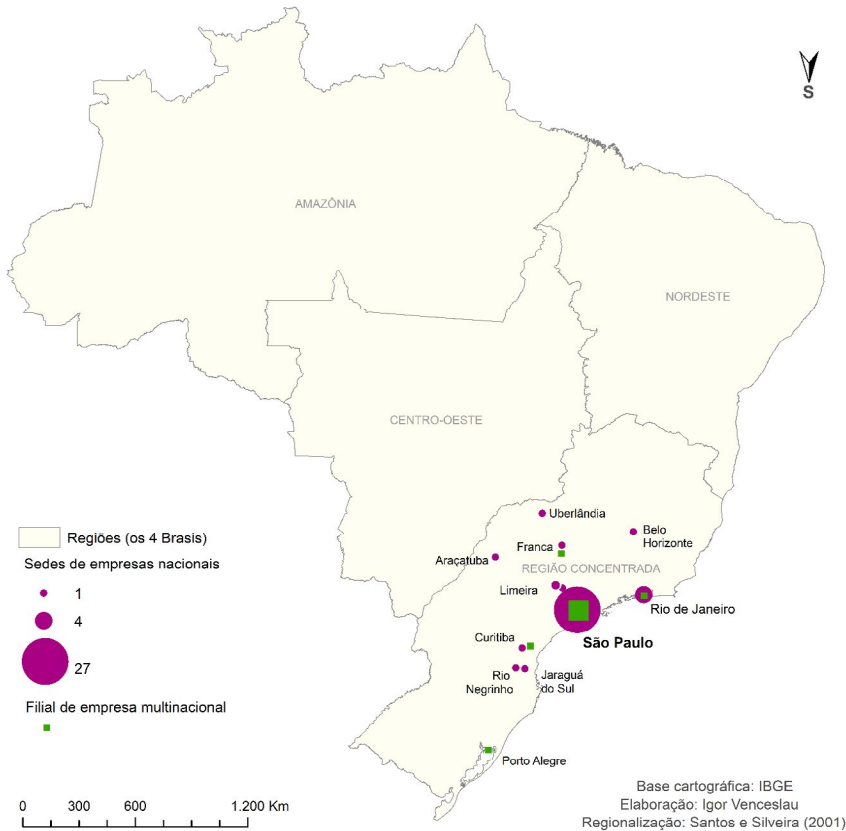
Com menor relevância está a metrópole carioca com quatro sedes de grandes empresas nacionais, como o grupo B2W. Além das duas maiores metrópoles, apenas oito cidades detém o controle sobre uma grande empresa cada uma, com destaque para o interior de São Paulo e alcançando o Triângulo Mineiro, região onde está sediada a Magazine Luiza em Franca, entre outras empresas; Belo Horizonte com o *e-commerce* esportivo Centauro; e Curitiba e interior de Santa Catarina com *e-commerce* de móveis e vestuário.

Não é trivial a constatação de que nenhuma grande empresa de comércio eletrônico se localiza fora da Região Concentrada, regionalização proposta por Santos e Silveira ([2001] 2011). É a partir dessa área *core*, concentradora da maior parte da riqueza, dos recursos e também a região mais modernizada onde o meio técnico-científico-informacional se expressa com maior intensidade, que essas grandes empresas usam o território brasileiro para realizar o comércio a distância e alcançar os consumidores de todos os estados da federação. Essa constatação é tão mais importante quanto se nota que a tese que as novas tecnologias digitais possibilitariam

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

uma economia mais desconcentrada e, portanto, maior desenvolvimento em regiões periféricas (Castells, 2010; Virilio, 2014) não se verifica. Na verdade, até aqui já temos elementos para apontar o oposto, ou seja, que a concentração geográfica na denominada economia digital é ainda maior que em períodos de concentrações pretéritas (industrialização, por exemplo) e vem ao reforço das já acentuadas desigualdades regionais.

Mapa 2 - Brasil: sede de grandes empresas de comércio eletrônico (2022)



Fonte: Elaboração própria, a partir de informações disponíveis nos websites das empresas e dados da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo.

A centralização do capital na formação de oligopólios nacionais, a despeito de seu papel decisivo no enfrentamento ao controle estrangeiro do mercado interno, tampouco contribui para superar

a primazia da Região Concentrada, que na nova economia se torna praticamente a única localização a partir da qual os agentes hegemônicos logram agir em tempo real. Isso porque atividades como o comércio eletrônico, exigentes de atualização técnica constante e de modernizações sucessivas, demandam dos territórios aquelas seletivas frações que dispõem das condições de operacionalização e fluidez necessárias à competitividade das grandes empresas. Aqui se verifica que o valor de cada localização se amplia, tornando a seletividade espacial uma prática nas ações corporativas. A geografia se torna mais, e não menos, relevante na nova economia.

Tamanha concentração dos grandes varejistas tem implicações diretas sobre o comércio. Além das já mencionadas consequências econômicas, a mobilidade do consumidor está condicionada por essa nova realidade, já que o preço do frete pago, incluindo a política de frete grátis, está diretamente relacionada com a distância dessas localidades para a Região Concentrada. Maiores prazos de entrega para compradores de outras regiões é outra consequência direta num país com enormes discrepâncias regionais na circulação dessas mercadorias. Outra seria a menor prevalência de produtos do Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia oferecidos nessas lojas virtuais.

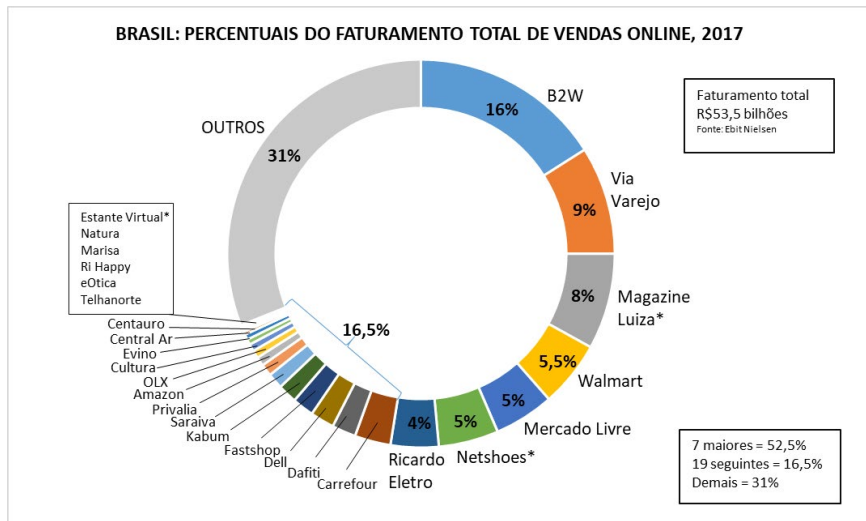
Há uma correspondência direta entre concentração geográfica e concentração econômica. O faturamento total do varejo brasileiro foi de R\$ 1,38 trilhões em 2017³, sendo que o comércio eletrônico respondia por 3,87% desse montante⁴, cujas vendas somaram R\$ 53,5 bilhões. Com esse dado, foi possível dimensionar o tamanho do mercado que as grandes empresas de comércio eletrônico já ocupavam à época (Gráfico 1).

3 Considerado o varejo restrito, que exclui automóveis e materiais de construção. Esse valor correspondeu a mais de 20% do PIB brasileiro em 2018.

4 Dados da câmara-e.net e da Ebit Nielsen estimam que o e-commerce passou a responder de 12% a 14% do varejo brasileiro após a pandemia de Covid-19.

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

Gráfico 1 - Percentuais do faturamento total de vendas online no Brasil, por empresa, 2017



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo. *Nota: as empresas Estante Virtual, Kabum e o grupo Netshoes foram posteriormente adquiridos por Magazine Luiza, formando em 2022 um grupo que controlaria entre 15% e 17% do faturamento do setor. Nota 2: os valores de B2W, Via Varejo, Netshoes e Dafiti representam o faturamento do grupo.

As sete maiores empresas representam, sozinhas, mais da metade do comércio eletrônico no Brasil, que se apresenta, portanto, extremamente concentrado. Segundo a Pesquisa Anual do Comércio do IBGE, a taxa de concentração do varejo brasileiro, medida pela soma do faturamento de vendas das oito maiores empresas do setor, foi de 9,6% no ano de 2018. Realizamos o mesmo cálculo para o comércio eletrônico e encontramos uma concentração de 55,5%, revelando que se trata de um mercado extraordinariamente concentrado, praticamente sem paralelo fora dessa economia digital⁵.

Embora venha recebendo investimentos em infraestrutura de conexão à Internet, a Amazônia é a região brasileira onde a atualização do território ocorre de maneira mais seletiva. Fora das capitais e de cidades médias do estado do Pará – principalmente Mara-

5 O comércio atacadista, por exemplo, historicamente mais concentrado, registrou índices de 18,9% de concentração em 2018, contra 21,4% do que tinha sido registrado em 2009. As maiores concentrações são registradas no comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes, que foi de 64,5%. (IBGE, 2018).

bá, Santarém e Parauapebas – a chegada do meio técnico-científico-informacional é mais lenta. Isso não significa que as atividades da economia digital estejam ausentes nos demais lugares, nem que o comércio eletrônico não se realize na região.

A Amazônia adentra, a seu modo, a era digital. Principalmente na porção ocidental da região, formada pelos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, a atuação das grandes empresas de comércio eletrônico é bastante restrita, seja pelo elevado custo de frete dos produtos, seja porque as redes de lojas físicas nacionais (Magazine Luiza, Casas Bahia) são ausentes. Essas empresas apresentam bastante dificuldade para atuar numa região com as especificidades da Amazônia, o que se constitui numa oportunidade de mercado para um conjunto de empresas regionais. A primeira característica peculiar é a ausência do modal rodoviário em muitas cidades, onde as mercadorias compradas pela Internet chegam de barco ou de avião. A outra diferença é a baixa bancarização da população, a maioria sem acesso a crédito. E ainda a rarefação da conexão por Internet em diversas localidades ribeirinhas torna-se outro limitante.

O *e-commerce* amazônico é realizado principalmente por empresas da própria região, operando marcas conhecidas da população. A Bemol, uma rede de lojas físicas sediada em Manaus comercializando há cem anos na região, é o principal varejista de *e-commerce* da Amazônia. A empresa opera por meio de transporte rodoviário, aéreo e fluvial na região, presente em todos os estados, contando com a vantagem de estar próxima ao Polo Industrial de Manaus, onde adquire eletrônicos e eletrodoméstico, podendo oferecer frete reduzido ou gratuito⁶.

Para realizar comércio eletrônico na Amazônia, a Bemol precisa cumprir uma série de adaptações. A primeira e mais importante é prover, ela própria, os elementos básicos que estão ausentes em vasta porção do território, a começar pela conexão à Internet. Em

6 Realizamos a simulação de compra de um aparelho de celular na loja virtual da Bemol (bemol.com.br) com destino de entrega em quatro cidades distintas, e o resultado: Manaus (AM), frete grátis e entrega em 1 dia útil; Rio Branco (AC), frete grátis e entrega em 2 dias úteis; Tabatinga (AM), frete R\$10,00 e entrega na embarcação (negociação cliente e dono da embarcação) em 2 dias úteis; São Paulo (SP), frete R\$96,94 e entrega em 17 dias úteis. Simulação realizada em fevereiro de 2021.

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

diversas localidades, a varejista criou uma estratégia de implantar uma torre de conexão móvel e oferecer acesso gratuito à Internet, passando depois a operar vendas remotamente (Fotografia 15). Além disso, a empresa oferece crédito para uma população majoritariamente sem acesso a esse serviço, por meio de um cartão de crédito próprio com um limite baixo que vai progredindo conforme os consumidores locais realizam compras no site. Por fim, a varejista opera a entrega própria por meio de estratégias multimodais. Dessa maneira, esse agente assume os elementos da tecnosfera imprescindíveis para o consumo, ao mesmo tempo em que se antecipa à chegada de grandes empresas de fora da região⁷. Essa maneira própria de realizar o comércio eletrônico na Amazônia vem sendo denominada pelos agentes regionais de “e-commerce caboclo”.

Na cidade ribeirinha de Autazes (AM), no vale do Rio Madeira, a Bemol criou sua primeira loja híbrida, onde os clientes podem comprar no site de dentro da própria loja física utilizando tótems gigantes, que são aparelhos com telas do tamanho de uma pessoa e apresentam funcionalidades interativas. Para isso, iniciou instalando uma torre de conexão à Internet e oferecendo crédito, depois realizando entregas de barco, uma viagem de 8 horas a partir de Manaus, e finalmente inaugurando uma loja híbrida com uma linha diária de caminhão que utiliza duas grandes balsas e uma ligação rodoviária incompleta para reduzir a viagem a um tempo de 4 a 6 horas⁸.

Para a distribuição nas cidades ribeirinhas, a Bemol conta com os donos de embarcações que conhecem bem as rotas pelos rios e igarapés da região. Há um acordo entre os agentes – varejista,

7 A Bemol nos informou que “o desafio principal pro e-commerce na região é o que eu chamo de ‘não consumo’. O concorrente principal é o fato de as pessoas não estão acostumadas ainda a utilizar canais digitais, por uma série de motivos. Eles vão desde um baixo grau de bancarização, então quando você não tem acesso a cartão de crédito ou coisas desse tipo. [...] Tem uma questão de hábito, acho que a sociologia aqui na região, em parte pelos incentivos, com custo de frete elevado e outras questões, a população ainda não aderiu com a mesma intensidade que, digamos, no estado de São Paulo”. Entrevista realizada em fevereiro de 2021.

8 Em trabalho de campo realizado em dezembro de 2021, acompanhamos algumas dessas operações logísticas. Numa delas, o caminhão atolou no ponto de acesso à balsa, atrasando a viagem em duas horas. Em outra, havia alerta de extravio de mercadorias no porto. Os consumidores da pequena cidade geralmente compravam produtos básicos, como cestas básicas de alimentos, além de colchões, eletrodomésticos e eletroportáteis.

dono de embarcação e consumidor – praticamente informal, onde o consumidor aceita no próprio site de compra a opção de entrega nos barcos. Uma operação de transbordo de mercadorias entre o barco da varejista e as embarcações para as várias cidades acontece todos os dias nos vários portos fluviais de Manaus. Outro dado interessante é que muitos consumidores não possuem endereço formalizado nessas localidades, e acabam optando por informar no site uma referência que permita ao entregador chegar à residência. Em trabalho de campo, flagrou-se várias dessas referências bastante informais no sistema de entrega dos tablets que acompanham o entregador, com frases como “traz (sic) do depósito da claro eletro na casa de muro” ou “em frente a casa do Guarda municipal Concha”. Na maioria dos casos, o consumidor é encontrado a partir das informações fornecidas.

Esses elementos apontam uma especificidade da Amazônia que exige uma adaptação radical dos agentes, algo que foi denominado por Trindade Jr., Leite e Oliveira (2021) de “flexibilidade equatorial”, parafraseando a noção de “flexibilidade tropical” utilizada por Milton Santos para o Brasil.

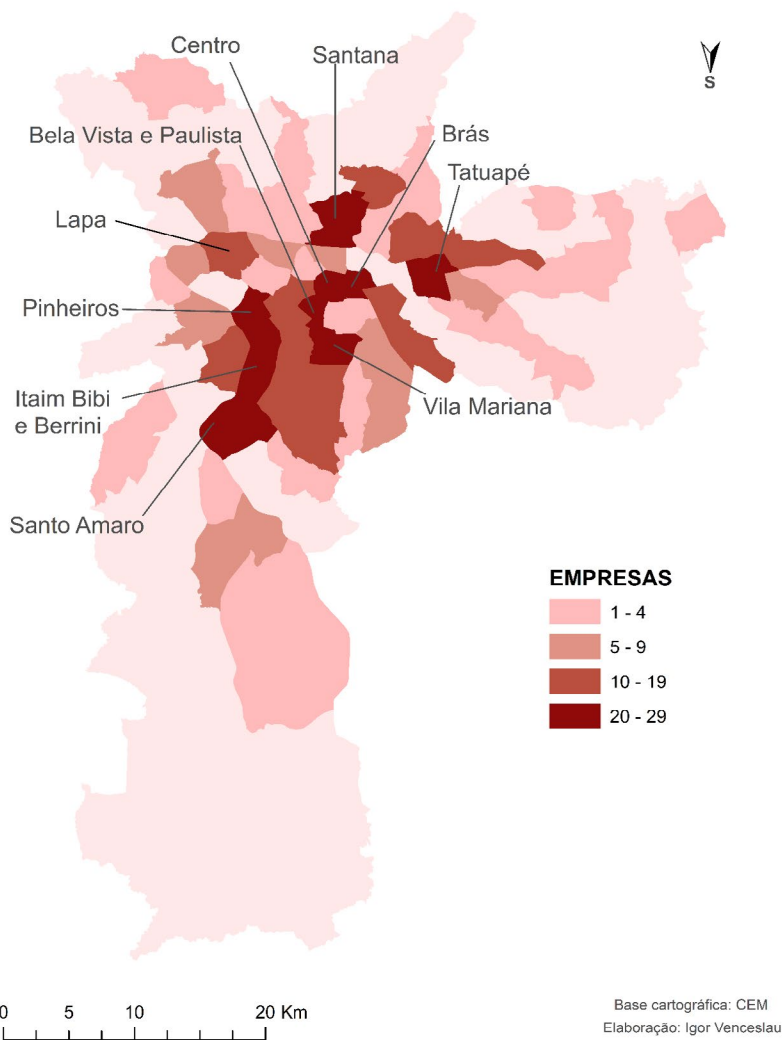
Escala local: o comércio eletrônico frente às horizontalidades

Por fim, também foi possível analisar como essa atividade apresenta suas concentrações ao interior das cidades. Elaborou-se um banco de dados à parte para analisar por dentro dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram a maior quantidade de empresas. Para isso, foram acessadas todas as lojas virtuais desses municípios, buscando pela informação de endereço (logradouro). A impossibilidade de localizar todas elas reside em que nem sempre informam em suas lojas virtuais qual é o endereço exato onde operam, problema abordado desde o ponto de vista do direito econômico e tributário por Garcia (2013). Essa não informação provém de uma ausência de legislação sobre o comércio eletrônico que obrigue as empresas informarem a seus consumidores seu domicílio fiscal e também se adicione o argumento de uma estratégia de competitividade territorial, pois empresas de áreas periféricas,

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

na cidade ou no país, podem ser preteridas dos consumidores pela distância-tempo que a mercadoria percorrerá. Ainda assim, conseguimos mapear 505 das 1502 empresas de São Paulo (Mapa 3), correspondendo a 33,62% do total identificado.

Mapa 3 - Município de São Paulo: pequenas e médias empresas de comércio eletrônico (2020)



Fonte: Elaboração própria, a partir da criação de banco de dados com informações da ABComm. Nota: valores referentes a 505 empresas que informaram seus endereços, do total de 1502 identificadas em maio de 2020.

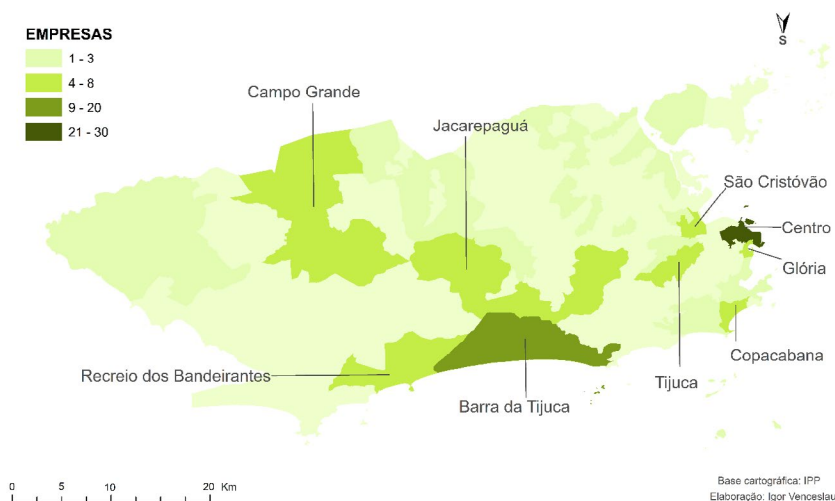
Em São Paulo, há um padrão complexo na localização das empresas de comércio eletrônico. Como primeira localização está o centro corporativo metropolitano, que se estende entre as avenidas Paulista e Berrini, passando pela Av. Faria Lima, tornando os distritos de Pinheiros, Bela Vista e Itaim Bibi aqueles que possuem maior número de lojas virtuais. Como uma atividade intensiva em informação, não é surpresa que a área mais modernizada e globalizada da cidade fosse a localização primeira desse tipo de atividade econômica. Mas o centro antigo da cidade, menos moderno e mais popular, também abriga muitas dessas empresas, tendo nos distritos de Sé, República e Brás, principal zona de comércio tradicional, sua segunda localização na cidade. Em seguida aparecem também os distritos com destacada atividade de comércio, que conformam subcentralidades, uma em cada zona: Santo Amaro, na zona sul; Tatuapé, na leste; Santana, na norte; e Lapa, na zona oeste. Com menor quantidade aparecem empresas em vários distritos da periferia paulistana, como Capão Redondo, São Mateus e Vila N. Cachoeirinha. Portanto, em São Paulo as empresas de comércio eletrônico se localizam tanto na porção mais modernizada da cidade quanto em tradicionais bairros comerciais, revelando que não há dicotomia entre comércio tradicional e comércio eletrônico, posto que este se vale dos mesmos lugares que historicamente exerceram funções comerciais. De fato, são muitas dessas mesmas empresas que existem há décadas com suas lojas físicas que vão aderindo ao comércio pela Internet. Embora mais complexa, a centralidade comercial da cidade se mantém.

No Rio de Janeiro, foram localizadas 132 empresas, correspondendo a 33% das 363 identificadas no município. Diferentemente de São Paulo, o centro carioca apresentou absoluta primazia na localização dessas empresas (Mapa 4), como é próprio da dinâmica econômica daquela cidade, que possui várias instituições públicas e privadas sediadas ali, inclusive grandes empresas de comércio eletrônico como o grupo B2W. A segunda centralidade, com relevância crescente, é a zona oeste da cidade, na área polarizada pelo centro corporativo da Barra da Tijuca, que também se espraia pelos bairros vizinhos de Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Somados, esses três bairros possuem praticamente o mesmo número

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

de empresas do centro. A tradicional zona sul do Rio de Janeiro já aparece como velha para as novas atividades econômicas, que demandam mais fluidez. Copacabana é o bairro com maior número de lojas virtuais nessa zona, mas em quantidade muito inferior às duas anteriores. Por fim, há isoladas iniciativas na periferia oeste e norte da cidade, inclusive em áreas de favela como o Complexo da Maré.

Mapa 4 - Município do Rio de Janeiro: pequenas e médias empresas de comércio eletrônico (2020)



Fonte: Elaboração própria, a partir da criação de banco de dados com informações da ABComm.

Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, esses mapas podem ser interpretados como apresentando as centralidades comerciais, com os bairros onde estão as empresas de comércio eletrônico em sobreposição aos bairros de comércio tradicional, que seguem existindo. É preciso refletir, portanto, sobre as condições técnicas e de fluidez que asseguram essas centralidades, já que a distância entre os consumidores e esses centros emissores de fluxos vai se configurando como paradigmática para a nova economia.

Ao contrário do que tem revelado análises atentas apenas à universalidade, isto é, ao mundo como uma abstração, o comércio eletrônico pode comportar diversas expressões de um consumo

local. Na realidade, isso já tem ocorrido a despeito da ação vertical da Amazon ou Alibaba chegando nos lugares com seus sistemas algoritmos e centros de distribuição.

Assim pensado, não haveria comércio eletrônico fora dos lugares, ou mesmo em algum tipo de não-lugar, nos termos de Augé (1994). Mesmo as transações realizadas a distância por meio da Internet sempre se “lugarizam”, isto é, se realizam em lugares concretos. Quanto mais se difunde o consumo, portanto, mais singularidades e mais os lugares são a sua condição efetiva.

Nos lugares, a distinção entre economia digital e economia tradicional vai se tornando tênue. De um lado, as atividades mais tradicionais e locais, como as feiras livres, passaram a incorporar perfis em sites de redes sociais e aplicativos de mensagem para se comunicar diretamente com os consumidores e realizar entregas por sua própria conta, um *delivery* assumido pelo vendedor⁹. Foi assim que muitos pequenos feirantes sobreviveram na pandemia de Covid-19. Por outro lado, lojas que nasceram puramente virtuais, das grandes até as pequenas empresas, começaram a abrir lojas físicas para fomentar o contato face-a-face com os consumidores¹⁰.

Vitrine Digital foi o nome dado a um *marketplace* local em Campina Grande (PB), produzido no Parque Tecnológico da Paraíba, com o objetivo de abrigar os varejistas da cidade que estavam com a loja física fechada durante a pandemia. Foi lançada em parceria com o SEBRAE e a Câmara de Lojistas (CDL) da cidade. Conseguiu abrigar 300 lojas de Campina Grande em 2020, sem cobrar nenhum percentual sobre as vendas. Com o sucesso alcançado, a plataforma que era contingencial seguiu em operação mesmo com o fim da pandemia, criando em seguida uma loja física dentro de um *shopping* da cidade, onde mantém também serviços de consultorias aos peque-

9 A iniciativa “Receba a feira em casa!” de organização dos próprios feirantes de São Paulo durante o período de comércio fechado em 2020. Informações veiculavam em grupos de WhatsApp e sites de redes sociais com a foto do feirante, telefone de contato, produto comercializado e abrangência da entrega. Num dos anúncios, por exemplo, constava “legumes do Arnaldo – entregas no Itaim bibi, Ipiranga, Bela Vista e São Miguel”.

10 Grandes empresas de *e-commerce* que têm inaugurado lojas físicas no Brasil incluem Madeira Madeira (madeiramadeira.com.br) e Shein (br.shein.com). Plataformas têm realizado feiras presenciais, como o Instagram e o iFood, este último durante eventos como o Carnaval de São Paulo. A pequena empresa Orí Produções (oriproducoes.com.br), que entrevistamos, contou que inaugurou um espaço da marca em loja física na Rua Augusta, em São Paulo, em colaboração com outros pequenos lojistas.

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

nos varejistas e um estúdio de fotografia para a exposição de seus produtos no site¹¹. Em 2023, a Vitrine Digital tinha se expandido para versões locais dos comerciantes das seguintes cidades paraibanas: João Pessoa, Cabedelo, Conde, Lagoa Seca, Queimadas e Puxinanã.

Pipa Social é uma associação de mulheres artesãs de comunidades vulneráveis do Rio de Janeiro que possui um site próprio¹² de venda de peças de roupa, joias e decoração. A Central do Cerrado é outra loja cooperativa, que desde Brasília comercializa produtos da agricultura familiar do cerrado, por meio de uma plataforma própria¹³.

Uma das experiências mais exitosas vem sendo a loja virtual do Armazém do Campo¹⁴, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como alternativa ao fechamento temporário da loja física de produtos da agricultura familiar durante a pandemia, o MST lançou sua loja virtual, em dezembro de 2020, comercializando, além de produtos alimentícios, peças de vestuário e acessórios, livros e outros produtos próprios¹⁵. Em poucos meses, a loja virtual tinha realizado mais de 1700 vendas, dentre as quais 1400 para o próprio município de São Paulo, onde está sediada, e as demais para os mais diversos destinos do país, incluindo de cidades próximas, como Jundiá (SP) e Taubaté (SP), até as distantes Alta Floresta (MT), Belém (PA) e Fortaleza (CE)¹⁶.

Além dessas e outras iniciativas locais, de alguma maneira as micro e pequenas empresas de comércio eletrônico podem também ser entendidas como iniciativas alternativas e locais, especialmente aquelas que possuem site próprio e demandam um conjunto

11 Informações obtidas durante trabalho de campo realizado em Campina Grande (PB) em dezembro de 2021. Mais informações: <https://vitrinedigitaloficial.com/>

12 Disponível em: <https://www.lojapipa.org.br/>

13 Disponível em: <https://www.centraldocerrado.org.br/loja>

14 Disponível em: <https://armazemdocampo.shop/>

15 O Armazém do Campo nos comentou que “essa ideia já é antiga, o desejo já é antigo no movimento de estruturar uma comercialização um pouco mais abrangente, mais democrática nesse sentido. A Internet propicia isso de alguma forma. [...] Com a pandemia, a gente percebeu que várias iniciativas, além dos Armazéns do Campo que já existem (Recife, B. Horizonte, S. Paulo, P. Alegre) e outras iniciativas de venda foram aparecendo via WhatsApp. Aí a gente entendeu a necessidade de tentar estruturar uma plataforma de e-commerce e tentar estruturar isso de alguma forma com a marca Armazém do Campo. [...] Nossa ideia é ter uma plataforma com software livre, pensando nas nossas diretrizes de segurança da informação”. Entrevista realizada em janeiro de 2021.

16 Informações compiladas a partir do acesso aos dados anônimos de vendas disponibilizados pelo Armazém do Campo, a quem agradecemos.

de mediações complexas (Apêndice D). Essas empresas costumam utilizar a criatividade para contornar as diversas taxas cobradas pelas grandes empresas de *e-service* e se valer da vizinhança para fidelizar clientes. “Me chama no Zap”, “faça um Pix” e “entregamos em ponto combinado com o cliente” passaram a ser informações presentes nas lojas virtuais que visam alternativas de sobrevivência do negócio.

Evidentemente, todas essas experiências alternativas são restritas e prenes de contradições. Ocorrem no bojo do capitalismo contemporâneo, são parte integrante da expansão do consumo. De todo modo, apontam para possibilidades diferentes de uso da técnica digital, contornando, na medida do possível, a mediação das grandes empresas via caminhos abertos, experimentos para pensar o futuro.

Considerações finais

A difusão das atividades que surgem da economia digital, como o comércio eletrônico, está marcada por desigualdades espaciais, a despeito de serem operadas remotamente (a distância). Em todas as escalas espaciais, da global à regional e local, persistem problemas de concentração geográfica dessas atividades, exatamente naquelas porções mais modernizadas dos territórios, manchas do meio técnico-científico-informacional que asseguram os elementos fundamentais para o funcionamento dessas atividades.

Não entendidas somente como desigualdade de acesso dos usuários indivíduos, domicílios ou empresas às tecnologias da informação e comunicação, a desigualdade digital deve ser analisada também pelo território, ou seja, de que maneira os lugares e regiões acessam essas tecnologias e como se inserem na economia digital. Isso alarga a perspectiva do problema para incorporar o meio geográfico oferecendo as condições de ação para os agentes, deslocando a abordagem da escolha individual das empresas e consumidores, em serem mais ou menos produtivos e *smart*, e a sua real possibilidade de realizá-la.

Este é seguramente um tema na ordem do dia. Deixada unicamente ao mercado, a tendência da economia digital é de maior

Capítulo 5 - A difusão do comércio eletrônico no território brasileiro: escalas, desigualdades e contradições

concentração econômica e geográfica, centralização do capital e do comando remoto, ainda que desconcentrando algumas funções operacionais relativas à logística. Urge, na atualidade, repensar as estratégias de desenvolvimento incorporando as novas variáveis que emergem do uso da técnica digital, especialmente as novas atividades econômicas. No que tange à economia digital, reconhecer seu “desenvolvimento geograficamente desigual e combinado”, para usar o termo de Smith (1988) largamente empregado nos estudos geográficos, não isenta a árdua tarefa do planejamento territorial, especialmente no âmbito do Estado. Hoje o planejamento necessita incorporar o digital como essa nova dimensão estratégica do espaço geográfico.

Referências bibliográficas

ARROYO, Mónica. Digitalização e financeirização do território: uma imbricação que se renova no capitalismo do século XXI. In: RENA, Natacha; BRANDÃO, Marcela; MEDEIROS, Daniel; SÁ, Isabel (org.). **Urbanismo biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021. p. 143-156.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1). 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GARCIA, Regina. **A tributação do ISS na sociedade da informação**. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MALECKI, Edward; MORISET, Bruno. **The digital economy: business organization, production process, and regional developments**. London; New York: Routledge, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008[1978].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012[1996].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011[2001].

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TRINDADE JR., Saint-Clair; LEITE, Gabriel; OLIVEIRA, Helbert. Amazônia: saberes locais, solidariedade orgânica e flexibilidade equatorial. **Ra'ega**, v. 52, p. 84-107, 2021.

VENCESLAU, Igor. **Espaço geográfico e economia digital: usos do território brasileiro para o comércio eletrônico.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico: e as perspectivas do tempo real.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

CAPÍTULO 6

Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal

*German Gregório Monterrosa Ayala Filho*¹

Introdução

Smart cities representam uma tendência urbana em crescimento, no entanto, sua definição permanece elusiva e muitas vezes é moldada pelos interesses dos idealizadores de seus projetos (Kitchin, 2015). Embora falte consenso, o termo “smart” geralmente se refere à integração de tecnologias avançadas, como conectividade, telas e sensores nas paisagens urbanas. O objetivo geral é otimizar recursos, gerar novas riquezas e influenciar o comportamento dos habitantes de uma cidade (Moroz; Bria, 2019).

Para a literatura científica, os processos de digitalização urbana são frequentemente associados à liderança do Estado e a interesses corporativos, o que tende a agravar opressões e injustiças preexistentes, além de favorecer economias digitais agressivamente neoliberais (Kitchin, 2015; Datta, 2018; Couldry; Mejias, 2019). Por outro lado, esses processos também podem ser conduzidos por ativistas urbanos e pelos próprios habitantes da cidade, configurando-se, assim, como formas de resistência (Anduiza; Cristancho; Sabucedo, 2014; Treré, 2018).

Embora as cidades inteligentes não tenham se originado no Sul Global, tornaram-se uma discussão crucial no Brasil², sendo apresentadas como uma necessidade para as administrações municipais competirem por investimentos. Em 2018, um conjunto de

1 Universidade Federal de Santa Catarina - gg.ayala@gmail.com - orcid.org/0000-0003-2435-0243

2 Em 2020, foi publicada a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI), elaborada conjuntamente pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Comunicações e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), uma agência alemã.

associações locais com Prefeitura de Florianópolis, no sul do Brasil, lançaram os relatórios “Smart Floripa”. Essa empreitada ambiciosa visa posicionar a cidade como uma referência nacional para iniciativas inteligentes (Yigitcanlar; Costa; Sabattini-Marques, 2018). Em 2020 e no ano subsequente, Florianópolis conquistou a segunda posição no Ranking de Connected Smart Cities³, consolidando seu caminho para se tornar uma das principais cidades inteligentes do Brasil.

Nesses relatórios, são abordados os desafios e oportunidades para transformar Florianópolis em uma “cidade inteligente” ou em uma “ilha de inovação”. No entanto, os documentos não oferecem uma definição clara do que é uma cidade inteligente, além de não estabelecerem uma genealogia de processos que levam à formação do imaginário das smart cities. Portanto, esta pesquisa objetiva examinar as complexidades da agenda urbana Smart Florianópolis, que se origina em um contexto de globalização da economia e de governança neoliberal, inaugurado na metade da década de 1970 (Harvey, 1989). As principais questões desta pesquisa incluem a composição da agenda urbana do Smart Floripa, seus antecedentes políticos e econômicos, seus agentes de elaboração e suas motivações, o que está em disputa nela e os principais beneficiários das transformações propostas.

Minha abordagem epistemológica é fundamentada em tradições da geografia urbana crítica, que concebem a urbanização como um processo global que impõe relações de produção capitalista sobre as cidades (Lefebvre, 1986; Santos, 1994). Entendo também que os processos recentes de urbanização são fortemente marcados pela hegemonia do neoliberalismo, e suas principais características podem ser identificadas em políticas urbanas que: priorizam a tecnologia e a racionalidade; adotam modelos de governança baseados em privatização ou parcerias público-privadas; fomentam a competição econômica entre municípios; promovem a individualização do envolvimento político dos habitantes por meio

3 Para este ranking foram analisados 677 municípios brasileiros, foram considerados 75 indicadores quantitativos para o nivelamento. A cidade de São Paulo ficou na 1ª colocação e Curitiba em 3ª. O ranking está disponível em: < https://conteudo.urbansystems.com.br/csc-usb_20>. Acesso em: 14 jun 2022.

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

de canais institucionais com possibilidades limitadas de participação popular; e transferem as responsabilidades de gestão urbana a experts de colarinho branco (Brenner; Theodore, 2002; Rolnik, 2015; Springer, 2016).

Com base nessas premissas e com o intuito de alcançar os objetivos propostos, conduzi uma análise qualitativa estruturada em duas partes. Na primeira etapa, realizei uma revisão não exaustiva da literatura sobre o neoliberalismo nas cidades, seguida por uma reflexão sobre a formação do imaginário relacionado às smart cities, baseado em dois casos emblemáticos: a cidade de Songdo, na Coreia do Sul, que representa o maior investimento urbano sob a égide do modelo smart; e a Smart City Laguna, a primeira cidade brasileira concebida inteiramente sob o imaginário smart. Com isso, busquei compreender as variações no modelo de smart city de acordo com o contexto de aplicação, bem como as adaptações necessárias em resposta a novos contextos ou demandas, que requerem ajustes alinhados aos interesses dos formuladores desses projetos.

Na segunda etapa, seguindo diretrizes de Triviños (1987) para análise documental, examinei dois relatórios: “Smart Floripa 2030: transformando Florianópolis numa cidade inteligente” e “Smart City Florianópolis: jornada de criação do caminho de inovação de uma ilha turística”. Identifiquei e descrevi os agentes responsáveis por sua elaboração, bem como discriminei elementos em seu conteúdo que evidenciam intenções de desenvolvimento urbano neoliberal.

A ordem neoliberal e a questão urbana

Para a literatura científica, o neoliberalismo “é um novo conjunto de arranjos sociais, políticos e econômicos na sociedade que colocam sua ênfase coletiva em relações de mercado e responsabilidades individuais, que reformula o papel do Estado” (Springer, 2016, p. 4, tradução minha). O consenso científico identifica o neoliberalismo como “uma extensão dos mercados competitivos para todas as áreas da atividade humana” (Springer, 2016, p. 4, tradução minha).

Em 1976, o presidente dos Estados Unidos iniciou as primeiras políticas efetivamente neoliberais no país, alinhando os setores aéreo, financeiro e de transportes à métrica de mercado de Wallstreet, por meio de programas de desregulação. Essas implementações inauguraram a era de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, cujas influências se estenderam a políticas públicas em todo o mundo, inclusive no Sul, nos mais variados graus (Zuboff, 2021).

Segundo Springer (2018), o neoliberalismo tem sido amplamente interpretado pelas ciências sociais como 1) ideologia hegemônica; 2) formas de políticas públicas e 3) formas de governabilidade. Discutiremos adiante esses três aspectos, entendendo que não são necessariamente interpretações independentes, mas que se complementam para auxiliar na compreensão mais abrangente do fenômeno neoliberal. Em uma perspectiva geográfica, Springer (2018) entende o neoliberalismo também como um processo de transformações espaciais. Sua abordagem oferece uma visão integradora que conecta os processos globais e expansivos relacionados à produção de pobreza, desigualdade e violência em uma escala planetária.

A leitura do neoliberalismo enquanto ideologia hegemônica remonta à tradição inspirada em Karl Marx e propõe-se a explicar a formação intelectual desse fenômeno. Essa interpretação advém daquilo que Marx denominou como o processo “acumulação primitiva”. David Harvey atualizou e renomeou esse processo como sendo de “acumulação por desapropriação”, que consiste em: privatização da terra e expulsão coerciva de grupos camponeses; a conversão dos direitos da propriedade pública em propriedades exclusivamente privadas; a supressão de direitos coletivos; mercantilização da força de trabalho e supressão de formas alternativas de produção e consumo; intensificação de processos de colonização, colonialidade e imperialismo (sobretudo na extração de recursos naturais); monetização das trocas e taxação de terras; usura, formação de dívidas nacionais e no uso de sistemas de crédito como modo de acumulação por especulação. Harvey entende o neoliberalismo como um projeto que busca, a todo custo, restabelecer o poder da classe capitalista onde ele existe e criar esse poder onde ele estiver ausente (Springer, 2018).

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

Em suas formas mais burocráticas, o neoliberalismo tem sido interpretado como políticas públicas que reorientam os Estados a atuarem abertamente como competidores em escala transnacional. Estes processos reestruturam as funções estatais, deslocando o foco central para a competição de mercado, relegando as políticas de seguridade social a uma posição secundária. Nesse contexto, o Estado se desvincula de questões relacionadas à propriedade privada ou, em alguns casos, ocorre a transferência de bens públicos para esferas de interesse privado e corporativo (Springer, 2018).

O neoliberalismo enquanto governabilidade penetra o senso comum, sua influência transfere as responsabilidades políticas para os “experts de colarinho branco” (p. 26, tradução nossa) e para os tecnocratas que dominam o conhecimento da elite. Nessa dinâmica, são promovidas racionalidades, estratégias e tecnologias que facilitam a gestão a partir de uma perspectiva distante. O exercício de poder torna-se racionalizado, incentivando instituições e indivíduos a se submeterem às regras do mercado. Prevalece uma forma de governança liderada por empresários, que solapa o papel político dos sindicatos e dos movimentos sociais (Springer, 2018).

O que Springer (2018) procura demonstrar é que não existe um único neoliberalismo, mas sim múltiplos neoliberalismos, que se manifestam em diferentes dimensões da vida humana. Ou seja, há uma similaridade no fenômeno do neoliberalismo e das cidades inteligentes, na medida em que podem ser interpretados como processos com diferentes repercussões espaciais. A premissa é simples, como afirmou Hackworth (2006): “Neoliberalismo, como muitos outros ‘-ismos’, é um processo altamente contingente que se manifesta, e é experienciado diferentemente, através do espaço” (p. 11).

Neoliberalismo nas cidades brasileiras

Diferentemente do que aconteceu no Norte Global, o Brasil nunca constituiu um Estado de bem-estar social no modelo keynesiano, a penetração neoliberal na política brasileira se inicia nos governos José Sarney (1985-1990) e se aprofunda no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), em modelos de reestruturação do Estado. Utilizando de endividamento ostensivo, o país captou

recursos em organismos do mercado financeiro internacional, na mesma medida em que se implantam políticas de desregulamentação e globalização financeira. O pagamento de juros das dívidas passa a ocupar parte significativa do orçamento público. Com essas medidas, o Estado perde poder econômico, os cenários locais na indústria são invadidos por competição internacional e intensificação de fluxos financeiros em escala global (Hermida; Lira, 2018).

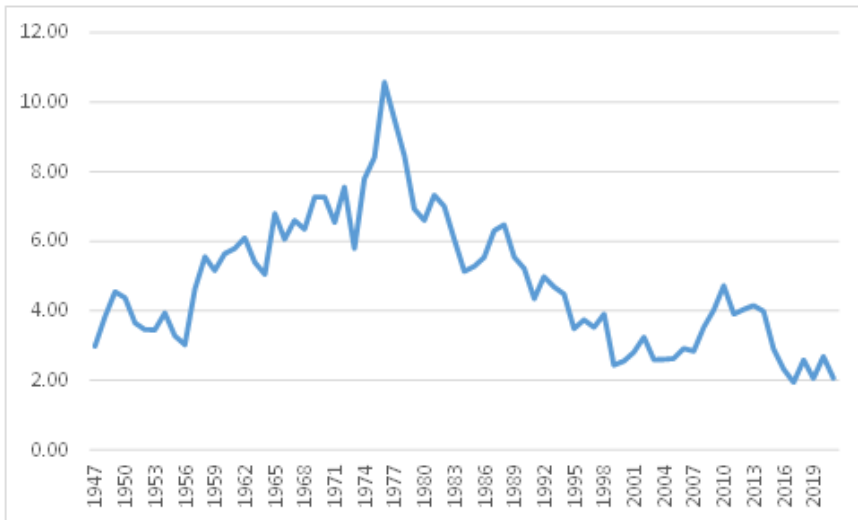
A Constituição Federal de 1988 foi promulgada em um período de transição da ditadura civil-militar para a democracia representativa burguesa, marcando também a passagem da política brasileira para o campo neoliberal. A Constituição rearranjou as federações, descentralizando seus poderes políticos, atribuindo maior autonomia financeira e administrativa às prefeituras. Apesar da Constituição ter promovido avanços notáveis na dimensão dos direitos civis e no fortalecimento de municípios como entes federativos, constata-se que ela foi incapaz de consolidar um modelo harmônico entre a disponibilidade de recursos e as demandas sociais que precisam ser satisfeitas no âmbito municipal (Cesare, 2005).

Com as alterações constitucionais, a repartição das receitas tributárias passa a ser consideravelmente perversa para os municípios, que desfrutam de aproximadamente 15% das receitas totais do país. Destacam-se como maiores instrumentos de arrecadação municipal: o Imposto Sobre Serviços (ISS), o Imposto Territorial Predial Urbano (IPTU) e o Imposto de Transferência de Bens Imóveis (ITBI), cuja arrecadação é destinada diretamente para os cofres municipais (Cesare, 2005). Os outros 85% da arrecadação são distribuídos entre os níveis estaduais e federal, podendo serem redistribuídos aos municípios por meio de articulações políticas para captação de recursos ou por programas de investimento dos governos estadual e federal.

Em outras palavras, com apenas alguns trocados, espera-se que a municipalidade tenha capacidade de atender às pressões sociais crescentes por: educação, saúde, transporte urbano, habitação, segurança, lazer, entre tantas outras coisas. Na mesma medida em que há um estrangulamento das receitas municipais, há um progressivo subinvestimento do governo federal em infraestruturas locais (Figura 1).

Capítulo 6 - Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal

Figura 1 - Investimento público em % do PIB (1947-2021).



Fonte: Manoel Pires. Instituto Brasileiro de Economia. Investimento públicos: 1947-2021. 24 abr 2022. Disponível em: <<https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2021>>. Acesso em: 16 dez 2022.

Isso conduz a um cenário de consolidação do neoliberalismo municipal em que comumente se verificam três fenômenos: 1) o aumento do endividamento externo das prefeituras; 2) a flexibilização dos já escassos recursos municipais no intuito de atrair investimentos, sob uma lógica de incitar competição econômica entre municípios; 3) o avanço das privatizações e parcerias público-privadas (PPPs) para execução de obras e fornecimento de serviços (Harvey, 1996; Brenner; Theodore, 2002; Rolnik, 2015).

Esse subinvestimento crônico do setor público leva a um crescente endividamento externo das prefeituras (Figura 2). A literatura identifica essa erosão da base econômica e fiscal dos municípios, associados a processos de reestruturação produtiva, ajuste fiscal e financeirização de dívidas públicas como características do processo neoliberal (Harvey, 1996; Brenner; Theodore, 2002; Rolnik, 2015). Rolnik (2015) observa que isso leva à emergência no Brasil do “empreendedorismo municipal”, em substituição da visão administrativa dos governos, que teve seu apogeu na década de 1960. Para a autora, esse cenário tem duas faces, de um lado há o caos monetário,

os movimentos especulativos do capital financeiro e a intensificação da competição entre os lugares. De outro lado, avançam programas de desregulação, privatização e redução dos gastos públicos, o que torna as políticas urbanas em laboratórios de marketing, promoção imobiliária, produção de megaprojetos globais e organização de corporações especializadas em desenvolvimento urbano.

Figura 2 - Dívida externa dos municípios brasileiros (1998-2021).



Fonte: Banco Central do Brasil. Departamento de Estatísticas. Portal brasileiro de dados abertos do Banco Central. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br>>. Acesso em: 19 dez 2022.

As estratégias de gestão e promoção do desenvolvimento urbano que mais se disseminam atualmente são as PPPs, elas abrangem um vasto campo de associações entre instâncias governamentais e empresas para a consecução de supostos objetivos comuns. Em geral, são instrumentos de promoção econômica, de realização de grandes eventos e da gestão de recursos urbanos. As PPPs têm sido cada vez mais instauradas para projetos de modernização de infraestrutura e ao aumento da competitividade dos sistemas urbanos. As justificativas hegemônicas para estabelecer essas parcerias são diversas: escassez de recursos, incapacidade técnica do Estado e maior agilidade na prestação do serviço (Rolnik, 2015).

Apesar dessa retórica, as PPPs em geral correspondem a megaprojetos urbanos e imobiliários que costumam ser financiadas pelo

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

Estado, que acaba assumindo riscos do investimento e cobre seus déficits quando eles ocorrem. Portanto, pouco se espera do setor privado em viabilizar recursos para implementação urbana, seu objetivo na participação desses projetos se restringe à extração da renda na terra urbana por meio da criação ou revalorização de lugares (Rolnik, 2015).

Songdo

No ano de 2003, iniciaram-se as obras de construção de Songdo, localizada na região de Incheon, uma cidade construída a uma distância de 30 km de Seoul, capital da Coreia do Sul. Com inspiração arquitetônica que mistura a cidade de Nova York com Veneza, Songdo foi construída em uma imensa área aterrada sob o mar. A obra representa um dos maiores empreendimentos imobiliários de parceria público-privada da história mundial (Figura 3). A implementação das infraestruturas ficou majoritariamente sob responsabilidade das empresas sul-coreana POSCO, as estadunidenses Gale International, Cisco, Kohn Pederson Fox Associates e o governo da região metropolitana de Incheon. Até o momento, os investimentos em Songdo são estimados em US\$ 40 bilhões e seu projeto foi concluído em aproximadamente 60% da área planejada (Halper; Günel, 2017).

Figura 3 - Paisagem do parque central de Songdo.



Fonte: Mansion Global, “Sustainable and smart: South Korea’s Songdo offers green Spaces and good schools”, 21/08/2021. Fotógrafo não informado. Disponível em: <<https://www.mansionglobal.com/articles/sustainable-and-smart-south-koreas-songdo-offers-green-spaces-and-good-schools-228684>>. Acesso em: 25 abr 2023.

O megaprojeto de Songdo é um dos mais destacados na literatura científica e tem sido objeto de debate sobre o modelo de smart city entre os especialistas na área. A cidade foi construída em uma região onde não existia qualquer histórico de ocupação urbana anterior. Não havia habitantes nas áreas onde a cidade foi planejada, permitindo que os idealizadores do projeto moldassem convenientemente o perfil dos futuros residentes (Halpern; Gürnel, 2017; Figueiredo, 2018; Abrão, 2020). Este protótipo de cidade inteligente tem como objetivo demonstrar a viabilidade de construir cidades completamente novas, equipadas com a mais avançada tecnologia. Essas cidades aspiram cumprir a promessa de criar uma sociedade interconectada digitalmente e sustentável, proporcionando um padrão de vida invejável (Figueiredo, 2018). Songdo é descrita como um “verdadeiro showroom de tecnologia” (Figueiredo, 2018, p. 20), exibindo ferramentas de gestão urbana e investimento imobiliário. Para seus investidores, Songdo representa o modelo de cidade do futuro.

Cerca de 40% de sua área é reservada para parques e áreas verdes, a mobilidade urbana na cidade é oriunda de sistemas automatizados de tráfego, o lixo é coletado via tubos subterrâneos que o converte em energia, as edificações são equipadas com painéis digitais que controlam o consumo de energia e água em cada unidade. Songdo foi fundada sob os pilares da sustentabilidade, ao ponto de a sede do escritório de desenvolvimento da ONU ter se deslocado para lá. Para atingir seus objetivos ambiciosos de ser o novo modelo de “cidade sustentável do futuro”, foram feitos investimentos massivos em infraestruturas de TICs, IoT, controle e automação de última geração (Figueiredo, 2018).

Songdo integra a Zona Econômica Livre de Incheon, o plano diretor dessa zona objetiva a unificação de três funções urbanas: desenvolvimento e pesquisa de alta tecnologia, um hub central de logística que inclui o gigantesco aeroporto de Incheon, outras instalações portuárias, além de serviços do capital financeiro (Halpern; Gürnel, 2017). Segundo Halpern e Gürnel (2017, p. 56, tradução minha): “Juntos – inteligência, logística e finanças – representam um pacote que é, nas fantasias de seus desenvolvedores, replicável globalmente.”

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

É relevante destacar que Incheon emerge como pioneira global na definição de novos «territórios do futuro». A região foi uma das primeiras zonas de livre comércio iniciadas pelo governo dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento capitalista na Coreia do Sul. Em 1996, Incheon se tornou um modelo de sustentabilidade urbana por meio dos esforços do presidente Lee Myung-bak para promover o “urbanismo verde” e reduzir as emissões de gases derivados do carbono. Em 2003, a cidade foi legalmente redesenhada para atrair investimento estrangeiro, beneficiando-se de isenções fiscais e investimentos em infraestrutura financiados pelo governo sul-coreano. Essas medidas, típicas do urbanismo neoliberal, pavimentaram o caminho para o surgimento do projeto Songdo (Halpern; Gürnel, 2017).

O que torna Songdo tão inteligente, pelo menos aos olhos de seus planejadores, é a presença de sensores que coletam dados sobre a atmosfera, resíduos, eletricidade e tráfego, alimentando um sistema computacional capaz de determinar a forma mais eficiente de lidar com mudanças demográficas e ambientais. Assim, espera-se que, com orientação computacional, a cidade possa prever e gerenciar diversos eventos de forma quase autônoma. Isso abrange desde fenômenos do cotidiano, como campanhas de marketing direto para os smartphones da população, até situações mais críticas, como desastres ambientais, acidentes de veículos ou atividades criminosas (Halpern; Gürnel, 2017).

As taxas de ocupação em Songdo são modestas, e seu futuro financeiro permanece incerto. Apesar de ser amplamente promovido como um empreendimento mega-planejado e sustentável, o complexo está situado abaixo do nível do mar, tornando-se vulnerável à elevação dos oceanos, uma possível ramificação do aquecimento global. Conforme observado por Halpern e Gürnel (2017), Songdo não deve ser encarada como uma cidade, mas sim como um tubo de ensaio, um protótipo. Embora esse projeto possa eventualmente enfrentar desafios, sua função é estimular futuras versões de smart city, aprimorando suas características, seja no Rio de Janeiro ou em Nova York. O propósito desse protótipo é integrar finanças, computação, mídia digital,

sustentabilidade e resiliência. Nas palavras de Halpern e Gürnel (2017, p. 59, tradução minha): “Como uma montagem modernista, essas oposições aparentemente dialéticas convertem-se em um único produto da mídia, amalgamado em um pacote que está atualmente colonizando nossa capacidade de imaginar o futuro da vida humana”.

A Coreia do Sul, como um todo, possui uma identidade nacional que a caracteriza como um “tubo de ensaio” para testar o consumo de mercadorias antes de lançá-las ao restante do mundo. Seus mercados são altamente urbanizados e concentrados, com uma população mais propensa a adotar novas tecnologias e fornecer feedback. A região de Seul é frequentemente apontada como o local mais desejável para testar produtos por empresas globais, antes de buscarem inserção em mercados mais maduros, como os da Europa, América do Norte e Japão (Halpern; Gürnel, 2017).

Smart City Laguna

Smart City Laguna (SCL) foi o primeiro projeto urbano lançado no Brasil com a pretensão de ser inteligente. Assim como Songdo, Laguna está sendo erguida do pó, sua construção foi iniciada em 2015 pela startup europeia Planet Holding. Localizada no município de São Gonçalo do Amarante (CE), a cerca de 60 km da capital Fortaleza, a cidade abrange uma área de 330 hectares, projetada para acomodar até 25.000 habitantes (Abrão, 2020). As imagens promocionais do projeto da SCL (Figura 4) impressionam, destacando uma aparente harmonia entre as funções residenciais, comerciais, áreas verdes e espaços de lazer. Contudo, em seu projeto, apenas 19% de sua extensão é destinada a áreas verdes, revelando, no mínimo, uma discrepância entre o projeto real da cidade e as representações divulgadas.

Figura 4 - Imagem de divulgação do projeto Smart City Laguna.



Fonte: INBEC, “Localizada no Ceará, Smart City Laguna é a primeira cidade inteligente social do mundo.”, 21/02/2020. Disponível em: <<https://inbec.com.br/blog/localizada-ceara-smart-city-laguna-primeira-cidade-inteligente-social-mundo>>. Acesso em: 17 ago 2023.

A empresa Planet é especializada em soluções urbanas sob o paradigma inteligente e possui investimentos imobiliários em São Paulo, no Rio Grande do Norte, na Itália e na Índia. Além disso, conta com parcerias no projeto SCL, como as empresas italianas Enel, Tım e Urmet, a britânica Arup, a estadunidense Tyco International, a sul-coreana Samsung, entre outras empresas menores (Abrão, 2020).

A Enel, atuante no setor energético, será encarregada da instalação dos medidores de energia nas residências, proporcionando informações em tempo real para um aplicativo de celular. A Tım, uma empresa de telecomunicações, implantou biosites na SCL, fornecendo cobertura de dados para telefonia e internet móvel. A Urmet, especializada em residências inteligentes e equipamen-

tos de monitoramento, fornecerá totens informativos, câmeras de segurança, sensores de incêndio e alagamentos, além de soluções para a gestão de iluminação. As demais empresas envolvidas no projeto contribuirão principalmente com infraestrutura urbana, tecnologias inteligentes e sistemas relacionados à segurança (Abrão, 2020).

Os desenvolvedores da SCL encontram-se na fase de elaboração de um aplicativo para dispositivos móveis denominado PLANET App. Este aplicativo possibilita a integração com as contas de usuários do Facebook e atua como um painel de controle da cidade, dividido em quatro áreas distintas. A primeira, intitulada “Perfil Pessoal”, permite que cada residente forneça informações pessoais, como interesses, membros da família, hobbies, profissão, entre outros. Na segunda área, denominada “Cidade”, os usuários podem receber boletins meteorológicos, informações sobre a qualidade do ar, atualizações comerciais, visualizar imagens das câmeras de monitoramento da SCL, compartilhar caronas e verificar a disponibilidade do transporte coletivo. A terceira área, intitulada “SOS”, oferece aos moradores a capacidade de acionar seus contatos de emergência. Por fim, a última área, chamada “Casa”, possibilita que os proprietários monitorem e gerenciem remotamente dispositivos inteligentes (IoT), personalizando configurações de conforto térmico, acessando vídeos de monitoramento ou obtendo informações sobre o consumo energético (Abrão, 2020).

SCL foi projetada com um pórtico de acesso adjacente à rodovia CE-341. Sua concepção adota o modelo de cidade compacta, onde espera-se que a uma distância reduzida, seja possível encontrar todos os comércio e serviços necessários para a vida urbana. Por isso, o transporte projetado prioriza pedestres, ciclistas e o transporte público. A Smart City Laguna dispõe de um sistema de bicicletas elétricas compartilhadas para deslocamentos internos. Para os deslocamentos externos até outras áreas do município de São Gonçalo do Amarante, os moradores da SCL podem embarcar e desembarcar em vans em um ponto de parada que disponibiliza conexão de internet Wi-Fi. A SCL também dispõe de um espaço chamado Hub de Inovação, que funciona como agregador de espaços para uso coletivo: um auditório para realização de eventos,

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

um espaço de coworking, uma biblioteca comunitária e uma sala de cinema. Outros pequenos comércios também estão abertos na cidade: um mercadinho, um ateliê de costura e um salão de beleza. Ainda estão previstas as inaugurações de um minishopping e uma cozinha comunitária (Abrão, 2020). Apesar de ter capacidade para até 25.000 habitantes, até o momento a cidade não tem nenhuma unidade de saúde ou de educação básica.

A primeira discrepância que se destaca entre a Smart City brasileira e Songdo é o volume de investimento em cada projeto. Enquanto os aportes em Songdo atingem US\$ 60 bilhões, o orçamento para o projeto da Smart City Laguna foi modestamente estipulado em US\$ 50 milhões (Abrão, 2020). Em outras palavras, Songdo demanda um investimento 1.200 vezes maior que sua equivalente brasileira. Enquanto Songdo demanda investimentos colossais e é voltada para abrigar profissionais de colarinho branco, a Smart City Laguna (SCL) foi concebida para atender a população de baixa renda. Esse é um dos motivos pelos quais a empresa Planet denomina a SCL como a “primeira smart city inclusiva do planeta”. Ao contrário Songdo, que é um verdadeiro showroom de tecnologia, a arquitetura da SCL não apresenta muita inovação; as residências assemelham-se ao sistema de Habitação de Interesse Social (HIS) do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).⁴

Na Smart City Laguna, estão disponíveis quatro modelos de casas à venda: Casa Daphne, Casa Diana, Casa Olímpia e Casa Flora (Figura 5). Esses modelos abrangem áreas construídas que variam de 52 m² a 82 m². Durante a fase de planejamento, cada unidade tinha um custo estimado entre R\$ 30.000 e R\$ 60.000, com a opção de financiamento contando com um subsídio de até R\$ 16.875 por unidade, proporcionado pelo MCMV (Abrão, 2020). Além disso, há a possibilidade de adquirir lotes a partir de 150 m² na cidade, com preços variáveis.⁵

4 O MCMV é um programa federal de habitação, criado em 2009 pelo governo Lula. O Programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda de até R\$ 1.800,00 mensais e facilita condições de acesso ao imóvel para famílias com renda de até R\$ 9.000,00.

5 Informações disponíveis em: <<https://planetsmartcity.com.br/>>. Acesso em: 31 ago 2023.

Figura 5 - Casas na Smart City Laguna.



Fonte: Planet Smart City, disponível em: <<https://planetsmartcity.com.br/casas/?p=>>>. Acesso em: 18 ago 2023.

O MCMV foi lançado em 2009 pelo governo Lula (PT), e desde então, tornou-se a maior política habitacional de interesse social para as famílias de baixa renda no Brasil. As análises sobre os efeitos desse Programa não são pacificadas na literatura científica brasileira. Embora o MCMV tenha sido elaborado para atenuar o problema do déficit habitacional no Brasil, as suas diretrizes, critérios e formas de atendimento foram pouco orientadas pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Por um lado, o Programa MCMV cumpriu um papel de alavancagem de desenvolvimento econômico e geração de empregos na área de construção civil, mas não cumpriu papel de enfrentamento do déficit habitacional. O MCMV funcionou mais como linha de crédito imobiliário do que como uma política de habitação de interesse social. Por outro lado, o MCMV criou valor imobiliário solvável para terras urbanas ou rurais que até então, não ofereceriam oportunidades de lucro via mercado imobiliário tradicional. Além disso, contribuiu para o agravamento do fenômeno da segregação espacial em algumas regiões metropolitanas brasileiras (Krause; Balbim; Lima Neto, 2013; Rolnik et al, 2015).

Capítulo 6 - Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal

Evidentemente o mercado imobiliário no Norte não funciona da mesma forma como no Sul. O Brasil é um país em que mais da metade da população se encontra em situação de déficit habitacional. O caso da SCL demonstra que a cidade inteligente exportada para o Sul dispensa grandes investimentos, assim como a utilização de arquitetura e tecnologia de última geração. Aqui, para que a demanda imobiliária pelo modelo “smart” se torne economicamente solvável, é desejável que ela seja desenhada para a baixa renda.

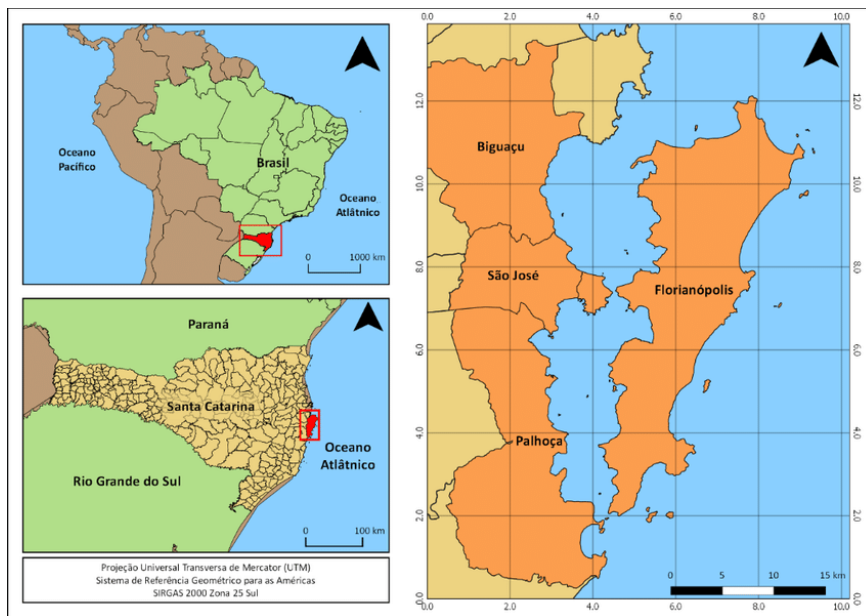
Smart City Laguna ainda parece estar longe de ser concluída, distante das imagens divulgadas pela empresa Planet no ano de lançamento do empreendimento. Atualmente, a cidade parece estar ainda em etapa de loteamento e construção de infraestruturas urbanas básicas. O Hub Central da cidade já foi construído, assim como algumas poucas unidades residenciais. A construção dos cinturões verdes e o enorme lago artificial planejados estão em fase inicial. Apesar disso, a empresa Planet já comercializou lotes e casas, e já tem pessoas morando na cidade desde 2019 (Abrão, 2020). Assim como em Songdo, o futuro da SCL parece incerto.

Smart City Florianópolis

Breve caracterização da cidade

Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, abriga uma população de 508.828 habitantes (2020). Quanto às singularidades de sua geografia, a cidade é dividida entre uma parte insular e outra continental. A porção continental é limítrofe aos municípios de Biguaçu, São José e Palhoça que, juntos perfazem a Região Metropolitana Florianópolis, caracterizada por uma conurbação marcada que totaliza uma população de 1.174.811 habitantes (2020) (Figura 6).

Figura 6 - Mapa de localização da Grande Florianópolis.



Fonte: Costa et al. (2020).

Florianópolis é reconhecida internacionalmente devido à sua abundância de amenidades naturais, que incluem praias, cachoeiras e lagoas. Ao longo das últimas décadas, a cidade solidificou sua posição como destino turístico de verão, estruturando sua economia principalmente nos setores de turismo, comércio e serviços (Machado, 2000). No entanto, recentemente, observou-se um notável crescimento no setor tecnológico, que atualmente representa 14% do PIB da capital.⁶

As áreas centrais da ilha, a porção continental e as cidades vizinhas constituem as regiões mais densamente urbanizadas da Região Metropolitana, concentrando a maioria dos domicílios, locais de trabalho, estabelecimentos comerciais e serviços essenciais (Sugai, 2002). Em contraste, a parte insular apresenta uma topografia diversificada, marcada por manguezais, maciços, morros, encostas íngremes, lagoas, dunas e extensas faixas costeiras. Cerca de metade da área insular de Florianópolis é designada como sendo

⁶ Dados obtidos em: <<https://exame.com/brasil/florianopolis-e-destaque-com-polo-de-inovacao-e-tecnologia/>>. Acesso em: 01 feb 2024.

Capítulo 6 - Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal

de preservação ambiental (Ferretti, 2019), o que exerce uma influência significativa na urbanização da ilha, caracterizada por ser simultaneamente articulada e fragmentada (Figura 7).

Figura 7 - Manchas urbanas da Grande Florianópolis.



Fonte: LABGEO – Laboratório de Ensino de Geografia. Elaborador não informado. Disponível em: <https://labgeoensino.blogspot.com/2013/06/blog-post_359.html>. Acesso em: 1 feb 2024.

Essa complexidade contribui para as características singulares da geografia urbana de Florianópolis, onde a topografia desempenha um papel fundamental no desenvolvimento urbano. A topografia é um dos múltiplos fatores explicativos para a situação

irregular de cerca de metade dos imóveis na ilha, construídos sem a devida autorização do poder público. É importante ressaltar que a irregularidade não implica necessariamente em condições precárias de infraestrutura, mas reflete uma prática comum no mercado imobiliário da ilha. Os assentamentos em condições precárias de infraestrutura estão dispersos, principalmente em áreas do Rio Vermelho, Monte Verde e em porções centrais e continentais da Região Metropolitana (IBGE, 2017).

A escassez de áreas edificáveis, combinada com a proximidade das principais praias turísticas faz com que os imóveis, alugueis e o m² construído sejam muito maiores na ilha de Florianópolis, tornando-a mais elitizada em comparação com as áreas continentais (Sugai, 2002). Essa escassez de áreas gera uma pressão persistente por parte de construtoras, imobiliárias e proprietários fundiários locais sobre a prefeitura, buscando a flexibilização dos coeficientes urbanísticos para permitir uma ocupação mais intensa do solo insular (Peres; Abreu; Calheiros, 2023).

Essa busca por flexibilização é muitas vezes respaldada por uma relação de relativa subordinação ou aliança entre a Prefeitura da cidade e esses agentes. Essa dinâmica justifica a urbanização desenfreada, com a construção de enormes edifícios adjacentes em diversas áreas insulares (Peres; Abreu; Calheiros, 2023). A construção de edifícios mais altos, nesse contexto, não apenas possibilita uma utilização mais lucrativa da mesma área, mas também impulsiona a venda de um maior número de unidades imobiliárias, resultando em uma maior extração de renda da terra urbana (Villaça, 2017). Esses elementos complexos delineiam os desafios e as peculiaridades do desenvolvimento urbano em Florianópolis.

Relatórios Smart City Florianópolis

Os relatórios que analisei para compreender a proeminente agenda urbana da Smart Florianópolis foram: “Smart Floripa 2030: transformando Florianópolis numa cidade inteligente”, publicado em 2018 e coordenado por Tan Yigitcanlar, Eduardo da Costa e Jamile Sabatini-Marques; e o segundo “Smart City Florianópolis: jornada de criação do caminho de inovação de uma ilha turística”, publicado em 2020 pelos mesmos autores com acréscimo de oito

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

colaboradores.⁷ Tratarei ambos relatórios como “Smart City Florianópolis” por causa de suas semelhanças em conteúdo, equipe de elaboração e metodologia, mas referencio ao final de cada parágrafo de onde cada dado foi obtido. Iniciarei descrevendo brevemente a trajetória profissional dos principais autores desses documentos.

Tan Yigitcanlar, pesquisador australiano em estudos urbanos e planejamento, atua como Professor na Queensland University of Technology e Professor Honorário na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sua pesquisa abrange tecnologias inteligentes, comunidades urbanas sustentáveis e o desenvolvimento baseado em conhecimento de cidades e distritos de inovação.⁸

Eduardo Moreira da Costa lidera o LabCHIS, dedicado a Cidades mais Humanas, Inteligentes e Sustentáveis. Professor na UFSC. Atuou como consultor para organizações como BID, Banco Mundial e UNCTAD, além de ter sido Diretor de Inovação da FINEP e pesquisador da TELEBRÁS. Reconhecido por sua pesquisa em inovação, políticas públicas e sustentabilidade, Costa é membro da Ordem do Mérito Científico do Governo Brasileiro. Também é membro do Laboratório de Habitats de Inovação e Empreendedorismo da UFSC.⁹ E por último, Jamile Sabatini-Marques, diretora de Inovação e Fomento na ABES, e Presidente da Câmara de Tecnologia e Inovação na FECOMÉRCIO de Santa Catarina, possui especialização em inovação e tecnologia desde 2004.¹⁰

Embora os três profissionais se destaquem em suas áreas de atuação, é relevante abordar a falta de diversidade acadêmica dos propositores da agenda Smart Florianópolis. A ausência de perspectivas diversas limita a compreensão das problemáticas urbanas, da cidade de Florianópolis e até mesmo do imaginário das smart

7 Os relatórios podem ser encontrados respectivamente a partir das seguintes fichas catalográficas YIGITCANLAR, Tan; DA COSTA, Eduardo Moreira; SABATINI-MARQUES, Jamile. *Smart City Florianópolis. Smart City Florianópolis: jornada de criação do caminho de inovação de uma ilha turística*. Florianópolis: Senac SC, 2018. YIGITCANLAR, Tan et al. *Smart Floripa 2030: transformando Florianópolis numa ilha inteligente de inovação*. Florianópolis: Senac SC, 2020.

8 Dados do parágrafo obtidos em: <<https://www.qut.edu.au/about/our-people/academic-profiles/tan.yigitcanlar>>. Acesso em: 01 fev 2024.

9 Dados do parágrafo obtidos em: <<https://www.escavador.com/sobre/979607/eduardo-moreira-da-costa>>. Acesso em: 01 fev 2024.

10 Dados obtidos em: <<https://www.escavador.com/sobre/3090846/jamile-sabatini-marques>>. Acesso em 1 fev 2024.

cities, que exigem abordagens abrangentes. Sendo predominantemente pesquisadores de áreas tecnológicas ou de gestão empresarial, são propensos a oferecerem uma leitura tecnocrática ou corporativa dessas problemáticas. Sabattini-Marques atua inclusive como representante de setores empresariais de Santa Catarina, portanto, é compreensível que teorize o espaço urbano do ponto de vista desses setores, assim como é esperado que defenda seus interesses. Por isso, a composição da equipe coordenadora desses relatórios surge como primeiro aspecto a ser questionado.

Além dos autores que coordenaram os relatórios, as seguintes entidades locais assinaram como participantes da elaboração dos documentos: Fecomércio/SC, SENAC/SC, UFSC, Queensland University Of Techonology, a Universidade de São Paulo (USP), o governo de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis, SEBRAE e o grupo FloripAmanhã (Yigitcanlar et al, 2020, p.2). Contudo, uma análise cuidadosa revela ausência de diversidade entre os signatários, pois tratam-se de instituições da educação privada, pesquisadores de universidades públicas na área tecnológica e empresarial, representantes do Estado, e setores organizados da iniciativa privada.

O grupo FloripAmanhã é uma associação de pessoas físicas e jurídicas fundada em 2005, que objetiva discutir, planejar e atuar no desenvolvimento de Florianópolis. A entidade é composta predominantemente por representantes de setores privados locais como: Associação de Empresas de Transportes de Passageiros, o consórcio Fênix, o Shopping Beiramar, redes comerciais ligadas à construção civil, empresas hoteleiras, agências publicitárias, grupos de empreendimentos imobiliários, empresas de turismo, entre outros. Entre os objetivos da FloripaAmanhã, alega-se buscar o bem estar da população, combinando inovação, criatividade, cidades baseadas em inteligência e cooperação público-privada.¹¹

Em análises anteriores, Peres, Abreu e Calheiros (2023) concluem que a produção do espaço urbano em Florianópolis é conduzida a partir de uma articulação entre o Estado, o capital imobiliário e a imprensa tradicional, frequentemente atendendo aos interesses dos grupos dominantes locais, que: "...são aqueles ligados

11 Dados disponíveis em: <<https://floripamanha.org/quem-somos/associados/>>. Acesso em: 02 fev 2024.

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

à Associação FloripAmanhã e ao Movimento Floripa Sustentável.” (Peres; Abreu; Calheiros, 2018, p. 1145).

Os autores enfatizam que o projeto Floripa 2030 se destaca como um marco ao estabelecer uma base ideológica para a narrativa da sustentabilidade e das smart cities. Este projeto não se limita ao investimento em projetos imobiliários, mas também inclui o estímulo a economias criativas, a promoção da geração de empregos e a busca pela inclusão social. O grupo FloripAmanhã defende que a sustentabilidade exige um abrangente processo de desburocratização na administração pública, para isso, propõe a implementação de Organizações Sociais (OS) para gerir a infraestrutura pública (Peres; Abreu; Calheiros, 2023).

Os relatórios Smart Floripa exibem em suas capas fotografias da Av. Beiramar Norte e da ponte Hercílio Luz, que são respectivamente a avenida com o m² mais caro de toda a região metropolitana e a ponte icônica frequentemente associada à imagem da cidade, cujas obras de reforma e restauração perfizeram mais de R\$ 700 milhões ao longo de várias décadas.¹² O prefácio dos relatórios incluem depoimentos de diversas entidades e personalidades locais, como as direções da FECOMÉRCIO/SC, do SENAC/SC, do SEBRAE/SC da Associação FloripAmanhã, de professores da UFSC e da USP, de secretários de governo e do ex-prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro.

O documento inicia com a ambiciosa frase “Todos juntos em prol do bem comum”, revelando uma típica intencionalidade do urbanismo neoliberal. Como explica Lima Junior (2003, p. 4): (1) ocorre um movimento de despolitização da polis, uma redução no espaço político da cidade, que se consolida pela instrumentalização da participação política, concebida como o processo de definição de objetivos comuns e da construção de uma espécie de “pacto social” em forma de consenso; (2) e pela influência predominante do empresariado nas tomadas de decisão. Na cultura neoliberal, estes são vistos como os mais capacitados para definir estratégias diante das ameaças e oportunidades de desenvolvimento urbano (Lima Junior, 2003).

12 Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/em-meio-a-atrasos-reforma-da-ponte-hercilio-luz-custara-ao-menos-r-6189-milhoes>>. Acesso em 5 fev 2024.

Para aprofundarmos esse argumento, analisemos a metodologia de investigação dos relatórios Smart Floripa. Ambos consistem em pesquisas qualitativas com objetivo de identificar os aspectos positivos e negativos em Florianópolis para que se consolide como uma cidade inteligente. Para conduzir a pesquisa, foram realizadas entrevistas com agentes considerados mais aptos para auxiliar na definição de políticas públicas para a cidade. Os agentes entrevistados foram selecionados a partir de um modelo que os autores chamam de “modelo das 4 hélices” (Yigitcanlar et al., 2020, p. 6), onde cada hélice representa: o setor público, as empresas, as universidades e organizações sem fins lucrativos. Este modelo pressupõe que esses setores devem operar em harmonia para construir o “bem comum” para a cidade.

A Tabela 1 detalha os 12 agentes entrevistados para expressar suas opiniões sobre o futuro de Florianópolis. Destaco que um membro da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) foi incluído no grupo de “setores sem fins lucrativos”, o que abre questionamentos sobre a definição de “sem fins lucrativos” utilizada. O documento carece de uma explicação clara sobre os critérios de seleção dos entrevistados para representar cada “hélice”.

Os documentos formam uma ideia de “consenso” de maneira simplificada, especialmente porque a diversidade entre os entrevistados é limitada. Ao que parece, a seleção de entrevistados ocorreu apenas com base em critérios técnicos, e não se mencionam aspectos políticos das escolhas. Por exemplo, não fica evidente se as “autoridades públicas” entrevistadas são profissionais comissionados das atuais gestões, se são funcionários públicos concursados ou sequer se houve a intenção de consultar especialistas que possam divergir das atuais gestões municipais e estaduais.

Da mesma forma, os representantes do setor acadêmico foram escolhidos predominantemente de áreas tecnológicas ou administrativas, o que tende a reforçar uma perspectiva tecnocrática e gerencialista em relação à cidade. Ao retratar a cidade como uma empresa, essa abordagem negligencia a importância de definir as implicações políticas das renovações urbanas planejadas, concentrando-se, em vez disso, em como gerenciar de forma mais eficiente recursos específicos. Essa abordagem reduz a relevância de de-

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

bates ideológicos sobre o desenvolvimento urbano em prol de uma perspectiva pragmática e orientada para o mercado.

Tabela 1 - Entrevistados para a elaboração do relatório Smart Floripa 2030.

Categoria	Nº	Expertise e Relevância
Setor Público	Entrevistado #1	Ministério Federal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
	Entrevistado #2	Autoridade da Região Metropolitana de Florianópolis
	Entrevistado #3	Autoridade Municipal de Tecnologia e Inovação
Setor Privado	Entrevistado #4	Empresa de soluções tecnológicas com aplicações em comunicações em cidades inteligentes
	Entrevistado #5	Empresa de soluções tecnológicas com aplicações em transações financeiras e comerciais
	Entrevistado #6	Grupo de desenvolvimento imobiliário
Setor Sem fins lucrativos	Entrevistado #7	Instituto nacional de organização de resíduos sustentáveis
	Entrevistado #8	Centro nacional de tecnologia e inovação
	Entrevistado #9	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Setor Acadêmico	Entrevistado #10	Instituto Federal de Santa Catarina, Departamento de Inovação
	Entrevistado #11	Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisa e Inovação Hospitalar
	Entrevistado #12	Universidade Federal de Santa Catarina, Administração

Fonte: Yigitcanlar et al., 2020, p. 36.

Os documentos enfatizam a necessidade de diversificar as atividades econômicas em Florianópolis, atualmente concentradas no setor turístico, de comércio e serviços. A ideia de construir uma “ilha de inovação”, “distritos de inovação” e uma “capital de inova-

ção” é recorrente ao longo do texto, destacando-se seu principal objetivo. O documento não se limita a simplesmente adotar tecnologias na gestão ou nas paisagens urbana, pelo contrário; a aspiração é que Florianópolis se estabeleça como líder nacional na produção dessas tecnologias. Para isso, são apresentadas diversas estratégias para atrair empresas de tecnologia, mão de obra especializada e para mantê-las na cidade.

Entre essas estratégias, estão inclusos incentivos fiscais, mapeamentos das principais instituições de ensino na cidade e um destaque das vantagens de residir em Florianópolis. Isso inclui comparações dos elevados níveis de IDH da cidade em relação às demais capitais brasileiras, bem como a promoção da ideia de que a população local é saudável e instruída. No entanto, é crucial notar que o documento negligencia completamente a vida urbana fora da ilha de Florianópolis, que compreende áreas menos turísticas e mais empobrecidas da Região Metropolitana. O relatório concentra-se exclusivamente na porção insular da cidade, que já recebe um volume maior de investimentos e possui uma oferta mais robusta de serviços essenciais.

No documento são elencados uma série de desafios enfrentados na cidade, que abrangem desde a conservação do meio ambiente até questões de mobilidade urbana e habitação. No entanto, não são apresentadas propostas concretas sobre como lidar com esses problemas e não se atribuem responsabilidades a nenhum agente específico pelo agravamento dessas problemáticas. Por exemplo, no que diz respeito à questão habitacional, o documento menciona:

Conforme Oliveira-Musse et al. (2018), em 2012 havia em Florianópolis 13.231 pessoas vivendo em favelas. A fim de resolver o problema das favelas, foi aprovado em 2012 o Plano de Habitação Social, fornecendo orientações para construção de novas moradias para o período de 15 anos e para o desenvolvimento de infraestrutura nessas áreas (PMF, 2012). No entanto, os fundos federais fornecidos para apoiar o plano não são suficientes para realizar os trabalhos necessários. A Prefeitura atualmente está desenvolvendo novos projetos e tentando garantir novos recursos de financiamento. Por outro

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

lado, Florianópolis tem cerca de 24% de habitações desocupadas (13% em virtude do verão e 11% realmente vagas), uma das maiores taxas do Brasil. (Yigitcanlar et al, 2020, p. 31-32).

Reconhece-se o déficit habitacional no município, assim como o elevado número de residências desocupadas. No entanto, o documento não apresenta qualquer caminho para resolução dessa problemática; simplesmente justifica que a prefeitura não dispõe de recursos suficientes para lidar adequadamente com essa questão. Não se faz menção sequer à possibilidade de intervir nos imóveis ociosos ou sujeitos à especulação imobiliária, mesmo que os dados sobre essas residências desocupadas sejam apresentados em seguida. A completa subordinação das necessidades humanas à reprodução da riqueza, parece-me ser o traço marcante da proposta Smart Florianópolis, uma vez que o déficit habitacional não é um desafio tecnológico ou corporativo, mas político e social.

Por último, os documentos frequentemente aludem a “ideias inovadoras”, porém, falham em apresentar conteúdo verdadeiramente inovador. Não apenas carecem de propostas para enfrentar os desafios urbanos de Florianópolis ou para aprimorar a qualidade de vida dos seus habitantes, mas também retratam a cidade sob uma ótica predominantemente corporativa e centrada no Estado. Isso se evidencia pelo fato de que empresários e representantes governamentais foram os principais consultados para sua elaboração. As funções desempenhadas por empresas e pelo estado se confundem no conteúdo do documento, sugere-se estabelecimento de relações harmônicas entre os dois agentes. O Estado é apresentado principalmente como um facilitador de relações de produção capitalistas, identificado em diversas passagens dos relatórios:

Este estudo tem como objetivo desvendar e apresentar as condições socioeconômicas, geográficas e governamentais, os planos e processos da cidade, bem como descrever o progresso histórico da cidade, concentrando-se nos principais domínios de desenvolvimento com vistas a explorar sua jornada de transição de uma ilha turística para a prospecção de uma ilha de inovação e uma cidade inteligente (Yigitcanlar et al, 2020, p. 11).

Isso se deve ao sistema de governança do Brasil, onde as prefeituras recebem uma pequena parcela dos impostos gerados na própria cidade. Em consequência, os municípios têm recursos financeiros limitados para tornar a cidade atraente para os empresários (Yigitcanlar et al, 2020, p. 35).

Outra questão crítica relacionada com a governança é que as atuais políticas e regulamentações são pouco claras dão mensagens confusas aos potenciais investidores (Yigitcanlar et al, 2020, p. 37).

O tratamento de Florianópolis como meramente uma “ilha turística”, cujo principal desafio de desenvolvimento é diversificar sua economia, aumentar a sua competitividade nacional, atrair empresas de tecnologia, incrementar a arrecadação tributária e criar um ambiente atraente para empresas com mão de obra qualificada é bastante simplista. Esses documentos representam apenas mais uma repetição das políticas de urbanização neoliberal, abundantemente analisadas pela literatura crítica e verificadas como atual paradigma de desenvolvimento urbano.

Considerações finais

A agenda urbana da Smart Florianópolis é marcada pela subordinação das necessidades humanas à reprodução de riqueza. Na prática, surgem ao menos duas questões preocupantes. Em primeiro lugar, como priorizar as necessidades básicas das pessoas na política urbana? As limitações inerentes ao projeto Smart Florianópolis se revelam aqui, uma vez que os problemas urbanos não podem ser resolvidos apenas com o uso de tecnologias, atração de empresas e geração de riqueza, como proposto, mas sim nas necessidades reais das pessoas.

Em segundo lugar, o que os habitantes de Florianópolis desejam para o futuro da cidade? Visto que, a opinião da população de Florianópolis está completamente ausente em ambos os relatórios. A elaboração dos documentos é caracterizada por uma abordagem vertical, na qual apenas os setores empresariais e o Estado foram consultados.

Capítulo 6 - *Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal*

A conclusão inevitável, e que deve ser enfatizada, é que para os elaboradores do atual modelo de Smart Florianópolis, o “bem comum” deve estar alinhado aos incontestáveis interesses de mercado.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Camila Lima. **Smart City Laguna (CE): na ideia, no território, na prática.** 2020, 148 p., Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2020.

ANDUIZA, Eva; CRISTANCHO, Camilo; SABUCEDO, José. Mobilization through online social networks: the political protest of the *indignados* in Spain. **Information, Communication & Society.** v. 17, n. 6, 2014, p. 750-764.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. Cities and the Geographies of “actually existing neoliberalism”. **Antipode.** v. 34, n. 3, 2002, p. 349-379.

CESARE, Cláudia de. O cadastro como instrumento de política fiscal. In: ERBA, D. A.; OLIVEIRA, F. L.; LIMA JUNIOR, P. N. **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana.** Rio de Janeiro, 2005, p. 39-70.

COSTA, Emmanuel dos Santos et al. Análise da mobilidade cotidiana em Florianópolis. **Geo UERJ.** n. 37, 2020, p. 1-20.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The Costs of Connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism.** Stanford: Stanford University Press, 2019.

DATTA, Ayona. The digital turn in postcolonial urbanism: Smart citizenship in the making of India's 100 smart cities. **Transactions of the Institute of British Geographers.** v. 43, n. 3, 2018, p. 405-419.

FERRETTI, Orlando Ednei. Áreas protegidas na ilha de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. **ACTA geográfica.** v. 13, n. 31, 2019, p. 66-89.

FIGUEIREDO, Gabriel Mazzola Poli de. **O Discurso e Prática da Smart City: perspectivas críticas e aproximações sistemáticas no contexto de metrópoles latino-americanas.** 2018, 80 p., Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2018.

HACKWORTH, Jason. **The neoliberal city: governance, ideology and development in American Urbanism.** Ithaca: Cornell University Press, 2007.

HALPERN, Orit; GÖKCE, Günel. FCJ-215 Deming unto death: Smart cities, environment and preemptive hope. **The fibreculture journal: digital media + networks + transdisciplinary critique.** n. 29, p. 51-73, 2017.

HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of urban governance in late capitalism. **Geografiska Annaler.** v. 71, 1989, p. 3-17.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e debates**, n. 39, 1996.

HERMIDA, Jorge; LIRA, Jailton de Souza. Estado e Neoliberalismo no Brasil (1995-2018). **Cadernos de Pesquisa: pensamento educacional**. v. 13, n. 35, 2018, p. 38-63.

KITCHIN, Rob. Making sense of smart cities: addressing present shortcomings. **Cambridge Journal of Regions, Economics and Society**. v. 8, 2015, p. 131-136.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica a política habitacional? **Texto para Discussão**. n. 1853, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEFÈBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**: deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano. 2003, 279 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Rio de Janeiro, 2003.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. 2000, 272 p., Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.

PERES, Lino Fernando Bragança; ABREU, Miriam Santini de; CALHEIROS, Fernando Vonsowaki. Cidade à venda: inflexão ultraliberal na produção do espaço em Florianópolis. **Cadernos Metrópole**. v. 25, n. 58, 2023, p. 1143-1169.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2015, 351 p. Tese de Livre-Docência - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**. v. 17, n. 33, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPRINGER, Simon. **The discourse of neoliberalism: an anatomy of a powerful idea**. Londres: Rowman & Littlefield, 2016.

TRERÉ, Emiliano. **Hybrid media activism: ecologies, imaginaries, algorithms**. Londres: Routledge, 2018.

Capítulo 6 - Smart city Florianópolis: uma genealogia das smart cities para compreensão e crítica da urbanização neoliberal

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas s.a., 1987.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2017.

YIGITCANLAR, Tan; COSTA, Eduardo Moreira da; SABATINI-MARQUES, Jamile. In: YIGITCANLAR, E.; COSTA, E. M.; SABATINI-MORAES, J. (orgs.). **Smart City Florianópolis: jornada de criação do caminho de inovação de uma ilha turística**. Florianópolis: SENAC/SC, 2018.

YIGITCANLAR, Tan et al. **Smart Floripa 2030: transformando Florianópolis numa ilha inteligente de inovação**. Florianópolis: SENAC/SC, 2020.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SEÇÃO 3

Espaços Vividos, Espaços Sentidos: Afetos, Atmosferas e Práticas Artísticas

Coordenadores

Quim Bonastra

Jeffer Chaparro

Esta seção inter e transdisciplinar centra-se na exploração de espaços e lugares através da lente dos afetos e das atmosferas afetivas, tanto nas suas dimensões geográficas como artísticas. Em um mundo onde os espaços são cada vez mais dinâmicos e multifacetados, esta convocatória abre um diálogo entre várias disciplinas para compreender como os espaços afetam e são afetados pelas práticas humanas, incluindo as artísticas. Reconhecemos a importância dos espaços e lugares não apenas como entidades físicas, mas também como entidades relacionais carregadas de afetos, emoções, histórias e significados. Apresentamos propostas que desvendem as camadas de afetos, sensações e experiências que constituem os nossos ambientes, desde os mais íntimos até os públicos, e como estes se entrelaçam com as práticas artísticas para moldar a nossa compreensão do mundo e contribuir com novas perspectivas para a compreensão da nossa relação com o meio. Reconhecendo a importância de métodos menos convencionais na geografia, a mesa convidou a explorar como todos os tipos de percepções e expressões artísticas podem revelar camadas ocultas da realidade geográfica, oferecendo uma visão mais rica e profunda do mundo que habitamos.

CAPÍTULO 7

São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

Carolina Mesquita Clasen¹

Introdução

O título do trabalho anuncia a cidade de São Paulo como sujeito de uma situação a ser demonstrada através das suas infâncias, mapas e gestos. Para tanto, a área urbana tratada compreende uma forma movente cujos limites são demarcados pelos cotidianos das infâncias em situação de rua, em territórios localizados no centro da cidade. O recorte etário que compreende a infância apresenta uma maioria inserida em territórios urbanos e periurbanos, nesse panorama é crescente o número de crianças em situação de rua² e que, conseqüentemente, relacionam aspectos da história urbana que são implicados por esse crescimento.

Como primeiro passo de investigação são apresentados os dados quantitativos, que possibilitam uma caracterização inicial do recorte, buscando demonstrar evidências de como o modo de produção capitalista se realiza por meio da consolidação crítica de diferentes situações urbanas (Harvey, 2001). O segundo momento do ensaio qualifica o recorte etário da infância por meio de arquivos, apresentando-o principalmente como intersecção do campo social aqui tratado. Deste modo, o cenário delimitado pelo tema é aproximado de uma percepção multidisciplinar dos espaços vividos na constituição histórica da cidade, permitindo que sejam feitas articulações das teorias urbanas com o campo da antropologia (Cohn, 2009), da filosofia (Deleuze, 1995; Guattari, 1989; Ranciere, 2005) e da arte (Macchi, 2016). Por fim, a terceira parte do ensaio

1 Universidade de São Paulo - carolinaclasen@usp.br - ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3859-4791>

2 UNICEF. The State of the World's Children 2012 - Children in an Urban World. Disponível em: < https://www.unicef.org/sowc2012/pdfs/SOWC-2012-Main-Report_EN_21Dec2011.pdf > Acessado em maio de 2021.

retoma as abordagens metodológicas empreendidas para o recorte apresentado, considerando suas limitações e pressupostos que se apoiam nas noções cartográficas sociais como territórios existenciais (Guattari, 1989), da perplexidade da prática de rua (Freire, 1996) e da produção de mapas (Bassani, 2012), como elementos centrais para o alcance dos objetivos do estudo. A discussão sobre a representação e a escala do gesto da experiência urbana, aparece como importante ponto de reflexão no desenvolvimento do método — posto que reside nos procedimentos cartográficos a tarefa de operar os territórios a partir de alturas, narrações e planos alternativos. Portanto, é no manejo de expressões dos cotidianos das infâncias não-hegemônicas e da sua apreensão narrativa que se concentram as contribuições do presente ensaio, uma vez considerado o debate empreendido pelo campo reflexivo que ele está inserido.

A fim de articular e atualizar as elaborações conceituais acerca dos territórios contemporâneos cuja gênese consolidam uma função urbana que sedentariza, fixa e organiza vidas, a emergência da proposta se justifica no esforço em enunciar modos e maneiras alternativos para narrar a vida urbana. Nesse sentido, a contraposição às caracterizações hegemônicas se dá por um campo transcendental (Deleuze, 1995) que expõe algo “selvagem e de poderoso num empirismo transcendental” (Deleuze, 1995, p. 410) intrinsecamente relacionado com uma produção ético-estética (Ranciere, 1995), com uma nomadologia (Deleuze; Guattari, 1997) e “um acontecimento, uma singularidade, uma vida” (Deleuze, 1995, p. 411); ou ainda expressões menos vinculadas ao movimento do fluxo do trabalho. Para tanto, intenta-se admitir o sistema publicado por Guattari (1989), constituído pelos seguintes funtores: os territórios, os fluxos, as máquinas e os universos; a fim de colaborar com debate do urbanismo contemporâneo pela duração qualitativa dos territórios e, sobretudo, provocar o debate contemporâneo a partir dos territórios existenciais manifestos nestes cotidianos.

De modo complementar, os dados analisados durante o percurso investigativo não serão descartados e aparecerão no desenvolvimento do método como proposta de discutir as abordagens metodológicas para o recorte da população em situação de rua e os limites próprios dos levantamentos quantitativos. Existe um com-

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

promisso em olhar criticamente as progressões estatísticas relativas às infâncias, a partir de uma análise ampla das territorialidades contemporâneas decorrentes da inserção de infâncias no contexto e dinâmicas da produção do espaço. Portanto, busca-se dar a ver o território movente apresentado no mapa como uma grafia de diferentes subjetividades sociais, territorialidades e aparições.

São Paulo em situação de rua

Os fenômenos da urbanização e os processos de industrialização do século XX foram propulsores dos estudos de Lefebvre. Na busca pela compreensão da realidade urbana, os limites encontrados nas teorias marxistas o instigaram a estudar as relações de reprodução e produção do espaço atrelados as atividades produtoras de objetos ou de obras (Carlos, 2019). A partir desse entendimento, o cotidiano passa ser considerado como um elemento central para a análise histórica, tendo em vista sua capacidade de trazer o vivido para a reflexão teórica, possibilitando articular o encadernamento de acontecimentos e rupturas, para “pôr em evidência as distorções e defasagens entre esses níveis”(Lefebvre, 2006, p. 52) e não dissolvê-las. O tratamento conceitual de Lefebvre (2001) — que compreende parte “de uma sociedade, de uma formação (por exemplo, da sociedade capitalista), como do conjunto da história e do desenvolvimento da sociedade” (Lefebvre, 1969, p. 190) — está articulado aqui com o recorte dos cotidianos das infâncias e como manifestação do modo de produção que busca manter a fragilidade das populações minoritárias.

A pobreza e a situação de rua estão intimamente vinculadas com a construção das cidades e são fundamentais para os movimentos urbanos de consolidação da modernidade. Conectados à modernização do espaço, a urbanização e seus processos higienistas deram ênfase ao afastamento de modos de vida adversos à cartilha da metrópole. E indiferente ao aumento do número de pessoas vivendo nas ruas, o processo de industrialização focou na privatização do espaço e na codificação dos seus usos. Essas características abrangem a dinâmica de diversas cidades do mundo, contribuindo para o aumento de um número que passa de 100 mi-

lhões de pessoas em situação de rua, em dado atualizado da ONU³. Percebendo os indicadores de maneira abrangente ao recorte, os dados nacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam uma estimativa de 220.854 pessoas que vivem nas ruas do território brasileiro⁴.

E, ainda que imprecisos, há uma estimativa de 24.905 pessoas vivendo em situação de rua na cidade de São Paulo⁵, desse número estima-se que 3% tenham até 15 anos. A incompatibilidade com o número apresentado pelo CadÚnico⁶ indica a necessidade de discutir estratégias metodológicas acerca da realidade da rua. Atualmente, conforme estudo realizado pelo IPEA⁷ em março de 2021, em função da exposição do grupo populacional à pandemia da Covid-19, ocorreu um aumento de 140% nos dados, sendo a maioria localizada principalmente em cidades do Sudeste, Nordeste e Sul. Em conversa⁸ com representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) de diferentes localidades, ficaram latentes as críticas à subnotificação em todo território brasileiro e às metodologias aplicadas. Esses relatos são imprescindíveis para grifar um campo de discussões complexo, cujas implicações são diversas.

3 Disponível em <<https://www.un.org/en/sections/issues-depth/population/index.html>> Acesso em 7 de junho de 2021. Desde o primeiro levantamento desta investigação houve um aumento de 53% dos números.

4 Deste número, a estimativa é de que 40,1% estivessem em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% em municípios com mais de 100 mil pessoas. O pesquisador Marco Natalino, alocado no Instituto, reforça a importância de ir além dos números: “[...] o desenvolvimento e a disponibilização de metodologia de diagnóstico da população de rua pode fomentar a incorporação desse segmento nas atividades de vigilância socioassistencial desenvolvidas pelos governos municipais.” Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811> Acesso em 25 de julho de 2021.

5 Fonte: Censo Pop Rua FIPE/SMADS, 2000-2015. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf> Acesso em 20 de junho de 2021.

6 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único): 33.000 pessoas em situação de Rua.

7 Nota Técnica, junho de 2020; Número 74 - População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia: Um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_diset.pdf> Acesso em 25 de julho de 2021.

8 Atividade ofertada em capacitação promovida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo (CAU/SP) “Capacitação para projetos de equipamentos de apoio e de moradia de transição para a população em situação de rua”. O cronograma de atividades contava com apresentações de pesquisas, práticas projetuais com equipes intersetoriais e conversas com a população em situação de rua.

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

Em busca de uma aproximação do cenário desta experiência de rua, o Projeto Axé⁹, centro de defesa e proteção à criança e ao adolescente, em recente pesquisa realizada na cidade de Salvador desenvolveu uma metodologia para geração dos dados e caracterização da população em situação de rua. Como resultado, a pesquisa comprovou uma população que é até três vezes maior que os números levantados para a região. O projeto buscou compor os dados com aspectos sociodemográficos, trajetórias e modos de vinculação/conexão com a rua (acompanhamento das rotinas estabelecidas com a cidade em instituições, pontos de distribuição de sopas, etc.). A dissonância dos dados com a realidade apresentada pela pesquisa do Projeto Axé reitera a insuficiência estatística diante da importância de compreender não apenas a sua progressão, mas suas marcas históricas classistas e variações. Na mesma linha, outros projetos¹⁰ são estudos referentes que contribuem para um percurso teórico fundado no convívio com estas infâncias.

O sintético panorama inicial exprime uma população que, embora sempre tenha existido, apresenta novos perfis a cada estudo sobre suas interações e modos de vida. Do nomadismo à loucura, a rua é tomada de perambulações que enfatizam o esgotamento da metrópole e os seus inoperantes serviços. Contudo, o debate científico sobre os temas pertinentes a esse recorte populacional, bem como a suas causas e seus efeitos, ocupa principalmente as agendas das áreas da Psicologia e da Assistência Social. As discussões nacionais reafirmam a complexidade desta população, interpelando os processos sociais, os cognitivos e a caracterização dos contextos observados com a produção do território.

9 O Projeto Axé é uma organização não governamental que trabalha desde 1990 com o desenvolvimento de crianças e jovens em situação de rua, em Salvador (BA). Com apoio institucional, desenvolveu dois projetos importantes para o campo, com metodologias inovadoras: “Cartografias dos desejos e dos direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na Cidade do Salvador”, pelo Programa Criança Esperança UNESCO, entre 2016 e 2017, e “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador”, projeto apoiado pela Defensoria Pública da União na Bahia (DPU/BA), entre 2017 e 2018. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1YBj4ZZxXcEyS0zgvC3FpEGHWpIsb8EOt/view> > Acesso em 25 de julho de 2021

10 Criança não é de rua <https://criancanaoederua.org.br/>; Projeto Quixote <https://www.projetoquixote.org.br/>; RIDIAC – Niñez y Adolescencia em Situacion de calle em Lationamerica <https://www.ridiacc.org/> Acesso em: 2 de agosto de 2021.

No percurso reflexivo aqui estabelecido, assim que a aposta temática, conceitual e etária foram situadas, foram feitos os levantamentos quantitativos iniciais e através do catálogo de teses e dissertações da CAPES¹¹ utilizado para realizar o levantamento das pesquisas desempenhadas no campo referido. A fim de observar um panorama do desenvolvimento de pesquisas com crianças em situação de rua no Brasil, com recorte nos últimos vinte anos, foram encontradas análises feitas sob amparo conceitual principalmente no campo da Psicologia, cuja sistematização apresenta-se em um número aproximado de 50 (cinquenta) pesquisas; seguido do campo da Educação com média de 40 (quarenta) estudos produzidos nos últimos anos e das áreas médicas, com 26 (vinte e seis). Dentre essas, nos territórios do estado de São Paulo, destacam-se: “Reflexões sobre o potencial terapêutico dos encontros com crianças e adolescentes em situação de rua no centro da cidade de São Paulo” (Ramos, 2008); “Infância, Tempo e Atividades Cotidianas de Crianças em Situação De Rua: as contribuições da teoria dos sistemas ecológicos” (Alves, 2002); “Trançando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paul (1970- 2005)” (Freitas, 2016).

A dimensão cotidiana da situação de rua apresentada pelos debates acerca da sua expressão subjetiva (Macerata, 2000; Ramos, 2008) e da construção da identidade deste grupo social (Sousa, 2012; Freitas, 2016) — assim como as questões implicadas pelas temporalidades das atividades na rua (Alves, 2002), pelos modos de ser (Paiva, 2006) ou pelas práticas do cuidado de si (Silva, 2018) — permite adentrar o tema explorando as múltiplas formações sociais contemporâneas dos grupos de crianças em sua relação com a cidade. Na tentativa de caracterizar a história urbana contemporânea pela sua multiplicidade narradora, é imprescindível enfatizar a disputa de discursos que é travada no cotidiano das metrópoles segundo as vozes sem Estado, ou ainda sem História. Essa condição é defendida na obra “Um habitar mais forte que a metrópole” (2019), na qual:

11 Através do banco de dados disponível, as dissertações e teses podem ser encontradas a partir de busca com sistema de filtragem por grande área de concentração, ano de publicação, palavras-chave etc. Disponível em < <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/> > Acesso em 5 de julho de 2020.

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

os primitivos, os piratas, os bruxos, os apaches, os xamãs, os bandidos e outros ingovernáveis praticam à sua maneira formas heteróclitas de habitar, que se dão sempre em situação: algumas vezes neste deserto, outras neste bosque ou nesta selva, sempre em lugares repletos de hecceidades que são experimentados no aqui e agora de determinado habitar(...) (CN, 2019, p. 49)

Ou seja, são denominados grupos sem Estado não por imperfeição, mas por excesso de atuação estatal. Logo, trata-se aqui de mapear o centro expandido com relação aos rastros dos deslocamentos, aos planos gestuais e às reflexões ofertadas por meio dessas vozes narradoras. A investigação busca tomar partido da disputa dos discursos para reivindicar as infâncias, os mapas e os gestos ainda não descritos nos arquivos da história urbana paulistana como forma de acolher “construir a própria experiência pública e comum que chamamos também cidade, nesses acúmulos de fragmentos e ruínas, à espera de investimento e de rememoração de seus sentidos possíveis.” (Pereira, 2017, p.151)

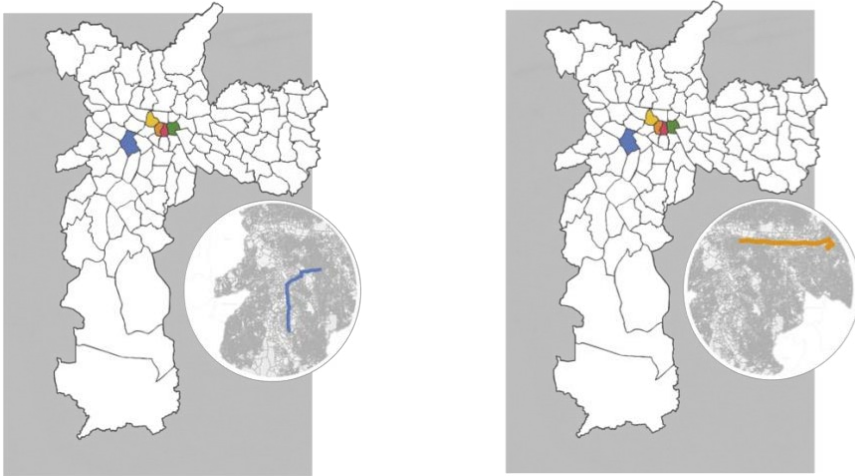
Mapas, infâncias e gestos

Os elementos que constituem os mapas, as infâncias e os gestos foram elencados para evidenciar o quadro temático descritivo. Diante do crescimento estatístico e da heterogeneidade deste perfil, compreende-se que a atenção às suas expressões e aos modos de vida crianceiros¹² apontam para aspectos relacionados não apenas à faixa-etária, mas também, e principalmente, às experiências das cidades na contemporaneidade. As investigações concentradas no entendimento da população em situação de rua e nessas crianças buscam recompor a história de tais infâncias no Brasil e são importantes à medida que contribuem para desconstrução dos estereótipos estabelecidos histori-

12 A característica acompanha o ensaio apresentado como qualidade das experiências da infância menos vinculadas ao recorte etário e mais à sua força reativa e resistente que devém crianceira. A discussão foi desenvolvida no âmbito do mestrado, na pesquisa Cidade e Crianças: o direito ao devir urbano Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1t0ywQCO0WESPignBHaG5ZyrhJwpqdkF/view>> Acesso online em 20 de maio de 2021.

camente, além de apontar pistas para a reelaboração das noções sociais que estruturam a realidade urbana. Com isso, foram produzidas observações iniciais nas regiões de maior concentração da população em situação de rua, e delas ilustrações dos deslocamentos como registro no plano geográfico. A seguir, apresentam-se narrativas que fundam a reflexão aqui travada, durante observação feita ano de 2019:

Figura 1 – Territórios com maior concentração PopRua



(Fonte, Censo 2017 Prefeitura de São Paulo), grifo deslocamento Bolinha – Subprefeitura Pinheiros. Figura 2 – Territórios com maior concentração PopRua (Fonte, Censo 2017 Prefeitura de São Paulo), grifo deslocamento Omã – Subprefeitura Santa Cecília. Acervo da autora, Ilustração Carolina Clasen, 2020
Acervo da autora, Ilustração Carolina Clasen, 2020

O deslocamento marcado na Figura 1 foi realizado por Bolinha, oito anos. Percorreu seis quilômetros da Avenida Paulista até chegar ao Largo da Batata no entardecer. Usava chinelos maiores que os pés e carregava uma sacola plástica na mão. Veio para a rua com o pai. Da praça onde conversávamos, apontou uma escola próxima. “Eu gosto muito daqui e, no final da tarde, tem a saída da escola”, disse. De maneira assertiva, compartilhou seus trajetos cotidianos sendo categórico nas relações com o espaço, implicadas pela presença da polícia e de estabelecimentos comerciais. Estávamos discutindo tendências do urbanismo contemporâneo. Compartilhei também alguns desgostos pela praça. Nesse dia, pude perceber a

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

capacidade que a infância tem de impulsionar processos para a transformação social, reafirmando sua postura questionadora. No segundo trajeto ilustrado, Figura 2, é exposto o itinerário realizado na rotina de Omã, seis anos. O território em questão é percorrido em função de maior fluxo do trânsito e da organização do seu grupo familiar — que se dá pela distribuição de comida feita por ONGs. Antecedido por duas gerações em situação de rua, os lugares de interação desta criança são marcados pela oferta de mão-de-obra no cuidado de automóveis e de alimento. Ao longo deste trajeto, a conversa sobre a cidade e a relação indireta com a brincadeira, é marcada pela decisão de interrompê-la: “Eu não quero mais falar, tia”, ele diz.

Desses percursos iniciais, feitos com atenção aos gestos expressos no cotidiano, como investigação de quem vasculha, acompanha, esmiúça e se demora, surgiram os primeiros questionamentos do ensaio exposto, com principal atenção aos elementos narrativos trazidos por estas duas crianças. Com meu caminho de pesquisa realizado no campo da arte e do urbanismo, articulados pelo pensamento da filosofia francesa contemporânea, a observação e convívio com essas experiências, estabeleceram um ponto cardeal ao devir urbano, no que diz respeito a uma via “por onde uma língua escapa, um animal enxerta; um agenciamento se instala” (Deleuze; 2014, p. 53). A postura, as características e mesmo as nítidas invenções que os dois casos trouxeram, contribuem para as questões iniciais sobre os relatos junto às leituras de Giorgio Agamben (1942) quando, segundo o filósofo, a infância, a cultura e a história são concepções elaboradas sobre o tempo e resultam numa incisiva “implicação de representações espaciais e experiência temporal” (Agamben, 2005, p. 119). Também acompanhando o pensamento de Agamben, a decisão de não verbalizar a experiência, ou ainda, a negação da negação (Agamben, 2005), são atitudes que deslocam o pensamento para uma abertura, posto que se destitui da substância e se apresenta a intensidade. Nessa reflexão, compreende-se uma abertura da experiência da infância que estava indicada nos relatos, nos gestos ou ainda, a deposição não da experiência, mas da nomeação dela — da intenção de encerrá-la — em detrimento de um campo que “está para além tanto do conhecer

quanto do não-conhecer (...) Mas aquilo que é deixado ser fora do ser não é, por isto, negado ou removido, não é, por isto, inexistente.” (Agamben, 2017, p. 743).

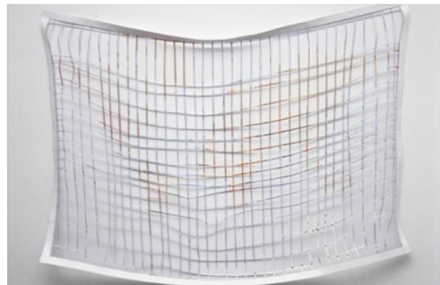
Logo, nos acompanhamentos dos itinerários, ficam latentes importantes pontos de inflexão sobre sistemas representativos dos territórios, quando “o que é possível pôr por escrito são algumas senhas desse grande jogo” (Debord, 1954), onde o mapa deve aparecer não como “entrada pela porta de um novo e eterno mundo (o mundo pós-histórico), mas as coisas exatamente como elas são, apenas um pouco fora do lugar” (Agamben, 2009, p.11). Além disso, existe o interesse por uma abordagem onde os deslocamentos mapeados se apresentam como articulação interdisciplinar a fim de impor uma alteridade radical, por exemplo, retirando o espaço construído do circuito mapeado. Por uma reflexão comprometida com esta articulação interdisciplinar, capaz de dar a ver outros planos nas abordagens do território, a produção do artista Jorge Macchi (1963) apresenta em sua obra mapas cuja principal informação exposta é a das vias de passagens e de fluxos, ou da perda dos pontos de referência. Nas figuras a seguir (Figura 3 e Figura 4) são vistos trabalhos que extrapolam a funcionalidade de apontar um destino e expõem um território a ser preenchido pelos diálogos que a obra poderá estabelecer.

Figura 3 - Guía de la, inmovilidad 2003.



Fonte: jorgemacchi.com/
Guía de calles de Buenos Aires,
20 x 30 cm. Jorge Macchi.

Figura 4 - Missing Points (2007).



Papel.140 x 160 x 6 cm.
Jorge Macchi.

Nas instalações do artista, na relação entre o espaço e seus planos contidos é fundamental considerar que “sua destruição

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

está sempre, de certa forma, no horizonte, muitas vezes com sua geometria ortogonal sutilmente posta em cheque.” (Macchi, 2016). É adequado que a produção narrativa seja articulada sobretudo com outros suportes, cujas caracterizações simbólicas tenham a habilidade de expressar o esgotamento, o dissidente e a vida. São estes mapeamentos que exprimem a ausência e intentam a abertura.

As ilustrações dos deslocamentos produzidos com as crianças foram incorporadas a este ensaio como movimentos progressos e implicados diretamente pela experiência do deslocamento, localizando-os nos territórios vigentes no censo. Retomar as Figuras 1 e 2 junto aos áudios e diários produzidos, instigam a busca por pistas discursivas da interposição dos dados quantitativos com a expressão cotidiana. Assim também, identificar as lacunas da produção do campo quanto ao tema das narrativas, corrobora uma reflexão fundamental sobre a interposição de diferentes planos narrativos. Aproximar-se da fruição da arte e das durações da experiência, assentam o percurso investigativo “da narrativa do historiador na forma de discurso estético que adota para si, coloca em cena – sem mediação – presentes e passados sob diferentes modos de articulação, cortes, colagens, escolhas, remontagens de tempos.” (Pereira, 2017, p.162).

Na identificação desta abertura da experiência, vale retomar a invisibilização das presenças destas crianças e, sobretudo, a decisão delas sobre não operar um modo de vida imposto, onde a terminologia que identifica e avalia as condições das infâncias impõe resultados que encerram seus paradigmas. Contrapor tais estratégias de pensamento é avançar a partir da infância nas discussões do campo dos estudos historiográficos, como proposta de uma constituição comum. O arquiteto Aldo Van Eyck (1918-1999) contestou o funcionalismo em detrimento dos lugares e ocasiões, colaborando para uma discussão urbana refundada a partir de playgrounds (Clasen, 2018). Percebe-se daí a infância como habilidade de articular diferentes dimensões do território, produzindo formas urbanas abertas e, por consequência, uma abertura narrativa. Quando Macchi se propõe a mapear o movimento, traz à luz um debate urbano que embora esteja debruçado incessantemente

sobre o trânsito, não dá conta de fluxos, movimentos e itinerários coletivos. Por este ângulo, abrir os arquivos históricos que designam e regem o tema, articular e atualizar as narrativas pelas práticas dos bandos de crianças abre um rasgo decisivo por uma perspectiva contemporânea.

A fim de subsidiar tal atualização dos planos narrativos que configuram a história comum, as infâncias em situação de rua contribuem para um debate social, econômico e político quando vistas sob três documentos: a) Lei No 2.040 (1871); b) o Decreto 7.053 (2009); e c) Decreto no 9.894 (2019). Esses arquivos legais são trazidos por sua relação direta e interseccional inerentes ao tema exposto. Em 1871, a Lei do Ventre-Livre, institui no seu Art.1o que “os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre” (1871). Inauguram-se neste período os primeiros relatos de “menores- abandonados” acolhidos pela Santa Casa de Misericórdia (Rizzini; Pilotti, 2011). O seguinte documento é um decreto que baliza a Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009, como marco legal fundamental para a construção de uma agenda voltada para estas crianças. No terceiro, um documento atual revoga as incipientes políticas consolidadas até então. A análise conjuntural destes documentos esparsos, expõe a assinatura de um processo histórico que se consolida pelas vozes dos vencedores (Benjamin, 1929). No documento de 2019, a revogação instituída por uma estrutura estatal fascistóide é uma pequena amostra da aniquilação dos direitos de vozes minoritárias e, por isso, é um documento fundamental para a atualização do debate. Está aqui uma retomada do comum pela sua fratura, pelos colapsos e pelas rupturas que contribuem para revolver uma linearidade histórica.

Acredita-se com isso que a produção do cotidiano da população em situação de rua, sobretudo das crianças inseridas nesse recorte populacional, tem vocação para a mudança, acompanhando a aposta no devir. Ou seja, apesar de não estarem alheias à realidade do modo de produção capitalista, possuem estrutura adversa às relações institucionais subordinadas a este sistema. Marcadas por uma constituição simbólica apartada e sob diagnóstico social

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

que ignora sua percepção de mundo, podem inclusive ser tratadas como delirantes, posto que “o fenômeno do delírio nunca é a própria reprodução imaginária de uma história familiar em torno de uma falta. Ao contrário, ele é um excedente da história, uma vasta deriva da história universal (Certeau, 2014)”. Elas consomem imagens, reiteram relações capitalísticas de consumo e desigualdade, mas não deixam de enfrentar os discursos incisivos de opressão e violação dos seus direitos. Se para Lefebvre (1961) a cotidianidade se configura na fragmentação do vivido e o urbano consolida as categorias de trabalho, vida privada e lazer. É a criança em situação de rua, na sua rotina de incertezas e negociação incessante com a vida pública, que realiza a experiência cotidiana confrontando a metrópole.

Uma das acepções que o ensaio buscou articular com a escuta das vozes das infâncias em situação de rua, é travada pela Teoria do Gesto (Magnavita, 2016). Assim como a amostra das duas crianças trazidas não opera nenhuma novidade representativa, apenas demonstra seu deslocamento como documento que articula diferentes escalas do recorte urbano em questão, os deslocamentos expõem a variante do corpo, pelo “gesto atual, objeto da atualização” (Magnavita, 2016, p. 221). O gesto, sobretudo, é um plano capaz de operar e não apenas de maneira dissensual, pois “trata-se de um novo entendimento, um desejável devir outro nos mil platôs da existência em sua dimensão social.” (Magnavita, 2016, p. 228)

Ainda abarcando uma contação da história urbana por esta gestualidade menor (Deleuze; 2014), importante defender um mapa que expresse a subjetivação instituída e instituidora dele, onde apareça “a relação afetiva das pessoas com a cidade e com o que ela contém – coisas, pessoas, memórias” (Bresciani, 2013, p. 118), permitindo que o mapa expresse “mais este material constitutivo da densidade urbana” (Bresciani, 2013, p. 118) em detrimento dos materiais representativos que reiteram a história urbana “da erradicação da sujeira, da peste, das sublevações possíveis, imaginárias ou efetivas” (Bresciani, 2013). A exemplo disso, os deslocamentos narrados por Carolina Maria de Jesus (1914- 1977) foram acolhidos, observando situações urbanas descritas no seu diário (Jesus, 2017),

como exercício de registro e mapeamento do seu gesto. Neste relato em questão, relatou acontecimentos do Canindé implicados pela rotina do futebol e dos seus passos, pela busca por papelão.

Por ser a infância em situação de rua um motivo de dupla passagem espaço-temporal, a compreensão da sua dinâmica nas metrópoles impõe uma ordem ético-estética (Guattari, 1989). Pois, enquanto não há uma delimitação espacial equivalente à realidade dos deslocamentos dessas crianças, não existe tampouco um marco cronológico que atenda suas temporalidades a não ser os acontecimentos, as ocorrências, as circunstâncias. Assim, a primeira pista para a reflexão é a de uma experimentação narrativa intrinsecamente articulada aos territórios existenciais narradores, seus movimentos e disjunções.

O engajamento das diferentes dimensões do mapa, da infância e do gesto, permite a reelaboração das noções urbanas tanto dos níveis mais singulares quanto aos mais coletivos. Dito isso, a situação de rua é tomada como plano de investigação, como situação do centro paulistano que permite exercitar constantemente um regime histórico por meio de outros testemunhos. Promovendo daí, percursos reflexivos que serão constituídos por narrativas afetivas, uma vez que “gruda tanto na subjetividade de seu enunciar quanto

Mais do que um relato sobre o cotidiano, o que Carolina Maria de Jesus opera é a criação como transbordamento extraordinário da metrópole. Relaciona-se diretamente com a cidade e sendo resultado da invisibilização, decompõem-se os territórios existenciais que configuram o cotidiano, permitindo que o deslocamento narrado expresse de maneira assertiva os componentes de subjetivação que o constituem. ao de seu destinatário e, ao fazê-lo, desqualifica a dicotomia enunciativa: locutor-auditor. (Guattari, 1989)” mirando decomposição do gesto em “uma polivalência, então, de componentes de semiotização que estão ainda em busca de sua consumação existencial” (Guattari, 1989) nos limiares de passagem.

Figura 5 - Ilustração do deslocamento narrado no dia 17 de julho.



Fonte: Quarto de Despejo (Jesus, 2017). Autora: Carolina Clasen, 2021

Dado que o desenvolvimento desta reflexão considera o impacto que a produção capitalística produz sobre a infância, resultando na naturalização da situação de crianças vivendo na rua e nos resultados que a financeirização do espaço é capaz de negociar com esses cotidianos, as narrações afetivas são trazidas para grifar um lastro histórico de negação dos espaços. Diante do exposto e emergência que a atualidade política, social e econômica impõe sobre o tema, o ensaio apresenta-se assentado em uma práxis abissal como via para novos arranjos do debate urbano. O estudo visa construir um campo de potências e não de possibilidades para colocar em diálogo. Ou seja, a demonstração da situação de rua parte dos limites do processo de mapeamento e direciona seus questionamentos para sua contribuição na história urbana. Os movimentos narrados contribuem para a afirmação do espaço urbano como convívio, reivindica a constituição de um comum heterogêneo, do cotidiano como realização ético-estética e da implantação de cidades capazes de incorporar diferentes ideias, escalas e vozes no seu escopo.

Reivindicar o espaço vivido para debater o urbano

Com o objetivo de mapear os deslocamentos das infâncias em situação de rua no centro expandido de São Paulo, o ensaio discute a problematização dos paradigmas de representação da cidade contemporânea a partir da vivência destas crianças, a fim de atualizar as noções historiográficas. A síntese bibliográfica que integra os conteúdos localizados no vértice entre os elementos crianças e situação de rua, demonstra a urgência de dar visibilidade aos gestos de resistência, como narradores da vida urbana. Na sobreposição de campos, prevalecem investigações cujo recorte etário é acompanhado de problematização histórica sobre a homogeneização da infância e, com isso, é apresentada uma demanda singular de análise, posto que as crianças inseridas no estudo são destituídas das definições denominadas majoritariamente nos debates temáticos da infância. Elas não são apartadas apenas das rotinas da casa, mas também da composição típica que acompanha a formação e o desenvolvimento moral. São excluídas das principais estratégias de gestão da esfera pública e historicamente designadas como o são as populações à margem: “(...) última categoria. Não são aqui mais que um elemento extra do entorno: matéria selvagem a ser pacificada com a força da lei.” (GN, 2019, p. 32).

As narrativas expostas na situação de rua apresentam a cidade extemporânea, ocasional e indeterminada, possibilitando a aproximação direta com os afetos que constroem a vida urbana e não apenas o modo de operar que o materializa, já que “o relato não exprime uma prática. Não se contenta em dizer de um movimento. Ele o faz.” (Certeau, 2014, p. 144, grifo do autor). É indispensável investigar a potência não apenas das narrações na elaboração dos mapas, mas a infância urbana como uma prática narrativa contemporânea. A busca por explorar a produção de narrações não especializadas ou, por assim dizer, de literaturas menores (Deleuze; 2014) sobre a cidade, auxilia a borrar noções simbólicas hegemônicas, quando postas em contraste.

A apreensão das trajetórias expressas nesses cotidianos contribui para o enfrentamento de uma historiografia que discute o planejamento, mas não considera os gestos urbanos que praticam o

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

espaço e menos ainda os que desviam dessa prática. O acolhimento de novos atores para a contribuição narrativa é elaboração de uma história ainda mais próxima do comum urbano, uma vez que a narratividade não é exposta aqui como uma contraprova da experiência urbana hegemônica, ela é matéria da experiência a partir das práticas espaciais dissidentes. Isto posto, buscar tais narrativas de uma produção espacial dissidente não é expor uma oposição ideológica, mas investir na decomposição de um conflito, “ultrapassando a pretensão de totalidade por meio desse duplo jogo entre o histórico e o trivial, o factual e o não factual” (Castro; Lira; Silva, 2020, p. 56)

Trazer como tema as infâncias em situação de rua e sua relação com o cotidiano do centro da cidade de São Paulo, expõe ao campo disciplinar urbanístico fraturas dos arquivos, instituições, vozes e gestos que o fundamentam. O mapeamento proposto é também o direito à memória, o direito ao delírio como processo coletivo deformador da urbanização. Em consequência disso, é importante corroborar os gestos urbanos como dimensão representativa e, mais que isso, como possibilidade de ocupação das ruínas históricas e não em detrimento delas, mas a interposição gráfica — um remendo que articula a escala micro e a macro. Trata-se de retornar ao inefável como aberto, tendo as rupturas históricas como principal tarefa de uma revisão histórica comprometida com as situações de rua. Colaborando com uma prática urbana que, segundo Francesco Careri (1966) deve ocupar-se em “religar e remendar os fragmentos, “saturar” e “suturar” os vazios com novas formas de ordem, muitas vezes extraídas da qualidade da cidade histórica.” (Careri, 2013). Como isso, dedicar atenção como na tarefa d’A Noite dos Proletários (1988): “(...) não se trata de raspar as imagens para que o verdadeiro apareça, mas fazer com que se mexam para que outras figuras possam ser compostas e decompostas” (Ranciere, 1988, p.23).

A partir das noções na literatura aqui mobilizada, as trajetórias retomam as áreas de intersecção dos campos como limiar, fratura e descontinuidade, considerando a possibilidade de abrir os arquivos e remontar o presente como um processo contínuo de produção de uma pesquisa. A problematização das vozes que contam a história urbana busca escutá-las, debruçando-se em um processo de escavação das topografias exprimidas nestes relatos. Isto porque,

segundo Certeau (2014) “apreender as táticas dos usuários que astuciosamente jogam com as “ocasiões” e que, por esses acontecimentos-armadilha, lapsos da visibilidade, reintroduzem por toda a parte as opacidades da história.” (Certeau, 2014, p. 160). Além disso, parece fundamental reiterar o espaço que as diversas infâncias vêm ganhando na discussão, oportunizando que expressões historicamente invisíveis componham esse recorte, já que “praticar o espaço é, portanto, repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância. É, no lugar, ser o outro e passar ao outro.” (Certeau, 2014, 177). Além de uma mirada para a infância por ela mesma, em convergência com o pensamento de Paulo Freire, a tarefa da produção de conhecimento é enfatizar as vozes “da resistência da indignação da ‘justa ira’, dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.” (Freire, 1998, p.114)

Como visto na exposição dos trajetos pela Figura 1, Figura 2 e Figura 5 a elaboração das ilustrações por meio das narrativas enunciadas pelo gesto, apresenta não só um percurso pelo espaço urbano, mas a cidade é posta como corporalidade em movimento — suas dimensões de matéria e memória. Ou seja, trabalhar a composição dos mapas que emergem dos relatos, dos afetos e dos registros dos cotidianos das infâncias produzem um outro tipo de testemunho para a história urbana. Para tanto, os questionamentos que acompanham esta reflexão vão de encontro às fontes de pesquisa impostas ao saber do campo disciplinar urbano. Como demonstra o trabalho dos escutadores¹³, mas também nos relatos da obra narrativa da Figura 5, a construção destes mapas esmiúça uma experiência achatada e colocam em evidência seus meandros. Tanto possível que, no limite do abandono, as narrativas possam produzir uma análise dos territórios homogeneizantes justamente pelo seu negativo. Pelo gesto que resta. Pelo lastro. Pelo vestígio.

Também é fundamental perceber que esse mapeamento do centro se dá como produto da história contemporânea, enfatizado como elemento narrativo que produz:

13 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para População em Situação de Rua oferecido pelo Centro de Referência e Assistência Social da Prefeitura de São Paulo.

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

uma ruptura, uma irrupção, uma brecha que quebra a continuidade de uma personalidade, arrastando-a numa espécie de viagem através de um mais de realidade intenso e assustador, seguindo linhas de fuga onde natureza e história, organismo e espírito se devoram. É isso que está em jogo entre os órgãos-máquinas esquizofrênicos, o corpo sem órgãos e os fluxos de intensidade sobre esse corpo, operando todo um ramal de máquinas e toda uma deriva da história. (Deleuze; 2016, p. 93)

Dar relevo para os gestos urbanos que narram a história e são vistos como desvios, diagnosticados como equívocos, patologizados, faz parte de uma aposta acerca da temática da infância e suas vozes correlatas, onde o escopo compreende as narrativas técnicas e não técnicas, como modo de operar a cidade contemporânea. A história é uma rede e não uma via, algo “essencial se joga nessa historicidade cotidiana, indissociável da Existência dos sujeitos que são os atores e autores de operações conjunturais.” (Certeau; 2014, p.77). Portanto, a hipótese apresentada para o campo historiográfico tem em sua premissa uma dimensão narrativa expressa como documento que contesta os discursos hegemônicos acumulados de códigos racistas, fascistas e colonialistas. Com base nessas experiências o que as infâncias em situação de rua denunciam na história das cidades? Quais fraturas da historiografia contemporânea são evidenciadas pelos mapas elaborados com estas crianças?

Se, até o presente momento, intenta-se restaurar os códigos de reprodução do espaço a fim de operar mecanismos muito precisos de natureza econômica, social e política, mapear os fluxos da restauração dos códigos e da invenção de territorialidades na relação direta com o cotidiano em questão é a tarefa fundamental do ensaio apresentado. Para tanto, é necessário articular as estruturas sociais incisivas que amputam a infância dela mesma, expondo uma organização das infâncias urbanas como segunda voz e, por isso mesmo, contemporânea. Talvez o mais importante seja apontar possibilidades para exercitar uma urbanidade contemporânea diante dos aspectos da subjetividade, da sensibilidade e da afetividade das crianças em situação de rua, e não mais reivindicar os territórios que já conhecemos.

Portando como matéria de estudo os deslocamentos pelo centro expandido da cidade de São Paulo, o material prévio experimen-

tal produzido a partir dos primeiros questionamentos do ensaio indica observações no território e inserção potente da escuta como metodologia de pesquisa dos cotidianos, “na condição de quem emerge da cotidianidade” (Freire, 1989, p. 27). Em vista disso, mobiliza-se um breve relato dos dias de observação, em que o audiovisual aparece como instrumento e auxilia a dilatar, motivar e ensaiar um conjunto de estratégias metodológicas e procedimentos para o estudo nesta relação direta com a rua, com interfaces entre campos disciplinares da arte e da filosofia. Uma varredura abrangendo diferentes metodologias utilizadas em pesquisas com crianças, deixa nítida a força da escuta e o espaço cada vez mais amplo que essa técnica de atenção deve ter nas investigações sobre o tema. Sobretudo, porque na escrita aqui proposta trata-se de conviver, “mergulhar no mundo cotidiano do menino para sair dele como menino” (Freire, 1989, p. 27). Nas tarefas iniciais do desenvolvimento metodológico, existe a compreensão de que é preciso “tomar a cotidianidade como ponto de partida e não como ponto de chegada” (Freire, 1989, p. 26), quando um dos planos deste trabalho é testemunhar, formar na prática do conhecimento do real e não apenas do dar-se conta do real (Freire, 1989, p. 27).

Clarice Cohn realizou uma revisão epistemológica do método de pesquisa com e sobre crianças. Além de considerar os diferentes contextos em que o tema está submetido, a antropóloga da infância ocasiona uma reflexão sobre a postura de aproximação das ações investigativas e das crianças, perguntando: como o pesquisador pode chegar além de suas próprias concepções? No desenvolvimento deste questionamento, reitera um caminho de pesquisa com infância que se pergunte “como pode-se chegar a ver e ouvir as crianças que não aceitam passivamente a visão que os adultos têm delas e que criam novas realidades nos interstícios dos esforços tutelares e de intervenção?” (Cohn, 2016).

A escuta é um meio de suprir a insuficiência dos dados quantitativos acerca da realidade do recorte e os limites para obtê-los. Buscou-se compreender a realidade da rotina dos Escutadores, onde obteve-se relatos dos profissionais de assistência social cuja atividade é aproximar-se das crianças em situação de rua e escutá-las. Em um dos relatos que recebidos, a escuta aparecia como

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

uma estratégia de apaziguamento com um recorte de infâncias que é “mais sofridos, mais violentados, mais proibidos de ser” (Freire, 1989, p. 29), o que torna emergente um fazer metodológico articulado com os acontecimentos e retoma a condição “quando se pretende escrever uma espécie de história urbana pelo avesso as imagens em anteparo darão conta dessa narrativa?” (Velloso, 2016).

As abordagens preambulares foram feitas como investida na escuta e inserção nesta cotidianidade como elemento metodológico, apostando no lançamento de iscas conceituais que as crianças produzem em suas narrativas, na busca por uma colaboração crítica e consciente. Acredita-se que estar na rua como “exigência de tornar tal cotidianidade como objeto de reflexos teóricos” (Freire, 1989, p. 27) é oferecer a si mesmo para a elaboração de um material como produção de testemunhos históricos mas, sobretudo, artísticos e afetivos, pois é um “material que está aí para tornar audível uma força que não seria audível por si mesma, a saber, o tempo, a duração e até mesmo a intensidade. Ao par matéria-forma, substitui-se matéria-forças.” (Deleuze; 2016, p. 166, grifo do autor). A fim de compor um mapa gestual do espaço praticado, a investigação propõe-se a fazê-lo “ligando gestos e passos, abrindo rumos e direções” (Certeau, 2014, p.172) possibilitando que tais noções operem “ao mesmo título de um esvaziamento e de um desgaste do seu significado primário” da forma urbana. Esse exercício, risca uma nova realidade e arrisca novos modos de vida capazes de produzir espaços mais liberados, ocupáveis. Mais do que nunca, o que emerge da discussão metodológica de apreensão das situações de rua é sua virtude de “uma rica indeterminação, mediante a rarefação semântica, a função de articular uma geografia segunda, poética, sobre a geografia do sentido literal, proibido ou permitido.” (Certeau, 2014, p. 172)

Elaborar um mapa pressupõe representar uma localidade, escrever uma carta, narrar um território, mas também expandir as afetações que a rua causou no corpo para além de sua sintaxe a fim de comunicar dada circunscrição a outrem. Fincada na filosofia francesa contemporânea, a cartografia afetiva se compromete intimamente com a complexidade dos territórios. Gilles Deleuze e Félix Guattari são precursores de procedimentos metodológicos que abrangem acontecimentos capazes de descrever e caracterizar

os mapas elaborados através da cartografia em intensidades. Em sua obra coletiva “Mil Platôs” (1980), esses filósofos exemplificam algumas maneiras de constituir e utilizar um mapa, podendo ser rasgado e produzido por um indivíduo, um grupo, uma formação social (Deleuze; Guattari, 1995, p. 21). A cartografia pode ser entendida como uma captura das reflexões em relação ao tema, território e/ou experiência afetiva. Dessa forma, abre brechas para a consolidação de composições teóricas que discutem as formas de vida das múltiplas infâncias inseridas no recorte, adversas às noções de infância construídas pelas formas de vida do capitalismo moderno. É preciso entender que as crianças nessa situação assumem cotidianos contemporâneos para a manutenção da máquina (Deleuze; Guattari, 1997) e esta é sua principal contribuição para a constituição do comum. Elas são inseridas criticamente, minorizadas, mas mantidas na sua incapacidade cívica para reiteração das relações de poder.

A filosofia deleuze-guattariana operou a natureza do desejo em seus fluxos molares e moleculares (Deleuze; Guattari, 1995). Esses fluxos se deslocam entre planos continuamente cativados pelas instituições de poder e desestruturam os vínculos entre moeda e mercadoria e entre produção e trabalho, apresentando a dimensão potente do urbano partindo do processo simbólico de um alter cotidiano. Ainda buscando exercitar a narrativa na construção do mapa com os percursos infantis, resgata-se o ensaio “Cartografar, construir, inventar – notas para uma epistemologia do encaminhamento do projeto”, no qual Besse (2014) expõe a relação da cartografia e da lógica do pensamento inventivo. Isso significa que pensar o mapa, narrá-lo e produzi-lo, subentende processos de invenção (Besse, 2014, p. 145) e, a partir daí, inspiração para novas perspectivas para discutir as cidades e as infâncias.

Considerações finais

Como forma de olhar para as narrações como matérias estéticas e descritivas, é fundamental recusar qualquer idealização como movimento analítico, buscando nos mapas um amparo para uma apreensão de gestos que compreendem as noções históricas

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

do cotidiano. Por isso, a utilização da cartografia trama uma aproximação dos olhares, dos corpos e das intensidades da experiência. A análise dos resultados é pautada pela busca da dimensão gestual do mapa, assumindo a ótica do exercício do combate direto da infantaria para averiguação das estruturas simbólicas capturadas. Não sem considerar as circunstâncias, mas acirrar seus marcos considerando que a “História não é isso. A História não é em tudo poderosa. Mas, nesse fazer a História e ser feitos por ela, se instalam os limites.” (Freire, 1989, p. 30). Para adentrar tais questões, será retomada a ideia de topologia produzida pela infância, destacando as partituras corporais que as crianças em situação de rua exercem como prática dos seus cotidianos diante dessa constituição simbólica heterogênea. Nessa direção, a composição dos mapas se dá em constante redesenho por meio da cotidianidade, como proposta de uma possibilidade ensaística metodológica trazendo os mapas como condição aberta (Bassani, 2012) e “que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante na recuperação de sua humanidade” (Freire, 2003). Investigando registros, compondo mapas dos caminhos percorridos, produzindo narrações audiovisuais e acolhendo insurgências no convívio com as rotinas destas crianças, a pesquisa dedica-se para as características topológicas inseridas nos gestos e vozes da infância na rua. Existe essa intenção de um movimento continuado de redesenhar os mapas, que é o de fazê-lo constantemente como parte da natureza da prática, e nessa análise constante também se nutre a prática, quando “quem pratica se detém com uma distância da prática e se pergunta melhor sobre a prática toda” (Freire, p. 24).

É durante o movimento analítico que os mapas são trazidos como matéria de estudo, rerepresentando o centro expandido da cidade de São Paulo, a partir das narrações como território a ser atualizado. Objetivando trazer as noções dedicadas para a representação com valores e percepções frequentes neste recorte, será necessário perceber os realces simbólicos, apreender as formas culturais e os modos de vida presentes nesta gestologia. Posteriormente às observações e à aproximação com os mapas, a reflexão enfatiza três objetivos específicos: a) contrapor as caracterizações hegemônicas da história a partir das narrativas dissidentes; b); identificar

os territórios existenciais expostos pelas crianças em situação de rua, a partir dos funtores (1989) do autor Félix Guattari; c) traçar relações possíveis entre as narrações e a história urbana. A análise, e mesmo o processo de acompanhamento desta dimensão do vivido, é importante tanto para compreender essas demandas singulares quanto para mapear suas dinâmicas, contribuindo diretamente para o acirramento dos limites do cotidiano por meio de práticas coletivas e, fundamentalmente, estéticas.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. AGAMBEN, Giorgio. **O aberto: o homem e o animal**. Tradução de Pedro Mendes –2a ed. – Edição revista –Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ALVES, P. **Infância, tempo e atividades cotidianas de crianças em situação de rua: As contribuições da Teoria dos Sistemas Ecológicos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

ALVES, P. **Brinquedo, trabalho, espaço e companhia de atividades lúdicas no relato de crianças em situação de rua**. *Psico*, 32(2), 47-71. 2001.

ALVIM, M. R. B. & Valladares, L. P. (1988). **Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura**. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais, 26, 3-37.

BASSANI, Jorge. PDP: M.A.P.O.G.R.A.F.I.A. In: PDP: **Mapografias: IV Workshop Internacional RED_PUC**[S.l: s.n.], 2012.

BEGNAMI, Patrícia. As crianças como interlocutoras das pesquisas antropológicas. In: **II Seminário de grupos de pesquisa sobre crianças e infâncias**. Rio de Janeiro, 2010.

BANDEIRA, D. R., Koller, S. H., Hutz, C. S. & Forster, L. O cotidiano de meninos e meninas de rua. Em **XVII International School Psychology Colloquium**, Campinas, São Paulo: ABRAPPEE.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BONAMIGO, L. R. (1996). O trabalho e a construção da identidade: um estudo sobre meninos trabalhadores na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 129-152.

CALAF, Priscila P. **Criança faz criança: (des)construindo sexualidade e infância com meninos e meninas de rua**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), 2008.

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 11.258**, de 30 de dezembro de 2005 que altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e Gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto no 7.053**, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília, DF: 2009

BRITTO, Fabiana Dultra. **Corporidade: gestos urbanos / Fabiana Dultra Britto; Paola Berenstein Jacques**. - Salvador: Edufba, 2017

CASTRO, Ana veiga; LIRA, José Tavares; SILVA, Joana Mello de Carvalho. **Nebulosas do pensamento urbanístico**. – Salvador : EDUFBA, 2020. Narrar por experiências: Intrigas, história e cidade. In: Tomo III Modos de narrar / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira, Josianne Francia Cerasoli (organizadoras), 2020. p. 54-85

CARLOS, A. **Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial**. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), 23(3), 458-477. 2019

CARRIZOSA, S. O. & Poertner, J. (1992). Latin American street children: problem, programmes and critique. **International Social Work**, 35, 405-413.

CARVALHO, D. B. B. (1999). **A reconstrução da categoria “criança e adolescente em situação de rua” na história social da infância e no âmbito do Projeto Brasília**. Em D. B.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSGROVE, J. G. (1990). Towards a working definition of street children. **International Social Work**, 33, 185-192.

- Craidy, C. M. (1999). **Meninos de rua e analfabetismo**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança** / Clarice Cohn. -- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 10, n. 9, p. 13-26, 2000.
- Conselho Noturno. **Um Habitar Mais Forte Que A Metropole**. Glac Edições: 2019
- DELEUZE, Gilles. O que as crianças dizem? In: G. Deleuze (Org.). **Crítica e clínica** (pp. 73-79). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Dois Regimes de Loucos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2016.
- DEBORD, Guy E. Fillon, Jacques. Resumé 1954. **Boletim Potlatch 14**, 1954 Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990
- FERREIRA, R. M. F. **Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo, SP: IBREX. 1979.
- FORSTER, L., BARROS, H., Tannhauser, S. & Tannhauser, M. **Meninos na rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas**. Revista da ABP-APAL, 14, 115-120. 1992 Pedagogia do Oprimido, 35a edição, Paz e Terra, São Paulo, 2003.
- FREIRE, Paulo e SHOR, **Ira, Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**, 2a Edição, São Paulo, 1987.
- HUTZ, C. S. & Koller, S. H. Methodological and ethical issues in research with street children. **New Directions for Child and Adolescent Development**, 85, 59-70. 1999.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2017.
- KOSOF, A. (1988). Homeless in America. New York: Franklin Watts. Lusk, M. W. Street children programs in Latin America. **Journal of Sociology and Social Welfare**, 16, 55-77. 1989.
- KASTRUP, Virginia. PASSOS, Eduardo. ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- KANDINSKY, V. **Du spirituel dans l'art**, Paris: Denoel. 1969
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original). Le production de le'space, 4a Ed. Paris Editions. Antrophos, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Traçando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)**. 2016. 371 f., il. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Capítulo 7 - São Paulo em situação de rua: um estudo por meio de mapas, gestos e infâncias

FREIRE, Paulo. **Educadores de Rua: uma abordagem crítica**. UNICEF. Bogotá: Gente Nueva, 1989.

MACCHI, Jorge. **Music Stands Still**. Gent: S.M.A.C.K., 2011.

MACCHI, Jorge. Site Oficial: <http://www.jorgemacchi.com/>

MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade: A saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade (dissertação)**. Universidade São Marcos, São Paulo, SP, Brasil. 2006.

MARTINS, R. A. **Criança e adolescentes em situação de rua: Definições, evolução e políticas de atendimento**. Coletâneas da ANPEPP –1996

RAFFAELLI, M. (1996). **Crianças e adolescentes de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 123-128.

RAFFAELLI, M., Koller, S. H., Reppold, C., Kuschick, M., Krum, F. & Bandeira, D. (2001). How do Brazilian youth experience “the street”? **Analysis of a sentence completion task**. *Childhood*, 8, 396-415.

ROSEMBERG, F. (1996). **Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 21-58. 1996.

SCANLON, T. J., Tomkins, A., Lynch, M. A. & Scanlon, F. Street children in Latin America [Versão Eletrônica]. *British Medical Journal*, 316, 1596-1600. 1998.

SICARI, A. A., Zanella, A. V. (2018). **Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão sistemática**. *Psicologia: Ciência e Pro ssão*, 38(4), 662-679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

SOUSA, Anne Gabriele Lima. **Eu sou de rua, mas também sou gente: intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB**. Recife, 2012.

SILVA, A. S., Reppold, C. T., Santos, C. L., Prade, L. T., Silva, M. R., Alves, P. B. & Koller, S. H. **Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 441-447. 1998.

SMOLLAR, J. Homeless youth in the United States: description and developmental issues. **New Directions for Child and Adolescent Development**, 85, 47-58. 1999.

SWART-KRUGER, J. **Crianças das ruas da África do Sul**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1996.

TYLER, F. B. & Tyler, S. L. Crianças de rua e dignidade humana. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 1996.

WILLIAMS, C. Who are “street children?” A hierarchy of street use and appropriate responses. **Child Abuse & Neglect**, 17, 831-841. 1993.

CAPÍTULO 8

Espacialidades de pertencimento e existência de um ‘outro’ carnaval na metrópole fluminense

Monique Bezerra da Silva¹

Introdução

O artigo ora proposto apresenta o substrato da pesquisa doutoral intitulada “As espacialidades de pertencimento e existência das turmas de fantasia da metrópole fluminense”, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. A pesquisa surgiu a partir do questionamento sobre a essência das experiências relacionais e dialogais entre sujeitos e seus territórios, tendo como referência a festa enquanto demarcação espaço-temporal de uma manifestação cultural situada.

As festas são expressões multifuncionais no ambiente geográfico, encontrados em todas as partes do mundo e em todas as sociedades, com origens que datam da Antiguidade. Tais festividades provocam uma gama de percepções entre os sujeitos celebrantes, estabelecendo novos compassos e hiatos na vida cotidiana. Nesse cenário, o pretérito e o porvir, como devir, recombina-se dialogicamente em espacialidades de pertença e existência.

Este trabalho tem como referência as ideias do geógrafo Paul Claval, sobretudo em sua obra “A Geografia Cultural” (2007). O conceito de “geograficidade” em seus estudos sobre festas é especialmente relevante para esta pesquisa. A edição temática “A cidade e a festa” da Revista Cidades, do Grupo de Estudos Urbanos - GEU, também contribuiu significativamente para este trabalho.

As obras mencionadas destacam a importância das festas como objeto de estudo na Geografia Cultural, proporcionando aná-

1 Universidade Federal Fluminense (UFF) - moniquebezerraadasilva@gmail.com - ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7801-3483>

Capítulo 8 - *Espacialidades de pertencimento e existência de um 'outro' carnaval na metrópole fluminense*

lises diversas e ricas sobre representações espaciais e a construção de subjetividades. Além disso, as festas são um objeto de estudo relevante na Geografia Urbana, pois refletem as expressões culturais e sociais da cidade e de seus habitantes. Elas permitem entender as dinâmicas sociais e econômicas de uma cidade, as relações de poder e o uso dos espaços públicos. As festas também são uma ferramenta para analisar a diversidade cultural e a integração social em uma cidade, bem como a forma como diferentes comunidades se relacionam e se expressam na cidade.

Nesse entendimento, as festas podem ser vistas como um geoindicador das relações que as sociedades tecem com seu território, pois estão ligadas às tradições, crenças e valores da comunidade e à forma como ela se relaciona com o espaço em que vive. As celebrações têm o poder de marcar acontecimentos históricos, religiosos ou culturais específicos e podem se manifestar em locais públicos, como praças ou parques, ou em ambientes privados, como templos religiosos ou lares. Ademais, é possível dizer que tais celebrações podem proporcionar um momento para a comunidade se reunir e estabelecer uma conexão com seu legado histórico e cultural.

Na visão do antropólogo Clifford Geertz (1973), a cultura é uma teia de significados compartilhados que guiam a existência humana e dá sentido às ações e interações sociais, interpretada através de símbolos e práticas que são significativas para os indivíduos e grupos dentro da sociedade. Dessa forma, é possível considerar a festa como um elemento integrante dessa teia de significados de uma sociedade, e não como um acontecimento isolado e ocasional em calendários cívicos e religiosos.

Portanto, é possível dizer que a festa carnavalesca é uma ferramenta valiosa para estudar questões sociais e mudanças dentro de uma comunidade, pois proporciona avizinhamentos e permite uma singularidade em termos de expressão e conexão. Nesse sentido, a festa se torna um laboratório de investigação geográfica (Alvares; Fonseca, 2011) com o intuito de observar e compreender a dinâmica de uma sociedade.

Levando em conta essas perspectivas, o tema desta pesquisa é o carnaval carioca, mundialmente famoso, considerado como o evento mais importante do calendário de festas na metrópole flu-

minense. Foliões ornamentam as ruas com seus blocos, ao mesmo tempo que multidões acompanham os suntuosos desfiles das escolas de samba na Avenida Marquês de Sapucaí. Também é no âmbito do carnaval que surge uma ‘outra’ parcela menos visível para além dos bens simbólicos ofertados: são sujeitos celebrantes que protagonizam o tema da presente pesquisa. Foliões mascarados organizados como turmas de fantasia, com diversas tipologias de estilos, sendo a categoria mais “famosa” conhecida como Bate-bolas.

Dito isso, esse singelo recorte da pesquisa doutoral que compõe o presente artigo propõe uma reflexão em consonância com o escopo do evento em tela através da lente dos afetos tanto nas dimensões geográficas como artísticas. O foco é a representatividade cultural das turmas de fantasia na composição do carnaval em periferias urbanas na metrópole fluminense. Esse estudo recorre às mediações socioespaciais para leitura e desvelamento de tal representatividade, dada a importância dos espaços e lugares não apenas como entidades físicas, mas também como entidades relacionais carregadas de afetos de pertencimento em seus territórios usados.

As culturas de grupos populares, como o funk e o hip hop, estão se tornando cada vez mais comuns em estudos acadêmicos. A presença marcante dessas culturas juvenis nas cidades contemporâneas - ligada à sua habilidade de expressar suas narrativas estéticas tanto fisicamente quanto virtualmente - tem contribuído significativamente para a visibilidade que elas alcançaram, apesar dos estigmas de violência e estereótipos de privação que as caracterizam profundamente. No entanto, algumas culturas que têm estado presentes na cidade por quase um século ainda não alcançaram a visibilidade sociopolítica que merecem; as turmas de fantasia são exemplos concretos disso.

Assim como os grupos de hip hop e funk, as turmas de fantasia também enfrentam estigmas generalizados de criminalização e violência, além da falta de reconhecimento de suas narrativas como valiosas, de acordo com o regime estético predominante. A principal diferença é a marcante invisibilidade que as turmas de fantasia experimentam quando comparadas a outros coletivos juvenis de territórios populares no cenário cultural urbano. Apesar das condições de desigualdade, vigilância e repressão, as turmas

de fantasia têm se expandido em termos de número de grupos e componentes. Além disso, elas se renovaram com a inclusão de bate-boletes (turmas femininas) e mascotes (turmas infantis), ampliando sua composição para incluir jovens mulheres e crianças.

É importante notar que as turmas em estudo são predominantemente masculinas. Suas estratégias de mobilização de recursos, em muitos casos, incluem festas com churrasco, jogos de futebol, bailes funk, rodas de samba e pagodes, reforçando o predomínio cisgênero. No entanto, com o surgimento de grupos femininos, a atividade passou a ter um caráter mais inclusivo e familiar, envolvendo muitas crianças. Isso permite observar a influência do caráter intergeracional da prática cultural em estudo, sobretudo por ter uma proximidade maior com experiências comunitárias ainda presentes nos territórios onde se localizam. Talvez seja esse o motivo e a motivação da tenacidade das turmas de fantasia no carnaval fluminense.

Apesar de todas as condições adversas, autoritárias e violentas, tanto simbólicas quanto físicas, essas turmas ganham destaque público a cada ano, a cada carnaval e em cada território onde se multiplicam. Merecem ser estudadas não apenas como exemplos de obstinação sociocultural diante da avassaladora “indústria cultural de consumo”.

Além de justificar a necessidade de estudos críticos, somos impulsionados a compreender as maneiras e processos pelos quais essas turmas criam seus repertórios estéticos, suas performances públicas, e como constroem de forma solidária e popular a produção de desfiles. De maneira especial, estamos interessados na forma como as turmas se apropriam e utilizam espaços que formam suas relações de pertencimento sociocultural nas periferias da metrópole fluminense.

Outros carnavais: turmas de fantasia e suas tipologias de estilos

Este estudo se concentra em uma manifestação cultural composta por foliões mascarados, conhecidos como ‘turmas de fantasia’, que são derivados das práticas dos antigos carnavais. Essas

turmas, com personagens variados como Palhaços, Caveiras, Diabos, Velhas, Gorilas, e particularmente os famosos Clóvis ou Bate-bolas, não recebem a mesma atenção da mídia que os desfiles das Escolas de Samba, apesar de serem centrais em suas regiões.

A festa das turmas de fantasia atinge seu ápice no carnaval, mas se estende ao longo do ano com festas fora de época. Apesar dos estigmas associados à festa e de serem predominantemente de regiões periféricas, esses foliões criam um sentido de pertencimento e tornam suas existências visíveis.

No carnaval, o uso de máscaras e fantasias, que incluem elementos distintos como macacão, casaco, bolero e outros acessórios, simboliza a libertação de normas sociais e proporciona uma catarse. Esses foliões se destacam na multidão, desfrutando do anonimato para brincar e interpretar personagens. A partir dos concursos de fantasia dos anos 1980, esses foliões mascarados ganharam maior destaque, com o Bate-bolas sendo a fantasia predominante. Existe outra categoria, chamada de “originalidades”, que engloba outros personagens mascarados que teriam surgido antes dos Bate-bolas.

Figura 1 - Tipologia de estilos



Fonte: Colagem – elaboração própria (Bezerra da Silva, 2023).

Em relação aos Bate-bolas, acredita-se que a tradição tenha origem na apropriação de interpretações carnavalescas por grupos populares incentivados pela burguesia carioca no início do século XX. Essas interpretações foram inspiradas nos renomados bailes de máscaras europeus e no uso de roupas de palhaço para “afrancesar” o carnaval. Além disso, existe a versão de que essa manifestação tem conexões com a cultura europeia e seus mascarados, devido à influência de imigrantes trabalhadores na construção da ferrovia Santa Cruz-Mangaratiba. Há uma provável ligação com os mascarados ibéricos, como os Caretos de Podence (Bezerra da Silva, 2023).

Entre as histórias de origem, a mais popular está ligada à presença dos alemães que construíram o Hangar do Zeppelin, localizado em Santa Cruz, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, na década de 1930. Acredita-se que essa influência se deve ao fato de os alemães terem o costume de se vestir de palhaços, usando máscaras de tela de arame com cabelos de algodão. O termo Clóvis pode estar relacionado com a palavra inglesa e alemã para ‘palhaço’, que é ‘clown’.

A fantasia se tornou popular e influenciou a brincadeira carnavalesca suburbana, principalmente com a ajuda do Matadouro de Santa Cruz, que fornecia as bolas usadas como adereços pelos foliões. Bexigas de boi eram secas ao sol e untadas antes de serem usadas na brincadeira. Com o fechamento do Matadouro, bolas de plástico começaram a ser usadas para compor o traje. Referências a esses foliões podem ser encontradas em ilustrações, crônicas e canções desde a década de 1920, ou seja, antes da construção do Hangar do Zeppelin, em 1934. Isso sugere que a versão mais provável está relacionada à influência do carnaval promovido pela burguesia carioca no início do século XX, uma espécie de reformulação da festa inspirada nos bailes europeus.

Figura 2 - Bexigas de boi e Hangar do Zeppelin, em Santa Cruz



Fonte: Colagem – elaboração própria (Bezerra da Silva, 2023).

Figura 3 - Bexigas plástico usadas atualmente



Fonte: Colagem – elaboração própria (Bezerra da Silva, 2023).

Existem similaridades em termos de gestos e performances com as brincadeiras do entrudo português, indicando, assim, outra fábula de origem e de ancestralidade apropriada. Existem também relatos de que escravos libertos e alforriados, perseguidos pela polícia, utilizavam as fantasias para brincar livremente durante o carnaval e transformavam o ato de bater as bolas no chão em um protesto contra a opressão nas ruas da cidade.

Capítulo 8 - Espacialidades de pertencimento e existência de um 'outro' carnaval na metrópole fluminense

Outra figura notável nesse contexto é a fantasia de pierrô - um personagem da *Commedia dell'Arte* que sofreu algumas adaptações locais e é comumente referido como "perrô". Segundo o administrador da página "Memórias dos Pierrôs" em uma rede social, a tradição vem dos Carnavais Antigos, da época dos corsos carnavalescos, com influência francesa. Ao contrário dos Bate-bolas, os Pierrôs nunca usaram bola, seu adereço distintivo sempre foi a sombrinha. Assim como os Bate-bolas, os pierrôs também apresentam uma variedade de estilos, dependendo da região em que se encontram (Bezerra da Silva, 2023).

Figura 4 - Tradição dos pierrôs



Fonte: Revista Careta.

Baseado na região de atuação, os Bate-bolas exibem estilos como: pirulito, rodado e saia, bujão, capa. Por outro lado, os pierrôs se manifestam nos seguintes estilos: perrô de quadro, rodado de lã, perrô rodado e perrô carnavalizado.

Figura 5 - Rodado de Lã e Perrô de Quadro



Fonte: Acervo – Memórias dos Pierrôs

A cultura Bate-bola é notavelmente diversa, abrangendo vários estilos, um fenômeno que a pesquisadora Aline Gualda Pereira, uma pioneira nos estudos sobre os Bate-bolas, denomina de “tramas simbólicas” (2008). A fantasia de Clóvis se tornou um ato coletivo, com a formação de grupos, conhecidos como ‘turmas’, que se fantasiam com temas anuais. Existem fantasias que, embora não sejam consideradas Bate-bola em si, fazem parte da tradição dessa manifestação cultural, como uma família de pertencimentos.

A pesquisadora Camila Serrão Pinto, do Dhis/PUC, retratou esses mascarados fluminenses em sua dissertação de mestrado, ilustrando essas variadas tipologias. No entanto, é importante ressaltar que este estudo se concentra nas manifestações que ocorrem na Região Metropolitana² do Rio de Janeiro.

Esta tradição é uma combinação de terror, arte e folia, com uma simbologia profundamente enraizada no imaginário dos subúrbios da metrópole. A questão que surge é: qual é a conexão entre a fantasia do Clóvis e o clown? Quais são as possíveis interconexões? Em vez de se concentrar no conceito de palhaço como um personagem

2 A área que engloba a cidade do Rio de Janeiro e seus municípios vizinhos é conhecida como Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esta região ocupa o segundo lugar em tamanho na América Latina e é a quarta maior do mundo. Inclui várias cidades, como Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, entre outras. No entanto, o Palhaço do Carnaval da Moita, famoso por suas roupas feitas de plantas nativas da Região Serrana do Rio de Janeiro, não está incluído neste estudo.

Capítulo 8 - Espacialidades de pertencimento e existência de um 'outro' carnaval na metrópole fluminense

com uma variedade de tipologias, optou-se pelo 'estado de clown', conforme descrito no livro "A arte de não interpretar como poesia corpórea o ator", de Renato Ferracini (1998). Ou seja, o clown não é um personagem, mas alguém que é honesto consigo mesmo.

Nesse sentido, o clown busca sinceridade e corporeidade em seu ridículo e ingenuidade, o que exige que o ator também explore esses estados humanos, transformando-os em corpo. O clown opera a partir de um estado orgânico que direciona todas as suas ações físicas, que são moldadas por sua relação com o espaço, os objetos ao seu redor, outros clowns, seu figurino e, principalmente, o público. Assim, a relação - real, verdadeira e humana - com tudo ao seu redor, incluindo o público, é um aspecto fundamental do trabalho do clown (Ferracini, 1998, p. 202).

Figura 6 - Pannel de mascarados do carnaval fluminense



Fonte: (Pinto, 2021).

Segundo Pereira (2008), as turmas de Bate-bolas são, de maneira geral, grupos que usam fantasias uniformes, incluindo um macacão, máscara e alguns acessórios. A performance desses grupos envolve a participação em carnavais de coreto e concursos de fantasias. Contudo, os carnavais contemporâneos desses grupos têm se tornado cada vez mais complexos, mutáveis e diversificados. A autora destaca três aspectos para distinguir as várias dimensões que compõem o universo das turmas: coletivo, material e performático. No aspecto coletivo, elementos como nome, emblema, hino, lema, bandeirão, camiseta e outros, além de eventos/resenhas e saídas fora de época, e páginas em redes sociais, contribuem para a simbologia da identidade coletiva das turmas. Quanto aos aspectos materiais, incluem-se o macacão, a capa, a casaca, o bolero, a máscara, as meias longas e as luvas; os calçados, a bexiga, a sombrinha, o bicho, entre outros. E, por fim, os aspectos performáticos englobam as festas, as saídas e os concursos.

Pereira também menciona os estilos como sistema de classificação, chamado por ela de tramas simbólicas: bola e bandeira, bicho e sombrinha, Emília, rastafári, bujão, e os mutantes (Pereira, 2008). Existem também outros mascarados, conhecidos como “originalidades”, cujas denominações são mostradas na figura 6.

Os Bate-bolas e os mascarados chamados de originalidades são personagens que rapidamente desenvolveram uma identidade única, singular e regional, mesmo tendo sido influenciados pela cultura colonial, bem como pelas culturas africanas e indígenas. A identidade regional e a localização desses grupos resultam em influências que vão além da cultura colonial europeia dominante. Um exemplo disso é o impacto notável da cultura africana na cultura dos Bate-bolas do Rio de Janeiro, que é claramente visível nos ritmos musicais (como funk e samba), na fusão religiosa dos participantes, nos rituais durante as saídas em grupo e nos temas de fantasia selecionados anualmente (Pinto, 2021).

Após introduzir os sujeitos da pesquisa e justificar a denominação ‘turmas de fantasia’ para os atos coletivos, passamos a situá-los suas espacialidades de pertencimento e existência. As fábulas apontam para uma tradição inventada, com raízes no bairro de Santa Cruz. Essa tradição, seja ela inventada ou imaginada, é que

as turmas estão presentes nos bairros das Zonas Norte e Oeste, assim como em municípios da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo. Portanto, é necessário considerar as espacialidades de recurso e abrigo dessas práticas de afirmação cultural dos 'outros' carnavais da metrópole fluminense.

Festejar, brincar e pertencer

As narrativas sobre o carnaval da periferia fluminense nos falam sobre um senso de cooperação e pertença, reinventando a celebração e a diversão como uma atividade social e coletiva. Embora ainda seja predominantemente masculino, esse 'outro' carnaval é, sobretudo, uma tradição familiar e intergeracional. Depois de contextualizar brevemente as fábulas de origem desta celebração na seção anterior, esta seção se concentrará nas dimensões espaciais das memórias, compreendendo sua centralidade na construção de reminiscências coletivas.

Uma prática intergeracional: famílias e pertencimentos

As lembranças e histórias orais geradas por esses indivíduos como uma atividade intergeracional são também formas de auto narrativa e narrativas de visibilidade, construídas através de relações dialógicas de experiências coletivas. Nesse contexto, a premissa é a troca de conhecimentos e práticas através de reinterpretções e redescobertas de histórias, costumes, heranças e ancestralidades. Em outras palavras, é um caleidoscópio de memórias, formado por famílias e pertencimentos, onde identidades são mobilizadas e reinterpretadas, formando cenários moldados por territorialidades expressas nas (des)(re)territorializações desses territórios.

Reconhecemos a importância de revisitar o passado através de suas interpretações e reinterpretções. Assim, exploraremos as dimensões espaciais das memórias, enfatizando sua importância na construção de reminiscências coletivas. A cultura é um conceito polissêmico. No entanto, para começar a refletir sobre a cultura como herança, referimo-nos ao pensamento de Paul Claval em seu livro "A Geografia Cultural" (2007).

Claval (2007) define a cultura como a soma dos comportamentos, conhecimentos, técnicas e valores acumulados pelos indivíduos ao longo de suas vidas e, em uma escala maior, pelos grupos aos quais pertencem. A cultura é uma herança transmitida de geração em geração, enraizada em um passado distante, ligado ao território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Portanto, não é um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos.

Claval (2007) também enfatiza que o conteúdo de cada cultura é singular, mas sempre há a presença de alguns componentes essenciais. Existe a partilha de códigos de transmissão, sobretudo em relação aos costumes cotidianos, técnicas de produção e procedimentos para garantir a sobrevivência e a reprodutibilidade. A adesão aos mesmos valores é justificada por ideais compartilhados. Garantir essa análise é um esforço do campo da geografia cultural. Segundo Claval (2007), a transmissão ocorre em várias etapas durante a infância e a adolescência, sendo a família um elemento essencial durante a primeira infância.

Claval (2007) discute como a transmissão de experiências coletivas e a origem das culturas ajudam a moldar as culturas locais e regionais. O autor enfatiza a importância do diálogo entre as culturas e sustenta que a cultura é formada pela interação entre indivíduos e grupos. Além disso, argumenta que a transmissão de experiências coletivas é um mecanismo para a formação de culturas, pois costumes, crenças e práticas são transmitidos de geração em geração, sendo assim reprodutivos.

Outro conceito com várias interpretações, crucial para a Geografia, é a ideia de território e territorialidade, que se relacionam com a espacialidade humana (Haesbaert, 2004). As territorialidades são entendidas como uma representação simbólica do território, formada a partir de uma visão relacional. Neste cenário, as relações de poder são essenciais, especialmente devido à sua natureza social e histórica. Além disso, é possível vincular o conceito de territorialidades à expressão da identidade territorial. O sentimento de pertencimento ao território é um componente vital na formação coletiva da identidade de determinados grupos sociais.

Capítulo 8 - Espacialidades de pertencimento e existência de um 'outro' carnaval na metrópole fluminense

Um símbolo que reflete o sentimento de pertença no contexto do carnaval das turmas de fantasia é a frase “nossa cultura”, que é constantemente usada para tornar visível a prática cultural. Em termos de localização, nota-se que a maioria das turmas adiciona o nome do local (bairros e/ou município) ao nome das turmas, como uma forma de demarcação. As imagens a seguir são montagens de postagens do grupo “Fantasias e Originalidades” na rede social Facebook, onde é possível observar a aplicação prática dos processos de identidade do local.

Figura 7 - Postagens – “nossa cultura”



Fonte: Facebook – grupo Fantasias e Originalidades

Como observado, o pertencimento é a percepção subjetiva de identificação e ligação emocional de uma pessoa com um grupo social ou um local específico. É a sensação de ser parte de algo maior, de estar ligado a uma comunidade ou local e de sentir que essa ligação é importante e valorizada. O sentimento de pertencimento pode ser influenciado por vários fatores, incluindo a história pessoal, a identidade cultural, as experiências compartilhadas, os valores e as normas do grupo ou local em questão. É crucial para

a saúde mental e emocional de uma pessoa, pois pode promover uma sensação de apoio, segurança e conexão social. Isso justifica a adesão à prática cultural, bem como sua perpetuação de maneira intergeracional e sua incorporação nos territórios.

Figura 8 - Postagens – O lugar sempre presente:
São Gonçalo e Campo Grande



Fonte: Facebook – grupo Fantasias e Originalidades

Nesta perspectiva, o economista Hassan Zaoual (2003; 2006) argumenta que o sentimento de pertencimento às culturas é justificado pelo crescente número de indivíduos que desejam compartilhar subjetividades relacionais, buscando a proximidade como garantia de pertencer a lugares como protagonistas de suas próprias vidas. Assim, temos um diálogo de significados e práticas que valorizam os indivíduos, suas histórias de vida e suas culturas baseadas em conhecimentos construídos e compartilhados em espaços de existência. Nesse contexto, a importância do *homo situs*, como habitante dos lugares simbólicos de pertencimento, reside em sua capacidade de autonomia na vida, onde as estruturas organizacionais são construídas em conformidade com a cultura local.

No entanto, a geógrafa Doreen Massey (2008) esclarece que, apesar da padronização imposta pelo capitalismo, os espaços construídos socialmente são múltiplos, pois há diversidade entre os indivíduos envolvidos em sua produção. Apesar de todos os paradoxos e desigualdades vividos, os indivíduos produzem múltiplos espaços para suas convicções e experiências de vida.

Diante da uniformização e repetição imposta, esses foliões brincantes buscam protagonizar suas ações, proporcionando experiências relacionais na construção de espacialidades de existência. A principal característica é a busca pela inovação de seus repertórios estéticos e a qualidade afetiva relacional como marca transformadora em seus modos de perpetuar a tradição.

As considerações de Zaoual e Massey permitem uma aproximação dos indivíduos desta pesquisa como residentes de espacialidades simbólicas e cambiantes, constitutivos de suas existências na realidade dos paradoxos da vida urbana. Assim, surge uma perspectiva para aproximar a teoria dos sítios *simbólicos de pertencimento* e as espacialidades de pertença socioculturais, que abrangem os horizontes e atos de afirmação das turmas de fantasias nas periferias e na própria metrópole. Para isso, a teoria dos sítios *simbólicos de pertencimento* é central para a compreensão dos modos de ser e estar no mundo dos brincantes, que são os sujeitos desta pesquisa.

Zaoual (2006) critica fortemente os modelos de desenvolvimento vinculados à noção dominante de economia e globalização que foram impostos pelos países mais ricos. O “fim da ocidentalização do mundo” e do “modelo único” de desenvolvimento, juntamente com a eficácia econômica e social das “dinâmicas informais” e as profundas incertezas da economia de mercado nos grandes países do Norte, e o fracasso do desenvolvimento nos países do Sul “geram confusão na maneira de representar o mundo e de agir nele”. Portanto, as tensões e recomposições seriam a origem da enunciação das identidades e dos territórios.

Em resumo, a teoria dos sítios pode ser entendida como um marcador imaginário de espaço vivido de uma entidade imaterial e/ou intangível que permeia os elementos do universo local

dos atores. Essa teoria constitui uma ferramenta de análise que permite a integração da identidade regional ao conceito de território e cultura, dos quais a economia de um local específico é uma consequência. Assim, crenças, conceitos e comportamentos se organizam em torno de um sentido de pertencimento e criam uma forte relatividade das leis econômicas ao mesmo tempo em que o mundo parece se uniformizar (Zaoual, 2008).

A teoria dos sítios pode ser aplicada em várias escalas, desde que a ideia de sítio seja empiricamente situada. Assim, partindo dessa teoria e combinando as narrativas sobre famílias e pertencimentos com informações coletadas, serão entrelaçadas discussões teóricas apoiadas por dados empíricos sobre a transmissão intergeracional dessa prática cultural.

Figura 9 - Criança se recusa a tirar a fantasia



Fonte: Facebook – Mundo Bateoleiro

A imagem acima é uma montagem de uma postagem do perfil Mundo Bateoleiro, na rede social Facebook, mostrando um vídeo de uma menina que se recusa a tirar sua fantasia de Bate-bola. Quando os pais dizem que o carnaval acabou, a criança começa a

Capítulo 8 - Espacialidades de pertencimento e existência de um 'outro' carnaval na metrópole fluminense

chorar. Nos comentários, uma frase se destaca: “a cultura é uma herança”.

Essa frase é citada por Claval (2007), que afirma que a cultura é principalmente uma herança transmitida em várias etapas durante a infância e a adolescência, com a família desempenhando um papel fundamental na primeira infância. Claval também menciona a dupla função do gesto, que envolve tanto a técnica (segurar, soltar, quebrar) quanto o código gestual. A imitação permite que as crianças adquiram técnicas gestuais úteis e códigos de expressão corporal. Na segunda infância e adolescência, o papel da família continua sendo importante, pois é nesse ambiente que se consolidam as habilidades e atitudes necessárias para a vida cotidiana. A “iniciação” seria garantida pelo ambiente mais próximo, ou seja, seguindo e/ou aprendendo com os pais (Claval, 2007).

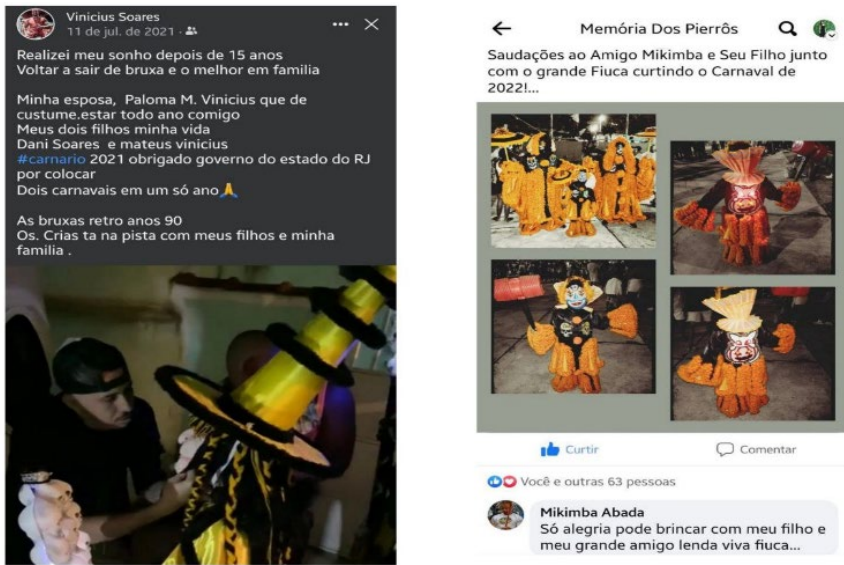
As figuras a seguir mostram a relação “famílias e pertencimentos”. Portanto, é importante destacar o papel das memórias e, nesse sentido, da festa na produção do espaço urbano.

Figura 10 - Postagens sobre “famílias e pertencimentos”



Fonte: Facebook – grupo Fantasias e originalidades

Figura 11 - Postagens do carnaval em família



Fonte: Facebook – grupo Fantasias e originalidades

A conexão entre memória, identidade e localização é crucial para entender as territorialidades urbanas da cultura popular. A memória, que pode ser mais ou menos aparente e compreensível de um passado reativado, remodelado, negado ou usado estrategicamente, está ligada às táticas de vários atores. Mesmo com a precariedade e as capacidades desiguais dos grupos para registrar suas memórias no espaço, revelando suas espacialidades de pertença e existência, é notável a prevalência de atos constitutivos de identidades coletivas de seus ancestrais.

Segundo Milton Santos (2007), o território é visto como o lugar onde todas as ações, emoções, poderes, forças e vulnerabilidades ocorrem. Além disso, é o local onde a história pessoal se desenrola através da expressão de sua existência.

Conforme Barbosa (2017, p. 13) explica, a definição de território sugerida por Milton Santos é entendida como um conjunto inseparável de ações sociais que expressam as marcas temporais de indivíduos em relações complexas e intensas. Isso permite a interpretação de conflitos e contradições sociais, bem como a compreensão das ações dos indivíduos em seus sentimentos de solida-

riedade, amizade e generosidade que formam os enlaces de pertencimentos.

O relato a seguir é extraído do site Jornal Daki³, uma mídia local do município de São Gonçalo. O colunista Paulinho Freitas, que é sambista, compositor e escritor narra com alegria e nostalgia suas memórias de infância, intitulada de “São Gonçalo de afetos”:

Minha relação com carnaval vem de longe. Eu era bem guri e vendo meu pai arrumando sua fantasia ainda na madrugada de sábado para domingo para se juntar aos foliões do Bloco da Alvorada que abria oficialmente o carnaval de nosso bairro, o Paraíso, meus olhos brilhavam de emoção e desejo de ter um pierrô igualzinho ao dele, sem o escudo do Flamengo nas costas pois eu sou Vascaíno.

O relato prossegue mostrando detalhes que envolvem as diversas tipologias de estilos, o “pertencimento” e o caráter intergeracional. Para tanto, é importante destacar a contribuição do sociólogo francês, Pierre Bourdieu (2007), com sua abordagem da cultura como uma forma de capital social que é transmitida de geração em geração:

O pierrô do meu pai era preto, cheio de lantejoulas, uma grande tarlatana, uma máscara que a gente corria todas as vezes que ele punha no rosto. Quando ele saía ainda estava escuro e a gente voltava para cama para esperar o dia amanhecer e ir para o muro ver as pessoas passando para lá e para cá. Eram cowboys, bruxas, índios, cabeções, pais joãos, odaliscas e mais um monte de fantasias, algumas originais e muito engraçadas como os que se travestem de mulher, que também é uma das minhas preferidas, pena que eu não levo jeito para fazer aquelas graças que esses caras fazem, são muito divertidos. Eu só olhava para os pierrôs e ficava imaginando como seria o meu. Todo ano era a mesma história, passava o carnaval inteiro pedindo para minha mãe fazer um pierrô para mim e ela sempre repetida: “Ano que vem, quando as coisas melhorarem a gente faz.” Vida de pobre a cada ano se renovam as dificuldades e meu pierrô nunca saiu. Teve alguns anos que ganhava um palhaço,

3 Fonte: Jornal Daki. Disponível em: <https://www.jornaldaki.com.br/%C3%A9-carnaval-por-paulinho-freitas>. Acesso em: 27/01/2023.

sem a máscara, esta era feito de fronha com dois buracos para enxergar, mas era o que dava pra fazer e a gente ia ficando feliz e esperançoso de que no “ano que vem...” O tempo foi passando e eu também me prometia que “ano que vem...” Só que as prioridades foram sendo outras, eram acampamentos no carnaval, depois me casei, vieram as crianças, mas elas não ouviram “ano que vem...”

De acordo com Bourdieu (2007), a cultura é uma herança transmitida através da educação e práticas sociais. A transmissão cultural pode ser vista como um processo no qual valores, normas, crenças e práticas são transmitidos de uma geração para outra. Essa transmissão pode ser consciente ou inconsciente e pode ocorrer tanto no nível individual quanto no coletivo. Essa transmissão cultural não é neutra, mas é influenciada pelas estruturas sociais e econômicas existentes:

Meus filhos tiveram suas fantasias de pierrôs que me fizeram chorar escondido quando os via vestindo e quando saíam à rua as pessoas admiravam a beleza. Lembro que um deles saiu certo carnaval fantasiado de bruxa e fez sucesso até no festival de bate-bolas lá na Cinelândia. Me realizei também quando o meu filho mais novo vestiu um bate-bolas daqueles de turma lá de Marechal Hermes, sonho de qualquer garoto que gosta de carnaval. Eu Fiquei tão feliz que parecia que era eu que estava naquela roupa. Ainda hoje sou apaixonado por esta fantasia. Nas redes sociais existem vários grupos de bate-bolas e eu acompanho a maioria. Este ano vi as postagens de várias saídas de turmas de bate bolas, cada um mais lindo que o outro, como chorei, meu povo! Como chorei. É muito legal recordar essas passagens da vida da gente e poder compartilhar com alegria. Não tivemos carnaval por mais este ano, mas os bate-bolas estão aí pelas ruas, com calor, suando, com dificuldade de locomoção porque a fantasia é pesada, mas eles estão aí pela praça da Trindade, praça do Rocha, Jardim Catarina, Porto da Pedra e em todos os cantos da periferia. Eu queria dividir com vocês a felicidade que estou sentindo pelas pessoas que estão fantasiadas pelas ruas, mesmo sem carnaval, fantasiando suas vidas e o mundo. Isso mostra que mesmo com todas as adversidades nós continuamos com força, com fé e vontade de ver o mundo com os olhos de quem quer ter e fazer uma

Capítulo 8 - *Espacialidades de pertencimento e existência de um 'outro' carnaval na metrópole fluminense*

vida melhor para todos. Rejuvenesci com estas lembranças e a vontade de vestir um bate-bola e sair por aí jogando confete e serpentina como chuva de boa sorte nas pessoas. Ainda sonho com o meu bate-bola. Esse ano não deu, mas “ano que vem...”

É possível acrescentar, também, a teoria do *habitus*, que descreve as maneiras pelas quais as estruturas e experiências sociais moldam nossas atitudes, comportamentos e disposições. Segundo Bourdieu (1983), *habitus* se refere a um sistema de disposições, habilidades e preferências internalizadas que os indivíduos desenvolvem por meio de suas experiências e interações com o mundo social ao seu redor. O *habitus* é incorporado no indivíduo, gera práticas e representações objetivamente ajustadas e/ou orientadas pelas diferentes situações em que os indivíduos se encontram. Ao mesmo tempo, estas práticas e representações contribuem para a reprodução das estruturas sociais e reforçam a ordem social.

Ou seja, essa seria uma pista que ajuda a explicar por que os indivíduos tendem a se comportar de maneiras semelhantes, mesmo em contextos sociais diferentes, e por que muitas vezes fazem escolhas e decisões semelhantes. Formas de ser e estar na vida que são moldadas por sua formação social e cultural, e que influencia não apenas como os indivíduos veem o mundo ao seu redor, mas também como eles agem dentro dele.

A intenção aqui é compreender a singularidade do processo de construção de identidades do festejar, brincar e pertencer das turmas de fantasia. Retomando à teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, Zaoual (2006, p. 210) apresenta como definição “um imaginário social, moldado pelas contingências e a trajetória da vida comum dos atores considerados”. Portanto, as dinâmicas de funcionamento dos sítios seriam como uma “identidade imaterial”, influenciando práticas e “materialidades visíveis do lugar ou região”.

O sentido de identidade e pertencimento desses sujeitos em relação ao território é construído no espaço de vida moldado pelas várias dimensões da vida social e produtiva. E através de aspectos simbólicos como memória e cultura, a identidade intangível do sítio emerge e, conseqüentemente, se revela de maneira tangível. É importante um diagnóstico espacial que abarque as narrativas, as

experiências relacionais e dialogais, bem como as espacialidades de memórias desses brincantes.

Seguindo os pressupostos de sua teoria sobre os sítios simbólicos de pertencimento, é possível adaptar e analisar sobre o prisma da pedagogia das três caixas, proposta por Zaoual (2006): (i) a caixa conceitual, que está relacionada aos saberes acumulados, teóricos ou empíricos, transmitidos como prática intergeracional, a interpretação de seu conteúdo dá suporte para compreender as ancestralidades estabelecidas com os territórios, bem como os modos de constituição e/ou organização coletiva local; (ii) a caixa preta abriga os elementos simbólicos, tais como os mitos, os ritos, as crenças, os valores e pertencimentos; (iii) a caixa de ferramentas é composta pelos modos de agir e táticas adotadas orientadas à ação em determinada situação.

Contudo, é importante salientar que as caixas comportam conteúdos singulares de cada sítio, funcionam em interação e não operam de maneira isolada, são abertos, flexíveis, dinâmicos e acessíveis diante das demandas situacionais. São maquínicos, se engendram.

Para encerrar, exemplificamos o que foi dito até então com um recorte do texto de Sandra de Sá Carneiro, com sua análise sobre o documentário “Carnaval, Bexiga, Funk e Sombrinha”⁴, de autoria de Marcus Faustini:

O chamado “Vovô do Clóvis” tem 62 anos, pertence a uma turma de Santa Cruz e se autodefine como uma “lenda viva do carnaval”. Seus dois filhos adolescente já discutem quem vai ser o herdeiro “dessa tradição”: um quer seguir os passos do pai e não admite o uso de tênis, pois acha que apenas a bota deve ser válida naquele universo, enquanto o outro fala da importância de o clóvis se modernizar, afirmando que, se for o novo líder, vai adotar o tênis⁵

É possível perceber a força da tradição e do caráter intergeracional da festa. As espacialidades de pertencimento são a base

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RLmJwblZNzc>. Acesso em: 09/02/2023.

5 Carneiro, Sandra de Sá. Carnaval na periferia: as turmas de clóvis. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-152, 2007.

da feitura de suas subjetividades e, desse modo, propicia a estruturação de suas percepções em relação ao território. Com isso, a construção de suas territorialidades é gravada com seus feitos, suas estéticas de existência.

Considerações finais

As festas são um fenômeno com múltiplas funções no espaço geográfico e têm sido um tópico de investigação em Geografia Cultural, fornecendo informações valiosas sobre representações espaciais e subjetivas. Além disso, na Geografia Urbana, as festas desempenham um papel fundamental como expressões culturais e sociais da cidade e sua população. Elas são úteis para compreender as dinâmicas sociais e econômicas urbanas, as relações de poder e o uso dos espaços públicos. Além disso, as festas servem como ferramentas para analisar a diversidade cultural, a integração social e a interação entre diferentes comunidades na cidade.

De acordo com a visão do antropólogo Clifford Geertz, a cultura é uma teia de significados tecida pelos seres humanos, e essa teia de significados orienta a existência humana. Ela representa um sistema de símbolos que se entrelaça com os sistemas de símbolos individuais, em uma interação mútua. Sob esse olhar, a festa do carnaval das turmas de fantasia se mostrou uma ferramenta valiosa para estudar as questões sociais e as mudanças dentro de territórios existenciais na metrópole fluminense, um genuíno laboratório de investigação geográfica que desvela uma miscelânea construtiva relacional em periferias da metrópole fluminense.

Vimos que essas narrativas nos falam sobre cooperação e pertencimento, sobretudo acerca da inventividade na imbricação dos modos de festejar, brincar e pertencer como atividade coletiva e social, entendendo sua centralidade na construção de reminiscências coletivas. Apesar de ainda ter predominância masculina, a festa das turmas de fantasia é, sobretudo, uma prática familiar e de caráter intergeracional, no qual cresce a cada ano o número de brincantes “mascotes” e das Bate-boletes.

Figura 12 - Fantasia de bate-bola da turma Fascinação



Fonte: Laboratório de Design de Histórias – Dhis/PUC

Figura 12. Fantasia de Batebolete da turma Fascinetes



Fonte: Laboratório de Design de Histórias – Dhis/PUC

Os sentidos do brincar provocados pelo carnaval das turmas de fantasia se mostra como uma necessidade ontológica que atravessa gerações, partindo de uma abordagem *top-down*, isto é, uma prática intergeracional que reinventa o brincar.

Recorremos à Bakhtin (1987) como um dos mais eminentes teóricos do Carnaval enquanto modelo de festa sagrada, a carnavalização vinculada intrinsecamente à cultura popular que valori-

za a dimensão corporal da existência, subvertendo as lógicas formalmente instituídas.

Em consonância a esse raciocínio, entendemos que o brincar e o carnavalizar podem ser vistos como atos revolucionários no contexto de resistência às mazelas cotidianas, sobrepujando os efeitos danosos resultante das desigualdades sociais a partir da inventividade como forma de ressignificar a vida. Isso culmina, portanto, em uma relação dialógica que promove uma transformação nos sujeitos e em seus cotidianos vividos. Logo, essa relação dialógica se torna um espaço de potência e promove outros sentidos à realidade.

Nesse sentido, o sujeito que carnaliza é, ao mesmo tempo, um sujeito brincante que encontra na cultura popular uma cultura do brincar. Desse modo, sob o prisma da teoria bakhtiniana, nossa pesquisa compreende a tríade “brincar, festejar e pertencer” no contexto da cultura popular e da carnavalização como possibilidade de ressignificar a existência e a diversidade dos modos de vida desses sujeitos, onde o lugar da brincadeira também assume o lugar de aprendizagem, uma materialização geoescolar.

Em suma, este artigo buscou investigar as **espacialidades de pertencimento e existência** de sujeitos que fazem da festa uma geografia de afetos e uma nova produção do espaço urbano a partir da cultura. Desvelamos uma cartografia inventiva de saberes e fazeres situados, que nos mostra que ‘outros’ modelos de desenvolvimento são possíveis a partir de ‘outros’ carnavais.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Rahyan, FONSECA, Gildete. Cultura e festa – homem e sociedade: o carnaval como laboratório de investigação geográfica. *Revista Cerrados (Unimontes)*. 2011, 9(1), 153-166. ISSN: 1678-8346. Disponível em: <https://www.re-dalyc.org/articulo.oa?id=576963558001>. Acesso em: 24/01/2023.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987. 419p.

BARBOSA, Jorge; BEZERRA DA SILVA, Monique. *Culturas de Periferia 2*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2018.

BEZERRA DA SILVA, Monique. *Espacialidades de pertencimento e existência das turmas de fantasia na metrópole fluminense*. Tese (Doutorado). Programa

de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2023.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARNEIRO, Sandra de Sá. Carnaval na periferia: as turmas de clóvis. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 144-152, 2007.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**, Ed UFSC, Florianópolis, 2007.

FAUSTINI, Marcus Vinícius. Os Clóvis inventam o contemporâneo carioca. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 153-155, jan. /dez. 2007

FERRACINI, Renato. **A arte de não interpretar como poesia corporea do ator**. 1998. 271 f. + Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1586966>. Acesso em: 13 fev. 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MASSEY, Doreen. Geography of high-tech spaces: Some reflections. In: Ramachandraiah, C; van Westen, A. C. M. and Prasad, Sheela eds. **High-Tech Urban Spaces: Asian and European Perspectives**. New Delhi: Manohar, pp. 53–67.

PEREIRA, Aline Valadão. **Tramas simbólicas: a dinâmica das turmas de Bate-Bolas do Rio de Janeiro**. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Artes, Instituto de Artes da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PINTO, Camila. **Mascarados no carnaval Estudo sobre a construção de um acervo de memória processual e colaborativo**. 2021. 257 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, M.et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?**. Caderno virtual de turismo, v. 8, n. 2, 2008.

ZAOUAL, Hassan. **Les économies voilées du Maghreb: de la technique à l'éthique**. Les économies voilées du Maghreb, p. 1-296, 2006.

ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006

CAPÍTULO 9

“Caminho que a gente é, caminho que a gente faz¹” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

Lilian Aparecida de Souza²

Introdução

Este trabalho pretende dar visibilidade ao percurso metodológico desenvolvido na pesquisa de doutoramento, realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Busca-se, com ele, indicar algumas das vivências e referências teóricas que deixaram a terra mais firme para o meu caminhar na construção de um dos panoramas possíveis do slam em Juiz de Fora – MG, contribuindo no debate da necessária diversificação das metodologias de pesquisa em Geografia.

Na tese, o interesse era compreender em que medida o espaço torna-se dimensão importante nas práticas da juventude, tomando como mediação as experiências desencadeadas pelo slam. A ideia foi mostrar como a competição poética se enraizou por Juiz de Fora através da ação corporificada de jovens negros e periféricos, problematizando as contradições que os atravessam. Assim, a discutiu-se sobre o slam e os jovens poetas a partir de um lugar que é o corpo. Corpo de experiências que, ao habitar o mundo, permeou e permitiu-se permear pelos encontros nos quais bordamos a vida de histórias. Corpo poroso, sensível, que se inflama num dia de slam, ardendo, vibrando, pulsando ou repulsando. Comunicando.

Essa condição do ser corpo pautado pelas experiências encontra nos afetos possibilidades de sensíveis rupturas do que está posto, permitindo novas leituras, significações e conexões. De acordo com Paiva (2018), apreender o dinamismo da vida dos cor-

1 Fragmento do poema “Caminho que a gente é”, de Dom Pedro Casaldáliga (2021).

2 Universidade Federal Fluminense - liliansouzageo@gmail.com

pos em movimento requer a uma experimentação de métodos e metodologias afetivas, que considerem os afetos desencadeados em sua prática geográfica. Provocação aceita e, para tanto, valeu-se dos afetos para cartografar o reverberar do slam em Juiz de Fora e na vida dos jovens periféricos e na vida da pesquisadora. Alguns apontamentos sobre a minha experimentação metodológica serão apresentados a seguir, iniciando por uma apresentação geral do contexto da pesquisa, seguida pela apresentação do caminho percorrido.

Aproximação ao contexto da pesquisa: o slam em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora-MG, jovens rascunham versos e os deixam guardados até que um dia assistam vídeos de poetas³ declamando em um slam em São Paulo, publicados nas redes sociais. A identificação foi imediata, porque dos dois lados da tela estavam moradores de diferentes territórios populares brasileiros, que carregam no corpo as marcas da distinção de direitos e da cidadania negada, mas que têm na poesia uma das suas maneiras de se expressar e falar de si. Instantânea também foi a vontade de fazer algo parecido, tanto que pouco tempo depois, organizam o primeiro slam na cidade, mesmo sem saber a proporção que isso tomaria e o papel que ele teria em suas vidas.

O slam é uma competição surgida num bar estadunidense na década de 1980, nela poetas tem até três minutos para declamar poemas autorais sem o uso de objetos cênicos. Suas performances são avaliadas pelo júri escolhido entre o público presente, que no final de algumas rodadas, define quem venceu a batalha. Esse jogo poético rapidamente desencadeou uma intensa movimentação, se conformando como uma celebração democrática da poesia inserida no contexto das culturas urbanas de um mundo globalizado (Estrela D'Alva, 2014).

3 Será utilizado o substantivo poeta para se referir aos homens, às mulheres, aos não binários e a todas as pessoas que batalham no slam, porque em conversa com algumas delas, relataram que é deste modo que preferem ser chamadas.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz1” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

O slam se insere no contexto da cultura urbana globalizada e, mais especificamente, da cultura periférica brasileira nos moldes elaborados por Nascimento (2011). Dentre outros motivos, isso se explica pelo fato de no país, a competição poética brotar em 2008, num solo já fértil pela cultura Hip Hop, pela literatura marginal e pelos saraus periféricos, retratos das estéticas e vivências dos moradores dos territórios populares, que acionam estratégias plurais de celebração, ação, visibilidade, educação e construção de representações outras sobre o ser negro e o ser periférico e sobre o racismo e as desigualdades socioespaciais, características que atravessaram e ressignificaram o slam no Brasil.

A partir de 2013, a competição poética ganha visibilidade nacional e se espalha pelos centros urbanos do país devido às possibilidades abertas pelas postagens das performances poéticas nas redes sociais, chegando, inclusive, a Juiz de Fora. Contudo, antes das milhões de visualizações e interações virtuais, a competição poética tomou as praças e ruas da capital paulista, atraindo juventudes moradoras de diferentes territórios populares. Foram os espaços públicos da cidade o cenário dos vídeos e os jovens poetas periféricos seus protagonistas.

Cada vez mais as práticas socioespaciais das ruas reverberam em circuitos digitais nas redes e a partir deles ocupando as ruas, num movimento incessante que vem transformando sistematicamente nossas relações com os outros e com o mundo. Segundo Campos (2020), essa realidade atravessa com mais força os sujeitos que já nasceram imersos nesse contexto e transitam com habilidade *on* e *offline*, num movimento híbrido que vai conformar suas práticas socioculturais, espaciais e, deste modo, o seu ser jovem.

Em sua pluralidade, os jovens inventam e publicizam seus repertórios artísticos e culturais, se inserindo em circuitos que entrelaçam os corpos, as ruas e as redes. Para as juventudes negras e periféricas, as mesmas mídias digitais que reforçam estigmas e expropriam suas condições de autorrepresentação e de vida abrem fissuras para a configuração de novos modos de visibilidade e, com eles, outros encontros e afetos tornam-se possíveis (Barbosa, 2020). Este foi o caso dos poetas do slam que, através da ocupação das redes virtuais, acabaram mobilizando experiências e impul-

sionando a criação de novas espacialidades, como ocorreu com os jovens do bairro Santa Cândida, ponto de resistência e difusão da cultura negra e periférica juiz-forana, de onde jovens poetas organizam o Slam de Perifa.

Em Juiz de Fora, a primeira edição da competição poética ocorreu em fevereiro de 2017, na Escola Municipal Santa Cândida, e de forma rápida e intensa se espalhou pela cidade. Atualmente existem diferentes comunidades organizadoras de slam e já ocorreram dezenas de edições presenciais e virtuais, adaptação imposta pela pandemia do novo coronavírus. Também foram realizados encontros de apresentação da competição poética, oficinas, eventos e saraus em escolas, universidades e equipamentos culturais locais e de outras cidades da região; os poetas se apresentaram em manifestações políticas, deram entrevistas para mídias diversas e participaram de campeonatos estaduais, nacionais e internacionais de slam.

Nóis explodiu, disse o jovem Riquelme, morador do bairro Santa Cândida num debate na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 2018. Esse relato representa bem o movimento intenso de ocupação da cidade através do slam e as mudanças desencadeadas na vida dos jovens que dele participam. Acompanhando essa movimentação como público da competição poética, foi que surgiu a proposta da pesquisa de doutoramento.

No primeiro ano do curso de licenciatura em Geografia fui apresentada por meus alunos do cursinho popular ao slam, e o vi brotar em Juiz de Fora. Com eles, um mundo se abriu diante dos meus olhos. Como não se contagiar ao ser convidada para um amigo-oculto de poesia nos pés da árvore da casa da Dê, Adenilde Petrina⁴, e descobrir que os alunos quietos em sala escreviam poemas autorais incríveis? Guardo com carinho a folha de papel escrita à mão com o poema que ganhei do Jackson nessa tarde. Antes dessa confraternização, ouvi pela primeira vez a palavra slam ao participar da reunião para pensar a organização da primeira edição da competição poética em Juiz de Fora.

4 Dê é Adenilde Petrina Bispo, mulher negra periférica, doutora Honoris Causa pela UFJF, referência da cultura hip hop em Juiz de Fora. Suas ações e palavras encarnam a filosofia produzida de forma coletiva e contínua por moradores do bairro Santa Cândida.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz!” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

Como não se empolgar ao conhecer o slam e poder ressignificar a poesia em minha vida e com ela, a minha existência? Fui uma das escolhidas para ser jurada na edição inaugural do slam e pensei não ser capaz, porque eu achava que não conhecia e nem gostava de poesia. Tinha trauma das interpretações de poemas clássicos durante as aulas de literatura na escola, a professora falava tanta coisa e eu lia e não entendia nada. A gente não gosta do que não entende ou conhece, alerta Sérgio Vaz (2019).

Desde então, foram muitos encontros e laços com os jovens poetas e com o slam. Encontros dos quais eu nunca voltei do jeito que fui, pois desassossegaram o meu corpo, despertaram em mim uma inquietude, e me fizeram racializar os corpos e espaços e me entender como parte do problema, mas também da solução. A luta antirracista, anticapitalista, feminista e pelas diversidades tantas tem que perpassar todo o meu cotidiano, da militância às relações familiares e escolhas acadêmicas: a Geografia que eu escolhi, mas que também me escolheu, nunca fez tanto sentido.

O espaço das desigualdades ganhou corpos racializados e generificados com nomes, histórias, memórias e vivências, se revelando um emaranhado de corporeidades com experiências e trajetórias plurais. Corpos-poema, inventivos, que tal qual vaga-lumes, iluminam por onde passam com sua poesia encarnada, esculpida nas pedras da cidade. Fogo contagiante que incendeia seu corpo e o meu corpo, e nos dá a liga que faz pensar no que é e no que pode ser. Uma Geografia que tem a multiplicidade e a imaginação como radicalidade, aberta para as possibilidades e para a ousadia de desejar o futuro. E foi no meio disso tudo que veio a vontade de dizer através da tese. Mas, qual percurso metodológico daria conta de cartografar o reverberar do slam em Juiz de Fora, na vida dos jovens periféricos e na minha vida?

A pesquisa exigia a definição de uma metodologia condizente com a potência da ação poética e política dos poetas em seu ocupar a cidade através do slam. Diante disso, ao embrenhar pelas águas tortuosas da pesquisa, me vi navegando numa canoa furada e sem rumo por muito tempo, tal qual o naufrago de Gabriel

Garcia Marquez⁵. Como não sabia lidar com isso, fugi. O tempo me fez refletir que esse sentimento de estar à deriva pode ser um estado permanente dos jovens poetas pelo simples fato de serem quem são. Sofri. E esse turbilhão afetivo crescia à medida que eu participava do slam e compartilhava experiências com os jovens poetas e que estudava e debatia sobre a cidade, o slam e as juventudes que o fazem acontecer. Nesse contexto, o único caminho possível foi considerar os múltiplos afetos como proposta metodológica.

Situando o slam e a pesquisa como jogo de afetos

Dentre suas distintas e inconclusas tentativas de definir o slam, está sua identificação como um jogo poético, analogia que o acompanha desde sua criação, inspirando não só o nome, mas também as regras, orientações e maneiras como é realizado. Segundo Coelho (2017), tal como em diversos eventos esportivos, o tempo é cronometrado, há regras, etapas eliminatórias, campeonatos, júri e um vencedor. Todavia, o slam é um jogo democrático, no qual as portas estão abertas para todos. Nada mais é preciso além de pessoas querendo declamar e escutar poesia.

Poetas, público, cidade, poemas, jurados, notas, etapas. Pesquisadora, objetivos, poetas, cidade, capítulos, metodologias, bancas, notas. Um vence, todos ganham. Assim como o slam, a pesquisa é um jogo autoral imprevisível e com o final em aberto. Existem regras prévias e outras estabelecidas ao longo das rodadas com os jogadores em campo, garantindo uma globalidade sempre provisória, que a cada ação coloca tudo em xeque e se transforma, mesmo mantendo sua estrutura bem demarcada de início e fim.

Como cada apresentação dos poetas no slam, a pesquisa é uma criação artesanal que ecoa de um corpo de experiências que se deseja visível, processo no qual as vivências reflexionadas tornam-se palavras incorporadas e tratadas como matéria-prima: manuseadas com cuidado e precisão, com diferentes intensidades, velocidades e numa estética própria para materializar o que se de-

5 Referência ao livro “Relato de um naufrago”, do escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, publicado em 1955.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz¹” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

seja comunicar. São horas e horas de trabalho, escrevendo poemas ou textos, entrelaçados por silêncios, versos livres e *punch lines*⁶, construindo performances que exigem composição, memorização, ensaio e adequação às expectativas nossas e do público. Isso indica que o jogo do slam ou da feitura da tese e de qualquer pesquisa são pautados por processos dialógicos entre poetas – sujeitos da pesquisa –, pesquisadora e público, num misto de tensões, aventuras, afetividades e caminhar por fazer.

O percurso para se chegar à final é imaginado desde a inscrição para entrar no jogo, mas a cada rodada, algumas estratégias se mantêm, outras mudam e o resultado é incerto. Trajetos são permanentemente reinventados pelos poetas e pela pesquisadora e, junto com eles, os pensamentos, argumentos, métricas e possibilidades de um corpo poroso aos afetos das experiências vividas. Do jogo do slam, participo como público, faço eco a outras vozes que ocupam a cidade com seus corpos em estado de poesia⁷. Do jogo do doutoramento, assumi a autoria e, com a tese eu quis fazer ressoar o poemar da vida dos jovens periféricos de Juiz de Fora em suas contradições, sujeitos que, durante a competição poética ou em nossos momentos de convivência, bagunçam meus sentidos, me tiram do lugar comum e, pelo desequilíbrio, me equilibram desde que nos (re)conhecemos no cursinho popular no Candinha.

Tal qual o slam, a elaboração da tese foi um jogo de afetos e foram eles que me despertaram ao problema da pesquisa e guiaram os caminhos trilhados. Entendo os afetos não como sentimentos positivos de paixão e amizade, como é no senso comum. Contudo, não posso e nem quero delimitar suas margens⁸, pois elas comprimiriam essa força, esse atravessamento intangível e fluído que, efêmera ou permanentemente, nos impele ao movimento. Os

6 De maneira geral, *punch lines* são as frases de efeito utilizadas nas letras dos Raps.

7 “Estado de Poesia” é o nome de uma canção de autoria de Chico César, artista da cultura popular brasileira. Ela nomeia o álbum lançado em 2015, que fala do amor em todas as suas nuances, inclusive o amor coletivo que nos impele ao diálogo, à luta e ao protesto.

8 Diversos pensadores historicamente vêm se dedicando ao estudo dos afetos, sendo Baruch Espinosa e Gilles Deleuze importantes referências. Também no âmbito da ciência geográfica, desde o final do século XX, presenciamos um movimento identificado como virada afetiva. Contudo, não é o objetivo da tese aprofundar neste debate. Para tanto, ver Thrift (2008), Anderson (2014) e Paiva (2017; 2018).

afetos extrapolam qualquer captura engessada em palavras, provoca Mouriceau (2020).

O que nos interessa são os afetos em seus registros e desdobramentos, em suas camadas acumuladas e suas tramas que costuram sensações, ritmos, fluxos, pulsações, ações, emoções, representações e interações, bloqueando ou incitando movimentos criadores de espacialidades (Paiva, 2017). Isso se dá porque, segundo Merleau-Ponty (2005), o afeto envolve as experiências e, com elas, uma gama de saberes incorporados que ensinam sobre nós, sobre o outro e sobre o mundo. Saberes incompletos e sempre por fazer que não se montam em partes, como num mosaico encerrado em si mesmo. Afetos que movem e atam nosso corpo aos outros, abrindo-nos para as relações *da* e *na* vida, e para aos encontros que formam o(s) nó(s). De acordo com o filósofo:

Na realidade, não existimos nem eu nem o outro como positivos, subjetividades positivas. São dois antros, duas aberturas, dois palcos onde algo vai acontecer - e ambos pertencem ao mesmo mundo, ao palco do Ser (Merleau-Ponty, 2005, p. 237).

Os afetos são a possibilidade da existência do corpo que sente e se deixa sentir. Corpo fronteiroço, que se joga no mundo e em seu habitar, penetra e se permite penetrar por tudo o que nele há, criando tonalidades afetivas que vão conformando nossa história e nosso ser. Pelo afeto conhecemos, desejamos, repudiamos, imaginamos, ousamos sonhar e projetar. Por e através dele, percebemos a nós, aos outros e ao espaço, nos entrelaçamos através das experiências cotidianas e, assim, apreendemos sentidos carregados de afetividades nem sempre positivas.

O jogo dos afetos pode ser conflituoso e tenso, porque nele distintas existências se entrecruzam, ora se estranhando, negando e manipulando, ora se reconhecendo e oportunizando a produção de saberes e de um mundo comum. Conheço-me à medida que me faço visível, me deparo com o diferente de mim e com ele me relaciono, pois apenas dessa maneira minha existência ganha sentido. Esse processo afetivo nunca se encerra. É partida de uma vida inteira, e o movimento de resignificar-se a si e aos outros é

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz1” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

constante, havendo sempre novos encontros e conexões possíveis (Ramos, 2017). Assim também são as relações espaciais, porque o espaço não é algo dado e está em permanente construção, aberto à formação de novo(s) nó(s) (Massey, 2008).

Corpo e espaço estão afetivamente ligados numa produção sempre inacabada, envolvendo distintos sujeitos sociais corporificados que estão cotidianamente em movimento, recalculando suas rotas e trajetórias. Thrift (2008) inaugura a leitura afetiva do espaço ao identificá-lo como uma arena onde um turbilhão de afetos de diferentes escalas são compartilhados, influenciando diretamente nas nossas relações e caminhares pela cidade. Anderson (2014) compartilha de compreensão semelhante quando elabora sobre as atmosferas afetivas, entendendo-as como névoas que pairam e preenchem os espaços, impactando nas relações socioespaciais e de poder estabelecidas.

Na perspectiva dos referidos geógrafos, os afetos são uma importante mediação das atividades humanas no espaço, que encharcado de afetos, também os irradia. Isso implica nas relações tecidas entre os corpos e destes com o mundo e nos seus processos de significação. Em um espaço socialmente produzido por relações desiguais, hierarquizantes e opressoras, assim também serão parte das tessituras afetivas estabelecidas, constatação que levou Thrift (2008) a problematizar a pouca consideração dos afetos nas leituras espaciais e nos estudos geográficos. Para o autor, os fluxos afetivos colocam os corpos em movimento e são um elemento-chave para a compreensão do espaço e da política, porque como “força do existir” (Anderson, 2014, p. 92), os afetos vão conformando as experiências e as existências dos corpos em seus contínuos refazer por meio dos (re)encontros, que ao mesmo tempo podem ser pautados na conservação das relações desiguais ou abrirem possibilidades para um outro vir a ser. Deixei que os encontros com os jovens poetas me ditassem as regras do jogo...

[...] muitas vezes é a pesquisa que vem até nós, desde que estejamos prontos para sermos transformados pela experiência do ato de pesquisar, abalados em nossas crenças, nossas teorias, nossa sensibilidade. A pesquisa guiada pelos afetos

requer, portanto, ao mesmo tempo, uma grande abertura aos outros e ao contemporâneo e é o trabalho de uma vida. Ela é uma comunicação com a sociedade, a filosofia, os nossos compromissos, as nossas formas de existência (Mouriceau, 2020, p. 24).

Para Mouriceau (2020), tal como os afetos, a pesquisa é uma ação de comunicação e se estabelece na abertura ao outro, gerando sentidos e experiências que atravessam e conformam nossa existência. Na proposta do autor, pesquisar é implicar-se politicamente na produção de conhecimentos científicos a partir dos afetos. Para tanto, o corpo é mediação fundamental, porque é por ele que encontramos o outro e o mundo (Merleau-Ponty, 2005) e através dele percebemos, experimentamos e analisamos o que estamos estudando. Logo, pesquisar com afetos é estar de corpo inteiro e valorizar o vivido, o que não é possível fazer à distância ou distanciado.

Olhar determinada realidade de longe, do alto do 100º andar de um arranha-céu, pode nos deixar em posição de segurança e apontar elementos interessantes, mas não nos permite mergulhar nas nuances que a significam, como refletiu De Certeau (2008) sobre o habitar a cidade. Na perspectiva de trabalho da pesquisa com afetos, a ideia é se deixar contaminar, “in-mundar” pelas experiências, considerar as sensações, prazeres, incômodos, estranhamentos, impressões, relações e saberes que apreendemos durante as práticas ou nas incursões teóricas, permitindo-se afetar, se pôr em movimento, transformar o familiar em estranho e o estranho em familiar.

Segundo Paiva (2018), a separação entre os espaços-tempos de elaboração teórica e das coletas e análises de dados, etapas comumente bem ordenadas nas pesquisas, não se sustentam no pesquisar que reconhece e parte da perspectiva situada do investigador como sujeito corporalmente afetado em seu ser no mundo. Logo, estes momentos se entrelaçam e ocorrem simultaneamente, o que implica na revisão da noção de campo, tão cara aos estudos geográficos, uma vez que ela não abarca a totalidade dos espaços possíveis e nos quais o conhecimento é produzido.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz1” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

Adotando uma perspectiva alargada de campo, Paiva (2018) e outros geógrafos vêm inventando e experimentando um pesquisar afetivo que envolve um movimento permanente de reconstrução: de perceber as ligaduras do que está fora e dentro de si, do que já se sabe, estranhando-o, e do que se pode saber, abrindo-se a processos comunicativos. No meu caso, estive – e ainda estou – em estado constante de repensar, pois seguir estranhando o que se tornou familiar durante o processo de pesquisa – ou antes dele, como é meu caso com o Slam de Perifa e seus jovens poetas – é desafiador. A pesquisa, então, transforma-se num movimento tenso e inquietante, porque não se espera confirmar certezas prévias. Deseja-se novos afetos que impulsionem o seguir caminhando e isso obriga a pesquisadora a se expor tanto quanto espera que os sujeitos da pesquisa se exponham.

Segundo Mouriceau (2020), a força recriadora da pesquisa afetiva e, mais do que ela, da existência, está no encontro, em abandonar parte do que já está enraizado em nós, acolhendo quem e o que está por vir, que nos farão perceber as contradições, repensar e reimaginar corpos, relações, paisagens e eventos; processo no qual também o sujeito que pesquisa se refaz. É por esta razão que Marques, Mendonça e Pessoa (2020) vão dizer que a pesquisa afetiva é uma arte, pois pressupõe enxergar possibilidades epistemológicas outras e, junto com elas, novas práticas metodológicas. Para tanto, é necessário:

- a) Expor-se: permitir o contato e a surpresa, deixar os sentidos abertos para as experiências realizadas, distanciando-se da necessidade de provar hipóteses e controlar os desdobramentos. Arriscar-se sem deixar de considerar os constrangimentos existentes na academia;
- b) Caminhar: zelar por uma abertura constante a mudanças derivadas do questionamento dos métodos e teorias acionadas na pesquisa;
- c) Pensar e refletir: não apenas seguir etapas previstas, perseguir dados, mas indagar-se sobre as razões de estar-se utilizando determinados autores e teorias (Marques, Mendonça; Pessoa, 2020, p. 16-17).

De forma geral, a proposta envolve tocar e ser tocado pela experiência, chamando a teoria para o movimento do debate. A partir dos afetos, acionar a reflexividade sem desejar uma repre-

sentação pormenorizada do real, mergulhando no que é possível, na estética, na parcialidade e no caráter relacional e contraditório do vivido. Na pesquisa em questão, me desafiei a deixar aflorar os afetos, trilhando caminhos tortuosos que certamente não contemplaram a totalidade das possibilidades da investigação e nem da apreensão das experiências desencadeadas pelo slam. Estava em processo de experimentação e me coloquei na aventura e na vulnerabilidade de estar nesse lugar de diversas maneiras, como por exemplo, a de pesquisar um tema que me é um estranho familiar, construir percursos metodológicos coerentes e comunicar as descobertas bordando a escrita.

Tal como Silva (2022), busquei entrelaçar minhas vivências com o pensar sobre o slam, os jovens poetas e a cidade de Juiz de Fora. Para tanto, alguns procedimentos metodológicos foram simultaneamente realizados, abrindo um leque investigativo: levantamento teórico, pesquisa documental e observação participante. A pesquisa bibliográfica centrou-se no entendimento teórico-conceitual da relação corpo e espaço, iluminada pela experiência e pela inventividade artística dos artistas periféricos tomando como base a filosofia encarnada de Merleau-Ponty (1999, 2005) e Lima (2007, 2015). Contudo, na sociedade capitalista pautada nas hierarquizações, no individualismo e no esvaziamento dos espaços públicos, as experiências são cada vez mais empobrecidas, como discutem Benjamin (1994) e Jacques (2012). Realidade tensionada pelos jovens poetas ao produzirem espacialidades que envolvem estratégias de aparecer e permanecer, de expressar e narrar suas vivências através de seu corpo em estado de poesia.

A pesquisa documental abarcou um levantamento virtual de dados sobre a competição poética e os poetas de Juiz de Fora. Acompanhei as postagens feitas pelas páginas dos coletivos organizadores de slam nas redes sociais e as publicações dos jovens em seus perfis pessoais, muitos dos quais eu já seguia antes da pesquisa. O que mudou foi a maneira de olhar para esses registros e nossas interações. Assisti vídeos, lives e edições virtuais da competição poética. Li reportagens, entrevistas e demais publicações relacionadas ao slam e aos poetas da cidade. Parte desse material foi arquivado e organizado por temas: comunidades slam, eventos

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz!” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

em Juiz de Fora, eventos em outras cidades, poemas, relatos dos jovens e slam nas mídias.

A outra estratégia metodológica adotada foi a observação participante, que segundo Paiva, tem se destacado nas pesquisas com afetos, pois possibilita o investigador “explorar a experiência geográfica através do seu próprio corpo” (2018, p. 161). Para o geógrafo, nessa metodologia, o pesquisador percorre o potencial afetivo de sua experiência pessoal imbricada nas experiências dos outros sujeitos da pesquisa, não apagando sua posicionalidade nas observações, porque é desse lugar que brotarão as reflexões. Contudo, o investigador deve ser crítico e tomar cuidado para que as paixões não enevoem seu olhar perante as contradições do vivido. Eis o desafio.

Embora a pesquisa tenha iniciado em 2018, entre 2017 e 2022, acompanhei seis das sete edições do Slam de Perifa ocorridas e fomos juntos ao Slam Lage, no complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Também participei do cursinho popular e outras ações desenvolvidas na Escola Municipal Santa Cândida e de reuniões e eventos do Coletivo Vozes da Rua, como o Agosto Negro, as idas a escolas, palestras e festas. Organizamos a campanha Periferia Viva, ação de solidariedade como resposta ao desgoverno que deixou os moradores dos territórios populares à própria sorte em plena pandemia da COVID-19. Quanto às outras comunidades slam de Juiz de Fora, no referido período, acompanhei edições da competição poética e durante a pandemia, assisti *online* as batalhas locais e as competições nacionais que tiveram a participação de poetas juiz-foranos. Também participei de saraus e outros eventos organizados pelos coletivos.

Diante do *corre* tão intenso dos sujeitos que fazem o slam acontecer na cidade, foi impossível participar de tudo. Porém, nas espacialidades compartilhadas, vivi momentos que, dentre outras coisas, se desdobraram em registros escritos nos cadernos de campo, complementados por registros imagéticos e de áudio. De acordo com Paiva (2018), estes são recursos importantes na observação participante e nas demais metodologias de pesquisa afetiva.

Minhas vivências, impressões e os sentimentos que experimentei estando no slam e nas andanças junto com os poetas foram

registrados em cadernos de campo, fonte documental imprescindível para a pesquisa.

Pausa,

Certa vez cheguei atrasada a uma edição do Slam de Perifa e logo que desci do ônibus, avistei Vitu Marcs, Van_ry, Jô e outras pessoas em frente à Escola Municipal Santa Cândida e logo ouvi alguém dizer: a Lilian chegou, vamos convencê-la a se inscrever para fechar o número de poetas necessário para a competição acontecer. Fiquei surpresa, ri um riso constrangido e expliquei que eu não escrevia poesia, que depois de ingressar na universidade minha escrita é em *academiquês* e que as normas da ABNT me aprisionaram. Rimos juntos um riso de decepção. Provavelmente já tínhamos conversado sobre isso, mas imagino que pensavam que eu, como eles, nutria cadernos com versos bem guardados. Naquele dia, voltei para casa disposta a escrever um poema falando sobre tudo o que o slam me despertava a partir de trechos de poemas e conversas que tive com os poetas. Os fragmentos do que consegui verbalizar em rimas, métricas e estrofes estão no caderno, só que no meu caderno de campo, ferramenta de trabalho importante para uma geógrafa. Nunca os mostrei para ninguém e nem vou, mas se essa situação se repetisse hoje, eu poderia responder: versos eu não tenho, mas tenho uma tese que é nossa, de autoria coletiva que foi bordada por mim, e da qual assumo os riscos.

No caderno de campo registrei também a descrição das atividades, poemas e conversas. Confesso que durante a competição poética e nos demais momentos compartilhados com os jovens, não ficava escrevendo, procurando informações, respondendo questões, e sim vivendo aqueles momentos numa tentativa sem sucesso de estar ali como fazia antes da pesquisa. Por isso, com exceção de fragmentos de poemas e dúvidas, os registros ocorreram posteriormente aos eventos.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz¹” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

As observações chegavam aos cadernos em forma de narrativas que oscilavam entre o que tinha sido observado e minhas interpretações. Considero essas narrativas inacabadas por causa das lacunas e lapsos de memória, mas busquei me manter o mais coerente possível aos ocorridos, sem me ausentar ou apagar minha implicação pessoal. Esses textos foram digitalizados e identificados como oriundos do caderno de campo, sendo inseridos nas pastas temáticas que organizavam os demais registros documentais. Durante a escrita da tese, eu sempre realimentava e revisitava o acervo, realizando leituras exploratórias para avivar as lembranças e encontrar as informações necessárias para cada etapa do trabalho.

Quanto aos relatos dos poetas, não consegui fazer entrevistas por causa da pandemia, do pandemônio e de mim mesma diante disso tudo. Por isso, priorizei o uso de entrevistas em mídias diversas, *lives* e vídeos, pela possibilidade de acesso às falas completas e de fazer sua transcrição literal. Estes relatos foram categorizados e agrupados em expressões semelhantes que envolviam o ser jovem, a relação com o slam e com a cidade, formando unidades de significados que foram analisadas visando captar os sentidos do vivido, contando com meus afetos e com o auxílio da variação imaginativa livre.

Esse intenso trabalho cartográfico visou um mergulho na cena slam e a aproximação aos aspectos que permitissem perceber afetos e experiências estéticas e políticas desencadeadas pela competição poética na cena cultural da cidade mineira e na vida dos jovens que a fazem acontecer. Para tanto, foi necessário mostrar como o slam reverberou socioespacialmente em Juiz de Fora e a proposta adotada foi entrelaçar as espacialidades criadas, os poemas declamados e os afetos desencadeados no participar destes eventos com a produção de mapas que localizassem cada uma das edições “oficiais” da competição poética na cidade⁹.

Os eventos do slam tiveram suas informações registradas e organizadas em tabelas que são apresentadas no corpo do texto. Posteriormente, inspirada estética e metodologicamente pela tese de doutoramento do poeta Renan Inquérito (Gomes, 2019), os dados

9 Identifico como “oficiais” as edições de slam que foram numeradas e assim divulgadas pelas comunidades organizadoras em seus *folders* e posts nas redes sociais.

foram espacializados e analisados de duas diferentes formas. O primeiro conjunto de mapas buscou espacializar os eventos ocorridos em Juiz de Fora de acordo com a comunidade organizadora, o número de edições, o bairro e o ano. Como resultado, foram gerados cinco mapas que localizam e quantificam os eventos entre 2017 e 2019, além daqueles que aconteceram nos meses iniciais de 2020 e em 2022.

Cabe destacar que existe um vazio dos encontros presenciais do slam entre março de 2020 e fevereiro de 2022. Tal inflexão foi causada pela pandemia do novo coronavírus, que demandou a adoção de medidas de isolamento social e o esvaziamento das ruas para controle da difusão da doença e para a manutenção da vida. Neste contexto, foi possível observar como os coletivos e comunidades slam, apropriando-se das tecnologias de comunicação globalizada, migraram das ruas e passaram a ocupar de forma mais intensa as redes, adaptando a competição poética ao formato remoto. Os registros dessa movimentação, as postagens e os poemas apresentados durante as edições remotas do slam conformam um arquivo documental e histórico de como os jovens poetas periféricos vivenciaram este momento de pandemia, mostrando que mesmo diante de uma política de morte permanecem vivos. Este material está no acervo documental da pesquisa e nas reflexões presentes na tese.

Além destes mapas anuais que possibilitaram visualizar as dinâmicas espaciais da cena, foi produzido um mapa indicando os locais de ocorrência das edições da competição poética, classificados por tipo de equipamento que sediou o evento. Essas informações foram integradas aos dados raciais da população residente dos bairros de Juiz de Fora, que teve como base os resultados do Censo Demográfico de 2010¹⁰ (IBGE, 2023), extraídos dos dados do universo da amostra agregados de acordo com o setor censitário, atualmente menor unidade de divulgação pública desses dados.

10 Até a apresentação da tese, apenas uma parte dos dados censitários de 2022 tinha sido apresentada, por isso a utilização dos resultados do Censo de 2010. A previsão era que ocorresse um novo recenseamento em 2020, dando prosseguimento à sua série histórica, mas ações políticas que envolvessem o planejamento e a adoção de políticas públicas não eram a prioridade do governo brasileiro gerenciado pela ultradireita.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz1” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

Todo esse caminhar precisava ser transformado em texto, que na perspectiva de Mouriceau (2020), é um fixo capaz de comunicar. Segundo o autor, um texto pode fazer isso de maneira estática ou iluminado pelos bailares da experiência, por isso, a escrita não é um passo menor no desenvolvimento da pesquisa com afetos. É através dela que se explicitarão as vivências, os movimentos do pensar, as inquietações, as estratégias e olhares que atravessam diferentes escalas. Assim, a escrita na pesquisa afetiva não é coisa simples, pois ela é testemunho do movimento e deve fazer ecoar vozes e sentidos, contribuindo na reconstrução das experiências.

Estamos diante de um contexto em que narrar experiências é uma capacidade que os processos de produção social da modernidade vêm sistematicamente buscando subtrair de nós, como refletiu Benjamin (1994). Neste entendimento, narrar se transforma em uma obrigação, uma necessidade na qual são reforçados compromissos éticos, estéticos e políticos de resistência à ordem social dominante. É necessária, portanto, uma escritura que dê conta de comunicar, falar solidariamente dos acontecimentos, paisagens e pessoas encontradas no caminhar da pesquisa, expondo as complexidades e sutilezas da sua narrativa e de narrativa dos outros com os quais se encontrou, transformando-as em textos em que a presença é viva. Textos que garantam o acolhimento da diferença, da sua voz, dos seus enunciados e, mais que falar de afetos, espera-se que produzam afetações mútuas e “in-munde” o leitor das experiências que o atravessaram. Isso, contudo, sem impor representações, porque elas não dão conta da completude da vida de todos e de cada um.

Nesse sentido, a escrita desta tese foi um desafio, um laboratório. Processo demorado porque nasceu envolto em conflitos entre o modo que sei escrever e o texto que implorou para sair... Cedi, e o que de mim brotou é um texto não linear, sem ordem cronológica. Uma escritura aberta, incompleta e até confusa. Um diálogo com as teorias e as vivências, uma tentativa de afetar quem lê e de experimentar novas formas de articular as palavras para comunicar. “Atenção. Isto pode ser um poema”, li certa vez, num lambe-lambe no centro de São Paulo.

Considerações finais

A metodologia de pesquisa apoiou-se em levantamentos teóricos, pesquisa documental e observação participante entrelaçados pelos afetos. Procedimentos metodológicos que não são novos na ciências geográfica, mas que podem ser repensados para ampliar sua contribuição diante da complexificação das dinâmicas socioespaciais e das possibilidades desencadeadas pelas experiências estéticas. Estas, de acordo com Moriceau (2020), nos abrem um mundo, pois a experiência é o acontecimento do corpo em sua sensibilidade, expressão e no seu ato de ser/estar no mundo. Sua configuração se transforma nos distintos espaço-tempos vividos, nos jogando ao desconhecido, ao inesperado, abrindo janelas que permitem ideias e mais do que ideias, possibilidades de pensar a feitura de novos quadros do conhecimento geográfico e do existir.

Contudo, cabe destacar que tratar a experiência e os afetos nas pesquisas não é tão simples assim. O tempo todo corri o risco de cegar e perder as questões que moviam a elaboração da tese, ou de vê-las, mas transformadas em outra coisa. Para cuidar disso, os espaços de orientação e trocas com os professores da banca foram fundamentais. De acordo com Mouriceau (2020), o risco vale a pena porque afetados, também afetamos os sujeitos da nossa pesquisa e mais do que isso, porque se colocar no jogo dos afetos nos encharca das vulnerabilidades e possibilidades abertas pelo encontro com os outros tantos, garantindo, possibilidades de pensar a feitura de novos quadros do conhecimento geográfico e do existir.

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. *Encountering Affect*. Capacities, Apparatuses, Conditions. Surrey: Ashgate, 2014.

BARBOSA, J. L. Territorialidades em redes digitais de culturas globais: juventudes de favelas e periferias em suas estéticas de atitude. *Ar@cne*, v. 24, 2020. DOI: [10.1344/ara2020.239.30871](https://doi.org/10.1344/ara2020.239.30871). Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/30871/31019>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza, original de 1933. In: **Obras escolhidas**. Volume I. Magia e Técnica, Arte e Política. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Capítulo 9 - “Caminho que a gente é, caminho que a gente faz1” Entrelaçamentos metodológicos para pensar os jovens, a poesia e a cidade

CASALDÁLIGA, P. **Versos adversos**: antologia. 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2021.

CAMPOS, R. M. O. Juventude e culturas de rua híbridas. **Sociol. Antropol.** v. 10, n. 2, mai-ago, 2020. DOI: [10.1590/2238-38752020v10211](https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10211). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/gxytH9qrVQmXK9L4Cm3f3qw/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

COELHO, R. M. **A palavração**: atos político-perfomáticos no Coletivo Sarau de Periferia e Poetry Slam Clube da Luta. 141 f. Dissertação (Mestrado em Artes). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ARTH6W>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ESTRELA D’ALVA, R. **Teatro Hip Hop**: a performance poética do ator-MC. São Paulo: Perspectiva, 2014.

GOMES, R. L. **O relevo da voz**: um grito cartográfico dos saraus em São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/items/b92c8b02-3e32-4e49-b593-d69129fed-fb0>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LIMA, E. L. A corporeidade como um recurso metodológico da geograficidade. **Revista de Geografia**, v. 5, p. 1-11, 2015. Disponível em: <<https://geografia.ufjf.emnuvens.com.br/geografia/article/download/93/93>>. Acesso em: 06 set. 2021.

LIMA, E. L. **A reinvenção da corporeidade**: o cotejo entre a tradição moderna e a tradição indígena. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARQUES, A. C. S.; MENDONÇA, C. M. C.; PESSOA, S. C. Apresentação. In: MOURICEAU, J. L. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2020. Disponível em: <<https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Afetos-na-Pesquisa-Academica-1-1.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2022.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. 4ª ed. Trad. José Artur Giannotti e Armando Mora d’Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

MOURICEAU, J. L. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: Fafich/Selo

PPGCOM/ UFMG, 2020. Disponível em: <<https://seloppgcomufmg.com.br/wp-content/uploads/2023/06/Afetos-na-Pesquisa-Academica-1-1.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2022.

NASCIMENTO, É. P. **É tudo nosso! Produção Cultural na Periferia Paulistana**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12112012-092647/publico/2011_EricaPecanhaDoNascimento_VCorr.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017. DOI: 10.18055/Finis10196. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/10196>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PAIVA, D. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018. DOI: 10.18055/Finis10197. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/10197>>. Acesso em 18 jun. 2022. <https://doi.org/10.18055/Finis10197>

RAMOS, T. A. M. S. **Corpos do afeto: ensaio sobre dança, estesiologia e educação**. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23350>>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SÉRGIO VAZ. **Na fundação CASA...** 27 mai. 2019. X (Twitter): @poeta-sergiovaz. Disponível em: <<https://twitter.com/poeta-sergiovaz/status/1133003141744594944>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SILVA, D. M. **Poesia em riste, a palavra insiste, a periferia existe: Slam Akewi, presença, latência e afetos em comunicação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/30613>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

THRIFT, N. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v. 86, i.1, p.57-78, 2004. DOI: [10.1111/j.0435-3684.2004.00154.x](https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2004.00154.x). Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.0435-3684.2004.00154.x>>. Acesso em: 21 set. 2023.

CAPÍTULO 10

Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

Jesica Wendy Beltrán Chasqui¹
Christian Dennys Monteiro de Oliveira²

Introducción

La presente investigación forma parte de los resultados de la tesis doctoral titulada “Paisajes Culturales Acuáticos del Pacífico colombiano: memoria, patrimonio y arte de las comunidades afrodescendientes”. Este trabajo pretende explorar desde la Geografía Cultural, los conceptos de Paisaje Cultural Acuático-PCA y la *Geograficidad* como formas de entender la experiencia de las mujeres afrodescendientes del Pacífico en su entono acuático, el cual, puede ser estudiado desde la música, sonidos, cantos y poemas tradicionales inmersos en rituales y festividades de las comunidades del afropacífico.

Las expresiones artísticas propias de las comunidades afrodescendiente del Pacífico colombiano (ver figura1) guardan características únicas, como resultado de la diáspora africana que se quedó en esta región del país, que se ha enriquecido con elementos y conocimientos españoles e indígenas, donde algunos instrumentos musicales se reinventaron como la marimba de chonta³, cununos⁴, bombos⁵ y guasas⁶. Dicha invención implicó el conoci-

1 Doctora en Geografía. Profesora en el departamento de Geografía. Universidad del Cauca - jesicabeltran@unicauca.edu.co - <https://orcid.org/0000-0003-1658-842X>

2 Doctor en Geografía. Profesor del programa de Posgrado en Geografía. Universidad Federal de Ceará - cdennys@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-8025-2045>

3 Instrumento creado por los afrodescendientes “constituida por laminillas de palma de chonta o chontaduro, árboles que solo existen en el Pacífico” (GUTIÉRREZ, 2015, p. 4). Considerados patrimonios inmateriales de la humanidad por la UNESCO

4 Instrumento de percusión típico del Pacífico sur colombiano, el cual imita un tambor, tiene forma cónica, y es hecho de madera de balso y su cubierta superior está hecha de cuero de venado o tatabo y la cubierta inferior esta sellada con madera.

5 Instrumento de percusión o tambor del Pacífico sur y norte colombiano.

6 El guasa es un instrumento musical de percusión, típico del Pacífico sur colombiano, es un cilindro hecho de madera de guadua y en su interior guarda semillas de achira secas. El sonido se genera al sacudir el instrumento.

miento y experiencias previas del lugar: la selva húmeda tropical, un ecosistema que conocemos hoy como una de las reservas más importantes de la biodiversidad a nivel mundial, rica en recursos hídricos y maderables; y que es el lugar y el hogar de las comunidades afrodescendientes que poblaron esta región siglos atrás.

De su experiencia de vivir rodeados por la selva y el agua, hombres y mujeres para reinventar sus sonoridades aún presentes en sus memorias, tomaron prestado de las maderas de la selva los cueros de los animales como el venado y el tatabro⁷ y los sonidos del agua, creando así, sonidos únicos, que se pueden apreciar en cantos de *arrullos* y *alabaos* o en las sonoridades de los instrumentos musicales.

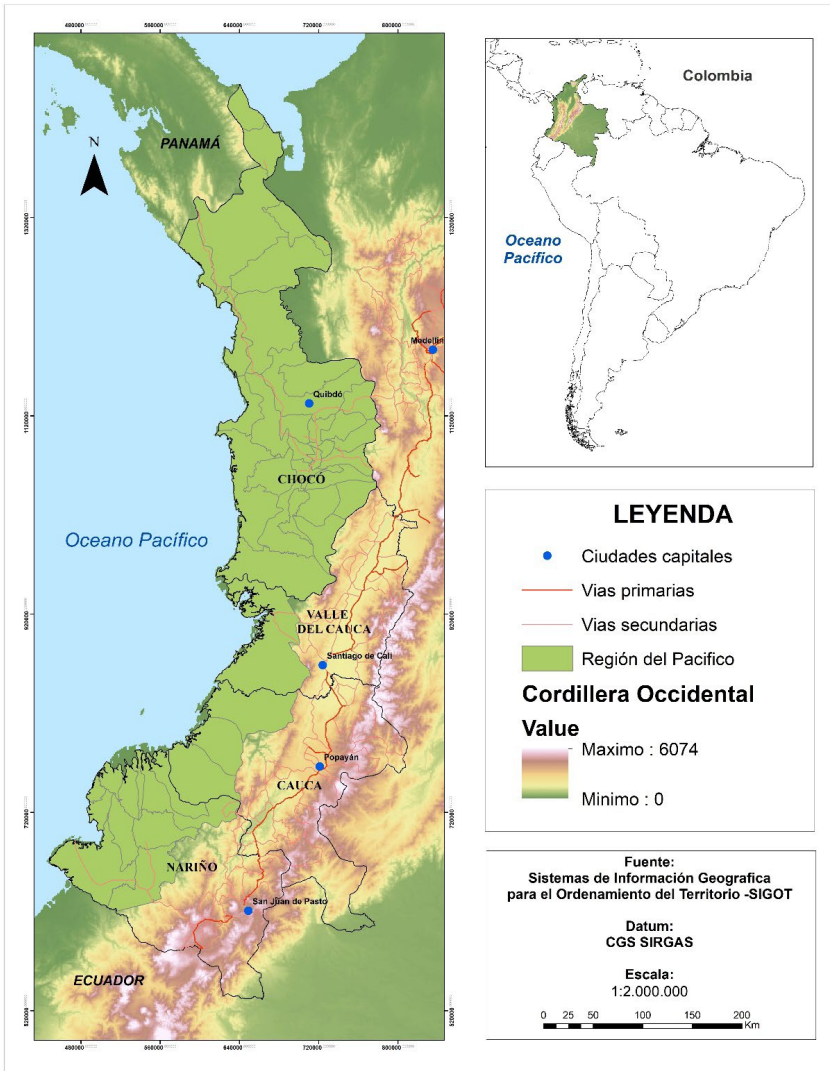
Si bien, hay que destacar que las expresiones sonoro musicales están cargadas de significados, conocimientos ancestrales e identidades, estos se diferencian entre los hombres y mujeres del Pacífico, ya que, la ocupación y el ordenamiento del espacio en las comunidades afrodescendientes ha implicado que las experiencias de vivir en los entornos acuáticos sean variadas.

Para abordar este tema, se toma como referencia, las festividades religiosas como: ‘Las *Balsadas* del Río Guapi’ realizadas en el municipio de Guapi- departamento del Cauca y el ritual del alumbramiento en las ‘Fiestas de San Pacho’ realizado en el municipio de Quibdó- departamento del Chocó. La primera festividad consiste en la procesión acuática de la Virgen de la Inmaculada Concepción o ‘La *Purísima*’, donde se lleva la santa en una balsa iluminada o santuario flotante por el río; la segunda, es una festividad considerada sacro-profana en homenaje a San Francisco de Asís, también consta de una procesión del santo por el río Atrato, actividades religiosas y artísticas. Esta fiesta cuenta con más de 363 años de tradición y fue declarada Patrimonio Inmaterial de la Humanidad por la Unesco en 2012.

Dichas festividades por presentar con fuerza la musicalidad y sonoridad proveniente de las voces potentes de las mujeres afrodescendientes, se tomaron como referente para abordar este estudio.

⁷ Mamífero parecido al jabalí y propio de América, su piel es usada en el Pacífico colombiano para la construcción de tambores, llamados *cununos*.

Figura 1 - Localización de la región Pacífico en Colombia



Fuente: Elaborado por la autora.

Marco teórico metodológico

Este trabajo se abordó desde el concepto de Paisaje Cultural Acuático -PCA, el cual parte del entendimiento del contexto geográfico y cultural en el cual se desenvuelven las comunidades afrodescendientes que habitan el Pacífico colombiano, un territo-

rio con características físico ambientales ligadas principalmente al agua; como las innumerables redes de drenajes que serpentea por la selva húmeda tropical, las cascadas, los mangles, la alta pluviosidad y el océano Pacífico. Reconocida como una de las reservas naturales más importantes del mundo, el Pacífico en Colombia se configura como PCA.

El PCA, no solo señala los elementos físico ambientales ligados al agua, también apunta a una relación entre este medio acuático y sus habitantes en su mayoría afrodescendientes, quienes trabajan desde unas lógicas acuáticas, llamadas por diferentes autores como sistemas culturales acuáticos, culturas anfibias, epistemes acuáticas, *sentipensamiento*, entre otras; para describir las diferentes formas en que los afrodescendientes se han adaptado a la selva húmeda tropical, vinculando a su cultura pensamientos, sentimientos y la presencia constante del agua en la composición de los paisajes selváticos, que son al mismo tiempo los “escenarios formales e informales de las relaciones sociales que las comunidades negras han construido con el tiempo en sus respuestas adaptativas con el medio acuático, y la manera como han tomado forma en el espacio, según una lógica acuática” (Oslender, 2008, p. 133).

El PCA se toma como una interpretación del mundo que permite el entendimiento y funcionamiento de mundos incomprendidos por la razón y la objetividad; donde las representaciones de sus realidades se relacionan con el agua en todas sus formas, dando lugar a una influencia acuática sobre su cultura. La cual, se puede apreciar por medio de la religión, las artes (pinturas, música, teatro), la tradición oral (mitos, cuentos, poemas) o códigos de comportamiento atados a sus imaginarios. El campo del paisaje y la forma en que codifica formas y dimensiones de la experiencia humana con el entorno acuático y sus gentes, permite a su vez su entendimiento a través de las artes, como la música y las sonoridades únicas, creadas y recreadas en el Pacífico.

Ello, potencializa el diálogo entre las Artes y la Geografía, una vieja relación que desde un enfoque artístico-cultural actual se preocupa por los símbolos, significados y experiencias del hombre sobre la tierra. En este sentido, la musicalidad y sonoridad además de ser demarcadores territoriales, que identifican regiones,

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

territorios y lugares, desde una lectura simbólica que huye de la imagen, descubre paisajes que van más allá de lo que los ojos pueden percibir, “revelando la experiencia geográfica, tan profunda y tan simple” (Dardel, 2015, p.6) que es vivir rodeado por agua, o como Dardel (2015) diría su *Geograficidad*.

En este sentido la *Geograficidad* se describe como “la frontera entre el mundo material, donde se inserta la actividad humana, y el mundo imaginario abre su contenido simbólico a la libertad del espíritu” (Dardel, 2015, p. 5); que en el campo de la sonoridad y musicalidad proveniente de los espacios acuáticos del Pacífico concede a los lugares identidades, influenciado de forma directa y constante sus gustos musicales, acentos, así como evocando en sus letras y sonoridades paisajes del pasado y creando sentimientos de pertenencia por el lugar. (Torres; Kozel, 2010).

Elementos metodológicos

Para este estudio es necesario señalar que el proceso metodológico del análisis del paisaje, parte de considerarlo como un texto cultural, en el que se considera que cualquier intervención humana sobre la naturaleza envuelve una transformación cultural, así este no este siempre presente (Cosgrove, 2012). De manera, que se consideran dos dimensiones del paisaje, una tangible y otra intangible, la primera enmarcada en las marcas visibles en el espacio y la segunda desde la dimensión simbólica a través de las festividades religiosas y rituales.

El análisis del paisaje denota dos enfoques metodológicos, el primero denominado como metodología anfibia- *sentipensante*, que parte de las relaciones de aproximación entre varias disciplinas del conocimiento (Geografía, Historia, Antropología, Sociología, Psicología entre otras), el Arte y diferentes formas de lenguaje, así como también de las relaciones de aproximación entre los actores culturales que son considerados desde el pensamiento y sentimiento es decir *sentipensantes* (Fals, 2002).

Esta metodología permite diálogos interdisciplinarios, que consideran los relatos, entrevistas, diarios de campo, documentos, pinturas, fotografías, poemas, literatura, mitos, leyendas, cuentos

populares, música, películas y canciones, como parte fundamental del paisaje; los cuales, se abordaron desde la interpretación del imaginario, que en suma acciona el análisis de los sistemas de símbolos y significados del paisaje.

Así mismo, al considerar el termino *sentipensante* acuñado por Fals Borda (2002), que considera el conocimiento como integrador de emoción, razón, mente, naturaleza y lenguaje, es decir toda una estructura cognitiva que los actores sociales han desarrollado en el tiempo y espacio para salvaguardar sus patrimonios inmateriales, posibilita aproximaciones o distanciamientos entre ellos propiciando diálogos interculturales.

De esta forma, el entrecruzamiento de las sonoridades y la poética femenina afropacífica anclado al paisaje y la *Geograficidad*, tiene como objetivo el ser humano y sus relaciones con el ambiente en el que vive (Aragão, et al. 2021), comprendiendo las festividades religiosas donde los cantos de *arrullos* y *alabaos* se presentan, como una síntesis fenomenológica de la esencia humana y su existencia espacial (Ídem, et al. 2021). Siendo posible comprender a través de la sonoridad y una propuesta de foto-poemas una composición paisajística acuática que da cuenta de una totalidad como menciona Dardel (2015), y que abarca también una expresión poética sobre el afropacífico.

Esta perspectiva metodológica, también se orienta hacia lo que Pinheiro (2020) llama de mestizaje, en el que se destaca la influencia de la naturaleza con la construcción de unas sonoridades diferenciadas dentro de la misma comunidad. Así, los “sonidos característicos que componen “áreas” em la cuales un lugar particular tiene su singularidad no solo en términos de geografía o aspectos físico-temporales, sino también por sus propiedades en términos acústicos” (Pinheiro, 2020, p. 15). Lo que permite generar sonoridades diversas al habitar el río, el mar o convivir con la presencia constante de la lluvia.

De esta forma, y como señala Pinheiro (2020) “el paisaje natural [acuático] susurra en las entrañas de la lengua que, en esas arterias, bulle de cosas de la naturaleza” (p. 16).

El segundo enfoque se deriva de la teoría de los vectores simbólicos de Oliveira (2012, 2018), la cual, se fundamenta en la

trialectica de fuerzas vectoriales: *político-turístico*, *mítico-religioso* y *comunicacional-científico*, donde estas fuerzas se articulan y tensionan buscando un equilibrio (Oliveira, 2012), es una metáfora de la física moderna usada para la composición de eventos que caracterizan la funcionalidad de los lugares. De esta forma, el vector *político-turístico*: comprende la relación y constante negociación de normas y políticas regulatorias, que formalizan intercambios conforme al poder del mundo técnico-científico. El vector *mítico-religioso*: “controla nuestras creencias en la pre-modernidad de los cotidianos íntimos, y vigoriza en la contemporaneidad las demostraciones clave de los saberes de tradición, ya sea por el camino del mito, o ya sea por las estructuras religiosas o filosóficas” (Oliveira, 2012, p. 209). *Comunicacional-científico*: se refiere a la estética de la publicidad y responde por el *imaginético* de la sustentabilidad económica y ecológica. Las tres fuerzas vectoriales se manifiestan por la Visitación (*político – turístico*), Ritualización (*mítico-religioso*) y Comunicación (*comunicacional-científico*). “De este modo la festividad ‘ritualizante’, la publicidad ‘comunicante’ y el turismo ‘visitante’, representan fuerzas que se comunican y consolidan el espacio simbólico” (Oliveira, 2018, p. 176).

Cabe resaltar, que para este estudio el vector *mítico-religioso* y *comunicacional-científico*, destacan la fuerza poética y social de las sonoridades afro femeninas; siendo el vector *político-turístico* un campo que se presenta con menor fuerza, ya que, ha sido difícil la inversión pública en zonas periféricas como el Pacífico, debido a los problemas históricos de invisibilización y violencia armada. Lo cual, ha impedido que se amplíen las representaciones de este bien inmaterial a nivel cultural y social.

Resultados: Paisajes sonoros femeninos

El paisaje sonoro, destaca el elemento sonoro del Paisaje Cultural, como la música, los ruidos, las voces, los sonidos producidos por el hombre y los fenómenos de la naturaleza, constituyendo el paisaje sonoro de un determinado lugar (Furlanetto, 2016, p. 363). Según Torres y Kozel (2010) el paisaje sonoro también concede identidades a los lugares y es clave para

recordarlos, ya que al incorporar los sonidos de un determinado lugar también vincula la memoria y la cultura de sus habitantes.

En este sentido el PCA, va considerar la música del Pacífico: la poesía y los cantos de *arrullos* y *alabaos*, como marcas del paisaje, que vinculan el agua, en sus usos y sonidos, así como también, de forma metafórica y metafísica, valiéndose del lenguaje y símbolos, que en su totalidad da cuenta de las realidades del lugar donde se producen.

Estos cantos tradicionales del Pacífico nacen para acompañar ritos religiosos, como en el caso de las “*Balsadas del río Guapi*” en el que la musicalidad proveniente de instrumentos como la marimba, los cununos, bombos y guasa acompañan los *arrullos* hacia la virgen *Purísima* durante las procesiones y las misas. Los *alabaos*, por su parte, son usados tradicionalmente en el ritual del alumbramiento a ‘San Pacho’, realizado un día antes de la conmemoración del día del santo con una procesión en la madrugada en la cual las mujeres entonan cantos de *alabaos* y con velas alumbran el santo.

Estos cantos también son tradicionalmente usados para acompañar los ritos fúnebres significando un canto de lamento o tristeza, y los *arrullos* o *chigualos* también se usan para el rito fúnebre de los infantes. La interpretación de los instrumentos y los cantos en su conjunto constituyen la música del Pacífico sur, pero para fines del estudio se analizarán los cantos tradicionales, ya que por lo general las mujeres son las cantadoras y los hombres los intérpretes de los instrumentos tradicionales.

Los cantos de *arrullos* y *alabaos* son una tradición que sigue viva, especialmente en algunas zonas del Pacífico sur (conformado por los departamentos de Cauca, Valle del Cauca y Nariño) como en las fiestas religiosas de las ‘*Balsadas del río Guapi*’ “donde todavía se escuchan la marimba, el bombo y los cununos, acompañados por las voces femeninas de las cantoras, que con sus voces transmiten la sabiduría ancestral” (Romero, et. al. 2009 p. 73). Por el contrario, en el Pacífico norte (departamento del Chocó) los cantos de *arrullos* también conocidos como *chigualos* y los *alabaos* se entonan sin la compañía de instrumentos musicales, solo las voces de las mujeres acompañan el ritual del alumbramiento a ‘San Pacho’. (ver figura 2)

Estos cantos nacen en la colonia española como “resultado

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

de un proceso de sincretismo musical practicado por las primeras generaciones de esclavos que llegaron al pacifico colombiano en el siglo XVI” (Pinilla, 2017, p.156), que tenían como función conducir el alma a África representando un canto de libertad.

En la actualidad, los *alabaos* son usados para ritos fúnebres, es un canto que hace soportable el dolor producido por la muerte de un ser querido, y en el Chocó también son usado para adorar a los santos patronos y pedirles que interceda ante un favor. A diferencia de los *arrullos* que en el Pacífico sur son usados para acompañar las festividades, adorar a los santos o como canciones de cuna, ya que celebra la vida.

Estos cantos tienen un formato responsorial donde se destaca la voz de una líder y el coro responde, manteniendo una estructura básica de los romances y cantos litúrgicos propios de la iglesia cristiana, los cuales han sido enriquecidos y resignificados con elementos propios de las comunidades afrodescendientes (Pinilla, 2017, p. 154), honrando tanto la vida como la muerte a través de ellos: “Lo que nosotros transmitimos a través de estas manifestaciones es nuestra cotidianidad desde que se nace hasta que se muere” (Aura Helena Gonzalez, Conversatorio red de manifestaciones patrimoniales de Colombia, realizado 21 de julio de 2020).

Por otra parte, es importante destacar que en el Pacífico sur, las voces femeninas son el complemento necesario e inseparable del conjunto de marimba, ya que, juegan un papel importante en la medida que estas siguen los ritmos de los instrumentos que las acompañan y viceversa, siendo a través del canto de un *arrullo* o *alabado* una de las formas comunes de afinar una marimba tradicional. Además, las cantoras dimensionan un papel mucho más importante:

Ser la cantora significa ser productora de la memoria y las costumbres de un pueblo. El canto en tiempos de esclavitud era el escape, no solo de las mujeres, sino también de los hombres, del yugo del amo. En los plantíos, en los ríos, en la cocina, en cada labor que desempeña el negro esclavizado, la música estaba presente: pero casi siempre las mujeres eran las cantoras. Actualmente alguna de las letras recopiladas está ligada a momentos específicos de la cotidianidad, velorios y entierros

o matrimonios de un miembro de la comunidad, en algunas ocasiones se celebra las fiestas religiosas con procesiones acompañadas de cantos al santo, en otras se improvisan los cantos a lo largo de la travesía por los ríos y mares (Romero, et. al. 2009, p. 73).

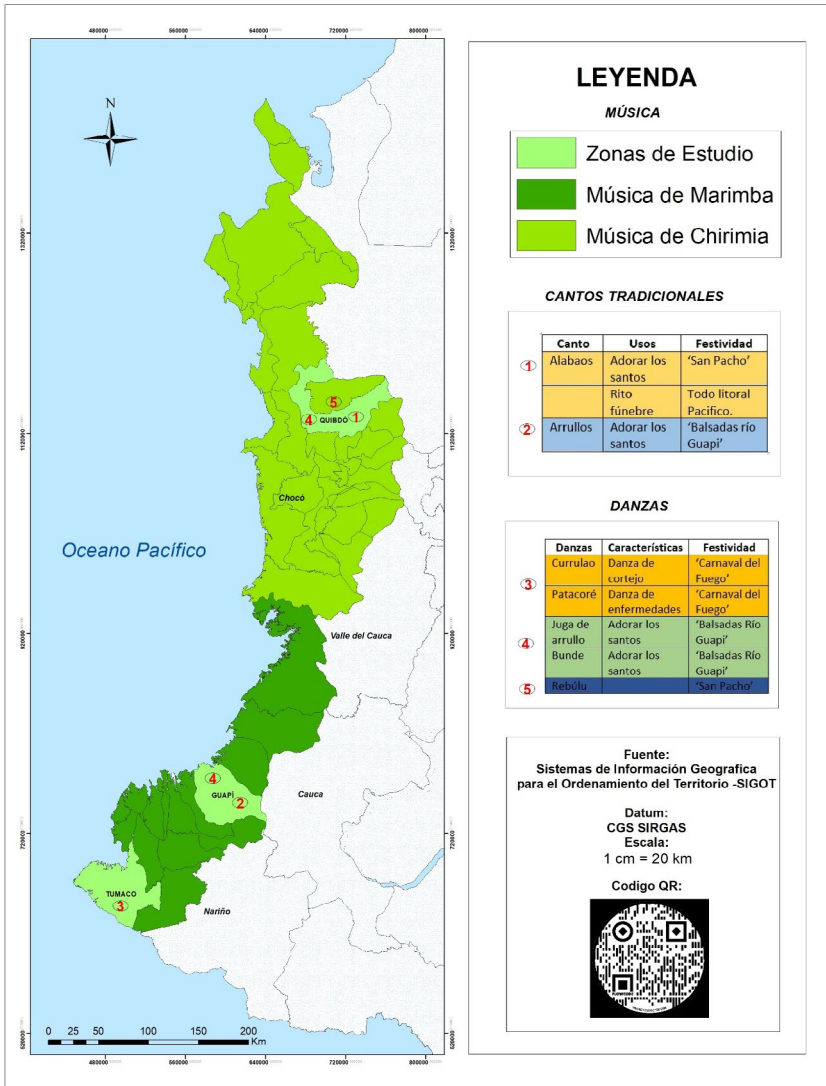
Si bien, como lo afirma Romero en la cita anterior, el canto tradicional del Pacífico es reflejo de la *Geograficidad* de las mujeres afrodescendientes, pues en sus interpretaciones cuentan las historias de su vida cotidiana, de sus ancestros, su relación con los santos y su experiencia con el espacio geográfico, que tienen lugar principalmente entre los ríos y los manglares, lavando ropas a sus orillas o colectando moluscos en medio de las raíces de los manglares. Así, los espacios de colinas y montañas, donde se presentan con más fuerza la selva espesa y profunda donde habitan los seres míticos, es el lugar que le corresponde al hombre.

Este patrimonio inmaterial declarado por la UNESCO en 2015, compuesto por voces femeninas e instrumentos contruidos e interpretados por hombres también son acompañados por danzas, las cuales ante la mirada occidental podría ser inapropiada, ya que transforman la fe o el dolor en un símbolo complejo de festejo (Arango, 2014). Lo que genera, que estas manifestaciones sean en ocasiones vistas como actos profanos, que muestra un escenario donde la comunidad se reúne para cantar, danzar e ingerir bebidas alcohólicas ya sea para despedir un alma o para adorar un santo, pero, es la forma en la que los afrodescendientes vivencian su mundo religioso.

Por ejemplo, y según Birenbaum (2010) para ganar un favor de un santo en el Pacífico sur se usan los *arrullos* que cumple la función de ‘calentar’ el santo, pues se considera que los santos al provenir del cielo que es frío deben ser calentados con la alegría humana, que implica el consumo de alcohol, la buena ejecución de los músicos y cantoras, que sirven para darle energía al santo, sacándolo por un momento de su divina acción y recordándole su humanidad, contrarrestando el frío con el calor, siendo así una forma de hacer más efectivo que el santo interceda por el hombre ante el favor pedido.

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

Figura 2 - Principales expresiones artísticas en las festividades Afropacíficas.⁸



Fuente: Elaborada por la autora.

⁸ Ver este mapa de forma interactiva en el siguiente link: <https://arcg.is/5abaH> o escanear el código QR ubicado en la parte inferior derecha del mapa para el acceso a información audio visual.

Por otra parte, es importante destacar como el canto en las mujeres vincula los sonidos del agua para su afinación e inspiración melódica, por ejemplo, Doña Pastora Riascos afirma que los mejores sonidos son cuando el río esta caudaloso:

Porque todas las aguas que van pa' dentro van caudalosas, van con golpe, pero ya las que van pa' bajo no. Esas van sin fuerza y eso es lo que es. Son las melodías mejores. Yo tengo todos los golpes de las olas en mis cantos, en mis alrededores, donde ando. (Gestora cultural de Tumaco, entrevista extraída del documenta: Sonidos del Agua, músicas de marimba y cantos tradicionales del Pacífico sur, 2013).

La *Geograficidad* que se puede encontrar en las palabras de Doña Pastora es muestra de la importancia del medio acuático en el que esta mujer y muchas mujeres del Pacífico viven, experimenta y perciben, vinculando los ríos y sus sonidos a la forma particular de sus cantos, siendo el río el lugar donde se encuentran con sus comadres, donde bogan con sus hijos, donde nadan, donde extraen el agua para bañarse y cocinar (esto aún se ve en muchos parajes del extenso Pacífico). Es de ahí, del río, donde los cantos se producen, como lo manifiesta Elana Valencia:

Los cantos se utilizan para enamoramientos, para echar sátiras, para enviar razones, y los cantos de las mujeres por lo general cuando bajamos por el río, pues no llevamos un instrumento más que nuestra voz y nuestros canaletes (Gestora cultural Buenaventura, entrevista extraída del documenta: Sonidos del Agua, músicas de marimba y cantos tradicionales del Pacífico sur, 2013).

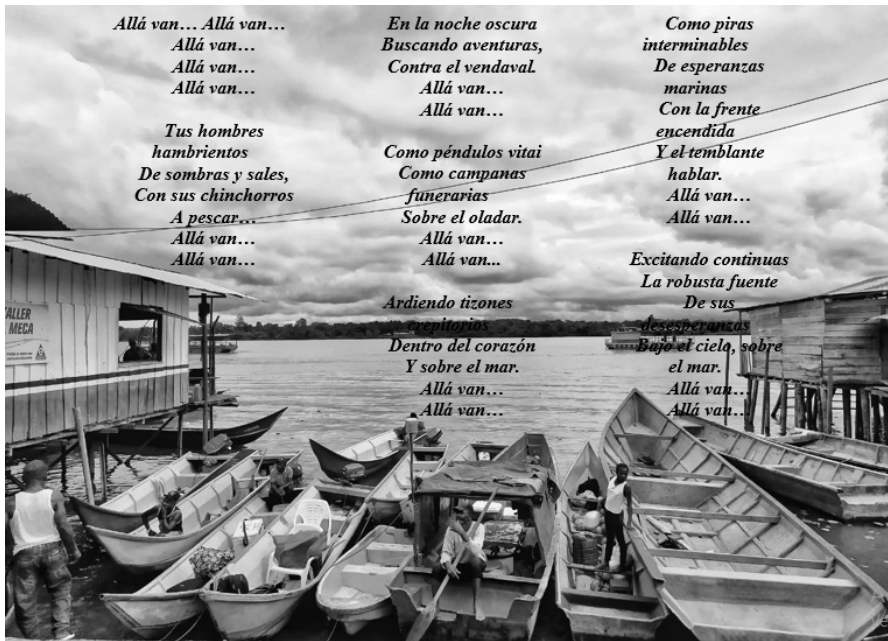
Los cantos provenientes de las cantadoras transmiten los golpes del agua, aprendidos con la experiencia de navegar los ríos, bogando con sus canaletes (remos) que a su vez dibujan paisajes en la medida que relatan a través de los cantos y letras la riqueza natural, social y cultural afropacífica, como producto de esa experiencia ambiental. Un ejemplo de ello son los cantos de Boga aun presentes en el municipio de Guapi, los cuales van al ritmo del canaleta mientras se está bogando por el río:

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

A la velocidad que iba mandando el canalete, así mismo iban cantando, entonces lo que hacían ellas era cantar lo que vivían, lo que pasaba en la casa lo iban cantando, o cuando tenían una pelea con alguna vecina aprovechaban para irse tirando entre las dos mientras iban bajando el río, entonces comenzaba una a tirarle, y la otra le respondía y así peleaban, se iban peleando en el potrillo, se iban así y cuando llegaban acá otra vez ya eran amigas, ósea todo lo que tenían que decírselo se lo decían cantando y como no era una manera que uno normalmente alega, sino una manera más calmada entonces empezaban a discutir ellas dos, que porque me dejaste de hablar, que porque hiciste esto, esto y eso es así, pero lo decían cantando, ya a lo último empezaban a reflexionar, y yo sé que me equivoque y vainas así, y de ahí se iban bien, y el ritmo más o menos dice, uno de los que le enseñan a uno: ay ya va panguito, voy subiendo y voy bajando, ese es el ritmo del Boga, y todos los versos son así. Van lento, como te digo, ellas van cantando como van mandando el canalete, entonces van al ritmo del canalete; cuando uno anda en el río las ve, pero ellas que venían bajando normalmente ellas venían muy suave, ellas venían cantando, cuando venían metiendo el canalete, ese el ritmo de ellas, el canalete es el que le da el pulso del canto de boga, aunque ya poquito, para no decir que no se ve, se ve poquito, ya eso no se hace mucho, y uno trata en lo grupos de rescatar eso. (Anderson Stiven Obregón, músico y percusionista de Guapi, entrevista realizada 9 de julio de 2021).

De este modo, “un compositor escribe sus músicas inspirado muchas veces en las experiencias individuales o colectivas de su comunidad o su pueblo” (Castro, 2009, p. 7), como se puede apreciar en los cantos de boga, o en la poesía de *alabaos* y *arrullos*. Por ejemplo, en composiciones poéticas de la Chocoana Luz Colombia Zarkanhenko de González (2010), aún desconocida para muchos. En su poema titulado: ‘*Allá van... Allá van...*’ (Ver figura 3) cuenta la historia de las faeneras de los pescadores en el mar, rescatando aspectos de la historia biocultural del pacífico.

Figura 3 - Poema Allá van... Allá van...



Fuente: Elaborada por la autora

Otro de los poemas a resaltar es el de la poetisa, escritora y catadora Mary Grueso, oriunda del municipio de Guapi y una de las primeras mujeres negras en llevar la poesía negra al escenario nacional e internacional, quien relató en el marco de la celebración del mes de la Afrocolombianidad apoyado por la Gobernación del Cauca en 2020, que su impulso por escribir sobre poesía y literatura infantil vino desde el aula de clase, al no encontrar literatura que no reflejara su realidad en la orillas de río Guapi:

La literatura infantil viene desde el aula de clases, porque cuando yo estudie nunca encontré textos donde los negros eran protagonistas, nunca encontré un texto, un cuento de nada, donde los negros estuviésemos. En sociales aparecíamos nosotros con el descubrimiento de América, entonces empezaba como nos habían traído desde África hasta acá y como nos habían traído y finalizaba. El 12 de octubre⁹ y desaparecíamos del aula de clases. Entonces como maestra comencé a ver que eso no era justo,

9 El 12 de octubre en Colombia se celebra el día de la raza haciendo referencia al día en que Cristóbal Colon llega a las Américas por primera vez.

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

porque esta es una nación con diversas culturas, pluricultural, pluri-étnica y multicultural es la cosa. Entonces no es posible que haya una cultura, la indígena y la negra estábamos borradas. (Entrevista realizada el 8 de mayo de 2020).

Figura 4 - Poema Si Dios hubiese nacido aquí.

*Si Dios hubiese nacido aquí
Sería un pescador,
Cogería chontaduro
Y tomaría borojó.*

*María sería una negra
Requete-gordita como yo
Que sobre la cabeza
Llevaría un platón
llenecito de pescado
Ofreciéndolo a viva voz*

*Recorriendo las calles
Por toda la población:
"Llevo pescao fresquito
con leche sin estropiá;
el pargo pa' comé frito,
y el ñato pa' sancochá,
canchimala pa' l tapao
y el tolo pa' surá".*

*Si Dios hubiese nacido aquí,
Aquí en el litoral,*

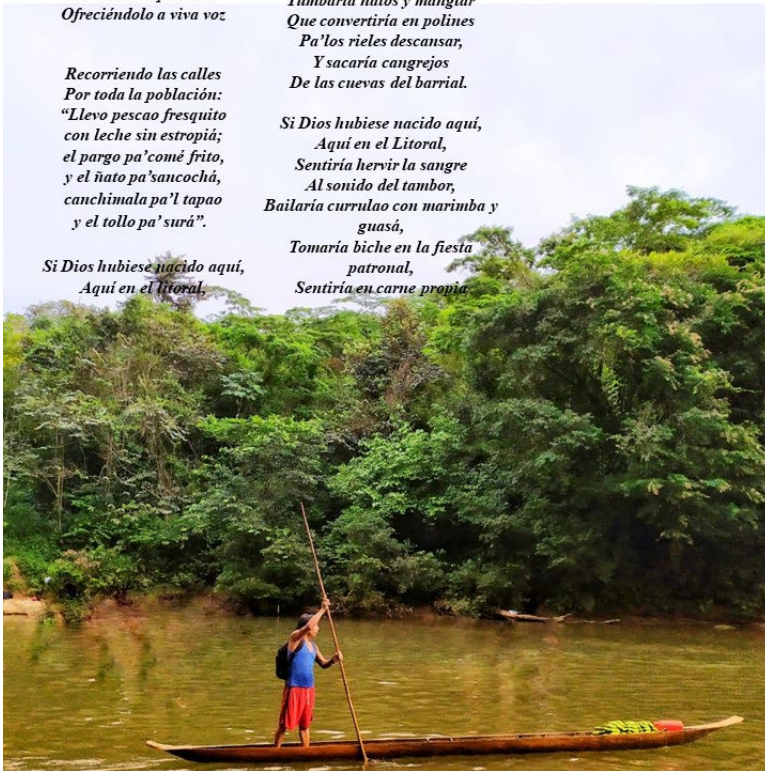
*Sería un agricultor
Que cogería coco en el palmar
Con un cuerpo musculoso
Como un negro de El Piñal,
Con una piel de azabache
Y unos dientes de marfil,
Con el pelito apretado
Como si fuera chacarrás.*

*En la llanura del Pacífico
Tumbaría natos y manglar
Que convertiría en polines
Pa' los rieles descansar,
Y sacaría cangrejos
De las cuevas del barrial.*

*Si Dios hubiese nacido aquí,
Aquí en el Litoral,
Sentiría hervir la sangre
Al sonido del tambor,
Bailaría currulao con marimba y
guasá,
Tomaría biche en la fiesta
patronal,
Sentiría en carne propia*

*La falta de equidad
Por ser negro,
Por ser pobre,
Y por ser del litoral.*

(GRUESO, 2003, p. 69-70)



Fuente: Elaborada por la autora.

Uno de sus poemas más famosos es el titulado: *Si Dios hubiese nacido aquí*. En el que hace una desconstrucción de Dios, y lo describe como un pescador (ver figura 4).

Este poema es el reflejo del PCA que cuenta como es la experiencia del hombre al vivir en el Pacífico, al cual la poetisa relaciona con Dios, un hombre como muchos en este lugar de piel negra *con un cuerpo musculoso* de tanto bogar por los ríos y de su trabajo como pescador en las faenas en altamar, hombre que *cogería chontaduro y tomaría borojó*, frutas típicas y comúnmente consumidas en el Pacífico, hombre que *sentiría hervir la sangre, al sonido del tambor, bailarían currulao con marimba y guasá*, como los tantos y talentosos músicos en el Pacífico. Así mismo, hace alusión a la mujer afro, como *una negra Requete-gordita como yo, que sobre la cabeza llevaría un platón llenecito de pescado ofreciéndolo a viva voz*, esta descripción describe escenas que se pueden observar en lugares como Guapi, Quibdó y Tumaco, donde es común ver las mujeres en los mercados vendiendo pescado fresco o en las cocinas de estos mercados cocinando y vendiendo platos de mar. Este poema no es más que una descripción de esas escenas cotidianas, de esos PCA que se pueden observar cuando se recorre algún paraje en el Pacífico.

Las mujeres y la aguas

El canto y la poética inscrito en las voces de mujeres afrodescendiente describe PCA desde la experiencia femenina con el espacio geográfico, donde los lugares y actividades que realizan son diferentes a las de los hombres; dándose la experiencia de las mujeres en contextos de las orillas de los ríos, en los mangles, en la vivienda, en la cocina o en los mercados; lugares “donde la feminidad está controlada y la mujer puede desarrollar su papel como generadora de vida a través de la producción de alimentos cocinados” (Camacho, 2004, p. 89), por ello se prohíbe a las mujeres habitar o visitar el ‘monte’, la selva o la montaña alta, ya que ahí es donde la domesticación del espacio por el hombre termina y se da lugar al espacio donde habitan los seres sobrenaturales, en su mayoría de naturaleza femenina, vegetal, salvaje, fría, como la madre monte (Camancho, 2004). De esta forma, lo femenino se encuentra controlado en los espacios domesticados, donde las mujeres adquieren su experiencia con el espacio geográfico, el cual se refleja en los cantos que aluden a estas.

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

Estos espacios que se le han concedido a la mujer afropacífica por estar representada en el arquetipo de la madre (Neumann, 1999) en el inconsciente colectivo de la comunidad ha determinado el ordenamiento espacial de los lugares que habitan, así como los cantos que las mujeres interpretan. Según Neumann (1999) lo femenino enmarcado en la madre se puede interpretar a través de imágenes simbólicas que envuelven varias figuras y que se pueden difundir a través de hábitos, ritos, leyendas y religiones.

De esta forma la figura de madre bondadosa, protectora y fértil se puede encontrar en los cantos de *arrullos* usados para los ritos de la vida como las *ombligadas*, ya que, el ombligo significa la conexión con la madre y la vida misma, como también significa la conexión con la tierra y sus ancestros (Arango. Por otro lado, la figura mística ‘mana’ en los cantos de *alabaos* que acompañan el rito de la muerte; aluden a la figura destructora, oscura y demoniaca en las imágenes de entidades míticas y sobre naturales que habitan las partes altas de las montañas como la madre monte y la tunda (Machado, et al. 2021).

Esta riqueza musical femenina determina paisajes rituales practicados en los espacios domesticados; así como moldea paisajes físico-naturales que vincula lo femenino demoniaco a la montaña, a la selva y a lo no domesticado por el hombre. Reivindicando a través de elementos patrimoniales como los cantos tradicionales y su vínculo con los ritos religiosos hacia sus divinidades, un dialogo con la riqueza existencial de la tierra con la condición femenina de la humanidad (Oliveira, 2012).

En ese sentido, lo femenino de la humanidad no es más que una parte fundamental de la construcción Dardeliana del ‘Hombre y la Tierra’ (2015), que Oliveira (2012) llama de ‘Las mujeres y las Aguas’, dimensión que compone este mundo afropacífico cargado de simbolismos e imaginarios que le dan sentido y significados al agua, al río, a las divinidades de naturaleza femenina como ‘La Purísima’, la protectora, quien lava los pecados, generadora de vida, la que cura, calma las tormentas e inundaciones, que concede milagros etc; así como la figura femenina demoniaca, torrentosa, turbia e indómita, tomando forma en el imaginario de los afrodescendientes como seres míticos con los cuales también se convive,

realizan rituales, se les canta, piden favores y se les respeta; por ejemplo la madre agua, una doncella que habita los ríos cristalinos del Pacífico que ahoga pescadores e infantes, que comúnmente es personificada en festividades como el ‘Carnaval del Fuego’ en municipio de Tumaco.

‘Las mujeres y la Aguas’, por tanto, parte de comprender que el espacio geográfico del Pacífico se completa con una interpretación de sus paisajes y significados, desde la diversidad de experiencias que ligán a las mujeres con las aguas que las rodean y al hombre con la naturaleza femenina destinada para él.

Consideraciones finales

El PCA reflejado en los poemas, cantos de *arrullos* y *alabaos*, no solo debela “una geografía comprendida como lo que está al redro del hombre, como ambiente terrestre” (Dardel, 2015, p. 30), sino también un paisaje que está en un momento vivido, a una ligación interna con la tierra, que se cohesiona con elementos religiosos, metafísicos, sociales y ecológicos. Que son rastreables a través de las metáforas de los poemas y letras de las canciones, en los significados de los rituales o en los sonidos del agua que reproducen sus voces, como resultado de la experiencia y conocimientos sobre el entorno acuático en el que se desenvuelven.

Las sonoridades acuáticas a su vez, crean imágenes que nos transporta a paisajes de exuberantes selvas, bañadas por una inmensa de red de drenajes y habitados por gente afrodescendiente, apareciendo como un fijador de adhesiones territoriales, siendo la música el soporte sensible de los lazos que los identifica (Raibaud, 2009) que permite relacionar tipos de músicas a los territorios, convirtiéndose en un soporte de identificación (Dozena, 2016).

Lo femenino de las aguas pone en cuestión la visión patriarcal de la geografía que nos orienta, pues las ligaciones existenciales con la tierra y los afectos sin duda se diversifican dependiendo de la experiencia de quienes la experimentan. Así lo femenino como una orientación complementar al sentido Dardeliano de la conexión del hombre y la tierra, permite mostrar una visión más rica, y la posibilidad de conjugar elementos interdisciplinarios y artísticos.

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

De esta forma las expresiones artísticas apropiada por las mujeres afrodescendientes evidencia una trama de símbolos y significados, que determina lugares de tránsito de lo femenino y de lo masculino, siendo la montaña, el río, el bosque, relacionándolos a lo que es domesticado por el hombre o los lugares que son habitados por seres mitológicos de naturaleza femenina.

Finalmente, los procesos sonoro-musicales como un ejercicio que guardan su mayor expresión en las voces femeninas, permiten conocer como se ha organizado el espacio geográfico en el Pacífico a partir de su cosmovisión, su diversidad e historia biocultural, entendida en su conjunto como un paisaje organizado al redero de una tonalidad afectiva, perfectamente válida, aunque refractaria a toda reducción meramente científica (Dardel, 2015).

Referencias bibliográficas

ARANGO, Ana. Cuerpos endurecidos y cuerpos protegidos. Prácticas y rituales en el orden corporal de los niños afrodescendientes del Pacífico colombiano. *Revista Espacios Transnacionales*, No. 3, p. 26-38, 2014.

ARAGÃO, Raimundo; OLIVEIRA, Christian; CAVALCANTE, Tiago. Fotograficidade: A Paisagem Humana no Imaginário Poético do Círio de Nazaré em Belém do Pará – Brasil. *Revista Sociedade & Natureza*, Vol. 33, p. 1-14, 2021.

BIRENBAUM, Michael. Las poéticas sonoras del Pacífico sur. In: OCHOA, Juan Sebastián; SANTAMARIA, Carolina; SEVILLA, Manuel (Eds.). *Músicas y prácticas sonoras en el Pacífico afrocolombiano*. Bogotá: Ed. Pontificia Universidad Javeriana, p. 182 -205, 2010.

CAMACHO, J. Silencios elocuentes, voces emergentes: reseña bibliográfica de los estudios sobre la mujer afrocolombiana. In: PARDO, Mauricio; MOSQUERA, Claudia; RAMIREZ, Maria. (Eds). *Panorama afrocolombiana, estudios sociales en el Pacífico*. Bogotá: Instituto Colombiano de antropología e historia-Icanh, Universidad nacional de Colombia, 2004.

CASTRO, De Daniel. Geografia e música: a dupla face de uma relação. *Revista Espaço e Cultura*, Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.26, p. 7-18, 2009.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. (orgs) *Geografia cultural: uma antologia*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012.

_____. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: Corrêa, Roberto Lobato; Rosendahl, Zeny. (orgs) *Geografia cultural: uma antologia*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012.

DARDEL, E. **O homem e a terra, natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

DOZENA, A. O papel da corporeidade na mediação entre música e o território. In: DOZENA, A. (Org.). **Geografia e Música, diálogos**. Natal: EDUFRN, p. 372-398, 2016.

FALS, Orlando B. **Historia doble de la costa. Mompox y Loba. Tomo I**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

_____. **Historia doble de la costa. Resistencia en el San Jorge. Tomo III**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

FURLANETTO, Beatriz. Paisagem sonora: uma composição geomusical. In: DOZENA, A. (Org.). **Geografia e Música, diálogos**. Natal: EDUFRN, p. 349-371, 2016.

GUTIÉRREZ, C. **Marimba de chonta: um instrumento de matriz africana Considerações sobre a sua representação no projeto de identidade nacional da Colômbia**. 2015. Trabalho de conclusão de curso, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2015.

MACHADO, Ivna; De AGUIAR, Jacquicilane; BELTRÁN, Jesica. **Sacralidade e simbolismo feminino no espaço latino-americano**. In: OLIVERIA, C. (Org.). Curitiba: CRV, 2021.

NEUMANN, Eric. **A grande mãe: um estudo fenomenológico da constituição feminina do inconsciente**. Tradução: Fernando Pedraza de Maros e Maria Silva Mourao Netto, 6 ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

OLIVEIRA, Christian. **Caminhos da festa ao patrimônio geoe educacional: como educar sem encenar geografia?** Fortaleza: EDUFC, 2012.

_____. **Matergrafia e patrimônio: Santuários Marianos como espaço simbólico e vetorial da Latinidade. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 13, n. 3, p. 170 - 194, 2018.**

OSLENDER, U. **Comunidades negras y espacio en el Pacífico Colombiano: hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia ICANH, 2008.

PINILLA, Andrea, B. **Alabaos y conflicto en el Chocó: noticias de supervivencia y reinención. Revista Encuentros, No. 15-3, p. 152-169, 2017.**

PINHEIRO, Amálio. **A condição mestiça. Revista Pasquinagem, Nº10, p. 10-24, 2020.**

RAIBAUD, Yves. **Musiques et territoires : ce que la géographie peut en dire. Colloque international de Grenoble musique, territoire et développement local, nov. 2009, Grenoble France.**

ROMERO, Carolina; CASTAÑEDA, Felipe; POSADA, Martha; VIVAS, Nohemy; LEAL, Norma; ALVAEZ, Juana; GIRALDO, Jorge. **XIII Festival de música del Pacífico: Petronio Álvarez, memorias de una fiesta pacífica**. Cali: Alcaldía Santiago de Cali, 2009.

Capítulo 10 - Paisajes sonoro femeninos del afropacífico colombiano

TORRES, Marcos; KOZEL, Salette. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aso estudos culturais em Geografia. *Revista RA'EGA*, Editora UFPR, v. 20, n. 20, p. 123-132, 2010.

ZARKANCHENKO, Luz. Allá van...Allá van. In: OCAMPO, Alfredo; CUESTA, Guiomar; (Org). *Antología de mujeres poetas afrocolombianas*. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010.

CAPÍTULO 11

Tramando redes de afetos

Jorge Bassani¹

Pesquisa com extensão [tempo e partilha]

As colocações deste artigo, antes de se referir, se apoiam em dois projetos de pesquisa: o *Núcleo de Arte Educação Ambiental (NAEA)*, realizado entre 2022 e 2024 com financiamento da Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo (PRCEU-USP); e o *Praça de Aulas*, iniciado em 2023 com término previsto para 2025, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Não é seu objetivo apresentar os resultados de nenhum deles, o livro com as avaliações e reflexões a partir do NAEA está no prelo e o *Praça de Aulas* está em processo. O objetivo deste artigo é refletir sobre estes dois projetos a partir de uma dimensão sempre conversada pelas pessoas do grupo de pesquisa, no entanto, nunca tratada como unidade autônoma, mas sempre diluída nas demais dimensões do trabalho, na sua efetivação e avaliação dos resultados.

Refiro-me à dimensão dos tipos de produção de subjetividades que os dois projetos operaram (e operam) no grupo de pesquisadores, ou seja, como o pesquisador, sujeito, é impactado, afetado pela atividade da pesquisa. Importante destacar que este objetivo não se revela como questão endêmica e, menos ainda, dedica-se à constatação de quanto o pesquisador se desenvolveu profissionalmente com a pesquisa, nenhuma observação quantificável faz parte de seus argumentos. As subjetividades transformadas inserem-se em um debate muito mais amplo acerca dos formatos, métodos e estratégias da pesquisa sobre territórios, em outras palavras, como a complexidade, polissemia e multidimensionalidade territoriais podem transformar-se em instrumental na formação de sujeitos de pesquisa atento e sensível às suas dinâmicas.

1 FAUUSP - jbasani@usp.br - orcid.org/0000-0001-8968-3255

Portanto, vou me ater a este aspecto dos dois projetos e ambos têm muito a oferecer neste sentido. Apesar de substancialmente diferentes, eles têm muito em comum sob três pontos de vista: 1. o territorial, são trabalhos realizados cotidianamente em territórios fora da universidade; 2. a parceria, ambos contam com grupos organizados nos territórios como parceiros; e 3. o mais importante ponto para a argumentação aqui conduzida, são projetos que articulam pesquisa com extensão universitária.

Estes três pontos em conjunto configuram a condição muito especial em que estes trabalhos são realizados e os níveis de atravessamento nos pesquisadores que neles atuam. A condição é especial para estudos territoriais, porém mais enfaticamente, para a discussão sobre como o grupo é afetado pelo trabalho no território ao ponto de transformar amplamente o próprio projeto.

Na prática esta condição especial tem dois aspectos fundamentais para que o processo de trabalho impactasse tão profundamente os grupos envolvidos no trabalho, pesquisadores e parceiros do território: tempo e partilha.

Os pesquisadores são do *Grupo de Estudos Mapografias Urbanas* (GeMAP), alocado na FAUUSP. Formado em 2010 como grupo de pesquisa formal e laboratorial com o objetivo de estudar formas de representação da complexidade urbana contemporânea, dois anos depois chegou à conclusão que não se acessa esta complexidade sem entender a cidade como território, como disputas; ou seja, sem entender o emaranhado de relações do pedaço de terra com seus habitantes. Associadas a esta conclusão foram adotadas outras estratégias de estudo, em especial, a produção de mapas coletivos com comunidades territorializadas pela cidade.

Desde 2012 o GeMAP realiza o trabalho *Mapografias de São Paulo* com a construção de mapas por adolescentes de escolas públicas pelos bairros de São Paulo. O formato adotado para a realização foi o de extensão universitária, foi uma opção meramente executiva. Já nos primeiros anos do projeto ficou claro ao grupo que não era só isso. O GeMAP é afetado pelo processo, a opção executiva se tornou a menos importante, percebeu-se que a extensão era uma opção metodológica, ideológica e filosófica para os trabalhos do grupo. Nos anos seguintes ela foi adotada, inclusive, como tema

de estudos aprofundados para operá-la articulada à formação e à pesquisa.

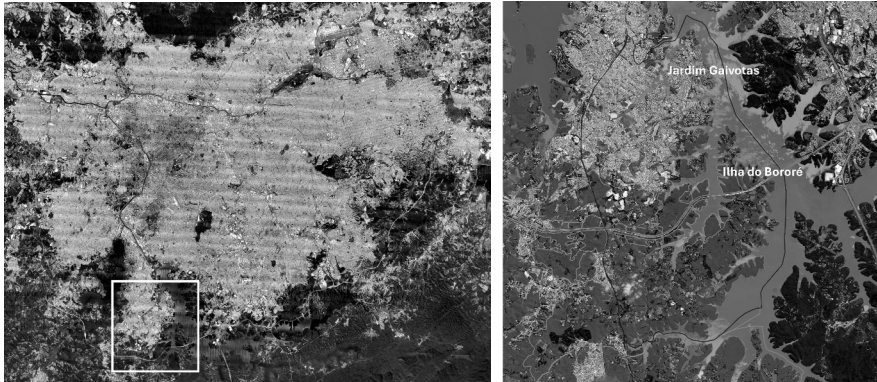
A fundamentação desses estudos e as correlatas implicações práticas seguem as orientações dialógicas de Paulo Freire, o que é bastante usual, porém ainda as mais claras e generosas na observação das trocas entre universidade e comunidade. Relevante aqui é que, amparado na proposta dialógica, o grupo identificou dois problemas graves no trabalho. Podemos resumi-los em tempo e partilhas interrompidas.

Nos primeiros anos o *Mapografias* se enquadrava no formato de projeto de extensão dos editais da USP pelo período de um ano, logo percebemos que não era o suficiente para criar laços mais profundos com o território e consolidar as parcerias locais. Convictos de que “extensão é parceria” (D’Ottaviano e Bassani, 2022), testamos estratégias para um diálogo aprofundado com as comunidades escolares, elas só se mostraram eficientes a partir de duas condições, a permanência prolongada no território e o nível de organização e articulação dos interlocutores no território.

Desde 2017 começamos a construção dessas condições, o GeMAP está trabalhando desde então no mesmo território com os mesmos (em permanente ampliação) parceiros de projetos. Não cabe aqui descrever os motivos que emperravam a permanência mais duradoura nos anos anteriores quando o *Mapografias* foi aplicado na periferia Leste de São Paulo, mas deve ser destacado que nossa entrada no território é pela escola pública, dependendo do grau de articulação dela com a comunidade e seu território, o trabalho de extensão na parceria pode ser mais prolongado ou não.

Estamos na Zona Sul de São Paulo, às margens da Represa Billings há sete anos, somos íntimos das pessoas e dos lugares, somos amigos de muitas das pessoas, trocamos ideias e sonhos, de vida e de trabalho. É evidente que o processo de extensão e dos diálogos que pressupomos que ela constrói ficam em outro patamar. O desenvolvimento do trabalho passa a ser de autoria coletiva, são nossos projetos, do grupo de pesquisa da USP e de seus parceiros nos territórios, porque queremos coisas comuns e a via de alcançá-las é fazê-las juntos.

Figura 1. Localização dos territórios de trabalho em relação à metrópole São Paulo



Fonte: Marcações próprias sobre foto aérea do Google Earth

A reflexão que incide sobre o processo de construção desses diálogos constitui parte dos trabalhos de pesquisa do GeMAP, entretanto, perseguindo os objetivos deste artigo, é necessário destacar como questão metodológica, que a pesquisa não incide sobre o trabalho ao término da extensão universitária. Enfaticamente pelo contrário, ela deve percorrer todo o processo. Só assim o pesquisador, atravessado pelas trocas proporcionadas pelo território, constitui-se como sujeito da pesquisa e do território.

Esta articulação de pesquisa e extensão é o centro nervoso dos dois projetos apresentados neste artigo, contudo não são projetos associados aos trabalhos de extensão em curso pelo GeMAP na Represa Billings, cada um deles forma uma unidade integral, com objetivos, justificativas e métodos específicos e localizam-se em territórios diferentes do universo do Grajaú. Porém, são em territórios e com parceiros que o grupo mantém estreita relação depois desses anos todos.

A unidade de cada projeto constrói a pesquisa lançando os próprios métodos e procedimentos na articulação com a extensão. O histórico do GeMAP constituiu uma base sólida para que essa articulação não fosse um adereço de projeto, mas sim sua matriz metodológica.

O NAEA é um projeto de pesquisa em parceria com o *Laboratório de Ensino e Material Didático* (LEMADI - FFLCH-USP) que objeti-

va discutir as políticas públicas para a educação e propor métodos de formação continuada no currículo dos ensinos fundamental e médio a partir do cotidiano no território. Entre 2022 e 2023 realizamos um piloto do projeto na escola Prof. Adrião Bernardes na Ilha do Bororé, escola e território onde estávamos com o trabalho de extensão nos últimos anos.

O projeto piloto colocou em prática os métodos propostos pelo Núcleo para subsidiar a avaliação metodológica e a reflexão sobre as políticas públicas para a educação e o meio-ambiente, bem como, a própria noção de território educativo. Sua efetivação foi no formato de extensão, oficinas, rodas de conversa e atividades de reconhecimento territorial fora da escola. Mas cada atividade de extensão configurava um campo de pesquisa. Se a questão fundamental do projeto é a trans-formação dos sujeitos no território, acompanhar cada atividade constitui numa experiência de pesquisa que, além da coleta de dados e informações, incidiu na formação do sujeito pesquisador frente ao seu problema.

O Praça de Aulas é um projeto apoiado na parceria com coletivos artísticos e ambientalista que promovem trabalhos no Jardim Gaivotas, Grajaú, São Paulo. O projeto foi contemplado em edital do CNPq direcionado à “divulgação científica e cultural” concorrendo com grandes museus e centros culturais, tendo como base institucional uma pequena sede na periferia da cidade. Em nosso entender o reconhecimento do CNPq está condicionado ao problema de pesquisa do GeMAP: como capilarizar a difusão científica-cultural nas periferias metropolitanas. Seu objetivo é discutir e propor alternativas a partir dos espaços públicos periféricos concentrando esta perspectiva de difusão do conhecimento, seja ele erudito ou dos saberes territorializados.

O projeto global pesquisa + extensão, ainda em andamento, foi criado já em diálogo com coletivos do Jardim Gaivotas que constitui o Ateliê da Margem, onde acontecem as atividades extensionista que definem o campo para a pesquisa. Ele acompanha as atividades normais dos coletivos no território a partir de quatro chaves: permacultura, navegação, arte urbana e alimentação saudável. Enquanto pesquisa registra e discute as atividades a partir da participação nelas, os resultados ainda estão

em fase preliminares, mas devem seguir o princípio dialógico da produção em conjunto.

Figura 2 - Projeto de extensão no Bororé, atividade com crianças em parceria com Ecoativa e Imargem



Fonte: Acervo GeMAP

Apresentei muito sinteticamente os vínculos de cada projeto com a extensão, ou melhor, os dois projetos no contexto da extensão, para enfatizar o que verdadeiramente qualifica essas pesquisas e afetam seus pesquisadores, a pré-existência do *campo*. Na *teoria do campo* de Kurt Lewin, um acontecimento é resultado de uma multiplicidade de elementos internos e externos na produção do comportamento, físico, verbal, afetos e emoções. Contudo, para o psicólogo:

É correto que a teoria de campo enfatize a importância do fato de que cada evento é o resultado de uma multiplicidade de fatores. O reconhecimento da necessidade de uma representação clara desta multiplicidade de fatores independentes é um passo na direção da teoria de campo. (Lewin, 1988, p 53)

Ou seja, o *campo* é representável, o autor sugere o diagrama, onde espaço, posicionamento e a incidência de vetores dos elementos internos e externos sejam claros, no centro do diagrama está explícito ou implícito o sujeito, individual ou coletivo, que compõem o *campo* e o representa na medida em que nele interpreta-se a própria existência do *campo*. Não à toa, uma parte da teoria de Lewin migrou para o desenvolvimento de sua ideia de *terapia de grupo* ou da psicologia social. E também não à toa é uma das principais referências para os métodos de pesquisa-ação.

Com efeito, talvez seja o principal problema para aplicação de métodos de pesquisa-ação, a formação do *campo* com o grupo disposto e estimulado a participar dos trabalhos. Nos dois projetos o *campo* já está formado e representado e ele foi construído pelo grupo de participantes no trabalho, não somente pelos pesquisadores acadêmicos. Configura um *campo* definido por pessoas que participam de um processo, estão envolvidos em algo que lhes diz respeito porque foram elas mesmas que definiram os problemas da pesquisa, seus desejos estão em jogo. O *campo* não existe para colher dados, se trata de colher experiências e saberes de vida, os parceiros não são objetos de pesquisa, são sujeitos tanto quanto os membros do GeMAP, todos subjetivados no território, a pesquisa se coloca antes como *dispositivo* (Agamben, 2009) do que como um veredito.

Neste ambiente de trocas e de construção coletivas de subjetividades são tramadas redes de afetos de grande incidência sobre os indivíduos e sobre o coletivo, por isso falamos em rede, nada relativo ao mundo digital, diametralmente contrária, afetos físicos, presenciais, sensíveis, cada um é um nó (platô) que existe em uma rede que articula o corpo coletivo.

Como toda rede, esta também expõe graus distintos de tensão. Os afetos que promovem são de duas naturezas diferentes, mas que se sobrepõem na construção de subjetividades. A própria palavra *afeto* tem uma ambiguidade semântica, pode estar relacionada à afeição, mas também ao verbo afetar. As duas possibilidades coexistem quando se forma um *campo* (territorializado) para pesquisa-ação que seja diverso (parcerias), construído ao longo do tempo e profundamente marcado pelas partilhas.

Capítulo 11 - Tramando redes de afetos

Os e as integrantes da rede criam afeição umas pelas outras, se tonam amigos e amigas, passam a ter carinho uns pelos outros, mas também são afetados e afetadas pela presença e expressões de cada nó do corpo coletivo, ou seja, as pessoas (pesquisadores e parceiros da comunidade) são afetadas, impactadas, incomodadas; são deslocadas de seus lugares de conforto e de passividade para outros de atuação e embate. Aí se contrói o trabalho com grande potencial transformador porque ninguém sai como entrou nessa rede.

Mapografias do território [arte e meio ambiente]

O *Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP)* foi formado no âmbito de um curso de urbanismo (FAUUSP, 2010) para estudar, por meio da pesquisa e extensão, as representações do território e seus conflitos. Com o tempo, passou a se entender como um grupo de estudos territoriais observando que o próprio território, e suas múltiplas territorialidades (Haesbaert, 2007), é a questão fundamental.

Estudo(s) territorial(is) é uma sobreposição de recortes em diversos campos do conhecimento, não ocorre na intersecção plana de disciplinas, ele pressupõe mais uma curva de Möbius atravessando diversas disciplinas e voltando a elas mesmas, não são unicamente estudos interdisciplinares, são estudos e atividades transdisciplinares. Porém, em qualquer situação ou circunscrição ele se utiliza de mapas, talvez até mesmo por esta porosidade e fluidez disciplinar (e metodológica) necessite dos mapas.

Nessas condições, o mapa foi (e está sendo continuamente) repositado nos trabalhos do GeMAP. Ele não se trata do objeto de estudo, este é o território, o mapa é o instrumento para portabilizar o que se percebe e reflexiona sobre o território, no entanto, também é muito mais. O mapa reconstrói o território e ele próprio consiste em um território, ele comporta enunciados incidentes e enunciados excedentes do território físico e semântico.

“O mapa não é neutro”, se diz constantemente, ele é um dispositivo ideológico destinado a produzir subjetividades, ou seja, como também é dito constantemente, “o mapa é uma máquina de poder” sobre o território. Não há como se territorializar sem, em algum

momento, se utilizar de mapas na infinitude de tipos que as diversas disciplinas empregam. Em síntese, mais do que a representação do território, o mapa são os múltiplos enunciados sobre o território em atrito num novo enunciado, como nos diz Deleuze e Guattari:

[o mapa] contribui para a conexão dos campos, [...] para sua abertura máxima sobre um plano de consciência. [...]. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (Deleuze E Guattari, 1995, p. 23)

Também, motivados por estes atributos da manuseabilidade, do mapa que optamos pelo nome de *mapografias* ao invés de cartografia. O segundo, por um lado é muito técnico e por outro é elástico demais. Cartografia tem origem nas cartas marítimas, ou seja, muito técnico, codificado e exato, mas nos usos atuais do termo pode ser qualquer coisa, cartografias de narrativas, uma listagem, seqüências fotográficas, diagramas, um audiovisual.

Usamos *mapografias* como alternativa às duas faces. Mapa é menos técnico e cifrado para iniciados do que a *carta*, é um termo coloquial e frequente o imaginário das histórias infantis e dos mistérios dos aventureiros; por outro lado remete menos à imensidade de linguagens e suporte, é um grafismo sobre o plano, papel, mas também muros da cidade e lousas das escolas. Damos especial atenção a que, nos entendimentos mais prosaicos, mapa é um papel desenhado com descrição e narração dos espaços localizando, e qualificando, os eventos da vida de quem os habita e frequenta.

Os primeiros exercícios com mapas, no início do projeto de extensão *Mapografias de São Paulo*, consistia em cada participante identificar num mapa da cidade projetado na parede, sua casa e a escola, posteriormente definia-se uma escala para um enquadramento no qual era localizável a casa e a escola para uma impressão em A4. Sobre o papel impressos cada estudante de ensino médio marcava o trajeto de casa à escola e em papeis de diversos formatos registravam de memória marcos e paisagens do percurso.

Figura 3 - Projeto *Mapografias de São Paulo*, mapas de trajetos casa - escola



Fonte: Acervo GeMAP

Era um exercício individual e preparatório para o que de fato interessava ao grupo, os mapas coletivos. O primeiro deles era o emaranhado de caminhos sobre um único mapa com todos os individuais sobrepostos, ainda localizacional e objetivo. Contudo, seu fazer incitava o grupo a registrar outras dimensões e outros significados do território. Grafar sobre uma base comum os diversos caminhos, colocava todas e todos na condição de narrador de um percurso, o fazer juntos promovia de forma marcante e sensível a partilha das experiências diárias nos trajetos.

A construção coletiva certamente consistia no grande acontecimento do trabalho da extensão. Nessas atividades o coletivo se instituía como corpo, a unidade de múltiplas singularidades que só é possível pela partilha. Também nela que surgem outros sujeitos sabendo-se produzidos por um fazer coletivo e autônomo, portanto com altos índices de subjetivação política e participativa.

A construção de mapas coletivos se oferece como prática formativa do cidadão, no sentido estrito – o sujeito que atua com autonomia participativa nas decisões de sua comunidade e sua cidade nas dimensões política, cultural e física. (Bassani, 2022, p 100)

Entretanto, além da fundamental “formação cidadã” e da rede de afetos que compartilhar experiências e saberes proporciona, quando estabelecida na construção de mapas mostra-se grande eficiência para a compreensão do território em dois sentidos: um de dentro para dentro e outro de dentro para fora.

No primeiro, o mapa que surge de uma ação do grupo com autonomia para decisões, das vontades próprias, longe de qualquer abstração ou codificação externa ao grupo, apresenta em sua materialidade um rastro de trocas e subjetivações, ele é o que é, uma construção coletiva de um território. O mapeamento de dá pela partilha das experiências vividas que se mostram agrupadas e resultado do comum, do estarem juntos num tempo e num espaço. A presença e ação desse grupo de jovens estudantes sobre o espaço o define enquanto território, em outras palavras, os mapas coletivos que produziram são o território porque são seus códigos que o construíram. Ou seja, de dentro para dentro, a construção de mapas coletivos pode ter o potencial de consciência de que quem constrói o território, e sua razão de existir enquanto tal, é a própria comunidade que a habita.

Figura 4 - Projeto Mapografias de São Paulo, exercícios com mapas coletivos



Fonte: Acervo GeMAP

De dentro para fora, o mapa coletivo é um instrumento de conhecimento profundo do território para os externos a ele, no nosso caso, sujeitos da universidade. Quase todos os dados quantificáveis e morfológicos de uma cidade como São Paulo estão mapeados e disponibilizados (pelo GeoSampa - <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/> -, por exemplo). Eles nos mostram verdadeiramente cada território? Não, certamente que não; no máximo, em recortes disciplinares limitados, mostrem muitas de suas características, mas não suas dinâmicas e, em especial, como cada um reage à sua maneira aos enunciados externos, principalmente os dos poderes estabelecidos.

Capítulo 11 - Tramando redes de afetos

Um território não se faz só de quantidades e funções, suas qualidades importam profundamente para sua compreensão. Estas não estão mapeadas e se alteram absolutamente a cada instante. O mapa coletivo tem o potencial de registrar com máximo múltiplo comum de como os espaços vividos e sentidos pela comunidade são transformados em território por ela mesma; isto em linguagens abrangentes e sobrepostas. Quando falamos em estudos territoriais, esta dimensão não pode ser excluída, sob risco de um entendimento distorcido das relações dos moradores com seu habitat, das formas e códigos com os quais se territorializam. Para participantes externos, pesquisadores, isso só se transforma em produção de subjetividade se participarem da construção coletiva, caso contrário, são passíveis observadores e anotadores de impressões impermeáveis à experiência.

Nos dois projetos tratados aqui, NAEA e *Praça de Aulas*, os mapas estiveram presentes em intensidade e diversidade, mas cada qual à sua maneira. O primeiro, no Bororé, é um projeto criado em parceria acadêmica do GeMAP com o LEMADI da Geografia e implementado em parceria com o coletivo Casa Ecoativa bastante atuante no bairro e na escola. Como é um projeto que procura incidir nas políticas públicas para a educação, propondo alternativas continuadas a partir da escola na formação de sujeitos em áreas de proteção ambiental, os mapas compõem como instrumentalização.

Figura 5 - NAEA: Mapas coletivos em estêncil e maquete



Fonte: Acervo GeMAP

Nessas condições os mapas foram utilizados principalmente como ferramentas de compreensão do território. Não que os mapas construídos no projeto eram puramente instrumentais, inclusive

muitos foram feitos coletivamente e com abrangência temática que incluía aspectos não materiais do território, como as dinâmicas culturais, por exemplo. Contudo, o Núcleo na escola foi estruturado em quatro blocos: 1. Paisagem e ambiente; 2. Cuidados com a terra; 3. Expressões do território; 4: Patrimônio cultural, material e imaterial. Esses quatros blocos e sua articulação dependiam de conhecimentos expeço das condições físicas do território, portanto a utilização de mapas instrumentalizou a interpretação do território. A oficina inaugural do NAEA foi a construção de um mapa tridimensional para servir de referência física a todas as outras atividades, foi feita uma maquete de grande tamanho com a topografia e a relação com a represa da Ilha do Bororé.

No projeto *Praça de Aulas*, direcionado mais especificamente aos espaços públicos e às ações de intervenção física por parte do poder público no território do Jardim Gaivotas, os mapas produzidos estão mais conectados com a percepção do território pela comunidade, especialmente jovens do ensino fundamental e médio. Sem renunciar à espacialização de eventos e equipamentos, da geografia do terreno e da presença marcante da represa, a mapografia do Gaivotas foi conduzida antes nos fluxos pelo território do que pela informação cartográfica mais tradicional. As condições físicas como geomorfologia, a represa e a infraestrutura fixavam acontecimentos do território que participavam dos mapas a partir da percepção que os jovens tinham deles.

O coletivo *Imargem*, parceiro do projeto no território, tem longa experiência na construção de mapas coletivos com jovens do bairro. Por meio do projeto *Cartografite*, o coletivo tem desenvolvido um grande acervo de bases para imprimir mapas em geral nos muros da região. A união de métodos e estratégias do GeMAP com o *Imargem* na *Praça de Aulas* tem promovido de forma acentuada a produção de mapas coletivos ao ar livre, longe dos mapas sobre papel ou tela digital nos espaços internos.

Importante destacar que, em função do longo tempo de diálogo com as comunidades citadas e, com ênfase, a equidade dialógica do GeMAP com os parceiros nos territórios, a etapa inicial de mapas individuais e localizacionais, empregados nos trabalhos de extensão, deixou de ser necessário. Nos dois projetos que articulam

pesquisa e extensão, os trabalhos mapográficos se concentraram nos mapas coletivos, analíticos e colaborativos muito mais profundos e instigantes para a pesquisa e muito mais audaciosos na pretensão de transformações no território por ação articulada com a comunidade.

Territórios e expressões [paisagens culturais]

Em 1992 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) instituiu uma nova categoria de valorização do patrimônio cultural e ambiental no mundo, as “paisagens culturais”. O título, de reconhecimento internacional, é atribuído a regiões com paisagens que apresentem peculiaridade por meio da ação humana. Em 2012 o Rio de Janeiro se torna a primeira área urbana no mundo a receber a chancela. Os locais da cidade valorizados com o título da Unesco são o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana, e a entrada da Baía de Guanabara. (portal.iphan.gov.br/)

Sem dúvida é uma cidade maravilhosa. Mas, também sem dúvida, nos faz pensar: Qual a natureza da ação humana que produziu estas paisagens? Quais preocupações elas tinham com a peculiaridade dos modos de vida de quem as habitava e já as tinham construídas? As paisagens que nos deparamos subindo os morros da cidade maravilhosa são menos culturais?

Em qualquer acepção do termo paisagem é difícil não o entender como um fato cultural, desde os pintores paisagistas do XVII se sabe que a paisagem não está no objeto e sim no sujeito, portanto, sempre, em alguma medida, é fruto da ação humana. Na época de neoliberalismos e dos ativos econômicos implementados na cidade, a chancela da UNESCO é antes de qualquer coisa, um incentivo ao turismo, é um órgão internacional dedicado à educação e cultura ofertando uma ajuda á exploração econômica das cidades e da natureza. Entretanto, nos lembramos disso porque parece muito interessante pensar em “paisagem cultural” nos territórios periféricos das cidades do Brasil.

Figura 6 - Praça de Aulas: Mapas grafitados no bairro e exposição de fotografias em frente à escola



Fonte: Acervo GeMAP

É francamente impossível aqui observar em profundidade este tema dado a quantidade de camadas e vieses para qualquer observação. Porém, algumas questões vinculadas a ele são bastante significativas para este artigo. A primeira delas é que toda e qualquer comunidade periférica está cotidianamente construindo seus territórios, portanto construindo paisagens. Todas muito culturais, feitas com arte, técnica e desejos em meio à precariedade infra-estrutural. Contudo, diferentemente das paisagens culturais da UNESCO, assim proclamadas para serem preservadas, as das periferias são construídas e transformadas constantemente pela ação dos habitantes e seus hábitos no cotidiano.

Território e paisagem são conceitos polissêmicos, mas, com qualquer delimitação, sempre diferentes, paisagem é uma dimensão do território, aquela sensível e significante. Portanto, é por meio da paisagem que o território se faz sensível, afeta nossos sentidos e reagimos aos estímulos que nos proporcionam, nos transformamos como sujeitos. (Juliasz e Bassani, 2023, p 124)

Outra questão é relativa aos traços formais e físicos destas paisagens construídas. Em panorâmica genérica e superficial, as periferias metropolitanas do Brasil são bastante homogêneas, autoconstrução, irregularidade viária e fundiária geram imagens semelhantes dos apinhamentos de blocos à vista. Contudo, ao adentrarmos esses territórios uma paisagem absolutamente singular e

identitárias é escancarada, nenhuma paisagem dos territórios periféricos é igual a outras. Cada uma delas é a construção permanente sobre a imagem falsamente homogeneizada que, em si, já constituiria o sensível de um território particularizado.

Sobre estas duas questões, a terceira e definitiva: o que reconstrói permanentemente estas paisagens são as expressões do território. Na dimensão do sensível, o que vemos e ouvimos não são produtos da ação pragmática, a construção de uma moradia, por exemplo. São resultados do puro desejo de se expressar, de se identificar e codificar o território, o que vemos e ouvimos são pinturas sobre muros e casas, sons do hip-hop ou do samba. São paisagens muito mais culturais que o envoltório de grandes monumentos, simplesmente porque são feitas unicamente de arte, sem as funcionalidades, mesmo que históricas, dos grandes eventos construídos.

Ao frequentar as periferias de São Paulo esta situação é notável, certamente, o mesmo acontece no Rio de Janeiro e outras metrópoles brasileiras. Cada bairro, vila, região das periferias constitui-se como território absolutamente particular porque os códigos de territorialização são próprios de quem os habita. Alguns alcançaram fama internacional pela profusão de arte urbana que produzem, São Mateus na Zona Leste é assim, da mesma forma que Perus na Zona Norte. O Grajaú é um desses lugares muito conhecidos pelos circuitos de arte urbana, a Ilha do Bororé e o Jardim Gaivotas se localizam no Grajaú.

Os dois territórios onde colocamos em prática os dois projetos deste artigo, estão no Grajaú, mas, em todos os sentidos, absolutamente diferentes, como outros inúmeros no Grajaú, cada um à sua maneira interage com a atmosfera cultural da região. As diferenças entre o Bororé e o Gaivotas são profundas, muito além e aquém das questões culturais, um está em área de proteção ambiental (APA Bororé – Colônia), o outro imerso no super adensamento periférico do Grajaú, mas ambos às margens da Represa Billings, duas penínsulas na enorme represa.

Os principais parceiros do GeMAP na região são os coletivos *Casa Ecoativa* e *Imagem*. Eles se conhecem e tem um largo histórico de trabalhos conjuntos, os dois estiveram conosco no NAEA, mas

cada um opera cotidianamente em seu território e propõe ações de mobilização dos jovens que o habita. Contudo, chama muito a atenção que os códigos e as linguagens não são determinados por estas práticas cotidianas, e sim pelo próprio território.

Explicando melhor: o “centro urbano” do Bororé é o entorno da Capela de São Sebastião, lá tem uma grande pintura mural denominada *Mural da Memória*, foi feita pelo Imagem em atividades promovidas pela Ecoativa com jovens locais. O resultado formal em nada se parece com os trabalhos com grafites do Imagem no Jardim Gaivotas, a linguagem é outra, mais naturalista e com certo tom historiográfico, ao passo que no Jardim Gaivotas o coletivo assume um tom mais lúdico e traços gráficos muito mais livres.

Figura 7 - Praça de Aulas: partilhas do sensível



Fonte: Acervo GeMAP

Esta observação contribui decididamente para a compreensão dos atributos do território. de sua natureza e paisagem codificada pela relação única, que não se repete em nenhum outro lugar, dos moradores com sua terra. E, sobremaneira, nos alertar de como é fundamental compreender as expressões do território para acessá-lo e, mais do que se aproximar dele, conseguir fazer parte dele.

Estou usando o termo *expressões* para evitar equívocos com a acepção burguesa do termo *arte* e sua disfunção social, e mesmo cultural. Todavia, me refiro a arte, sim, aos procedimentos artísticos, às questões de linguagem e de estética. E assim chegamos no ponto essencial desta parte do artigo, as subjetividades criadas pela experiência artística.

Capítulo 11 - *Tramando redes de afetos*

Muito além de nos contar sobre as entranhas do território, o que já é significativo, ativar um *campo* de pesquisa-ação por meio de atividades artísticas, aquelas que fazem aflorar as expressões do território, afeta profundamente o grupo de participantes. Nessas atividades os limites e perímetros entre todas e todos, especialmente entre o grupo de pesquisa e os sujeitos do território, se dissolvem e o coletivo em movimento se destaca. São atividades que definem um tempo e espaço de partilha especial, a do sensível, como a identifica Jacques Rancière:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. (2009, p 15)

As *partes exclusivas* configuram as imaterialidades que transformam os sujeitos, as novas subjetividades produzidas, sejam elas nos sujeitos do território, sejam elas nos sujeitos da pesquisa e extensão universitárias.

Tanto no NAEA como na Praça de Aulas, este tempo-espaço foi criado, em cada projeto um processo diferente, mas ambos amparados sobre as vibrações dos agentes sobre seu território. Assim, fazer um mapa coletivo foi uma experiência artística, andar no reserva natural ou na margem da represa foi, e continua sendo, uma experiência artística, grafitar muros da escola e do bairro, também. Nos dois projetos o que determinou (e determina) as novas subjetividades e, promovidas por elas, as transformações territoriais, foram as partilhas de sensibilidades.

Atravessamentos – sujeições e subjetivações [não somos mais os mesmos]

O objetivo deste artigo foi discutir, a partir de dois projetos, um finalizado e outro em realização, os processos de subjetivação no grupo de pesquisa e em seus membros.

O GeMAP é um grupo que atua no ambiente universitário e nas periferias de São Paulo com pesquisa e extensão. São territórios

bem distintos, tem chão, gente e códigos próprios e absolutamente diferentes, o primeiro, mesmo com pessoas do grupo que vem de bairros distantes para estudar na USP, no exercício do trabalho em pesquisa, nos é familiar e próprio, estamos territorializados nele, conhecemos seus códigos e participamos de sua recodificação. No segundo temos que nos territorializar, não mais como grupo de pesquisa, entidade codificável somente no ambiente universitário, mas como grupo de sujeitos que estão lá, num espaço e tempo delimitáveis.

Tanto a condição entre territórios quanto a territorialização dos seus trabalhos, não são condições circunstanciais. Elas fazem parte do escopo investigativo e metodológico do grupo, estar entre territórios fomenta e articula os estudos territoriais, lhe fornece espessura. Também tanto uma quanto a outra geram tensões. A tensão é desejável como força motriz contra a inércia acadêmica, a tensão raramente é negativa nas relações, mesmo nas afetivas, ela move não um, mas o plural, para outros lugares e outras experiências, seja de afeto, seja de diálogo ou confronto.

Territorialização do trabalho é uma noção que pode, para o grupo e para quem nos lê, ser escamada de diversos conceitos e diversas interpretações, não é o caso de listá-los agora, mas é o caso de se colocar o que quero dizer com *territorializar* e, com efeito, não um corpo ou objeto, mas ideias e ações. Com esta finalidade elenco três condições, entre uma infinidade, algumas engendradas pelo grupo outras sequer imaginadas por ele, que em nosso entender definem a territorialização dos nossos trabalhos, nenhuma delas associada ao fato deles serem feitos em um lugar ou outro: 1. Pisar o chão, o corpo e os sentidos presentes; 2. Acessar os códigos, não como interpretador, mas como decodificador e recodificador; 3. Tecer redes de afetos.

Para agenciar estas três condições mínimas para a territorialização, o grupo desenvolve métodos e estratégias, a maioria delas advindas da observação de práticas colaborativas independentes e de teorias consolidadas da pedagogia (Paulo Freire), da política (Felix Guattari), da filosofia (Jacques Rancière), entre muitas outras, porém uma grande parte das estratégias é puramente intuitiva, só nos ocorre no processo de abdução pelo território.

Capítulo 11 - Tramando redes de afetos

Contudo, entre todas, uma é a que detona todo o processo de territorialização, a parceria. Estar com gente do território não é uma condição somente física, para ser parceria necessariamente deve definir um comum por meio das partilhas, de ideias e ideais, de projetos e desejos perante a vida e perante um trabalho, contar e ouvir seus fazeres e porque faz.

Associada à parceria, outra conduta, antes de estratégica, necessária (pelo menos para nós) é a frequência, presença e tatilidade no território pelos tempos necessários para fruição de seus elementos e fluxos. O trabalho é realizado *in loco* e em parceria. Só pela localização não se territorializa, mas pela frequência do território sim, pisar o chão e decodificar o território só é possível estando imerso nele.

Para muitas coisas na vida, incluindo a pesquisa, a viabilização vem pelo foco e planejamento, o quê, por que e como (objetivo, justificativa e métodos), para construir uma rede de afetos não. Em outras palavras, não basta querer para você estar numa, não existe um rito de entrada numa, simplesmente acontece quando você percebe que ela existe e você participa dela, ela é como Michel Foucault define o *acontecimento, a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção* (Cardoso, 1995, p 59). Ela depende da qualidade da partilha.

Principalmente, ela é dependente da ruptura do sujeito desterritorializado e do sujeito reterritorializado, entre todos que compõe o *campo* de partilhas, o aniquilamento do avatar universitário e do avatar periférico. A rede de afetos se estabelece no devir sujeito que a partilha induz, necessariamente produz novas subjetividades.

Pouco acima citamos três autores para exemplificar os alinhamentos teóricos que sustentam parte dos nossos métodos e estratégias de territorialização. Entre os três eu queria destacar Paulo Freire para finalizar este artigo. O destaque principalmente por seu apego à *práxis* (teoria + prática) transformadora e como esse apego o conduziu a ideias muito claras de *pedagogia da autonomia, pedagogia da emancipação, extensão dialógica*, mais do que nomes de livros, essas ideias tornaram-se palavras-de-ordem. Se temos a pretensão, por meio do trabalho acadêmico, alcançar essas ideias e colocá-las como metas, temos que operar sobre a dicotomia sujeição e subjetivação.

A superação da sujeição se dá pela produção de outras subjetividades, isto é certo. No entanto, a sujeição atua sobre sujeitos previamente construídos, porém sem comportar novas subjetividades sob risco de se perder o controle do sujeito. De certa forma a sujeição é uma produção de subjetividade que se encerra em si própria, que asfixia qualquer outro, em especial os advindos dos dispositivos do território. A superação da sujeição só é possível com a construção de outros sujeitos que não os subjugados, antes da destruição das máquinas que os produzem, seja na universidade, seja no território periférico, elas não atuam sobre sujeitos emancipados.

Entretanto, se quisermos ser radicalmente freirianos, temos que considerar o dialógico como transformações nos dois polos posicionados para o diálogo, isso exige equivalência de volumes de quem e quando fala e produção de novas subjetividades, não só na comunidade alvo, a atendida, pelos trabalhos de pesquisa e extensão, nada mais anti freiriano que esta ideia. A produção de subjetividades que o trabalho-dispositivo produz deve se dirigir especialmente ao pesquisador e à pesquisadora.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo**. In: **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. V. N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BASSANI, Jorge. **Mapas pra quê?** In: AMARAL, L e SCHWARTZ, R. **Entre territórios e redes – arte, memórias, cidade**. São Paulo: Manuscrito, 2022 pp 91 - 107.

CARDOSO, Irene A. R. **Foucault e a noção de acontecimento**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995 pp 53 – 66.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Trad A. Guerra Neto e C. P. Costa. São Paulo : Ed. 34, 1995.

D’OTTAVIANO, Camila e BASSANI, Jorge. **Extensão universitária: parceria e formação**. En Revista Masquedós N° 7, Año 7. UNICEN. Tandil, Argentina, 2021 pp 1 - 14.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido** 23 ed. RJ Paz e terra. 1987.

GUATTARI, Felix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo** 3 ed São Paulo: Brasiliense. 1985.

Capítulo 11 - *Tramando redes de afetos*

_____. **Caosmose – um novo paradigma estético.** São Paulo, Ed 34, 2012.

HAESBAERT Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate,** *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007 pp 19 - 45.

JULIASZ, Paula e BASSANI, Jorge. **A paisagem no ensino da geografia e a leitura totalizante: a prática (social) interdisciplinar** In: *As Paisagens dos Riscos Sociais. Educar para diminuir a Vulnerabilidade - Volume: 13 da série “Estudos Cindínicos”.* Lisboa, 2023 pp 111 - 134.

LEWIN, Kurt. **La teoria del campo em la ciência social.** Barcelona: Ed Paidos, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo, Ed 34, 2009.

_____. **O desentendimento – política e filosofia.** São Paulo, Ed 34, 1996.

SEÇÃO 4

O espaço urbano. A economia política do espaço, da cidade e da urbanização

Coordenadores

Ana Fani Alessandri Carlos

Arlete Moysés Rodrigues

Núria Benach Rovira

Debater pesquisas com perspectiva da crítica da economia política do espaço, da cidade, da urbanização e dos movimentos de resistência. Estudos teóricos conceituais e práxis relativas às conquistas, perdas, conflitos e contradições, tendo como premissa que a produção do espaço-mercadoria envolve uma multiplicidade de agentes, entre as quais o Estado capitalista, as diferentes frações do capital, as quais possuem diferentes hierarquias de poder e interesses e, na sua reprodução, representam elemento fundamental de contradições que precisam ser desveladas, para mostrar as forças sociais em disputa, assim como os conflitos com movimentos populares.

CAPÍTULO 12

Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ

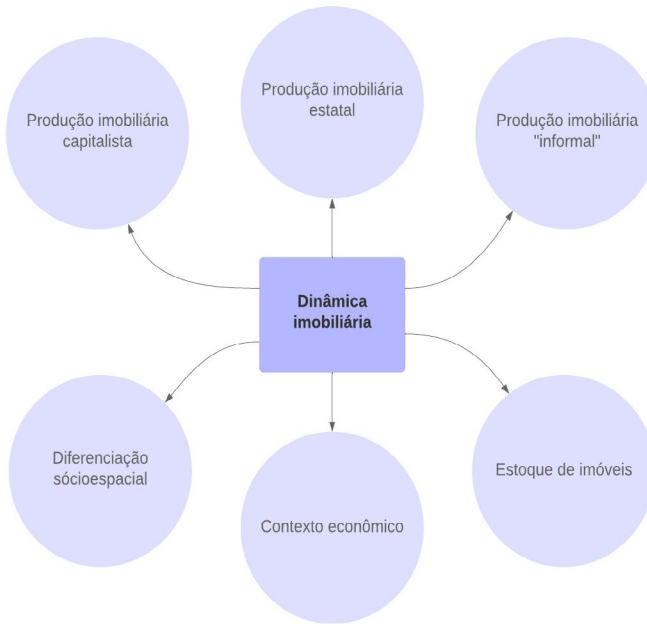
Oséias Teixeira da Silva¹

Introdução

O promotor imobiliário é um agente central para compreensão das dinâmicas relacionadas ao processo de urbanização capitalista, pelo poder que tem de direcionar as áreas de expansão urbana e de influenciar decisivamente no processo de valorização da terra. Na primeira parte do trabalho, buscamos caracterizar o promotor imobiliário, identificando como um agente complexo que tem uma atuação convergente a partir da definição de um projeto imobiliário e, em seguida, buscando detalhar suas práticas espaciais: seletividade espacial; fragmentação-rememoração; e antecipação espacial. O promotor imobiliário é o principal agente responsável pela produção imobiliária capitalista, que por sua vez representa uma parte do momento atual da produção do espaço urbano, pois este processo inclui obviamente a produção imobiliária capitalista e também outras formas de produção do espaço. Por outro lado a dinâmica imobiliária também compreende a relação entre a produção imobiliária atual, seja ela a produção estatal, capitalista ou a produção dita informal de moradia por um lado e por outro o estoque de imóveis gerados por ciclos de produção imobiliária passados e que permanecem no momento atual influenciando no preço da terra e participando da dinâmica imobiliária. A figura 1 a seguir tenta apreender a complexidade relacionada com a dinâmica imobiliária.

1 Professor efetivo no Instituto Federal Fluminense – IFF - <https://orcid.org/0000-0003-4182-827X>

Figura 1 - Esquema de funcionamento da dinâmica imobiliária



Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, como apontamos no esquema, a dinâmica imobiliária se relaciona com as diferentes formas de produção imobiliária presentes na cidade. Quando falamos em produção imobiliária estamos nos referindo aos processos atuais de produção do espaço urbano que representam apenas o resultado do último ciclo de urbanização que é fortemente influenciado pelos ciclos passados que geraram formas urbanas que permanecem no presente mas também influenciam fortemente o desenvolvimento urbano no futuro. Se enfocamos neste trabalho a produção imobiliária capitalista é porque embora ela seja às vezes minoritária em termos quantitativos, especialmente nas cidades latinoamericanas, ela é hegemônica tanto na determinação do preço da terra quanto na capacidade de direcionar os investimentos públicos para as áreas de interesse dos agentes envolvidos nessa modalidade de produção imobiliária. Apesar disso, não podemos deixar de lado a importância de outras formas de produção imobiliária como a produção estatal e a produção imobiliária denominada comumente como “informal” e levada a cabo por grupos populares.

Por outro lado, a dinâmica imobiliária está também relacionada a outros elementos estruturais e conjunturais que contribuem para explicar seu funcionamento. O contexto econômico mais geral é um elemento fundamental nesse sentido, pois a produção imobiliária é fortemente influenciada pelo contexto econômico geral do país, do mundo, bem como por elementos da política macroeconômica como as políticas tributárias, a taxa de juros e as políticas de geração de emprego. Em relação ao contexto econômico precisamos levar em conta também o contexto local pois embora a produção imobiliária capitalista seja uma atividade econômica importante em termos de geração de emprego e renda ela geralmente tem um caráter induzido, sendo que seu crescimento geralmente é explicado pela presença e dinâmica de outros setores da economia. No caso da cidade de Macaé, por exemplo, a dinâmica imobiliária está fortemente relacionada à dinâmica da cadeia de petróleo e gás que gera um grande número de empregos e em geral de alta remuneração (Paganoto, 2012).

A dinâmica imobiliária também está diretamente relacionada ao estoque de imóveis presente na cidade e as características diferenciadas desse estoque. De forma geral, a produção imobiliária atual tende a desvalorizar o estoque de imóveis, uma vez que os imóveis novos tendem a ter características mais adequadas às necessidades atuais da sociedade capitalista. Isto ocorre especialmente em momentos de transformação tecnológica nos padrões construtivos, um exemplo que podemos citar é a difusão do automóvel que levou a necessidade de construção de imóveis com garagem o que levou a uma desvalorização dos imóveis mais antigos que não a possuíam (Correa, 2004). Por outro lado, como imóveis de diferentes épocas, produzidos em ciclos de urbanização passados, podem ser a qualquer momento disponibilizados no mercado eles influenciam também a dinâmica imobiliária atual, inclusive as possibilidades de rentabilização da produção imobiliária.

Os ciclos de urbanização produzem uma diferenciação socioespacial que reflete a diferenciação de classes sociais no seio da sociedade capitalista. Estas áreas diferenciadas socialmente participam da dinâmica imobiliária de forma diferenciada, sendo que momentos de crise ou de expansão da produção imobiliária po-

dem se dar de forma completamente distinta de acordo com a área considerada. Assim, esses elementos dão a noção da complexidade da dinâmica imobiliária, cuja análise será realizada neste trabalho. Como toda dinâmica social parte da ação de agentes sociais na primeira parte deste trabalho iremos identificar os principais agentes atuantes na produção imobiliária capitalista, focando especialmente no promotor imobiliário. Na segunda parte iremos analisar a dinâmica imobiliária na cidade de Macaé no período posterior à crise de 2015 até o ano de 2023, a partir dos elementos apontados nesta introdução. Seguem se as considerações finais.

Promotor imobiliário e suas formas de atuação

O promotor imobiliário é amplamente reconhecido, tendo um papel decisivo na produção do espaço urbano nas cidades brasileiras (Zanotelli; Ferreira, 2014; Ueda, 2005). Esse agente social é aquele que tem geralmente o controle do processo de produção imobiliária, que pode ser visto tanto como parte do processo de produção do espaço, quanto como da produção de uma mercadoria específica: o imóvel. Dessa maneira, é um agente com um papel fundamental tanto para a compreensão da produção do espaço quanto para a produção da mercadoria imóvel. Como parte integrante da produção do espaço, a ação dos promotores imobiliários geralmente se dá em conjunção com outros agentes, no sentido de promover transformações espaciais que lhe permitam auferir ganhos relacionados não apenas à produção do imóvel, mas também à mudança nos padrões de valorização da terra. Assim sendo, podemos afirmar que esse agente lucra, fundamentalmente, com a transformação nos usos e conteúdos do espaço urbano, ou mesmo, na conversão de áreas não urbanas em urbanas. Segundo Corrêa (2004, p. 19):

Por promotores imobiliários, entende-se um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: (a) incorporação, que é a operação-chave da promoção imobiliária; o incorporador realiza a gestão do capital-dinheiro na fase de sua transformação em mercadoria, em imóvel; a localização, o tamanho das unidades e a qualidade do prédio a ser construído

Capítulo 12 - Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ

são definidos na incorporação, assim como as decisões de quem vai construí-la; a propaganda e a venda das unidades; (b) financiamento, ou seja, a partir da formação, de recursos monetários provenientes de pessoas físicas e jurídicas, verifica-se, de acordo com o incorporador, o investimento visando à compra do terreno e à construção do imóvel; (c) estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos anteriormente pelo incorporador e à luz do código de obras; (d) construção ou produção física do imóvel, que se verifica pela atuação de firmas especializadas nas mais diversas etapas do processo produtivo; a força de trabalho está vinculada às firmas construtoras; e (e) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucros; os corretores, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda são os responsáveis por esta operação.

Uma primeira questão a ser ressaltada é a complexidade do agente denominado promotor imobiliário, uma vez que ele é composto por um amplo conjunto de funções que, normalmente, são executadas por empresas diferentes e que, muitas vezes, não pertencem ao mesmo capital tendo, portanto, apenas uma relação contratual a amarrar as diferentes empresas que compõem esse agente. Neste sentido, existe uma discrepância óbvia entre a concepção mais banal de agente que a associa a um único indivíduo ou empresa e a concepção teórica de promotor imobiliário, uma vez que este se constitui por um amplo conjunto de empresas que atuam como uma unidade. Então, o primeiro ponto a se discutir é o que dá ao promotor imobiliário essa unidade ou, em outras palavras, o que nos permite compreender um conjunto composto, muitas vezes, por dezenas de empresas como um único agente? A unidade de ação das empresas que permite vê-las como um único agente está no projeto imobiliário, cujo objetivo é o de realizar um processo de produção imobiliária que irá resultar na produção de uma mercadoria específica: o imóvel, e que deverá ser vendido em um mercado também específico, denominado mercado imobiliário.

Dessa maneira, os promotores imobiliários contribuem para a expansão urbana, especialmente naquelas zonas relacionadas

à produção de moradias para extratos de renda média e alta. Tal agente social corresponde na prática a inúmeras empresas que atuam em atividades diferenciadas. A centralidade de atuação desse agente está na empresa de incorporação. Sua atuação se dá da seguinte forma, segundo Ribeiro (1996, p. 94):

Ele (o incorporador) compra o terreno, decide o empreendimento a ser realizado, contrata a produção a uma empresa de construção e responsabiliza-se pela comercialização da moradia, seja encontrando quem financie a compra a prazo ou vendendo a um capital imobiliário. Podemos, pois, concluir que o incorporador é o agente que, comprando o terreno e detendo o financiamento para a construção e comercialização, decide o processo de produção, no que diz respeito às características arquitetônicas, econômico-financeiras e locacionais.

Portanto, essa empresa tem um papel central no contexto da produção imobiliária capitalista, pois representa um capital que faz a mediação de todas as transformações que envolvem esse processo produtivo, desde a compra do terreno, até a construção e venda dos imóveis. Assim, em contraposição ao proprietário fundiário que atua impedindo que algo aconteça, o incorporador atua principalmente fazendo acontecer. Dessa forma, aspectos relacionados a características construtivas e arquitetônicas dos imóveis, bem como à localização dos mesmos estão diretamente ligados à ação dessa modalidade de empresa que tem, portanto, papel central nos processos de produção do espaço urbano em uma sociedade capitalista.

Em relação às empresas incorporadoras no Brasil, uma importante questão refere-se à transformação nas suas formas de atuação relacionadas à abertura de capitais na Bolsa e entrada de capitais estrangeiros (Rufino, 2019) ; (Castro; Shimbo, 2011); (Lencioni, 2014). Essa transformação implica uma série de mudanças relacionadas, por exemplo, à capacidade de produção de novos empreendimentos ao mesmo tempo, a escala da produção, a padronização dos processos produtivos, etc. Uma das transformações normalmente comentadas se dá em relação à formação de estoques de terrenos por parte dessas empresas financeirizadas, formação

que está relacionada principalmente à necessidade de continuidade dos projetos por parte dessas empresas.

Um amplo estoque de terrenos permite que a empresa possa construir imóveis numa mesma cidade ou região por um longo período de tempo, o que significa que a cada nova rodada de produção, a própria empresa, e não o proprietário fundiário passa a receber os ganhos relacionados à valorização dos terrenos devido à produção imobiliária recente. Avancemos agora para a discussão das práticas espaciais dos promotores imobiliários, discutindo especificamente em que elas consistem. Com base no trabalho de Lefebvre (1992), Corrêa (2011, p. 23) desenvolve a concepção de práticas espaciais dos promotores imobiliários no trecho a seguir:

As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial. Por intermédio desta noção é possível estudos de casos, envolvendo a ação de um agente individual sobre uma pequena área. A singularidade da prática espacial transforma-se, pela ação sistemática, regular e de maior escala temporal, envolvendo uma ampla porção do espaço, em processo espacial. As práticas espaciais, no entanto, e à semelhança dos processos espaciais são meios pelos quais a diferenciação socioespacial pode ser alterada, mantida ou, ainda, de modo específico às práticas espaciais, podem estar sendo anunciadas alterações.

Logo, as práticas espaciais são ações delimitadas espacialmente e historicamente, de acordo com seus objetivos e projetos específicos. Tem um caráter pontual e não sistemático, ou seja, não são necessariamente ações com caráter contínuo ou inseridas dentro de planos mais amplos. Outro aspecto a ser ressaltado é que as práticas espaciais são sempre relacionadas ao espaço, à produção do espaço. Quando apontamos a relação entre as práticas espaciais e a produção do espaço isto não significa necessariamente que as práticas espaciais estejam sempre relacionadas ao processo físico

de construção de edificações, mas são ações que impactam diretamente na organização e transformação do espaço.

Um aspecto importante, portanto, é que embora as práticas espaciais tenham caráter pontual, não sistemático e individual, existe a possibilidade da convergência das práticas espaciais de diferentes agentes que poderão coincidir espacialmente na conformação de um processo espacial (Corrêa, 2011). Silva (1995) aponta que a transformação da Barra da Tijuca em um novo bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro esteve ligada à ação de quatro empresas incorporadoras, que monopolizaram a terra no local em associação com a atuação do Estado, que promoveu importantes obras públicas para ampliar a acessibilidade dessa área ao restante da cidade, além do investimento em outras modalidades de infraestrutura nessa área, ainda praticamente inabitada. Interessante que essa convergência, que instaura um processo de valorização dessa área, que antes era uma comunidade de pescadores praticamente isolada do restante da cidade, se dá também com a construção de uma nova representação simbólica desse espaço, que passa a ser visto como um novo bairro nobre, da moda e produzido de acordo com as tendências mais recentes da urbanização capitalista, especialmente ancorada nos shopping centers e nos condomínios fechados. Corrêa (2011, p. 2) aponta as seguintes práticas espaciais do promotor imobiliário:

- i – Seletividade espacial – Esta é a prática espacial mais geral, comum a todos os tipos de sociedade, desempenhando papel crucial na diferenciação socioespacial. Trata-se de prática efetivada, tanto em decisões locais na escala da rede urbana como na escala do espaço intraurbano (...).
- ii – Fragmentação–Remembramento espacial – Esta prática é efetivada visando, de um lado, criar unidades territoriais menores, passíveis de permitir operações mais rentáveis. (...) A concentração da propriedade fundiária rural ou urbana viabiliza a criação de unidades produtivas de maior dimensão.
- iii – Antecipação espacial – Esta prática é definida pela localização de uma atividade em local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de oferta significativa de matéria-prima ou de mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para uma implantação rentável (...).

Precisamos apontar que essas práticas espaciais são sempre efetivadas individualmente pelos promotores imobiliários visando seus interesses próprios, ou seja, aqueles relacionados à reprodução do seu próprio capital, a partir dos investimentos realizados. No entanto, quando a ação de diversos promotores imobiliários converge espacial e temporalmente, tal ação, especialmente se ocorre em conjunto com a ação de outros agentes, pode levar à configuração de um processo espacial. Um processo espacial é sempre o resultado da ação de muitos agentes sociais que, ao perseguir os seus interesses individuais ou, muitas vezes, sendo cooptados pelos interesses de outros agentes, acabam contribuindo para a instauração de processos mais amplos que jamais se verificaram a partir de ações individuais.

A primeira prática espacial a ser destacada pelo autor é a seletividade espacial, ou seja, o fato de que normalmente os promotores imobiliários não investem os seus capitais em toda a cidade, mas apenas em alguns locais específicos que têm condições melhores para a reprodução do seu capital. Essa seletividade tem um aspecto positivo, ou seja, a escolha de determinados locais com as características adequadas para a produção imobiliária capitalista, que passa então a se concentrar apenas nesses locais, e também negativos, ou seja, a tendência dos promotores imobiliários de evitar os bairros já ocupados por populações pobres e áreas sujeitas a algum tipo de risco ambiental.

Quando essa seletividade se dá de forma conjunta entre diversos promotores imobiliários, juntamente com a ação do Estado, se dão as condições para a produção de novos bairros nobres e valorizados. Abreu (2022), ao discutir a “invenção” do bairro de Ipanema mostra como a ideia de que os bairros têm melhor ou pior infraestrutura de acordo com o tempo de surgimento é equivocada. Num momento em que inúmeros bairros da cidade, altamente populosos, careciam e alguns até hoje carecem, de infraestrutura mínima, o bairro de Ipanema, então um imenso areal desabitado já tinha todas as condições ideais de infraestrutura, desde saneamento básico, calçamento até as primeiras linhas de bonde.

Por outro lado, a fragmentação também se dá quanto um promotor compra um imóvel em uma área urbana já consolida-

da e após demolir a casa que havia no local constrói um prédio de apartamentos com um total de 100 unidades, por exemplo. Neste caso, temos uma fragmentação jurídica da propriedade, uma vez que cada pessoa que comprar uma das 100 unidades habitacionais terá direito a 1/100 do terreno. Portanto, o que temos aqui é uma fragmentação da propriedade jurídica, que não necessariamente implica em fragmentação física da propriedade. O processo de verticalização, portanto, está diretamente ligado à prática espacial da fragmentação, quando diversos promotores e outros agentes convergem seus esforços e investimentos em direção à produção de edifícios em uma determinada área, produção de edifícios que sempre representa fragmentação da propriedade.

O remembramento, por outro lado, é a prática espacial oposta quando um determinado promotor compra várias áreas as reunindo em uma grande propriedade. De forma geral, o remembramento ocorre quando a estrutura fundiária de um local não é adequada para a implementação de um projeto por parte do promotor. Por fim, a antecipação espacial é uma prática que consiste na compra de terrenos e mesmo na instalação de empreendimentos antes que as condições ideais para sua instalação estejam dadas. Obviamente, esse tipo de prática envolve normalmente a ação conspiratória junto ao Estado para mover os investimentos públicos na direção que permita a valorização dos investimentos privados.

Se um conjunto de promotores imobiliários resolverem transformar uma área praticamente inabitada e de difícil acesso ao resto da cidade, é preciso, como aponta Silva (1995), cooptar os agentes públicos para que realizem os investimentos no sentido de implementar a acessibilidade e a infraestrutura desse bairro a ser produzido, permitindo assim a valorização dos terrenos desses empreendedores. A antecipação espacial, quando realizada de forma convergente por diversos agentes sociais, pode dar início a inúmeros processos espaciais relacionados a mudanças na estrutura fundiária, na estrutura de preços da terra dentro da cidade, bem como levar a processos de obsolescência de bairros mais antigos.

Como apontamos anteriormente, o surgimento de empresas financeirizadas com amplos estoques de terrenos representa uma mudança marcante na relação entre empresas incorporadoras e proprietários fundiários. Ao comprar um grande número de terrenos em uma mesma área, o incorporador pode manter a produção nesta área por um longo prazo e se apropriar de todo o processo de valorização ocorrido na área devido a essa produção imobiliária. Como apontamos na introdução, a atuação dos promotores imobiliários é fortemente influenciada pela dinâmica imobiliária circunscrita temporalmente e espacialmente. No próximo tópico iremos discutir a dinâmica imobiliária na cidade de Macaé-RJ entre os anos de 2015 e 2022.

Dinâmica imobiliária em contexto de crise na cidade de Macaé-RJ.

Como apontado anteriormente, a dinâmica imobiliária é um fenômeno complexo estando relacionado por um lado a produção imobiliária atual em suas diversas formas e por outro com o estoque de imóveis produzidos em outros momentos históricos sendo ainda influenciado pela diferenciação socioespacial presente na cidade e pela dinâmica econômica mais ampla tanto a escala local, como nacional e mesmo global. Para compreender a maneira como se dá essa dinâmica imobiliária a partir desses elementos optamos por partir da distribuição espacial da produção imobiliária capitalista, pelo papel central que ela possui na valorização e desvalorização das áreas dentro da cidade que por sua vez irá determinar fortemente a forma a localização da produção imobiliária capitalista bem como de outras modalidades de produção imobiliária.

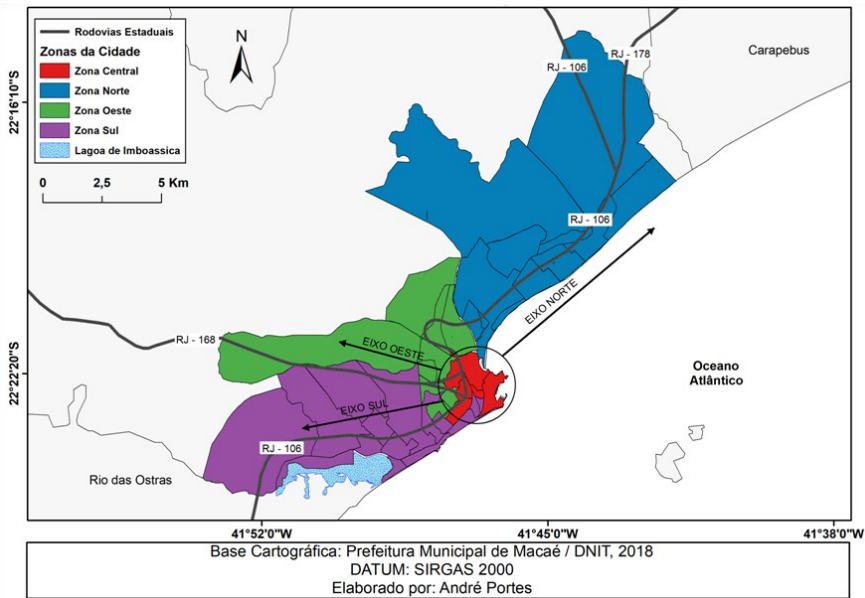
Assim, se a produção imobiliária capitalista é fortemente influenciada pela forma como a cidade foi historicamente produzida ela também influencia fortemente as formas de produção imobiliária no presente. Por exemplo, a produção imobiliária informal, levada a cabo por grupos populares, tende a se dar em locais pouco valorizados justamente por não possuir características consideradas atraentes pelos promotores imobiliários. Assim, o padrão de dis-

tribuição espacial da produção imobiliária informal é diretamente condicionado pela produção imobiliária capitalista. O mesmo se dá com a produção estatal, que uma vez que precisa pagar pelo valor da terra para produzir moradias, tende a se localizar nas periferias, onde o preço da terra é mais reduzido em comparação com as áreas centrais preferidas pelos promotores imobiliários.

A cidade de Macaé se localiza no interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo conhecida como a cidade do Petróleo, tendo passado por uma fase de intenso crescimento urbano a partir da década de 1970, devido à implantação da base logística da Petrobras para apoio às atividades offshore na bacia de Campos. A instalação de inúmeras empresas do ramo offshore na cidade, o crescimento da exploração de petróleo na Bacia de Campos e a geração de empregos qualificados e bem remunerados no setor gerou uma intensa dinâmica urbana manifestada na expansão constante do tecido urbano e da população que mais que triplicou entre 1970 e 2010 (SILVA, 2019).

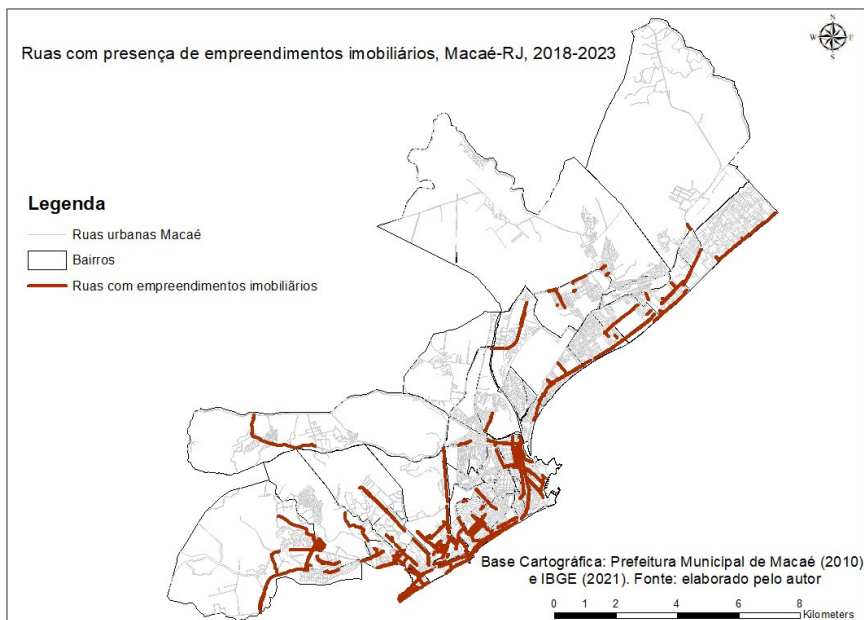
Dentro desse contexto, um dos setores com mais intenso dinamismo é justamente o setor imobiliário, em que temos a produção em sequência de bairros nobres, a partir de uma zona que se configura a partir da praia dos Cavaleiros e dentro desses bairros temos a produção de condomínios fechados e outras formas de enclaves como shopping centers. Dentro dessa zona sul, que se inicia grosso modo a partir do bairro de Cavaleiros é que se concentra a produção imobiliária de alto padrão voltada para a classe média e média alta. Outras duas zonas se configuram com a expansão da mancha urbana da cidade a partir da década de 1970: uma zona norte, que se inicia após a ponte da Barra que cruza o Rio Macaé e uma zona oeste que se inicia no bairro Aroeira, sendo que ambas estas últimas zonas concentram população de baixa renda, além das ocupações de terra e favelas. O mapa 1 apresenta a área da cidade de Macaé no estado do Rio de Janeiro e das zonas de expansão urbana dentro dessa cidade.

Mapa 1 - Área do município com identificação das zonas de expansão urbana e principais vias estruturantes da expansão.



O rápido crescimento populacional e urbano da cidade de Macaé com a expansão se dando em zonas com características bastante diferenciadas em relação ao conteúdo social da ocupação são características marcantes do processo de urbanização macaense. De forma geral, a zona sul se caracteriza por ser uma área em que se produzem de forma sincrônica e diacrônica os bairros nobres da cidade além das novas tipologias urbanas como os condomínios fechados. Esta zona, portanto, concentra os bairros de classe média e média alta tendo inclusive vários bairros caracterizados pela produção de mansões. Por outro lado, as zonas oeste e norte se caracterizam pela produção sincrônica e diacrônica de bairros populares, muitos deles construídos a partir da autoconstrução em terrenos invadidos, sendo estes terrenos comumente em áreas sujeitas a alagamento. Além disso, como aponta (Baruqui, 2004) com o surgimento da ocupação denominada Nova Leocádia, ocorre a integração física da área dessas duas zonas, a partir da ocupação de uma extensa faixa de mangue que separava essas duas zonas. Com essa ocupação cria-se uma ligação entre os bairros Malvinas (zona oeste) e Fronteira (zona Norte).

Nesse sentido podemos dizer que o padrão histórico de produção do espaço urbano da cidade de Macaé configurou uma cidade fortemente hierarquizada e segregada socialmente em que as classes médias e altas se concentram na zona sul da cidade enquanto as classes populares se concentram nas zonas norte e oeste. Isto fica claro quando comparamos as características de renda de dois bairros tomados como exemplo nas zonas sul e norte. No bairro Lagomar, na zona norte, apenas 0,79% da população do bairro em 2010 possuíam renda superior a 5 salários mínimos enquanto 57,46% da população possuíam renda até 1 salário mínimo. Por outro lado, no bairro Cavaleiros na zona Sul, 54,22% dos moradores possuíam renda superior a 5 salários mínimos, enquanto apenas 8,34% dos moradores possuíam renda de até 1 salário mínimo (IBGE, 2010). O mapa 2 apresenta a distribuição da produção imobiliária capitalista na cidade de Macaé realizada aproximadamente entre os anos de 2018 e 2023, sendo que ao longo desse período temos uma interrupção da produção de novos empreendimentos, questão que iremos explorar mais adiante.



Em primeiro lugar é preciso apontar que os dados utilizados na tabela se referem a todas as formas de produção imobiliária presentes na cidade, sejam condomínios fechados com blocos de

Capítulo 12 - Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ

apartamentos, loteamentos fechados em que são vendidos somente o terreno, edifícios ou outras formas de produção imobiliária capitalista. Assim não há distinção entre formas de produção imobiliária capitalista distintas ou mesmo em relação ao porte das empresas que realizam essa produção. Além disso, os dados identificam apenas as ruas que tem pelo um empreendimento mas não diferenciam aquelas que tiverem porventura mais de um empreendimento daquelas que apresentaram apenas um empreendimento. Os dados foram obtidos com base em uma pesquisa feita em sites de aluguel e venda de imóveis, depois complementada com informações obtidas nos sites das empresas. Assim os dados também se referem apenas a empreendimentos residenciais, sendo que empreendimentos comerciais e industriais não aparecem no mapa.

Levando em conta todos esses elementos podemos notar uma marcante seletividade espacial na atuação dos promotores imobiliários na cidade de Macaé. De forma geral a presença de empreendimentos imobiliários produzidos pelos promotores imobiliários é muito mais forte na zona sul da cidade do que na zona norte e oeste. Portanto o número de ruas com pelo menos um empreendimento imobiliário é bem maior na zona sul do que nas zonas norte e oeste. Além disso, para uma cidade com uma urbanização fortemente linear aparece também claramente a importância da proximidade com o litoral pois é justamente no litoral que temos a mancha urbana mais consolidada e também a concentração de empreendimentos imobiliários. De forma geral, podemos notar que a concentração de empreendimentos também é maior na zona sul em comparação com a zona central, embora a zona sul seja contígua a zona central. Portanto, podemos apontar que a zona sul da cidade é a área com mais intensa presença da produção imobiliária capitalista, seguido pela zona central e com intensidade bem inferior temos então a zona norte. Interessante também perceber que na zona oeste praticamente não existem empreendimentos.

Assim fica claro a grande seletividade espacial presente na ação dos promotores imobiliários na cidade de Macaé, seletividade que certamente afetará a dinâmica imobiliária. Não apenas isso, mas como a produção imobiliária capitalista encontrada na cidade se limita a duas tipologias: edifícios e condomínios ou loteamen-

tos fechados sendo que em ambos casos a produção imobiliária implica em fragmentação dos terrenos que passa a ser propriedade de um número muito maior de proprietários. A fragmentação tem consequências urbanas muito amplas, pois implica em um aumento do número de moradores nas áreas urbanas, ampliando a demanda por infraestrutura e investimentos públicos, portanto a lucratividade que a fragmentação representa do ponto de vista do promotor imobiliário implica do ponto de vista do poder público uma ampliação da demanda por gastos públicos.

Em relação a cidade de Macaé, um exemplo do processo das consequências espaciais da fragmentação que podemos citar é o bairro Granja dos Cavaleiros. Como o próprio nome indica este bairro é uma área rural incrustada na área urbana de Macaé, sendo que mesmo atualmente ele ainda apresenta chácaras com produção agrícola. No entanto pelo fato de estar inserido na zona sul da cidade próximo a bairros valorizados o mesmo já a alguns anos se tornou o alvo da produção imobiliária capitalista, sendo que no interior do bairro encontramos vários condomínios fechados residenciais. Um dos maiores condomínios fechados presentes no bairro Granja dos Cavaleiros é o condomínio Mistral, produzido pela empresa MRV, empresa com capital financeirizado e de atuação nacional e internacional (Rufino, 2019). O empreendimento que possui cerca de 1100 unidades é mostrado na figura 1:

Figura 1 - Condomínio fechado Mistral, empresa MRV.



Fonte: arquivo do autor.

A imagem da idéia da dimensão do condomínio sendo que mesmo assim foi impossível enquadrar todos os blocos do condomínio em uma única foto. Portanto, temos um empreendimento que representa uma imensa fragmentação jurídica da propriedade, pois um terreno que pertencia a um único proprietário passa a pertencer a milhares de moradores. Do ponto de vista do poder público essa fragmentação representa ampliação da necessidade de investimentos públicos em uma área que devido a sua origem rural não tem as condições necessárias para receber em um período de tempo relativamente curto mais de 1000 novas famílias. Essa chegada repentina de novos moradores implica na necessidade de investimento público em calçamento das ruas, esgotamento sanitário, iluminação pública entre outros. Portanto a fragmentação é uma prática espacial dos promotores imobiliários que só pode ser viável a partir de investimentos públicos financiados por toda a coletividade. Da mesma forma, a seletividade espacial que consiste neste caso em investir em um bairro que ainda apresenta uma mescla de aspecto rural e urbano, a partir da expectativa de transformação do mesmo também só se viabiliza a partir dos investimentos públicos.

A partir dessa caracterização do processo de urbanização macaense podemos identificar as características da dinâmica imobiliária presente na cidade a partir da crise de 2015 até o ano de 2023. De forma geral podemos notar que há ao longo desse período uma redução do número de lançamentos e por fim uma interrupção quase completa destes sendo que as empresas se concentram apenas na venda dos imóveis já produzidos. Um primeiro elemento que apresentamos para a compreensão da dinâmica imobiliária na cidade é apontada na tabela a seguir que identifica as maiores imobiliárias presentes na cidade em relação ao número de anúncios de imóveis à venda ou para aluguel. A tabela 1 apresenta essa informação:

Tabela 1 - Maiores imobiliárias atuantes na cidade de Macaé de acordo com número de imóveis anunciados para venda, 2022.

Nome da imobiliária	Número de imóveis anunciados (venda)	Número de imóveis anunciados (aluguel)
Épora imóveis e serviços	889	177
Portugal Negócios Imobiliários	842	169
Atlântica Imobiliária	689	142
Paula Azevedo Tavares Imobiliária	525	92
Oitavo Imóveis	459	120
Sueli Imóveis	456	111
MG Imóveis	427	201

Fonte: Pesquisa realizada nos sites das empresas de corretagem imobiliária em Agosto de 2022.

A análise da tabela aponta para um fato interessante para a análise da dinâmica imobiliária na cidade de Macaé: o alto número de imóveis para a venda em relação ao número de imóveis disponibilizados para aluguel. No caso da imobiliária Épora, maior imobiliária da cidade em número de anúncios, o número de imóveis para a venda é 5 vezes maior que o de imóveis para alugar, sendo que o número de imóveis para a venda é entre 4 e cinco vezes maior que o de imóveis para alugar nas sete maiores imobiliárias da cidade mostradas na tabela. Como hipótese desenvolvemos a seguinte argumentação para explicar esse fato: em um momento em que a dinâmica imobiliária é marcada pelo boom do mercado imobiliário é de se esperar que se amplie o número de lançamentos e que estes sejam vendidos em menos tempo, à medida que se amplia também a demanda de novos imóveis, situação relacionada a fases de forte crescimento econômico geral da economia e de ampliação do crédito. Estas seriam as características de um primeiro momento da dinâmica imobiliária na cidade de Macaé, aproximadamente entre os anos de 2009 e o ano de 2015.

Nesse contexto seria de se esperar que à medida que os imóveis novos são rapidamente vendidos e parte destes são comprados como investimento e colocados para aluguel deveria haver um número maior de imóveis para alugar do que para a venda. Por outro lado, quando a dinâmica imobiliária se caracteriza por um contexto de estagnação econômica associada a estagnação da produção

imobiliária capitalista, à medida que os imóveis são vendidos com muita lentidão é de se esperar que tenhamos um grande número de imóveis colocados à venda pelas incorporadoras. Além disso, existe ainda um grande número de pessoas que colocam seus imóveis à venda devido a dificuldades financeiras. Assim, dentro dessa hipótese a explicação para os dados da tabela é típica de um mercado imobiliário cuja dinâmica se desenvolve em um contexto de crise econômica e estagnação da produção imobiliária capitalista. Estas seriam as características de um segundo momento da dinâmica imobiliária na cidade de Macaé, de 2015 até 2023.

Assim, em um momento de crise econômica e imobiliária as empresas incorporadoras tendem a atuar focando mais na realização do que na produção, reduzindo o ritmo de produção de novos lançamentos e focando na venda das unidades dos empreendimentos finalizados ou mesmo em construção. Portanto, podemos afirmar que assim como as práticas espaciais dos promotores imobiliários são diferenciadas em relação ao espaço produzido da cidade, também são diferenciadas em relação ao tempo, se caracterizando de formas distintas de acordo com o ritmo da economia e as alternâncias entre fases de crescimento econômico e crise. Para confirmar ou não a hipótese que desenvolvemos, realizamos um conjunto de entrevistas com corretores imobiliários. De forma geral, as análises feitas pelos corretores durante as entrevistas corroboram a hipótese levantada, adicionando alguns elementos importantes à análise. A primeira entrevista descrita neste trabalho foi feita com a corretora Sueli Marinho da Sueli Imóveis. A pergunta realizada foi sobre como se encontrava a dinâmica imobiliária na cidade atualmente em comparação com o passado recente, a mesma feita para os demais corretores. Segundo a entrevistada “os preços para venda ainda estão baratos, mas para locação estão excelentes, maravilhoso comprar um imóvel e alugar. Você compra e a gente aluga no mesmo mês, vender ainda está mais difícil mas locar está muito bom” (Marinho, Sueli, 2023).

A entrevistada aponta que a dinâmica imobiliária na cidade se apresenta de uma forma em que temos situações muito distintas no mercado de aluguel e venda. No caso dos imóveis à venda, além dos preços estarem ainda abaixo dos níveis pré-crise de 2015, te-

mos ainda uma situação de dificuldade de venda de imóveis como apontado, também por outros entrevistados. Por outro lado, no mercado de aluguel temos um mercado aquecido em que segundo a corretora imóveis postos para aluguel seriam alugados no mesmo mês. De acordo com nossa hipótese a explicação para essa discrepância estaria na redução ou mesmo estagnação da produção imobiliária capitalista que reduz a oferta de imóveis novos para a venda enquanto por outro lado o endividamento da população e a escassez de crédito bancário e os juros altos reduzem a demanda pela compra de imóveis. Portanto, o estrangulamento do mercado de venda de imóveis novos e usados faz com que as pessoas que necessitam de imóveis tenham de recorrer ao mercado de aluguel, sendo que então temos um aquecimento desse segmento do mercado imobiliário. A seguir apresentamos duas entrevistas que corroboram a análise feita até aqui. A primeira foi feita com o corretor Leandro Muniz da Portugal imobiliária, segunda maior imobiliária da cidade em número de anúncios, e a segunda feita com Júlio Andrade Sobrinho da imobiliária Época, maior imobiliária da cidade. Segundo (Muniz, Leandro, 2023)

(...) vou te passar um panorama (sobre a evolução do mercado imobiliário na cidade). Na verdade, acredito que a crise que você esteja se referindo seja a crise de 2015, aquela que teve a queda do petróleo, essas coisas, porque pandemia, essas coisas nada disso afetou a cidade, e agora a cidade tem retornado muito positivamente na área de petróleo, na área de gás, muitos investimentos, está totalmente movimentada de novo, trânsito, muita procura, o aluguel tá em déficit imobiliário, o que que é isso, a gente tem 10 clientes e 2 imóveis, isto dentro de vários perfis, porque não tem muita disponibilidade. Aqui lugares bons para investir né, Riviera, Praia do Pecado, Cancela Preta, Glória, depende do nicho que você quer atingir e quanto que você está disposto a investir.

E ainda de acordo com (Sobrinho, Júlio Andrade, 2023):

Eu jogo limpo, eu perco a locação, perco a venda mas não perco o cliente, o mercado deu uma parada até uns anos atrás. O que que está acontecendo no mercado hoje, a venda em si ela está

Capítulo 12 - Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ

no mesmo passo não está fácil de vender mas também não é impossível, está tendo vendas, as imobiliárias estão vendendo, mas não como foi há uns tempos atrás que a gente vendia, botava qualquer preço e tinha gente brigando para comprar um imóvel, a venda hoje não está assim, a gente tá tendo que trabalhar, a gente tá tendo que anunciar, buscar clientes. Agora a outra parte, locação, dependendo do local, esse local aqui que a gente fala aqui é Riviera, Cavaleiros, Bairro da Glória, Vale dos Cristais, Mirante, Jardim Guanabara, Praia do Pecado, a gente não tem imóvel para alugar, então o que aconteceu, os valores voltaram a ser um absurdo e clientes na fila de espera para vagar imóvel.

Em relação a primeira entrevista cabe destacar o fato de que para o corretor a crise do setor imobiliário começa em 2015 e não foi significativamente afetada pela pandemia, talvez justamente pelo de como se trata de uma cidade de porte médio não houve o processo de esvaziamento de imóveis comerciais devido à adoção do teletrabalho durante a pandemia. No entanto, o corretor também aponta que mais recentemente houve uma reversão no ciclo da dinâmica econômica da cidade apresentando novos investimentos e forte tráfego urbano de forma semelhante ao período anterior à crise. No entanto, temos aqui um descompasso entre a dinâmica econômica e imobiliária, pois embora haja uma recuperação relativa da primeira a segunda ainda encontra-se em crise pelo menos em relação a produção de imóveis novos. Este corretor aponta para o fato de que o mercado de aluguel está em uma situação classificada como de déficit imobiliário, ou seja, o número de clientes buscando imóveis para alugar é bem maior que o número de imóveis disponibilizados para aluguel o que significa que há uma lista de espera de clientes esperando para alugar imóveis. Esta situação, como apontado anteriormente, tem a haver tanto com a redução da oferta de imóveis novos em consequência da crise econômica porque passa o país quanto com a redução da demanda por imóveis novos devido ao endividamento das famílias e dificuldades de crédito, também consequências da crise econômica.

No entanto, a seletividade espacial também está presente na ação dos indivíduos e famílias que buscam imóveis para alugar, pois essa situação de déficit imobiliário é encontrado apenas em

alguns bairros da zona sul da cidade de Macaé, sendo que portanto a melhoria das condições do mercado imobiliário para aluguel se dá apenas em uma parte restrita da cidade. Em relação à segunda entrevista, temos que destacar o fato de que o corretor aponta que a crise do mercado imobiliário, pelo menos em sua vertente capitalista, levou a uma paralisação quase completa das vendas de imóveis. Segundo o entrevistado houve uma época em que as vendas de imóveis eram feitas com muita facilidade e mesmo colocando o preço dos imóveis nas alturas havia sempre pessoas disputando a compra de imóveis novos e usados.

Como dissemos tal processo se deve por um lado ao dinamismo da economia macaense, especialmente sua capacidade de produção de empregos com alto nível de remuneração (Paganoto, 2012), dinamismo econômico acoplado ao dinamismo imobiliário devido tanto a grande oferta de imóveis novos pelo lado da oferta quanto a existência de famílias de renda elevada e facilidades de crédito pelo lado da demanda. Atualmente essa situação se inverte sendo que a crise econômica que se desenrola no país a partir das investigações da lava jato e que atingem duramente a cidade de Macaé devido a sua dependência da economia do petróleo (Silva, Oséias Teixeira, 2021) e que interfere na dinâmica imobiliária tanto pela redução da renda e do emprego, endividamento e dificuldades de crédito quanto pela redução da produção de imóveis novos. Nesse contexto, a venda de imóveis se torna difícil e exige tempo e esforço além de certamente se dar num contexto de preços inferiores ao período antes da crise.

Por outro lado e diretamente relacionado aos problemas do mercado de venda apontados anteriormente temos uma forte valorização do mercado de locação. Ou seja, em primeiro lugar temos uma recuperação econômica relativa da cidade que amplia a demanda por imóveis e uma vez que a compra de imóveis novos ou usados é muito difícil, tanto pela falta de oferta quanto pelas dificuldades de crédito o único caminho para se conseguir um imóvel é através da locação. Assim podemos compreender que a dinâmica imobiliária se dá principalmente por uma relação dialética entre o submercado de compra e de aluguel de imóveis. Retomando os elementos apontados na introdução para compreensão da dinâmica

imobiliária podemos apontar que esta se caracteriza por um escasseamento da produção imobiliária capitalista o que significa uma redução significativa do lançamento de imóveis novos.

Como há uma grande redução da produção de imóveis novos, tanto pela produção imobiliária capitalista, quanto pela ausência de produção imobiliária estatal, amplia-se a pressão em relação ao estoque de imóveis. No entanto como no contexto da crise econômica temos também um crescente endividamento das famílias e um aumento dos juros e dificuldade de obtenção de novos empréstimos, essa tensão irá se manifestar no mercado de aluguel de imóveis e não no de compra, uma vez que com a recuperação econômica relativa da cidade o aluguel se torna praticamente a única possibilidade de obtenção de moradia no mercado formal. Isto tudo se dá num contexto de crise econômica no país que afeta diretamente a economia macaense e o setor imobiliário e num contexto de marcada diferenciação socioespacial.

A importância dessa diferenciação socioespacial aparece claramente quando notamos que todos os bairros que, segundo os corretores imobiliários entrevistados, apresentam facilidade para alugar imóveis estão localizados na zona sul de expansão urbana da cidade. Portanto, podemos identificar que no contexto de crise, temos uma mudança nos agentes que têm um papel hegemônico na definição da dinâmica imobiliária: uma vez que escasseiam a produção de imóveis novos as empresas de incorporação deixam de ter um papel central nos processos de valorização e desvalorização de áreas, papel que passa a ser assumido pelos indivíduos e famílias proprietárias de imóveis e as corretoras imobiliárias que atuam como seus intermediários. No entanto, de forma geral podemos afirmar que o padrão de atuação espacial dos agentes diretamente responsáveis pela dinâmica imobiliária permanecem os mesmos.

A seletividade espacial continua se dando principalmente em relação a valorização de áreas na zona sul da cidade de Macaé, sendo que, portanto, estes agentes atuam de acordo com os padrões históricos de diferenciação socioespacial associado a atuação dos promotores imobiliários e proprietários fundiários. Por outro lado, a antecipação espacial e a fragmentação-remembramento, uma

vez que se tratam de práticas que dependem fundamentalmente da produção de imóveis novos passam a estar menos presentes em relação à atuação dos principais agentes responsáveis pela dinâmica imobiliária na cidade de Macaé. Outra diferença importante é que essa dinâmica imobiliária associada à crise tem uma maior pulverização em relação aos agentes que definem a dinâmica imobiliária, enquanto em momentos de expansão da produção imobiliária temos um número menor de agentes que influenciam essa dinâmica, no caso, principalmente empresas de incorporação, proprietários fundiários e o Estado.

Considerações finais

Como apontado neste trabalho, os promotores imobiliários têm um papel central na produção imobiliária capitalista e na configuração da dinâmica imobiliária. Como os principais responsáveis pela produção de imóveis novos eles têm um papel central na dinâmica de valorização fundiária em toda a cidade, uma vez que as áreas mais valorizadas estabelecem os patamares de preços com os quais são avaliadas as áreas menos valorizadas. Além disso, a produção de imóveis novos tende a desvalorizar o estoque de imóveis e dessa forma influenciar decisivamente na dinâmica imobiliária. Como apontamos neste trabalho a dinâmica imobiliária depende da relação entre a produção de imóveis novos, seja pela produção imobiliária capitalista, pela produção estatal ou outras formas de produção imobiliária por um lado e pela relação desta com o estoque de imóveis considerando ainda o contexto econômico mais amplo e a diferenciação socioespacial que faz com que a dinâmica imobiliária se dê de forma distinta nas diferentes áreas que integram a cidade.

Como apontamos no trabalho, tanto do ponto de vista histórico como no período mais recente a produção imobiliária capitalista se deu na cidade de Macaé de forma extremamente desigual concentrando seus investimentos na zona sul da cidade seguindo o eixo estruturado a partir da praia dos Cavaleiros e tendo a amenidade da presença do litoral como um elemento central do processo de valorização fundiária nesta área. Como apontamos no trabalho,

Capítulo 12 - Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ

a produção imobiliária na cidade no período entre 2015 e 2018 se concentra nas ruas da zona central e da zona sul da cidade, estando esta produção bem menos presente nas zonas norte e oeste, onde se concentram os bairros populares. De forma geral podemos constatar que a dinâmica imobiliária na cidade de Macaé no período recente é composta de dois momentos distintos: um primeiro momento marcado pelo crescimento econômico do país e da cidade e pela ampliação da produção de imóveis novos, período que se inicia por volta de 2008 e se estende até o ano de 2015 e um segundo momento marcado pela estagnação econômica da cidade e do país e pela paralisação da produção de imóveis novos, sendo que num momento mais recente temos uma recuperação relativa da economia da cidade mas sem a retomada da produção de imóveis.

O trabalho demonstrou que a dinâmica imobiliária em momentos de crise se dá de forma bem distinta da maneira como se dá em momentos de ampliação da produção imobiliária. Nos momentos de ampliação da produção de imóveis novos a dinâmica imobiliária é comandada pelos promotores imobiliários e grandes proprietários fundiários, sendo portanto, controlada por um número menor de agentes com capacidade inclusive de inaugurar novos eixos de valorização fundiária. Em um momento de crise na produção imobiliária capitalista, em que se paralisa a produção de imóveis novos, a dinâmica imobiliária passa a ser comandada por uma miríade de agentes que atuam na locação ou venda de imóveis, especialmente indivíduos e as empresas de corretagem imobiliária, sendo essa dinâmica, portanto, influenciada por um número mais amplo de agentes. Compreender as formas como variam a dinâmica imobiliária em uma cidade é fundamental para o enfrentamento das dinâmicas de segregação socioespacial fortemente associadas à dinâmica imobiliária atual conjugada as formas históricas de produção do espaço urbano

Referências bibliográficas

ABREU, Mauricio de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Pereira Passos, 2022.

AGUIAR, Víctor. **Lucro em dólares: MRV (MRVE3) vende empreendimento nos EUA e fatura US\$ 26,7 milhões com a operação**. Seu Dinheiro. Disponível em: <<https://www.seudinheiro.com/2022/empresas/mrv-mrve3-vende-empreendimento-nos-eua-oak-enclave-vvka/>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SHIMBO, Lucia Zanin. GT2 - 395 O “PADRÃO ECONÔMICO” DA HABITAÇÃO: CONSTRUINDO UMA TRAJETÓRIA DE MERCADO. *Anais ENANPUR*, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/678>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CORREA, Roberto Lobato. **Espaco Urbano, O**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CORRÊA, ROBERTO LOBATO. Sobre agentes sociais escala e produção do espaço. In: **A produção do espaço urbano**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

FRÚGOLI JR; HEITOR. **Centralidade Em São Paulo. Trajetórias, Conflitos E Negociações Na Metrópole**. 2ª edição. [s.l.]: EDUSP, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. 1ª edição. Malden: Wiley-Blackwell, 1992.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação imobiliária: uma análise dos processos de concentração e centralização do capital no setor imobiliário. *Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales*, v. 40, n. 120, 2014. Disponível em: <<https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/402>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

MRV. **Nossa História**. MRV. Disponível em: <<https://ri.mrv.com.br/sobre-a-mrv/nossa-historia/>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

OLIVEIRA, ALBERTO DE; RODRIGUES, ADRIANNO O. Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Econômico*, v. 12, p. 127–143, 2009.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação Produtiva. Território e Poder no Estado do Rio de Janeiro**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na Cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996.

RUFINO, Beatriz. Ascensão da Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINC) na financeirização do setor imobiliário habitacional. Autores. In: [s.l.: s.n.], 2019.

SANFELICI, Daniel; HALBERT, Ludovic. Financial markets, developers and the geographies of housing in Brazil: A supply-side account. *Urban Studies*, v. 53, n. 7, p. 1465–1485, 2016.

SANTOS, CARLOS NELSON FERREIRA DOS. **Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes**. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, FAU-USP, São Paulo, 1984.

Capítulo 12 - Dinâmica imobiliária recente e impactos socioespaciais em Macaé-RJ

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª edição. São Paulo, SP: Edusp, 2008.

SILVA, CARLOS ALBERTO FRANCO. A segregação residencial carioca sob a égide do capital incorporador. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 57, n. 2, p. 5–27, 1995.

SILVA, Oséias Teixeira da. AS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS E OS PADRÕES DE PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA EM MACAÉ-RJ. *Revista GeoUECE*, v. 10, n. 18, p. 19–41, 2021.

SILVA, Oséias Teixeira Da. **A Lógica da Produção Imobiliária Capitalista**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

UEDA, Vanda. OS NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL*, v. 10, p. 18, 2005.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; FERREIRA, Francismar Cunha. O espaço urbano e a renda da terra. *GeoTextos*, v. 10, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/8962>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CAPÍTULO 13

Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento

Victor Santos Oliveira¹
Daniel Manzione Giavarotti²

Introdução

As metrópoles do Sul-Global se consolidaram enquanto tal à custa de uma modernização e industrialização fundadas na superexploração de forças de trabalho provenientes de outras regiões dos seus territórios nacionais. No Brasil, sobretudo a partir da década de 1950, as periferias autoconstruídas (Oliveira, 2003) nos arredores das áreas já urbanizadas da cidade foram a expressão mais evidente daquela forma particular de modernização, na medida em que a abundância relativa de terras de localização inferior e, portanto, mais baratas, permitiu a trabalhadores superexplorados e suas famílias constituírem condições mínimas de moradia e reprodução social e reivindicarem melhorias urbanas nos loteamentos recém-inaugurados. Contudo, com o avanço da modernização ou desenvolvimento das forças produtivas, esta classe trabalhadora que constituiu as periferias das grandes metrópoles foi se tornando crescente e relativamente supérflua às necessidades do capital. Em outras palavras, a urbanização por expansão de periferias determinada pelos baixos salários encontrou seu limite no Brasil a partir da década de 1990 em razão das transformações provocadas pela terceira revolução industrial e pelo desemprego tecnológico subsequente.

Daí que o aprofundamento da superfluidade daqueles trabalhadores foi experimentado sobretudo pelas novas gerações - fi-

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFPE) - santos.oliveira@ufpe.br - <https://orcid.org/0009-0008-0372-473X>

2 Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo - dmgiavarotti@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-0941-6179>

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

lhos, netos e novos migrantes chegados posteriormente (Giavarotti, 2017), que terão crescentes dificuldades de acesso à terra bem como de se inserirem profissionalmente, mesmo com a ampliação da capacitação pelo ensino superior. A experiência de crise do projeto nacional-desenvolvimentista vivida de forma aguda nas metrópoles do Sul-Global a partir da década de 1990 não fizeram apenas com que as novas gerações experimentassem suas condições de inserção no mercado de trabalho depreciadas, como também foram sujeitos (sujeitados) de importantes transformações no cotidiano das periferias nas quais moravam. Os loteamentos periféricos, já fortemente urbanizados, foram se tornando novas centralidades no tecido metropolitano, o que determinou o encarecimento do preço da terra urbana, tornada relativamente escassa nas periferias. Também os imóveis autoconstruídos foram, e em sua maioria, valorizados depois de anos de dedicação e investimentos por parte das famílias moradoras.

Estas transformações, de um lado, ofereceram condições materiais para uma diferenciação crescente entre os trabalhadores periféricos, permitindo que uma parcela destes novos trabalhadores supérfluos forme e amplie suas propriedades, assim como agencie uma crescente refuncionalização do ambiente autoconstruído periférico sob a forma do chamado empreendedorismo popular. Por outro, a valorização dos imóveis periféricos e a superfluidade responsável por engendrar estas modalidades de empreendedorismo popular e trabalho domiciliar também impulsionará o incremento de atividades criminais por parte de moradores com piores condições de inserção no mercado de trabalho. A crescente legitimidade do mundo do crime como única possibilidade de geração de renda no cotidiano popular e periférico está atrelada a criminalização provocada pela “guerra às drogas”, verdadeira guerra aos pobres que vem resultando no encarceramento em massa de parcelas desta população (Wacquant, 2003, 2008).

Assim, a passagem do século XX para o XXI marca um momento de intensas transformações nas periferias metropolitanas. De espaço de absorção e reprodução da força de trabalho, hoje alguns autores afirmam que vão se tornando campos de concentração a céu aberto (Augusto, 2010) ao gerir e punir as parcelas

da população supérflua por meio de controles plurais da vida nas periferias. Estes não se restringem ao encarceramento, mas configuram verdadeira liberdade assistida que passa igualmente por vigilância eletrônica, ocupações militares, políticas de assistência social, oferta de atividades esportivas e culturais, escolas em tempo integral, atividades em ONGs, dentre outros. Outros autores (Giavarotti, 2017) atentam para as diferenciações internas as periferias determinadas pelas transformações do mercado de trabalho e pela formação de um mercado imobiliário periférico, diferenciando proprietários, posseiros, migrantes e etc. A ampla oferta de serviços nas próprias periferias também colabora para esta diferenciação, que passa por aqueles que trabalham dentro ou fora de seus bairros, assim como entre aqueles que circulam mais na metrópole ou no bairro, acessando equipamentos públicos e serviços em outras localidades ou não.

Ainda que haja muitas nuances entre as interpretações dos diversos autores, este processo tem sido interpretado como de confinamento territorial (Souza, 2009) provocado pela desarticulação da proeminência do trabalho fabril e assalariado, sendo responsável por produzir restrições na circulação dos trabalhadores no mercado de trabalho e, com elas, a desestruturação da tradicional mobilidade urbana centrada no pêndulo centro-periferias, também em razão da expansão do trabalho autônomo, informal e domiciliar. Será ainda complementado pelo caráter expulsivo que as periferias contemporâneas vêm adquirindo e que, talvez, tenha revelado sua face mais aguda no contexto da pandemia de COVID-19, quando, por exemplo, em São Paulo e em Recife houve um aumento exponencial de pessoas em situação de rua, chegando a 52 mil em São Paulo (Polos-Ufmg, 2023) e pouco mais de 1,8 mil pessoas em Recife (Miranda, 2023). Este fenômeno é observado, inclusive, nas áreas historicamente voltadas à reprodução da classe trabalhadora, ou seja, nas próprias periferias, que vão adquirindo centralidade também para as pessoas em situação de rua. Apesar de citarmos esta forma de expropriação radical, as transformações aqui brevemente apresentadas já vinham sendo responsáveis por produzir uma expropriação lenta e gradual de base econômica, como dissemos, devido à formação de um mercado imobiliário

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

periférico valorizado, à crescente absorção das atividades laborais nos espaços periféricos e domésticos e à chamada financeirização da pobreza promovida pela oferta abundante de crédito, destinado tanto ao consumo das famílias como ao funcionamento dos empreendimentos populares.

Este novo momento das periferias metropolitanas brasileiras se inserem e desdobram o conceito de “urbanização crítica” definido por Damiani (2009), momento no qual “as cidades passam a constituir espaços privilegiados da produção mercantil do espaço, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, incluindo o capital enquanto fictício” (p. 311). De um lado, a produção mercantil do espaço como meio para a valorização do capital mobiliza financeira e economicamente as periferias metropolitanas, demandando toda sorte de violências e expulsões de suas populações para a inserção dessas áreas em novas rodadas de valorização através de investimentos financeiros internacionalizados – como no caso das Operações Urbanas nos grandes centros metropolitanos. De outro, longe de ser um processo de inclusão massiva de mão de obra como aquele da industrialização nacional, o momento da urbanização crítica tem relação estreita com a crise do trabalho e sinaliza os limites da inclusão produtiva, solapando as bases que constituíram aquele processo de urbanização-industrialização intensiva típico da metropolização na segunda metade do século XX, marcado pela autoconstrução das periferias e pelo deslocamento pendular dos trabalhadores mobilizados pelo trabalho entre o centro e as periferias.

No decurso deste processo crítico surgem múltiplas centralidades periféricas e confinatórias concomitante a crise do capitalismo industrial que no Brasil já havia se dado em bases altamente poupadoras de força de trabalho (Oliveira, 2003). Mais recentemente, a ascensão das políticas neoliberais de desproteção social colocou como horizonte o fim da relação salarial, resultando na hipertrofia do setor dos serviços, do empreendedorismo popular e da viração (Abilio, 2017) que vão se constituindo como as formas mais comuns de trabalho precarizado para uma parcela cada vez mais ampla da população, e que, presentemente, já inclui os trabalhadores capacitados pela educação de nível superior.

Ao que tudo indica, tais processos fomentam à produção de sujeitos monetários sem dinheiro (Kurz, 1992) que paulatinamente vão sendo confinados, quando não expulsos destas áreas e/ou encarcerados. Em paralelo se observa a transformação das políticas públicas voltadas as camadas populares que, outrora centradas no desenvolvimento urbano e na universalização dos direitos sociais básicos dos trabalhadores assalariados (educação, saúde e previdência), hoje orbitam ao redor da segurança pública e da penalização (Wacquant, 2003) e tem como público-alvo (Maciel, 2018) os jovens trabalhadores sem trabalho concentrados nestas periferias metropolitanas. Desta maneira, acesso à saúde, à educação (por vezes privada e em ONG's), à cultura, assim como a segurança pública e gestão armada desses territórios pelo Estado, pelo crime e pelas milícias, concorrem para compor um processo de múltiplos e contraditórios resultados que pode passar pela valorização dos imóveis periféricos, pelo confinamento do precariado, pelo caráter expulsivo das periferias contemporâneas e pelo encarceramento em massa das parcelas mais depreciadas desta força de trabalho, que terão chances definitivamente diminuídas de reingressar no mercado de trabalho formal após o cárcere, compondo um círculo vicioso.

Metodologia

Por meio do uso da pesquisa de campo de cunho qualitativo e quantitativo, apresentaremos os efeitos da terceira revolução industrial sobre a mobilidade do trabalho de membros de famílias moradoras das periferias metropolitanas da zona sul de São Paulo (particularmente o Jardim Ibirapuera) e as trajetórias de indivíduos moradores das diversas periferias de Recife que cumprem pena no Patronato Penitenciário de Pernambuco. A partir da crítica da economia política analisamos os achados de nossos trabalhos de campo, os quais incluem a refuncionalização das periferias metropolitanas, o crescimento do empreendedorismo de si mesmo e o aumento do recurso à violência de estado, tanto letal quanto expressa no encarceramento em massa e no prolongamento da penalização sobre a vida livre periférica.

Capítulo 13 - Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento

Com o intuito de mediar a reflexão teórica crítica com a pesquisa de campo, nos valem do método do estudo de caso ampliado proposto por Burawoy (2014) para historicizar as transformações analisadas a luz do desenvolvimento contraditório do capitalismo. Se por um lado é um método que se orienta por situações sociais específicas e delas parte, não propõe somente a extração de dados do particular, mas sim dar um tratamento teórico aquelas situações de modo a iluminar os mecanismos sociais mais amplos. Nos encontros e desencontros entre o esperado a partir das interpretações teóricas e o efetivamente visto em campo, buscamos empreender novos desenvolvimentos teóricos e outras rodadas de inserção em campo.

Expansão da penalização e penalização da pobreza

Para compreender a formação deste complexo quadro, a formulação teórica sobre a constituição de um Estado de caráter penal a partir dos anos 1990 merece destaque. Neste, as políticas de proteção social vão sendo substituídas por políticas de penalização com o objetivo de gerir as massas tornadas inviáveis economicamente (Wacquant, 2008). No contexto das transformações que viemos apontando, prisão e periferias passam então a formar um consórcio voltado a incapacitar e conter as parcelas – racializadas – da população, tornadas relativamente obsoletas ou supérfluas para a acumulação ampliada de capital. No desenrolar deste processo Araújo (2017) aponta que a prisão deixa então de ser um aparelho apartado da cidade para se tornar cada vez mais conectada às periferias metropolitanas, corroborando a constituição de inúmeros vasos comunicantes entre dentro e fora das prisões como aqueles investigados por Godoi (2017) e compondo o que alguns autores tratam por *continuum* cárcere-periferia (Wacquant, 2001, 2008, 2009; Augusto, 2010; Godoi, 2017).

Em especial, o encarceramento em massa e a deterioração das condições de cumprimento de pena parecem impor o incremento destes vasos comunicantes, invocando familiares, parentes e amigos a oferecerem condições para a reprodução do preso na prisão, para o andamento processual, para transferências entre unida-

des prisionais e etc. O aumento do parque penitenciário também mobiliza economicamente comércios e serviços relacionados, por exemplo, as dinâmicas de visitas das familiares e de reprodução dos servidores penitenciários. De outra forma os vasos comunicantes também se estabelecem a partir do fortalecimento das facções criminosas monopolistas de base prisional a mobilizarem pessoas e mercadorias nas escalas local, nacional e internacional.

Por outro lado, as conexões entre cárcere e periferias também podem ser constatadas a partir da ampliação das possibilidades de restrição de liberdade na vida “livre”. As tornozeleiras eletrônicas e a ampliação do regime aberto, como no caso dos apenados que cumprem pena no órgão da execução penal Patronato Penitenciário de Pernambuco, que já correspondem a mais de um terço do total de pessoas penalizadas em Pernambuco (Oliveira, 2023), também ajudam a compreender a constituição dos vasos comunicantes e do *continuum* que se forma entre cárcere e periferias. Tornam possível, por sua vez, abordar a expansão do encarceramento tanto do ponto de vista da expansão do parque penitenciário e do número de presos, como também da projeção da gestão penal sobre a vida livre, ou seja, enquanto fenômeno urbano (Araujo, 2017). Desta forma, atentar para os vasos comunicantes, entre os quais as famílias certamente figuram entre os mais importantes, permite reconhecer que uma população ainda maior está mobilizada pelo cárcere, envolvida em suas relações “internas” e constantemente enredada e articulada para responder e interagir àquelas relações. Também permite compreender como a gestão securitária das populações não fica restrita aos presos e espaços internos das unidades prisionais, mas extravasa para os apenados em liberdade e, em última instância e com inúmeras clivagens (Faustino, 2019), para o conjunto das periferias.

Menegat (2012) sintetiza estes diversos elementos da totalidade capitalista em crise ao afirmar que a insegurança social que se generaliza organiza uma mudança estrutural dos sentimentos vinculada à impossibilidade de reprodução social das classes trabalhadoras, tornadas relativamente supérfluas pela revolução microeletrônica, robotização e hipertrofia do setor financeiro e desprotegidas pelas políticas neoliberais. Segundo o autor, “na falta

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

de moedas para substancializar os sujeitos da modernização, a violência se torna a moeda comum” (Menegat, 2019). Portanto, a insegurança social que se instala não pode ser reduzida a mera criminalidade, sendo um desdobramento profundo do processo que viemos argumentando, expressão desse horizonte estreito de possibilidades de inclusão produtiva no qual a violência se torna uma forma de mediação social estruturante, a reprodução material torna-se marcada pela precariedade e fermenta-se um ressentimento ostensivo baseado em relações de inimizade entre os próprios trabalhadores expropriados até mesmo do trabalho. Por fim, eventualmente se oferece algumas migalhas como compensação, por meio daquilo que se tornaram as políticas sociais focais (Maciel, 2018), não mais universais, hoje voltadas para os grupos considerados de maior risco. Como expressões desta crise social radical, estas políticas focais também vão sendo colonizadas pelas funções de vigilância e punição ampliadas, tornando-se políticas sociais segmentadas e desenhadas para os conter riscos específicos determinados para cada público-alvo (Arantes, 2021).

Analisando a particularidade pernambucana, demonstramos em pesquisa anterior que o conjunto das políticas sociais passam a responder a esta insegurança social, resultando, por exemplo, na centralidade das políticas de segurança pública ditas cidadãs, a exemplo do Plano Estadual de Segurança Pública Pacto Pela Vida (Decreto nº 30.569/2007) em Pernambuco (Oliveira, 2023). Demonstramos como a política de segurança pública passou a organizar o conjunto das políticas sociais por meio de uma formulação de prevenção social ao crime que articula desde a educação em tempo integral que seleciona e confina a juventude com o intuito de reduzir a criminalidade, até a oferta de iluminação pública, programas de saúde, trabalho, cultura e esporte destinados as áreas quentes ou *hot spots*, aquelas consideradas mais vulneráveis a criminalidade.

Após 15 anos de sua implementação, a mudança no governo estadual ocorrida em janeiro de 2023 resultou no fim do Pacto Pela Vida (PPV), inaugurando-se um novo programa de segurança pública, o Juntos Pela Segurança. Contudo, este último guarda muitas das formulações do PPV, quais sejam, principalmente a gestão por resultados, o controle de metas para pagamentos flexíveis as forças

policiais e a articulação entre prevenção social e repressão qualificada ao crime. Além dos tradicionais índices de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP), o Juntos Pela Segurança incluiu em suas metas a redução da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (VDFCM). E tal como se constatou durante a vigência do PPV, durante o qual atestamos que a violência de Estado aumentou significativamente (Oliveira, 2023), o novo programa de segurança pública anuncia como prioridade investimentos elevados para as forças repressivas, a exemplo do aumento em 20% no contingente da Polícia Militar e de 10% da Polícia Civil, enquanto o contingente da Polícia Penal será mais que dobrado.

Ao que parece, a cidadania neoliberal tem na segurança pública uma política central, pois esta passa a organizar o conjunto das políticas sociais com o objetivo de impactar decisivamente os pobres, a um só tempo atingidos pelas políticas repressivas e protegidos precariamente por políticas sociais focais. Segundo Wacquant (1993, p. 5) a desproletarização da classe trabalhadora é acompanhada da retração das políticas de proteção social e do aumento das dificuldades em acessá-las e nelas permanecer. Assim, o conjunto das políticas sociais passam a ser colonizadas por um “processo de penalização convergente” (Arantes, 2020) no qual políticas de proteção social e de penalização são articuladas de maneira comum, qual seja, com o sentido de sujeitar o trabalhador desproletarizado ao trabalho precário e/ou ser penalizado.

Conformando aquele Estado Penal que viemos argumentando, o sentido da ação estatal passa a ser a seleção precisa dos alvos prioritários sobre os quais deve impactar decisivamente (Arantes, 2020), seja através das políticas focais que se generalizaram desde os anos 2000, seja por meio das políticas de segurança pública e penal, todas dirigidas a combater os pobres, portanto, tendo como alvo a população negra e periférica, que deve ser atingida por uma e por outra a todo momento. É importante salientar que a dimensão racial é central nestes processos, ou seja, a necropolítica (Mbembe, 2018) organiza as formas e gradações com as quais o Estado administra direitos focais e os espaços de matar, de deixar

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

morrer e tornar a vida precária das populações descartabilizadas do mundo do trabalho formal.

Desta maneira constatamos como a crise do trabalho se desdobra em crise urbana e securitização, processo que pudemos atestar ao tratar da particularidade pernambucana, observamos justamente como a insegurança social foi articulada pelo Pacto Pela Vida para a securitização ampliada, resultando no encarceramento em massa, na degradação das condições de cumprimento de pena, que por sua vez produziram inúmeras mortes por doenças evitáveis de jovens negros aprisionados, no aumento do número de mortos pelas polícias, no aumento ainda maior dos excludentes de ilicitude. Também demonstramos como o eixo da prevenção social ao crime produziu políticas sociais precárias como complementos necessários as formas de combate ostensivo aos pobres e ao crime. Ainda, em nossas pesquisas de campo pudemos conhecer as unidades prisionais estaduais e o Patronato Penitenciário, constatando a citada deterioração das condições de cumprimento de pena e a conseqüente e intensa mobilização das familiares, no caso das unidades prisionais. No caso do Patronato, pudemos identificar a magnitude da extensão da penalização sobre a vida livre, ou melhor, sobre as periferias metropolitanas, penalização em liberdade esta que já perfaz cerca de um terço de toda população penalizada em Pernambuco.

Assim, a partir dos autores e reflexões realizadas acima e das pesquisas de campo aqui indicadas, buscamos articular securitização, confinamento e expulsões no sentido de compreender como se dá padrão territorial de reprodução das periferias metropolitanas contemporâneas. Buscamos responder esta questão estabelecendo as mediações com a emergência do Estado penal, o estabelecimento dos diversos vasos comunicantes entre cárceres e periferias, o processo de urbanização crítica e a crise do trabalho.

Padrão de territorialização confinatório

Com base nas transformações históricas brevemente explanadas anteriormente, quais sejam, a expansão da penalização e a conexão entre os cárceres e as periferias, desenvolvemos a hi-

pótese de que a centralidade adquirida pela política de segurança pública entre o conjunto das políticas sociais expressa transformações do padrão de territorialização do capital (Toledo, 2008) em crise, resultando, em larga medida, em confinamento e expulsões no mundo contemporâneo. Afirmamos que em razão das transformações provocadas pela terceira revolução industrial, bem como do desemprego tecnológico subsequente, a urbanização por expansão de periferias entrou em crise e estas mesmas periferias deixam de ser tão somente espaço de absorção e reprodução da força de trabalho.

Assim, fazemos diálogo com as reflexões de Foucault (2001) sobre o surgimento da prisão no seio do processo de modernização e de Loïc Wacquant (2002) sobre as transformações contemporâneas que levaram ao extrapolamento da política penal para além da prisão, buscando averiguar a hipótese de descarte paulatino das populações expropriadas e racializadas, progressivamente alijadas do processo produtivo e das políticas de proteção estatal, tornadas por conseguinte público-alvo das políticas de segurança e penalização que generaliza a prisão como fenômeno urbano.

Articulada a esta, outra hipótese que norteia esta investigação é que as políticas sociais também vão se tornando penalizadoras, a exemplo das políticas de prevenção social ao crime voltadas sobretudo para as periferias metropolitanas, por sua vez, tornadas alvos prioritários de políticas sociais precárias desenhadas para conter as populações atingidas pela crise social subjacente àquela relativa descartabilidade dos trabalhadores concentrados nas periferias e prisões. Adicionalmente dialogamos com a hipótese de que a crise do trabalho alimenta a necropolítica como formulada por Mbembe (2018b), racializando parcelas crescentes da população, para as quais os limites da mobilidade do trabalho poderão resultar nas expressões mais radicais do novo padrão de territorialização do capital em crise, ou seja, em confinamento, expulsão, encarceramento e/ou morte.

Portanto, nossa tese é que o processo de confinamento territorial é provocado pela desarticulação do trabalho fabril e assalariado, responsável por produzir restrições na circulação no mercado

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

de trabalho, também em razão da expansão do trabalho autônomo, informal, domiciliar, enfim, intermitente e precário. Será também responsável por transformar as periferias em espaços de expulsão, devido à crescente formação de um mercado imobiliário popular e à chamada financeirização da pobreza promovida pela oferta abundante de crédito ao consumo e aos próprios empreendedores populares. Tais processos vão concorrendo para a produção de sujeitos monetários sem dinheiro que paulatinamente vão sendo confinados, expulsos destas áreas e/ou encarcerados.

A luz do exposto, dialogamos com as hipóteses encontradas na bibliografia e que apontam para sentidos diversos e, por vezes, contraditórios, ainda que complementares, para as periferias metropolitanas contemporâneas, podendo, conforme o caso, serem interpretadas como “campos de concentração a céu aberto” a confinar a população periférica, também como espaços de expulsão, de formação de um mercado imobiliário valorizado ou nos quais se angaria a população encarcerada massivamente.

Os indícios da reprodução do confinamento como um padrão territorial hodierno são inúmeros e diversos, incluem processos expressivos como o encarceramento em massa (Wacquant, 2003, 2008), a generalização de políticas assistenciais que visam solucionar o problema da chamada “violência urbana” transformando periferias em uma espécie de campo de concentração a céu aberto (Augusto, 2010) ou a conversão daquelas periferias nas chamadas “novas centralidades” resultantes da valorização do espaço periférico e da desarticulação do mercado de trabalho industrial que se fundava sobre a territorialização polar de centro e da periferia. Incluem ainda a fusão entre produção e reprodução observada a partir da imposição do trabalho autônomo, informal e domiciliar (Ribeiro, 2019) pela reestruturação produtiva a migrantes internacionais, a reversão dos tradicionais processos de migração temporária para o assalariamento em alternativas de assentamento garantidas por políticas públicas de permanência no campo (Leite, 2015), a expansão das barreiras às migrações transnacionais e o desenvolvimento considerável de racismo e xenofobia, a proliferação de campos de refugiados e/ou mercados de trabalho restritos a eles (Silva, 2018), entre outros.

No que diz respeito ao encarceramento, este vem aumentando constantemente no Brasil desde o início dos anos 2000, nos tornando o país com a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos EUA e da China. No Brasil, no início dos anos de 1990 a taxa de presos por 100 mil habitantes era de 61,2. Em 2012, chegou a 274 e aumentou ininterruptamente até alcançar 359 em 2019, caindo após a pandemia do Covid-19 e alcançando 304 pessoas presas por 100 mil habitantes em 2022 (SISDEPEN, 2022). Assim como nos EUA, no Brasil o encarceramento em massa incide cada vez mais e sobretudo sobre parcelas da população racial e territorialmente selecionadas: jovens negros e pobres, moradores de periferias metropolitanas (Oliveira, 2017). Este fenômeno pode ser interpretado como resposta do Estado ao agravamento daquela crise social, acompanhada da constituição de uma hegemonia neoliberal no mundo globalizado e do desmonte de políticas de bem-estar social universais. Parece corroborar esta hipótese o fato de que o encarceramento em massa não sofreu diminuição significativa mesmo com a chegada de partidos de centro-esquerda com agendas progressistas aos governos federais de Brasil e EUA. Por exemplo, Alexander (2018) e Wacquant (2003) mostram o papel dos governos Clinton e Obama na reformulação do aparato legal nos EUA e afirmam que o encarceramento em massa tem o sentido de engendrar uma nova segregação racial por meio da prisão.

No Brasil, o quadro dos últimos 30 anos apresenta semelhanças importantes. Como aponta Azevedo (2015), durante esse período uma variedade de políticas públicas reduziu desigualdades sociais, aumentou os índices de desenvolvimento humano, os gastos sociais do governo federal e distribuiu renda. Junto a isto, foram concebidas políticas de segurança pública que buscavam enfrentar preventivamente a criminalidade em vez de se centrar apenas na repressão policial ostensiva. Essas políticas absorveram em suas formulações e estratégias de implementação a tradição política de esquerda (Sozzo, 2012), principalmente no que diz respeito à perspectiva de pacificação social por meio da garantia de direitos e da diminuição das desigualdades socioeconômicas. Formulações estas absorvidas pelas políticas de segurança pública em Pernam-

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

buco, tanto o Pacto Pela Vida como, mais recentemente, o Juntos Pela Segurança.

Porém, a despeito das formulações progressistas, dada a crise urbana e a insegurança social que viemos argumentando, as questões de segurança pública adquiriram centralidade na constelação de políticas públicas progressistas, fazendo orbitar em torno da segurança e de seus propósitos um conjunto amplo de iniciativas, tais como infraestrutura urbana, desenvolvimento econômico, promoção dos direitos humanos, direito à cidade, participação popular e democracia participativa. Além do PPV, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) implantadas no Rio de Janeiro podem ser lidas nessa chave. Se, por um lado, isso resultou no que se tornou um modelo de segurança pública dita cidadã, por outro, alguns autores têm destacado que este modelo de segurança pública pode resultar em uma cidadania organizada pela e para a repressão ao crime, com rebatimentos significativos para as dimensões territoriais e territorialidades periféricas submetidas a este processo.

Nesse sentido Blank (2014) destaca que historicamente o Estado teve a dupla função de responsabilizar-se pelas condições de reprodução dos trabalhadores e de acumulação do capital. Assim, a produção mercantil era assegurada pela amenização do conflito social, por meio da garantia de direitos sociais, e a “repressão aberta no âmbito interno ficava secundarizada, só aplicada em casos excepcionais, ou era apontada para fora em direção a inimigos externos.” (Blanck, 2014, p. 5-6). Contudo, o autor aponta que, com o processo de crise secular do capitalismo e intensificado pela terceira revolução industrial, que acirrou e muito a concorrência global, milhões de trabalhadores foram tornados progressivamente inviáveis economicamente, algo expresso no desemprego estrutural, aumento da informalidade, crescimento dos serviços e no desmonte de legislações trabalhistas. Dadas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, os trabalhadores, especialmente os concentrados nas periferias metropolitanas, se tornam alvos de políticas assistenciais e/ou repressivas, inclusive de forma trágica, na medida em que hoje avançam encarceramento ou morte, especialmente da população racialmente selecionada. Assim aquele repressão antes secundarizada ou voltada para inimigos internos vai ganhando proeminência e é

apontada para dentro das fronteiras nacionais, ou mais especificamente, para as periferias metropolitanas.

Oliveira (2016) reconhece processo semelhante, argumentando que isso não fica, todavia, restrito àqueles que são alvos diretos do encarceramento. Para ele, o que ocorre é a delimitação das periferias como “regiões urbanas especialmente policiáveis e policiadas com tal intensidade que o cotidiano pode ser descrito como a contínua aplicação de uma política penal” (Oliveira, 2016, p. 259), ou seja, de um modo ou de outro a política penal acaba sendo aplicada inclusive para a população em liberdade. Este aspecto é desenvolvido por Augusto (2010), que identifica a conformação de uma liberdade assistida sobre as periferias metropolitanas, na quais se destaca o imbricamento entre segurança pública e políticas de assistência social, esporte, educação, cultura, entre outras. Como dissemos, para o autor este processo também teria dimensão territorial, o que o fizera anunciar a reprodução contemporânea das periferias como campos de concentração a céu aberto. Haesbaert (2009) reconhece exatamente o mesmo problema, que identifica nas diversas estratégias de contenção territorial que analisa, inclusive em periferias urbanas.

Alargando este entendimento comum, Godoi (2017), assevera a formação de um *continuum* de cárcere a periferia, mediante um conjunto amplo de vasos comunicantes entre dentro e fora da prisão que complexifica aquela “contínua aplicação de uma política penal” reconhecida por Oliveira (2016), demonstrando tanto a escala do processo, como as agências dos sujeitos angariados pela política penal, presos e em liberdade. O autor dá um importante andamento ao ensinamento de Foucault (2001), que afirma que a prisão nunca foi só um prédio ou uma instituição. É, antes de mais nada, uma política.

Assim, o que nos interessa aqui é perscrutar como tal política opera contemporaneamente, qual sua relação com as transformações do mundo do trabalho no capitalismo em crise, da função das periferias com o advento do neoliberalismo e do Estado penal? Desejamos aqui discutir o caráter territorial da sua aplicação, que nos parece produzir as periferias não somente como espaço de reprodução das forças de trabalho, mas cada vez mais como alvo de

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

práticas de exceção e da administração militar. De outra forma é dizer que os territórios definidos como prioritários pela segurança pública, em vez de servirem apenas como uma forma de diagnóstico das áreas com maior ocorrência de crimes a serem combatidos, identificam e delimitam as territorialidades confinadas que devem ser criminalizadas e penalizadas.

Para desenvolver essas questões, analisamos o processo de transformação do Estado Social em Estado Penal (Wacquant, 2003; 2008), observando a des-territorialização (Haesbaert, 2004) das periferias contemporâneas experimentada pelos sujeitos penalizados em liberdade no Patronato Penitenciário. A partir da investigação do cotidiano (Lefebvre, 2006) destes apenados, bem como de moradores das periferias, de egressos definitivos do sistema prisional, familiares de presos, vítimas e familiares de vítimas de violência do Estado, foi possível, metodologicamente, observar se de fato aquelas territorialidades sofreram transformações e/ou resultam de intervenções da política de segurança pública. E, ainda, como se relacionam com as estratégias de contenção territorial – aliança entre “repressão qualificada do crime” e “prevenção social da violência” –, ampliação do encarceramento e da morte, especialmente de jovens negros periféricos.

Para a realização dessa pesquisa, dialogamos com o diagnóstico traçado por Wacquant (2003, 2008) da emergência de um Estado Penal sobre os escombros do Estado de bem-estar social ainda que, no Brasil, este nunca tenha chegado a se completar. De toda forma, a ampliação das políticas focais que no Brasil mais se aproximaram do Estado de bem-estar social parecem se imbricar com a gestão securitária da pobreza, produzindo aqueles controles pluraes e o confinamento territorial. Esta formulação toma em conta a crise estrutural do capitalismo, a ascensão do neoliberalismo e seus impactos sobre a produção contemporânea do espaço urbano (Lefebvre, 2006), que conforme o autor aponta é condição da reprodução ampliada do capital. Portanto, podemos afirmar que hoje as periferias não têm somente o sentido de serem os espaços de reprodução rebaixada da família trabalhadora, como outrora o foram. Hoje prisão e gueto parecem formar um consórcio voltado a incapacitar e conter parcelas racializadas da população, tornadas

obsoletas ou supérfluas para o capital. Apesar de Wacquant (2008) tratar do contexto americano, onde o gueto teve um papel específico após o fim da escravidão e constituição da democracia estadunidense contemporânea, qual seja, o de assegurar “(i) estigma; (ii) restrição; (iii) confinamento territorial; e (iv) enclausuramento institucional” (Wacquant 2002, p.20), essa formulação nos interessa porque permite criar aproximações analíticas entre a ampliação do encarceramento e das formas de contenção territorial nas periferias metropolitanas brasileiras. Conforme argumentamos acima, essa proposta parece ter pertinência na medida em que as políticas de segurança pública contemporâneas parecem unir o controle territorial armado as ações de assistência social preventivas, ambas fechando os territórios periféricos, a exemplo do PPV em Pernambuco ou das UPPs no Rio de Janeiro. A compreensão da prisão como política (Foucault, 2001) que se fortalece no contemporâneo permite ainda relacionar encarceramento em massa, autoconfinamento das classes dominantes e contenção territorial da população periférica racializada.

Por fim, contribui para nossa análise a formulação de Agambem (2007) sobre a formação de um estado de exceção como legitimação daquilo que não pode ter forma legal. A princípio só extraordinariamente o Estado poderia suspender o ordenamento jurídico vigente e atuar para além das margens legais a fim de garantir sua segurança, decidindo sobre a vida e, principalmente, sobre a morte. O autor situa os campos de concentração dentro desta lógica e analisa a intensificação dessa forma de governo a partir do neoliberalismo, organizando nas democracias hodiernas espaços de ilegalidades para controle das populações desclassificadas do processo produtivo, como migrantes, fundamentalistas religiosos, luta contra o terrorismo, vigilância em massa, zonas de proteção, campos, etc.

Nesse sentido Haesbaert sugere que: “Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios”, “estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, ‘multiterritorial’” (2007, p.19). Para Souza (2009), a fragmentação do tecido socio-político-espacial que acompanha os novos processos de territoria-

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

lização impõe uma dinâmica fechamento-abertura das territorializações urbanas contemporâneas, comportando muitos arranjos, como a valorização imobiliária de espaços periféricos e sua abertura inédita para o consumo imobiliário das classes médias e altas mediante a chegada de equipamentos e infraestrutura pública, por um lado, enquanto, por outro, fecham-se as periferias a partir da ação do Estado, do crime organizado ou das milícias, que definem a circulação dos moradores e das mercadorias.

Não obstante essa dinâmica se imponha, Souza (2009) e Haesbaert (2004, 2009) sinalizam igualmente a necessidade de investigar as novas territorialidades a partir da experiência dos sujeitos atingidos por elas e que as reproduzem, o que podemos realizar a partir de nossas pesquisas de campo. Esse aspecto do problema fez com que coloquemos no centro a análise do cotidiano (Lefebvre, 2006) dos moradores periféricos e dos penalizados em liberdade. Observada na construção da vida cotidiana, a reprodução do urbano como segregação socioespacial, produção de homogeneidade-fragmentação-hierarquização, pôde ser apreendida como campo de luta entre os sentidos dos macroprocessos políticos e socioespaciais que movem a produção contemporânea do espaço urbano periférico e suas territorialidades, e os impactos e respostas destas na cotidianidade dos moradores das periferias que os experimentam, reproduzem e subvertem, inclusive por meio da captura parcial, do desvio e de práticas de resistência.

Considerações finais

A partir das transformações históricas que analisamos acima, buscamos abordar as des-reterritorialidades (Haesbaert, 2007) produzidas nas periferias metropolitanas. Tomando como exemplo Recife, atentando para os impactos da política de segurança pública cidadã Pacto Pela Vida que, segundo nossos achados, parece ter sido reduzida a política penal que, por sua vez, orienta o conjunto das políticas sociais.³ A um só tempo abrangente e sele-

3 Como demonstramos em pesquisa anterior (Oliveira, 2023, p.172) no decurso de 15 anos de PPV a dotação orçamentária destinada às políticas sociais alcançou, no máximo, 8,74% (em 2015) do total do orçamento executado pela política de segurança pública cidadã. Nesse sentido, destaque para a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), que destinou

tivo, o processo de territorialização da gestão securitária e da penalização foi abordado a partir das proposições de Augusto (2010), da periferia como campo de concentração a céu aberto, e de Godoi (2017), do *continuum* punitivo de cárcere e periferia, verificando sua aplicabilidade para o caso pernambucano. Ambos denunciam o caráter assistido da liberdade nas periferias, tanto pela vigilância policial e particular, como pela infinidade de programas do Estado, da sociedade civil e de organismos privados agenciando os moradores, controlando os fluxos, ou seja, definindo a territorialidade pela contenção.

Para desenvolver esta questão fizemos uso de pesquisa de campo que partiu do cotidiano dos sujeitos que cumprem pena no Patronato Penitenciário e de outros também residentes das periferias metropolitanas, atingidos diretamente pelo cárcere ou não, o que nos permitiu ter como foco o papel da política de segurança pública na reprodução contemporânea do espaço das periferias de Recife. A partir do cotidiano foi possível investigar a des-territorialização e as territorialidades produzidas e constatar as estratégias de contenção territorial (Haesbaert, 2009; Souza, 2009) da política de segurança pública cidadã. À luz das proposições de Wacquant (2003, 2008), foi possível interpretar a centralidade da segurança pública em relação a emergência de um Estado de caráter penal em substituição às suas funções tradicionalmente sociais, analisando, portanto, a territorialização da segurança pública como consequência do neoliberalismo e da crise estrutural do capitalismo. Observamos os impactos da segurança pública nas práticas socioespaciais periféricas, marcadas por um processo ampliado de violência e penalização que tanto angariou massivamente essas populações para o sistema prisional, como também extravasou para a vida livre periférica uma constelação de ações estatais repressivas e preventivas, ambas configuradas para atingir os jovens trabalhadores sem trabalho. Nossa investigação permitiu enxergar a coerência e a con-

entre 99% e 90% do seu orçamento para a administração penitenciária (idem, p.138), pouco ou nada restando para ações e programas sociais. Outro dado importante atesta a colonização do sentido repressivo mesmo nas exíguas políticas sociais implementadas, que passaram a ter entre suas metas e critérios de avaliação a redução do índice de CVLI, caso de programas destinados a crianças, jovens, adultos e de capacitação para o trabalho (p.123).

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

tinuidade que se estabelece entre a baixa prioridade dada as políticas de manutenção da vida e a alta prioridade dada ao exercício da violência de Estado.

A partir da pesquisa de campo no Patronato, foi possível melhor compreender as condições de cumprimento de pena nos cárceres pernambucanos, a constituição de vasos comunicantes entre prisões e periferias pela mobilização das familiares, a expansão da penalização para fora das cadeias e os limites da política de ressocialização. Esta última é pôde ser interpretada como índice da crise do trabalho, pois mesmo que focada na capacitação para o trabalho e na inserção produtiva dos apenados, encontra inúmeras dificuldades para se realizar, mesmo que haja um rebaixamento formal do custo da mão de obra dos reeducandos para 3/4 do salário-mínimo. Ainda assim, pouquíssimos são aqueles que alcançam um emprego formal, sendo que a esmagadora maioria das pessoas penalizadas em liberdade se encontram desempregadas, ou seja, em trabalhos informais ou na mais completa viração.

A impossibilidade da ressocialização pelo trabalho põe em tensão as possibilidades de reprodução da vida desses trabalhadores sem trabalho penalizados, tensão esta que vai muito além do desemprego, resultando concretamente na sobrevitimização das pessoas penalizadas em liberdade, que são recorrentemente vítimas de homicídios. Em 2015, por exemplo, as pessoas que cumpriam pena no Patronato e foram assassinadas corresponderam a 2,5% do total de CVLI naquele ano, percentual que só fez crescer até 2022, quando alcança 5,25% do total de homicídios. Junto à violência policial letal e às condições torturantes de privação de liberdade para as pessoas sob custódia do Estado, também a penalização em liberdade e a impossibilidade de ressocialização pelo trabalho demonstram que a política de segurança pública cidadã resultou em um processo amplo de fragilização da vida.

Essas considerações nos ajudam a conectar a insegurança social generalizada que se instala com a intensificação do processo de urbanização à violência fundamental da propriedade privada, propondo uma virada crítica que atente para a violência do urbano, e não só para a violência urbana, em geral atribuída a indivíduos criminosos. Pelo contrário, aqui esperamos ter sublinhado o

papel do Estado e do capital na produção da violência econômica e extraeconômica, conectando as transformações contemporâneas da segurança pública em Pernambuco à totalidade capitalista em crise, articulando uma discussão sobre o corte racial a organizar os limites da inclusão produtiva, a expansão da penalização sobre a vida livre e o encarceramento em massa.

Referências bibliográficas

ABILIO, Ludmila. **Uberização do trabalho**: A subsunção real da viração, Site Passapalavra/ Blog da Boitempo. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 16 set. 2023.

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

ALEXANDER, Michelle. **Nova Segregação**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Zonas de Espera [livro eletrônico]** : uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea / Paulo Eduardo Arantes. – 1. ed. – São Paulo : [s.n] 2020.

_____. **O mundo como alvo**: uma genealogia da militarização contemporânea. São Paulo : [s.n], 2021.

ARAUJO, Fabio. **A prisão e a produção do espaço urbano**: territorialidades carcerárias. p. 49 In: MALLART, Fabio, org; GODOI, Rafael, org. BR 111, 2017.

AUGUSTO, Acácio. “Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto.” **Cadernos Metrópole 12** (23): 263-276. 2010.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIFALI, Ana Cláudia. “Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal”. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.** [online], vol.15, n.1, p.105-127. 2015

BLANK, Javier. “Acumulação sem legitimação e o recrudescimento da violência estatal”. **Revista EPOS**, v. 5, n. 1, Rio de Janeiro, 2014, p. 79-98.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Ministério da Justiça e Segurança Pública, Distrito Federal, Brasília, 2019.

BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico**: Quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda. 2014

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade”. **Revista GEOUSP**, v. 18, n. 3, São Paulo, 2014, p. 472-486.

**Capítulo 13 - Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica,
Estado penal e confinamento**

DAMIANI, Amélia L. Urbanização crítica e produção do espaço. **Cidades**, Presidente Prudente, V 6 N° 10, p. 307-339, 2009.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Reflexões indigestas sobre a cor da morte: as dimensões de classe e raça da violência contemporânea. In: Marisa Feffermann; Suzana Kalckmann; Deivison Faustino; Dennis de Oliveira; Raiani Cheregatto. (Org.). **Interfaces do Genocídio no Brasil: raça, gênero e classe** (temas em saúde coletiva 25). 1ed. São Paulo: Instituto de Saúde, 2019, v. 1, p. 141-157

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 20. ed. São Paulo: Vozes, 2001.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. **Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-26032019-111308. Acesso em: 2023-09-24.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: prisões em São Paulo na virada dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. “Território e multiterritorialidade: um debate”. **GEOgraphia**, Ano IX, n. 17, 2007. p. 19-46.

_____. “Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra. 1992

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Mimeo, 1° versão: fev. 2006.

MACIEL, Danielle Edite Ferreira. **A rebelião do público-alvo e a crise da tecnologia social de pacificação: luta no Programa Fábricas de Cultura**. 2018. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

_____. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. 320p.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. **Como afundamos no submundo das milícias**. 10 nov 2019. Disponível em <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-afundamos-no-submundo-das-milicias/>. Acesso em: 6 set 2023.

MIRANDA, Humberto da Silva et al. **Relatório final: censo da população em situação de rua da cidade do Recife**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. G1, Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Inaê Soares. **O Estado penal em expansão: uma análise a partir das particularidades da realidade brasileira**. Mestrado em Serviço Social (Dissertação), UFPE, Recife, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. “Paradigmas de política penal e sentido econômico da população: das punições corporais às UPPs”. **Em Pauta**, n. 37, v. 14, Rio de Janeiro, 2016. p. 243-269.

OLIVEIRA, Victor Santos. **Nosso pacto é pela vida? Violência de Estado, encarceramento em massa e a política de segurança pública cidadã**. 2023. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

RAMOS, Sílvia et al. **Pele alvo: a cor que a polícia apaga; ilustrador Douglas Lopes**. – Rio de Janeiro: CESeC, 2022.

RIBEIRO, Clara Lemme. **Gênero e mobilidade do trabalho: bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. “Metropolização: A Reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho”. **Cidades**, v. 6, n.10, São Paulo, 2009, 415-434.

SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). **Relatório Final Projeto Homicídios no Brasil**. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Ministério da Justiça (MJ), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Alan Rodrigo Campos. **Imigrantes africanos solicitantes de refúgio no Brasil: cooperação para o desenvolvimento e humanitarismo no Atlântico Sul**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SOZZO, Maximo. “Los retos de la izquierda en las políticas públicas de

Capítulo 13 - *Entre a reprodução da vida e da morte: refuncionalização periférica, Estado penal e confinamento*

seguridad ciudadana” Venezuela: Universidad Nacional Experimental de la Seguridad (Unes), 2012.

TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

WACQUANT, Löic. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. “O lugar da prisão na nova administração da pobreza”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, São Paulo, 2008, p. 9-19.

SEÇÃO 5

Transformações e permanências em espacialidades centrais das cidades: entre processos de gentrificação e lutas de movimentos sociais

Coordenadores

Jorge Luiz Barbosa

Álvaro Ferreira

José Borzacchiello

As transformações urbanas contemporâneas nas espacialidades centrais das cidades vêm atingindo fortemente o cotidiano dos moradores e trabalhadores, muitas vezes inviabilizando a sua permanência e imprimindo processos de gentrificação. Todavia, é possível observarmos, também mobilizações sociais que lutam pela permanência dos residentes (atuando no âmbito das urgências) e mobilizações sociais que questionam ações que aliam governos e frações do capital na produção desigual do espaço e que idealizam a construção de uma outra sociedade possível. Diante das contradições e dos conflitos em causa emergem questões que nos motivam à proposição ao debate coletivo neste XVII Colóquio Geocrítica: Os centros das cidades são espaços estratégicos de reprodução do capitalismo financeiro? Como os empreendimentos imobiliários, investimentos em equipamentos culturais e eventos esportivos vêm transformando espacialidades centrais das cidades? Como tais intervenções urbanas estão recompondo presenças e usos socioespaciais? Quais são os enfrentamentos políticos à “requalificação urbana” do mercado? Como construir novas agendas de políticas urbanas democráticas?

CAPÍTULO 14

Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social

*Dayana Aparecida Marques de Oliveira*¹
*Ana Paula Oliveira do Ó*²
*Paloma do Prado Santiago*³

Introdução

A produção e o consumo capitalista do espaço urbano revelam as desigualdades do acesso à cidade pela população, desdobrando-se em diferentes possibilidades do exercício da cidadania na cidade capitalista. A cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres, exercidos com o apoio da dimensão material. Logo, pensar a prática de cidadãos e cidadãs requer considerar também o acesso que estes possuem à riqueza produzida pelo conjunto da sociedade, afinal a cidadania se realiza “nas práticas do cotidiano social, inscritas no tempo e no espaço” (Castro, 2003, p. 8).

Embora no Brasil a cidadania esteja apoiada e consolidada como direito desde o nascimento (Santos, 2013), dependendo das condições socioeconômicas da classe social a que o indivíduo pertence, a cidadania precisa ser conquistada por meio de uma luta coletiva ligada ao direito à cidade (Lefebvre, 2001). Sendo assim, a luta coletiva é uma das possibilidades de se apropriar do território, permitindo com que os cidadãos e cidadãs usufruam do potencial que o espaço tem a oferecer, ao mesmo tempo em que contribuem para sua produção, atribuindo outras perspectivas à cidade capitalista.

1 Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro - e-mail: dayana.marques@unesp.br - ORCID: 0000-0001-5611-593X

2 Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro - e-mail: ana.p.o@unesp.br - ORCID: 0009-0001-8341-5943

3 Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro - e-mail: paloma.prado@unesp.br - ORCID: 0009-0002-9768-8501

Dayana Aparecida Marques de Oliveira, Ana Paula Oliveira do Ó e Paloma do Padro Santiago

Posto isto, considerando o descompasso entre o direito garantido e a necessidade de lutar por ele na cidade capitalista, a questão balizadora deste texto é: Como diferentes espaços contribuem efetivamente para o exercício da cidadania em Rio Claro/SP? A partir deste questionamento principal, partimos da ideia de que a apropriação dos espaços para a luta pela cidadania cria condições materiais para o seu exercício, representando não só a resistência a partir das tensões existentes entre os diferentes segmentos da sociedade, mas também a própria apropriação da cidade e a ampliação das possibilidades de produção e consumo do espaço urbano em Rio Claro. Logo, o objetivo deste texto é identificar de que forma os diferentes espaços contribuem para o exercício da cidadania em Rio Claro, bem como refletir sobre a influência que cada um deles possui na luta pelo exercício da cidadania. Neste trabalho, indicamos que o MM Boxe e o Jardim Público, apesar de suas particularidades, são exemplos de espaços que foram apropriados para a mobilização social em prol do exercício da cidadania.

A fim de alcançar o objetivo proposto, a metodologia do trabalho incluiu a revisão bibliográfica sobre conceitos, processos e termos necessários para discussão teórica e análise dos resultados. Como parte dessa revisão bibliográfica incluímos também um levantamento bibliográfico específico sobre a cidade de Rio Claro, bem como do Jardim Público e do MM Boxe. Por fim, também foi feito um levantamento em sites de notícias de jornais no intuito de verificar os acontecimentos mais recentes nos espaços citados.

O trabalho está estruturado em três partes. A primeira parte trata sobre a discussão acerca da luta pela cidadania e suas contradições diante da lógica de produção e consumo desigual na/da cidade capitalista. A segunda parte inclui as reflexões sobre o exercício da cidadania em Rio Claro. A terceira parte identifica e discute o papel do MM Boxe e do Jardim Público como espaços que apoiam o exercício da cidadania na cidade de Rio Claro.

Consumo, produção do espaço urbano e cidadania

A cidadania consolida-se a partir de um conjunto de direitos e deveres, que estão relacionados à estreita relação entre o território e as instituições sociais e políticas que implicam na diferenciação, distribuição e repartição espacial (Castro, 2003). Sendo assim, a configuração territorial impacta diretamente nas possibilidades de exercício da cidadania, as quais estão ligadas, dentre outras coisas, à maneira como a cidade é produzida e consumida, considerando a lógica capitalista de produção. Isso porque, a cidadania é reflexo da forma como a sociedade reparte a riqueza produzida coletivamente. Logo, as desigualdades de acesso ao usufruto de direitos, apoia ou limita a produção e o consumo do espaço urbano, dependendo da classe social a que o indivíduo pertence.

Os impactos da falta de acesso aos direitos são, simultaneamente, individuais e coletivos. Barbosa (2021) afirma que a discussão sobre cidadania inclui considerar as diferentes formas de inserção dos sujeitos na vida pública, inclusive as condições de liberdade e autonomia não só individual, mas também coletiva.

Não há como discutir sobre cidadania sem considerar a base material do espaço que apoia a mobilização pela luta por direitos, bem como que permite com que estes sejam efetivados. Do ponto de vista geográfico, é preciso atentar-se à relação entre as diferentes escalas regional e local, bem como a configuração socioespacial da cidade entendida enquanto território. Burgos (2005, p. 189) ressalta que “é sobretudo na vida local que a cidadania pode emergir, é ali que pode ser estabelecida uma relação concreta com a coisa pública, e as possibilidade de que isso ocorra estão fortemente condicionadas à inscrição social e política do mundo popular no espaço urbano”.

A análise que inclui a leitura sobre a articulação entre diferentes escalas permite avaliar quais são as ações protagonizadas pelos agentes regionais e locais e seus respectivos desdobramentos na prática cotidiana dos cidadãos. Milton Santos (2003) vai além dessa relação regional-local, indicando ainda que a cidadania plena só pode ser alcançada a partir de soluções buscadas localmente em articulação com a realidade nacional. Embora o exercício da cida-

dania seja materializado na escala da cidade, do ponto de vista político, econômico e social ela não está deslocada de um contexto que se articula com outros níveis escalares. No caso do Brasil, essa é uma discussão desafiadora, afinal a dimensão territorial e os distintos ritmos de consolidação do processo de urbanização tornam necessária uma análise atenta às particularidades e singularidades regionais e locais, articuladas ao projeto político da nação.

Além da articulação entre as escalas geográficas, a análise sobre a cidadania deve considerar também a dimensão territorial. O reconhecimento da cidade enquanto território permite identificar e compreender as contradições e disputas provenientes das diferentes dinâmicas de apropriação da cidade. Segundo Barbosa (2021, p. 1), “o território é uma marca e uma matriz daquilo que verdadeiramente somos e do queremos para as novas gerações de cidadãos!”. Compreender a cidade enquanto território significa admitir que existem diferentes formas de apropriá-la, tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista simbólico. As diversas e diferentes formas de apropriação efetivam-se na relação tempo-espaco envoltas em uma gama de estratégias e ações contextualizadas à lógica capitalista de produção e consumo da cidade, conforme mencionado na introdução. Como resistência, grupos sociais excluídos reivindicam o pleno exercício da cidadania por meio da mobilização popular. Tais grupos reivindicam não somente o acesso às instituições públicas ligadas à saúde, educação, lazer, entre outros, que garantem parte do usufruto de seus direitos, mas também lutam para que haja maior socialização da riqueza que é produzida coletivamente pelos trabalhadores. Essa riqueza é materializada nos objetos espaciais existentes na cidade e, conseqüentemente, sua apropriação desigual é reflexo da organização socioespacial vigente.

O padrão desigual de produção e consumo da cidade persiste porque ela é considerada pelos agentes hegemônicos como um produto. Harvey (1980) chama a atenção para o fato do valor de troca ser predominante na cidade que é produzida como mercadoria, cujas benfeitorias são capazes de promover a valorização do solo urbano. Essas benfeitorias, apresentadas por Harvey (1980), podem ser consideradas também como aqueles investimentos do Esta-

Capítulo 14 - *Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social*

do capitalista que colaboram para a valorização de determinados terrenos e imóveis. Os meios de consumo coletivos, contraditoriamente, podem cumprir este papel. Meios de consumo coletivos são equipamentos, serviços urbanos e infraestruturas imprescindíveis à reprodução da força de trabalho (Topalov, 1979; Lojkin, 1997). São escolas, postos de saúde, parques, redes de energia e telecomunicações, dentre outros, a partir dos quais a possibilidade de reprodução da força de trabalho é potencializada. O que queremos dizer é que um trabalhador que tem acesso à educação, terá um aumento em seu potencial de produção dentro do sistema capitalista, tendo maiores possibilidades de geração de mais valia. Todavia, contraditoriamente, mesmo sendo essencial para que o trabalhador dê mais lucros segundo a lógica de produção capitalista, o acesso à educação é desigual. E, a decisão em implantar um equipamento urbano para este fim (creche, escola, universidade) transforma-se em benfeitorias para o próprio mercado imobiliário por conta do fator acessibilidade. Logo, se nem todos os bairros possuem escolas e elas são essenciais para a reprodução da força de trabalho, os que possuem podem utilizar-se de sua existência como potencializador para o valor de troca. Esse exemplo enquadra-se no movimento especulativo protagonizado pelo mercado imobiliário, no qual a acessibilidade é mais uma vantagem locacional e não um direito (Oliveira, 2012).

O poder público é um agente fundamental na tomada de decisões locacionais, pois é o único agente diretamente responsável pelo planejamento urbano, sua execução e fiscalização. Diversos autores como Villaça (1999), Vainer (2000), Duarte (2007), Souza (2010), Oliveira (2011), Corrêa (2005), Botelho (2007) e Cruz (2011) analisam o papel do poder público no planejamento urbano. Tais autores ressaltam que, o Estado capitalista estabelece articulações com outros agentes sociais concretos que se beneficiam da produção e do consumo desigual da cidade. Inclusive, muitos desses outros agentes possuem representantes no poder público. Estamos nos referindo sobretudo aos agentes ligados ao mercado imobiliário, aos donos dos meios de produção e aos proprietários fundiários, citados pelos autores mencionados anteriormente.

Dayana Aparecida Marques de Oliveira, Ana Paula Oliveira do Ó e Paloma do Padro Santiago

O Estado tem um papel basilar na produção da cidade, suas ações entrelaçam elementos sociais, políticos e civis. Esses três elementos também possuem aspectos que compõem o que chamamos de cidadania. Apesar do foco deste trabalho estar relacionado ao elemento social dos direitos à cidadania, cabe mencionar que os demais também precisam ser amplamente debatidos. Marshall (2001, p. 23-24) define os três elementos da seguinte forma:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade da pessoa, liberdade de expressão, de pensamento e de fé, o direito de possuir propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à justiça (...). Por elemento político eu designo o direito de participar do exercício do poder político, como membro de um corpo investido de autoridade política ou como eleitor dos membros de tal corpo (...) Como elemento social, eu me refiro a toda a gama desde o direito a um mínimo de bem-estar e segurança econômica até o direito de participar de todo o patrimônio social e de viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões predominantes na sociedade.

Embora esses elementos sejam fundamentais para o exercício da cidadania plena, nem todos os direitos são exatamente garantidos aos cidadãos, pois em alguns casos para usufruir desses direitos na realidade, cabe ao cidadão ser antes trabalhador ou consumidor, sendo esta, uma consequência da violência causada pela globalização perversa discutida por Santos (2003). Sob esse aspecto, destaca-se a afirmação de Marshall (1967, p. 86) sobre o elemento civil da cidadania: “[...] direitos civis se tornaram, para os trabalhadores, um instrumento para elevar seu status econômico e social, isto é, para firmar a reivindicação segundo a qual eles, como cidadãos, estavam habilitados a certos direitos sociais.”

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - conhecida como Constituição Cidadã - garante o direito aos três elementos mencionados anteriormente. Todavia, eles só são garantidos por meio da mobilização popular, conforme argumentam Santos (2013) e Barbosa (2021). Inclusive, a própria Constituição é resultado da luta popular.

Contraditoriamente, a Constituição Cidadã foi promulgada no contexto de avanço das políticas neoliberais e de expansão do con-

Capítulo 14 - Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social

sumismo. O avanço neoliberal no final do século XX não foi apenas exclusivo da realidade brasileira, mas fez parte de um contexto geral vivenciado na América Latina e em outros países do mundo (Oliveira, 2000). O avanço neoliberal e a concentração de riqueza colaborou para o acirramento das desigualdades sociais, estando atrelado ao discurso ideológico falacioso que confundia a figura do cidadão com o consumidor. Oliveira (2000) indica que este discurso defendia que a ampliação do consumo poderia contribuir para um sociedade mais democrática, quando na verdade, a ampliação do consumo desigual colabora ainda mais para a acumulação de riqueza. O autor ainda menciona que

a formulação conservadora, que retoma a vertente liberal de cidadão, enfatiza, por um lado, os deveres e a subserviência à nação - e através dela, à ordem mundial - mais do que os direitos sociais, a organização da sociedade e as concessões do Estado. Por outro, estimula o individualismo e a instituição do mercado, onde, segundo este pensamento, as ações aparentemente descoordenadas dos indivíduos encontram seu equilíbrio, promovendo uma ordem econômico-social de acumulação espontânea de escolhas racionais (Oliveira, 2000, p. 161-162).

Esse tipo de argumento de vertente neoliberal sobre a cidadania está alinhado com o discurso da globalização como fábula. Para Santos (2003), essa é uma percepção sobre a globalização que passa uma falsa ideia de uniformização do mundo, quando, na verdade, globalização é percebida pela maior parte da população mundial como perversa, afinal nem todas as pessoas têm acesso aos seus benefícios. A desigualdade na apropriação da riqueza socialmente produzida no contexto da globalização perversa, mostra que existe uma oposição entre consumo e cidadania. Por isso, não podemos afirmar que existe a figura do “cidadão do mundo”, já que a prática da cidadania precisa estar contextualizada em cada território, abrangendo as possibilidades de ser cidadão estabelecidas no nível nacional, considerando a realidade regional e a prática local.

Quando há esvaziamento da figura do cidadão, tem-se o consumidor mais-que-perfeito. Este, aceita ser chamado de usuário,

Dayana Aparecida Marques de Oliveira, Ana Paula Oliveira do Ó e Paloma do Padro Santiago

contentando-se com o usufruto de privilégios e não de direitos (SANTOS, 2003; 2013). Em outras palavras, “o cidadão é não raro ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muitos depois a construção do homem público. Daí a busca de privilégios em vez de direitos” (Santos, 1993, p. 109).

A partir da breve discussão apresentada neste tópico, observamos que há uma estreita relação entre território e cidadania, sendo que o apoio e os limites impostos ao seu exercício dependem das diferentes formas de apropriação da cidade. Logo, do ponto de vista da materialidade da cidade, existem espaços que são apropriados para a mobilidade social e requisição/usufruto de direitos. Veremos adiante a partir dos exemplos do MM Boxe e do Jardim Público na cidade de Rio Claro/SP como esses espaços impactam no exercício da cidadania.

Espaço urbano e cidadania em Rio Claro

A cidade de Rio Claro, assim como a maioria das cidades do interior paulista, teve seu desenvolvimento baseado no escoamento da produção de açúcar e sua estabilização com a expansão do capital ligado à cultura cafeeira, conforme Hogan et. al. (1986) “A configuração dessa rede de cidades preexiste a economia cafeeira, remontando ao ciclo açucareiro”. (Hogan et. al., 1986, p. 4). Contudo, não pode-se dizer que a urbanização das cidades do interior paulista estava dependente apenas das atividades ligadas à produção e escoamento do café. Neste sentido, Corrêa (2007) afirma que “o desenvolvimento de novas funções urbanas, criadas por grupos locais ou regionais ou por interesses extra regionais, suscita o aumento demográfico e a multiplicação de novas atividades não-básicas ou das já existentes.” (Corrêa, 2007, p. 24). Pode-se inferir que o estabelecimento da população na cidade se deu por conta da expansão do capital paulista. Tal expansão oportunizou o processo de apropriação do território pela população, que buscava fazer parte de uma região com forte influência sobre seu entorno.

A presença das companhias ferroviárias na ocupação do centro-oeste paulista teve um papel fundamental no processo de im-

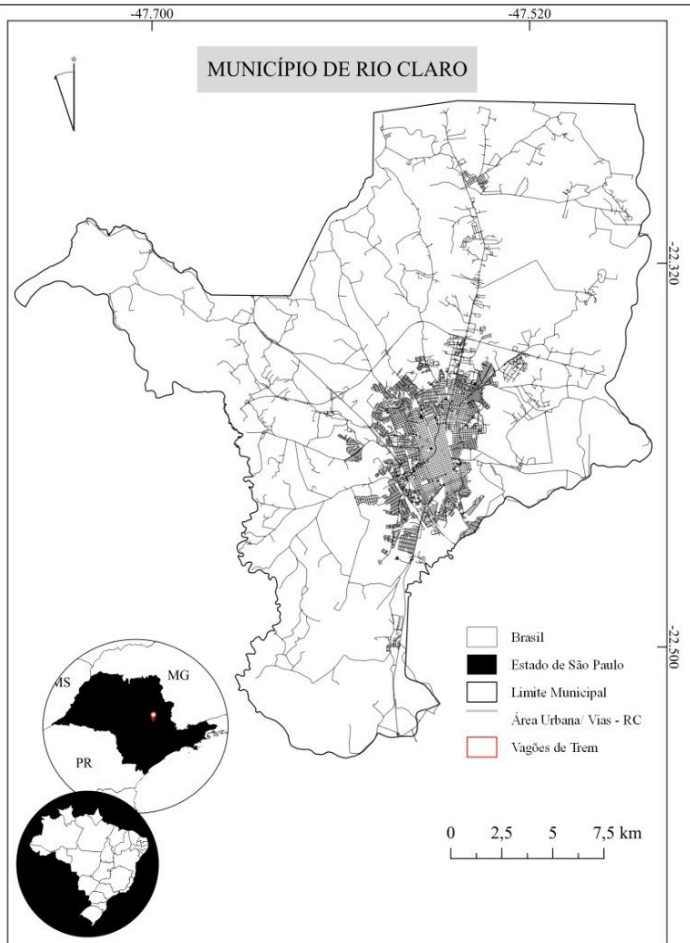
Capítulo 14 - *Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social*

plantação dos loteamentos regionais (Ghirardello, 2015). A cidade de Rio Claro faz parte deste contexto por conta de sua localização estratégica e topografia, a qual facilitava o escoamento de safras de café até o porto de Santos (Maria, 2023). Com isto, a população que ali habitava, buscou a ascensão social através do capital gerado pelo café, usufruindo de novas possibilidades para a reprodução de sua força de trabalho, tornando-se trabalhadores e consumidores simultaneamente. Por conta da presença da ferrovia, entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade de Rio Claro era conhecida por exercer a centralidade da região, com a presença de grandes casarões e comércio de nobres e políticos do final do século XIX e início do século XX (Rio Claro, 2024). A ferrovia cumpriu um papel relevante no escoamento da produção agrícola regional. Observando o mapa de Rio Claro, podemos indicar a correlação entre a presença da ferrovia e o crescimento da cidade, a partir da mancha urbana em destaque no mapa 1.

Atualmente, segundo o IBGE (2022), a população total do município de Rio Claro é de 201.418 habitantes, sendo que 98% de sua população é urbana. Cabe ressaltar mais uma vez, a relevância da circulação e dos fluxos no contexto das transformações nas estruturas urbanas para a análise das dinâmicas das cidades, uma vez que é um dos processos que causam as aglomerações nas cidades, já que “a circulação é uma das bases de diferenciação geográfica” (Arroyo, 2006, p.73).

A cidade de Rio Claro é uma cidade de porte médio, pois, sua forte ligação com uma antiga economia agrícola globalizada, colocou-a no fluxo dos circuitos produtivos, permitindo seu desenvolvimento, apesar de não possuir uma posição de comando regional, como é o caso de Piracicaba. O que também não significa uma melhora na qualidade de vida de sua população, já que como visto em muitas situações, a capacidade de produção ou reprodução de insumos, não está ligada a uma boa aplicação da receita gerada. Mais uma vez, cabe salientar a importância de perceber a cidade em sua totalidade devido a ampla gama de questões que dão dimensão à vida da sociedade, para além do trabalho e do consumo neste espaço (Arroyo, 2007).

Mapa 1 - Localização da área urbana do município de Rio Claro/SP



Fonte: Elaboração de Ana Paula Oliveira do Ó, 2024.

A expansão do crescimento da malha urbana de Rio Claro ocorreu de forma mais acelerada a partir do final dos anos de 1960, sobretudo nos setores norte e oeste, estimulado pela especulação imobiliária (Silva, 1994). Este fato ocorreu seguindo uma tendência mais ampla de renovação dos centros intermediários no sistema urbano nacional e regional (Castello Branco, 2007). Atualmente, os dois setores continuam entre os que estão em expansão na cidade de acordo com o Plano Diretor Municipal. A expansão urbana de Rio Claro inclui no setor norte as áreas próximas ao Distrito Industrial e a Rodovia Wilson Finardi (SP-191); no setor oeste as áreas próxi-

Capítulo 14 - *Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social*

mas a Rodovia Washington Luís (SP-310), dos bairros Bom Retiro e Bom Retiro II; no setor sul as áreas próximas ao Jardim Bom Sucesso, Jardim Nova Rio Claro e Rodovia Fausto Santomauro (SP-127).

Os vetores de expansão urbana em Rio Claro também contemplam as proximidades de bairros que já haviam sido implantados anteriormente sem contar com infraestrutura adequada, ou seja, sem que o acesso aos meios de consumo coletivos fosse garantido à população.

A falta de acesso torna ainda mais necessária a mobilização social e construção coletiva de possibilidades para o usufruto de direitos na cidade, ligados, portanto, ao exercício da cidadania, sobretudo nas periferias. Segundo Sousa e Braga (2011) nesses espaços encontramos um efeito barreira que exerce um papel segregador do ponto de vista social, cultural, comercial e de saúde, uma vez que a falta de acessibilidade à estrutura urbana impacta diretamente na qualidade de vida. O afastamento dos mais pobres dos centros das cidades faz parte de uma lógica de produção e desenvolvimento das cidades brasileiras. Neste contexto, acessibilidade e mobilidade torna-se pauta de reivindicação e de mobilização para que os cidadãos e cidadãs segregados possam “adquirir/readquirir” seus direitos. Concomitante à luta pelos direitos na periferia, há também a busca pela requalificação dos espaços não utilizados nos centros das cidades como forma de resistir ao processo de gentrificação. Tanto a busca pela ampliação da acessibilidade nas periferias, como a demanda de ocupação dos espaços ociosos no centro das cidades fazem parte de uma mesma luta pelo acesso à cidade. No próximo tópico discutiremos sobre como a apropriação do Jardim Público e do antigo prédio da Fepasa contribuem para a luta pela cidadania em Rio Claro.

Articulação e mobilização popular em Rio Claro

Como já mencionamos nos tópicos anteriores, a dimensão material da cidade é fundamental para o exercício da cidadania. Neste sentido, podemos destacar alguns espaços em Rio Claro que apoiam a mobilização social em torno da requisição, luta e ampliação de direitos. É o caso do Rio Claro Pensante e sua cozinha

Dayana Aparecida Marques de Oliveira, Ana Paula Oliveira do Ó e Paloma do Padro Santiago

solidária, localizada no bairro Bela Vista que, em 2021, promoveu rodas de conversa e espaços de diálogo sobre organização popular, crise hídrica em Rio Claro, além de articular a participação em manifestações que questionaram as ações do governo federal durante a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022), bem como promover a arrecadação de alimentos. Também é o caso das mobilizações dos moradores do Jardim das Nações II em parceria com a ONG Ver a Cidade, representantes do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Secretaria de Habitação que ocorreu em 2019, sendo iniciada com a atividade de auto-recenseamento para auxiliar na autogestão da comunidade. Podemos ainda citar a Escola Municipal Professor Victorino Machado, que criou uma classe para Educação de Jovens e Adultos – EJA, no intuito de apoiar a inclusão de migrantes haitianos na cidade, apoiando-os, sobretudo com a realização de aulas de língua portuguesa que possibilitam a adaptação no mercado de trabalho e na realização de outras atividades cotidianas (Cruz, 2024).

Essas iniciativas contam com espaços para a articulação e mobilização popular. Espaços nos quais podem ser geradas novas possibilidades de produção e consumo da cidade. A identificação dos mesmos demonstram que há relação direta entre cidadania e geografia, afinal, sem a materialidade da cozinha solidária, da sala de aula de EJA, ou do espaço utilizado para o auto-recenseamento as atividades de gestão da comunidade ou as discussões propostas a partir da mobilização dos moradores não seria possível. A dimensão espacial, portanto, se configura a partir dessas mobilizações e, não somente isso, ela possibilita a realização das mesmas.

Além das iniciativas citadas anteriormente, detalharemos outras duas iniciativas a seguir: a ocupação MM Boxe e o Jardim Público.

Apropriação de espaços para a mobilização social em Rio Claro a partir dos casos do MM Boxe e do Jardim Público

O MM Boxe é um coletivo existente desde 2003 em Rio Claro. O coletivo ocupa um espaço ligado aos velhos galpões de armazenagem da antiga estação ferroviária da cidade, começando como uma academia de luta de boxe olímpico. Com o tempo, outras ações

Capítulo 14 - *Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social*

foram sendo desenvolvidas no espaço, como o projeto social que ensina boxe a crianças de baixa renda e uma frente cultural que realiza atividades festivas a fim de arrecadar fundos para custear os atletas em competições de boxe. Além disso, a frente cultural divulga e convida a comunidade local para conhecer e participar ativamente das atividades propostas pelo coletivo, que possui o intuito de expor como a prática do boxe está presente em ações sociais, como colocado por Soares (2018), e conseqüentemente possibilitando práticas que se interligam à cidadania.

Um exemplo das atividades realizadas pela frente cultural é o Carna Inboxe que, no ano de 2024, teve a participação de cerca de 1500 pessoas. A festa carnavalesca integrou várias atividades para os foliões locais, envolvendo todos com a história e cultura do espaço, onde o grupo aproveitou para divulgar como o boxe está associado à discussões complexas, como as questões político-sociais de desigualdade. Essa é uma prática recorrente protagonizada pelo coletivo, unindo “utopias e reterritorializações, significados sobre racismo e violência, disciplina e sacrifício, espaços urbanos e fronteiras simbólicas, resultando em dinâmicas históricas singulares e carregadas de significação para as pessoas envolvidas” (Soares, 2018, p. 10).

O espaço utilizado pela ocupação se encontra localizado na área central da cidade, perto da estação de ônibus, shopping, entre outros comércios e serviços. Embora ainda conta com a antiga estrutura de galpão ferroviário, a função das instalações foi alterada em decorrência das atividades e práticas desenvolvidas pelo coletivo.

Essas práticas só são possíveis devido a relação espaço-temporal que o grupo conseguiu fundamentar. A prática esportiva adotada pelos frequentadores permitiu a ocupação e revitalização de um espaço, que inicialmente tinha sua finalidade ligada ao capital do café, mas que, com o tempo, foi ressignificada. Essa mudança está ligada às necessidades humanas não relacionadas à produção e consumo de mercadorias, e sim à uma vida criadora, de simbolismo, de atividades lúdicas que vivencia a cidade enquanto obra, e não como objeto de consumo, como discute Henri Lefebvre (2001).

O MM Boxe utiliza o boxe como ferramenta de luta e reivindicação territorial, atribuindo significado tanto político como social,

às suas ações, se comprometendo com o exercício de deveres previstos em nossa Constituição Cidadã e incentivando a população local a efetivar seus direitos.

Além do espaço ocupado pelo MM Boxe, outro espaço apropriado para o exercício da cidadania em Rio Claro é o denominado Jardim Público: Herma de Siqueira Campos. O Jardim Público é um conjunto de monumentos e homenagens de duas praças: XV de Novembro e Sargento Othoniel Marques Teixeira. Este espaço foi construído aos moldes dos grandes e vistosos jardins europeus ao final do século XIX; ganhando destaque na cidade, já que está localizado no centro administrativo do município, possibilita o passeio em todas as direções do mesmo e conta com diversos espécimes naturais de arbustos ornamentais e grandes árvores, o que confere uma aproximação da população com a natureza segundo Suzuki et. al (2016), e também um ponto de frescor ao centro da cidade.

No entorno do Jardim Público estão localizados bancos privados e públicos (daí o apelido de praça dos bancos - IBGE, 2022), o centro comercial da cidade, terminal do transporte público coletivo, Santa Casa, Secretarias de Cultura e Turismo, Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga” e o Bom Prato. Embora configure-se como um patrimônio da cidade, somente em 2014 foi tombado como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) (Jornal da Cidade, 2019).

Conforme as considerações de Lima (2008), espaços de reuniões populares, de concentração de uma grande quantidade de pessoas, seja para discussão de ideias, aulas públicas, manifestações, celebrações e eventos culturais, sempre tiveram o poder de entrarem para a história dada a participação da população que se apropria do local de centralidade, visto a potencialidade de visibilidade do mesmo e assim auxiliando na garantia de direitos.

Desse modo, segue o exemplo de ato estudantil realizado no espaço do Jardim Público em 15 de maio de 2019. A comunidade universitária da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP do campus de Rio Claro, preocupada e insatisfeita com os cortes anunciados pelo Ministério da Educação (MEC) naquele mesmo semestre, organizou uma passeata e ocupação do Jar-

Capítulo 14 - Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social

dim Público pelo período de 8 horas. A passeata teve início às oito da manhã e saiu da entrada principal do campus. O percurso até o Jardim Público foi através das ruas e avenidas mais movimentadas da cidade e os participantes entoaram gritos de ordem contra o desmonte da educação e da universidade pública. No Jardim Público os estudantes, docentes e servidores tentaram conversar com quem passava a fim de mostrar o que estava acontecendo e sendo produzido na universidade no âmbito das atividades de pesquisa, extensão e ensino. Também houveram apresentações culturais durante o ato visando conscientização e o apoio popular em torno das questões levantadas. Este ato foi repercutido por um dos maiores veículos de comunicação do país, o G1 (2019), dada a importância do tema e da união da comunidade universitária de todo o Brasil ao se organizarem e realizarem a manifestação no mesmo dia. Em Rio Claro, a concentração no Jardim Público foi fundamental, uma vez que o ato foi voltado para a população rio-clarense. Infelizmente, a administração da cidade não reconheceu o tamanho da mobilização, pois segundo a Polícia Militar (PM) somente 300 pessoas participaram do evento, enquanto que a organização do ato contabilizou 2 mil pessoas (G1, 2019).

Outro exemplo de mobilização ocorrida no Jardim Público foi o ato público idealizado pela Comunidade Negra de Rio Claro no ano de 2013, o evento ocorreu em virtude da violência sofrida por um idoso negro na cidade. O ato chamou-se “Reage, Rio Claro - Racismo aqui, não”. A concentração e passeata foram realizadas no Jardim Público, com camisetas e cartazes contra o racismo e a violência; segundo o portal do Governo do Estado de São Paulo esta mobilização contou com o apoio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena e da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Houve também a participação de movimentos negros de municípios próximos à Rio Claro (São Paulo, 2013). Foi também noticiada pelo G1 (2013), que entrevistou a líder do movimento na época, a qual comentou sobre a união da população para que o crime de racismo seja combatido, ressaltando a importância da comunidade aderindo ao ato e ao movimento.

Recentemente também tivemos outra mobilização popular realizada pela população no Jardim Público em homenagem a Ju-

lieta Hernández, conhecida como Palhaça Jujuba. A artista circense foi vítima de feminicídio no final de 2023. O protesto teve como objetivo dar visibilidade à pauta de combate à violência contra mulher e ao feminicídio. Além de Rio Claro, esta mobilização também aconteceu em outras cidades brasileiras. A mobilização foi organizada pela Companhia Passarinhar - projeto circense que ministra cursos relacionados à arte do circense (Jornal Cidade, 2024), que contou ainda com a bicicletada (trajeto de bicicleta do Jardim Público ao Galpão das Artes da Cia Passarinhar).

Além dos exemplos de mobilizações sociais citados acima, Rio Claro também possui uma forte tradição ao celebrar o carnaval, diversos eventos ocorrem pela cidade, o Jardim Público é um dos locais em que ocorre a festividade. Os eventos realizados no Jardim atraem a população de diversas idades (Diário do Rio Claro, 2024), principalmente aqueles com vivências saudosas do local. Todos os anos há concentração de foliões, passagem de blocos e shows no Jardim Público (Rio Claro, 2015; G1, 2018).

Dessa forma, entendemos o Jardim Público não somente como um espaço de lazer ou de passagem, mas como um ponto de encontro de vivências, cultura, festividades, manifestações e, acima de tudo, de luta.

O espaço utilizado pelo MM Boxe e o Jardim Público são formas espaciais apropriadas para o apoio à mobilização da população e para o exercício pleno da cidadania, seja pela possibilidade de reunir um contingente de pessoas para reivindicar direitos, ou pela oportunidade de desenvolver atividades esportivas e culturais com viés inclusivo. Observamos, portanto, em ambas as formas (o prédio ocupado pelo MM Boxe e o Jardim Público) a possibilidade de ampliação do direito à cidade a partir da flexibilização das funções exercidas por eles, seguindo a demanda social de acesso à cultura e ao lazer, ou ainda, pela necessidade de ampliar o debate sobre temas que impactam diretamente a vivência nas cidades dos grupos sociais excluídos (racismo, feminicídio, acesso à educação etc).

Os múltiplos usos dos espaços citados ou a mudança nas funções exercidas por eles ao longo do tempo demonstram como o processo histórico de transformação das cidades segue a dinâmica da própria sociedade, enquanto a organização social também é

Capítulo 14 - *Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social*

impactada pela inércia desses espaços construídos anteriormente, mas que influenciam diretamente nas práticas de apropriação contemporâneas da cidade.

Considerações finais

A partir das discussões indicadas neste trabalho, cabe ressaltar que a discussão sobre cidadania está inscrita essencialmente no contexto de tensões decorrentes da luta de classes na cidade capitalista. Essa discussão é elementar para identificar de que forma e em que medida a materialidade criada pelo trabalho, realizado em diferentes tempos, é apropriada para apoiar o exercício da cidadania, visando a ampliação do acesso à cidade.

Especificamente, no caso de Rio Claro, verificou-se que embora alguns espaços sejam imprescindíveis para a mobilização social, a própria criação ou manutenção dos mesmos esbarra em obstáculos impostos pelas contradições da produção e consumo capitalista da cidade. Essas contradições trazem um estranhamento às iniciativas que buscam criar coletivamente novos laços de solidariedade, cujo referênciã estão no atendimento às demandas locais da população. Uma vez que isso acontece, impõe-se portanto desafios ao próprio exercício da cidadania na cidade.

No caso de Rio Claro, conforme discutimos ao longo do texto, como estratégia para romper as barreiras da desigualdade que implicam na falta de acesso à cidade, a população se mobiliza no Jardim Público a fim de utilizar os espaços para reivindicar suas demandas pela igualdade de gênero, em repúdio ao racismo ou pelo direito à educação. Tal mobilização pela ampliação do exercício da cidadania em Rio Claro, se faz ainda na ocupação dos próprios espaços que anteriormente eram utilizados com outra finalidade, como é o caso das atividades esportivas e culturais protagonizadas pelo MM Boxe.

Por fim, ressaltamos que a discussão sobre a produção e o consumo do espaço urbano, ao considerar a apropriação dos espaços para a mobilização social traz contribuições fundamentais para a Geografia Urbana, já que contribui para compreender quais são as ações protagonizadas pela população para a luta pela ampliação do exercício da cidadania.

Referências bibliográficas

ARROYO, Maria Monica. **Dinâmica Territorial, Circulação e Cidades Médias**. In: SPOSITO, Maria, E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

AZEVEDO, D. A. **Divisão municipal e o exercício da cidadania em espaços desiguais: os casos do Piauí e Rio Grande do Sul**. Dissertação (mestrado em Geografia). 121 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, J. L. **Cidadania, território e políticas públicas**. 2021. p. 1-2. Disponível em: <https://observatoriodedefavelas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Cidadania-Territo%CC%81rio-e-Poli%CC%81ticas-Pu%CC%81blicas-Por-Jorge-Luiz-Barbosa.pdf>, Acesso em 4 jan. 2024.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, 2007.

BURGOS, M. B. **Cidade, Território e Cidadania. Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, 2005, p. 189-222.

CASTELLO BRANCO, Maria, L. G. **Algumas considerações sobre a identificação das cidades médias**. In: SPOSITO, Maria, E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

CASTRO, I. E. **Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania**. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria, E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

CRUZ, D. A. M. O. **As faces do Planejamento Urbano**. *Revista Pegada*, v. 12, n. 2, dezembro, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/938/1059>. Acesso em 10 jan. 2023.

_____. **Cidadania e direito à cidade em Rio Claro/SP: identificando objetos espaciais que apoiam a mobilização social**. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*. 2024. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/IVCONGEO/670197-CIDADANIA-E-ACESSO-A-CIDADE-EM-RIO-CLAROSP--IDENTIFICANDO-OBJETOS-ESPACIAIS-QUE-APOIAM-A-MOBILIZACAO-SOCIAL, acesso em 22 fev. 2024.

DIÁRIO DO RIO CLARO. **Chuva não impede manifestação em memória da artista Julieta Hernández em Rio Claro**. Disponível em: <https://www.j1diario.com.br/chuva-nao-impede-manifestacao-em-memoria-da-artista-julieta-hernandez-em-rio-claro/> Acesso em: 18 de jan. 2024

DIÁRIO DO RIO CLARO. **Baile Anos Dourados tem folia no Jardim Público de**

Capítulo 14 - Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social

sábado a terça-feira. Disponível em: <<https://www.j1diario.com.br/baile-a-nos-dourados-tem-fofia-no-jardim-publico-de-sabado-a-terca-feira/#:~:text=O%20tradicional%20Baile%20Anos%20Dourados,das%2016%20C3%A0s%202-0%20horas.>> Acesso em: 28 de fev. 2024

DUARTE, F. **Planejamento urbano.** Curitiba: Ibpx, 2007

GHIRARDELLO, Nilson. **Breve olhar sobre as cidades paulistas.** In: Fiorin, Evandro; HIRAO, Hélio. *Cidades do interior paulista: patrimônio urbano e arquitetônico.* Jundiaí, Paco Editorial; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ato contra racismo acontece neste sábado em Rio Claro.** Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/ato-contra-racismo-acontece-neste-sabado-em-rio-claro/>> Acesso em: 18 jan. 2024.

G1. **Araraquara, Rio Claro, São Carlos, São João e Araras têm atos contra cortes de verbas na educação.** Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/05/15/araraquara-e-sao-carlos-tem-atos-contra-bloqueios-de-verbas-na-educacao.ghtml>> Acesso em 15 de jan. 2024.

G1. **Mais de 2 mil pessoas curtem a folia no Jardim Público em Rio Claro, SP.** Disponível em:<<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/mas-de-2-mil-pessoas-curtem-a-fofia-no-jardim-publico-em-rio-claro-sp.ghtml>> Acesso em 18 de jan. 2024.

G1. **Mobilização contra o racismo reúne cerca de 300 pessoas em Rio Claro.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/04/mobilizacao-contra-o-racismo-reune-cerca-de-300-pessoas-em-rio-claro.html>> Acesso em 18 de jan. 2024.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade.** São Paulo, Hucitec, 1980.

HOGAN, Daniel J.; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. de; NETO, John Marion Sydenstricker. **Café, Ferrovia e População: O processo de urbanização de Rio Claro.** Unicamp, NEPO, Campinas, 1986, Texto 5.

JORNAL CIDADE. **Agenda: veja como curtir o carnaval em Rio Claro e região.** Disponível em: <<https://www.jornalcidade.net/rc/agenda-veja-como-curtir-o-carnaval-em-rio-claro-e-regiao/256952/>> Acesso em: 28 de fev. 2024.

JORNAL CIDADE. **Artistas protestam contra morte da Palhaça Jujuba.** Disponível em: <https://www.jornalcidade.net/rc/artistas-protestam-contra-morte-da-palhaca-jujuba/255479/>> Acesso em: 18 de jan. 2024.

JORNAL CIDADE. **Cia Passarinhar abre inscrições para seleção de vagas do projeto Circo Social** Disponível em: <<https://www.jornalcidade.net/rc/cia-passarinhar-abre-inscricoes-para-selecao-de-vagas-do-projeto-circo-social/255664/>> Acesso em: 18 de jan. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

Dayana Aparecida Marques de Oliveira, Ana Paula Oliveira do Ó e Paloma do Padro Santiago

LIMA, Thiago Hernandes de Souza. **As praças: história, usos e funções**. Revista de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Marília, Estudos, No 12, p. 97-110. 2008.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2. ed. Tradução de Estrela dos S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARIA, CAMILA CRISTINA PICCOLI CAMPOY E.; SCHICCHI, CRISTINA DA SILVA. O centro urbano de Rio Claro/SP: territórios e identidades culturais The urban center of Rio Claro/SP: territories and cultural identities El centro urbano de Rio Claro/SP: territorios e identidades culturales. 2023.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: MARSHALL, T. H; BOTTOMORE, T. **Cidadania e classe social**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 11-102. _____. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

OLIVEIRA, D. A. M. Discurso e planejamento urbano no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial, p. 1 - 15, jun./dez. de 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213/2109> Acesso em: 2 jan. 2024.

_____. Acessibilidade: vantagem locacional ou direito? **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. DOI: 10.48075/geoq.v5i1.5012. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/5012>. Acesso em: 3 jan. 2024.

OLIVEIRA, M. P. Geografia, globalização e cidadania. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 115-164, 2000.

RIO CLARO. **História**. Disponível em: <<https://rioclaro.sp.gov.br/municipio/historia/>> Acesso: 17 de jan. 2024.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **O espaço do cidadão e outras reflexões**. 2. ed. Brasília: Fundação Ulisses Guimarães, 2013.

SILVA, F. M. A. da. **A Expansão da Malha Urbana de Rio Claro: Suas implicações histórico-geográficas (1835-1984)**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1994.

SOARES, Michel de Paula. **“Boxe é compromisso”: Políticas do corpo, territórios e histórias de vida na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues; BRAGA, Roberto. **As influências do efeito barreira na dinâmica das cidades**. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. 53-70, 2011.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Capítulo 14 - Cidadania em Rio Claro/SP: uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social

SUZUKI, Carolina Hirai [et al.,]. **Rio Claro das praças e jardins**; Arquivo Público e Histórico de Rio Claro – Rio Claro (SP): Phábrica, 2016.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Edicol, 1979.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E (org). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 75 -103.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169 - 243.

CAPÍTULO 15

Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”

Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo¹

Introdução

O geógrafo Rogério Haesbaert (2014) destaca o quanto o momento atual se performa por condições alinhadas à noção de segurança. Segundo o brasileiro, o termo se tornou um dado instrumentalizado por políticas públicas que envolvem amplos setores econômicos. É notável que a chancela da segurança se organiza em meio ao temor da violência potencial, ou como nos termos de Haesbaert, da “in-segurança”. Afinal, “todos querem ‘mais segurança’, praticamente todos estão envolvidos pelo temor da ‘insegurança’” (2014, p. 153). Diante dessa realidade, cunhamos a possibilidade de arguir em torno das tecnologias e dispositivos associados à segurança desde uma abordagem que privilegie dimensões diversas, tangenciando postulados econômicos, espaciais e raciais em um prospecto mais largo no tempo, de forma a qual a metrópole do período atual esteja imbuída de circunstâncias herdadas de marcos da modernidade/colonialidade.

Nesse sentido, a in-segurança, como explícito por Haesbaert, está alinhada aos riscos. Para o brasileiro, é essencial pensar a segurança para se eximir do mundo de possibilidades provenientes dos riscos. Tal noção soa elementar aos confins racializados da discussão, especialmente pelo remetimento à lembrança de Denílson Oliveira (2020), quando a partir de Giddens (2007), expõe que essa palavra se estabeleceu na língua inglesa por meio da influência ibérica nos séculos XVI e XVII, período demarcado pela abrangência da expansão colonial em direção à América, performando uma

1 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Rio de Janeiro
- felipetaumaturgo2@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-5952-4675>

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

certa orientação espacial, já que “a ideia de risco nasce do lócus de enunciação branco na busca de se orientar para definir um projeto colonial” (Oliveira, 2020, p. 10). A importante colocação de Oliveira ilustra fortemente as advertências anteriormente propostas às palavras de Haesbaert (2014), principalmente porque, no prospecto da colônia, a disciplinaridade e o controle dos corpos cativos denotava um outro arquétipo do risco, transformando o castigo proveniente do medo branco, no risco negro.

Para Mbembe (2019), tal violência subjetiva e corporificada contra o negro se consolidou, desde a formação da modernidade/colonialidade, como materialização da circunstância subalterna. O corpo negro foi exposto à produção histórica da catástrofe presente nas guerras coloniais, lógica que não foi extinta, mas se fragmentou e foi complexificada pela convergência de possibilidades da captura e do sequestro de forma ainda mais eficiente, com apoio das tecnologias do período atual. O que, amparado por um diálogo com a noção de “espaço interdito” proposta por Silva (2013), além da própria interpretação acerca do discurso em Foucault (2014) por Carneiro (2022), temos chamado de “tecnologias da interdição” (Azevedo, 2020; 2022). Como lembra Haesbaert (2014) desde Foucault (2005, 2008) e Deleuze (1992), essa dinâmica levanta uma condição paradoxal, pois ao passo que existem formas cada vez mais sofisticadas para o aprimoramento de processos de controle populacional e espacial, também se caracterizam manifestações rudimentares de separação e de reclusão humana, como muros e cercas, mas, seguindo além, de genocídio e extermínio. Assim, reunindo velhas e novas técnicas, tais práticas se associam na cidade do presente, como pode ser percebido no apelo às tecnologias de poder que contornam a vida negra condicionada à militarização do urbano, verificadas em políticas como as Unidades de Polícia Pacificadora, tão latentes na cotidianidade da metrópole carioca no período anterior aos eventos de magnitude internacional, e o Programa Cidade Integrada, criado em 2022 e que será o esquema empírico de maior aprofundamento analítico em nossa discussão.

Esta breve composição teórica congrega os elementos imprescindíveis do trabalho, que está dividido em cinco seções: a primeira, de conteúdo introdutório, demarca a organização do texto e alguns

dos seus aspectos metodológicos; a segunda promove certo esquadramento conceitual acerca da bio-necropolítica (Foucault, 2008; Mbembe, 2019; Lima, 2019; Oliveira, 2020), postulados teóricos que permitem identificar a semântica potencialmente racial das políticas de segurança das metrópoles do presente; a terceira desenvolve algumas considerações acerca do chamado “novo urbanismo militar”, concepção mediada por Stephen Graham (2016) e que contribui com a compreensão acerca dos investimentos políticos e econômicos em um cotidiano urbano notadamente militar; a quarta parte mobiliza a implementação do Programa Cidade Integrada, novo produto urbano-militar do Governo do Estado do Rio de Janeiro, enquanto aprimoramento de velhos instrumentos de controle e dominação de corpos e espaços pretensamente racializados; e a última suscita certo retorno a alguns dos elementos investigados no trabalho, com alguns apontamentos à conformação da vida urbana de negros e negras no Rio de Janeiro da época atual, no formato de considerações finais.

Da biopolítica à necropolítica (ou sobre a bio-necropolítica)

O apelo à in-segurança, como visto em Haesbaert, se assenta no “problema do espaço” presente na discussão foucaultiana. É a partir das incursões teóricas do filósofo francês que o geógrafo brasileiro trilha um caminho que vai “das sociedades disciplinares às sociedades biopolíticas ou de segurança” (2014, p. 160). Em um prospecto incipiente, é possível ponderar que as análises de Foucault (1999; 2005; 2008) denotam a transformação disciplinar, outrora projetada no corpo, em um postulado que media o controle sobre a vida, ou melhor, sobre quem deve viver.

De acordo com Foucault (2005), no que se refere ao político, uma das grandes transformações germinadas no século XIX foi a sofisticação complementar que atravessou o velho direito de soberania, centrado no “fazer morrer ou deixar viver”, o modificando a um poder exatamente inverso, que seria o “fazer viver” e “deixar morrer”. Uma alternativa para o entendimento dessa transformação está nos mecanismos, nas técnicas e nas tecnologias de poder.

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

Segundo o autor, nos séculos XVII e XVIII surgiram técnicas alinhadas ao controle do corpo de maneira individual, uma atribuição da vigilância mediante a dimensão espacial da individualização do corpo, por meio da separação, do alinhamento e da sua colocação em série. Foi o que Foucault intitulou “tecnologia disciplinar do trabalho”. Já na segunda metade do século XVIII, aparece uma nova tecnologia de poder que não exclui a disciplina, mas a complementa, integra e modifica vez ou outra. Essa nova técnica se aproximaria da possibilidade de complexificar o controle de uma realidade individualizada, relativa ao corpo e ao ser vivo, para uma técnica que poderia atingir certa massa global, múltipla, caracterizada por configurações conjuntas. Os processos que afetariam essa realidade estariam associados ao nascimento, à morte, à produção e às doenças.

Os primeiros objetos alvos de controle da biopolítica, junto de alguns problemas políticos e econômicos da época foram a natalidade, a mortalidade e a longevidade. Isso foi possível com o atravessamento e o desenvolvimento técnico de metodologias estatísticas e de mapeamento dos movimentos demográficos do século XVIII. Parece certo que a complexidade dos termos e dos processos se dá porque o entendimento da vida não exclui o procedimento da morte. Para Foucault (2005), a compreensão da biopolítica não é apenas uma questão de fecundidade, mas também de morbidade. Um exemplo dessa caracterização é a noção de epidemia - a doença como fenômeno populacional -, onde a perpetuação de alguns fatores que a possibilitam acabam por conceber uma realidade em que não se poderia alinhar necessariamente ao atingimento da vida pela morte, como fora em outros tempos, mas pela corrosão perene da vida, um enfraquecimento que causa morte permanente.

Existiria, também, um último domínio que aparece no final do século XVIII e início do XIX, que seria a preocupação com as relações entre espécie humana e o seu meio. As relações climáticas e hidrográficas possibilitam o alastramento de doenças a partir do meio, como o pântano. Em certas vezes, seria um problema produzido pelo ambiente criado pela espécie humana, como a cidade. Esta noção é importante porque abre brechas interessantes para o filósofo ressaltar alguns pontos a partir dos quais se constitui a

biopolítica e como em algumas circunstâncias esta noção parece tanto um problema tanto de saber como de poder (Foucault, 2005). Elementos que destacamos a seguir:

- a) O aparecimento de um novo personagem que não se funda exatamente no sujeito individual, uno, mas se caracteriza enquanto um corpo-múltiplo, que é a representação da noção de população. A população, que para Foucault (2005), ao mesmo tempo surge como problema científico, político, biológico e de poder.
- b) A natureza dos fenômenos levados em consideração. Os quais, segundo o autor, são processos que se materializam por meio de certo alinhamento ao plano coletivo, além de serem fenômenos com limites temporais relativamente mais longos, por isso deve ser considerada a sua duração.
- c) A biopolítica implanta mecanismos com funções diferentes das funções das técnicas disciplinares. Onde há certo requerimento por maior cuidado com as previsões, as medições globais e as estatísticas, junto disso, também maior possibilidade de intervenção nos fenômenos, estabelecendo mecanismos reguladores que possam baixar a mortalidade, estimular a longevidade ou aumentar a natalidade.

Essa série de ingredientes condiciona não o homem-corpo, mas o homem-espécie, a uma certa dependência com a noção de regulamentação, mais sofisticada que a lógica corporal presente nas técnicas disciplinares. A regulamentação presente na biopolítica evidencia a transformação da velha concepção do soberano, que podia fazer morrer, em um poder de fazer viver. “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2005, p. 294).

Para Foucault, dessa realidade emergem duas séries: uma caracterizada pela mediação corpo – organismo – disciplina – instituições; e uma outra centrada na relação entre população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado. Essas duas séries possibilitam uma análise que reconheça a atuação das instituições (inclusive do próprio Estado) em diferentes níveis, o

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

que permite, também, visualizar que os dois conjuntos de mecanismos de poder expostos pelo autor podem se conformar de maneira articulada e em consonância.

Tal indissociabilidade é lembrada por Haesbaert (2014) na contestação à leitura de Santiago Castro-Gomez (2007) acerca da abordagem foucaultiana, na qual o filósofo colombiano segrega sua interpretação em três níveis: o microfísico atrelado à disciplinaridade, o mesofísico à governamentalidade e macrofísico à segurança, o que, para o geógrafo brasileiro, não contempla toda a complexidade da discussão, já que as categorias “se interpenetram que é muito mais a complexidade das combinações, e não a priorização de uma ou outra escala, que define cada dimensão da sociedade ou cada mecanismo de poder” (Haesbaert, 2014, p. 162).

Para o geógrafo Felipe Tavares (2020), também preocupado com a metrópole do presente e as condições insuportáveis que deslocam alguns grupos sociais ao limiar da vida, a noção de norma se consolida enquanto elemento estruturante para a caracterização do cotidiano urbano mediado pelo contingente biopolítico. Segundo o autor, a normatização de corpos e do espaço apresenta natureza “moderna, ocidental, branca, masculina e capitalista” (p. 59) e fabrica sentidos e discursos que tornam a morte, o “tirar a vida”, como um dado cabível para sujeitos que não estão ajustados à norma exposta. Tal possibilidade ocorre desde a dificuldade de acesso a serviços básicos de infraestrutura urbana e negação da presença em determinadas partes da cidade, como analisado por Tavares (2020) no Morro da Providência, mas também nas mortíferas incursões militares em favelas.

Ao comentar a proposta de Foucault acerca dos mecanismos de poder, Haesbaert (2014) ratifica a imprescindível materialização dos seus postulados lidos de maneira articulada, na qual o legal ou jurídico, tendo o soberano da Idade Média ao século XVII-XVIII como protagonista; o disciplinar, característico da modernidade; e os mecanismos de segurança, protagonistas no período atual, com a materialização dos impérios, não poderiam se fragmentar em sua contextualização histórica e geográfica. Nas linhas do autor brasileiro,

Identificar essas modalidades como o antigo, o moderno e o contemporâneo, ocultaria o essencial. Não só as formas que parecem ser mais recentes já estão implicadas nas mais antigas, como as precedentes não desaparecem com a dominância daquelas que as sucederam. Não se trata, portanto, de uma “era legal”, uma “era disciplinar” e uma “era da segurança”. (..) Trata-se, em outras palavras, de trabalhar sobre uma análise das técnicas de poder que a cada momento são construídas. E essas técnicas, obviamente, têm na modificação do espaço e dos territórios um de seus elementos constituintes fundamentais (2014, p. 163).

No que concerne a abordagem foucaultiana, os arranjos do espaço e dos territórios aparecem na interpretação do geógrafo brasileiro como modelo representativo das técnicas de poder relacionadas a diferentes contextos históricos. Esse panorama interessa à construção, sobretudo em uma perspectiva preocupada com os rebatimentos processuais desse conteúdo técnico na época atual, período marcado pela complexificação da lógica biopolítica em uma caracterização bio-necropolítica (Lima, 2019; Malheiro e Cruz, 2019; Oliveira, 2020), já com o acúmulo necessário oriundo da leitura de Mbembe (2018).

A preocupação de Mbembe, sem maiores alongamentos, não se dá pela soberania em circunstâncias dinamizadas pela luta em torno de projetos autônomos. Sua inquietação é sobre a produção material da violência para destruir corpos e populações. “Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente” (Mbembe, 2018, p. 11). Segundo o filósofo, essas expressões do soberano baseadas nos anseios da mortandade preenchem o conteúdo político do momento atual, esboços presentificados de sentidos que se performam desde a primeira modernidade, o que também condiciona outras possibilidades de interpretação filosófica aos auspícios da política, da soberania e da subjetividade a partir de conceitos mais tangíveis à existência humana².

2 Um postulado necessário à proposta de Mbembe (2018) é a associação entre morte e o “devir sujeito” de Hegel. Explicitando a interpretação hegeliana sobre a ideia de morte, o

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

Quando pensa a soberania, Mbembe (2018) entende a relevância do biopoder e sua possível correlação com outras duas categorias: o estado de exceção e o estado de sítio. O autor prospecta as motivações e caminhos que forjaram o estado de exceção e a relação de inimizade como “base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2018, p. 17). Essa estrutura se consolida por meio do poder apelativo à emergência e à exceção a partir de uma elaboração fantasiosa do inimigo. Ou seja, a construção soberana que promove as condições necessárias ao matar é a mesma que cria as características ficcionais do inimigo a ser morto.

Em diálogo incessante com Foucault, Mbembe (2018) contorna o biopoder o definindo como uma divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Essa disjunção remete a um modelo biológico que transforma a espécie humana em substrato fragmentado, fracionada em grupos e subgrupos que possibilitaram, inclusive, a chegada do filósofo francês à palavra «racismo». A conexão imediata entre o biopoder e o racismo, no caso, emerge na qualidade de interação que encarna a realidade do racismo como política de Estado, uma lógica presente em todos os Estados modernos, posto que o racismo atravessa as relações entre quem vive e quem morre. O racismo, portanto, integra a função assassina do Estado, que passa a funcionar pelo modo do biopoder.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define a história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre

filósofo camaronês demarca a elevação do ser humano à condição de sujeito a partir dos meios os quais enfrenta a morte. Para Hegel, “tornar-se sujeito, portanto, supõe sustentar o trabalho da morte” (MBEMBE, 2018, p. 12). Esses enunciados são fundamentais para Mbembe mediante a complexidade da soberania, já que “a política é, portanto, a morte que vive uma vida humana (MBEMBE, 2018, p. 13). Em consonância à composição de Hegel, Mbembe contorna a compreensão de Bataille para pensar os trâmites da soberania, da política e do sujeito. Para Mbembe, Bataille expõe suas discordâncias em relação a Hegel em três momentos: o autor prevê a morte enquanto deterioração das condições da vida, embora a mesma só exista em contraponto à morte, como se representasse a exuberância da autoconsciência, um caminho para a verdade; no segundo dado, Bataille escora a morte em um posto de despesa tão complexo e radical que a posição de negatividade em Hegel se distanciaria; o último ponto condiciona a morte relacionada à soberania e a sexualidade, já que no sexo os sentidos de excreção e apropriação são participantes necessários.

presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou a dominação a ser exercida sobre eles (Mbembe, 2018, p. 18).

A partir da composição de Foucault, o esqueleto do Estado nazista manifesta-se como principal representação da noção de biopoder, visto que em sua estrutura há pretensa propensão ao direito de matar. Por outro lado, em uma perspectiva um pouco mais longa no espaço-tempo, Mbembe (2018) desloca atenção para o surgimento de algumas características relacionadas à morte e ao terror já presentes nos contextos coloniais da primeira modernidade e no desenvolvimento técnico das revoluções industriais. Desde Enzo Traverso, o autor camaronês propõe associação importante que culmina em elos comuns ainda que em diferentes momentos históricos:

(...) as câmaras de gás e os fornos foram o ponto culminante de um longo processo de desumanização e de industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o “povo apátrida” do mundo industrial aos “selvagens do mundo colonial” (Mbembe, 2018, p. 21).

No que talvez seja o principal desdobramento teórico de Mbembe relacionado a Foucault, o filósofo camaronês é enfático ao ressaltar que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (2018, p. 27). É previsto que o aprimoramento da “beleza” do terror estava presente no *modus operandi* dos plantations, o que para o autor já seria uma manifestação inaugural do estado de exce-

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

ção (Agamben, 2004). Isso porque, primeiramente, o conteúdo de humanidade do escravizado seria destituído em pelo menos três circunstâncias: quando perde seu lar, os direitos sobre o próprio corpo e sua estrutura enquanto sujeito político.

A colônia, portanto, demarca um traço inaugural na dinâmica política que concerne ao Estado e possibilita a elaboração de um modelo societário subvencionado pela violência e pela guerra perpétua. É a produção de sentidos que, no cerne da modernidade, complexificaram o modo de ocupação e apropriação do espaço pelo Estado e pelos grupos que o compõem e, também, o contrapõem. É uma mediação dotada de hostilidade e insalubridade, marcada pela distinção entre o sujeito colonizador, corpo estranho, e o ser colonizado, nativo, mas prioritariamente afastado das condições necessárias para o desenvolvimento da vida no espaço habitado.

Nesse sentido, o conteúdo da ocupação colonial é mediado, sobretudo, pela afirmação do controle físico e espacial produto e produtor de relações sociais heterogêneas que, como escrito, foram produzidas no contexto da primeira modernidade, mas que não se esgotaram. Mbembe (2018) destaca a Palestina como principal representação dessa projeção histórica no período atual, mas não apenas amparado por quem “pode viver”, mas por “quem deve morrer”. Aquele contexto, portanto, é a materialização, sob a tutela do Estado, da coerência sobre quais sujeitos importam, quem é relevante - adequado à norma (Foucault, 2005) -, e quem não é. Esse é o significado do bio-necropoder que condiciona a bio-necropolítica.

É a composição entre o poder disciplinar, o biopolítico e o necropolítico, o caminho necessário para a interpretação do terror e da morte no período atual. Com o exemplo palestino, Mbembe (2018) cimeta sua organização teórica mediante um caso empírico que congrega os instrumentos tecnológicos, o significado da ocupação colonial e, principalmente, a capacidade do Estado em prostrar populações no limiar da vida, selecionando quem deve morrer. Parece óbvia a advertência em possíveis comparações diretas entre a situação palestina e outros casos mundo à fora, mas a exemplificação prevista pelo filósofo camaronês é extremamente válida e um ponto de partida interessante para esse momento do texto, com desdobramento um pouco mais explícito para a

conjuntura metropolitana mediada pelo novo urbanismo militar, especialmente no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro e o “novo urbanismo militar”

A proposta, amparada pela elucubração do geógrafo Stephen Graham (2016), apresenta contornos práticos do período atual na metrópole carioca, circunstância que envolve a produção do espaço, a militarização da vida urbana e, na perspectiva que adotamos, a questão racial. O bom livro de Graham, prefaciado pelo também geógrafo Marcelo Lopes de Souza, possibilita incursões importantes acerca do urbanismo militar em meio à profusão da semântica neoliberal que preenche o cotidiano do presente. Nesse contexto, Souza (2016) garante postulados interessantes na interpretação da obra do geógrafo inglês de maneira com que não se promova uma adaptação completa da teoria do autor para a realidade brasileira, ponderação que se configura explícita na divergência entre a semântica da militarização no “Norte” e no “Sul” a partir da citação a seguir:

Na perspectiva do “Norte Global” (que é a de Graham, ainda que de um ponto de vista eminentemente crítico), o problema fundamental é aquilo que o Estado e o capital privado protagonizam em meio à chamada “guerra ao terror” – que, como todos sabemos, não é travada apenas “em casa”, mas também nos países e cidades do “Sul Global”. No “Sul”, em contraste, a “militarização da questão urbana” tem sido impulsionada, acima de tudo, pelo combate à criminalidade violenta ordinária, seja aquela associada ao crime organizado (ou àquele “semiorganizado”, que corresponde à maior parte do tráfico de drogas de varejo), seja associada ao crime não organizado (Souza, 2016, p. 13).

Nessa miríade contraditória entre convergências e divergências do Norte com o Sul, Souza (2016) se remete a um dos conceitos mais importantes da leitura de Graham, e que talvez seja o elo mais preponderante da discussão, que é a noção de “efeito bumerangue”, também proposta por Foucault. No caso, a categoria promove a possibilidade de articulação entre um acontecimento testado

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

no Sul para ser reutilizado no Norte, o que versa sobre diferenças acintosas do ponto de vista financeiro, bélico e na própria condição dos países na divisão internacional do trabalho. Essa configuração, lembra Souza (2016), não ocorre apenas em sentidos verticais do Norte ao Sul, mas também denotam certa reafirmação do jogo político de influência entre diferentes regiões do planeta, como a menção valiosa da missão de paz brasileira no Haiti utilizada como parâmetro necessário às operações nas favelas cariocas no período dos eventos de magnitude internacional. A lembrança de Souza, na análise, é caracterizada pelo autor enquanto demonstração de “subimperialismo”, como proposto por Ruy Mauro Marini, ou o “colonialismo interno” enunciado pelo mexicano Pablo Casanova.

O novo urbanismo militar, portanto, “se alimenta de experiências com estilos de objetivos e tecnologia em zonas de guerras coloniais, como Gaza ou Bagdá, ou operações de segurança em eventos esportivos ou cúpulas políticas internacionais” (Graham, 2016, p. 30). Os dados empíricos obtidos a partir da realização desses eventos e/ou conflitos são instrumentalizados como testes proeminentes para a produção de tecnologias e técnicas que podem ser compradas e vendidas em todo o planeta. Para o autor inglês, o aperfeiçoamento de processos coloniais de pacificação, militarização e controle no Sul Global, serão reinvestidos ou recondicionados no Norte. Em parágrafo devidamente explicativo, Graham assinala:

É importante destacar, então, que o ressurgimento de estratégias e técnicas explicitamente coloniais entre Estados-nação como os Estados Unidos, o Reino Unido e Israel no período “pós-colonial” contemporâneo envolve não apenas o uso de técnicas do novo urbanismo militar em zonas de guerra no exterior, mas sua difusão e imitação por meio da securitização da vida urbana ocidental. Assim como no século XIX as nações colonialistas europeias importaram o uso de impressões digitais, as prisões panópticas e a construção de boulevards haussmannianos para implantá-los nos bairros rebeldes de suas cidades depois de os terem experimentado em fronteiras colonizadas, as técnicas coloniais hoje funcionam por meio do que Michel Foucault chamou de “efeito bumerangue” (2016, p. 30-31).

Na argumentação da pesquisadora Júlia Valente (2015), atenta leitora da teoria de Graham e com apontamentos promissores acerca da segurança pública no Rio de Janeiro, principalmente no que tange às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o sentido colonial presente na ideia de ocupação territorial e pacificação se consolida enquanto materialização do efeito bumerangue exposto por Souza a partir de Graham. É um formato empírico dos rebatimentos históricos do potentado colonial tão bem colocado por Mbembe (2018, 2019) e Fanon (2022) na conformação metropolitana do período atual, reproduzido em caráter homogêneo a diferentes cidades do planeta. Isso se dá porque, segundo Valente, “somos familiarizados com a metáfora belicista usada para tratar do clima social em metrópoles como o Rio de Janeiro” (2015, p. 98).

Nesse caráter mais devidamente debruçado aos traços genéticos dos impactos da colônia na reprodução da violência e do controle na sociedade brasileira, Souza (2016) afirma que “o braço repressor do Estado atua como versão moderna e institucional dos capitães do mato da era escravocrata, em uma situação em que a exploração de classe e racismo se misturam” (2016, p. 18). Com isso, aponta tensionamento fundamental para a constituição dos debates sobre o livro de Graham a partir do solo brasileiro, em uma proposição metodológica interessante, que segue na citação a seguir:

Diante de tudo isso, para os estudiosos e pesquisadores brasileiros, a melhor maneira de dialogar com Cidades Sitiadas decerto não consiste em assimilar e repetir mecanicamente a análise de Stephen Graham. Isso seria um desserviço ao povo deste país, e tampouco seria um tributo adequado ao esforço do autor. Uma vez que todo conhecimento sobre sociedade tem “sotaque”, ou seja, tenta elucidar o mundo a partir de uma perspectiva histórico-geográfica determinada - ou seja, é histórica e culturalmente situado -, todo conhecimento teórico-conceitual sobre a sociedade precisa ser recontextualizado à luz da realidade de quem o recebe. Somente assim poderá ser verdadeiramente útil de um ponto de vista crítico, inspirando sem cobrar subordinação, iluminando sem ofuscar (Souza, 2016, p. 18).

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

A dinâmica de experimentação da militarização na controversa e dialógica relação entre cidade colonial e metrópole colonial forjou, entre outras circunstâncias, a vocação da consciência securitária e contra o terror no cotidiano. Na época atual, existe certo alinhamento entre guerra e vida urbana, já que a primeira não se descola dos eventos que transformam o presente em uma realidade pretensamente caracterizada pela cotidianidade na cidade. Segundo Graham (2016), isso promove a indissociabilidade entre o civil e o militar, onde “os elementos humanos são cada vez mais vistos como combatentes reais ou em potencial” (p. 67), em certo despojamento da civilidade.

Tal lógica é acompanhada de um teor de violência política indiscutivelmente tensionado pelas contradições que envolvem a produção do espaço urbano, já que, em muitos momentos, algumas transformações nas cidades dependem da desestabilização de grupos sociais mais pobres, sua espoliação ou remoção dos espaços os quais reproduzem a vida. É uma semântica comum em cidades do Norte e do Sul Global, muitas vezes em razão dos discursos de renovação ou revitalização urbana (Ferreira, 2011; Graham, 2016). Esses conflitos, em boa parte geridos de forma exagerada e truculenta pelo Estado, são percebidos por Graham (2016) como fiéis demonstrações de operações securitárias de “baixa intensidade”, comum a eventos esportivos de magnitude internacional ou a cúpulas geopolíticas, mas que acabou sendo adaptado a outros contextos, como na gestão militarizada dos impactos do furacão Katrina em Nova Orleans nos Estados Unidos.

Em um desvio a partir dos eventos internacionais na busca pela compreensão dessas “tecnologias da interdição” na metrópole carioca, a argumentação de Valente (2015; 2017) é fundamental, principalmente em uma articulação que privilegie dados mais próximos do período da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, os quais transformaram proeminentemente as políticas públicas de segurança na cidade. De acordo com Valente (2017), a aproximação temporal com os eventos esportivos intensificou o quantitativo de mortes de maneira exponencial, chegando a um aumento de 103% se comparado a anos anteriores. Os números, presentes em importante relatório da Anistia Internacional em

2016, também foram ampliados no que se refere aos conflitos urbanos de baixa intensidade localizados em áreas de favela da cidade, totalizando 217 até as vésperas dos jogos.

Concluiu o relatório que estes megaeventos teve por resultado concreto o incremento da militarização da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. Estes eventos, bem como o falido projeto das Unidades de Polícia Pacificadora — implementadas às dezenas nas favelas do Rio de Janeiro e apresentadas como solução para o problema da segurança pública — se inserem em um mesmo projeto militarista-empresarial de governança das cidades, típico do capitalismo neoliberal (Valente, 2017, p. 10-11).

A materialização da governamentalidade neoliberal – delimitando quem deve morrer na deliberação dos principais encaminhamentos da produção do espaço e da própria dinâmica de organização da segurança pública são consideráveis manifestações da realidade urbana que conserva elementos muito mais longos na dinâmica da sociedade brasileira. A violência política demarcada nos confins do presente, delineados a partir de uma cidade securitizada e pacificada, são pequenos resquícios históricos do controle do corpo, da subjetividade e do psiquismo de alguns sujeitos que produzem o espaço da metrópole carioca.

A socióloga Lia de Mattos da Rocha (2019) também apresenta boa discussão acerca da militarização no Rio de Janeiro. Para a autora, desde que a cidade foi escolhida como sede de eventos de magnitude internacional, uma série de iniciativas de combate à criminalidade foram desenvolvidas na cidade e em boa parte de sua região metropolitana. O principal ente empírico observado por Rocha (2019) é a representatividade das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's) na imbricação entre “pacificação” e “militarização”, uma conexão que expõe brechas para a leitura dessa política a partir do seu fracasso, mas também na busca pelas minúcias do seu legado, o que a denota um problema sociológico, mas também espacial.

A possibilidade de inserção do Rio de Janeiro na gama de cidades aprazíveis a recepção de grandes eventos (a cidade já havia

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

sediado os Jogos Panamericanos de 2007 e sido escolhida como uma das praças para a Copa do Mundo FIFA 2014, além de estar às vésperas da eleição da sede dos Jogos Olímpicos de 2016) transformou o Programa de Pacificação de Favelas, realidade ainda pouco discutida e com planejamento inacabado, em um projeto difundido de forma acelerada e sem o devido cuidado, muito pela tutela da mídia e dos grupos empresariais interessados, logicamente despreocupados com a proposição de um debate generalizado ao público (Rocha, 2019).

Segundo a autora, o sentido político das UPPs foi indispensável para alocação do Rio de Janeiro no circuito de metrópoles com bom indicativo para se constituir como sede de megaeventos internacionais. Isso se dava pela apropriação territorial de favelas próximas ao que se clarificou enquanto o “cinturão olímpico”, área envolvendo o estádio do Maracanã e os espaços do entorno, mas também pela análise de alguns dados relativos à redução da letalidade e criminalidade nos momentos iniciais da implementação do projeto, como em pesquisa mediada por Cano, Borges e Medeiros (2012), a qual aproxima a criação das UPPs à diminuição das taxas de mortes violentas e sob intervenção policial. Chama atenção o fato desses números não se reproduzirem nos anos seguintes, demonstrando vinculação direta entre o “choque” inaugural do rearranjo operacional das atividades policiais e a reprodução de um discurso inovador, mas ilusório, do cotidiano urbano “pacificado”.

Os índices denotam o arrefecimento dos efeitos da pacificação no Rio de Janeiro, principalmente em contexto posterior a 2013 e 2014. Segundo Rocha (2019), as justificativas para tal conjectura vão desde a crise econômica decorrente dos altos investimentos relativos aos megaeventos até a própria dificuldade institucional de articulação na hierarquia da polícia militar, além da contrariedade metodológica dos policiais cariocas em se reorganizarem em um modelo de policiamento de proximidade, necessário à constituição dos projetos de pacificação.

Ainda assim, desde sua institucionalização, os sentidos urbanos do Rio de Janeiro da última década foram intensamente atravessados pela organização das UPPs. A principal valência do texto de Rocha (2019) é justamente essa composição teórico-prática da

vida cotidiana que se constituiu na metrópole mesmo em contexto posterior ao fracasso da pacificação. A socióloga adverte com veemência que “o efeito alcançado pelas UPPs foi o de disseminar dispositivos de disciplinarização sobre a população moradora de favelas” (p. 89).

Nesse contexto, a dinâmica de vigilância parece o dispositivo mais bem desenvolvido pelo Estado, sentido inclusive apropriado pela autora a partir de Pacheco de Oliveira (2014), antropólogo que enxerga a pacificação no âmbito do genocídio em relação à população indígena no Brasil, um diálogo também feito por Haesbaert (2014). Na perspectiva de Pacheco Oliveira (2014), a importância da vigilância e da tutela se dá por conta da insuficiência civilizacional decorrente do *modus vivendi* do ser vigiado, lógica verdadeiramente parecida com a conjectura da primeira modernidade/colonialidade e o impacto da presença europeia em Abya Ayala³. Na defesa da autora,

(...) a ‘pacificação’ tem como efeito (e daí vem seu sucesso, ao contrário do que a ideia de ‘crise’ dá a entender) a produção de uma tecnologia de poder replicável em outros contextos, e que tem circulado dentro e fora do país. Esta tecnologia possibilita disciplinar uma população de forma a enquadrar suas reivindicações por inclusão social na gramática do capitalismo ultraneoliberal (através das categorias empreendedorismo e inclusão produtiva), mas garantindo àqueles que não se adequam o silenciamento, a expulsão e no limite o extermínio (Rocha, 2019, p. 89).

Em diálogo com Graham (2016), Rocha (2019) atualiza condições historicamente forjadas na produção do espaço urbano e que são normalizadas com a garantia da paz por meio da guerra. Nesse sentido, lembra que a ocupação das favelas cariocas não é um fato recente, mas que recebeu maior aceitação ao contemplar o desejo público e perene pelas supostas benesses da pacificação, o que na verdade apenas consolidou, também a partir do autor inglês, “a disseminação da militarização como elemento ordenador da vida social” (Rocha, 2019, p. 93).

3 Para o povo Kuna, originário do norte da Colômbia, o termo se qualifica enquanto sinônimo da palavra “América”.

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

Historicamente, há relevante amarração entre o controle militar e a reprodução do cotidiano desenvolvido nas cidades. “Nos tempos pré-modernos e no início da modernidade, cidades e cidades-Estado eram os agentes primários, bem como os principais alvos da guerra” (Graham, 2016, p. 60). Ou seja, a história da produção do espaço urbano apresenta, categoricamente, vínculos imutáveis com a história da produção da guerra. Em uma perspectiva mais longa, adequada à dialética das durações braudeliana, o geógrafo inglês permite reconhecer que “as cidades se tornaram agentes centrais nas muitas formas de violência causadas pelo imperialismo capitalista” (Graham, 2016, p. 60).

A cidade, portanto, mesmo com todas as necessidades perenes, tem o seu espaço transformado em campo de batalha, onde tecnologias disciplinares operacionalizadas em contextos de guerra se tornam elementos banais do cotidiano urbano⁴. Além disso, a constituição de um inimigo eterno na figura das drogas, do terror ou das doenças, negligencia investimentos urgentes do cenário citadino, como serviços públicos de saúde e educação, e prioriza concepções autoritárias e militarizadas na tentativa pelo Estado de garantir a ordem e a segurança.

A constituição desta vida militarizada se denota não só no cercamento material presente na ideia de segurança por meio da difusão dos espaços murados, do monitoramento de alta tecnologia ou do próprio assassinato. “A militarização também envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, ação e política” (Graham, 2016, p. 122), portanto, também acomete a dinâmica psíquica. É sabido que corpos, traços culturais, psicológicos e identitários que não se encaixam na reprodução mais imediata do que se considera ideal para a nação, sobretudo em países como os Estados Unidos e o Brasil, estão mais expostos a operações militarizadas que são também racializadas.

4 Um exemplo profícuo desse rebatimento se dá pela produção das dinâmicas de contenção territorial nas cercas de alta tecnologia que separam os Estados Unidos do México, financiadas pela Elbit, empresa israelense responsável por bloqueios à vida urbana Palestina, consorciada junto à Boeing na empreitada (GRAHAM, 2016). No caso, é uma fiel representação do uso da experiência em zonas de guerra influenciando a constituição diplomática entre dois países em contextos espaciais muito divergentes.

Para Graham (2016), as condições técnicas atuais voltadas para o controle e a contenção de corpos e territórios são “as novas arquiteturas estratégicas da vida cidadina” (p. 125). Em mais um exemplo do seu apreço à obra de Foucault, o geógrafo inglês argumenta que essas novas arquiteturas se sobrepõem cada vez mais às velhas formas de observação e controle evidenciadas no panóptico dos séculos XVIII e XIX tão bem caracterizado pelo filósofo francês. Por outro lado, o autor inglês se associa mais diretamente à “sociedade do controle” proposta por Deleuze (1992), sobretudo pela generalização dos sentidos de vigilância e cálculo eletrônico relativo aos sujeitos que produzem o cotidiano urbano.

Assim, os movimentos de um indivíduo entre diferentes espaços e locais dentro das cidades ou nações muitas vezes implicam um movimento paralelo do que os sociólogos chamam “titular dos dados” ou “indivíduo estatístico” – o conjunto de históricos e rastros eletrônicos acumulados como uma forma de julgar a legitimidade, os direitos, a lucratividade, a segurança ou o grau de ameaça de um indivíduo. A tentativa de controle social cada vez mais funciona por meio de complexos sistemas tecnológicos que atravessam tanto zonas temporais quanto geográficas. Elas constituem um pano de fundo em desenvolvimento, uma matriz computadorizada onipresente de dispositivos cada vez mais interligados: cartões bancários e bancos de dados financeiros; transmissores-receptores de GPS; códigos de barras e redes de satélites globais; chips de radiofrequência e identificadores biométricos; computadores; telefones móveis e sites de vendas; e um universo em expansão de sensores implantados em ruas, casas, carros, infraestruturas e até corpos (Graham, 2016, p. 125).

Como exemplo, Graham (2016) retorna ao contexto do furacão Katrina na qualidade de estabelecimento de uma circunstância em que “a vida em si é uma guerra”, concordando com Agre (2001). No pós-Katrina, a cidade de Nova Orleans foi concebida, em sentidos militares, como uma outra Bagdá. Portanto, “a cidade precisava de uma resposta militarizada semelhante, de modo a levar a ordem e

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

investimentos em meio às supostas patologias do crime e da violência” (Graham, 2016, p. 77). Ou seja, ainda que fosse um espaço devastado pela catástrofe e todas as suas consequências, a consciência interventora do Estado se daria em sentidos militares, mais uma vez em com a preocupação sobre a manutenção da ordem. Esse caso, bem como nos eventos esportivos ou geopolíticos, apresentam viés racial importante, já que os sujeitos que escapam à norma pensada por Tavares (2020) e têm seu cotidiano atravessado pela lógica da guerra, são majoritariamente negros e negras, como também explícito no diálogo de Graham com Henry Giroux (2006) e a compreensão sobre o período do furacão.

A instabilidade política e econômica promove, inicialmente, o experimento da escassez para grupos mais pobres que, relegados aos confins do humano, estão contidos em uma margem social de constante e violenta repressão. Para Graham (2016), “o predomínio de modelos neoliberais de administração nas últimas três décadas, combinado com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social, exacerbou as desigualdades urbanas” (p. 52). Essa realidade comporta o desenvolvimento do cotidiano metropolitano premeditado pela contenção de gastos na esfera pública, de um lado, e pela intensificação de políticas voltadas para a criminalização, de outro, realidade presente na transitoriedade da derrocada das UPP’s em direção à criação do Programa Cidade Integrada, construção factual ainda pouco debatida nos estudos urbanos, mas que já apresenta consequências destruidoras à vida negra na metrópole, signos mais bem acabados na próxima seção do texto.

O Programa Cidade Integrada

O Cidade Integrada, segundo o governador Cláudio Castro, “não é um programa de enxugar gelo, é um programa de atingir o problema onde ele acontece”⁵. Lançado oficialmente em 22 de janeiro de 2022, embora as primeiras ocupações militares tives-

5 Acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/ocupacao-de-favelas-no-rj-completa-1-ano-na-mira-de-investigacoes-e-sem-entregar-promessas.shtml> às 12:20 do dia 28/02/2024.

sem ocorrido três dias antes, o projeto contempla a associação entre segurança, urbanização e assistência social, como previsto em sua agenda publicitária. Por outro lado, como indicado por Lenin Pires⁶, o lançamento do PCI faz parte de uma certa “pirotecnia política” bem característica de anos eleitorais. Segundo o professor do departamento de segurança pública da UFF, tal organização não se difere do Grupamento de Policiamento de Áreas Especiais (GPAE), das UPP’s ou da própria intervenção federal. Todas estas mediações apresentaram consequências políticas evidentes, e com o Cidade Integrada não foi diferente. Em outubro de 2022, Cláudio Castro foi reconduzido ao cargo, dessa vez encabeçando a chapa vitoriosa para o governo do estado já no primeiro turno.

Pensado inicialmente para os bairros do Jacarezinho, na Zona Norte da cidade, e da Muzema, Zona Oeste, além das áreas do entorno destas, o PCI inaugurou uma nova fase para as políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro e da metrópole carioca (Figura 1). Segundo o Observatório Cidade Integrada, criado por moradores da favela do Jacarezinho, não há qualquer proposição efetiva de aprimoramento das políticas públicas voltadas para educação, arte, cultura, saneamento e infraestrutura, mas apenas uma ocupação militar do território. Tal realidade valida a argumentação de Pires (2022) no que se refere à dificuldade do Cidade Integrada se tornar um projeto muito diferente do GPAE e das UPP’s. Ademais, o Observatório critica a escolha específica dessas favelas, especialmente porque, amparados por dados do Instituto Fogo Cruzado, reivindicam que pelo menos 64 bairros apresentaram mais tiroteios do que o Jacarezinho, enquanto a Muzema não apresentou nenhum tiroteio sequer em seu período de inauguração.

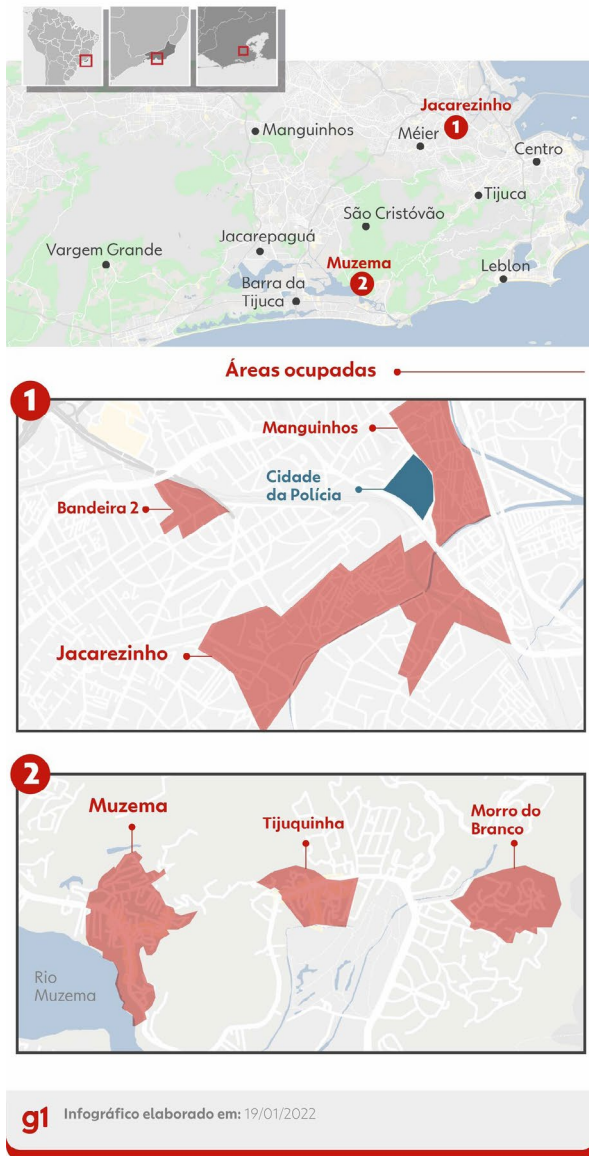
6 Acesso: https://laesp.uff.br/o-cidade-integrada-e-a-piropolitica/?et_fb=1&PageSpeed=off às 12:21 do dia 28/02/2024.

Capítulo 15 - Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”

Figura 1 - Infográfico acerca das áreas ocupadas pelo Programa Cidade Integrada.

Ocupações do Programa Cidade Integrada

Jacarezinho e Muzema são as primeiras áreas do novo modelo de segurança



Fonte: G1.

A escolha do Jacarezinho e da Muzema se dão por duas situações factuais importantes e que merecem destaque na discussão: a primeira, em tese, se justifica pela chacina do dia 06 de maio de 2021 (Figura 2), operação mais mortífera do estado do Rio de Janeiro, realizada pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). A segunda, ainda que não necessariamente vinculada a algum prospecto relativo às políticas de segurança, foi a queda dos prédios construídos de maneira irregular no bairro da Muzema (Figura 3). Para o OCI, os direcionamentos do Cidade Integrada apresentavam, em uma primeira aproximação, “uma resposta midiática às tragédias ocorridas nessas favelas” (Observatório Cidade Integrada, 2022).

Figura 2 - Operação da PCERJ que culminou na chacina do Jacarezinho.



Fonte: Pimenta (2021).

A operação *Exceptis*, a qual motivou a chacina do Jacarezinho, foi defendida por Cláudio Castro como uma intervenção precisa e necessária. A alcunha de chacina, inclusive, foi rechaçada pelo governador, como mostra matéria do jornal Carta Capital em junho de 2022⁷. Segundo o político, “as operações cumpriram exatamente

7 Acesso: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/as-operacoes-cumpriram-exatamente-os-preceitos-diz-castro-sobre-jacarezinho-e-vila-cruzeiro/> às 12:09 do dia 28/02/2024.

Capítulo 15 - Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”

os preceitos, então isso é uma opinião pessoal de quem acha que é chacina”. O problema é que, diferentemente do mencionado, a operação não considerou diversas prescrições da liminar expedida por Edson Fachin no que se refere às intervenções policiais em favelas no contexto da excepcionalidade caracterizada pela pandemia de covid-19.

Figura 3 - Desabamento de prédios na Muzema, em 2019.



Fonte: Ferraz (2019).

Segundo matéria publicada no site da Conectas Direitos Humanos em 2022, na chamada Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, apelidada enquanto ADPF das Favelas, deveria se evitar a remoção e o transporte de cadáveres para preservar a realização da perícia dos corpos (Figura 4). Na chacina do Jacarezinho, porém, isso não foi ponderado. Segundo a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, 20 pessoas foram levadas sem vida para o Hospital Souza Aguiar. A utilização de dois helicópteros na operação também demonstra a incoerência no discurso do governador, já que a decisão de Fachin impedia o uso de determinadas aeronaves enquanto plataforma de tiros. Além disso, o material elaborado pela Conectas também destaca o fechamento de uma unidade de saúde como representação controversa da arguição de

Cláudio Castro, sobretudo porque na liminar havia a recomendação para que houvesse maior cuidado em áreas próximas de instituições de ensino, hospitais e postos de saúde.

Figura 4 - Policiais transportam corpo de um dos mortos na chacina do Jacarezinho.



Fonte: Moraes (2021).

A chacina provocou 28 mortes, se consolidando como a ação mais letal do estado do Rio de Janeiro no que se refere às ações de segurança pública. Das 13 denúncias abertas para o caso, duas foram aceitas pela justiça, uma ainda segue em andamento e as outras dez foram arquivadas, como demonstra matéria do jornal *Voz das Comunidades* publicada exatamente um ano após a operação *Exceptis*⁸. A publicação traz as palavras de Joel Luiz Costa, advogado das famílias impactadas pela chacina e coordenador do Instituto de Defesa da População Negra. Segundo o especialista, “não há qualquer movimentação do Estado do Rio de Janeiro nesse sentido de conclusão do inquérito de fato como ocorreu. Nem me parece que terá, dado que o governador Cláudio Castro entende que a operação foi um sucesso”. Guilherme Pimentel, outro defen-

⁸ Acesso: <https://www.vozdascomunidades.com.br/casos-de-policia/chacina-no-jacarezinho-completa-1-ano-10-das-13-investigacoes-foram-arquivadas/> às 12:19 do dia 28/02/2024.

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

sor entrevistado para o material, adverte acerca da instrumentalização do discurso de legitimidade das ações policiais no âmbito da esfera pública e política ao se referir também à entrevista de Cláudio Castro dias depois da incursão. De acordo com Pimentel,

A gente vê muitas vezes o discurso político ser de legitimação da letalidade e não na busca de redução da letalidade. E esse é um problema grande, pois se quem tem o controle das polícias não busca essa diminuição da violência. Pelo contrário, busca legitimar, mostra que nosso horizonte é muito ruim. Claro, há uma ressalva com a publicação deste decreto de redução de letalidade policial publicado, que não partiu do Poder Público, mas sim do judiciário. Porém, esse tal plano não foi construído coletivamente, ouvindo os moradores de favelas e de quem convive com essa realidade diariamente.

Segundo o relatório anual do Instituto Fogo Cruzado, em 2021, ano da chacina do Jacarezinho, foram registrados 4653 tiroteios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O número, apenas um pouco maior do que o registrado em 2020 (4585), não condiz com a letalidade das ações policiais no período. Nas pesquisas realizadas pelo mesmo relatório, concluiu-se que as mortes aumentaram 21% em relação ao ano anterior. Tal realidade demonstra a negligência em relação à ADPF 635, bem como “uma tendência de que, conforme a pandemia melhora, a violência volta a piorar”.

No que tange aos fatos ocorridos na Muzema, pouco mais de dois anos antes do morticínio na favela do Jacarezinho, mais precisamente no dia 12 de abril de 2019, dois prédios irregulares desabaram na região, a outra favela escolhida pelo governo do estado para a implementação do Cidade Integrada. De acordo com o portal de notícias G1, todas as vítimas do desabamento foram encontradas, chegando ao assustador número de 24 mortes (entre os que já foram identificados sem vida e os que morreram no hospital).

O caso gerou forte comoção da opinião pública e dos setores de imprensa, principalmente por problematizar a influência de organizações paramilitares no mercado imobiliário da cidade, especialmente na Zona Oeste. Fato é que o urbanismo miliciano emerge enquanto traço elementar para qualquer compreensão mais

profunda acerca da produção do espaço na metrópole carioca do período atual. De acordo com Reis (2021), a preocupação teórica e empírica acerca das milícias no Rio de Janeiro se consolidou desde as discussões presentes na Assembleia Legislativa a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias em 2008, a qual identificou algumas características fundamentais no que se refere ao fenômeno de expansão de tais organizações. As ameaças aos moradores, os processos de coibição da atuação de comerciantes locais e o aprofundamento retórico em torno das benesses de um controle territorial exercido por forças militares e não por traficantes, fazem parte de uma construção mais abrangente das particularidades das milícias na cidade e no estado. Junto disso, como também destacado por Reis (2021), a caracterização militar presente no conteúdo da atuação miliciana se despoja em meio à conformação de condições pujantes de um modelo urbano-neoliberal de gestão das cidades, já descrito a partir de Graham (2016) e do qual o Programa Cidade Integrada faz parte no caso do Rio de Janeiro.

O desabamento dos prédios na Muzema é apontado por Rafael Gonçalves e Leandro Benmergui (2023) na qualidade de elemento necessário ao entendimento do que nomeiam “distopia urbana carioca”, onde os autores propõem certa lembrança à tragédia ocorrida na favela enquanto manifestação da intervenção de agentes paramilitares na produção do espaço urbano da metrópole do Rio de Janeiro. À época, outros dezesseis prédios apresentavam algum risco de desmoronamento por circunstâncias semelhantes. Para os autores, as mortes e os danos materiais decorrentes da queda do edifício foram um “resultado da vulnerabilidade constante de setores mais pobres da cidade frente aos fatores de poder que regem boa parte da vida cotidiana em grande parte das favelas cariocas” (p. 477). Tal fragilidade se expõe mediante o fortalecimento das ações diretas ou indiretas das milícias no Rio de Janeiro, especialmente no que concerne aos negócios imobiliários. As milícias, nas linhas dos autores, se caracterizam enquanto “grupos paramilitares compostos por policiais, bombeiros, militares, agentes prisionais ativos ou aposentados que exercem seu domínio sobre diferentes localidades da área, sobretudo em favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais” (Gonçalves e Benmergui, p. 477), portan-

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

to, como denunciam a partir de Daniel Hirata et al (2021), a atuação de agentes públicos no sistema de gerenciamento miliciano é um dado fundamental.

As milícias apresentaram um processo de expansão tão vertiginoso que hoje sua abrangência territorial tangencia metade das favelas cariocas, o que está representado pelo crescimento de quase 400% das áreas sob domínio de tais grupos, como consta em publicação recente do portal de notícias G1⁹. Fato é que a amplitude dessa estrutura organizativa tem apresentado rebatimentos explícitos do ponto de vista econômico, político e social não só na metrópole carioca, mas também em escala nacional. Afinal, “o controle territorial lhes proporciona uma base eleitoral que lhes permitiu eleger representantes em todos os níveis do poder executivo do governo municipal, estadual, e mesmo federal, institucionalizando seu poder e garantindo sua impunidade (Gonçalves e Benmergui, 2023).

O Rio de Janeiro, nessa condição, se configuraria pelo que os autores classificam enquanto um “radicalismo distópico” (Gonçalves e Benmergui, 2023, p. 478), no qual “as milícias avançam violentamente e com impunidade sobre o espaço urbano e a vida cotidiana dos cariocas, e fazem parte das estruturas de governo, ameaçando seriamente a vida democrática do país” (idem), isto é, conformam um aparato político e securitário também efetivado por meio das ações deliberadas pelo próprio Estado, que interdita as possibilidades de diálogo para a construção de políticas públicas mais progressistas¹⁰.

9 Acesso: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/24/em-40-anos-milicia-mudou-de-cara-e-se-aliou-ao-traffic-entenda-o-vaivem-do-crime-organizado-no-rj.ghtml> às 11:56 do dia 28/02/2024.

10 Segundo Gonçalves e Benmergui (2023), a trajetória dos grupos paramilitares no Rio de Janeiro têm nascituro no final dos anos 1950, a partir do chamado “Grupo de Diligências Especiais”, criado com o intuito de exterminar criminosos. Os grupos, majoritariamente alocados na Baixada Fluminense, eram formados por militares ativos e aposentados, e apresentaram crescimento exponencial de acordo com a acelerada expansão urbana e demográfica da região. Para Gonçalves e Benmergui (2023), em diálogo com os sociólogos Michel Misse (2011) e José Claudio Souza Alves (2009), os apelidados “Esquadrões da Morte” expunham vinculação espúria com lideranças políticas locais, como com a figura de Tenório Cavalcanti, o chamado “homem da capa preta”, personagem importante da história de Duque de Caixas e que, em manifestação bélica evidente, portava uma metralhadora em seu casaco, a qual cunhava “Lurdinha”. Para Alves (2009), diretamente preocupado com a dinâmica de consumação dos empreendimentos paramilitares na

No que tange aos negócios imobiliários, aspecto fundamental da análise sobre a tragédia da Muzema e uma das atividades mais lucrativas dentre o quadro de atuação do urbanismo miliciano, Gonçalves e Benmergui (2023) destacam pelo menos quatro particularidades indispensáveis na composição desta operação: a primeira é a apropriação ilegal de terrenos públicos, muitas vezes por meio da falsificação de documentos; um segundo ponto se dá pela divisão dos terrenos em lotes, o que em certa medida ocorre em áreas reservadas à proteção ambiental; uma terceira condição remete à verticalização de prédios estranhos ao local de construção, no qual aparentam características mais próximas dos edifícios de bairros de classe média; e uma última propensão se materializa pelo papel de agentes da milícia enquanto promotores imobiliários, inclusive no que diz respeito à possibilidade de financiamento dos imóveis e do acompanhamento do cotidiano da construção.

Para os autores, tais traços se tornam possíveis dadas as condições de impunidade e o “consentimento tácito” (Gonçalves e Benmergui, 2023, p. 482) concernentes aos agentes da milícia, o que obviamente se ampara pelas relações controversas entre tais organizações e o quebra-cabeça político nas diferentes esferas públicas, como anteriormente colocado, mas com contornos ainda mais proeminentes em relação à escala municipal. Nesse sentido, “as milícias evadem os controles municipais para se apropriar de terrenos e construir edifícios sem qualquer supervisão e sem ter autorização ou plano de urbanização endossados pelas autoridades competentes” (Gonçalves e Benmergui, 2023, p. 482-483), resultando em cenários de predisposição a riscos geológicos e infraestruturais de extrema relevância, o que está exemplificado pelo caso da Muzema em 2019. Naquele contexto, além dos componentes previamente dispostos nesta elucubração, Gonçalves e Benmergui (2023) apontam uma outra característica que se torna elementar para as consequências fatais do episódio: a celeridade para a edificação. “Os edifícios são levantados em tempo recorde, as cons-

metrópole carioca, a supressão do Estado de Direito durante a ditadura militar (1964-1985) foi fundamental para a emergência suntuosa de associações questionáveis à polícia militar, o que fortaleceu não só o aparato bélico e pessoal dos grupos de extermínio, mas intensificou os encadeamentos políticos e judiciais entre tais organismos e a estrutura estatal, realidade que permaneceu mesmo no contexto de redemocratização.

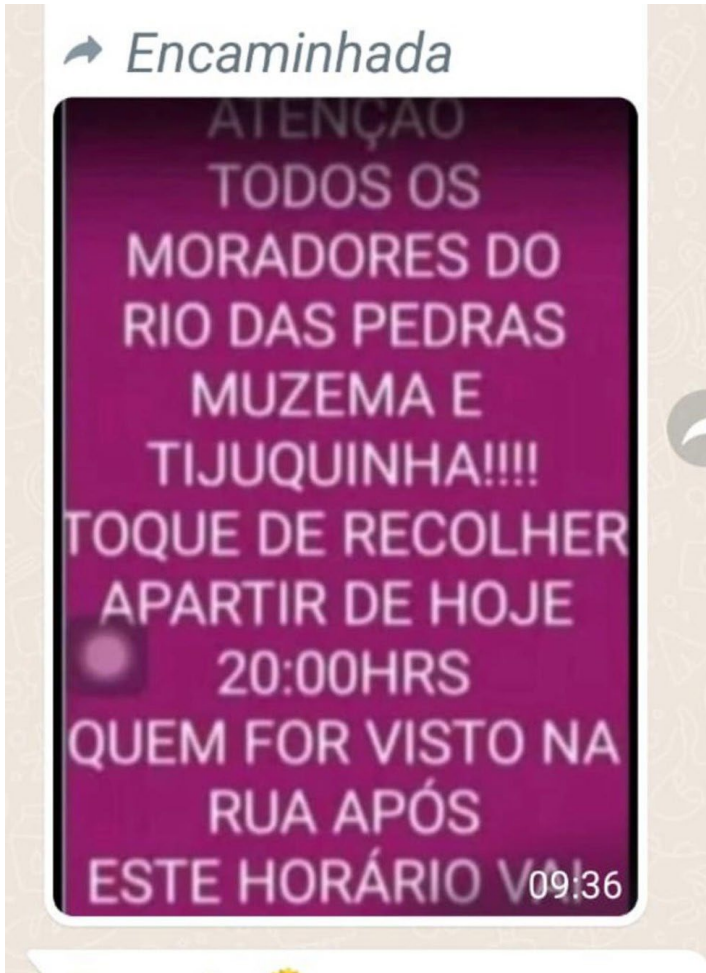
Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”*

truções ganham cada vez mais altura e são levantadas em grande quantidade. A falta de estudos de solo e a economia em materiais maximizam os lucros e infelizmente os riscos também” (p. 483).

O Programa Cidade Integrada, resposta política aos acontecimentos no Jacarezinho e na Muzema, vem sendo apelidado por alguns moradores como “Cidade Enganada”, dadas as condições problemáticas das atuais políticas de segurança, infraestrutura e serviços. Por isso, retorna a alguns elementos já presentes no policiamento de proximidade constitutivo das UPP’s, no qual a pacificação se despojou forjada pela docilização e contenção dos corpos e territórios (Rocha, Ano, Haesbaert, 2015; 2020; Valente, 2017). Por outro lado, o PCI incrementa um outro impasse do cotidiano urbano militarizado da metrópole carioca, que é o recrudescimento das disputas entre milicianos e traficantes, principalmente no caso da Muzema, área historicamente ocupada por grupos paramilitares ostensivamente armados, muitas vezes empenhados pelo próprio funcionalismo público do Estado relacionado às forças de segurança (Burgos, 2002).

Em reportagem ao Portal G1, alguns moradores da Muzema e do Jacarezinho relataram a desesperança com as políticas oriundas do PCI, principalmente por problematizarem os resultados falaciosos apresentados pelo governo do estado. Em uma das entrevistas, um morador da Muzema destacou grande intensificação do medo e da insegurança a partir da confusão sobre o controle e dominação do território da favela, os quais em muitos momentos não parece haver compreensão se a área apresenta a soberania da milícia ou do tráfico de drogas, que quer tomar a região. O toque de recolher, por exemplo, é uma estratégia adotada por ambos os grupos criminosos, realidade que afeta intensamente os comércios locais. Como demonstrado pela figura 5, a mensagem não apresenta assinatura de nenhum grupo armado ou facção, o que aumenta a apreensão sobre quem tem exercido o controle territorial nesses espaços.

Figura 5 - Mensagem sobre toque de recolher disparada para os moradores da Muzema.



Fonte: Portal G1.¹¹

De outro lado, segundo o portal Voz das Comunidades a partir de dados do Instituto Fogo Cruzado, a favela do Jacarezinho foi a área da região metropolitana que mais apresentou tiroteios nos primeiros dias de 2024, com 15 incidências, culminando em duas mortes e o ferimento de mais seis pessoas, sendo boa parte das

11 Acesso: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/25/cidade-integrada-um-ano-depois-moradores-de-muzema-e-jacarezinho-contam-que-vivem-acuados-pela-criminalidade.ghml> às 11:54 do dia 28/02/2024.

Capítulo 15 - *Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do "novo urbanismo militar"*

lesões ocasionadas por balas perdidas. Tais dados são relevantes porque, se comparados com o início de 2022, é perceptível um incremento da violência na favela depois da período de implementação do PCI, o que denota o conteúdo de mais uma política de segurança a qual se caracteriza pela compreensão da favela e dos sujeitos que a ocupam enquanto signos de negação ontológica, os quais tem sua realização enquanto ser político (Tavares, 2020) inviabilizada por uma forma de governo de corpos e territórios (Malheiro e Cruz, 2019) especificamente forjada pela elaboração de contextos de mais violência. Nesse sentido, para Haesbaert (2023), “gerir a insegurança significa, assim, também, de múltiplas formas, conter (n)os espaços (d)os grupos mais subalternizados, ora diretamente, através de constrangimentos físicos à sua circulação, ora indiretamente, pelo medo das intervenções policiais” (p. 109). Este postulado teórico ilumina o problemático cotidiano dos moradores de regiões militarizadas pela ação estatal, os quais relatam as dificuldades para a realização da vida em um contexto de ausência de políticas públicas voltadas para a educação, cultura e lazer, e de presença de um aparato bélico e militar reconhecido pela produção da morte, principalmente de negros e negras. Em nossa interpretação, este panorama reproduz um conteúdo traumático em relação à produção do espaço, conjuntura fortemente transformada em sentidos políticos, sociais e ontológicos pelos códigos e signos racistas que se perfazem na metrópole do período atual.

Considerações finais

A proposta de argumentação do trabalho se baseia em um constructo que reconhece a necessidade de aprofundamento crítico do cotidiano urbano em meio à produção do espaço amparada por subsídios raciais (Mbembe, 2019). Isto se dá porque, em termos abrangentes, as tecnologias voltadas para o controle e a captura, presentes nas políticas de segurança, se revelam preenchidas por condições historicamente forjadas por traços moderno/coloniais, semântica reflexamente bio-necropolítica (Foucault, 2008; Mbembe, 2018; Oliveira, 2020; Malheiro e Cruz, 2019; Lima, 2019), um cenário que apresenta aspectos necessariamente racializados.

Desde o exemplo do Programa Cidade Integrada, percebido enquanto um marco do “novo urbanismo militar” na metrópole do Rio de Janeiro, ratificamos o que temos intitulado em outros trabalhos enquanto uma “metrópole do não ser” (Azevedo, 2023), prospecto teórico influenciado pela literatura de Frantz Fanon (2020) no que se diz respeito à profundidade ontológica, o qual privilegia um escopo teórico que difere quem é percebido como humano e quem não é. Neste caso, o PCI, bem como foram as UPP’s, contorna elementos novos, mas que se trajam dos mais antigos mecanismos de manipulação sobre a descartabilidade da vida negra. Isto é, a forma até se transforma, muito embora o conteúdo concretado a partir da invenção de um inimigo a ser interceptado parece o mesmo. Este conteúdo está associado a um processo de desumanização perene, onde a negação da vida a partir da afirmação da morte floresce em meio ao terror banal da violência lançada aos irrelevantes.

A desumanização, caráter fundante do potentado racista, está presente na escolha das favelas do Programa e transmuta elementos estruturantes para pensar a produção do espaço. Afinal, como muito bem lembrado por Oliveira (2023), a violência contra negros e pobres apresenta sentido que preserva a “ordem racial do espaço” (p. 515). A decisão pelo Jacarezinho e pela Muzema, espaços recentemente engajados por apelo midiático a partir de diferentes justificativas factuais, caracteriza a condição de salvaguarda da produção racial e espacial dessas favelas. Afinal, sendo a corporeidade negra, sobretudo a partir da cor, a expressão mais visível da raça (Fanon, 2020), esta premissa da produção do espaço estará embebida por elementos prático-sensíveis (Lefebvre, 2013) que se mediam não só pela produção *scripto sensu*, mas com o acréscimo de ingredientes psicológicos fundamentais, os quais terão reflexos imediatos na maneira a qual negros e negras enxergam, interpretam e se apropriam do espaço produzido.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGRE, P. Your face is not a bar code: Arguments against automatic face recognition in public places, *Whole Earth*, 74-77, 2001.

Capítulo 15 - Tecnologias da interdição: o programa Cidade Integrada à luz do “novo urbanismo militar”

AZEVEDO, F. Entre ausências e emergências, genocídios e epistemicídios: notas sobre metrópole e “espacialidades enegrecidas”. **Geopauta**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 111-128, abr. 2020.

AZEVEDO, F

. Geografias do não ser: efeitos psíquicos do racismo na produção do espaço. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023.

BENMERGUI, L E GONÇALVES, R. A distopia urbana carioca e o urbanismo miliciano. In: FERREIRA, A et al (org.). **Entre urgências e utopia: múltiplas escalas da ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. Cap. 21. p. 477-491.

CANO, I; BORGES, D; RIBEIRO, E. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. 2012.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro. Consequência, 2011.

FERREIRA, A. Materialização, substrução e projeção: uma construção teórico-metodológica como contribuição para o desvelar da produção do espaço. **Ateliê Geográfico**, 13(1), 35-43, 2019.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Aula de 17 de março de 1976).

FOUCAULT, M. Des espaces autres. **Empan**, n. 2, p. 12-19, 2004.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Aulas de 11 de janeiro e 8 de fevereiro de 1978).

GIROUX, H. Reading Hurricane Katrina: Race, class, and the biopolitics of disposability. **College Literature**, p. 171-196, 2006.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Boitempo Editorial, 2016.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. Do telecontrole à “ocupação”: in-segurança e contenção territorial na metrópole carioca. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. C. de (Orgs.) **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 225-251, 2015.

HAESBAERT, R. **I-mobilidades globais e dispositivos de contenção territorial na metrópole**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. 216 p.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MALHEIRO, B; CRUZ, V. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **GEOgraphia**, v. 21, n. 46, p. 18-31, 21 out. 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. N-1 edições. São Paulo, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019. 320 p.

OLIVEIRA, J. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.

OLIVEIRA, D. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: a “Pequena África” como forma espacial de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro. In: ENANPEGE, 2019, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Anpege, 2019. s/p.

OLIVEIRA, D. Questões acerca do genocídio negro no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 312-335, abr. 2020.

OLIVEIRA, D. Geografia da questão racial na luta política no Brasil: alguns desafios teóricos e metodológicos. In: FERREIRA, A *et al* (org.). **Entre urgências e utopia**: múltiplas escalas da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. Cap. 23. p. 513-531.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO. set. 2005. p.227-278.

ROCHA, L. Militarização e democracia no Rio de Janeiro: efeitos e legados da “pacificação” das favelas cariocas. **Ensaio**s, p. 80-98, 2019.

SOUZA, N. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. São Paulo: Zahar, 2021. 176 p.

TAVARES, F. Metropolização do espaço e enredamentos de rebeldia e resistência: da biopolítica espacial de negação do ser político às tramas políticas de ação rebelde. 2020. 178f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2020.

VALENTE, J. UPPS: observações sobre a gestão militarizada de territórios desiguais. **Revista Direito e Práxis**, v. 5, n. 2, p. 207-225, 2014.

VALENTE, Júlia Leite. Unidades de Polícia Pacificadora: pacificação, território e militarização. 2015. 153 f. **Dissertação (Mestrado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica)** - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CAPÍTULO 16

Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano

Jacqueline Leal da Silva¹
Dayana Aparecida Marques de Oliveira²

Introdução

Os conceitos de cidade e gênero evoluíram de forma considerável desde o século passado, resultando em mais produções acadêmicas em relação à temática, além de contribuições políticas e sociais. Dito isto, questões interligadas à maneira como o espaço urbano é produzido e consumido foram trazidas à tona, por meio da geografia urbana e a geografia de gênero, as quais são enfoques da realidade que possibilitam maior compreensão do todo. Esses dois recortes da geografia conversam diretamente entre si, uma vez que a geografia urbana é responsável pelo estudo que compreende a formação do espaço urbano e as dinâmicas do ser humano no mesmo, trazendo consigo os conceitos como o de cidade e espaço urbano, os quais serão muito utilizados no desenvolvimento do trabalho. Já a geografia de gênero analisa como as identidades de gênero e as relações de poder entre os sexos influenciam e são influenciadas pela organização da relação espaço-sociedade. No caso das cidades, os estudos incluem também a reflexão sobre a distribuição dos recursos disponíveis, acessos a serviços, mobilidade urbana, percepção e formas de apropriação do espaço

Portanto, esses campos de estudo estão intrinsecamente ligados, já que ambos investigam as interações dos diferentes grupos sociais com o espaço urbano e como esse espaço é influenciado por fatores sociais, incluindo o gênero, ao mesmo

1 Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro - E-mail: Jacqueline.leal@unesp.br - ORCID: [0009-0004-8982-0570](https://orcid.org/0009-0004-8982-0570)

2 Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro - e-mail: dayana.marques@unesp.br - ORCID: [0000-0001-5611-593X](https://orcid.org/0000-0001-5611-593X)

tempo em que influencia a maneira como os diferentes grupos se apropriam dele.

Isto posto, o artigo irá discorrer sobre a dinâmica de produção e consumo da cidade, incluindo temáticas intrínsecas relacionadas à essa discussão, tais como cidadania e o direito à cidade. O objetivo geral do trabalho é discutir sobre a cidade como um produto capitalista, com foco para a produção e o consumo do espaço urbano a partir de uma perspectiva de gênero.

Para tanto, o primeiro tópico vai discorrer sobre conceito de cidade como um fenômeno social complexo e diverso, resultante das interações entre diversos elementos do espaço e das relações sociais. Destaca-se a importância de uma abordagem interdisciplinar que considere não apenas os aspectos físicos e econômicos, mas também as relações de poder, as dinâmicas de gênero e as interseções entre classe, raça e outras dimensões da identidade. O segundo tópico abordará o seu conceito de gênero, que incluem questões como identidade de gênero, igualdade de gênero e posteriormente, bem como a discussão sobre como as mulheres atuam na produção e no consumo do espaço urbano, uma vez que o gênero tem sido considerado um conceito de transversalidade. Isso quer dizer que o conceito de gênero transcorre nas inúmeras áreas que a organização da vida humana envolve (Gonzaga, 2011). Diante disso, pode-se dizer que todas as mulheres possuem o mesmo acesso à cidade? Todas as mulheres participam de sua produção e consumo de maneira igualitária? Esses são questionamentos que serão discutidos durante o desenvolvimento do texto.

As questões de classe têm sido cruciais no movimento feminista, destacando que as mulheres de classes privilegiadas muitas vezes estabelecem “regras”, relegando as preocupações das mulheres de classes trabalhadoras a segundo plano. Enquanto mulheres de classes privilegiadas lutavam por igualdade dentro da lógica capitalista, as trabalhadoras enfrentam desafios distintos, como a falta de igualdade salarial e a sobrecarga de trabalho doméstico. Segundo Bezerra (2018), a inserção da classe na pauta feminista levou à compreensão das interseções entre classe e raça, evidenciando as desigualdades enfrentadas por mulheres negras e não brancas. No entanto, à medida que mulheres privilegiadas conquistaram

Capítulo 16 - Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano

mais poder econômico, a discussão sobre classe foi perdendo espaço dentro do movimento. Segundo Bell Hooks (2018), um movimento feminista radical de base, que leve em conta as condições concretas das mulheres trabalhadoras e pobres, é essencial para a verdadeira libertação feminina, restaurando a solidariedade e buscando um mundo onde recursos e oportunidades sejam compartilhados de forma equitativa, independentemente da classe.

Visando atingir o objetivo mencionado anteriormente, o presente trabalho utilizou a metodologia com base no levantamento de referências bibliográficas no intuito de expandir o referencial teórico sobre cidade, gênero, produção e consumo do espaço urbano. A respeito do conceito de cidade os principais autores e obras utilizados como referência são Milton Santos (1996) em “A natureza do espaço” e “O espaço do cidadão”; Lefebvre (1968) em “O direito à cidade” e David Harvey “Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana.” - obra a qual dialoga muito com as ideias de Henri Lefebvre. Em relação ao conceito de gênero foram escolhidas como principais referências Simone de Beauvoir (1949) “O segundo sexo”; Terezinha Gonzaga (2011) em “A cidade e a arquitetura também mulher: Planejamento urbano, projetos arquitetônicos” Judith Butler (1993) com a obra “Bodies that matter: on the discursive limits of „sex“” e Bell Hooks (2018) em “O feminismo é para todo mundo”. Todas as biografias foram encontradas no Google Acadêmico, no Scielo ou em livros físicos e digitais. Por fim destacamos que, as reflexões presentes neste texto fazem parte de uma pesquisa de Iniciação Científica que está em estágio de desenvolvimento “A mobilização social das mulheres pelo exercício da cidadania no Bairro Bom Sucesso em Rio Claro-SP”.

A cidade como produto social e o debate acerca da cidadania

O conceito de cidade é um fenômeno social complexo e diverso. A cidade é descrita como um produto social que reflete a relação da sociedade com o espaço. Santos (1998) discorre em “Espaço e Método” sobre as transformações na urbanização e nas cidades como reflexo das relações da sociedade com o espaço, enfatizando a necessidade de uma abordagem metodológica complexa para

compreender esse fenômeno. Portanto, o autor destaca a importância de considerar a cidade como um produto social, resultado das interações entre diversos elementos do espaço. A análise dos elementos do espaço, como firmas, instituições, meios e infraestruturas, é fundamental para compreender a dinâmica socioespacial. Esses elementos estão interligados e são redutíveis e intercambiáveis em certa medida, refletindo as relações sociais e espaciais da sociedade. A evolução histórica de cada elemento é crucial para entender seu papel atual no sistema espacial e temporal.

Com o decorrer do tempo, o conceito de cidade passou por transformações de acordo com cada contexto histórico, de acordo com as condições políticas, sociais e econômicas. Embora o conceito de cidade tenha passado por alterações, a palavra “cidade” em si permaneceu a mesma, gramaticalmente sendo um substantivo utilizado para nomear um objeto específico. Cidade remete à aglomeração humana no espaço geográfico onde há presença de diversas casas e construções próximas uma das outras com as finalidades de moradia, comércios e indústrias. Ademais, só existe o conceito de cidade, devido a divisão do social trabalho. Até o século XIX, a urbanização foi marcada por um constante processo de expansão territorial das cidades e pela emergência de novos padrões de assentamento (Sposito, 2004). Sposito (2004) afirma que embora associada frequentemente à Revolução Industrial, a suburbanização já era evidente em épocas anteriores, como na Antiguidade e na Idade Média, quando vilas suburbanas já existiam. Durante a Idade Média, as cidades cresciam rapidamente, confinadas dentro de muralhas fortificadas, enquanto a população se concentrava cada vez mais (Sposito, 2004). A expansão das cidades começou há séculos, refletindo a transição do poder do campo para o urbano. Ainda de acordo com Sposito (2004), no século XIX, com o advento de avanços tecnológicos como o telefone, o bonde e o automóvel, a transformação urbana se acelerou, resultando na expansão das cidades em grandes áreas. Esse processo de periferização, impulsionado pela industrialização e pelo aumento populacional, culminou na formação de uma cidade mais esparsa e descontínua (Sposito, 2004). Em resumo, ao longo desses períodos, observamos uma evolução na estrutura urbana,

Capítulo 16 - *Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano*

caracterizada pela expansão territorial das cidades e pelo surgimento de novos padrões da divisão do trabalho.

Um outro ponto importante a ser ressaltado se trata dos critérios para a definição de cidade. Critérios demográficos ou funcionais são utilizados de forma conjunta, porém variam de acordo com o contexto histórico e geográfico. Logo, a cidade é vista como um fenômeno mutável e multifacetado, ou seja o conceito está em constante transformação e adaptação conforme ao longo do tempo.

A cidade vai muito além de um aglomerado urbano. Ela é palco das complexas narrativas da vida humana, onde histórias se protagonizam de acordo com a realidade social que se encontram (Lefebvre, 1968). O que determinará o protagonismo dentro do ambiente urbano de uma cidade, é a classe social que o indivíduo pertence, quanto mais favorecida for a classe, maiores são as possibilidades de acesso à cidade. Caso contrário, pode resultar nas desigualdades econômicas, de gênero e espaciais, as quais implicam nas vulnerabilidades sociais que atingem os grupos mais afetados por elas. Para reforçar esta ideia, Lefebvre (1968) discorre sobre o funcionamento das cidades capitalistas e o centro de consumo, quando diz que:

A cidade capitalista criou o centro de consumo. A produção industrial não constitui uma centralidade própria, salvo nos casos privilegiados — se se pode dizer — da empresa importante em torno da qual edificou-se uma cidade operária. já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar. os comércios se densificam no centro que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. Pode dispensar isso tudo. Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas: elas vêem, olham, falam, falam-se (Lefebvre 1986, p. 130).

Ou seja, a cidade é um produto capitalista, onde o sistema capitalista produz condições para que aqueles que detêm capital sejam privilegiados no acesso à estrutura da cidade. O espaço ur-

bano capitalista, caracterizado por sua fragmentação, interligação, influência social e significado simbólico, é formado ao longo do tempo por ações de agentes sociais concretos que o produzem e o utilizam (Corrêa, 1989). Segundo Corrêa (1989), esses agentes são indivíduos reais, não sendo apenas resultados de forças de mercado ou processos aleatórios agindo sobre um espaço abstrato. Os agentes sociais são proprietários dos meios de produção, principalmente os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 1989). Primeiramente, é importante notar que a atuação desses agentes ocorre dentro de um contexto jurídico que regula suas ações, daí a importância do planejamento urbano e das normativas que definem a atuação desses diferentes agentes nas cidades (Oliveira, 2011; Souza, 2010; Corrêa, 1989; Villaça, 1999). Esse contexto legal não é neutro, mas reflete os interesses dominantes de um dos agentes, muitas vezes sendo ambíguo e permitindo transgressões de acordo com os interesses do agente dominante. Há ainda que considerar que um agente pode atuar em mais de um grupo. Por exemplo, um representante do mercado imobiliário que faz parte do grupo dos promotores imobiliários pode ser eleito como vereador. Neste caso, este agente estará inserido em dois grupos distintos. Uma das problemáticas no Brasil, é justamente essa: os grupos sociais mais favorecidos possuem representantes no Estado, tendo, portanto, privilégios em sua atuação. Portanto, produzem e consomem a cidade a partir de seus próprios interesses, sendo esta uma questão histórica no Brasil, conforme discute Cruz (2011).

Em segundo lugar, é relevante destacar que, embora os três primeiros agentes (são proprietários dos meios de produção; o Estado e os grupos sociais excluídos) possam ter estratégias diferentes e conflitos entre si, eles compartilham alguns objetivos comuns, como a obtenção de renda da terra (Corrêa, 1989). Além disso, as ações desses agentes servem ao propósito principal da sociedade capitalista, que é a reprodução das relações de produção, visando a continuidade do processo de acumulação e a minimização dos conflitos de classe, sendo essa responsabilidade especialmente atribuída ao Estado. (Corrêa 1989). O espaço urbano constitui-se, portanto, segundo a lógica capitalista de produção, uma vez que

Capítulo 16 - *Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano*

ele não é estático ou predefinido, seu dinamismo encontra-se em constante processo de formação e transformação (Lefebvre, 1976). Segundo Lefebvre (1976), o espaço urbano é o resultado de uma série de ações humanas realizadas ao longo do tempo, onde diferentes agentes sociais participam na produção e na reprodução desse espaço. O espaço urbano é mais do que apenas uma configuração física de edifícios e ruas, ou seja, compreende outros aspectos além da materialidade; é um produto social que reflete as relações de poder, os interesses econômicos e as práticas culturais da sociedade que o criou.

Uma vez que a desigualdade é intrínseca ao capitalismo, torna-se evidente que essa disparidade não é apenas uma coincidência, mas sim uma característica fundamental deste sistema econômico. No capitalismo, o acúmulo de riqueza e poder está intimamente ligado à capacidade de capitalizar recursos e explorar o trabalho humano. Isso resulta em uma concentração de recursos nas mãos de uma minoria privilegiada, enquanto a maioria enfrenta dificuldades econômicas e sociais, sendo diminuídas à condição de subcidadania.

O conceito de “subcidadania” faz menção a condição de uma pessoa que não tem reconhecimento como um ser social e político, sendo anulado e excluído da participação da sociedade (Souza, 2003). Souza (2003) afirma que quando um indivíduo não tinha reconhecimento social e político, ele era considerado parte dos subcidadãos, ou seja, aqueles que não pertencem, são marginalizados e ignorados, formando a “ralé”. A “subcidadania” é fruto da estrutura capitalista, da cultura e preconceito contida na mesma, que submetem os mais pobres às margens da sociedade, dentre eles estão as mulheres desprovidas de conhecimento e educação (Souza, 2003). Toda essa condição, deixa ainda mais nítido o apagamento destas pessoas e mais especificamente das mulheres, fazendo com que elas sejam tratadas como “subgente”, propagando ainda mais o ciclo da desigualdade e pobreza intrínsecas à sociedade capitalista (Souza, 2003). Logo, analisar essa dinâmica de exclusão requer considerar a interseccionalidade entre classe, gênero e raça.

Quijano (1966) critica a tendência do materialismo histórico dialético de reduzir as classes sociais a estruturas estáticas deter-

minadas pelas relações de produção, sem considerar adequadamente a agência e as lutas dos sujeitos sociais. Ele defende uma abordagem mais dinâmica e historicamente situada das classes sociais, que reconheça a complexidade das relações de poder e exploração sob o capitalismo que caracteriza a estrutura do sistema-mundo moderno colonial. Seguindo Quijano (1966) a relação entre a colonialidade do poder e a classificação social é abordada, destacando como certos atributos da espécie, como sexo, idade, força de trabalho e fenótipo, desempenham papéis fundamentais na estruturação das relações de poder. Enquanto o sexo e a idade são atributos biológicos, a força de trabalho e o fenótipo são socialmente construídos e utilizados na classificação social. A produção da categoria “raça” a partir do fenótipo é destacada como um fenômeno relativamente recente, com apenas 500 anos de história, influenciando as relações de poder a nível mundial. A colonialidade da classificação social universal do mundo capitalista é evidenciada, mostrando como a população mundial foi inicialmente classificada em identidades “raciais”, dividindo-se entre os dominantes „europeus’ e os dominados “não-europeus” (Quijano, 1966). A influência da colonialidade do poder nas relações de gênero é destacada, mostrando como as normas de comportamento sexual foram baseadas também na classificação “racial”. As relações culturais e intersubjetivas ainda foram moldadas pela colonialidade do poder, resultando na imposição da perspectiva eurocêntrica para o restante do mundo. Por fim, Quijano (1966), aponta para a relação entre dominação/exploração, colonialidade e corporeidade, destacando o papel do corpo humano na perpetuação das relações de poder.

Isto posto, as críticas de Quijano (1966) em relação ao materialismo histórico dialético, e a discussão trazida por ele em relação a influência da colonialidade do poder nas relações de gênero, a imposição da perspectiva eurocêntrica e o papel do corpo humano na perpetuação das relações de poder, são questões de suma importância que trazem a intersecção classe, gênero e raça. Desta maneira, relacionamos a discussão mencionada ao conceito de cidadania trazido por Souza (2003) e gênero feminino, que pode ser pensado a partir da história das mulheres sendo marcada por uma educação voltada principalmente para o ambiente doméstico, afastando-as

Capítulo 16 - Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano

da participação plena na sociedade. No entanto, ao buscar ativamente seus direitos e assumir um papel mais ativo, as mulheres começam a transcender a subcidadania e a alcançar uma posição de cidadania plena.

Neste contexto, quando se trata sobre o acesso à cidade, é fundamental destacar que os serviços e espaços públicos distribuídos serão acessados conforme a organização espacial da mesma, a qual é consequência da classe social que o indivíduo está inserido e também pelo espaço geográfico que o mesmo se encontra (Santos, 1987). Portanto, é evidente que a herança social e a atividade econômica das classes sociais é um dos principais determinantes da distribuição da sociedade de forma desigual, resultando na perda de direitos, o que limita o acesso à cidade limitado para aqueles que são desfavorecidos financeiramente quando comparados aos privilegiados da sociedade. Milton Santos (1987) indica que quando não há entendimento sobre a importância do papel do cidadão e nem condições para o exercício da cidadania, temos portanto, a emergência do papel do consumidor que, ao invés de direitos passa a buscar privilégios. A luta pela cidadania é contrária ao consumo por reivindicar a participação democrática na cidade que, por sua vez, só se realiza de forma coletiva (Cruz, 2024, p. 4). Pensar numa proposta de cidade que inclua os mais pobres, é também repensar o modelo de produção capitalista no qual a cidade contemporânea está assentada. Em outras palavras, inclui repensar a cidade apenas como um produto, mas considerá-la enquanto obra (Lefebvre, 1986).

O acesso à cidade é crucial para a cidadania, influenciando diretamente a qualidade de vida e o exercício dos direitos dos cidadãos. Lefebvre (1968) e Harvey (2014) compartilham uma visão ampla do acesso à cidade, indo além da mera ocupação física do espaço urbano. Para ambos, o acesso à cidade é considerado um direito fundamental que inclui não apenas a habitação e os serviços básicos, mas também a participação ativa dos cidadãos na produção e transformação do espaço urbano. Os dois ressaltam a importância da participação democrática nas decisões e planejamentos urbanos como parte essencial desse acesso. Além disso, tanto Lefebvre (1968) quanto Harvey (2014) reconhecem o papel das experiências

urbanas na formação da identidade e consciência dos cidadãos, destacando a necessidade de uma vivência na cidade para o desenvolvimento de uma consciência crítica e emancipadora. Outro ponto é que os dois criticam a segregação socioespacial nas cidades, defendendo que o acesso à cidade é uma questão de justiça social e equidade, e que as políticas urbanas devem visar garantir a inclusão e igualdade de oportunidades para todos os habitantes.

Assim como foi apontado por Milton Santos, presume-se que desde o nascimento os direitos básicos de um cidadão são assegurados, uma vez que são “assegurados” pela Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), a qual destaca no Art. 6º são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Contudo, na maior parte das vezes esses direitos não são concretizados na realidade. Para que a cidadania seja exercida, é preciso o exercício de luta (Santos, 1987). No caso das mulheres, essa luta contempla também pautas que questionam o patriarcado, além de outras questões ligadas ao racismo e demandas estruturais que impedem o exercício pleno da cidadania. Além disso, devemos considerar nessa discussão que houve um apagamento do papel e da contribuição das mulheres na sociedade (Gonzaga, 2011). No caso das cidades, muitas vezes, o planejamento urbano não inclui as demandas das mulheres, limitando seu acesso à cidade. Podemos citar como exemplo o fato de que alguns espaços são considerados hostis pela falta de iluminação pública e segurança, influenciando na permanência das mulheres nos mesmos, o que limita o direito de ir e vir ou as possibilidades de deslocar-se ou permanecer em certos espaços da cidade. Logo, além do aspecto da renda, quando discutimos sobre o direito à cidade a falta de acessibilidade, precisamos considerar também as questões de gênero.

Embora esteja na Constituição que os direitos são garantidos por lei de forma igual para todos os brasileiros, é inegável tudo isso não passa palavras escritas sem concretude, com significado vazio, dado que segundo a sua classe social, gênero, o lugar que aquele indivíduo está situado, posição econômica e dentre outras razões

Capítulo 16 - *Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano*

causadoras, sucedem para que aquela pessoa não tenha o direito à cidadania e não seja enxergado e respeitado como de fato um cidadão. A filósofa Judith Butler (2006) traz a perspectiva “vida precária”, que apresenta formas sociais e valores atribuídos ao que entendemos como vida. Ela parte de um pressuposto que todas as vidas podem ser eliminadas, uma vez que a vulnerabilidade é intrínseca à existência do ser humano. Todavia, a condição social de um indivíduo acaba por determinar se aquela vida vale ser preservada ou não, já que se algumas forem desperdiçadas não serão choradas ou lamentadas. No caso das mulheres, inclui-se ainda um outro elemento, o feminicídio que, por vezes, acaba sendo normalizado.

Ainda que seja “garantido” por leis que o cidadão tenha direitos ao nascer, aqueles que detêm o poder podem maximizar ou precarizar a vida de alguns, enquanto diminuem a dificuldade para outros. Reforçando essa ideia, Santos (2010) afirma que há diferentes cidadanias. Nos países periféricos (como o Brasil), de um modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são (Santos, 2010). Neste sentido, como mencionado anteriormente, existem demandas comuns a todos os cidadãos, mas existem aquelas que diferenciam-se não só por classe, mas também, por gênero e raça. Quando temos uma intersecção dos três elementos, as demandas pelo exercício de cidadania são ampliadas. Neste caso, mulheres pobres, pretas e indígenas são as que mais sofrem com a falta de condições para o exercício da cidadania e de acesso à cidade. Gonzaga (2011), Beauvoir (1949), Butler (1993) e Hooks (2018) nos apoiam na discussão dessa afirmação ao considerarem a interseccionalidade como um elemento fundamental para a compreensão da estrutura social.

Ainda que seja nítida a discrepância dos direitos que são garantidos aos ricos quando comparado aos cidadãos mais pobres, o poder público desempenha um papel fundamental na produção capitalista da cidade, influenciando diretamente o ambiente de negócios, o desenvolvimento urbano e a distribuição de recursos econômicos na área urbana. Suas políticas e decisões têm um impacto significativo na forma como o capitalismo se manifesta e opera no contexto urbano. A dominação do sistema capitalista se manifesta na distribuição desigual das vantagens do espaço urbano, perpetu-

ando as disparidades socioeconômicas. A distribuição desigual dos empregos reflete o domínio exercido pela classe dominante sobre o espaço urbano. Os deslocamentos entre moradia e emprego são mais penosos para os mais pobres, afetando sua economia familiar e saúde. Os deslocamentos entre moradia, comércio e serviços são muito maiores entre os mais ricos do que entre os mais pobres (Villaça 2011). A grande maioria dos fenômenos sociais e geográficos, surgiram após o processo de urbanização e os mesmos estão intimamente ligados à fragmentação socioespacial. O conceito de fragmentação socioespacial é multidimensional, abordando diversas naturezas de diferenças e formas de separação no espaço urbano, incluindo os processos de diferenciação, exclusão, segregação e autosegregação (Sposito; Sposito, 2020). Além disso, é um processo presente nas cidades contemporâneas, refletindo mudanças na produção do espaço urbano, como a multiplicação de novas centralidades, o aumento dos fluxos complexos e a formação de enclaves sociais. Para melhor compreensão deste processo, é necessário uma análise que considere os diferentes aspectos da vida urbana como habitação, trabalho, consumo, circulação e lazer (Sposito 2020). Conforme mencionado anteriormente, entre os diferentes aspectos que compõem o processo de fragmentação socioespacial há a segregação, a qual sucede na perda de garantias das cidadãs e cidadãos. O direito à cidade não está disponível para todos, contudo aqueles que o possuem, só os têm devido ao fato de nem todos o possuírem (Santos, 1987). O direito à cidade é seletivo (Harvey, 2011, p. 42). Portanto, a classe trabalhadora, ao exercer sua mão de obra produz para que os donos dos meios de produção possam desfrutar de seus privilégios, tais privilégios deixam de ser entendidos como direitos porque nem todos podem acessá-los, sobretudo o proletariado que produz a materialidade da cidade (Lefebvre, 1968).

Como mencionado ao longo desse tópico, a participação das mulheres na produção e no consumo do espaço urbano por vezes é limitada, afinal o acesso à cidade pode ser diferente dos homens considerando diferentes aspectos. Esses aspectos são discutidos a partir da interseccionalidade, os quais serão tratados com maior profundidade no tópico a seguir.

Os desafios das mulheres na produção e no consumo do espaço urbano

Este tópico abordará o conceito de gênero, que incluem questões como identidade de gênero, igualdade de gênero, bem como a discussão sobre como as mulheres atuam na produção e no consumo do espaço urbano, uma vez que o gênero tem sido considerado um conceito de transversalidade.

Cabe iniciar esta discussão trazendo o fato de que antes do conceito de gênero ganhar destaque na sociedade e na academia, a discussão sobre identidade e papéis sociais estava predominantemente centrada na diferença biológica entre os sexos. O termo “sexo” era amplamente utilizado para descrever essas diferenças e não havia uma compreensão tão desenvolvida sobre as dimensões sociais e culturais da identidade de gênero (Gonzaga, 2011) . O sexo refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres. O conceito de gênero emergiu nos movimentos feministas, ganhando destaque no Brasil na década de 70 e se consolidando ainda mais nos anos 80, principalmente nos estudos acadêmicos com uma perspectiva feminista. O gênero é compreendido como uma construção social que envolve as relações entre o feminino e o masculino, explorando a noção de diferença e a possibilidade de desconstrução desses papéis. Gonzaga (2011, p. 51) indica que:

Nas décadas de 1970 e 80, as questões de identidade e diferença foram inegavelmente importantes, tendo conseguido abrir espaços institucionais, como uma imprensa feminista, o cinema de mulher e os estudos feministas enquanto área de conhecimento. Neste quadro, a introdução da categoria de gênero representou o aprofundamento e a expansão das teorias críticas feministas. Desde a segunda metade da década de 1980, no entanto, novas perspectivas começam a ser delineadas. A própria noção de gênero e as ideias dela derivadas são discutidas como limitadoras. De uma forma não muito diversa daquela dos estudos concentrados na identidade e na diferença sexual, o conceito de gênero ainda explicitar uma tendência a universalizar a oposição entre homem e mulher. o sistema sexual de gênero deixa de ser visto, portanto, como constituinte

de uma esfera autônoma, e passa a ser considerado como uma posição da vida social em geral. (Gonzaga, 2011, p. 51)

Por conseguinte, o conceito de gênero tornou-se objeto de estudo para diferentes autoras ao longo do tempo, entre elas podemos citar Beauvoir (1949), pioneira na discussão com a sua obra “O segundo Sexo”. Neste livro, a autora argumenta que o gênero é uma construção social e cultural imposta pela sociedade, e não algo inerente ou biologicamente determinado, enfatizando que as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas sim produto das normas sociais, costumes e expectativas impostas pela cultura. Beauvoir (1949) argumenta que as mulheres são definidas como “o outro” em relação aos homens, e são frequentemente colocadas em uma posição de subordinação e inferioridade. Ela desafia a ideia de que as mulheres são destinadas a serem esposas e mães, e defende a liberdade e autonomia das mulheres para definirem suas próprias identidades e destinos. Além de Beauvoir (1949), Butler (1993) também contribui para o debate, argumentando que o gênero é uma construção social e cultural que se manifesta através de performances e práticas repetidas, em vez de ser uma expressão direta de uma essência interna ou biológica. Encontramos em (Hooks 2018) a discussão de que o gênero é um sistema de classificação que opera para manter hierarquias sociais e poder desigual entre os sexos. A autora examina como o patriarcado, juntamente com outras formas de opressão, como o racismo, influenciam na maneira como o gênero é percebido e vivenciado. Para além disso, Hooks (2018) destaca a importância de desafiar as normas de gênero e de reconhecer a diversidade de experiências dentro das identidades de gênero. Ela argumenta que a libertação de gênero só pode ser alcançada por meio da desmantelamento das estruturas de poder que sustentam as normas de gênero e pela criação de espaços onde todas as pessoas possam viver suas identidades de forma autêntica e sem medo de discriminação ou violência. Neste mesmo sentido, Gonzaga (2011, p. 56 e 57) afirma que:

Até agora o termo “gênero” tem sido usado para ressaltar as diferenças entre mulheres e homens, e as relações de poder

Capítulo 16 - *Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano*

do homem sobre a mulher. e tem se tornado cada vez mais frequente na universidade, na literatura sobre o tema, nos jornais, em revistas e em debates. A discussão de gênero é na verdade, um novo momento ou um desmembramento da luta da mulher, que teve como suporta o movimento feminista e seu ativismo político pela igualdade de direitos e oportunidades, bem como suas lutas contra a subordinação e a discriminação da mulher (Gonzaga, 2011, p. 56 e 57)

Para que a relação de dominação do homem para com a mulher possa ser rompida, é necessário que ocorram mudanças na posição cultural dos homens dentro da sociedade, dado que estão num lugar de privilégio. Deste modo, os estereótipos que se atribuem aos gêneros devem passar por mudanças radicais. Na contemporaneidade, há uma tendência de usar o termo “gênero” de forma intercambiável com “mulher”, mas tanto a academia quanto o movimento feminista essa prática tem sido questionada. Afinal, gênero é uma categoria sociológica que serve como uma ferramenta analítica poderosa para entender as complexas relações sociais humanas. Essas relações são moldadas por uma série de ideias, incluindo a ideologia patriarcal, que prescreve papéis de gênero e perpetua a exploração e a dominação (Gonzaga 2011). A ideologia de gênero, por sua vez, busca desconstruir esses papéis pré-definidos. É importante ressaltar que os estudos de gênero não se concentram apenas nas mulheres, mas sim nas diversas experiências das mulheres, levando em consideração suas diferenças de raça/etnia, cultura religiosa, classe social e orientação sexual. Isso é fundamental para garantir a igualdade de direitos e promover uma análise mais inclusiva e abrangente das questões de gênero. A luta específica das mulheres está colada às políticas mais gerais. Por exemplo, o combate à violência doméstica e sexual deve ser diretamente contemplado nas políticas econômica, habitacional, de saúde e de educação, de forma que se garanta em seu conteúdo uma mudança de comportamento que desenvolva nas meninas e meninos a relação de igualdade. Um grande número de mulheres suportam violência doméstica e sexual de seus companheiros ou maridos por não terem condições econômicas e educacionais, por lhes faltar a profissionalização que lhes possibilitaria ter empre-

go, entrar num plano de financiamento de casa própria, ou mesmo arcar com um aluguel (Gonzaga, 2011, p. 54).

As mulheres sofrem opressão pelo gênero masculino devido ao androcentrismo enraizado na sociedade, que permeia desde as antigas civilizações (Gonzaga, 2011). A idade média pode ser usada de exemplo, dado que neste período as mulheres com conhecimentos medicinais por meio das ervas e habilidades em dominar os elementos da natureza eram vistas como seres diabólicos, bruxas que deveriam ser apagadas da sociedade. A lei da inquisição foi extremamente cruel, um tamanho feminicídio, o qual se cunhou devido a insegurança dos homens com relação a mulheres que possuíam conhecimentos que “ameaçavam” sua posição de privilégio (Gonzaga, 2011). Portanto, a violência do gênero masculino cometida contra as mulheres está presente na história há muito tempo, o feminicídio, o qual é o estágio de violência máxima contra a mulher é o assassinato pelo fato de ser mulher (Gonzaga, 2011). O entendimento de que o poder exercido sobre os indivíduos pode causar danos, invasões e destruições, desperta a consciência da materialidade do corpo como o espaço onde o sujeito reivindica seu domínio sobre si mesmo. São aquelas pessoas cujos corpos são considerados menos importantes que percebem seus corpos como territórios desapropriados pela violência, subjugados e explorados pelo poder, coisa a qual, ocorre com o corpo da mulher (Butler 2016). Infelizmente, a violência contra a mulher é recorrente no Brasil. Zapata e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (2019), afirmam que o cenário atual é alarmante em relação à violência de gênero, um fenômeno global, que ocorre em proporções graves no Brasil. O país figura como o quinto no mundo em assassinatos de mulheres. Recentemente o TJDF (2019), divulgou o boletim “Elas Vivem: Liberdade de Ser e Viver”, revelando um aumento significativo de 22,04% no número de mulheres vítimas de violência em relação ao ano anterior. Entre os diversos tipos de violência relatados, destacam-se ameaças, agressões, torturas, ofensas, assédio e feminicídio, este último responsável por ceifar a vida de 586 mulheres. Segundo Campos (2024) a cada 15 horas, uma mulher é vítima de feminicídio no Brasil, predominantemente executado por parceiros ou ex-parceiros, utilizando constantemente armas brancas ou

Capítulo 16 - *Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano*

de fogo. Esses dados alarmantes são provenientes da 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (2023), conduzida pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência. A pesquisa, que entrevistou mais de 21,7 mil brasileiras, revelou que 30% das mulheres no país já sofreram violência doméstica ou familiar. A violência psicológica é a mais frequente, seguida pela moral e física. Mulheres entre 40 aos 49 anos, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade financeira, são as mais afetadas. Apesar disso, a sensação de impunidade, o medo do agressor e a dependência financeira são fatores que impedem muitas mulheres de denunciarem as agressões (Cnn Brasil, 2023).

Quando se trata da questão das mulheres na produção do espaço urbano, cabe dizer que a história das cidades é documentada, entretanto a história das mulheres foi muito pouco relatada e, quando era contada, isso foi feito a partir da visão dos homens. Desse modo, nota-se o anonimato das mulheres presente no núcleo da história das cidades, no entanto, do ponto de vista das mulheres, essas relações de poder são construções culturais que podem sim ser desconstruídas (Gonzaga, 2011). A autora Gonzaga (2011) traz uma passagem muito interessante em relação a participação das mulheres no desenvolvimento da sociedade:

A mulher aprendeu a fabricar vasilhas de barro, o que possibilitou o cozimento sistemático da alimentação. Na organização gentílica, coube à mulher, inicialmente, o papel preponderante. Com uma enxada primitiva, ela cavava a terra, semeava grãos e domesticava os animais. Enquanto o homem ia à caça em busca de alimentos, a mulher permanecia no acampamento cuidando das crianças, dos velhos, da habitação e da ordem: seu trabalho era a principal fonte de existência para os que ficavam no acampamento. Enquanto esperava os homens da tribo, ela criava outras coisas: vasilhames de barro, novos usos do fogo, e sobretudo preparava unguentos e poções, já que aprendera a conhecer as propriedades medicinais das ervas que recolhia na floresta. Nossas ancestrais foram as primeiras praticantes da medicina que a humanidade conheceu (Alambert 1997 apud Gonzaga, 2011 p. 87).

A domesticação de plantas e animais foi essencial, inclusive, para o processo de sedentarização da humanidade, na qual as mulheres tiveram grande contribuição. Sem essa contribuição das mulheres não teríamos os primeiros assentamentos humanos fixos, os quais deram origem às primeiras aldeias e, posteriormente, às primeiras cidades (Sposito, 2004).

Contraditoriamente, com o desenvolvimento dessas cidades ao longo da História, a contribuição das mulheres foi sendo apagada em decorrência da estruturação do patriarcado.

Ainda que existam provas mais que suficientes das inúmeras contribuições das mulheres na sociedade, elas permanecem tendo seus direitos negados, inclusive sobre o próprio corpo, já que existem condições básicas para obter poder de decisão, que é cobrado pela sociedade, patrimônios e capital. Embora isto seja exigido, a Organização Internacional das Nações Unidas (ONU) alega que a cada 100 proprietários, apenas um é mulher (ONU,

200). Este fato só comprova ainda mais o quanto há desigualdade no consumo não só do espaço urbano, mas dos espaços em si, já que nitidamente as mulheres são privadas e afastadas do que também é um direito de propriedade propiciado pela renda.

Como mencionamos anteriormente, Hooks (2018) argumenta que as mulheres enfrentam formas específicas de opressão, as quais são moldadas não só pelo gênero, mas também pela sua raça, classe social e outros aspectos de sua identidade. Portanto, destaca-se a importância do feminismo como uma luta pela liberdade de todas as mulheres, independentemente de sua classe, orientação sexual ou raça. Uma das manifestações do feminismo, é justamente o apoio de uma para com as outras e entre as mulheres periféricas, já que são as mais afetadas quando comparadas às mulheres que moram em espaços privilegiados de uma cidade (Hooks 2018). Uma vez que vivem à margem da sociedade, sendo negadas de seus direitos e desamparadas, muitas das vezes, mulheres periféricas apenas encontram amparo entre si, o que é fundamental à resistência e à luta pela igualdade de gênero. Além disso, outra ressalva é em relação a um fato trazido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão da ONU, que as mulheres desempenham três quartos do trabalho e da produção de riquezas no mundo e recebem

Capítulo 16 - *Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano*

apenas a quarta parte. No caso brasileiro, as mulheres recebem 70% dos salários recebidos pelos homens, tendo quase o dobro de anos de escolaridade (Gonzaga, 2011). Esses dados destacam a urgência de uma mudança estrutural para garantir a equidade de gênero e o reconhecimento pleno dos direitos das mulheres no espaço urbano e para além dele.

Apesar da pressão social por poder de decisão, a realidade é que as mulheres precisam lutar para ter os mesmos direitos dos homens. Essa disparidade de privilégios não apenas evidencia a desigualdade no consumo do espaço urbano, mas também revela a privação das mulheres de direitos que lhes pertencem por natureza, os quais são garantidos a todos os cidadãos e cidadãs do Brasil ao nascer, segundo a Constituição.

Considerações finais

A compreensão da cidade como um produto social complexo e em constante transformação requer uma análise interdisciplinar que considere não apenas os aspectos físicos e econômicos, mas também as relações de poder, as dinâmicas de gênero e as interseções entre classe, raça e outras dimensões da identidade. Desde o século passado, o debate sobre cidade e gênero tem evoluído consideravelmente, levando a uma maior produção acadêmica e contribuições políticas e sociais significativas. A geografia urbana e a geografia de gênero emergiram como enfoques essenciais para entender a produção e o consumo do espaço urbano, revelando as complexas interações entre os diferentes grupos sociais e o ambiente construído. A cidade, como foi citado pelos autores utilizados durante toda a discussão no trabalho, é um produto do sistema capitalista, refletindo as relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas da sociedade.

A distribuição desigual dos recursos e de oportunidades na cidade é um reflexo direto dessas relações, perpetuando as disparidades socioeconômicas e as formas de exclusão social. As mulheres, em particular, enfrentam desafios específicos no acesso à cidade, incluindo a falta de segurança e de infraestrutura nas cidades e também principalmente em bairros mais vulneráveis e restrições

à mobilidade, que limitam seu pleno exercício da cidadania. A interseccionalidade entre classe, gênero e raça amplia ainda mais as disparidades no acesso à cidade, destacando a necessidade de uma abordagem holística para abordar essas questões.

As políticas urbanas devem visar não apenas garantir a inclusão e igualdade de oportunidades, mas também reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de discriminação e exclusão que afetam diferentes grupos sociais. Além disso, é mais do que necessário que a luta por uma cidade mais justa e inclusiva requer não apenas mudanças nas políticas e práticas urbanas, mas também uma transformação mais ampla nos sistemas econômicos e sociais que perpetuam a desigualdade e a injustiça. O reconhecimento do direito à cidade como um direito fundamental para todos os cidadãos, independentemente de classe, gênero ou raça, é essencial para construir uma sociedade mais equitativa e democrática.

Com relação à discussão sobre gênero, ela transcende o entendimento simplista das diferenças biológicas entre os sexos e evoluiu para uma compreensão mais complexa das dimensões sociais e culturais da identidade de gênero. Desde os primórdios do conceito de gênero nos movimentos feministas até os debates contemporâneos, várias autoras têm contribuído para essa discussão, desafiando as normas de gênero e destacando a importância da igualdade de direitos, onde se têm ressaltado que o gênero é uma construção social e cultural, permeada por relações de poder e influenciada por fatores como raça, classe social e orientação sexual. A luta das mulheres pela igualdade de gênero não se limita apenas à esfera política e jurídica, mas se estende também à produção e ao consumo do espaço urbano, onde as mulheres enfrentam desafios adicionais de marginalização e negação de direitos.

A compreensão das contribuições das mulheres para a sociedade, desde os primórdios da civilização até os dias de hoje, evidencia a necessidade urgente de uma mudança estrutural para garantir a equidade de gênero. Isso inclui não apenas o reconhecimento pleno dos direitos das mulheres, mas também a criação de espaços onde todas as pessoas possam viver suas identidades de forma autêntica e sem medo de discriminação ou violência. A maneira como a cidade é produzida e consumida torna-se basilar para

Capítulo 16 - Cidade e gênero: uma breve discussão sobre as mulheres na produção e no consumo do espaço urbano

orientar um novo modo de pensar o direito à cidade, bem como o reconhecimento do papel das mulheres para a configuração deste espaço, observando as diferentes formas de apropriação e resistência. Essa é uma luta contínua e multifacetada, mas é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos, ademais, é sempre necessário enfatizar que a luta pela igualdade de gênero não é e nem deveria ser uma questão destinada a preocupação somente das mulheres e sim também dos homens.

Referências bibliográficas

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BEZERRA, Lorena. 2018. **Gênero, raça e classe: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade**. Revista Feminismos.

BUTLER, Judith P. 1993. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge.

CAMPOS, Ana et al. **A cada 24 horas, ao menos oito mulheres são vítimas de violência: Dados contabilizam casos de 2023 em oito estados brasileiros**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/cada-24-horas-ao-menos-oito-mulheres-s%C3%A3o-vitimas-de-violencia#:~:text=Ao%20todo%2C%20foram%20registradas%203.181,%2C%20ofensas%2C%20ass%C3%A9dio%2C%20feminic%C3%ADdio>. acesso em: 7 mar. 2024.

CNN BRASIL. 2023. **74% das brasileiras acreditam que a violência contra as mulheres aumentou no país no último ano**: Pesquisa também revela que a maioria das violências foi de forma física, psicológica e/ou moral. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/74-das-brasileiras-acreditam-que-a-violencia-contra-as-mulheres-aumentou-no-pais-no-ultimo-ano/>. Acesso em 5 de março.

CORRÊA, Roberto. **O espaço Urbano**. Editora Ática S.A- Rua barão de Iguape 110- São Paulo. 1989

CRUZ, D. A. M. O. **As faces do Planejamento Urbano**. Revista Pegada, v. 12, n. 2, dezembro, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/938/1059>. Acesso em 07 mar. 2023.

_____. **Cidadania e direito à cidade em Rio Claro/SP: identificando objetos espaciais que apoiam a mobilização social**. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**. 2024. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/IVCONGEO/670197-CIDADANIA-E-ACESSO-A-CIDA-DE-EM- RIO-CLAROSP--IDENTIFICANDO-OBJETOS-ESPACIAIS-QUE-APOIAM-A-MOBILIZACAO-SOCIAL, acesso em 07 mar. 2024.

GONZAGA, Terezinha. **A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero**. 2011

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

LEFEBVRE, Henri. 1968. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, D. A. M. **Discurso e planejamento urbano no Brasil**. *Revista Geográfica de América Central*, Número Especial, p. 1 - 15, jun./dez. de 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213/2109> Acesso em: 2 jan. 2024.

Rodrigues, C. (2005). BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. *Revista Estudos Feministas*.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo. 1985.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Editora UFMG, 2003.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação socioespacial**. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, junho de 2020. ISSN 1984-2201. Disponível em: < <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19015> >. Data de acesso: 09 jan. 2024. doi: <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19015> .

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil**. *Invest. Geog, Ciudad de México*, n. 54, p. 114- 139, agosto 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S_0188-46112004000200008 & lng=es&nr-m=iso>. Data de acesso: 3 março. 2024.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169 - 243.

ZAPATA, Fabriziane; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. “A grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira”. “**A grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira**”, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, p. 3, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/entrevistas/2019/a-grande-causa-da-violencia-contra-a-mulher-esta-no-machismo-estruturante-da-sociedade-brasileira#:~:text=familiar%20contra%20a,feminic%C3%ADdios%20praticados%20dentro>. Acesso em: 5 mar. 2024.

CAPÍTULO 17

Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território

Rosilaine Souza de Araújo da Silva¹

Introdução

Partindo de um recorte teórico, onde na primeira parte do artigo fazemos uma releitura da caixa de ferramentas e a constelação geográfica da pesquisa sócio-espacial (Cruz, 2013 e Haesbaert, 2014) e na segunda parte do artigo, entender os movimentos sociais ou sociedades em movimento (Zibechi, 2015) acionando o conceito de território (corpo-território) e as “correntes políticas de resistência social e cultural” da América Latina apontadas por Zibechi (2015, 2020 e 2022). Para tanto, trouxemos para o diálogo com a pesquisa o coletivo MariAmas, composto por mulheres periféricas (bairro de Santa Cruz na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro), neste caso, a metodologia utilizada é a netnografia (através das redes sociais), entrevista com uma das componentes e a participação em atividades político-culturais realizadas pelo coletivo.

Geografia e sua caixa de ferramenta: contribuições na pesquisa sócio-espacial

A geografia é uma ciência que vem passando por muitas transformações, destacando-se a partir de 1970 uma virada epistemológica vinculada a uma leitura espacial crítica de base marxista. Sendo assim, analisar os conceitos-chave da geografia², dependerá

1 Mulher-mãe-trabalhadora moradora da periferia da cidade do Rio de Janeiro, é professora de geografia em escolas públicas da Zona Oeste da cidade (SME/RJ e SEEDUC/RJ) e Doutoranda em Geografia pela PUC/RJ. - rosesaprof@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0009-0000-3900-0639>

2 Roberto Lobato Corrêa (2007, p. 16) aponta que existem cinco conceitos-chave da geografia,

de “amplo debate, tanto interno como externo à geografia” (Corrêa, 2007, p. 16), ou seja, é necessário um olhar pelas correntes de pensamento geográfico³, mas também aos “não – geógrafos” (Corrêa, 2007, p.16) no caminho da construção do pensamento crítico, apontando para conceitos que são construções sociais e considerados “como uma ferramenta, um dispositivo, algo que funciona” (Cruz, 2013, p. 4458), no entanto, “uma ferramenta, obviamente, só nós será útil se soubermos usá-la, se tivermos um mínimo de treinamento e familiaridade com ela” (Souza, 2013, p. 11) ou, onde:

O pesquisador como artesão intelectual, como qualquer trabalhador, precisa de instrumentos, de ferramentas (teorias e conceitos) para realizar sua ação, essas ferramentas podem ser adquiridas, emprestadas, aperfeiçoadas, deformadas e até “roubadas” de outros autores, assim como podem ser criadas, inventadas de acordo com os problemas e questões enfrentadas por cada um na sua labuta de pesquisar (Cruz, 2013, p. 4455).

Neste caminho, Cruz no artigo “A teoria como caixa de ferramentas”: reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia” (2013) apresenta, de forma muito didática, cinco questões para se refletir metodologicamente o uso dos conceitos e que tentaremos relacionar com o objetivo do artigo em tela, ou seja, a partir da “caixa de ferramentas” da pesquisa sócio-espacial entender os movimentos sociais acionando o conceito de território, entendendo que através do uso desse conceito encontraremos “alavancas que nos permitem pensar o mundo e suas problemáticas” (Cruz, 2013, p. 4454). Vamos dialogar com os pressupostos metodológicos indicados por Cruz (2013), trazendo para a conversa outros autores, como Haesbaert (2014, 2020 e 2021) e Zibechi (2015, 2020 e 2022) ao longo do artigo.

a saber: “que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”. Em Haesbaert (2014, p. 22) espaço aparece como categoria “nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos – região, território, lugar, paisagem... esses comporiam assim a “constelação” ou “família”(como preferia Milton Santos) geográfica de conceitos” que retomaremos a frente.

3 Ou seja, verificar como os conceitos foram concebidos a partir da geografia tradicional, geografia teórica -quantitativa, a geografia crítica e geografia humanista e cultural.

Capítulo 17 - Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território

O primeiro pressuposto apresentado por Cruz (2013) é a (I) relação entre conceito e problema para o autor “qualquer conceito só pode ser compreendido a luz dos problemas ou do campo de problematizações no qual um referido conceito foi criado e inventado” (Cruz, 2013, p. 4462), ou seja, os conceitos são dinâmicos e partem de questões particulares, são situados no tempo/espaço, como aponta Haesbaert (2014, p. 27): “Cada conceito parte de uma questão particular e, ao problematizar o real, de certa forma desestabiliza conhecimentos herdados, diante da permanente transformação em que estamos mergulhados”. Sendo assim, os questionamentos, o campo de problematização, é que aponta os conceitos a serem acionados em nossa caixa de ferramentas e na constelação geográfica de conceitos.

O segundo pressuposto metodológico é alicerçado na (II) relação entre conceito e plano de imanência/solo epistemológico para Cruz (2013, p. 4462) “os conceitos são criados partir de um solo epistemológico/teórico/metodológico específico, todo conceito traz as marcas desse plano”, isso fica claro dentro das pesquisas sócio-espaciais, a partir de suas diferentes abordagens. Para Haesbaert (2014, p. 24) “em outras palavras, o conceito, ao longo da história de sua filiação teórica -filosófica, se estende no interior de um amplo *continuum*”. Recentemente, novos solos epistemológicos vem sendo semeados, frutos de novas problematizações, como apontam Guimarães, Arruzzo e Oliveira (2023, p. 33) ao tratar dos estudos pós-colônias “ainda que o debate interseccional na Geografia brasileira atualmente venha sendo articulado por diferentes frentes, como as Geografias Feministas, Queer, das Sexualidades e Negras, há um longo caminho a ser percorrido”.

O terceiro pressuposto trata da (III) relação entre conceito e complexidade/multiplicidade os conceitos não podem ser tratados isoladamente, ou seja, “são sempre múltiplos” (Haesbaert, 2014, p. 32), tanto no sentido interno, o exemplo que aparece em Cruz (2013) e Haesbaert (2014) é o conceito de território e seus derivativos territorialização, desterritorialização e reterritorialização, mas também é necessário refletir sobre suas relações externas, ou seja, com outros conceitos, ainda acionando o conceito de território, trataríamos de poder, política, conflitos. Para Cruz:

“é preciso entender os conceitos e sua complexidade e sua condição relacional, suas relações de proximidade, vizinhança, semelhança, intersecções, sobreposições, mas também seus distanciamentos, distinções, contraste e diferenciações em pelo menos em três níveis: no plano externo, interno e derivativo” (Cruz, 2013, p. 4464):

Seguindo os pressupostos metodológicos para a pesquisa socioespacial, Cruz (2013) aponta (IV) relação do conceito e locus de enunciação, ou seja, “todo conceito é assinado, os conceitos são situado historicamente pelas “marcas” e pela “assinatura” dos seus autores” (Cruz, 2013, p. 4465). sendo assim, é fundamental levar em consideração as diferenças coloniais (Mignolo, 2020), pois segundo Guimarães, Arruzo e Oliveira (2023, p. 30) “o colonialismo e os sistemas de opressão a ele relacionados produziram um fazer acadêmico, ainda dominante, que frequentemente se expressa de modo racista, sexista, elitista e hermético”.

Por fim, Cruz (2013) aponta a (V) relação entre conceito e historicidade “os conceitos têm sua validade, capacidade de operacionalização analítica e legitimidade política e ideológica exposta ao movimento da história que aprofunda, redefine, re-significa ou supera-os” (Cruz, 2013, p. 4465).

Destacamos que os conceitos são construídos através de uma tradição teórica, no caso da geografia brasileira, de base eurocêntrica, como aponta Haesbaert (2023, p. 33) a “revalorização do espaço no diálogo entre as diversas ciências sociais (incluindo aí a geografia), sofria com alguns vícios de uma concepção de espaço excessivamente universalizante e, muitas vezes, eurocentrada”. Sendo assim, entender os conceitos e a pesquisa sócio-espacial levando em consideração os procedimentos metodológicos indicados por Cruz (2013) possibilita refletir a partir de uma abordagem geohistoricamente situada, onde o campo de problematizações envolva as questões centrais da pesquisa e seu lócus de enunciação, levando por exemplo, em consideração a diferença colonial (Mignolo, 2020), ou seja, o legado teórico - metodológico do já produzido (principalmente de base europeia⁴) seja visto como conhecimento

4 Haesbaert (2014, p.11) aponta que mesmo a partir da virada crítica vivenciada nas ciências

regional e não universal. Em um exercício teórico-conceitual que Mignolo (2020) denomina de “dupla consciência”, ou seja, ser e não ser, ao mesmo tempo herdeiro do conhecimento europeu, ou o que Joseli Silva (2009) denomina “estar, com e contra” esse legado. Tentaremos refletir sobre os movimentos sociais acionando o conceito de território e interligando com os procedimentos apontados por Cruz (2013) e Haesbaert (2014).

Percursos teórico-metodológicos: acionando o conceito de território para entender os movimentos sociais ou sociedades em movimento

Haesbaert (2014) aponta a possibilidade de compreender a geografia através de uma constelação geográfica de conceitos, onde espaço-tempo, aparecem como categoria central, e os demais conceitos, a saber: região, território, lugar e paisagem fazem parte de sua órbita (lembrando que conceitos devem ser tratados em sua multiplicidade e não isoladamente) e são acionados a partir da caixa de ferramentas (teorias e conceitos) e problematizações em que se foca a pesquisa. A título de exemplificação, utilizaremos a definição de espaço presente em Haesbaert (2014) em que espaço-tempo a partir de uma posição relacional envolve tanto o universo dos objetos, quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos fixos quanto móveis, tanto a dimensão imaterial. É através desta categoria chave que se ilumina todo o sistema de conceitos geográficos. Região por exemplo, problematiza questões ligadas a diferenciação espacial (ou seja, em um nível mais amplo que os demais conceitos como território e lugar) e pode ser acionado através da caixa de ferramentas da pesquisa socioespacial a partir do espaço vivido ou identidade regional, neste caso o conceito de lugar se destaca. Em outro caso, podemos ter os regionalismos como movimentos políticos, neste caso, é a ferramenta/conceito território que deverá ser acionada.

Entendemos que essa caixa de ferramentas (teorias e conceitos) deve estar sempre imbricada a constelação geográfica de

sociais, marcada pelos Estudos Culturais, a origem é anglo-saxônica.

conceitos no processo de construção da pesquisa sócio-espacial. Sendo assim, estaremos direcionando, neste artigo, a problematização para a dimensão do espaço vinculada às práticas e relações de poder, aos diferentes e, por vezes, contraditórios processos de apropriação do espaço enquanto dominância de valor de uso, sendo assim, o foco da pesquisa socioespacial é no conceito de território para entender os movimentos sociais.

Vale destacar que Haesbaert (2014, p. 51) chama a atenção da importância da “utilização dos conceitos para além do restrito círculo acadêmico, fazendo deles, de fato, “armas para a ação de outros” fato que vislumbramos no conceito de território que se tornou estratégico para várias lutas, movimentos sociais, coletivos urbanos e diferentes entidades, pois “nos últimos tempos, a problemática do território, a partir da própria luta pela terra, transformou-se numa questão central no contexto latino-americano” (Haesbaert, 2014, p. 53), sendo assim, é importante levar em consideração, e de forma indissociável, a análise a partir da tríade: categoria analítica (pesquisa acadêmica), categoria normativa (interesses políticos e econômicos, como o planejamento estatal, mas também privado) e a categoria de prática (vinculado ao senso comum, mas também as lutas comunitárias), embora, por vezes, exista dominância de alguma dessas categorias de análise a partir de diferentes intencionalidades. Assim, a dimensão espacial a partir do conceito de território, enquanto dominância da categoria de prática vem sendo acionado a partir da caixa de ferramentas dos movimentos sociais no contexto latino americano, para mobilizar, dar visibilidade e respaldo de suas lutas, por exemplo na demarcação e reconhecimento de territórios (direito territorial) dos povos tradicionais (indígenas e quilombolas). Diferenciando as abordagens possíveis para o conceito de território, o autor indica que os movimentos sociais acionam em suas lutas e ações políticas esse conceito:

Enquanto categoria de prática, o território é de uso frequente, especialmente entre os movimentos sociais de grupos subalternos, como movimentos dos agricultores, sem-terra, sem-teto e dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, sobretudo). Isso fica muito evidente em manifestações políticas

Capítulo 17 - *Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território*

como a “Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade”, realizada na Bolívia, em 1990, ou a mais recente “Marcha pela soberania Popular, o Território e os Recursos Naturais”, também na Bolívia, em 2002. Um dos primeiros movimentos a colocar explicitamente o território entre suas reivindicações foi o movimento Zapatista, em Chiapas” (Haesbaert, 2014, p. 55).

Nessa linha Bartholl (2018) aponta que para além dos conceitos a ciência deve ser uma “ferramenta de luta” e Cloves (2013, p. 89) chama a atenção que a própria geografia (além do território) aparece como importante recurso aos movimentos sociais “(...) a geografia como parte e trunfo dos movimentos”, pois produz conhecimentos importantes para as lutas coletivas (geografia no movimento social) e em uma visão dialógica da produção do conhecimento os movimentos sociais também constroem/ressignificam a geografia (geografia do movimento) partindo de suas lutas e projetos coletivos.

Zibechi (2020, p. 30) indica que, por vezes em nosso processo de construção do conhecimento tensionamos “a reproduzir os moldes coloniais”, ou seja, sem levar em consideração que “o poder colonial e o colonialismo interno geraram relações sociais heterogêneas, tanto na esfera da produção como da reprodução” (p. 27). Sendo assim, é importante levar em consideração que o legado teórico-metodológico eurocêntrico que Haesbaert (2014) aponta permear a constelação geográfica de conceitos, também estará presente nos estudos dos movimentos sociais, por isso, Zibechi elabora uma crítica ao uso do conceito de movimento social “aceitemos que sejam nomeados com os mais diversos nomes: povos, nações, setores populares, classes, sociedade civil organizada, poderes de baixo e, se ainda assim quiser, movimentos sociais Não vamos lutar por nomes nem por cunhar conceitos” (Zibechi, 2020, p. 29) e continua:

denominar este vasto universo como movimentos sociais é reduzi-lo num conceito forjado para outras realidades, o que pode ter certa utilidade descritiva, mas dificulta a compreensão de práticas coletivas diversas – quase sempre contra-hegemônicas e por vezes anticapitalistas – embora alguns

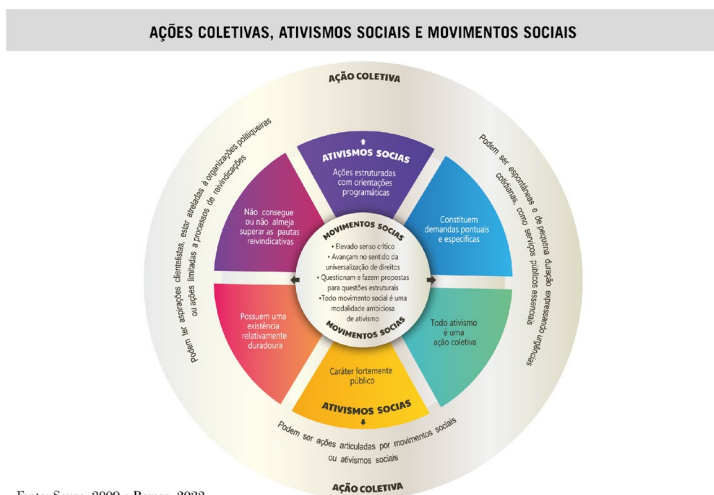
reproduzam os moldes do sistema a pesar de serem dirigidos pelos de baixo (Zibechi, 2020, p. 29).

Outros autores irão percorrer um caminho de maior precisão na definição dos movimentos sociais ou utilizarão a terminologia ações coletivas como um “guarda chuva mais abrangente” (Gohn, 2022, p. 131). Essa procura por precisão na definição dos movimentos sociais também aparece como preocupação em Marcelo Lopes de Souza:

não poucos pesquisadores utilizaram e têm utilizado a expressão “movimento social” de maneira, por assim dizer, indiscriminada, fazendo-a englobar tanto realidades como associações de moradores clientelistas e/ou paroquiais, fundadas até mesmo por cabos eleitorais de candidatos e políticos profissionais, quanto ativismos sociais que apontam, por suas práticas e demandas, para a necessidade de transformações sócio-espaciais profundas, às vezes visando-as explícita e programaticamente (Souza, 2017, p. 355).

Ou ainda buscam uma hierarquização, tanto em sentidos forte e fraco dos movimentos ou diferenciando ativismos, ações coletivas e movimentos sociais, como veremos em Marcelo Lopes de Souza (2009) e Tatiane Tramontini Ramos (2022) na imagem abaixo:

Imagem 1 - Ações Coletivas, Ativismos e Movimentos Sociais



Fonte: Souza, 2009 e Ramos, 2022.

Fonte: Elaboração própria

Capítulo 17 - *Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território*

Para Zibechi (2015, 2020 e 2022) um caminho para analisar/ (agir com) os movimentos sociais ou sociedades em movimento é a problematização latino-americana, a partir de seu lócus de enunciação, ou seja, das lutas políticas de diferentes grupos sociais e de seus processos de resistências ou “correntes políticas de resistência social e cultural, nascidas nesta região e que configuram a estrutura ideológica e cultural dos grandes movimentos:” (p. 45), são elas:

as comunidades eclesiais de base, vinculadas à teologia da libertação; a insurgência indígena, portadora de uma cosmovisão distinta da ocidental; a educação popular; e o guevarismo, inspirador da militância revolucionária. Essas correntes de pensamento e ação estão presentes em quase todos os movimentos importantes, dando lugar a uma espécie de mestiçagem, sendo esta um de seus diferenciais (Zibechi, 2022, p. 45).

Em outro artigo, apresentado na citação abaixo, Zibechi inclui nessas correntes políticas de resistência social e cultural as lutas das mulheres e os feminismos entrelaçados nas organizações populares que formam as sociedades em movimento na América Latina:

o papel dos movimentos das mulheres e os feminismos. Na América Latina, o papel das mulheres em movimento, ou seja, das mulheres que não necessariamente se definem como feministas, mas cujas práticas vão no sentido da emancipação, se ramificou, se diversificou e se tornou carne e osso no cotidiano de milhões de mulheres. Nasceram assim os feminismos comunitários, negros, indígenas e populares (Zibechi, 2020, p. 45).

Seguiremos esse caminho e para o cenário brasileiro, acrescentaríamos a análise de Zibechi (2020 e 2022) para além das comunidades eclesiais de base, as insurgências indígenas, a educação popular e o Guevarismo tão presentes nas esquerdas latino-americanas, as insurgências negras e as ações coletivas contra a ditadura militar, também como constituintes das prolongadas lutas

mobilizadoras de diferentes formas de ativismos em nosso país.

Para dar conta desse debate, partimos da análise que é na dimensão espacial onde os sujeitos constroem lutas cotidianas a partir de diferentes contextos de resistências às relações de poder oriundas de conflitos com o Estado e das classes capitalistas em geral⁵ que se constroem os territórios e se organizam os movimentos sociais, ou “sociedades em movimentos” (Zibechi, 2015), em lutas de longa duração, pois são atravessadas por processos políticos – pedagógicos, por conhecimentos herdados na própria prática e luta política. Para Zibechi:

Minha hipótese é que no último meio século as periferias urbanas das grandes cidades vêm formando um mundo próprio, que percorreu um longo caminho: da apropriação da terra e do espaço à criação de territórios; da criação de novas subjetividades à constituição de sujeitos políticos novos e diferentes em relação à velha classe operária industrial sindicalizada; do desemprego à criação de novos ofícios que dão passagem às economias contestatórias. Do meu ponto de vista, não se tem refletido sobre esse longo processo em toda a sua complexidade, e ainda não descobrimos todas as suas potencialidades (Zibechi, 2015, p. 91).

Encruzilhadas: Entre mulheres em movimento e o território: As MariAmas

Neste momento, tentaremos articular as “correntes políticas de resistência social e cultural” da América Latina apontadas por Zibechi (2015, 2020 e 2022) e o conceito de território ao coletivo MariAmas, mulheres em movimento na periferia da cidade do Rio de Janeiro. Para dar conta dessa investigação utilizamos a netnografia através das redes sociais virtuais como possibilidade de acompanhar agendas e mobilizações das MariAmas⁶, também levamos em consideração nossos giros de participação espacial⁷ onde por vezes

5 Que criam estratégias para “manter os de baixo em silêncio, submissos e quietos” (Zibechi, 2022, p. 28).

6 Acesso ao Facebook do coletivo no mês de julho de 2023.

7 Entendemos como giros de participação espacial as interações que são estabelecidas

Capítulo 17 - Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território

acompanhamos o grupo em suas atividades, mas também realizamos conversas livres e entrevista com a coordenadora do coletivo, Adriana Veridiana⁸, pois temos a “(...) compreensão das relações entre pesquisadores e os sujeitos pesquisados como sendo marcadas pela produção conjunta de informações e narrativas” (Góes, et al, 2022, p. 73), onde a investigação não é produto e sim processo.

Assim traremos para o diálogo as MariAmas, coletivo formado em 2008 a partir de mulheres integrantes de um processo de organização comunitária imbricadas a teologia da libertação e a Comunidade Eclesial de Base - CEB e Pastoral Afro brasileira da Igreja de Santa Veridiana no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. As MariAmas carregam o resgate da ancestralidade e cosmovisão afro-indígena ressignificando os tambores de crioula e cantigas de roda, para Zibechi (2020, p. p.64) “a luta afro parece inseparável da música e da dança” como mostra a foto 1, em apresentação das MariAmas no Quilombo Fazenda Santa Justina/Santa Isabel em Mangaratiba/RJ.

Foto 1 - Participação das MariAmas no Quilombo Fazenda Santa Justina/Santa Isabel em Mangaratiba.



Fonte: Mônica Parreira integrante das MariAmas, ano 2023.

de forma livre, a partir da ação militante com esses movimentos sociais, tais como a participação em atos públicos, feiras, atividades artístico-cultural e outras formas de mobilização e atuação política, interagindo assim, com as diversas formas de organização cotidiana dessas sociedades movimentos.

8 Fundadora e coordenadora das MariAmas, é uma mulher negra e trabalhadora periférica. Formada em Ciências Sociais e Guarda Municipal.

A educação popular e comunitária também faz parte das ações das MariAmas, seja no contexto de participação em espaços formais, como escolas públicas para rodas de conversa com os alunos/as, formação com professores/as ou apresentações político-culturais (como mostra a foto 2), ou ainda, em espaços não-formais, como a Festa Literária das Periferias – FLUP, conferência das Favelas e Periferias e de outros movimentos sociais ou sociedades em movimentos, indicando um processo de construção permanente do conhecimento, onde “o que está acontecendo vai muito além da apropriação da educação pelos movimentos sociais. Trata-se de mudanças fundamentais nas formas de entender o mundo e de transmitir saberes, que rompem com as lógicas logocêntricas e estadocêntricas de entender a educação” (Zibechi, 2020, p. 54).

Foto 2 - Educação Popular atividade das MariAmas na Escola Pública na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Mônica Parreira integrante das MariAmas, 2023.

As MariAmas formam um coletivo de mulheres de base comunitária que se definem “Marias ou mulheres que amam”, segundo a coordenadora Adriana Veridiana. São mulheres com vivências/lutas interseccionadas, ou seja, de gênero, raça e localização geográfica: mulheres, mulheres negras e trabalhadoras periféricas,

Capítulo 17 - Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território

onde se destaca a perspectiva do corpo, seja o corpo da mulher carregado de todas as opressões em uma sociedade patriarcal, do corpo da mulher negra marcado pelo racismo estrutural e o corpo da trabalhadora periférica imbricada em seu recorte de classe e território, o corpo-território, “em suma, elas cresceram ao assumir a reprodução, agora não mais em escala doméstica, mas coletivamente, com outras mulheres, em espaços coletivos” (Zibechi, 2020, p. 59).

Sendo assim, o corpo-território das MariAmas grita, dança, forma redes solidárias e lutas, resiste e cria r-existências a partir do fortalecimento coletivo entre as mulheres mas que transborda as mulheres, pois é também um fortalecimento comunitário, para Zibechi:

Ninguém mais pode colocar em dúvida o papel central das mulheres nos movimentos, como mantenedoras da organização e como argamassa da vida coletiva. Quando dizemos mulheres, incluímos também filhos e filhas, a família ampliada predominante nos setores populares ordenadas por chave feminina (Zibechi, 2020, p. 58).

Desta forma, podemos destacar no coletivo MariAmas a construção de um feminismo comunitário e popular, que constrói redes com outras ações coletivas, tais como, economia solidária, soberania alimentar, defesa da terra e do território em Santa Cruz e na cidade do Rio de Janeiro, mas também de opressões cotidianas, afinal, “cada corpo é um território de batalha” (Gago, p. 97) e as lutas vão encorpando uma ética do cuidado, ou seja, ações e reflexões centradas no bem estar (ou bem viver) coletivo imbricados ao território e a construção de uma agenda vinculada a construção de direitos, onde as diversidades sexual, racial, religiosa, de classe e da relação com a natureza são prioritárias.

Cabe agora retomar nossa opção ao acionar na caixa de ferramentas (teorias e conceitos) da constelação geográfica de conceitos, o debate sobre território. Brevemente, ao apresentar o coletivo de mulheres periféricas MariAmas surge a ideia força do corpo-território, que entendemos parte da posição geosituada, onde o conceito de território é acionado em um contexto de lutas que en-

volvem a defesa da vida e da existência de povos/culturas subalternas, neste sentido o solo epistemológico aponta:

Uma das especificidades da leitura que podemos denominar latino-americana sobre o território está ligada ao fato de que ela parte da esfera do vivido, das práticas ou, como enfatizava Milton Santos, do “uso” do território – mas um uso que se estende bem além do simples valor de uso, compreendendo também um expressivo valor simbólico. Ao contrário de muitas geografias de matriz eurocêntrica, especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território a partir da ação dos grupos hegemônicos (o território como “tecnologia de poder” [Elden,2013]), na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social (Haesbaert, 2020, p. 76).

Como vimos, os conceitos não andam só, se relacionam, são múltiplos e que existe uma relação do conceito com seu lócus de enunciação, para as MariAmas o corpo é visto/vivenciado como território a partir das relações de poder e seus atravessamentos, tais como violências e opressões de todas as ordens vividas pelas mulheres, mas também de resistências e liberdade. E como os movimentos sociais, ou sociedades em movimento, também não andam sozinhas, mas se articulam com outras formas de ativismos (pensamento/ação), Haesbaert dialogando com Cruz Hernández aponta:

A autora afirma que a concepção “corpo-território” é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários” e inclui suas posições dentro do que denomina “novos olhares ecofeministas desde o Sul” (que inclui seu “Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo”, criado em 2012) (Haesbaert, 2020, p. 80).

Desta forma, entendemos que as MariAmas no processo permanente de construção de suas lutas e resistências, de construção de uma rede de apoio interna (entre as mulheres, família e comunidade) e externa com outros movimentos sociais e mulheres em movimento revalorizam o corpo em diferentes encruzilhadas,

Capítulo 17 - *Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território*

dentre elas, como primeiro território, onde as relações de poder atravessadas pela questão de gênero (embora não solitariamente mais interseccionada com raça, classe e posição geográfica, por exemplo) apontam para o corpo-território como importante categoria (de prática) para as suas mobilizações e militância, pois como indica Zibechi as sociedades em movimento desejam a reconstrução de outro mundo:

As manifestações, marchas e concentrações, os atos públicos dos movimentos, têm sido a forma prioritária de se fazerem ver. Mas de forma alguma constituem o aspecto principal de um movimento social, muito menos dos povos em movimento, cuja principal ação coletiva é a reconstrução de seu próprio mundo (Zibechi, 2020, p. 34).

Considerações finais: Para não concluir (abre-se caminhos)

Cruz (2013) e Haesbaert (2014) apresentam um convite sobre o “fazer” e “pensar” a geografia, apontando a partir da pesquisa socioespacial, sua caixa de ferramentas e a constelação geográfica de conceitos um caminho fértil para a produção do conhecimento a partir de um campo de problematizações onde teorias e conceitos, que são complexos e múltiplos, se relacionem com seu solo epistemológico, sem abrir mão de sua historicidade e lócus de enunciação.

Tentamos neste artigo, seguir essa trilha, acionando o conceito de território, a partir de sua multiplicidade/complexidade: o corpo-território que se destaca enquanto categoria de prática para as mulheres em movimento do coletivo MariAmas. Verificamos, ao dialogar com Zibechi (2015, 2020 e 2022) que o solo epistemológico acerca do debate sobre os movimentos sociais tem base eurocentrada, sendo assim, possui um legado, que por vezes, não levou em consideração as diferenças colonias e as particularidades das classes em luta no cenário da América Latina. Sendo assim, as “correntes políticas de resistência social e cultural” podem ser um caminho para entender os movimentos sociais ou sociedades em luta, pois possibilita entender a herança de lutas anteriores e suas

conexões no presente, como no caso das MariAmas, onde a Teologia da Libertação através das Comunidades Eclesiais de Base/CEB e Pastoral Afro, a educação popular e a cosmovisão indígena e africana (principalmente do movimento negro nas periferias urbanas) e as lutas feministas aparecem muito forte.

Referências bibliográficas

BARTHOLL, Timo. **Por uma geografia em movimento**: A ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CLOVES, Alexandre de Castro. Movimento social e Geografia: contribuição ao debate. **REVISTA NERA – ANO 16, Nº. 23 – JULHO/DEZEMBRO DE 2013 – ISSN: 1806-6755.**

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave na geografia. CASTRO, Iná. GOMES, Paulo. CORRÊA, Roberto (org). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CRUZ, Valter do Campo. A “Teoria como caixa de ferramentas”: Reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. **X ENANPEGE, 2013.**

GAGO, Verônica. La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo. Madrid, Traficantes de Sueños, 2019.

GÓES, Eda Maria et al. Entrevistas com cidadãos: perspectivas para a análise das práticas espaciais sob a lógica fragmentária. IN: GÓES, Eda Maria. MELAZZO, Everaldo Santos. **Metodologia de Pesquisa m Estudos Urbanos.** Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Ativismos no Brasil**: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam? Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GUIMARÃES, Geny. ARRUIZZO, Roberta. OLIVEIRA, Anita. Caminhos epistemológicos para uma geografia anticolonial. In: RIBEIRO, Guilherme. SANTOS, dos Clézio. SILVA, Marcio Rufino. FIORI, Sergio (Org). **Geografias periféricas: Contribuições do PPGEU/UFRRJ.** Porto Alegre, RS: Letra 1, 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: Território e muti/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Do corpo-território ao território-corpo (terra): Contribuições Decoloniais. Niterói: Universidade Federal Fluminense, ISSN 15177793 (eletrônico) **GEOgraphia**, vol: 22, n.48, 2020

_____. **Território e descolonialidade**: Sobre o giro (multi) territorial de(s) colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niteroi: Programa de Pós-graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

Capítulo 17 - Geografia e sua caixa de ferramentas: uma possibilidade nos estudos dos movimentos sociais acionando o conceito de território

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

_____. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, 48, 187-224 doi: 10.24140/issn.1645-7250.rle48.12, 2020.

SILVA, Joseli Maria (org). **Geografias Subversivas: Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. In: **Revista Cidades**, vol. 6 – nº9, 2009. – São Paulo: Expressão Popular, p. 9-25.

_____. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RAMOS, Tatiana Tramontani. As lutas sociais e a violência neoliberal. In: SILVA, Silvana. RAMOS, Tatiana. RODRIGUES, Glauco. **Espaço urbano, pobreza e neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino americanos: Tendências e desafios. LEHER, Roberto (ORG). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas da América Latina**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. Emancipación social, el común y la democracia: los movimientos frente al extractivismo. In: FERREIRA, Alvaro. RUA, João. MATTOS, Regina (org). **Produção do espaço: emancipação social, o comum e a “verdadeira democracia”**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

_____. **Movimentos Sociais na América Latina: o “mundo outro” em movimento**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

_____. **Territórios em Rebeldia**. São Paulo: Elefante, 2022.

CAPÍTULO 18

Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso

Maria Claudenir Lima Pavan¹

Introdução

Rondonópolis, situada no sudeste de Mato Grosso, as margens do Rio Vermelho, tem seu crescimento econômico, impulsionado pela modernização do campo, enquanto produtor de alimentos, com destaque para a mão de obra de migrantes matogrossenses, sulistas, nordestinos, mineiros, japoneses e entre outros. Em 1980 Rondonópolis passa ser conhecida como “A Capital Nacional do Agronegócio”. Hoje seu crescimento também abrange o setor industrial.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a cidade de Rondonópolis tem 4.824,020km² de território (2022) e 244.911 mil habitantes (2022), com densidade demográfica 50,77 habitantes por quilômetro quadrado no território do município, o PIB per capita de R\$ 72.181,58 (2021). É considerado o segundo maior PIB do estado de Mato Grosso (IBGE, 2022).

Tal crescimento tem se traduzido em transformações na sua centralidade intra-urbana. O comércio varejista na cidade de Rondonópolis era restrito até início dos anos 1990 ao centro principal, ou centro histórico. Atualmente, encontra-se em ampla expansão, surgindo várias centralidades de comércio por todo seu território municipal, tais como: Avenida Lions Internacional, Avenida Presidente Médice, Shopping Center e Avenida Júlio Campos. Os bairros de Vila Operária, Conjunto São José II, Monte Líbano e Parque Universitário tem sua área de comércio bem diversificada e ampla que atende seus moradores e de bairros adjacentes.

1 Universidade Federal de Rondonópolis - maria.claudenir@ufr.edu.br - 0009-0009-5119-323X

Capítulo 18 - Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso

Com o surgimento de novas regiões de comércio, bem estruturadas nos bairros, nas ruas de comércio e no Shopping Center, surge o interesse em identificar as novas centralidades, os tipos de comércios e serviços, quais atividades que o comércio nessas regiões desenvolve.

Esta pesquisa tem o caráter exploratório e descritivo, com abordagem quali-quantitativa, de dados levantados em trabalho de campo e dados secundários da PMR, IBGE, ACIR e sites de empresas e jornais. Com levantamento bibliográfico ancorada nas principais obras literárias dos autores: Maria Encarnação Beltrão Sposito (2010), Flávio Villaça (2001), Roberto Lobato Corrêa (1989) e Milton Santos (1959), para conceituar os aspectos teóricos dos processos de estruturação e reestruturação das centralidades intraurbanas em cidades médias.

Mapa 1 - Região Pesquisada.



Fonte: Produção própria

A segunda fase foi o método da observação sistemática e comparativo para caracterizar e qualificar as novas centralidades e ruas de comércio. Para um levantamento do perfil do comércio e serviço, percorremos a pé as novas centralidades das ruas de comércio, no recorte dessa pesquisa, foram contempladas as Avenidas Lions Internacional e Júlio Campos e o Rondon Plaza Shopping (vide mapa 1).

As novas centralidades em cidades médias associadas ao consumo

De acordo com Sposito (1991, p. 201), o centro de uma cidade não significa estar localizado no centro geográfico, e muitas vezes não permanece na mesma zona de onde a cidade nasceu. “O centro é, pois, o espaço de excelência e a expressão dessa concentração; ele é o ponto de integração geográfica e social.” É o espaço para onde as pessoas vão para a realização de alguma atividade comercial, da aglomeração de capital, lugar que estimula o consumo de bens e serviços, produção do trabalho, onde o dinheiro e a mercadoria circulam com mais rapidez.

Segundo Corrêa (1989, p. 38), na área central o “uso do solo é intensivo” [...] [pois] “concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada [...] [e] se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização.” Afirma que ao mesmo tempo em que a área central é um lugar de centralização, também é um lugar de contradição, pois há em seu entorno o vazio e a escassez, conhecida como zona periférica do centro. E ressalta:

A zona periférica do centro apresenta um amplo setor residencial caracterizado por residências populares e de baixa classe média, muitas delas deterioradas, como os cortiços, onde reside parcela da população que trabalha na área; possui comércio varejista e serviços para esta população (Corrêa, 1989, p. 43).

Para Sposito (1991) essas áreas de degradação em torno do centro, ocorrem com mais frequência em grandes cidades do que em cidades médias. Ela explica que nas metrópoles, o solo central é de baixa qualidade para uso residencial, portanto a expul-

Capítulo 18 - *Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso*

são residencial é acelerada, acontece antes mesmo da ocupação dessa área para o comércio e serviço. E esclarece que este processo de descentralização nas cidades médias, acontece de uma maneira mais lenta, por estar em crescimento e a prestação de serviços de transportes e os sistemas viários existentes, não permitem a descentralização das atividades comerciais e de serviços de uma maneira mais rápida, mantendo a qualidade de vida o que representa que morar perto do centro da cidade é atraente, “não permitindo a emergência de grandes interregnos de tempo, onde se dariam simultaneamente processos de abandono pela função residencial e não absorção pelas atividades centrais de padrão médio e alto” (Sposito, 1991, p. 9), o que motivaria a degradação das regiões próximas ao centro devido ao funcionamento das atividades de comércio e serviço voltado para um público de baixo poder de compra.

Nas áreas de periferia dos grandes centros concentram as empresas no ramo de atacado, os depósitos das grandes empresas, as pequenas indústrias, armazéns, e os terrenos abandonados na maioria das vezes se transformam em estacionamentos, ou seja, ali se instalam os tipos de comércios que estão altamente ligados à região central da cidade (Corrêa, 1989). Nessa parte do centro predomina as construções horizontais e se torna o foco principal da “política de renovação urbana”, pois esta representa, a oportunidade de transformação, trocando as residências deterioradas “por novos edifícios de apartamento”, e conseqüentemente ocorre a movimentação na questão social, ou seja, “saem os pobres e entra a classe média (Corrêa, 1989, p. 43).

Sposito (1991) aponta três formas de expansão da área central, sendo: 1. Imóveis residenciais de padrão médio ou alto passam a ser ocupados por escritórios, clínicas, lojas refinadas, pequenas escolas, butiques e etc. 2. Os imóveis menores ou antigos estão sendo demolidos e constroem prédios residenciais, surgindo a verticalização. 3. Nas regiões onde se chegou à “deterioração do patrimônio arquitetônico”, observou-se um rápido crescimento do comércio voltado para a população de baixo poder de compra, com instalação de lojas de pequenas redes, abrangendo os cidadãos que dependem do transporte coletivo.

Corrêa (1989, p. 40) afirma que em função do privilégio do local (a região central), os imóveis e terras são mais valorizados, e isso provoca a seleção das atividades comerciais direcionadas ao extenso mercado nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. “Localizam na área central aquelas que são capazes de transformar custos locacionais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados.” Os comércios que não “suportam uma localização central” se instalam em outros centros, longe da área central.

Alves e Santos (2018, p.210) afirmam que até a década de 1950 essa centralidade era única, “a ponto de as pessoas chamarem de ‘cidade’”, e hoje devido à expansão urbana em atendimento às necessidades dos cidadãos, do avanço das atividades comerciais e dos interesses imobiliários, essa região é chamada em várias cidades de centro histórico ou antigo centro, assistindo o surgimento de diversas novas centralidades.

Sposito (2010), reforça que a redefinição da centralidade urbana, cada vez mais adquire notoriedade em conformidade com quatro dinâmicas “que marcam as transformações”:

1. As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados levam a mudanças na estrutura e no papel do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição do centro, da periferia e da relação centro periferia;
2. A rapidez das transformações econômicas que marcam a passagem do sistema produtivo fordista para formas de produção flexíveis impõe mudanças na estrutura interna das cidades e nas relações entre as cidades de uma mesma rede;
3. A redefinição da centralidade urbana não é dinâmica nova, porém adquire novas dimensões e se consideramos o impacto das transformações atuais, não somente nas metrópoles e grandes cidades, mas também nas cidades de média importância;
4. A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo reorganizam o cotidiano das pessoas e a lógica de localização dos equipamentos comerciais e serviços (Sposito, 2010. p. 199).

A autora afirma que o fortalecimento dessas práticas provocam novas figuras de centralidades, em diferentes graus, e a partir

Capítulo 18 - *Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso*

daí a reestruturação interna das cidades é constante, e salienta: “Esses graus articulam-se em função de diferentes níveis de especialização funcional e de segregação socioespacial” (Sposito, 2010, p. 205). Sendo assim, essas multiplicações de centros podem ser lidas pelos processos de multicentralidade, policentralidade e multi(poli)centralidade.

Essa produção contemporânea da cidade, de acordo com Sposito (2010, p. 212) refuncionaliza os serviços e comércios que vão se fortalecendo dentro desse panorama em que se organizam. Então a autora destaca que “os novos centros comerciais, de serviços e de atividades, localizados segundo o mesmo modelo periférico [...] constituem-se em novos fragmentos.”

De acordo com Miyazaki e Reolon (2017, p. 141), o automóvel teve importante papel na conjuntura dessas transformações, pois permitiu a instalação de empresas cada vez mais longe do centro histórico, cooperando dessa forma com o surgimento de novas centralidades, “seja na escala da cidade, seja na escala da aglomeração”. Os autores contextualizam que há duas formas de tratar a aglomeração urbana, e afirmam:

[...] uma diz respeito a essa concentração de pessoas, serviços, atividades etc. em espaços compactos – reconhecidos como cidade – e restritos aos limites político-administrativos dos municípios; já a outra compreende a aglomeração urbana numa perspectiva mais ampla, em que o urbano se processa em um conjunto mais complexo e extenso, englobando cidades de mais de um município (Miyazaki e Reolon, 2017. p. 145).

Villaça (2001, p. 293) nomeia as novas centralidades de subcentros: “A expressão subcentro será por nós utilizada, [...] para designar aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviço, que não o centro principal.” Ele esclarece que este espaço é uma cópia do centro principal, “em menor tamanho”, e que até compete com o centro, mas sem igualar. Afirma que devido a especialização de comércio desses subcentros, pode atender toda a população, porém, devido a sua especialização a frequência é baixa ou em número menor de cidadãos, e cita como exemplo a “Rua da Consolação em São Paulo que é especializada em lustres”, enquan-

to o centro principal devido a sua polarização atende toda a cidade e com maior frequência.

O autor destaca que os centros dos bairros atingem a categoria subcentros a partir da instalação de estabelecimentos de comércio e serviço, como loja de departamento, hipermercados, filiais de lojas do centro e equipamentos público, “então só ocorrentes no centro principal” e conseqüentemente fomenta o comércio local e estimula o surgimento de novos estabelecimentos de comércio e serviço.

Em Villaça (2001, p. 320) destaca que “as burguesias que escolhem a localização e direção de crescimento de seus bairros” e reforça que quando aderem a uma certa região da cidade, eles se agrupam, não pelo status, até porque o status não existia nessa região, até serem ocupadas pela alta sociedade. “Os promotores são os agentes das opções dessas classes” [...] “É efeito, e não causa, da preferência das classes de mais alta renda.” Assim afirma:

Talvez o processo mais notável de produção de espaço sob o comando das camadas de mais alta renda seja a inter-relação que elas e seus bairros residenciais mantêm com os centros principais. Quanto mais essas camadas se concentram em determinada região da cidade, mais elas procuram trazer para essa mesma região importantes equipamentos urbanos. Quanto mais o conseguem, mais vantajosa essa região se torna para aquelas camadas e mais difícil se torna, para elas, abandonar essa direção de crescimento (Villaça, 2001. p. 321).

As burguesias transformam o espaço em que se agrupam, com o objetivo de desenvolver em suas áreas o comércio, serviço e emprego bem engrenados, com a perfeita inserção na estrutura urbana. A alta sociedade tende a exercer o poder sobre o comércio imobiliário e o Estado, uma vez que percebe-se que nesses espaços, os locais são melhores preparados e propositalmente direcionado ao público de melhor poder aquisitivo. Dessa forma, Villaça (2021) cita:

Essa estruturação se deu pelo controle que tais classes exercem sobre o mercado imobiliário e sobre o Estado, que para elas abriu, por exemplo, o melhor sistema viário das cidades, construiu seus locais mais aprazíveis, mais arborizados e

Capítulo 18 - *Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso*

controlou a ocupação do solo pela aplicação de uma legislação urbanística menos ineficaz (Villaça, 2021. p.320).

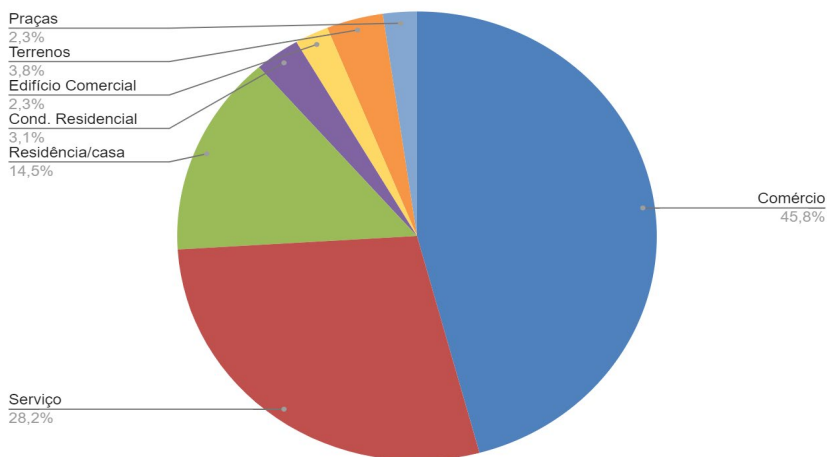
As regiões direcionadas para a alta classe são contempladas com toda infraestrutura de asfalto, iluminação, esgoto e saneamento antes do lançamento do empreendimento, e estão em “terrenos altos, livres de riscos de inundações [...] ao longo das bordas de lagos, baías, rios ou oceanos [...] tais bordas não são ocupadas por indústrias”, locais sempre bem cuidados pelo poder públicos, melhores iluminadas, arborizadas e ajardinadas.

O comércio na Avenida Lions Internacional

A Avenida Lions Internacional com uma extensão de 2,04 km (figura 1), passa pelos bairros: Parque Real, Núcleo Habitacional Rio Vermelho, Vila Aurora I, Jardim Mato Grosso, Coophalis e Cophasem.

A avenida tem 76,30% do uso do solo para o comércio e serviço, conforme consta no gráfico 1. Ainda há algumas residências que são aparentemente de arquitetura antiga e que aos poucos estão se transformando em área comercial e também há alguns terrenos, a maioria deles em esquinas e estão murados e aparentemente bem cuidados.

Gráfico 1 - Tipos de uso do solo na avenida Lions Internacional (2023).



Fonte: trabalho de campo 2023

Em pesquisa de campo conforme tabela 1, foram contabilizados 94 estabelecimentos em funcionamento na atuação para o comércio e serviço. Desses, a maioria do comércio são restaurantes e bares, que somam 16 estabelecimentos, seguido por lanchonetes, sorveterias e açaiterias que contam com 12 locais, e na sequência 05 farmácias e 04 postos de combustíveis.

Tabela 1 - Estabelecimentos de comércio e serviço na Avenida Lions Internacional (2023).

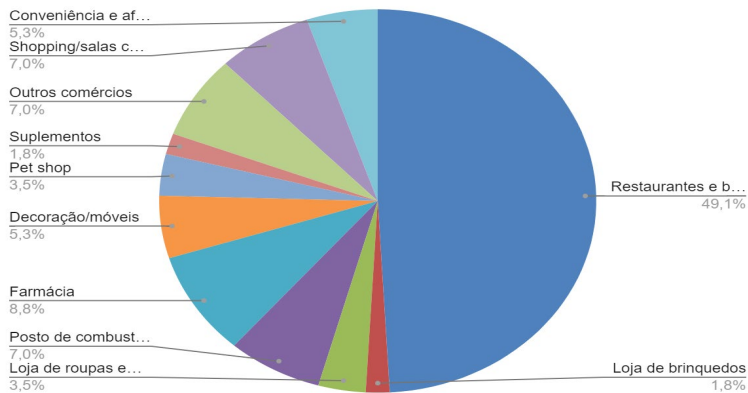
COMÉRCIO	QUANTIDADE	SERVIÇO	QUANTIDADE
Restaurantes e bares	16	Hotel	3
Lanchonete, sorveteria e açaiteria	12	Academia	1
Loja de brinquedo	1	Estacionamento	2
Loja de roupas e calçados	2	Escritório	4
Polpa de frutas	1	Clínica/laboratório	7
Conveniência	2	Agência de viagem	1
Posto de combustível	4	Imobiliária	2
Farmácias / Drogarias	5	Hospital	1
Decoração / móveis	3	Escola profissionalizante	2
Pet shop	2	Escola estadual	1
Loja de suplementos	1	Lavajato	1
Loja de cartucho	1	Agência do IBGE	1
Igui piscina	1	Agência bancária	3
Marcenaria	1	Parque infantil particular	1
Centro comercial	3	Salão de beleza	2
Shopping Center	1	Estação de tratamento de água - SANEAR	1
**	**	Oficina veicular	1
**	**	Danceteria	1
**	**	Laboratório de sementes	1
**	**	Venda de software	1
**	**	Igreja	1
Total	56	Total	38

Fonte: Trabalho de campo (2023)

O comércio no ramo de venda de alimentos prontos, que são na maioria restaurantes de alta gastronomia e bares requintados, conta com 49,10% do total de comércios existentes na região (vide gráfico 2).

Capítulo 18 - Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso

Gráfico 2 - Tipos de comércio na avenida Lions Internacional (2023).



Fonte: Trabalho de campo (2023)

Nota-se que a prestação de serviços bancários são de alto padrão, com instalação das agências do Banco do Brasil, Banco do Brasil Prime e agência do Banco Santander. No ramo hoteleiro, há os hotéis Villa Vaz de capital local, os hotéis Confort e Transamérica que são hotéis de rede nacional.

Há prestação de serviços no ramo de imobiliária, clínicas de estética e cirurgias estética, clínica veterinária, hospital, escritório de arquitetura, serviço no ramo de análises de sementes e grãos, escola estadual, escolas de curso profissionalizante e laboratório de análise clínica e outras prestações de serviços representados na tabela 1.

O desenvolvimento da Avenida Júlio Campos.

De acordo com o jornal Regional MT, a avenida Júlio Campos foi aberta “em 1999, devido ao grande movimento da Exposul e a necessidade de uma rota alternativa [...] a avenida recebeu asfalto e uma segunda pista ainda de terra”. Estrategicamente localizada perto de dois luxuosos condomínios horizontais, o Village do Cerrado e o Boulervad.

É um território que está em ampla expansão para o comércio, lazer e moradia em condomínios verticais. Há vários terrenos cercados com obras em andamento, dos quais destaco a construção

dos prédios residenciais, que estão em fase de finalização, os Residências verticais Infinity e Explendore com suas fachadas exuberantes.

Percebe-se também que é uma região que oferece comércio e serviço para um público com melhor poder aquisitivo. Ressalto que nesta área há duas concessionárias que vendem somente veículos importados e o escritório da empresa COFCO International que atua no ramo de negociação de commodities agrícolas, “com atuação global”.

Destaco que nessa região há 05 centros empresariais, dos quais enfatizo o Centro Comercial Atrium e o Centro Comercial D’Ville com suas fachadas emponderadas, com estacionamentos para veículos (vide figura 2), locais onde funcionam escritórios de advocacia, arquitetura, de empresas no ramo de empreendimento, assessoria e construtora, clínicas de psicologia e veterinária, salão de beleza, corretora de seguros, imobiliárias, cafeteria e lojas de artesanato e roupas. Um aglomerado de comércio e serviço num só local.

Figura 2 - Centros Empresariais Atrium e D’Ville na avenida Júlio Campos (2023).



Fonte: Trabalho de campo (2023)

Na avenida Júlio Campos, 70,30% do solo para uso comercial (vide gráfico 3), dentre os comércios existentes na região, destaco as lojas: Móveis Gazin, ampla loja de departamento no ramo de eletrodomésticos, móveis e decoração e a Todeschini que atua no ramo de móveis planejados e decoração, que são lojas com atuação

Capítulo 18 - Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso

em nível nacional (vide figura 3). São estabelecimentos amplos com fachadas de arquitetura moderna, envidraçadas, com calçadas bem estruturadas e estacionamentos ajardinados, ambiente climatizado, atendimento personalizado e direcionado para um público de melhor poder aquisitivo, considerando que vendem produtos refinados para decoração de ambientes.

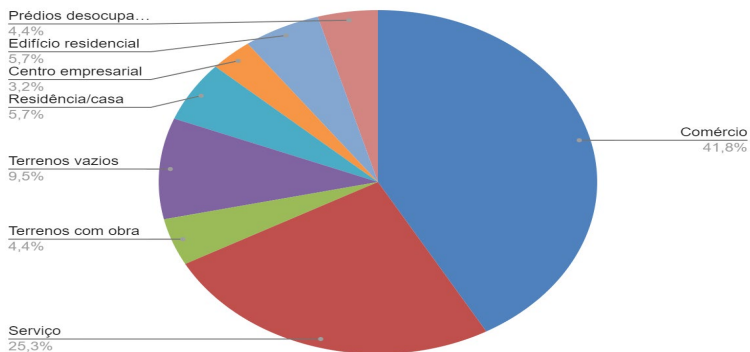
Figura 3 - Lojas na avenida Júlio Campos (2023).



Fotos: Trabalho de campo (2023)

Villaça (2001, p. 321) afirma que quanto mais as camadas da alta sociedade “se concentram em uma certa região [...] mais elas procuram trazer pra essa mesma região importantes equipamentos urbanos [...] mais vantajosa essa região se torna”. E dessa maneira fica difícil da alta sociedade deixar esse trilho da expansão.

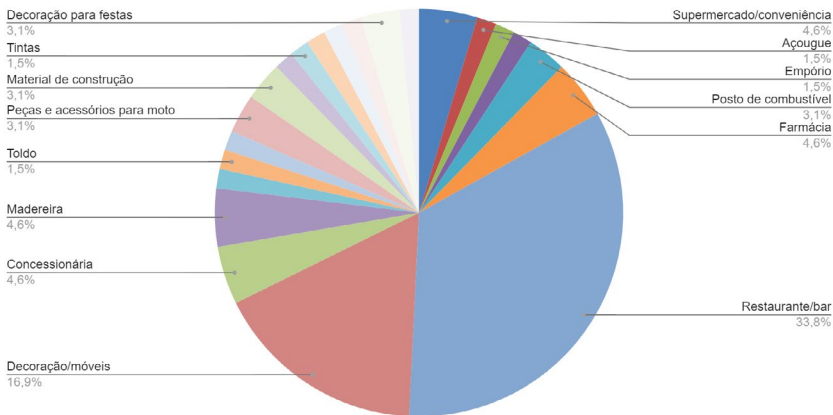
Gráfico 3 - Tipos de uso do solo na avenida Júlio Campos (2023).



Fonte: Trabalho de campo (2023)

De acordo com a observação realizada, encontramos 106 estabelecimentos no atendimento de comércio e serviço. Fica evidenciado que 33,80% do comércio está ramo de restaurantes, bares e pizzarias. Em seguida, desponta o comércio no segmento de móveis planejados e decoração (vide gráfico 4).

Gráfico 4 - Tipos de comércio na avenida Júlio Campos (2023).



Fonte: Trabalho de campo (2023)

De acordo com os estudos realizados, nota-se que 10,70% dos estabelecimentos em funcionamento, são os de segmento em materiais de construção e acabamento, o que configura que o território está em ampla expansão.

Na região há cinco academias e três quadras de beach tênis que vão do médio ao alto padrão, um supermercado de rede local, com amplo estacionamento coberto e galerias de lojas, onde há farmácia, agência bancária, lavanderia, papelaria, loja de brinquedos, pet shop, quiosque de sorvete e um amplo restaurante, que funciona diariamente até as vinte e uma horas. Na avenida ainda há dois empórios, sendo que um funciona 24 horas, três farmácias, dois postos de combustível dentre outros comércios, conforme tabela 3 que demonstra os tipos de comércios e serviços existentes nessa região.

Capítulo 18 - Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso

Tabela 3 - Estabelecimento comercial e serviço na Avenida Júlio Campos (2023).

COMÉRCIO	QUANTI-DADE	SERVIÇO	QUANTI-DADE
Supermercado/conveniência	3	Quadra de beat tênis	3
Açougue	1	Academia	5
Empório	1	Imobiliária	4
Distribuidora de bebidas	1	Escritório de construtora	2
Posto de combustível	2	Locadora de veículo	1
Farmácia	3	Estacionamento	3
Restaurante/bar	22	Clínica veterinária	1
Decoração/móveis	11	Energia solar	1
Concessionária	3	Lavajato	1
Madreira	3	Rede de televisão	1
Vidraçaria	1	Rádio	1
Toldo	1	Clínica de estética e beleza	5
Marmoraria	1	Agência da Receita Federal	1
Peças e acessórios para moto	2	Automoção de audio/vídeo e telefonia	2
Material de construção	2	Empresa de segurança	2
Ferragens	1	Escritório de advogacia, engenharia e outros	8
Tintas	1	**	**
Chaveiro	1	**	**
Produto agrícola	1	**	**
Limpific material de limpeza	1	**	**
Decoração para festas	2	**	**
Floricultura/jardim	1	**	**
Total	65	Total	41

Fonte: Trabalho de campo (2023)

Observa-se também que há muitos veículos de luxos que circulam pela área, que durante o dia estão nos estacionamentos das grandes lojas e edifícios, e no período noturno em frente aos bares e restaurantes.

O comércio no shopping da cidade

O Rondon Plaza Shopping é o único na cidade e foi inaugurado em 07 de maio de 2001, localizado entre as avenidas Lions e Júlio Campos no bairro Sagrada Família, com uma área de terreno de 62 mil m² com um total construído de 22 mil m², num ambiente climatizado e moderno.

Figura 4 - Foto panorâmica do Rondon Plaza Shopping (2021)



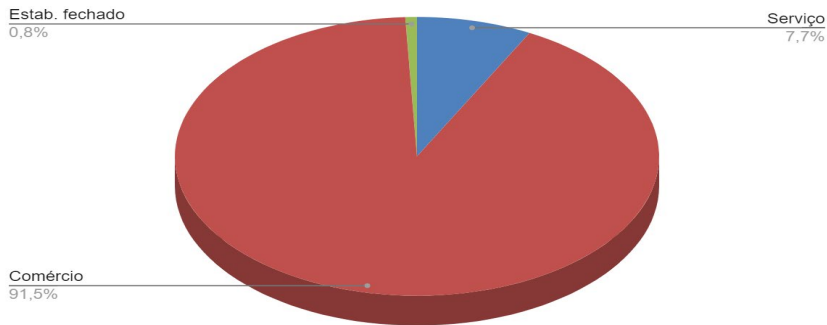
Fonte: site da pautapronta (2024)

É considerado “maior centro comercial do interior de Mato Grosso” [...] “Com 80% de suas franquias nacionais, internacionais e 20% regionais, cerca de 250 mil pessoas passam pelo local no mês.” (RPS. 2023).

Do espaço existente 91,5% é ocupado pelo comércio, dentre quais destaque: lojas de departamento Renner, Americanas e Tece-lagem Avenida, Joalheria Vivara, Cacau Show, Brasil Cacau e Chocolate Copenhagen que são lojas de capital nacional. Insta destacar que há um amplo estacionamento com segurança, uma praça de eventos e uma praça de alimentação com dois grandes restaurantes, o Rodeio e o Rondon Grill que são de capital local.

Capítulo 18 - Configuração da atividade comercial nas novas centralidades na cidade de Rondonópolis/Mato Grosso

Gráfico 5 - Tipos de uso do solo no Rondon Plaza Shopping (2023)

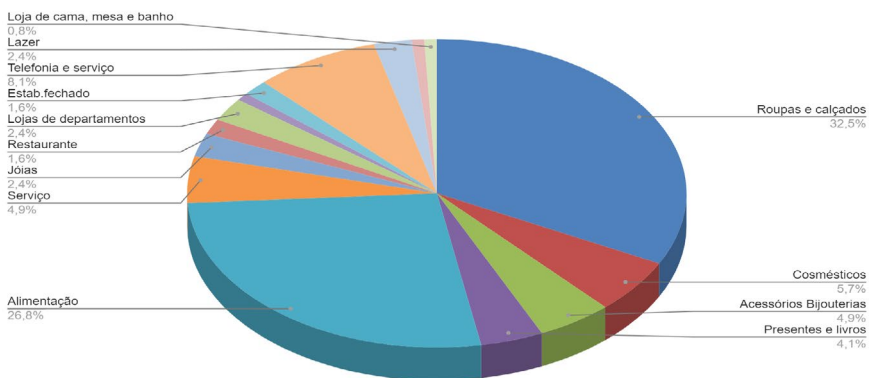


Fonte: Trabalho de Campo (2023)

Ainda no segmento de comércio, o vestuário e calçados desponta com 34,90%, em seguida a alimentação com 28,40% e na sequência, lojas de presentes, bijuterias e cosméticos somam 14,70%.

A prestação de serviço ocupa 7,70% do espaço, que estão: escritório de arquitetura, clínica de estética, salão de beleza masculino, casa lotérica, academia e o lazer que são o cinema, park kids e aluguel de carrinho para crianças.

Gráfico 6 - Tipos comércio e serviço no Rondon Plaza Shopping (2023)



Fonte: Trabalho de campo (2023)

Villaça (2021, p. 303), afirma que “shopping center é o sucessor da loja de departamento”, que tem em comum, em oferecer varie-

dades de produtos e serviços que se complementam, com o objetivo de reduzir ao mínimo o número de deslocamentos de clientes, ou seja, quantos mais diversidade num centro, menos viagens o consumidor fará no atendimento de suas necessidades.

Essa produção contemporânea da cidade, de acordo com Spósito (2010, p. 212) refuncionaliza os serviços e comércios que vão se fortalecendo dentro desse panorama em que se organizam. Então a autora destaca que “os novos centros comerciais, de serviços e de atividades, localizados segundo o mesmo modelo periférico [...] constituem-se em novos fragmentos.”

Considerações finais

Percebe-se que nas centralidades analisadas nesse trabalho, as avenidas Lions Internacional e Júlio Campos além da verticalização residencial possuem uma vida noturna bem badala que é direcionada para um público de melhor poder aquisitivo.

A avenida Lions apresenta 28,20% de serviço e 45,80% de comércio enquanto a Júlio Campos tem 28,50% e 41,80% respectivamente. Porém, ambas atingem mais de 70% de comércio o que configura uma rua comercial, conforme Pereira (2014).

As avenidas destacam em escritórios de negócios, como imobiliárias, consultoria, dentista, psicologia, advocacia, construtoras e incorporadoras, lojas de decoração e de móveis planejados e há pouquíssimas lojas com comércio de vestuário e calçado, bem como não oferece lazer diurno.

Na contrapartida, o shopping center tem seu maior território ocupado pelo comércio de vestuário e calçados, em seguida pelo setor de alimentação. O lazer que o shopping dispõe em seu maior período é diurno. Percebe-se também que o shopping não oferece serviço de instituição pública, direcionando o seu comércio e prestação de serviço para as pessoas de melhores condições financeiras.

Desse modo, ao findar esta pesquisa, notou-se que o comércio expandiu para além das áreas tradicionais, dando importância e sentido ao crescimento urbano.

Referências bibliográficas

ALVES, G. A.; SANTOS, C. R. S. As centralidades de São Paulo: reunião e segregação. p. 209-226. **Brasil e Portugal visto desde as cidades: as cidades vistas desde o seu centro**. Organização Maria Encarnação Beltrão Sposito & José Alberto Rio Fernandes. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GÓES, Eda Maria; MELAZZO, Everaldo Santos. **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.; atualização da edição João Bosco Medeiros. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed., Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

SANTOS, Milton. **A Cidade Como Centro de Região**. Bahia: Livraria Progresso, 1959.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed., São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed., São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SPOSITO, E. S. e NETO, J. L. S. **Uma geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A construção de uma pesquisa em Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed., São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

MIYAZAKI, V. K. M.; REOLON, Cleverson Alexsander. **O Processo de Aglomeração Urbana em Cidades Médias**, p. 139-174. Cidades médias e região / Organização Hélio Carlos Miranda de Oliveira, Maria José Martinelli Silva Calixto, Beatriz Ribeiro Soares. – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Centro e as Formas de Expressão da Centralidade Urbana Estruturação Urbana E Centralidade**, p. 1-18. Estruturação urbana e centralidade. Revista Geografia, São Paulo, v. 10, 1991.

MEDEIROS, Reuber Teles. **As Dinâmicas Urbanas Territoriais E As Relações De Exclusão Social Nos Bairros Maméd E Alfredo De Castro Na Cidade De Rondonópolis, Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Geografia – Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2016.

PEREIRA, C. S. S. **Centro, centralidade e cidade média: O papel do comércio e serviço na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo. Presidente Prudente, 2014.

PERRONE, Lucas. **Avenida Júlio Campos se transforma e vira via do glamour em**

Rondonópolis. **Regional MT**, Rondonópolis, 28 de mar. de 2023. Disponível em: <https://www.regionalmt.com.br/noticia/32600/Avenida-J?lio-Campos-se-transforma-e-vira-via-do-glamour-em-Rondon?polis>. Acesso em: 22 nov. 2023.

Há 20 anos, Rondon Plaza Shopping transformava o comércio de Rondonópolis. **Pauta Pronta Assessoria de Comunicação**. Rondonópolis, 06 de maio de 2021. Disponível em: <http://pautapronta.com.br/noticia/557/ha-20-anos-rondon-plaza-shopping-transformava-o-comercio-de-rondonopolis>. Acesso em: 03 mar. 2024.

A Cidade. **Prefeitura Municipal de Rondonópolis**. [s.d.] Disponível em: <https://www.rondonopolis.mt.gov.br/cidade/economia/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

O Rondon Plaza Shopping está sempre à frente do seu tempo e oferece o melhor para seus clientes. Rondon Plaza Shopping. [s.d.] Disponível em: <https://rondonplazashopping.com.br/sobre/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

Quem somos. **COFCO International**. [s.d.] Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

Rondonópolis-MT. **IBGE**. [s.d.] Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=rondonopolis>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SEÇÃO 6

Fragmentação socioespacial e a urbanização contemporânea

Coordenadores

Eliseu Sposito

Maria Encarnação Beltrão Sposito

A diferenciação socioespacial em cidades brasileiras vem se aprofundando, no ritmo das mudanças e em seus conteúdos, apontando para a constituição do processo de fragmentação socioespacial. A origem dele está vinculada à predominância de lógicas e subjetivações neoliberais que se antepõem à ideia de direito à cidade. Essa mesa teve, como objetivo principal, discutir e compreender, no plano da cidade e do urbano, como a lógica socioespacial fragmentária altera o conteúdo da diferenciação e das desigualdades, redefinindo práticas espaciais e, portanto, modos de realização e apropriação do espaço e do tempo cotidianos. Este objetivo central pode ser desdobrado em quatro planos analíticos: 1) passagem da lógica socioespacial centro-periférica para a lógica socioespacial fragmentária; 2) interpretação da fragmentação socioespacial por meio das formas contemporâneas de diferenciação e desigualdade, a partir das práticas associadas ao cotidiano urbano; 3) desdobramentos da lógica socioespacial fragmentária sobre o par espaço público/espço privado; 4) papel das instituições políticas, dos agentes econômicos hegemônicos e dos sujeitos sociais não hegemônicos; e 5) configuração e diversificação da produção da moradia redefinindo a divisão social do espaço.

CAPÍTULO 19

Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

Kaio Duarte Vieira¹
Alexandre Queiroz Pereira²

Introdução

No litoral brasileiro, a atividade turística tem impactado na produção do espaço urbano (Cozic e Taunay, 2021; Pereira, 2012; Abreu e Costa, 2017). Em termos teóricos, o uso do conceito de urbanização turística indica as transformações atreladas à imposição do consumo do espaço frente a sua produção, quando a maior participação da atividade tende a influenciar a urbanização do espaços e da sociedade (Paiva, 2013). Um dos principais indicadores desse modelo dada a articulação entre turismo, o lazer e a produção imobiliária de segundas residências em espaços litorâneos (Dantas, 2010; Pereira 2013). Através do estudo do litoral do Ceará, especificamente, do situado na Região Metropolitana de Fortaleza, interpreta-se a relação entre o aumento da demanda turística e a produção imobiliária de segundas residências.

Internacionalmente, a relação entre o turismo e as segundas residências na produção do urbano litorâneo é extensamente estudada (Díaz Orueta e Seoane, 2007; Vasco, 2014; Martins, 2015). Como conclusões gerais, tais estudos apontam para o prolongamento do tecido urbano, sobretudo, dependentes dos fluxos sazonais e capitaneados por grandes aglomerações urbanas, como as metrópoles.

No Brasil, Pereira (2012), Pereira, Dantas e Gomes (2017) e Oliveira (2015) demonstraram a regionalização do processo de urbanização litorânea para o Nordeste; enquanto Arrais (2014), Abrahão e Tomazzoni (2018) apontaram detalhamento do processo em outras espacialidades. Dantas (2010) aponta para a relação de proximida-

1 Universidade Federal do Ceará - duartekaio1@gmail.com

2 Universidade Federal do Ceará - aqpufc@gmail.com - 0000-0001-7560-6064

de entre a maritimidade e a vilegiatura marítima verificada nos trópicos e as diferenças em relação a invenção das praias europeias. Nesse entendimento, a vilegiatura marítima orienta o segmento das segundas residências antes do desenvolvimento da atividade turística. Na contemporaneidade, ambas práticas socioespaciais estão embricadas.

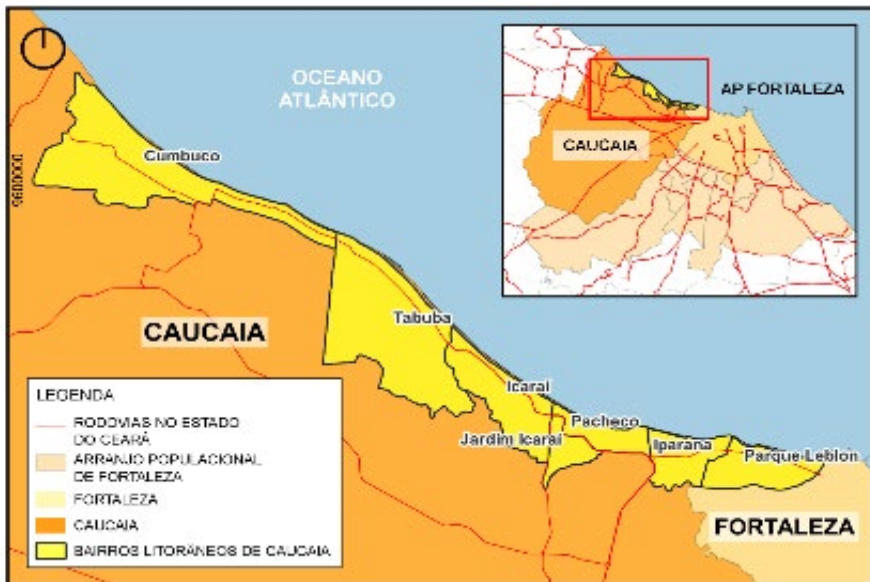
No caso metropolitano de Fortaleza, a relação entre o urbano e o turismo, a partir da função residencial, exemplifica essa complexidade. A análise histórica da ocupação aponta para as comunidades de pescadores como as primeiras a se fixarem, posteriormente, o uso ocasional, resultado da maior demanda por espaços litorâneos turísticos, principalmente, a partir do imobiliário e das segundas residências. As comunidades pesqueiras, em contexto metropolitano, historicamente sofreram processo de expulsão dessas zonas de praia, fato a fortalecer a justaposição das desigualdades socioespaciais (Cavalcante, 2018; Dantas, 2010).

Como em outros casos, a partir do turismo e do lazer à beira mar, o processo de urbanização desenha-se no litoral cearense, reforçando a função residencial. Em Caucaia, o número de segundas residências cresceu, aproximadamente, 117% entre 2010 e 2022 (de 6.003 para 13.044). Nos bairros litorâneos, o tipo de uso ocasional representa 27% em relação ao total de domicílios permanentes, no entanto, a maior representatividade é dos domicílios ocupados, 64,6% (Censo Demográfico 2010) (figura 1). A análise foi verticalizada no litoral oeste de Fortaleza, especificamente, nos bairros litorâneos de Caucaia. Esse município litorâneo possui o segundo maior número de segundas residências do Estado (13.044 domicílios de uso ocasional), assim como, registra a segunda maior população (355.679 habitantes). Em 2021, de acordo com a plataforma IBGE – Cidades, Caucaia detinha o 3º maior PIB do Ceará.

Inserido na rota do lazer metropolitano de Fortaleza na década de 1960, o litoral de Caucaia é um exemplo da associação entre a urbanização turística e as segundas residências. Esses processos históricos e espaciais resultaram em dois padrões de ocupação residencial no território: da comunidade tradicional pesqueira e dos turistas de coabitação (Dantas, 2010; Dantas, 2007). O processo de expulsão e de ordenamento territorial teve consequências diretas

na diminuição das ocupações permanentes de pescadores, como exemplo, a proximidade da Vila de Pescadores do Cumbuco com os domicílios de uso ocasional e os empreendimentos turísticos imobiliários (Cavalcante, 2012; Silveira, 2011 e Paz, 2020).

Figura 1 - Localização do município de Caucaia e toponímia dos bairros litorâneos.



Fonte: IBGE (2016); Prefeitura Municipal de Caucaia (2023).

Com efeito, ao apontar para ambas tipologias de uso residencial, também se faz necessário distinguir o agente social, denominado residente. Costa e Filho (2019) apresentaram essa discussão ao compreender, juridicamente, a diferença entre o morar e o habitar. O habitante está para além da residência, consiste em uma relação do indivíduo com o lugar, enquanto que o morar é mais objetivo, e se refere ao possuidor da propriedade, aproximando-se da noção de residir. O crescimento demográfico e imobiliário no litoral dos espaços metropolitanos propiciou constituição de quadro mais contraditório, fortalecendo a fragmentação das dimensões da vida e do urbano constituído nas zonas de praia. Simultaneamente, percebe-se o litoral enquanto zona de lazer/incorporação imobiliária

e se identifica o espaço da vida, da moradia permanente, do viver.

Teoricamente, Sposito e Sposito (2020) delinearão as dimensões da fragmentação socioespacial, termo multidimensional que necessita de recortes analíticos. Para o litoral metropolitano de Fortaleza, a dimensão considerada nesse estudo tem como base a habitação, fundamentada na perspectiva de Carlos (2017), onde o espaço é reprodutor da vida (uso residencial permanente), mas também das atividades econômicas (uso residencial ocasional). Nesse sentido, a dimensão deste estudo tem como discussão-chave os usos residenciais e a ocupação na perspectiva territorial, assim, constitui-se a lógica espacial de distribuição dos imóveis e de seus usos. Assim, a dimensão da fragmentação assume forma-conteúdo (Santos, 2014).

Descrito os precedentes, o objetivo central desse estudo consistiu em analisar o uso e a forma de ocupação residencial no litoral metropolitano de Fortaleza, especificamente, no município de Caucaia, tanto o uso ocasional como o uso permanente. Posto isso, a estrutura desse estudo indica a relação espacial, complementar e dialética, entre a dualidade do uso residencial no litoral de Caucaia.

Procedimental e metodologicamente, a partir da análise por setor censitário (Censo de 2010), foi indicada a relação entre os domicílios de uso ocasional e permanente, através da utilização das variáveis do Censo Demográfico. Utilizou-se de indicadores como renda dos responsáveis e renda *per capita* dos domicílios. Em termos adicionais, com auxílio de fotografias do Google Earth Pro, foi indicado a configuração territorial do litoral de Caucaia, especialmente, os usos residenciais. Além disso, foi identificado padrão espacial caracterizado pela justaposição entre ambas lógicas de ocupação litorânea, seja paralela à praia, seja das franjas que marcam as ocupações mais distantes da zona à beira-mar.

A estrutura desta análise, inicialmente, apontou para a primeira forma de uso e de ocupação no litoral de Caucaia, por parte das comunidades pesqueiras, e a coexistência com o uso ocasional, a partir da década de 1960. Consequente, a promoção da atividade turística na metrópole fortalezense é característica central para compreender a consolidação turística do município e a urbanização turística paralela ao mar. Expressado tais aspectos, é apontada, mediante ambas lógicas de ocupação no território, a relação de justaposição entre os

usos residenciais no litoral. Nas áreas paralelas à praia, a predominância das segundas residências, do imobiliário turístico e da classe média. Nas franjas da ocupação, em áreas periféricas, a localização dos domicílios precários mediante à baixa oferta de infraestrutura, compõe a paisagem litorânea metropolitana.

Das origens da ocupação à coexistência metropolitana de usos residenciais no litoral de Caucaia

Até o século XIX, o Ceará dispunha de duas lógicas de ocupação fundantes para compreender a formação territorial: a dos vaqueiros, cuja centralidade da ocupação estava assentada no sertão e nos caminhos do gado; e a dos pescadores, no litoral (Dantas, 2007). Essa última estava associada a uma herança indígena, e representava o habitar na praia (Dantas, 2010).

Em Caucaia, a herança da ocupação pesqueira, pré-existente à urbanização, era predominante até a primeira metade do século XX. Entre as décadas de 1960 e 1970, as poucas ocupações eram de pescadores, principalmente, nas praias do Cumbuco e do Icaraí. Essas comunidades eram remanescentes de sociedades indígenas espalhadas no litoral. A principal evidência era a toponímia antiga da localidade, “Caraçuí”, que significa “bentas e/ou sagradas” em referência ao mar (Silveira, 2011; Cavalcante 2012).

Na segunda metade do século XX, o acelerado processo de urbanização ocasionou em uma transformação dos usos no território litorâneo. Em 1964, a anterior Caraçuí é renomeada para Icaraí por Francisco Martins de Moraes, influenciado pela praia de Icaraí em Niterói (Rio de Janeiro) e com a finalidade de produzir centro imobiliário de veraneio. Após o avanço das incorporações, os novos usuários tornaram-se mais comuns no cotidiano da praia. Silveira (2011) cita o livro Ceará, de 1966, de autoria de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, cujas passagens descrevem os passeios de praia aos domingos, as belezas naturais e a abundância dos mariscos. Era um movimento provocado por vilegiaturistas, moradores insatisfeitos com a poluição das praias de Fortaleza e induzidos a adquirir uma segunda residência nas praias metropolitanas.

O crescimento da demanda por lazer nos espaços litorâneos e o turismo representaram processo conflituoso a repercutir territorialmente para os pescadores, dada a possibilidade de perda de sua base espacial de sobrevivência (Dantas, 2007). Além das dificuldades na lida com o mar, surge a necessidade de lutar pela terra, pelo lugar de moradia. À situação de disputa dos pescadores, pode-se fazer aproximação ao que defende Santos e Silveira (2001), principalmente quando interpretam a solidariedade orgânica manifestada no espaço, que se refere aos homens lentos ou pode-se demarcar as contradições postas no movimento de reprodução da vida, frente as dificuldades básicas de moradia e sobrevivência (figura 2).

Figura 2 - Pescadores e empreendedores locais na praia do Cumbuco.



Fonte: Arquivo da família Bôsko Dias e publicada pelo jornal Diário do Nordeste (2021).

A mudança de toponímia indicou, simbolicamente, mudanças socioespaciais na praia de Icaraí. No Cumbuco, de forma semelhante, os antigos moradores denominavam a localidade como “Velho Cumbuco”. As atividades desempenhadas pela comunidade pesqueira da vila do Cumbuco estavam associadas à pesca, à criação de animais e ao cultivo de culturas como batata, milho e feijão, as casas eram de palha ou de madeira (Lopes, 2019; Cavalcante, 2012).

Outra evidência de uso do território associado à atividade pesqueira é a existência da Igreja São Pedro (padroeiro dos pescadores) nos bairros de Icarai, Cumbuco e Tabuba.

Somente no final do século XX, nas décadas de 1980 e de 1990, é que se consolida a associação espacial do uso residencial ocasional e a função residencial permanente, encarnada, sobretudo, pelos pescadores, marisqueiras e pequenos agricultores. Entre essas décadas, o lazer à beira mar e as atividades de vilegiatura marítima prolongam-se para áreas adjacentes do município de Fortaleza com maior intensidade (Cunha, 2017; Pereira, 2006, Teles, 2005). Em Aquiraz, o parque aquático Beach Park é construído em 1989, assim como a rodovia CE-025 responsável por conectar a zona de praia do Porto das Dunas à área sudeste de Fortaleza.

Esses fatos representam a crescente influência da atividade turística na integração dos municípios litorâneos da metrópole (Pereira, 2006). Em Caucaia, de forma semelhante, a construção de mansões e dos condomínios horizontais para o uso ocasional referem-se ao constante processo de urbanização turística.

A coexistência de residências de pescadores e de turistas, do uso permanente e ocasional é um fato. Essa característica representa uma marca de ocupação no território e de contato inicial entre as atividades tradicionais e a urbanidade. Além disso, existe também uma mudança de perfil de uso residencial (Silveira, 2011; Cunha, 2017). Em Icarai a diminuição do uso ocasional dos vilegiaturistas, em primeiro momento, e dos turistas, em segundo momento; dá lugar ao uso permanente, principalmente, em virtude da aquisição de imóveis para a primeira moradia por parte de setores da classe média.

A notabilidade das praias do município ocorreu durante a abertura econômica e política do Brasil (período de redemocratização), assim como no caso das praias situado em Aquiraz. A partir desse período, os estados e os municípios passaram a gozaram de maior autonomia para planejar e para gerir os recursos públicos. Além da possibilidade de estabelecer relações diretas com o mercado imobiliário, houve uma ativação da indústria da construção civil nesse período (Rufino, 2012; Tavares, 2022). Nesse sentido, o processo de ocupação paralelo à praia é dependente das demandas

gestadas em Fortaleza e direcionado para as zonas litorâneas dos municípios adjacentes.

Durante esse período, a produção do imobiliário litorâneo em Caucaia foi intensificada e se mantém até o presente (figura 3). Destaca-se nas décadas de 1980 e 1990, a construção do condomínio Super Quadra Klim, o Super Quadra Morada do Sol Nascente e a Esplanada do Icarai, o Residencial Yparaca, o Icarai Atlantic Village e Panorama Privée. Espaço de moradia e de lazer a beira mar, o surgimento de barracas de praia e de clubes de veraneio acompanham a construção dos condomínios (Silveira, 2011; Cavalcante, 2012, Cunha, 2017).

Figura 3 - Condomínios horizontais no litoral do Icarai (Caucaia), em 1986 e 2023.



Fonte: À esquerda, figura do jornal O Povo (1986) e adquirido por Silveira (2011); à direita, figura do Google Earth Pro (data: 5.6.2023)

Para compreender a construção de segundas residências por vilegiaturistas, Boyer (1997) atribui como fator importante a dimensão comportamental, visto que o usuário sazonal busca recriar, no lugar de visitação, um cenário semelhante à primeira residência (origem), que será utilizada em momentos oportunos de viagem. Em concordância com a ideias do autor, há uma padronização do consumo que invade o lugar que é visitado.

Concernente ao padrão estabelecido nas praias, para o lazer e o morar ocasional, as ocupações e o modo de vida tradicional são modificados. Inúmeras famílias de pescadores direcionam-se para áreas afastadas do mar. O reordenamento das casas dos pescadores do Cumbuco é um exemplo. Na década de 1970, o engenheiro

João Bosco Aguiar Dias foi o responsável pelo projeto de construção da vila com 80 casas, por meio da Cumbuco Empreendimentos LTDA em parceria com a prefeitura do município. Como resultado da incorporação, a área de moradia dos pescadores foi restrita aos lotes demarcados (figura 4).

Em virtude das regulações impostas ao ordenamento da vila e as pressões de empreendedores sob os moradores para adquirir lotes, diversas famílias foram morar na comunidade de Parazinho (bairro da Tabuba), área afastada em relação ao mar e próxima ao campo de dunas. No Icaraí, semelhantemente, as famílias de pescadores se distanciaram da praia e prosseguiram para outros bairros de Caucaia (Silveira, 2011; Cavalcante, 2012; Paz, 2020).

Figura 4 - Vista aérea da Colônia de Pescadores do Cumbuco (Z-7) em 1988.



Fonte: Colônia de Pescadores do Cumbuco Z-7 e citada por Cavalcante (2012).

O maior acirramento no uso do território é uma consequência para o habitante tradicional, que luta pela permanência no litoral, e a coexistência do morar ocasional, com os outros usos sazonais (Dantas, 2007). Enquanto que o uso permanente está associado ao cotidiano dos habitantes no lugar, o uso ocasional, representado

pelo desejo de morar na praia, atribui um sentido mercadológico de apropriação no território. A ativação do mercado imobiliário e a construção dos condomínios de praia são consequências disso. A consolidação da urbanização turística em Caucaia é concretizada com as políticas de desenvolvimento para o turismo. Com as atividades de lazer e turismo, a integração metropolitana é redimensionada e complementada com o vetor de incorporação das zonas de praia.

Consolidação do espaço turístico, segundas residências e a lógica de ocupação paralela à praia

Para demonstrar e averiguar a possível fragmentação socioespacial e entender as praias metropolitanas como lugar da moradia e do lazer, é necessário pontuar o dimensionamento territorial e econômico do litoral frente às políticas de desenvolvimento do turismo. Utilizando-se de revisão de literatura, entendeu-se a necessidade do registro dos marcos e processos decisivos no planejamento dos novos usos do território, com consequente refuncionalização do espaço de vida das comunidades pesqueiras, produzindo um espaço urbanizado e fragmentado.

No Estado do Ceará, a partir das décadas de 1980 e 1990, a classe política local, em conjunto com a União, direcionou as atenções para o litoral do Nordeste, considerando a assimetria econômica regional em relação ao processo de industrialização (Dantas, 2010). Caucaia juntamente com Fortaleza e Aquiraz; ao final do século XX, foram consolidados turisticamente em virtude de um conjunto de ações econômicas promovidas pelo Estado e pelas políticas setoriais da federação.

A primeira fase do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), em 1992, foi considerada o primeiro desdobramento, a nível nacional, da política econômica direcionada para as zonas costeiras. Anteriormente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS), em 1989, foi o pioneiro em relação aos demais planos estaduais e nacionais. A assimetria regional em relação à região Sudeste foi fundamental para criação do PRODETUR/NE, tendo como

principal financiador, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No Estado do Ceará, a área prioritária para o aporte de recursos orçamentários foi o litoral oeste, denominada Costa do Sol Poente, entre eles Caucaia (Dantas, 2010; Alves, 2013; Paiva, 2014; Paiva, 2010).

Nessa fase, o Aeroporto Pinto Martins é projetado para voos internacionais e a malha rodoviária litorânea é redimensionada do sertão para o litoral. De acordo com Dantas (2010), o aeroporto é responsável pela captação de turistas de longa distância e as rodovias são estruturas que difundem os fluxos turísticos entre os municípios (tabela 1).

Tabela 1 - Movimentação de embarque e desembarque de passageiros (PAX) no Aeroporto Internacional Pinto Martins (Fortaleza, CE).

Movimentação no Aeroporto Internacional Pinto Martins			
ANO	EMBARQUES (PAX's)	DESEMBARQUES (PAX's)	TOTAL
2010	2.216.703	2.397.225	4.613.928
2015	3.199.112	3.148.431	6.347.543
2019*	3.585.191	3.626.510	7.211.701
2020**	1.567.536	1.562.015	3.129.551
2022	2.892.467	2.856.425	5.758.892
*Ano pré-pandêmico		**Período de Pandemia COVID-19	

Fonte: Secretaria de Turismo do Ceará (2023)

A primeira fase do PRODETUR (1992) possuía componentes, como saneamento, transportes, aeroportos, recuperação e proteção ambiental. Em Caucaia, as praias de Tabuba, Cumbuco, Icaraí e Pacheco foram beneficiadas com a construção do sistema de abastecimento de água e saneamento básico, além disso, atividades de conservação e de preservação ambiental também projetaram essas praias no contexto metropolitano de Fortaleza (Alves, 2013; Araújo e Pereira, 2011).

Além disso, tanto a primeira fase como a segunda fase do PRODETUR/NE (2003) aprimorou a mobilidade no município, haja vista a construção das rodovias CE-085 e a CE-090 (atualmente em processo de duplicação até Cumbuco). Como resultado, favoreceu-se o fluxo diário e sazonal da sede do município de Caucaia e de Fortaleza em direção às praias municipais. Tais investimentos também

Capítulo 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

possibilitaram a consolidação de outras atividades econômicas, inclusive com investimentos estrangeiros na produção imobiliária e/ou na atividade turística (Dantas, 2010; Paiva, 2014; Paiva, 2010). No domínio dos fixos, a consolidação do turismo em Caucaia e municípios litorâneos é evidenciada pelo crescimento das unidades de hospedagem (tabela 2).

Tabela 2 - Oferta de leitos de hospedagem em Caucaia e litoral do Ceará.

Unidade Geográfica	2005	2010	2021
Municípios Litorâneos	43.164	51.178	81.115
Caucaia	2.145	3.554	5.930
Relação (%)	4,96%	6,94%	7,31%

Fonte: IPECEDATA (2023).

Nesse sentido, o processo de expansão urbana, outrora marcado pelos conjuntos habitacionais na década de 1960 (Silva, 1992; Pequeno e Aragão, 2009), na porção continental do município, alcança o litoral. Neste caso, derivado do uso residencial ocasional para o lazer e associado ao permanente a incluir tradicionais e novos residentes. Ao final do século XX, Caucaia, juntamente com Fortaleza e Aquiraz, tornam-se especialidades litorâneas consolidadas quanto ao uso residencial ocasional (Dantas, 2010; Pereira, 2012; Silveira, 2011, Panizza e Pereira, 2009). O crescimento no quantitativo de domicílios utilizados com essa finalidade confirma essa característica (Tabela 3).

Tabela 3 - Domicílios de Uso Ocasional em Caucaia e litoral do Ceará.

Unidade Geográfica	1980	1991	2000	2010	2022
Municípios Litorâneos	5.919	18.318	31.537	48.402	92.300
Caucaia	1.192	3.877	6.540	6.009	13.044
Relação (%)	20,10%	21,16%	20,73%	12,41%	14,13%

Fonte: Censo Demográfico 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

A consolidação das segundas residências no litoral de Caucaia é evidente, nas décadas de 1980, 1990 e 2000, em relação a totalidade dos municípios litorâneos. Mas para além desse município, as políticas setoriais destinadas à promoção turística no Ceará descentralizaram os investimentos, sobretudo no litoral oeste, em direção a destinos como Jijoca de Jericoacoara, Parnaíba e Lençóis Maranhenses (Alves, 2013). Resultado disso, nos registros censitários de 2010 e de 2022, a participação de Caucaia diminuiu em relação aos demais litorâneos, mesmo com o crescimento de 117% de domicílios de uso ocasional nesse período.

Justaposição e fragmentação: padrões espaciais do habitar em zonas de praia em Caucaia

Na perspectiva trabalhada por Lefebvre (2008), a implosão-exploração do urbano está diretamente relacionado à centralidade do processo de urbanização no desenvolvimento da economia capitalista, o valor de troca em detrimento ao valor de uso. Esse modelo, baseado no padrão mercantil-urbano de acesso aos imóveis, produziu padrão de ocupação residencial, mas também, fundado na identificação de duas áreas relativamente homogêneas em relação ao uso do território: a primeira, paralelamente à praia e, a segunda, nas bordas da ocupação litorânea em direção ao continente. No primeiro caso, predominam as segundas residências, o habitar da classe média e, como exceção, a vila de pescadores do Cumbuco, como ocupação tradicional posto processo de resistência frente ao ordenamento territorial promovido pela atividade turística.

No censo demográfico de 2022, Caucaia, em relação aos municípios litorâneos, contabilizou 13.044 segundas residências do estado, o segundo maior número do Estado. Além de apontar para o crescimento, na perspectiva territorial foi identificado que esse uso está se concentrando nas áreas próximas ao mar. Mediante ao uso de fotografias do *Google Earth Pro* e da malha censitária do IBGE (2010) delimitou-se o uso ocasional em ocupações paralelas à praia (figura 5), constatação comum na configuração territorial verificada em outros estudos (Dantas, 2010; Tavares, 2022 e Silva, 2018).

Capítulo 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

Figura 5 - Concentração de segundas residências em setores censitários paralelos à praia.



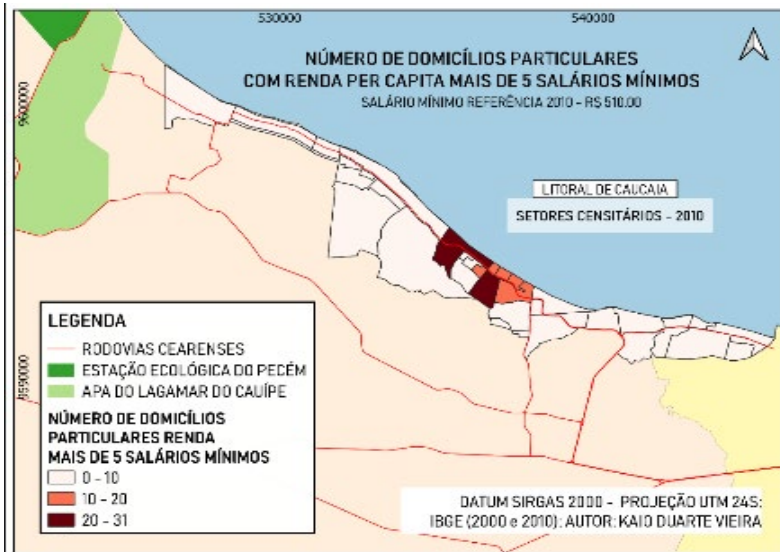
Fonte: IBGE (2010) e imagens do Google Earth Pro.

Paralelo às praias de Caucaia tem-se três subáreas. A primeira, marcada por ocupações da comunidade tradicional pesqueira, especialmente, no bairro do Cumbuco, com a Vila de Pescadores do Cumbuco. Na segunda se observa o crescimento das segundas residências para a totalidade dos bairros li do município a compor a paisagem litorânea. Na última, verifica-se o redimensionamento da atividade turística metropolitana e a atualização da forma-conteúdo frente à modernização do mercado imobiliário e financei-

ro, dentre elas mansões, resorts e condomínios fechados (Pereira, 2013; e Cunha, 2017).

No bairro do Icaraí, especificamente, a classe média habita nos setores paralelos à praia, ou seja, o perfil dos habitantes foi modificado, não deixou vestígios das ocupações tradicionais pré-existentes ao processo de urbanização turística. Em virtude da ampliação do arranjo metropolitano litorâneo, a classe média direciona-se para as praias de Caucaia. A transformação da segunda residência para uso permanente por uma classe de maior rendimento confirma as zonas de praia como lugar preferível para a moradia, associada com a dinâmica dos lazeres (figura 6).

Figura 6 - Rendimento per capita dos moradores igual e acima de 5 salários mínimos.



Fonte: IBGE (2010) e sistematizado pelos autores.

Essa parcela de território é renovada pela forma-conteúdo em virtude da porosidade do espaço frente à metropolização e fragmentação dos espaços urbanos. Assim, a partir de uma demanda de fluxos turísticos externos, as formas são atualizadas, coexistindo formas diferenciadas do morar ocasional e do habitar. Considerando que Caucaia integra o tecido metropolitano, o processo de metropolização é produto e condição para redimensionamento da função turística, sobretudo em Cumbuco.

A situação geográfica marítima-litorânea é fortalecida com a construção do Complexo Industrial Portuário do Pecém¹ (2001), localizado à 27 quilômetros do bairro Icaraí. O crescimento desse uso ao território, juntamente com a atividade turística, foi responsável pela migração da mão de obra especializada, sobretudo, de engenheiros e técnicos industriais (figura 7). Fato esse que ocasionou em maior demanda por imóveis na área de praia, consequentemente, a elevação dos preços médios do metro quadro dos imóveis residenciais (Cunha, 2017; Silveira, 2011; Araujo e Pereira, 2011).

Figura 7 - Localização do Porto e Complexo Industrial do Pecém.



Fonte: Cavalcante (2019).

Se, inicialmente, as praias foram ocupadas por segundas residências, em momento posterior, há intensificação da atividade comercial e a ampliação da rede de serviços. Esse processo ganha maior pujança haja vista a reestruturação espacial promovida pela dinâmica das atividades industriais e portuárias. Esse momento é entendido como de inflexão, com tendência à ampliação do uso residencial permanente (Cunha, 2017; Silveira, 2011; Teles, 2005).

A segunda área homogênea de ocupação, mais distante da faixa de praia, é marcada por conteúdo social diferente, evidenciado pela pobreza de renda e a precariedade urbanística dos domicílios (figura 8).

Figura 8 - Concentração de domicílios de uso permanente em setores censitários periféricos à praia.



Fonte: IBGE (2010) e imagens do Google Earth Pro.

Como apontado anteriormente, a descaracterização das ocupações tradicionais paralelas à praia foram consequências do parcelamento do solo urbano, a ocupação do uso residencial ocasional e a racionalidade da política econômica a privilegiar as praias como um

Capítulo 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

negócio turístico (Pereira, 2012; Pereira, 2013; Dantas, 2010; Cavalcante, 2012). Transformando a forma-conteúdo tradicional, a partir da fragmentação metropolitana do uso ocasional e do lazer à beira mar.

As ocupações nas franjas periféricas à praia foram uma consequência direta desse novo arranjo socioespacial metropolitano e marítimo. O morar ocasional, preponderante nas áreas paralelas à praia possui menor incidência se forem considerados essa segunda tipo de área. A literatura indica que os moradores tradicionais que saíram de setores paralelos à praia dirigiram-se para outros bairros litorâneos, em áreas mais afastadas da praia, por isso, um movimento de ocupação periférico à praia, com proximidade geométrica mais distância social (Cavalcante, 2012; Paz, 2022) (figura 9).

Nessas áreas, a composição social dos moradores está para as menores classes de rendimento, principalmente, na faixa de renda que compreende faixa abaixo ou igual a 1 salário mínimo *per capita*. Nos bairros litorâneos de Caucaia, as faixas de renda *per capita* são predominantemente baixas (quadro 1). Aponta para a relação entre ambas lógicas de ocupação territorial a partir da renda.

Quadro 1 - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita nos bairros litorâneos.

Bairro	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (%)			
	Total	Até 1/4 de salário mínimo	Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
Cumbuco - Caucaia (CE)	100	20,82	33,52	30,56
Icaraí - Caucaia (CE)	100	16,12	26,74	24,25
Iparana - Caucaia (CE)	100	27,66	33,23	25,44
Jardim Icaraí - Caucaia (CE)	100	21,28	27,03	33,29
Pacheco - Caucaia (CE)	100	22,62	36,29	20,98
Parque Leblon - Caucaia (CE)	100	27,99	31,68	25,6
Bairro	Mais de 1 a 2 salários mínimos	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos
Cumbuco - Caucaia (CE)	9,64	2,04	1,02	0,71
Icaraí - Caucaia (CE)	15,41	5,14	5,24	3,55
Iparana - Caucaia (CE)	7,49	1,75	1,3	0,83
Jardim Icaraí - Caucaia (CE)	7,88	3,44	2,5	1,38
Pacheco - Caucaia (CE)	8,44	3,15	2,08	2,71
Parque Leblon - Caucaia (CE)	8,57	1,58	1,41	1,08

Fonte: Censo Demográfico 2010 e sistematizado pelo autor.

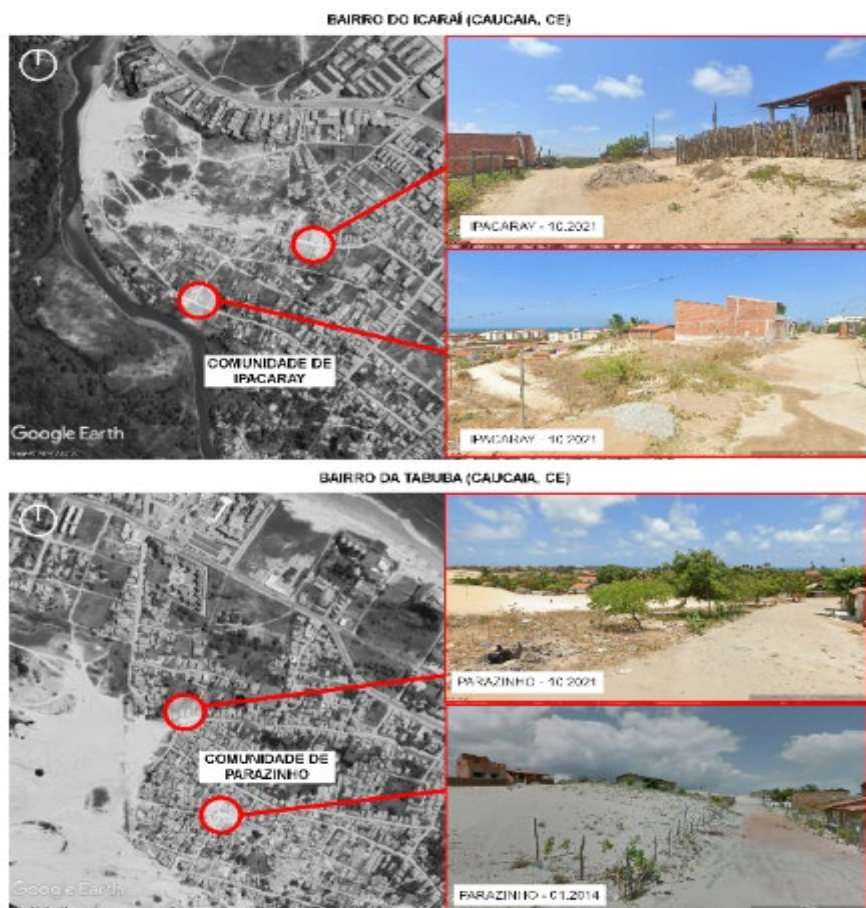
Em todos os bairros litorâneos as faixas de renda são baixas. Nos bairros de Iparana, Cumbuco e Parque Leblon, por exemplo, o habitar da classe média é pouco expressivo. São as famílias empobrecidas que predominam justapostas aos domicílios de uso ocasional paralelos à praia. A composição social do habitar é heterogênea no litoral desse município. Ademais, também existem bairros onde a questão é aprofundada pela densidade de domicílios de uso ocasional e permanente.

Como é o caso do bairro do Icaraí que apresenta características diferenciadas quanto às ocupações paralelas e mais interiores. Dos bairros litorâneos, esse é o que apresenta maior diversidade quanto ao uso residencial permanente pois agrega todas as classes de rendimento. Nessa praia, verificou-se maior heterogeneidade: classe média, ocupante da faixa paralela à praia e número expressivo de habitantes com rendimento abaixo ou igual a 1 salário mínimo, respectivamente, 29,34% e 67,11%. Na localidade chamada popularmente de Ypacarai, também os mais pobres estão nas áreas periféricas à praia, separados dos condomínios horizontais.

Em Tabuba, as áreas interiores à praia apresentam a maior correlação entre número de habitantes, número de domicílios particulares permanentes ocupados e rendimento abaixo ou igual a 1 salário mínimo. Isso se explica pela formação das comunidades de Parazinho e de Ypacarai, reconhecidas como assentamento precários e apresentar conflitos socioambientais (figura 8).

Capítulo 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

Figura 8 - Comunidade de Ipacaray e de Parazinho no litoral de Caucaia.



Fonte: Google Earth Pro e sistematizado pelos autores.

Após análise do padrão espacial e de renda, destacou-se configuração territorial a detalhar os usos residenciais em seu quadro de justapostos no litoral de Caucaia. Diante dos dados empíricos, é preciso refletir sobre o significa do processo de justaposição haja vista à proximidade espacial com enorme distância social (Vasconcelos, 2020). Esse é, indiscutivelmente, resultado de 60 décadas de ocupação do litoral de Caucaia (quadro 2).

Quadro 2 - Padrões residenciais e formas de ocupação no território.

Padrões residenciais e formas de ocupação no território		
Período	Padrões residenciais	Lógica de ocupação
1950 - 1960	DUP's - Comunidade tradicional pesqueira (casas de palha, taipa e alvenaria).	Paralelo à praia
1960 - 1970	DUO's - Condomínios horizontais para veraneio (mansões e condomínios horizontais); reordenamento da Vila de Pescadores do Cumbuco.	Paralelo à praia
1980 - 1990	DUO's - Crescimento de condomínios horizontais para veraneio; barracas de praia e clubes de veraneio.	Paralelo à praia
1990 - 2010	Consolidação turística de Caucaia; maior número de DUO's e de estabelecimentos de hospedagem (hotéis e pousadas); crescimento da comunidade de Parazinho.	Paralelo e periférico à praia
2010 - Atual	DUO's - Complexos turísticos imobiliários (resorts); consolidação dos DUP's (classe média e pobre); crescimento de comunidades urbanas (Parazinho, Ipacaray e Parque Leblon).	Paralelo e periférico à praia

DUP - Domicílios de uso permanente; DUO - Domicílios de uso ocasional

Fonte: Elaborado pelos autores.

A modernização seletiva do litoral é consequência de décadas de transformações na forma-conteúdo turístico paralelo à praia (Cavalcante, 2012; Pereira, 2013). Nesse sentido, a atualização dos conteúdos sociais e imobiliários nas áreas estudadas tende a complexificação promovida pelo adensamento da integração metropolitana, o que produz aprofundamento das desigualdades territoriais: elevação do número de segundas residências e do imobiliário turístico e crescimento das comunidades precárias situadas nas periferias da praia.

Considerações finais

É fato que as políticas de desenvolvimento para o turismo reverberaram em transformações sociais e econômicas a refletir na estrutura espacial do litoral. A descentralização de investimentos para o litoral oeste e o marketing promovido pelos agentes políticos

acentuaram a fragmentação socioespacial no litoral metropolitano. Na dimensão da habitação e do lazer, Caucaia tornou-se um município turístico consolidado.

Essa atividade movimentou uma ordem de fixos (aeroporto, segundas residências, unidades de hospedagem, dentre outros empreendimentos imobiliários turísticos) e de fluxos (fluxos turísticos nacionais, internacionais e metropolitanos). O processo de urbanização turística é prolongado nas áreas litorâneas metropolitanas, a partir da produção de espaços para o consumo.

O crescimento de segundas residências em Caucaia foi uma consequência da integração litorânea-marítima na metrópole. No entanto, no litoral desse município o uso permanente é preponderante ao uso ocasional, essa dualidade foi apontada a partir do Censo Demográfico 2010. Nos setores paralelos, a predominância do uso ocasional e dos empreendimentos turísticos. Em menor número, o uso permanente da comunidade de pescadores, no bairro do Cumbuco, e da classe média, no bairro do Icaraiá. A presença da comunidade tradicional representa a primeira forma de ocupação do litoral, enquanto que o habitar da classe média é um fato espacial diferenciado frente a outras espacialidades litorâneas metropolitanas.

O rearranjo espacial da metrópole litorânea-marítima direcionou para o município de Caucaia uma fragmentação a partir do uso ocasional e do lazer a beira-mar. Paralelo a isso, o surgimento de serviços e de postos de trabalho bem remunerados no Complexo Industrial Portuário do Pecém, auxiliaram na compreensão do litoral de Caucaia como lugar preterido do habitar da classe média. A valorização dos imóveis e a alta procura por moradia próxima à praia é resultado de uma apropriação simbólica e econômica desses espaços pelo mercado imobiliário. A partir da década de 1980, houve uma ativação do setor imobiliário no litoral de Caucaia, fato que repercutiu em ocupações paralelas ao mar.

Na segunda metade do século XX, em 1960, o uso ocasional deixa de ser um fato somente para o intraurbano de Fortaleza e prolonga-se para o litoral metropolitano de Fortaleza, principalmente, em Caucaia. Assim, emerge a dualidade do uso residencial nesse litoral. A localização das segundas residências privilegia pa-

ravelmente as praias, e as políticas de desenvolvimento para o turismo reforçaram essa forma de ocupação.

A atuação do mercado imobiliário é um dos principais agentes que dinamizam a urbanização turística. O solo urbano litorâneo torna-se um ponto de acirramento entre o cotidiano dos habitantes, onde se localiza as necessidades básicas dos indivíduos, e a renda da terra urbana litorânea. Nesse aspecto, a urbanização turística está associada à lógica fragmentária da metrópole, acompanhada pela produção do imobiliário para as segundas residências e pelo lazer à beira mar.

Nesses termos, a fragmentação da vida dos habitantes tradicionais e urbanos é condicionada pelo uso turístico e sazonal das segundas residências. O prolongamento da franja urbana paralelo à praia consolida-se em Caucaia, fato a recortar territorialmente o litoral. Como evidenciado nos bairros litorâneos de Caucaia, existe um recorte paralelo e outro periférico à praia, essa diferenciação está pautada na maior ou menor influência dos usos residenciais ocasionais e permanentes. De forma periférica, a localização predominante de domicílios precários com baixa renda, o que confirma a valorização econômica dos setores paralelos à praia.

A fragmentação socioespacial, a partir da dimensão habitacional e do lazer, aponta para a consolidação turística e habitacional de Caucaia. Enquanto que a justaposição socioespacial é uma consequência disso. Diferente de Fortaleza, onde existe uma homogeneidade em relação à renda dos habitantes na escala dos bairros litorâneos; em Caucaia, essa proximidade está colocada na escala dos setores censitários. Dentro de um mesmo bairro, há relação de proximidade espacial entre os domicílios dos habitantes e dos moradores ocasionais, no entanto, verifica-se distância social, sobretudo ao considerar a renda *per capita*.

Referências bibliográficas

ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 12, n. 1, p. 80–101, 1 fev. 2018.

ABREU, L. M.; COSTA, A. Turismo e Litoral: transformações espaciais, fragmen-

Capítulo 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

tação urbana e exclusão social no Nordeste do Brasil. *Revista Thésis*, v. 2, n. 3, 11 out. 2017.

ALVES, L. S. F.; DANTAS, E. W. C. **Culturas de ordenamento territorial do turismo das regiões metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. 2013. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

ARRAIS, T. A. Integração do mercado imobiliário e segunda residência – Brasil metropolitano. *Mercator (Fortaleza)*, v. 13, p. 49 – 62, 2014.

ARAUJO, Enos Feitosa; PEREIRA, Alexandre Queiroz. O turismo e a valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE. *Raega-O Espaço Geográfico em Análise*, v. 21, 2011.

BOYER, M. Le tourisme, une épistémologie spécifique en quête de paradigmes. *Loisir et Société / Society and Leisure*, v. 20, n. 2, p. 455–477, 1 jan. 1997.

CAVALCANTE, E. O. **Modernização seletiva do litoral: conflitos, mudanças e permanências da localidade do Cumbuco (CE)**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

CAVALCANTE, Eider de Olivindo. **Os meandros do habitar na metrópole: expansão urbana e controle territorial na produção do litoral de Fortaleza**. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CAVALCANTE, Francisca Bruna Santiago Viana. **Pecém: do local ao global. Geosaberes**, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 1 - 16, maio, 2019.

CARLOS, A. F. A.. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. DOI: Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/388 Acesso em 5 fevereiro. 2024.

COSTA, D. L. dos S.; FILHO, E. V. da S. Só é possível habitar o que se constrói: uma compreensão constitucionalmente adequada do direito fundamental à moradia no Brasil contemporâneo. *Revista Direito em Debate*, [S. l.], v. 29, n. 53, p. 116–127, 2020. DOI: 10.21527/2176-6622.2020.53.116-127. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/9967> Acesso em: 5 fev. 2024.

CUNHA, G. B.; PEREIRA, A. Q. Vilegiatura marítima e os municípios litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza: o caso de Aquiraz, Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Cascavel. *GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais*, v. 6, p. 417-426, 2015.

CUNHA, Gabriela Bento. **Urbanização litorânea e planejamento na metrópole: a produção do espaço urbano de Fortaleza**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

DANTAS, E. W. C. ; PEREIRA, A. Q. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, E. W. C; FERREIRA, A. L; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.). **Tu-**

rismo e imobiliário nas metrópoles. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010, v. 1, p. 71-84.

DANTAS, E. W. C.. O Pescador na Terra. In: SILVA, J. B.; CAVACANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2 ed.Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2007, v. 1, p. 15-27.

DANTAS, E. W. C.. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral.** 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DÍAZ ORUETA, F.; LOURÉS SEOANE, M. L. **Housing, tourism and the real estate sector: the Spanish Mediterranean Coast.** Repositório Institucional de la Universidad de Alicante, 4 nov. 2007. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/handle/10045/2775> . Data de acesso: 30 de julho de 2023.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** 3a reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

LOPES, F. W. R.. **Destinos turísticos e populações nativas: experiência e narrativas de mudança social.** 2019. 302f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

MARTINS, J. C. F. Algarve, **Da Urbanização Turística à Metropolização Sazonal – 1960/2013.** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Sociologia. Repositório Universidade Nova, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/14496> . Acesso em: 26 out. 2023.

OLIVEIRA, E. J. DE. La expansión del turismo y las segundas residencias. Implicaciones en el sector inmobiliario de la costa de Parnamirim/RN y Nísia Floresta/RN (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 24, n. 2, p. 279-295, 2015.

PAIVA, R. A. Sobre a relação turismo e urbanização. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 20, n. 33, p. 126, 26 jun. 2013.

PAIVA, R. A. Urbanização e políticas de turismo no Ceará, Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n.21/22, p. 305-18, 2014.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes et al. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, p. 197-213, 2010.

PAZ, Francileuda Pontes. **O morar na praia: transformações e permanências na moradia litorânea em Caucaia – CE.** 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PANIZZA, A. de C.; PEREIRA, A. de Q. Residências secundárias e estruturação sócio-espacial da zona costeira cearense, Brasil. **GEOGRAFIA** (Londrina), [S. l.], v. 18, n. 2, p. 53-74, 2009. DOI: 10.5433/2447-1747.2009v18n2p53. Disponível em:

Capítulo 19 - Usos residenciais, lazer e fragmentação do litoral oeste da metrópole fortalezense

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2330> . Acesso em: 10 fev. 2024.

PEQUENO, L. R. B.; ARAGÃO, Themis A. **Dimensão habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza**. In: Renato Pequeno. (Org.). Como Anda Fortaleza. 1ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2009, v. 5, p. 69-96.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2006.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**: contribuições da vilegiatura marítima à metropolização no nordeste do Brasil. 2012. 350 f.; Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza-CE, 2012.

PEREIRA, A. Q.. Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará, Brasil. Quatre Décennies De Transformations: La villégiature maritime sur la côte métropolitaine de Fortaleza, Ceará- Brésil. Four Decades of Transformations: The maritime summer vacation in the metropolitan coast of Fortaleza, Ceará, Brazil. **Confins (Paris)**, p. 1-19, 2013.

PEREIRA, A. Q.; DANTAS, E. W. C. ; GOMES, I. R. . **Lazer na praia**: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária - UFC, 2017. 107p.

RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ibge. Coordenação de Geografia (ed.). **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ibge, 2016. 167 p. (Coleção Ibgeana). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=299700> . Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001. 471p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Coleção Milton Santos. 4 – Ed. 8ª reimpr. Editora: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVEIRA, B. R. **O morar permanente na praia**: moradia e vilegiatura na localidade praiana do Icarai - CE. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, J. B.. **Os incomodados não se retiram**. 1. ed. Fortaleza: Multigraf. Editora, 1992. v. 1. 192p .

SILVA, Regina Balbino da. **O lazer popular nos espaços à beira-mar em Fortaleza-CE**. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação socioespacial**. Mercator (Fortaleza), v. 19, 2020.

TELES, G. A. **Dinâmicas Metropolitanas Contemporâneas: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Cear. Fortaleza – CE. 2005. Centro de Ciências e Tecnologia.

TAVARES, Isabella Freires. **Parcerias públicas e privadas e a incorporação imobiliária na orla de Fortaleza-CE**. 2022. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

VASCO, N. DE B. S. **Quantificar e caracterizar o destino turístico: um ensaio sobre o Algarve**. Dissertação Mestrado em Marketing. Sapientia – Repositório da Universidade do Algarve, 2014. Disponível em: <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/8256> . Acesso em: 1 de outubro de 2023.

VASCONCELOS, P. A. Uma discussão sobre o uso dos conceitos de processos (e formas) espaciais nas cidades brasileiras. **CONFINS (PARIS)**, v. 44, p. 1-13, 2020.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10082012-183616/> . Acesso em: 31 out. 2023.

CAPÍTULO 20

O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital

Otoniel Fernandes da Silva Júnior¹

Introdução

O formato de proximidade seria um retorno ao mercado de vizinhança nas suas práticas de venda e de relacionamento com os consumidores? O vínculo de confiança e a familiaridade com os mercados de bairro e vizinhança seriam reproduzidos pelos formatos de proximidade? A característica marcante dos mercados de vizinhança é o estabelecimento de vínculos pessoais, para além da troca, seria então oportunamente simulado, replicado, encenado pelos formatos de proximidade que despontam na paisagem da metrópole paulista? As respostas a estas questões não são definitivas uma vez que as formas do comércio como apontava Pintaudi (1999) são antes de tudo formas sociais e uma explicação aligeirada a estas questões não aproximaria da complexidade inextricável que existem entre os fatores que precisam ser relacionados em sua totalidade: entre acumulação do capital por redes varejistas de abastecimento alimentar, a reprodução das formas comerciais e a própria reprodução da sociedade, assim como as possíveis alterações em hábitos de consumo e, por fim, o processo de alienação disso tudo.

As peças de publicidade e *marketing* para divulgação das formas comerciais de proximidade, nos revelam a intencionalidade das estratégias de distribuição e de aproximação da vida cotidiana. Como exemplo encontramos no site do Grupo Pão de Açúcar, onde se refere ao “Mini Extra é como um vizinho, voltado para as necessidades da vida cotidiana” que oferece produtos básicos e perecíveis frescos com preços justos e qualidade, assim como “uma relação de proximidade e confiança com os consumidores”. As palavras

1 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - otonielfernandes@uern.br - ORCID

expressam as intencionalidades estratégicas das grandes redes de distribuição alimentar, mas sobretudo estabelece conexões com questões socioespaciais que precisam ser entendidas.

De acordo com René Perón (2001), a proximidade enquanto conceito, formada no mundo rural tem sido evocada, não como o paradigma da crise, mas para justificar a emergência de novos serviços. Desenvolvendo-se um ideal de organização urbana a partir das críticas dirigidas a construção dos grandes conjuntos habitacionais na década de 1960, as doutrinas urbanistas colocavam que os equipamentos de serviços deveriam ser ofertados o mais próximo possível. O modelo anglo saxão introduz o conceito de unidade de vizinhança. Contudo, devemos aqui demarcar uma distinção que a proximidade espacial embora tenha similaridades não é sinônimo de vizinhança, esta última se aproxima aos laços sociais e o uso do espaço que ultrapassaria a dimensão restrita do mundo da mercadoria.

Retomando a discussão sobre a proximidade espacial, Perón (2001) lembra que a proximidade não se pode definir sem relacionar com outro polo de estruturação que é a centralidade. As críticas a uma utopia tecnocrata e do urbanismo, levantada por Henri Lefebvre sobre a ideologia de bairro, em que partidários do urbanismo moderno acreditam que o *“barrio no es un detalle accidental, un aspecto secundário y contingente de la realidad urbana”* (Lefebvre, 1978: p.195). Assim Lefebvre (1978) mostra que as visões dos arquitetos e urbanistas que projetam a cidade são repletas de reduções do bairro e da vida do bairro, pondo uma visão que não há articulação entre formas, funções e estruturas. A engenharia social, com suas narratividades arquitetadas por demanda, revelam que as instituições não têm mais nada em comum com o bairro, no contexto atual elas mais do que nunca são subsumidas, esmagadas pela ideologia do bairro. Lefebvre (1978) lança sua crítica sobre a visão arcaica e fragmentada da perspectiva da organização espacial e da visão que mantém dupla predominância da freguesia e dos deslocamentos a pé. A ideologia presente se coloca tal como extrapolação do real, entendendo o bairro e a vida no bairro como um conjunto de objetos sistematicamente elencados para designar a comunidade ou a coletividade.

Capítulo 20 - *O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital*

Contudo, a ideologia de bairro, tem sua eficácia e enquanto se introduzem no nível das práticas sociais, ainda que normatizadas, tem sua coerência e existência. Apesar disso, nos alerta Lefèbvre (1978) que o único método científico para definir o bairro e a vida do bairro, se aproximando dos seus graus de realidade, seria através da abordagem da cidade como totalidade e não como um conjunto de elementos e aspectos que os envolve, as formas de acesso à totalidade e globalidade são as únicas possibilidades de compreensão da realidade.

Nesta discussão temos o bairro e sua noção espacial como núcleo social onde acontece a vida. Na perspectiva da dimensão espacial temos um nível — o do pedestre, que “determina a escala humana da sociedade de toda a sociedade, num momento em que, por sorte ou desgraça o automóvel, o avião e logo as modernas técnicas de transporte definem o espaço social e colocam novos problemas” (Lefèbvre, 1978: p. 198). De outro lado, da perspectiva e da organização da sociedade, as instituições aquelas que determinam os projetos urbanísticos não têm mais nada em comum com o bairro. Assim, as relações espaçotemporais da escala da proximidade espacial extrapolam a vida social e estranha à comunidade, alimenta as ideologias de bairro.

Até aqui, tivemos as noções que convergem para entendermos o conceito de proximidade espacial que se apresenta como seu papel normatizador e tende para o negativo da sua dimensão espacial — não sendo possível pensar na proximidade espacial nos termos da ideologia de bairro e dos projetos dos tecnocratas como o lugar do encontro, do ajuntamento, pois aparece como uma dualidade ao espaço social — entre troca e uso, participação e afastamento, integração e desintegração. É neste sentido que Péron (2001) coloca que as formas comerciais da grande distribuição em sua fase de expansão na França a partir do surgimento da forma supermercado na década de 1950 até o surgimento das grandes superfícies, direciona-se para livrar-se das restrições com as formas de proximidade espacial. Contudo, nunca é demais lembrar que as grandes superfícies de abastecimento alimentar, no caso francês, foram impedidas de se implantar em áreas centrais pela lei Royer (1970), restando as periferias da grande Paris; caso diferente, quando se pensa na chegada dos

hipermercados no contexto das metrópoles brasileiras, como, por exemplo, São Paulo, onde o primeiro hipermercado não conheceu nenhuma restrição de legislação urbanística.

Neste contexto das transformações das práticas comerciais R. Perón (2001) aponta que teria ocorrido um desencontro com o modelo de ideologia do bairro e, conseqüentemente, do modelo de proximidade espacial nela contido. O aumento da mobilidade da vida cotidiana, coloca-se como um dos motivos para esse desencontro entre o planejamento urbano e a emergência de novas formas comerciais, uma vez que os modelos tradicionais de comércio varejista de alimentos podiam ser cumpridos “a pé”.

As formas comerciais é resultado da relação entre espaço e tempo e seus conteúdos são mediados por representações. Tais representações se interpõem entre uma presença e uma ausência. De acordo com Lefèbvre (1983, p. 255 – 256), a presença sempre “é dada em uma forma e, no entanto, a forma, tomada separadamente, é oca, portanto, ausência. Tomado separadamente, o conteúdo é disforme, portanto ausente. Forma e conteúdo separados são fugas de presença².” Contudo, no que tange às formas comerciais dos mercados de proximidade especificamente, esse instante de captura do movimento de transitar pelas vias da cidade, a presença se perde na representação e torna-se alienação das práticas sociais. Neste sentido, se antes os pequenos comércios incrustados no interior da vida do bairro e na tessitura fina do cotidiano construía relações de sociabilidade e de vizinhança, mesmo que o objetivo fosse mediado pelas relações de trocas comerciais, a presença das novas formas revela a ausência desses referenciais e sua alienação.

As estratégias espaciais das grandes corporações supermercadistas na expansão dos formatos dos mercados de proximidade

As atividades desenvolvidas no cotidiano da cidade necessitam de deslocamentos e contatos frequentes. Os meios e instru-

2 “se da en una forma y sin embargo la forma, tomada separadamente es hueca, por lo tanto ausencia. Tomado por separado el contenido es informe, por lo tanto ausente. Forma y contenido separados son fugas de la presencia”. Lefèbvre (1983, p. 255 – 256)

Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital

mentos que permitem o movimento da sociedade no espaço das cidades nos dão os elementos de análise sobre cada momento dessa sociedade. Se pensarmos na escala da cidade de São Paulo, desde sua fase embrionária como núcleo urbano que passa à cidade comercial, industrial até a fase atual da cidade sob a égide do capital financeiro, temos transformações na mobilidade à medida que se dava a implosão das suas áreas centrais. Da cidade dos deslocamentos mais curtos a pé até a velocidade dos transportes, dos veículos automotores que dominam gradativamente todos os espaços de vida, incluindo os bairros, se erguem estruturas de concreto na superfície e abaixo dela para fazer fluir as necessidades impostas pelo tempo do trabalho em uma cidade que, fragmentada, precisa alimentar a circulação de pessoas, veículos e mercadorias.

Neste sentido, podemos atestar que, na passagem da cidade mercantil para a cidade da industrial, a figura do *flanêur*, como apresentou Walter Benjamin (1935), encontra-se tanto no limiar da cidade grande quanto da classe burguesa, pois sua atitude com a cidade moldada sob a ótica capitalista é de não pertencimento, de estranhamento, logo o simples caminhar pelas ruas da cidade, foi submetido pelo cotidiano e pela repetição — a cisão entre casa e trabalho, o ir e vir dos espaços de obrigações institucionalizadas (igreja, universidades, escolas) o corrente deslocamento para os espaços de consumo. A cidade do *flanêur*, do pedestre na capital paulista já não mais existe. Como afirmou Benjamin (1935.p.461) “a rua conduz o *flanêur* por um tempo que não mais existe”, este agora representado na figura do *citoyen* transformado em consumidor, condicionado pela racionalidade do mundo da mercadoria, seu tempo e espaço são subsumidos à dimensão abstrata e linear.

A cidade moderna sob os auspícios da industrialização foi toda incorporada ao tempo-espaço da fábrica. Portanto, suas ruas, praças e calçadas são reduzidas para a fluidez do capital por meio das estradas que cortam a cidade de lado a lado. Assim os espaços para caminhar pela cidade tornam-se raros, sobretudo em grandes centros urbanos na dimensão de metrópole. A homogeneização e fragmentação dos espaços urbanos são expressões da espacialização das necessidades de reprodução do capital, contudo Lefebvre (1999) nos lembra que esse domínio das forças capitalistas por mais im-

positivas que sejam não ocorre de forma completa. Observa-se que desde a década de 1950 o ambiente construído da capital paulista se rende ao império do automóvel, ficando na esteira do processo os investimentos nos transportes coletivos e na distribuição dos serviços que privilegiam curtos deslocamentos de pedestres.

A cidade do automóvel não se concretiza para todas as cidades, dado que fruto de uma racionalidade burguesa, como coloca Oliveira (2000), ela é restrita a atingir uma parte da população com rendimentos médios e uma alta mobilidade. Como especificidade desse capitalismo periférico, a formação dessa racionalidade burguesa afirma o mercado “como o lugar onde você exercita o seu direito e a sua capacidade de escolha” (Oliveira, 2000, p.5). A fragmentação da cidade e sua explosão em direção às periferias se formam em vários lugares antagônicos, que conformam ritmos e tempos diferentes, gerando o fenômeno da dispersão urbana, logo temos que a mobilidade na cidade se dá em tempos lentos e tempos rápidos sob a hegemonia do automóvel e suas infraestruturas.

A mobilidade e suas formas de realização na cidade têm relação com a urbanidade que se refere às possibilidades de convívio na cidade por meio do espaço abstrato com a regulação dos instrumentos de deslocamento de um lado e, de outro lado, a ideia de urbanidade como formas de vida pautada na organização espontânea da vida coletiva, no sentido do convívio com o outro mediado pela cidade. A cidade motorizada suprimiu a possibilidade de desenvolvimento dessa urbanidade — como o convívio com outro — em função da necessidade de resolver temporalidades distintas na escala intraurbana e interurbana. A homogeneização e fragmentação dos espaços urbanos produziu uma cidade dispersa e indiferente às necessidades das periferias e daqueles que possuem mobilidades restritas. A centralidade dada pelas formas comerciais modernas e atividades produtivas na cidade estão no centro de convergência dos transportes e suas vias de circulação, que concorrem para comprometer a qualidade de vida urbana como expôs Maricato (2015). A consequência do pensamento único, em que os urbanistas projetam todos os espaços da cidade para o fetiche do automóvel, é o intenso congestionamento de tráfego e a lenta mobilidade, que se tornou um dos maiores problemas sociais urbanos.

Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital

A forma como as cidades foram moldadas pela ideologia do urbanismo, na contemporaneidade, apoiadas no foco da fluidez e velocidade dos deslocamentos motorizados, negligenciando os aspectos de integração dos tempos lentos da cidade, aquele da dimensão da rua e das calçadas, tem como resultado uma fragmentação espacial da cidade e um distanciamento dos espaços de vida. As tentativas de resgate desse tempo lento na cidade são sempre mediadas pelo apelo ao valor de troca em detrimento do valor de uso, como exemplo os famigerados projetos de “revitalização” nos centros comerciais das grandes cidades com construção de calçadas para pedestre, como ocorreu em São Paulo na década de 1970. A urbanidade então é relegada a um plano secundário, acontecendo quando muito na dimensão de passagens e galerias comerciais e avenidas que se tornaram eixo de integração dos transportes coletivos como, por exemplo, o da Avenida Paulista. A existência das pessoas na rua é que permite ocorrer de fato uma apropriação, mas, quando muito, quando ocorre é sempre restritiva e mediada pela promoção do *marketing* de grandes empresas com suas marcas nos espaços públicos.

No processo desordenado de expansão urbana da metrópole paulista, temos um conjunto de fatores que se somam para mostrar, como expôs Kowarick (1993), a lógica da desordem do crescimento, através do traçado irregular e desconexo dos espaços vazios e ocupados, guiados pelo setor imobiliário que selecionava os espaços de valorização enquanto as áreas mais longínquas eram destinadas às classes pobres. O ritmo de expansão urbana de 1960 a 1970 resultam no processo de conurbação das áreas contíguas urbanizadas a Leste com Guarulhos, Oeste com Taboão da Serra e Osasco e Sudeste com a região do ABC. É importante destacar que esse foi em parte condicionado com a pavimentação e extensão dos principais eixos rodoviários que se inicia na década de 1940 e tem o ritmo acelerado nas décadas seguintes de 1960 e 1970. Ocorre durante esse processo também um deslocamento de atividades industriais que se situavam nos bairros do Brás, Belenzinho e Mooca e passam a seguir o destino dos fluxos que ligam as grandes áreas a outras estradas e zona portuária, assim como as cidades ao redor da capital paulista que passaram à condição de cidades dormitórios. O que temos

como resultado é uma massa de trabalhadores que se acumulam nas áreas longínquas distantes dos postos de trabalho que precisam se deslocar diariamente.

Neste sentido, na visão de Kowarick (1993), dois processos se coadunam na expansão difusa da metrópole paulista: o crescimento econômico e a pauperização de vastas parcelas da classe trabalhadora e as condições de infraestrutura e consumo, assim como a ausência de urbanidade são aspectos que impulsionam o processo de acumulação do capital. Assim destinado a áreas mais longínquas os trabalhadores das periferias veem suas condições de vida se deteriorar com a necessidade de deslocamentos diários que duram em torno de 3 a 4 horas de viagem. O problema dos transportes e a mobilidade se impõe na problemática urbana. Kowarick (1993) sugere que o intenso processo de motorização da metrópole paulista, expresso pelo aumento do número de veículos que saltou de 120 mil na década de 1960 para quase 1 milhão em 1974, ratifica o problema dos transportes e a mobilidade na questão urbana, sobretudo para aqueles que dependem de transportes coletivos que se destinam sobretudo a cobrir o trajeto que liga a residência ao trabalho. Atualmente segundo o Departamento de Trânsito de São Paulo são cerca de 6,2 milhões de veículos representando um total de 11% da frota do Estado. O volume de veículos particulares que circulam pela capital paulista reflete no tempo de deslocamento para realizar as atividades fins, diárias mais variadas, desde o sentido casa-trabalho até a ida às compras ou mesmo em busca de serviços.

Conforme dados da pesquisa de amostragem da mobilidade urbana da Rede Nossa São Paulo de 2019 a 2021³, a média de tempo para realizar a atividade principal está em torno de 1 hora e meia. As regiões Norte e Sul da capital paulista, concentram os maiores tempos médios de deslocamento, respectivamente 1 h e 30 minutos e 1h e 32 minutos, o menor tempo de deslocamento é identificado na Região Central. Deve se considerar que nos últimos três anos houve uma redução do tempo médio em função das restrições de circulação e da implantação do trabalho em *home office* adotado por algumas empresas, em função do agravamento da Pandemia

3 A pesquisa é realizada anualmente, e foi desenvolvida pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria, com base nos dados oficiais do IBGE. Para esse última—de São Paulo maiores de 16 anos.

Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital

— CoViD 19. A queda do tempo médio de deslocamento foi sentida nesses últimos três anos pelos usuários de transporte público, conforme aponta o estudo da Rede Nossa São Paulo de 2021:

Figura 1 - Tempo médio de deslocamento para atividade principal diária em São Paulo 2021



* Tempo médio: considera deslocamento de ida e volta para a realização da atividade principal diária



Fonte: Rede Nossa São Paulo, IPEC, 2021

A discussão sobre mobilidade, entra no percurso do presente estudo sobre a expansão dos mercados de proximidade, pois é uma parte essencial para entender a sua composição e articulação com as demais formas espaciais do consumo. É importante destacar, como apontava Jacques Levy (2004), que o conceito de mobilidade tem que ser pensado na sua relação direta com a imobilidade e esta atinge mais aos segmentos sociais que ficaram relegados aos transportes públicos, que tendem a ser frequentemente ineficientes à medida que atingimos maiores distâncias. O tempo médio de deslocamento na periferia de São Paulo, conforme se constatou na pesquisa da Rede Nossa São Paulo, é o mais afetado, não somente em função das distâncias, mas da concentração das atividades terciárias nos eixos Centro — Sudoeste e as disponibilidades de frotas de veículos e trens em um número ainda insuficiente para atender toda a demanda. Conforme a pesquisa citada, o tempo médio; de deslocamento pela cidade considerando ida e volta para realização de todas as atividades diárias, gira em torno de 2 horas e 5 minutos de carro e 2 horas e 21 minutos de transporte público. Como Kovarick (1993) aventava, os problemas do trânsito afetam a todos: a exasperação decorrente do intenso congestionamento com uma

frota cada dia mais crescente de veículos e a redução de áreas de estacionamentos, assim como os tempos longos para realizar atividades diárias, deterioram as relações com os espaços de vida e trabalho, visto que nesse deslocamento a maioria dos trabalhadores tem que ficar uma significativa parte da sua vida em intensos congestionamentos.

A mobilidade é essencial para a formar o urbano, conforme expõe Jacques Levy (2006): a cidade organiza uma coespacialidade entre redes e territórios, tornando a cidade um espaço contínuo e unificado, que demanda as necessidades dos atores que produzem o espaço através das infraestruturas urbanas. Assim a cidade, do ponto de vista da acessibilidade, tem como base a territorialização para discutir a mobilidade. Acrescenta Levy (2006. p. 1): *“C’est donc par la mobilité que les urbains s’approprient la diversité de la ville et organisent toutes espèces de rapports à l’altérité – de leurs activités, des autres habitants, des fonctions co-présentes dans l’espace urbain”*⁴. Contudo, conforme destacamos essa organização e apropriação do espaço para uma parcela da população representa mais os efeitos da imobilidade, enquanto para outra parcela, a que detém maiores rendimentos e possui alta mobilidade, representa mobilidade com mais fluidez e eficiência. Sobre este ponto, deve se fazer uma ressalva quanto à leitura da mobilidade no espaço urbano, como atesta Lévy (2006), que os tempos-espaços da mobilidade não podem ser abordados como uma prótese externa às práticas urbanas, mas se relaciona fundamentalmente ao que faz da cidade uma cidade: a sua urbanidade⁵. O autor então destaca a perspectiva da mobilidade e a partir da territorialização por meios de transportes, a produção da interação, a velocidade da cidade e retorna a uma reflexão sobre a

4 É pois, através da mobilidade que os cidadãos se apropriam da diversidade das suas atividades da cidade e organizam todo tipo de relações com a alteridade das suas atividades, dos outros habitantes, das funções co presentes no espaço urbano. (Tradução nossa)

5 Jacques Lévy, define a urbanidade como uma possibilidade de encontros que é função da “circulação multidirecional e aleatória sobre uma rede larga e densa de informações múltiplas (LÉVY, 1994. p.258). Entendendo conceito de urbanidade no seu aspecto produtivo que faz da cidade um ator, Levy qualifica a urbanidade a partir de setes princípios: na densidade e diversidade como protagonistas, urbanidade relativa e absoluta, configurações de isolamento e a intensidade das ligações urbanas, urbanidade em toda extensão da cidade, distinguir métricas pedestres do motorizados privados; materialidade das redes e territórios e, por fim, pesquisar indicadores de urbanidade que sejam passíveis de utilização.

Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista:
estratégias espaciais e reprodução do grande capital

mobilidade como modelo de urbanidade – e nela se aplica as relações entre os espaços tempos do pedestre e os espaços tempos do automóvel.

A relação entre mobilidade e o desenvolvimento das formas comerciais foi tratado por Guillemot (2016) em uma tentativa de levantar o estado da arte dos estudos sobre comércio e mobilidade do pedestre, sendo esta última uma das mais antigas do espaço urbano. Em seguida, o autor aborda a acessibilidade das lojas enquanto o automóvel se torna o meio preferencial de circulação. As mudanças nos meios de transportes, passaram de uma cidade do pedestre (dos primeiros núcleos urbanos até a metade do século XIX) para a cidade dos transportes públicos na segunda metade do século XIX e meados do século XX – até a explosão dos subúrbios, resultando em uma cisão dos espaços de moradia e o local de trabalho. Por fim, o tráfego de automóveis a partir da década de 1950, teve efeitos sobre a organização e disposição das atividades comerciais.

A cidade do pedestre favorece as passagens comerciais, as ruas e os encontros em feiras livres, na quitanda e nos pequenos comércios de bairro. A cidade do automóvel, está para as longas distâncias associada à difusão de grandes superfícies de venda como os supermercados e hipermercados com seus extensos estacionamento. Tais áreas de estacionamento, no entendimento de Jacques Lèvy (2006), se inserem na destruição dos espaços públicos, portanto, na deterioração da urbanidade. Nos lembra Guillemot (2016) que a criação das ruas comerciais e os calçadões na França, num contexto dominado pelo automóvel envolve uma lógica diferenciada daquelas que eram oferecidas para o *flanêur* das passagens cobertas, trata-se de uma tentativa de reestabelecer a atratividade dos centros frente a concorrência das modernas formas de comércio situadas na periferia. A cidade do automóvel com seus intensos congestionamentos e a problemática urbana da mobilidade tem sido capturada nos discursos das grandes redes de comércio varejistas para explicar uma das motivações da expansão dos mercados de proximidade. Em uma visita à sede do Grupo Pão de Açúcar na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, o gerente de expansão de mercados afirmava que as dificuldades dos intensos congestionamentos de trânsito, desmotiva os consumidores a percorrer lon-

gas distâncias e realizar compras de volumes maiores. A estratégia dos mercados de proximidade então se encaixaria como facilitador pelas distâncias que podem ser percorridas a pé, pelos quarteirões do bairro, sem o uso do automóvel e tendo como objetivo a compra de reposição em menores volumes. A penetração desses mercados de menor porte das grandes redes varejistas (Pão de Açúcar, Carrefour) nas áreas residenciais, de passagem no deslocamento casa-trabalho, suprem não somente as demandas dos consumidores, quanto aquelas relacionadas a estratégias de expansão dos espaços de consumo para dominação total do espaço.

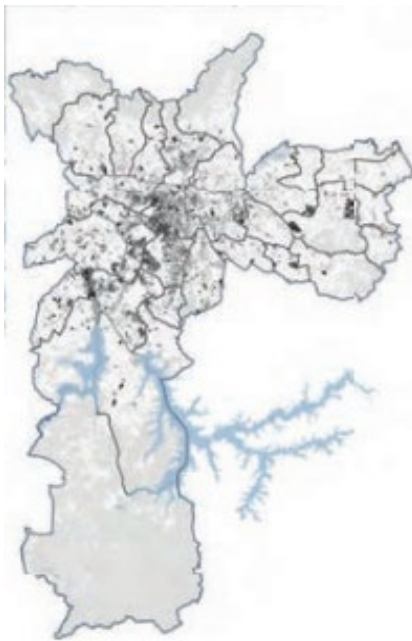
O discurso sobre a comodidade e a praticidade da localização dos mercados de proximidade na metrópole paulista, estão muito mais preocupados em dominar um mercado de consumo na porta da casa do consumidor, lugar antes dominado pelos pequenos comércios fundados com recursos individuais ou familiares, que exatamente resolvem os problemas decorrentes da mobilidade cotidiana provocada pelos congestionamentos no trânsito da cidade. Uma das estratégias do Grupo Pão de Açúcar em uma das suas apresentações institucionais associava, além dos problemas de mobilidade urbana, a necessidade de estar presente nas áreas de adensamento dos condomínios verticais com potencial para ser explorado para manter a frequência de viagens a pé para compras de reposição do lar (ver figura 02 e 03).

O crescimento do processo de verticalização da cidade de São Paulo, segundo Souza (1994), ocorreu em áreas já valorizadas, que dispunham de infraestrutura e acesso suficiente, aumentando assim o processo de valorização do solo urbano a partir das estratégias da produção imobiliária. Por estar muito relacionada à reprodução do capital imobiliário e também do capital financeiro, o processo de verticalização é condição e produto para a reprodução do capital. Quanto à relação da verticalização com estes capitais, Souza (1994:130) faz uma ressalva: “não é forçosamente o capital financeiro que faz a escolha, pois a divisão social do espaço (e a verticalização é um dos seus símbolos) é produto de uma estratégia maior”. A divisão social do trabalho, expressa-se então na forma urbana, com um processo de produção e posse do espaço urbano limitado a poucos. Esse processo de densidade de habitações ver-

**Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista:
estratégias espaciais e reprodução do grande capital**

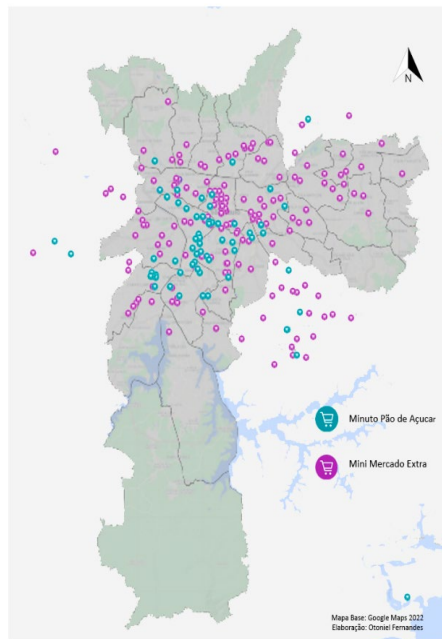
ticalizadas no período de 2012 pode ser visualizada no mapa abaixo, onde percebemos uma intensificação da mancha nas áreas de altos rendimentos no setor sudoeste, e alguns pontos despontam também na região da Zona Leste. Ao lado visualizamos o mapa da distribuição dos mercados de proximidade do Grupo Pão de Açúcar, com as bandeiras Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar, onde é possível observar que a concentração de localização desses pequenos formatos situa-se nas áreas de densidade da verticalização da capital paulista, se estendendo pelas áreas de influência da metrópole.

Figura 2 - Densidade da Verticalização no município de São Paulo - 2012



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMSP -2012

Figura 3 - Distribuição dos mercados de proximidade do Grupo Pão de Açúcar -2022



Fonte: SILVA JÚNIOR, a partir dos dados de localização do GPA – Base cartográfica Google Maps 2022

A verticalização como parte da estratégia do mercado imobiliário para reprodução do capital tem registrado números elevados, como mostra um dos estudos do Centro de Estudos da Metrópole da USP, em que o número de apartamentos supera o número de residências horizontais. A nota técnica número 14 que versa sobre os

padrões espaciais do crescimento residencial formal no município de São Paulo de 2000 a 2020, analisou registros de imóveis coletados na Secretaria Municipal da Fazenda – SMF da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP. De acordo com os dados sistematizados, pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM, as unidades de apartamentos eram de 767 mil em 2000 saltando para 1,38 milhão em 2020, um crescimento de 80% neste intervalo de tempo⁶. A pesquisa ainda aponta o crescimento conforme a tipologia dos residenciais verticais onde os de baixo padrão estão concentrados nas áreas periféricas (Zona Leste), enquanto os de médio padrão nas áreas do centro expandido se deslocando para as Zonas Oeste, Norte e Centro da Zona Leste. Enquanto os residenciais de alto padrão se concentram na porção Sudoeste já consolidada por uma população de altos rendimentos se direcionando para o início da Região Leste do centro expandido (Tatuapé, Mooca, Água Rasa e Vila Matilde).

Se observamos a distribuição espacial, assim temos que o desenvolvimento da mobilidade espacial urbana interfere na organização e disposição das formas comerciais condicionando um maior ou menor fluxo para o centro ou periferia onde se situam. Na primeira expansão do comércio supermercadista a partir da década de 1950 temos as áreas centrais e a região em direção ao setor Sudoeste com foco na reprodução das médias e grandes superfícies, tais como os supermercados e hipermercados. Nessa fase os hipermercados e logo depois os atacados buscavam a localização na proximidade com os eixos viários, visando facilitar o deslocamento para compras com automóveis e o fluxo de carga e descarga de mercadorias. Nesse interregno de fluxos e variações das infraestruturas de transportes, coexistem no interior das áreas residenciais e bairros os mercados de vizinhança, permitindo aos seus consumidores cativos a acessibilidade a pé para realizar as compras em um curto espaço de tempo. Assim retomando o discurso anteriormente posto, sobre os fatores que motivaram os grandes grupos voltarem-se para os pequenos formatos, evidencia-se o discurso da escassez de tempo, enquadrando o formato de proximidade como uma

6 O estudo aponta que houve um crescimento expressivo também no que tange à área de construção, que registrava em 2000 cerca de 386,3 milhões de m² para 534,8 milhões de m² em 2020.

Capítulo 20 - *O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital*

das soluções para uma economia de tempo, evitando assim longos deslocamentos e congestionamentos de trânsito. Ressalte-se que a escassez do tempo resultado do mal-estar da dita sociedade de consumo em que as relações sociais e o tempo são pautados pelo consumo, convertendo os tempos livres e de lazer em mercadorias (Bauman 2003, Lipovetsky 2007, Lefèbvre 1991). Os tempos são condicionados à redução em várias atividades cotidianas, mediados pelas técnicas que marcam o campo da produtividade ininterrupta da vida social. Os ritmos de vida são acelerados, com o intuito de atender à demanda da aceleração tecnológica e de reprodução dos capitais. Como assinala Lefèbvre (1991), muitas carências emergem na sociedade da abundância, uma delas é a raridade do tempo, administrada com uma lógica — aquela que atende às demandas da produção, é um tempo imposto que se inscreve e comanda a cotidianidade. A lógica que associa o formato de proximidade à escassez do tempo na metrópole paulista é conduzida por essa imposição da aceleração da circulação de mercadorias e produtos, e coloca como conveniência, praticidade e proximidade como álibi para rotação acelerada do capital.

Neste sentido, associa-se o hábito de compras em mercados de proximidade ao pedestre e à pouca utilização do automóvel. Contudo, não se pode apressadamente inferir que estaríamos diante de uma mudança de hábito de consumo em função da localização (ela é condicionada?) ou que haveria uma tendência de valorização da proximidade ou da antiga vizinhança em função dos problemas decorrentes do trânsito. A complexidade dos processos espaciais da metrópole paulista não nos permite tais reducionismos – de que a expansão das formas comerciais de proximidade aponta uma tendência da cidade em voltar-se para a acessibilidade e a infraestrutura espaciais que valorizam o pedestre. O automóvel, nos lembra Jacques Lévy (2006), direta ou indiretamente exerce um papel central no modelo de cidade difusa. O uso intenso do automóvel prejudica o espaço público transformando-o em monofuncional, induzindo a políticas públicas urbanísticas que consomem cada vez mais espaços e reduzindo as áreas de pedestres. A cidade continua como território do automóvel, privatizando todas as formas de mobilidade do espaço, embora nesse processo as formas de va-

rejo busquem outras alternativas para capturar o pedestre em seu movimento diário pela cidade.

Assim, os problemas decorrentes da lenta mobilidade do trânsito dos automóveis em comparação com a métrica dos pedestres são capturados como álibis pelas grandes redes varejistas de distribuição para afirmar a necessidade de expansão na metrópole paulista dos mercados de proximidade. No entanto, conforme Jacques Lévy (2006), a escolha modal dos transportes, envolve uma questão mais geral da sociedade, onde os modos de transportes são componentes e consequência das escolhas pela aceleração da acumulação do capital na escala da metrópole. Assim como, coloca Rolnik (2017) temos nesse movimento de estruturação da metrópole com uma circulação radiocêntrica a partir das grandes avenidas com os veículos particulares, com as estações de metrô e terminais de transporte público convergindo para o centro uma grande área de transbordo, é nela que atualmente o grande capital busca seus ganhos extras através dos mercados de proximidade. A configuração espacial do transporte público marca as áreas onde ocorre o intenso fluxo de pedestre – com embarque e desembarque no centro antigo, na Avenida Paulista e na região de Pinheiros e Berrini.

As estratégias de localização das unidades dos mercados de proximidade pelas redes Carrefour e Pão de Açúcar consideram os aspectos de volume e frequência da mobilidade não apenas dos consumidores motorizados, mas também um elevado número que se desloca pela metrópole paulista utilizando os sistemas de transportes urbanos. No levantamento realizado em campo, com posterior localização no mapa dos mercados de proximidade e por dados sobre o fluxo de passageiros nas principais estações de metrô, trem e terminais de ônibus, foi possível identificar e analisar as tendências de estratégia de localização dos mercados de proximidade na metrópole paulista.

Evidenciou-se a partir do levantamento de campo da distribuição dos mercados de proximidade junto aos sites das empresas Pão de Açúcar e Carrefour, dois padrões de localização: um relacionado aos locais de passagem e próximo aos terminais de transporte público urbano, trem, metrô, ônibus e outro concentrado próximo às áreas residenciais de alta verticalização, e em menor proporção

Capítulo 20 - *O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital*

distanciando-se das áreas de concentração em direção as regiões residenciais horizontais de médio a baixos rendimentos abrangendo uma parcela da população de classe C e D.

O primeiro padrão segue a estratégia de localização pela proximidade dos espaços de transbordo de passageiros, tais como estações de metrô, trem e terminais de ônibus urbano. Segundo a Secretaria do Estado dos Transportes Metropolitanos (STM), a rede metroviária da cidade de São Paulo possui cerca de 104,4 km de extensão, que se distribui em 91 estações dispostas nas regiões da cidade e sendo composta de 6 linhas por onde circulam 5 milhões de pessoas diariamente. O volume é ainda maior quando se acrescenta os dados de integração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM nas estações Luz, Tamanduateí, Brás, Palmeiras-Barra Funda, Tatuapé, Corinthians Itaquera, Pinheiro e Santo Amaro. Na ótica das grandes redes varejistas esses números são assimilados como potenciais consumidores em trânsito que podem ser atraídos pelas formas de minimercados nas proximidades desses pontos de transportes, pois ao realizarem suas viagens diárias no trajeto casa-trabalho podem realizar pequenas compras de reposição ou de consumo imediato.

Em consulta aos dados sobre fluxo de passageiros nos terminais de ônibus e estações de metrô fornecidas pela Companhia de Engenharia e Tráfego – CET através do SPTrans de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, identificaram-se as áreas de maior fluxo de passageiros tanto de embarques quanto de desembarques, assim como as áreas de integração de passageiros. Primeiramente, temos que ressaltar que se torna um trabalho árduo identificar quais estações e terminais são as mais movimentadas, visto que são utilizadas métricas diferenciadas entre as três empresas que operam no sistema de transportes: o Metrô SP⁷, CPTM e Via Quatro. As duas empresas públicas Metrô SP e CPTM, contabilizam o fluxo de viagens conforme o movimento de embarque e desembarque do Movimento em Dias Úteis (MOV). Enquanto as concessionárias Via

7 O Metrô de São Paulo é responsável por cerca de 71,4 km de operação e manutenção da linha Azul 1, linha 2 – Verde, Linha 3 – Vermelha e linha 15 Prata de acordo com a Secretaria do Estado dos Transportes Metropolitanos.

Quatro e Via Mobilidade⁸ trabalham com o volume de passageiros transportados anualmente. Quanto ao deslocamento por ônibus urbano na capital paulista a São Paulo Transportes S.A. (SPTrans) é responsável pelo controle dos sistemas de ônibus municipais, coleta e sistematizam os dados através da associação de bilhetagem eletrônica e GPS (*Global Position System*) instalado nos veículos, contabilizando o volume de passageiros em cada terminal. Além disso, a Companhia Paulistana de Trens Metropolitano contabiliza apenas as entradas, quando os passageiros embarcam nos terminais, então há dificuldade de identificar e comparar em quais estações e terminais apresentam os maiores volumes de passageiros.

Assim, em um levantamento de dados sobre o transporte de passageiros nessas administradoras e órgãos públicos, nos permitiu traçar e localizar os pontos de maior movimentação de passageiros. Torna-se relevante destacar que o período de coleta de dados correspondeu ao momento de fluxos de viagens, anterior ao momento de restrições de circulação pela pandemia de CoVid-19, uma vez que os números após março de 2020 declinaram significativamente, não representando o volume real da demanda pelas estações e terminais de transporte urbano.

O levantamento da movimentação de passageiros fornecidos pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos que coordena e controla as empresas públicas e concessionárias de transporte metroviário e sistemas de ônibus intermunicipais, assim como a São Paulo Transportes S.A. – SPTrans, que conduz a gestão dos ônibus municipais da cidade de São Paulo, destacou os principais dados sobre os fluxos de passageiros. Deve-se ressaltar que a identificação das áreas de maior intensidade de tráfego de passageiros no presente trabalho tem o intuito de relacionar com as estratégias de localização dos mercados de proximidade das grandes redes varejistas, que dominam o processo de expansão do setor supermercadista na metrópole paulista.



Conforme já foi mencionado, as três empresas que operam o sistema metroviário realiza o registro de passageiros de modo

8 Via Quatro concessionária mantém 12,8km e opera a linha Amarela (Luz- Vila Sônia). A via mobilidade empresa concessionária opera 20 km, linha 5 – Lilás, Linha 8 – Diamante e Esmeralda.

Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital

distinto, agrega-se ainda a informação que o sistema de metrô e CPTM, contabilizam os passageiros que passam pelas estações de transferência, dificultando a análise e pode gerar dados acima do fluxo real. Uma vez feita esta ressalva e sistematizado os dados referentes ao ano de 2019, chegou-se às seguintes constatações sintetizadas nos Quadros 02 e 03. Na área denominada de centro expandido se destacam as estações com maior fluxo de passageiros por serem áreas de transbordo e próximas às áreas de comércio tradicional da cidade. Neste sentido a Estação que se situam no centro expandido como: Sé, Palmeiras, Barra Funda, Paraíso, Luz e República, Consolação, Ana Rosa, Brás apresentaram os maiores volumes de passageiros, seguidas das estações a Leste do Centro Tatuapé e Corinthians-Itaquera, e a Sudoeste a estação Butantã, São Paulo-Morumbi e Fradique Coutinho. No que tange à integração com os trens metropolitanos da CPTM, temos como números de destaque a região do Brás, Luz, Palmeiras Barra Funda e Pinheiros com números expressivos na área do centro expandido, ao Sul Santo Amaro e Leste aparecem as mais movimentadas a estação Corinthians Itaquera e Guaianazes e Tamanduateí a Sudoeste, conforme se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Movimentação média do fluxo de passageiros nas estações de Metrô e Trem em São Paulo – 2019


Empresas					
Metrô SP 		Via Quatro 		CPTM 	
Estação	Média/Dia	Estação	Média/Dia	Estação	Média/Dia
Sé	536.840	República	147.330	Brás	213.336
Palm/Barra F.	215.130	Luz	145.500	Palm/Barra F.	148.994
Paraíso	204.130	Paulista	140.500	Luz	142.338
Ana Rosa	180.000	Pinheiros	126.800	Pinheiros	116.452
Luz	170.000	Butantã	55.000	Santo Amaro	88.054
República	158.000	São Paulo - Mor.	46.500	Guaianazes	74.105
Consolação	138.000	Faria Lima	44.500	Tamanduateí	72.318
Brás	101.000	Higienópolis	27.800	Tatuapé	70.736
Corinthians/Itaq.	99.000	Oscar Freire	21.750	Osasco	59.772
Tatuapé	92.000	Fradique Cout.	18.800	Corinthians/Itaq.	41.669

Fonte: Elaboração Silva Júnior, a partir de dados da Secretaria de Transportes Metropolitano, CPTM e Via Quatro, 2019

Além das estações de metrô e trens, temos a integração de terminais de ônibus urbanos operados pela SPTrans. Os dados apontam os principais terminais em termos de fluxo de passageiros no ano de 2019, dando destaque para o terminal Santo Amaro, Terminal Parque Dom Pedro II, Grajaú, Varginha, Campo Limpo e Capelinha, todos esses com médias diárias de passageiros acima de 100 mil passageiros, conforme se constata no quadro a seguir.

Diante dos dados sobre fluxo de passageiros em áreas de embarque e desembarque temos como consequência que áreas em torno das estações e terminais compreende um número suficiente de potenciais consumidores em trânsito, local próprio para instalação de mercados de proximidade. Contudo, os pontos de transportes com elevado tráfego de pedestre não basta, a proximidade requer uma demanda da população que possa garantir o retorno do capital investido.

Quadro 2 - Média de movimentação de passageiros nos terminais de ônibus urbanos em São Paulo - 2019

	
TERMINAIS DE ÔNIBUS	MÉDIA/DIA
TERMINAL SANTO AMARO	162.710
TERMINAL PARQUE DOM PEDRO II	145.880
TERMINAL GRAJAÚ	137.650
TERMINAL VARGINHA	118.290
TERMINAL CAMPO LIMPO	110.620
TERMINAL CAPELINHA	99.610
TERMINAL SACOMÃ	96.800
TERMINAL VILA NOVA CACHOEIRINHA	95.400
TERMINAL JOÃO DIAS	83.000
TERMINAL CIDADE TIRADENTES	78.000

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da São Paulo Transportes S.A – SPTrans 2019

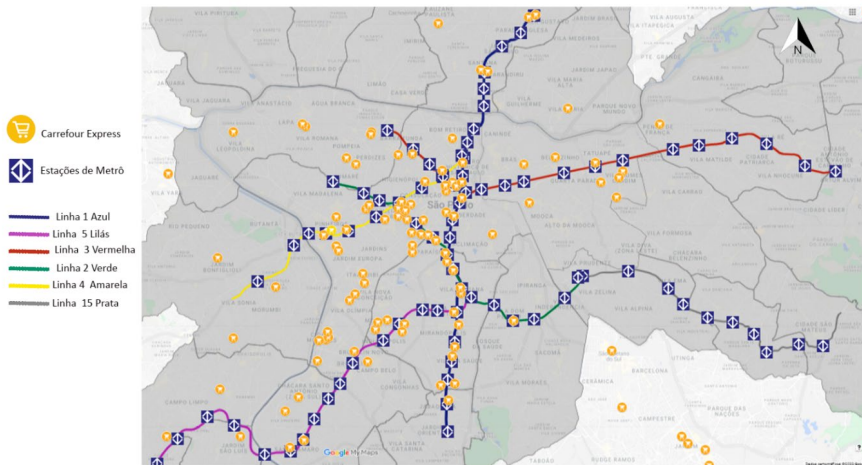
Capítulo 20 - O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital

Uma vez conhecidas as principais estações e terminais com intenso fluxo na capital paulista, procurou-se sobrepor os dados de localização dos principais mercados dos dois grupos que possuem maiores volumes de capital e elevada capilaridade em multiformatos supermercadistas: Grupo Carrefour e Grupo Pão de Açúcar. O Grupo Dia embora tenha sido pioneiro no formato de proximidade com lojas de *hard discount*, teve sua expansão condicionada em parte pela adesão dos comerciantes ao seu sistema de franquias, o que mantinha oscilação nos números, pois muitos contratos de franquias eram descontinuados, além disso, registra-se uma dificuldade em acessar os dados sobre localização e distribuição espacial pelos sites corporativos e documentos técnicos. Mais recentemente no ano de 2020, ano em que as restrições da pandemia se tornaram mais severas, com restrições de circulação e redução das atividades comerciais, registrou-se a chegada de mais uma empresa concorrente no formato de proximidade, trata-se da mexicana FEMSA, que fechou contrato com o grupo Raizen do setor de distribuição de combustíveis, expandindo a bandeira OXXO. A marca mexicana OXXO, já está presente, no Chile, Colômbia e Peru, contando com cerca de 18 mil lojas. Contudo, apesar do recente lançamento na capital paulista e região metropolitana de Campinas, a bandeira da OXXO de mercado de proximidade, que se aproxima mais de um modelo de conveniência, tem se expandido de forma acelerada concentrando-se na região central da capital paulista, com um número de lojas significativo em um pequeno raio de atuação onde as concorrentes Carrefour Express, Mini Extra, Minuto e Dia já mantinham um mercado consolidado. O formato de minimercado da empresa mexicana, Oxxo, ainda uma proposta de mercado aberto 24/7. Apesar da recente participação no contexto do mercado de proximidade, optamos por não incluir no momento, uma vez que as duas empresas que mantêm um mercado consolidado e capital aberto, disputam cada metro quadrado para implantar e dominar o mercado na capital paulista.

Analisando a localização dos mercados de proximidades do Carrefour Express – constatamos que a localização das unidades segue o percurso das principais linhas de metrô e está posicionada próximo de embarque e desembarque das estações atraindo assim

os passageiros em trânsito no trajeto de casa-trabalho-casa. Conforme apresentamos disposto no mapa abaixo essa parece ser uma tendência do Grupo Carrefour que não foi totalmente seguida pelo Grupo Pão de Açúcar.

Figura 4 - Espacialização das unidades do Carrefour Express ao longo das estações de metrô – São Paulo - 2022



Fonte: Elaboração do SILVA JUNIOR 2022, a partir dos dados de localização Carrefour Express e mapa base das estações e linhas de metrô – GeoSampa.

Analisando a localização dos mercados de proximidades do Carrefour Express – constatamos que a localização das unidades segue o percurso das principais linhas de metrô e está posicionada próximo de embarque e desembarque das estações atraindo assim os passageiros em trânsito no trajeto de casa-trabalho-casa. Conforme apresentamos disposto no mapa acima essa parece ser uma tendência do Grupo Carrefour que não foi totalmente seguida pelo Grupo Pão de Açúcar.

Deste modo, temos uma representação da espacialização dos mercados de proximidade pelos grandes grupos varejistas territorializando sua atuação buscando um vínculo com o pedestre que transita na cidade a partir dos pontos de convergência dos transportes urbanos. A expansão dos pequenos formatos não se desprende definitivamente do uso do automóvel, pois algumas unidades dispõem de uma área reduzida de estacionamento. Embora

Capítulo 20 - *O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital*

o foco maior seja na circulação diária dos consumidores nos principais pontos de transbordo dos terminais de transporte coletivo e de locais de passagem.

Considerações finais

Em conclusão, é evidente que a mobilidade desempenha um papel crucial na configuração dos espaços urbanos, como enfatizado por Jacques Levy (2006). As cidades organizam uma coespacialidade entre redes e territórios, criando um espaço contínuo e unificado que atende às necessidades dos atores que produzem espaço por meio de infraestruturas urbanas. Sob essa perspectiva, a acessibilidade da cidade baseia-se na territorialização para discutir a mobilidade. No entanto, como destacado, essa organização e apropriação do espaço para uma parte da população representam mais os efeitos da imobilidade, enquanto para outro segmento, aqueles com maiores rendimentos e maior mobilidade, representa mobilidade com maior fluidez e eficiência.

Além disso, a relação entre mobilidade e desenvolvimento de formas comerciais foi abordada por Guillemot (2016) em uma tentativa de avaliar o estado da arte dos estudos sobre comércio pedestre e mobilidade, um dos mais antigos no espaço urbano. A cidade pedestre favorece os passagens comerciais, ruas e encontros em mercados ao ar livre, barracas de frutas e pequenas lojas de bairro. Por outro lado, a cidade automobilística está associada a longas distâncias e à expansão de grandes superfícies de venda a retalho, como supermercados e hipermercados com amplos estacionamentos. Essas áreas de estacionamento, como assinala Jacques Lévy (2006), contribuem para a destruição de espaços públicos e, portanto, para o deterioro da urbanidade.

O discurso sobre a conveniência e praticidade da localização dos mercados de proximidade na metrópole de São Paulo preocupa-se mais em dominar um mercado de consumo na porta do consumidor, um lugar antes dominado por pequenos negócios fundados com recursos individuais ou familiares, do que exatamente resolver os problemas derivados da mobilidade diária causada pelo congestionamento do tráfego na cidade.

Neste contexto, a expansão dos formatos comerciais de proximidade representa uma resposta à escassez de tempo, enquadrando o formato de proximidade como uma das soluções para a economia de tempo, evitando assim os longos deslocamentos e o congestionamento do tráfego. No entanto, é crucial ter em mente que a escassez de tempo resultante do desconforto da chamada sociedade de consumo, onde as relações sociais e o tempo são ditados pelo consumo, converte o tempo livre e o lazer em mercadorias. Como apontam vários autores, os ritmos de vida se aceleram para satisfazer as demandas da aceleração tecnológica e a reprodução do capital.

Portanto, a associação dos hábitos de compra em mercados de proximidade com pedestres e o uso limitado de automóveis não implica necessariamente uma mudança nos hábitos de consumo devido à localização (está condicionado?) ou uma tendência a valorizar a proximidade ou o antigo bairro devido a problemas relacionados ao tráfego. A complexidade dos processos espaciais de São Paulo não permite tal reducionismo. Apesar da expansão dos formatos comerciais de proximidade, a cidade continua priorizando o automóvel, privatizando todas as formas de mobilidade no espaço.

Em conclusão, os problemas derivados da lenta mobilidade do automóvel em comparação com as métricas pedestres são capturados como desculpas pelas principais redes de distribuição varejista para afirmar a necessidade de expansão na metrópole de São Paulo de mercados de proximidade. No entanto, como assinala Jacques Lévy (2006), a escolha modal no transporte envolve um problema mais geral da sociedade, onde os modos de transporte são componentes e consequências de escolhas para a aceleração da acumulação de capital em escala metropolitana.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GUILLEMOT, Lionel. Commerce et mobilités. *Bulletin de la Société Géographique de Liege*. Société Géographique de Liege. 2016 n° 66. 83 – 87.

Capítulo 20 - *O mercado de proximidade e o vínculo ao pedestre na metrópole paulista: estratégias espaciais e reprodução do grande capital*

LÉVY, Jacques. **L'espace legitime**: sur la dimension géographique de la fonction politique. Paris: Presses de La Fondation Nationale des Ciencias Politique, 1994.

_____. **Modèle de mobilité, modele de urbanité**. In: ALLEMAND, Sylvian, ASCHER, François e LEVY, Jacques. **Le sens du mouvement**. Paris: Éditions Belin, 2004.

_____. **Quelle mobilité pour quelle urbanité?**. Texte de la 601e conférence de l'Université de tous les savoirs donnée le 5 janvier 2006, Paris.

LEFÈVRE, Henri **De l'État, tome IV: les contradictions de l'État moderne**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros, São Paulo: Editora Ática: 1991.

_____. **A revolução urbana**. Trad. Sergio Martins Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOWARIK, L. **Produção do espaço urbano e lutas sociais**. Escritos Urbanos, 2 ed. São Paulo: Ed. 34, 1993.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular. 2015.

OLIVEIRA, F. **Entrevista dada a Revista Vintém**. ano 2, n.3. São Paulo: Editora Hedra,2000.

PÉRON, R **Le Près et le proche** : Les Formes recomposées de la proximité commerciale, Les Annales de la recherche urbaine, n° 90, 2001 p. 47-57.

PINTAUDI, S.M. **A cidade as formas do comércio**. In: CARLOS, A. F. (org). **Novos caminhos da geografia**. Ed. Contexto: São Paulo, 2001.

ROLNIK, Raquel. **Territórios em conflito**: São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três estrelas, 2017.

SOUZA, Maria Adélia de. **A identidade da metrópole: verticalização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC,EDUSP, 1994.

CAPÍTULO 21

A informalidade urbana como um modo de produção do espaço: uma história das práticas informais do Estado nas favelas cariocas

Rafael Gonçalves de Almeida¹

Matheus da Silveira Grandi²

Marianna Fernandes Moreira³

Introdução

Desde que surgiu como substantivo comum (e não mais nome próprio) para designar espaços heterogêneos de ocupação residencial de populações pobres na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX (Abreu, 1994), as favelas foram associadas à ilegalidade e à marginalidade (Gonçalves, 2012). De acordo com Fischer (2022), o tema da “invasão” se estende pelas crônicas da construção informal da cidade, seja nas primeiras histórias de fugitivos, soldados e libertos que subiram os morros, ou nos contos épicos da migração rural-urbana. A partir de meados do século XX, porém, historiadores passaram a questionar essas históricas, argumentando que a cidade autoconstruída existia desde as origens do urbanismo ibero-americano (Connolly, 2017).

Essas e outras áreas de residência informal consideradas correlatas em diferentes países do sul global são tratadas por parte da literatura como fenômenos de base que, portanto, aconteceriam de maneira espontânea ou “orgânica” (Bayat, 2000; Appadurai, 2002; De Soto, 1987, entre outros). Tal qual outras práticas populares, tais áreas resultariam de formas incompletas de desenvolvi-

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - rafaelalmeida08@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9365-4438>

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - mtsgrandi@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-8342-6792>

3 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - mari.f.moreira@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-8162-9331>

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

mento ou de urbanização características de países cujos Estados teriam demonstrado historicamente sua incapacidade estrutural de formalizar atividades e formas de habitação dessas importantes parcelas da população das cidades, falhando por omissão – ou desinteresse – em incorporá-las ao restante da sociedade. Como bem assinala Fischer (2022), a maior parte dos cientistas sociais, planejadores e ativistas do século passado presumiu que a informalidade urbana – favelas incluídas – constituía uma externalidade não-intencional dos processos de urbanização e desenvolvimento, independentemente de abordarem a questão a partir da teoria da modernização, da marginalidade ou da dependência (Machado da Silva, 2002).

Neste trabalho, no entanto, consideramos mais interessante aceitar o convite de outra parte da literatura e nos perguntarmos sobre o que seria possível observar caso se assuma a informalidade urbana não como algo que estaria fora das estruturas estatais, mas sim como algo que se encontra no próprio seio do Estado e integra suas práticas territoriais (Alsayyad, 2004; Roy, 2009a; Gonçalves, Bautès e Maneiro, 2018; Yiftachel, 2009, dentre outros). Roy (2009a) insiste que as ambiguidades nos sistema de posse da terra não apontam para uma fragilidade da autoridade do Estado, mas são a base da autoridade estatal, uma vez que conferem ao Estado uma “flexibilidade territorializada que permite ao Estado preparar-se para o futuro, disponibilizar os terrenos existentes para novos usos, desvalorizar usos e usuários atuais e abrir caminho para um futuro gentrificado” (Roy, 2009a, p. 84).

Nessa perspectiva, a informalidade urbana seria uma parte fundamental da história urbana e do próprio processo de urbanização. Por isso, nosso intuito é nos valeremos de alguns excertos da história da constituição da informalidade habitacional na cidade do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1960, para explorarmos o argumento de que a informalidade constitui-se como um elemento central do regime urbano do sul global, uma vez que é utilizada como instrumento calculado de planejamento e governo. Nesse período, a favela se consolidou como um objeto de interesse do Estado, da política urbana e da academia, além de adquirir um status jurídico particular.

Ao reconhecermos a informalidade como uma construção sócio-histórica e espacial – e não como algo que seria, por exemplo, essencialmente intrínseco a uma prática ou área – e que, portanto, caberia compreendê-la mais como a resultante de processos específicos de informalização, duas questões centrais vêm à tona quando detemos nossa atenção a certos espaços residenciais na cidade do Rio de Janeiro. A primeira se refere à conexão entre a informalidade urbana e a história. Como essa linha entre a construção formal e informal foi historicamente traçada (Fischer, 2022)? Afinal, se a informalidade não é uma característica inerente aos espaços ou às práticas, mas, sim essencialmente uma construção política, dependente de como a legislação define os limites entre formal e informal (Roy, 2005), cabe buscar conhecer a história de como isso se realizou efetivamente no espaço urbano. Como a maleabilidade na produção e no uso dessas definições (ou indefinições) ajudou a moldar a geografia da cidade do Rio de Janeiro?

A segunda questão que emerge se refere precisamente à relação entre o Estado e a informalidade. Como o Estado consolida e exerce poder *por meio da* manipulação das definições de informalidade urbana na cidade do Rio de Janeiro? Se pudermos ver a informalidade como algo que é, na maioria das vezes, imposta de cima (Roy, 2009a) – e não uma forma de resistência ou insurgência de baixo – cabe perguntar: como a aquisição, regulação e administração da terra urbana ajudaram a criar essa “flexibilidade territorializada” (Roy, 2009a) no caso do Rio de Janeiro?

Nossas reflexões serão desenvolvidas em três partes, além das considerações finais. Na primeira, resgatamos o debate sobre a informalidade com o objetivo de sistematizá-lo e sustentar na literatura o argumento do papel desempenhado pela informalidade no regime urbano contemporâneo do sul global. A seguir, com base em excertos da história das legislações que tratam das favelas na cidade do Rio de Janeiro, nos dedicamos a demonstrar e debater como diferentes ações do Estado no que tange à regulação da propriedade dos imóveis nessas áreas – utilizando a fronteira entre formalidade e informalidade para constituir um estatuto jurídico *sui generis* – contribuí com o esforço estatal constante de manutenção e atualização dos mecanismos responsáveis por garantir a

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço: uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

continuidade do processo de acumulação de capital por meio da produção do espaço urbano. Na sessão seguinte, continuamos embasados em documentos históricos e na literatura para destacar duas coisas. Por um lado, como a regulação estabelecida pelo Estado em relação às atividades econômicas internas às favelas cumpre papel relevante para a diminuição dos riscos de emergirem conflitos sociais que possam de alguma maneira desestabilizar o regime urbano da cidade. Ao mesmo tempo, também sublinhamos como a história do Rio de Janeiro demonstra que a utilização da informalidade como ferramenta do planejamento urbano é útil ao Estado por desresponsabilizá-lo quanto à necessidade de prover às populações e áreas faveladas os investimentos que permitiriam avançar na direção de garantir a essa parcela da população os mesmos direitos garantidos por lei aos demais cidadãos. Por fim, utilizamos as considerações finais para destacar algumas ressalvas e as linhas principais de nossa argumentação.

O debate sobre a informalidade urbana

Desde que o conceito de informalidade surgiu e ganhou força nas décadas de 1970 e 1980, ele se difundiu rapidamente. Inicialmente, foi utilizado para descrever diferentes formas de trabalho urbano e distinguir setores da economia (Hart, 1973; Portes e Castells, 1989), permitindo incorporar na análise do desenvolvimento uma parcela da economia dos países do Sul Global que antes não era visível nas estatísticas oficiais (Machado da Silva, 2002). Contudo, o conceito logo se expandiu para abarcar também práticas de governança política, infraestrutura urbana e as moradias nas favelas (Garmany e Almeida, 2023).

O conceito ajudava a romper com a ideia de “cultura da pobreza” (como nos escritos de Oscar Lewis [1959]), o que permitiu descrever fenômenos associados à desigualdade de uma forma politicamente neutra, sem pressupor características intrínsecas à pobreza urbana (como modos de vida tradicionais ou pré-capitalistas) (Machado da Silva, 2002). Dada a aplicabilidade do termo, ele atraiu uma ampla gama de pesquisadores que trabalham em diferentes campos, sendo utilizada, inclusive, por lados divergentes do espec-

tro político (Alsayyad, 2004; Rakowski, 1994; Garmany e Almeida, 2023).

Alsayyad (2004) destaca que as perspectivas teóricas mais abrangentes da informalidade se desenvolveram em duas vertentes distintas nas décadas de 1980 e 1990. A primeira era informada por abordagens marxistas e desenvolvimentistas, que compreendiam a informalidade como um componente essencial e permanente da economia moderna. A informalidade seria, assim, um traço da economia capitalista periférica, como um elemento crucial da lógica da acumulação e, portanto, subordinada ao capital (Kowarick, 1980; Maricato, 1979; Oliveira, 1972; Santos, 1979; Valladares, 1980). Segundo Alsayyad (2004), essa linha inclui os estruturalistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e os defensores da economia subterrânea de base neomarxista, bem como os teóricos da dependência. De acordo com Alsayyad (2004), para eles, a informalidade nas sociedades periféricas era a expressão da natureza desigual do desenvolvimento do capitalismo e uma resposta às desigualdades estruturais presentes nas cidades. A infomalização seria parte de um mecanismo para evitar o dispendioso processo de proletarização e enfraquecer os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos com a aquiescência do Estado no interesse de um crescimento econômico renovado.

A segunda linha de investigação, chamada de “legalista” por Rakowski (1994), considerava a informalidade como um setor marginalizado, marcado por atividades de sobrevivência dos pobres urbanos. Seus mais importantes formuladores e defensores se opunham às ideias de inspirações estruturalistas. O chileno Hernando De Soto (1989, 2000), principal expoente da abordagem legalista, considerava a informalidade (ou “extralegalidade”, como ele chama) como um conjunto de práticas desenvolvidas por setores da população urbana que serviam como uma válvula de escape diante das tensões sociais provocadas pelo excesso de regulação promovida pelo Estado. A informalidade seria uma estratégia de sobrevivência que resultava da criatividade dessas parcelas da população, exercendo e demonstrando que seu espírito empreendedor ainda sobrevivia sob a ânsia estatal regulatória. Para aqueles que argumentavam que a intervenção do Estado deveria ser mínima e

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

que os mercados altamente regulamentados eram ineficientes, as favelas passaram a representar exemplos de empreendedorismo dinâmico e autonomia individual.

Ocorre nessa literatura uma dissociação entre as forças que criam a informalidade urbana e as formas engenhosas pelas quais os pobres urbanos sobrevivem (Garmany e Almeida, 2023). Roy (2004) chamou de “estetização da pobreza” a imaginação despolitizada da pobreza urbana que obscurece as forças estruturais por trás dela. O resultado é a fetichização das paisagens, arquiteturas e práticas culturais dos pobres, que acabam induzindo visões que advoam ser politicamente neutras e que negam ou negligenciam o conflito de classes, a injustiça social e a violência estatal (Garmany e Almeida, 2023).

Nas últimas décadas, contudo, como assinala Roy (2009b), emergiu uma literatura que rejeita a perspectiva que compreende a informalidade como uma esfera de atividade não-regulada, ilegal e fora do escopo do Estado, ou mesmo como um domínio de estratégias de sobrevivência dos pobres e marginalizados. Segundo ela, uma ampla e sofisticada literatura do “terceiro mundo” vem elaborando uma compreensão diferente da informalidade. A autora assinala três ponderações dessa literatura que são contribuições importantes. Primeiro, a informalidade existe dentro do âmbito do Estado. Como afirmam Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018), é o Estado que, por meio de suas políticas públicas, classifica, regula e distribui, de maneira seletiva e arbitrária, os atributos da informalidade ao gerir as fronteiras entre o formal e o informal. Estas fronteiras são, portanto, maleáveis e se encontram vinculadas às formas de poder estatal e às lutas que as constituem e que dali emergem. Roy (2003) mostra, por exemplo, como a rápida periurbanização que se desenvolve nas periferias de grande cidades é, via de regra, um processo informalizado, pois viola os planos diretores e a legislação urbana e ao mesmo tempo informalmente sancionada pelo Estado.

A segunda contribuição assinalada por Roy (2009b) é a compreensão de que a informalidade é muito mais do que um setor econômico. É, também, uma lógica mediante a qual o valor diferencial do espaço urbano é produzido e administrado. O valor diferencial atribuído ao que é “formal” e ao que é “informal”, segundo ela,

“cria a colcha de retalhos de espaços valorizados e desvalorizados que é, por sua vez, a fronteira da acumulação primitiva e da gentrificação” (Roy, 2009b, p. 826). Por isso, diz a autora, a informalidade pode ser compreendida como uma “solução espacial” bastante eficaz na produção de valor e lucro. Em suma, a informalidade urbana é um “um modo de produção do espaço” (Roy e Alsayyad, 2003).

Por fim, a terceira contribuição remete ao fato de que a informalidade é diferenciada internamente. Embora seja comum associar a informalidade à ocupação de terras públicas e a atividades que são praticadas no espaço público, atualmente, ela é um mecanismo relevante para práticas privadas e mercantilizadas, como nas subdivisões informais que constituem a periurbanização de muitas cidades (Roy, 2009b). Tais práticas, apesar de tão ilegais quanto ocupações de imóveis ou terras, são muitas vezes aceitas e legitimadas, pois são “expressões de classe e poder e que, portanto, podem comandar infraestrutura, serviços e legitimidade de uma forma que as torna substancialmente diferentes das paisagens de favela” (Roy, 2009b, p. 826). Por isso, Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018) asseveram que a dimensão política da informalidade não pode ficar restrita às práticas que existem nos bairros populares ou que são protagonizadas por essa parcela da população, visto que também se referem às práticas de agentes localizados nas faixas mais altas de renda da sociedade.

No que envolve essa diferenciação interna da informalidade, Yiftachel (2009) traz uma contribuição relevante ao propor a existência do que ele chama de “espaços cinzentos”. isto é, espaços apenas parcialmente integrados ao sistema político e à economia formais, forjando margens pseudopermanentes das regiões urbanas. Ao mesmo tempo em que são tolerados e até incentivados, também são enclausurados em discursos de deslegitimação, criminalidade e “perigo público para a desejada ordem das coisas” (Yiftachel, 2009, p. 89). Segundo ele, ocorre, assim, um processo de “separação da incorporação”, criando fronteiras que dividem os grupos urbanos de acordo com o seu estatuto. Os espaços cinzentos, suas atividades e populações são mantidos numa “provisoriamente permanente” (*permanent temporariness*), esperando perpetuamente para serem “corrigidos” (Yiftachel, 2009, p. 90).

**Capítulo 21 - A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas**

Os espaços cinzentos, porém, não estariam confinados à periferia urbana desfavorecida, mas se estenderiam desde práticas protagonizadas por promotores imobiliários poderosos até os chamados “invasores” sem-terra e sem-teto. Segundo ele, enquanto a regularização (ou “branqueamento”, como diz o autor) dos espaços cinzentos dos primeiros seria facilitada e incentivada pelo Estado, formalizando aquilo que foi feito de forma irregular para auferir lucros suntuosos, os espaços cinzentos marginalizados seriam “resolvidos” ou por meio da expulsão, ou mantidos por uma “política de não-reconhecimento” acompanhada por uma “indiferença marginalizante” (Yiftachel, 2009, p. 92). O “espaço cinzento” estaria, assim, segundo ele, preso entre as lógicas do capital, da governança e da identidade.

Pensar sobre os espaços informais como espaços cinzentos abre caminho para refletirmos sobre as favelas cariocas, sobretudo porque nos permite observar as maneiras pelas quais o Estado atuou em diferentes momentos da história da cidade no sentido de informalizá-las mesmo quando havia condições de regularizá-las – fosse em relação à sua condição fundiária, fosse no que tange às práticas econômicas e políticas que se desenvolvem nesses espaços. São nessas dimensões que nos deteremos nas próximas sessões do artigo, onde buscaremos mostrar exemplos de como a linha entre o formal e o informal foi constantemente traçada e retraçada de maneira a manter as condições de uso flexível das normas pelo Estado na cidade do Rio de Janeiro.

A regulação do estatuto jurídico das favelas: informalidade e acumulação de capital

Diferentemente do que se pode supor, as favelas nem sempre nasceram como espaços informais. Lilian Fessler Vaz (1988), no final dos anos de 1980, já assinalava que inúmeras favelas foram construídas por iniciativa dos próprios proprietários dos terrenos. Este foi, inclusive, o caso do Morro da Providência, que na virada do século XIX para o XX ficou conhecido como Morro da Favella. Segundo Vaz (1988), com a erradicação do famoso cortiço Cabeça de Porco, em 1893, seus proprietários intensificaram a construção de casebres para aluguel no morro. Além disso, como assinala Gonçal-

ves (2013), a ocupação dos morros de Santo Antônio e Providência ocorreram com a anuência das autoridades militares.

As pesquisas de Maria Laís Pereira da Silva são ainda mais contundentes nesse sentido. A autora afirma que há fortes indícios de que cerca de 40% das favelas construídas antes de 1964 se desenvolveram graças a algum tipo de autorização prévia outorgada pelos verdadeiros proprietários, por grileiros, ou então, no caso de terrenos públicos, por funcionários públicos (Silva, 2005, p. 101). Segundo o Censo de 1949, nas favelas do centro da cidade, da Tijuca e do Alto da Boa Vista, o aluguel de casas chegou a constituir mais da metade do total de formas de moradia. Em 1960, no entanto, a proporção de domicílios alugados foi reduzida para cerca de 20% (Silva, 2005). Essa redução não decorreu apenas do aumento na quantidade de habitações próprias ou da difusão de outras formas de moradia, mas de um processo de desregulamentação da cobrança de aluguéis em áreas consideradas de favela. Stephen Conn (1968) e Rafael Gonçalves (2012, 2013) mostram que isso foi feito paulatinamente através de uma série de medidas legais que foram sendo estabelecidas desde a década de 1930 e no decorrer das décadas de 1950 e 1960.

Um dos documentos importantes nesse processo foi o Decreto 6.000 de 1937 (Código de Obras), que unificou diversas áreas da cidade pelo estatuto jurídico da terra, apresentando a primeira definição oficial de favela e a estabelecendo como conceito jurídico. Segundo seu artigo 349, as favelas eram definidas como “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste Decreto”. Em seu parágrafo 7º, o documento prevê uma pena maior ao proprietário dos terrenos das favelas no caso de “a Prefeitura verificar que existe exploração da favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo”. Nas favelas já existentes ficava proibido levantar ou construir novos casebres, como também executar qualquer obra nos que existiam ou fazer qualquer nova construção. As violações do referido artigo seriam verificadas pelas Delegacias Fiscais, reportadas à Diretoria de Engenharia e, após a autorização do Secretário Geral de Viação e Obras Públicas, o despejo e a demolição

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

das residências poderiam ser executados, sumariamente, mediante aviso dado com apenas 24 horas de antecedência, e, se necessário, com o apoio das forças policiais. Em seu parágrafo 9º, por sua vez, a extinção das favelas era prevista mediante “(...) a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo” – regulados pelo disposto no artigo 347 do mesmo decreto.

O artigo 347 do Código de Obras de 1937, por sua vez, responsabilizava a Prefeitura pela construção de “núcleos de habitações baratas, de tipo mínimo, em substituição às favelas”. Ele também estabelecia que a propriedade dos terrenos utilizados para a construção dos núcleos habitacionais de tipo mínimo seria do Estado, sendo terrenos da Prefeitura ou da União ou adquiridos por meio da desapropriação de terrenos privados. As habitações de tais núcleos deveriam ser vendidas para pessoas “reconhecidamente pobres”, mas as casas não poderiam ser vendidas a terceiros, podendo o morador devolvê-las à Prefeitura e ser indenizado pelos valores já pagos – “com desconto de dez por cento”, conforme seu parágrafo 8º. Tratava-se de um estatuto especial de propriedade, não permitindo que a habitação de tipo mínimo fosse negociada no mercado, mas que autorizava o pagamento de indenizações aos moradores que delas resolvessem sair. À população favelada, por sua vez, não era resguardado nenhum direito sobre sua moradia: não lhe eram garantidos direitos sobre o terreno (em relação ao qual eventualmente detinham posse), nem sobre as construções (pensosamente erigidas) e, no limite, sequer à inviolabilidade de suas residências (de onde poderia ser despejada sumariamente, conforme parágrafo 4º do art. 349).

Outra característica do Código de Obras de 1937 foi sua notável versatilidade como legitimador das ações estatais. As relações de dependência estabelecidas pelo decreto entre os esforços de extinção das favelas já existentes e a necessidade de construção dos chamados núcleos de habitações de tipo mínimo – destinados a abrigar a população despejada das favelas – permitiram que aquele Código de Obras fosse utilizado tanto para barrar ações de despejo que não cumpriam a exigência de fornecimento de alternativas aos moradores, quanto para impedir a reforma dos casebres existentes e a temida “consolidação das

favelas” (Gonçalves, 2013). De certa forma, pela primeira vez o Estado afirmava ter responsabilidade legal de prover habitações adequadas aos seus residentes, ao mesmo tempo em que indicava tolerar a permanência da favela somente enquanto uma alternativa não fosse produzida.

Não é à toa que o decreto 6.000 de 1937 é considerado um divisor de águas na história das favelas. Como afirma Gonçalves (2013), dentre as funções sociais do direito está a de nomear as diferentes realidades sociais já existentes, o que institucionaliza uma classificação específica da estrutura da sociedade – trata-se do que é reconhecido como a função nominativa do direito. O Código de Obras de 1937 cria o conceito jurídico de favela, organiza as diretrizes a serem seguidas para a extinção desses núcleos habitacionais, proíbe a reforma ou a construção de novos casebres e torna ilegal o aluguel de moradias em favelas (aplicando sanções aos proprietários). O fato de se estabelecer, finalmente, um conceito jurídico, arquitetônico e sociológico abrangendo a totalidade do que passava a ser nomeado como favelas, argumenta Gonçalves (2013), permitia justificar a implementação de uma política urbana única a respeito das mesmas e constituir todo um novo conjunto de práticas e instituições dedicadas a essas áreas e a seus habitantes.

A proibição de reformas nos barracos estabelecida pelo Código de Obras acabou sendo contrariada, especialmente a partir das políticas públicas que surgiram nos anos 1950 e 1960, que, não raro, fundamentavam-se na autoconstrução assistida, estimulando os moradores a melhorar as suas casas. Segundo Conn (1968), muitos administradores preferiam interpretar as proibições do Código de Obras como sendo referentes à expansão das habitações e não às reformas. O Código também estipulava que, caso algum reparo fosse urgentemente necessário, este teria que ser realizado com o mesmo material. Como argumenta o autor, o objetivo era manter os barracos como construções de madeira e, portanto, mais fáceis de serem removidos. No entanto, como não se especificava a natureza do material, o reparo de casebres com tijolos e cimento era autorizado caso o barraco a ser reformado possuísse alguns tijolos ou cimento em sua constituição (Conn, 1968).

**Capítulo 21 - A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas**

Além disso, como observa Gonçalves (2013), a partir do Código de Obras, a ilegalidade passa a não mais atingir cada construção separadamente, mas sim, o conjunto dos espaços definidos como favela, constituída, agora, como objeto jurídico. A favela passa a poder ser, por exemplo, excluída dos esforços de regularização fundiária, algo que fica nítido em legislações que se seguiram ao Código de Obras de 1937. Tais esforços não se dirigiam apenas a essas áreas, pois as décadas que se seguiram foram marcadas pelo acelerado crescimento da cidade. As favelas estavam longe de serem, portanto, as únicas áreas irregulares.

A Lei Municipal 660, de 19 de novembro de 1951, por exemplo, buscava facilitar o processo de regularização de imóveis construídos em terreno de propriedade do morador, desde que a propriedade do terreno fosse comprovada. Seu artigo 7º afirma que para tal comprovação bastaria a apresentação de uma escritura pública de promessa de compra e venda, o que permitiria o cancelamento de todos os autos de infração lavrados contra os proprietários, sendo legalizados, também, todos os acréscimos ao imóvel existentes. O artigo 6º estabelece algumas condições adicionais para a legalização de habitações, como a exigência de não estarem localizadas em logradouro público, o preenchimento das exigências elementares de segurança e higiene, a inexistência de alcovas, a obediência aos parâmetros estipulados para o pé direito e o afastamento legal – nesses casos, porém, as habitações teriam que ser reconstruídas. No contexto geral dessa lei, portanto, consideráveis áreas lindantes ou no interior de favelas teriam condições de serem beneficiadas e, portanto, regularizadas – não fosse um porém: em seu artigo 8º o mesmo documento afirma expressamente que “[e]sta lei não se aplicará às construções nas favelas existentes, nem às em formação”. Impedia-se, assim, que tais imóveis deixassem a informalidade não pelas características físicas de sua edificação nem pela comprovação de sua propriedade – já que a escritura pública de promessa de compra e venda tratava-se de um documento cuja lavratura em cartório era simples, podendo ser facilmente firmada entre as partes interessadas – mas sim por conta do estatuto jurídico da área onde se localizava: uma favela.

As contradições presentes na definição jurídica da favela, os entraves à sua regularização e a proibição de alugar imóveis nelas também gerou uma série de conflitos fundiários. Por um lado, a suspensão do pagamento de aluguéis, seja a imposta pelo Estado ou pelos proprietários – estratégia utilizada quando queriam recorrer à desapropriação–, viabilizou a transformação do status dos favelados: de inquilinos, passaram a ser moradores ilegais (Silva, 2005, 2009; Gonçalves, 2013). Afinal, quando a situação política era desfavorável aos moradores durante os conflitos fundiários ocorridos nos anos 1950, eles procuravam estabelecer vínculos jurídicos com os proprietários – por meio do pagamento de aluguel, por exemplo – como uma forma de proteção contra os despejos judiciais (Silva, 2005). Mas a proibição dos aluguéis e a caracterização jurídica excepcional das favelas dificultaram tais estratégias, aumentando a insegurança dos moradores.

Ao mesmo tempo, com o fim do Estado Novo em 1945 e a reabertura da Câmara dos Vereadores, os proprietários de terrenos em áreas de favela (naquele momento impedidos de cobrar aluguel) passam a forçar o governo a desapropriar suas terras e a indenizá-los (Gonçalves, 2013; Silva, 2005), para o que também podiam valer-se do estabelecido no Código de Obras de 1937 quanto à responsabilidade da administração pública de engajar-se na erradicação das favelas. A situação, porém, não era simples. A ação dos proprietários fazia com que a Prefeitura tivesse duas opções: desapropriar o terreno e indenizar o proprietário ou despejar os residentes das favelas. No entanto, nenhuma das duas opções era economicamente viável, já que a quantidade de indenizações demandaria recursos que o Estado não dispunha (ou não estava disposto a pagar) e as remoções, além dos custos econômicos, trariam desdobramentos sociais ainda maiores e indesejados.

Essa questão ganhou tal importância política que deixou de ser tratada exclusivamente pela Câmara dos Vereadores, fazendo com que o Parlamento Nacional passasse a interferir para encontrar uma solução (Gonçalves, 2013). À época, o senador Moura Brasil, por exemplo, não escondia que o objetivo era, eventualmente, eliminá-las da cidade. Segundo ele,

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço: uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

[é] claro que a solução para o caso será a desapropriação de todas as áreas onde se encontram localizadas as favelas. Mas como essas são numerosas e exigem não pequenos recursos, urge que a União legisle no sentido de impedir os despejos ou imissões de posse das terras onde se encontram situadas as favelas, a fim de que, no prazo fixado em lei, possam aquelas terras serem desapropriadas (Diário do Congresso Nacional, 13 de dezembro de 1955, p. 3282).

Foi nesse contexto que o mesmo senador apresentou um projeto de lei que, após muita discussão, foi aprovado pelo Parlamento no dia 19 de setembro de 1956. A chamada “Lei das Favelas” (Lei nº 2.875/1956) previa a concessão de subvenções públicas para projetos de construção de habitações populares e a proibição de qualquer medida de despejo dos favelados por um período de dois anos (artigo 5º), assegurando aos que então residiam nas favelas a permanência nas suas habitações, no caso de não serem beneficiados com as casas construídas com os créditos especiais de que tratava a lei (artigo 6º).

Apesar de ter sido festejada pela população favelada por constituir um mecanismo de proteção contra os despejos solicitados pela chamada “indústria da desapropriação”, Gonçalves (2013) observa que a Lei das Favelas acabou reforçando o caráter jurídico excepcional das mesmas ao distanciá-las do regime de propriedade privada vigente em todas as demais áreas da cidade e ao reforçar seu caráter provisório. O jurista Espínola Filho, ao comentar sobre a referida lei à luz da Constituição de 1946, lembra que o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição garantia o direito à propriedade e que, nos casos de desapropriação por interesse social ou por necessidade ou utilidade pública, os proprietários deveriam receber “prévia e justa indenização em dinheiro” (Espínola Filho, 1957, p. 40). Segundo ele, sem ter havido desapropriação, não seria possível dar execução aos mandamentos dos artigos 5º e 6º do Decreto-Lei nº 2.875, “(...) por serem manifesta, gritantemente inconstitucionais” (Espínola Filho, 1957, p. 41). Porém, ainda que estabelecesse essa distância entre as favelas e o restante das propriedades da cidade – ou talvez justamente por sustentar essa diferenciação –, a Lei das Favelas foi mantida, garantindo um tratamento diferenciado a elas

e a seus moradores. Longe de ser uma consequência secundária, essa diferenciação condizia com a convicção da casa legislativa que a promulgara, como explicitado novamente pelas palavras do senador Moura Brasil quando afirmou que

[n]a realidade, Senhor Presidente [da mesa diretora da Câmara dos Deputados], todas as leis e mandamentos não de sofrer como realmente sofrem nas “favelas” uma interpretação local segundo os padrões e valores morais do meio, que não são, nem poderiam ser, os mesmos que regem a vida das populações mais afortunadas. [...] Equipará-lo [o problema das favelas] a um caso sujeito às normas do direito comum seria, como é, absurdo (Diário do Congresso Nacional, 13 de dezembro de 1955, p. 3281-3282).

A definição de um estatuto jurídico diferenciado para as favelas, portanto, institucionalizava a ideia de que seus habitantes e aqueles pertencentes às classes abastadas não deveriam ser considerados em pé de igualdade perante a lei, uma vez que aos primeiros o Estado restringia os mecanismos de acesso a títulos que legitimassem seus locais de residência. Apesar disso, os vários projetos de desenvolvimento urbano dos anos 1940, 1950 e 1960 reconheciam de antemão que uma grande parte dos pobres teriam que viver na cidade, ainda que sem títulos legítimos dos espaços que habitavam. O ex-chefe de polícia Geraldo Menezes Côrtes (1954-1955) colocava o dilema de forma nítida. Segundo ele:

A eliminação progressiva das favelas existentes no Rio de Janeiro, mais de uma centena e meia, abrigando meio milhão de pessoas, segundo as mais recentes estatísticas, precisa ser muito bem planejada. Seu planejamento não pode esquecer que, de repente, surgem os célebres mandados de despejo coletivo. Impraticáveis, nós bem sabemos, mas que exigem uma solução nova e urgente porque a Justiça aprecia o direito de propriedade, face às provas apresentadas e às reclamações tempestivas. Os mandados judiciais não podem deixar de ser cumpridos e, no entanto, seu cumprimento puro e simples pode desencadear uma verdadeira convulsão social, de consequência imprevisíveis (Côrtes, 1959, p. 23).

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

Mesmo diante desse dilema, com o passar dos anos as instituições estatais proveram as favelas de água, energia elétrica, escolas e centros de saúde – embora para isso tenha sido necessária a mobilização dos residentes pressionando autoridades, e mesmo que essa provisão nunca tenha deixado de ser precária, incompleta e insuficiente diante da demanda. Para Partha Chatterjee (2004), que parte de estudos sobre o contexto indiano, esse tipo de comportamento do Estado ocorre, em parte, porque essa é a parcela da população que fornece trabalho e serviços necessários à economia da cidade, além do fato de se acreditar que tais pessoas poderiam colocar em risco a segurança e o bem-estar dos “cidadãos” se não recebessem nenhuma assistência. Em 1948, no âmbito da chamada “Batalha do Rio de Janeiro”, também conhecida como “Batalha das Favelas”⁴, e num contexto de remoções de favelas que ocorriam sob a administração do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, o futuro governador da Guanabara, Carlos Lacerda, afirmava num artigo intitulado “O partido comunista e a Batalha do Rio de Janeiro”:

Não há dúvida que, entre as autoridades menos habituadas a conhecer as realidades em termos humanos, isto é, a conceber o Estado como um órgão a serviço das criaturas e não o contrário, existe a impressão de que será possível resolver o problema das favelas... tirando o divã, isto é, arrasando os barracos e tocando o pessoal para ‘o campo’. [...] No dia em que fossem todos para o campo, cadê cozinheiras, lavadeiras, mata-mosquitos, condutores, operários da Prefeitura, a gente infinitamente variada, infinitamente útil, que mora nas favelas? O que se visa, acima de tudo, é aproveitar o material humano da favela (Lacerda, 1948, p. 2).

Desde que a favela passou a ser objeto de levantamentos estatísticos mais abrangentes, a partir do final dos anos 40, foi ficando cada vez mais clara a participação fundamental que seus moradores tinham na economia urbana, tanto nas atividades remunera-

4 A “Batalha do Rio de Janeiro” foi uma campanha jornalística liderada por Carlos Lacerda, entre os meses de maio e julho de 1948, no jornal *Correio da Manhã*, que repercutiu amplamente. Ela propunha articular diversos atores sociais, particularmente o Estado, a iniciativa privada (por meio da filantropia) e a Igreja visando “resolver” o “problema” das favelas na cidade. Foi marcada por um discurso oposicionista ao governo federal (de Getúlio Vargas), profundamente anticomunista e crítico ao Código de Obras de 1937.

das quanto nas não-remuneradas. O Censo de 1950, por exemplo, mostrava que 22,79% da população das favelas trabalhava no ramo da indústria de transformação (contra 13,11% na população carioca em conjunto). Entre os homens, tal ramo correspondia a quase 40% (cerca de 7% entre as mulheres). Por outro lado, no ramo de atividade definida como “atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes”, a participação dos homens fica em cerca de 8,5%, sendo que mais de 80% disso estava concentrado na faixa etária de 10 a 14 anos (o que poderia indicar predominância de atividades escolares discentes). Já no caso das mulheres, esse ramo de atividade concentra mais de 80% do total recenseado, estando bem distribuído entre as diferentes faixas etárias. No caso daqueles classificados como ocupados em “prestação de serviços”, estes correspondiam a 14,41% do total. E nas atividades de “comércio de mercadorias”, 4,47%. Como conclui o estudo liderado por Alberto Passos Guimarães:

As características econômicas dos habitantes presentes nas 58 favelas observadas através do Censo Demográfico de 1950 demonstram que ali se encontra uma população ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal. Não se trata, pois, de uma população composta por “marginais”, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social (IBGE, 1953, p.23).

Não podemos compreender o processo que permitiu a instalação de uma série de equipamentos e serviços nas favelas como uma forma de estender a cidadania aos pobres, como afirma Chatterjee (2004) ao falar da situação indiana. Para ele, o que ocorre nessas situações é uma distinção criteriosa entre cidadãos (a “sociedade civil”, segundo ele) e populações (“sociedade política”). Enquanto a cidadania carrega a conotação moral de compartilhar a soberania do Estado, possuindo direitos de reivindicação perante o Estado, populações não possuem nenhuma reivindicação moral inerente. Quando têm suas reivindicações atendidas (seja por instituições estatais ou não), o que elas recebem é o benefício de políticas cuja

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

racionalidade atravessa cálculos de custo e benefício em termos de resultados econômicos, políticos ou sociais. As populações, segundo o autor, são apreendidas como múltiplos grupos distintos, cada qual sujeito a políticas diferentes e, portanto, flexíveis, algo que contrasta profundamente com a concepção de cidadania que afirma o nacional homogêneo. É assim que diversas instituições, como autoridades municipais, polícia, companhias de eletricidade etc., construíram meios de prover equipamentos e serviços caso-a-caso, *ad hoc* ou de maneira excepcional, sem com isso ameaçar a estrutura mais ampla da legalidade e da propriedade (Chatterjee, 2004).

No caso carioca, vale notar que a partir de meados dos anos 1960 a palavra favela, considerada pejorativa, foi sendo eufemisticamente substituída pela palavra “comunidade”, como consta no documento da Fundação Leão XIII (1962), que diz: “A favela deve ser encarada como uma comunidade e sua recuperação como um problema global” (Fundação Leão XIII, 1962, p. 18). Enquanto cientistas sociais discutiam se, do ponto de vista sociológico, era ou não correto chamar esses aglomerados de comunidades, a palavra se difundiu rapidamente e se mantém até hoje.

Hommi Bhabha (1994), porém, argumenta que a “comunidade” é, ela mesma, um discurso de “minoria”. A comunidade, afirma o autor, é o suplemento antagonista da modernidade, o território da minoria que ameaça a pretensão de civilidade. Designar a favela como comunidade, em muitos sentidos, ajuda a criar os grupos populacionais que serão alvo dessas políticas flexíveis das quais fala Chatterjee (2004) – expressão do exercício flexível da territorialidade estatal, para mencionar novamente Roy (2009a) – justamente porque a comunidade é, ao mesmo tempo, um conjunto populacional para dados estatísticos, um objeto específico das políticas governamentais e um campo de reivindicação legítima desses grupos de população, ao constituir, por meio da representação, um canal de diálogo com o Estado, mesmo que instável, conflituoso, temporário e contextual (Chatterjee, 2004).

Nos anos de 1960, esse status jurídico *sui generis* não permaneceu restrito apenas à questão da propriedade, mas se estendeu para as atividades comerciais e a organização política nas favelas. Afinal, a construção de um mecanismo jurídico de incorporação temporária

e precária da favela na política urbana e em seu planejamento – que significava, paradoxalmente, reconhecer sua permanência sem legitimá-la ao ponto de precisar fornecer a seus moradores as mesmas condições de exercício de direitos que as desfrutadas por habitantes de outras áreas da cidade – implicava criar instrumentos para normatizar, também de forma excepcional, as atividades econômicas e a organização política desses territórios.

A regulação das atividades internas político-econômicas: informalidade, conflito social e responsabilidade estatal

Com o tempo, as atividades públicas e privadas nas favelas ganharam volume e, como é de se esperar, necessitavam de regulamentação e orientações governamentais. Contudo, o estatuto jurídico das favelas permanecia mantendo-as na ilegalidade. Como o Estado poderia, então, regulamentar e fiscalizar atividades que ocorriam em espaços favelados sem correr o risco de legitimá-los? Conn (1968) argumenta que a resposta se deu por meio de dois mecanismos: o estabelecimento de licenças precárias para as relações comerciais e a utilização de unidades de representação sob a forma de associações de moradores.

No caso do comércio nas favelas, o Decreto nº 1.668, de 8 de maio de 1963, regulou o exercício do comércio e atividades profissionais nessas áreas. Nele consta que os locais de venda de produtos ou serviços das favelas funcionavam à revelia das normas e posturas do Estado, e que, por isso, a fiscalização não se exerceria sobre tais atividades – o Estado receava “dar legitimidade a serviços irregularmente instalados”, e, portanto, eram tratados “como se não existissem”. No entanto, tais estabelecimentos comerciais serviam a grande parte da população e concorriam com o comércio legalizado sem, todavia, pagar os mesmos impostos. Assim, o decreto declarava que:

É certo que, sem admitir a regularidade de tal comércio, não pode o Estado ignorá-lo. Pode e deve, em benefício da população, especialmente da que dele diretamente se serve, orientar,

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço: uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

fiscalizar e tributar atos de comércio que se relacionam com cerca de um terço da população do Estado (Decreto no 1.668, de 8 de maio de 1963).

O decreto indicava que o Estado concederia licença às atividades comerciais e profissionais localizadas em favelas, mas com uma ressalva importante que constava no parágrafo 1º do artigo 1: “Do despacho que conceder a licença de localização, constará obrigatoriamente, a restrição ‘a título precário’ por se tratar de favela”. Esse título precário era concedido ao comerciante com registro no Departamento de Renda Mercantil a partir do pagamento do imposto de Indústria e Profissões, e registro no Departamento de Indústria e Comércio do Estado (Art. 1º § 2º). Além disso, pagariam imposto sobre venda e consignações com base no valor das compras que tivessem efetuado no mês anterior, acrescido de 20% (Art. 3º).

No entanto, Conn (1968) afirma, com base em entrevistas com autoridades públicas, que os impostos raramente eram cobrados. Segundo ele, o Chefe do Departamento de Renda Mercantil, responsável pela coleta dos impostos, declarava que tal coleta era simplesmente impraticável. Porém, Conn observa que a sua indisposição para implementar a norma não advinha do medo ou da falta de força policial disponível, mas da crescente influência política que adquiria entre os comerciantes das favelas da Zona Sul. Em suma, além de criar um dispositivo que permitiria regulamentar e cobrar impostos dos comerciantes das favelas sem, com isso, reconhecer a sua legitimidade, o referido decreto abria uma via possível para negociações caso-a-caso, combustível para o estabelecimento ou fortalecimento de relações de clientelismo. Conforme mostra Conn (1968), um exemplo disso pode ser visto durante o processo de remoção da Favela do Esqueleto (então já renomeada de Vila São Jorge), onde indenizações foram pagas a comerciantes em troca de apoio, ao mesmo tempo que, para outros moradores, as indenizações eram negadas.

Mais de três décadas depois, o Decreto nº 15.214, de 25 de outubro de 1996, buscou novamente regulamentar o comércio e as atividades profissionais em favelas, ressaltando a complexidade social das mesmas. No entanto, seu artigo 6º apenas atualizou o

decreto de 1963 ao estabelecer que o Alvará de Autorização Especial seria sempre concedido “à título precário e poderá ser revogado ou cancelado a qualquer tempo por motivo de conveniência e oportunidade ou em caso de funcionamento em desconformidade com a legislação em vigor.” Como observa Gonçalves (2013), o referido decreto não só reforça o poder discricionário do município, como também reafirma a natureza precária e provisória das licenças previstas nos anos 1960. Dessa maneira, o caráter temporário de tais licenças de funcionamento mantinha em permanente instabilidade tanto as atividades econômicas desenvolvidas no interior das favelas, quanto as pessoas cuja renda ou cujo cotidiano dependiam dessas atividades.

A utilização das associações de moradores como unidades de representação é o segundo mecanismo apontado por Conn (1968) para lidar com o desafio de regulamentar e fiscalizar atividades que não podiam ser reconhecidas formalmente e legitimadas pelo Estado. O autor nos lembra que, na situação legal daquele momento, a ajuda governamental às favelas poderia ser vista como uma assistência tácita à apropriação ilegal de terra privada ou pública. Diante disso, algum modo de lidar com o problema precisava ser encontrado.

Em junho de 1967, o Decreto 870 passou, então, a regulamentar e instruir as associações de moradores de favelas. Antes dele, o Código Civil já permitia o reconhecimento das associações como pessoa jurídica, com a condição de: primeiro, perseguir objetivos pré-estabelecidos; e, segundo, preservar a vida organizativa independente dos atos e responsabilidades de seus membros. Isso permitia que as associações de moradores de favelas se mantivessem desligadas do fato de que o estatuto jurídico da residência de seus membros era considerado irregular. A associação de moradores da favela estaria obrigada a se comprometer com objetivos socialmente orientados e teria a permissão de funcionamento garantida somente na medida em que se mantivesse atada aos objetivos autorizados pelo Estado. Conn (1968) observa que o formulário padrão apresentado no artigo 3º do Decreto 870 indicava objetivos que se sobrepujavam nitidamente aos objetivos de outros órgãos estatais, como aqueles ligados ao Serviço Social. Dentre essas sobreposições

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

estavam incumbências como auxiliar na resolução dos problemas atinentes à comunidade, prestar assistência aos sócios, promover atividades de caráter social como recreação e esportes, atividades culturais etc. O mesmo formulário determinava, inclusive, a estrutura organizativa interna das associações ao definir os departamentos que elas poderiam ter: departamento de obras públicas; de diversão, recreação e desportos; de serviços públicos; e de serviços sociais. A existência de qualquer outro departamento era explicitamente vedada. Somado a isso, o registro das associações de moradores de favelas não poderia ser feito apenas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, como no caso das associações dos bairros considerados formais. Para serem regularizadas, tais associações teriam que estar também registradas no Departamento de Recuperação de Favelas, adicionando etapas burocráticas para seu reconhecimento oficial. Outra definição era que somente uma única associação seria reconhecida como representativa de cada favela. No caso de mais de um requerimento por área, seria reconhecida e inscrita aquela associação que congregasse maior número de moradores ou – e, como observa Conn, esse “ou” precisa ser enfatizado – aquela que melhores condições apresentasse, a critério da Secretaria de Serviços Sociais. A mesma secretaria, por sinal, aprovava os estatutos das associações. Após formalizada, a entidade ficaria responsável por manter o registro dos moradores e transmitir as informações para a mesma secretaria. Por fim, a existência da associação como pessoa jurídica poderia ser suspensa caso fosse utilizada para objetivos opostos àqueles designados previamente, caso atuasse contra o bem público, ou mesmo sem justificativa alguma. Ao mesmo tempo, afirma Conn (1968), se os moradores desejassem dissolver a associação, eles teriam de obter dois terços dos votos de seus membros – demonstrando que embora a dissolução da associação pudesse ser facilmente definida pelo Estado, caso os moradores representados por ela desejassem a mesma coisa seu caminho seria bem mais tortuoso.

Ao serem reconhecidas legalmente por meio do registro oficial enquanto pessoa jurídica, na década de 1960, as associações de moradores de favelas puderam formalmente agir como mediadoras das relações entre os moradores das favelas e as insti-

tuições do Serviço Social. Isso significou que poderiam receber e distribuir materiais para as obras de melhoramentos, por exemplo. Além disso, as associações passariam a ser responsáveis pelo levantamento de dados sobre os moradores, como já indicado. Arthur Rios, à época diretor do Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiêncas (SERFHA), apoiava também a ideia de que as associações pudessem mobilizar a força de trabalho local para realizar os projetos de urbanização no âmbito da Operação Mutirão. Com a saída de Arthur Rios do cargo, no entanto, as associações ficaram incumbidas de organizar o licenciamento e a cobrança de impostos.

Como argumenta Conn (1968), ao legislar sobre aquilo que anteriormente era simples política administrativa, o Decreto 870/1967 deixava explícito que as associações da favela não teriam os mesmos direitos e independência de outras organizações da sociedade civil, estando legalmente subordinadas à Secretaria de Serviços Sociais. Além de ter seu programa de ação avalizado pelo referido órgão, ter de enviar periodicamente o cadastro completo dos moradores, comunicar sobre moradias desocupadas e requerer autorização para reformas de casas, de acordo com o artigo 2º do decreto as associações também ficariam incumbidas de não permitir (e, portanto, fiscalizar) a construção de novas moradias. Em seu artigo 3º, por sua vez, o decreto estabelecia ainda uma série de motivos pelos quais o Secretário de Serviços Sociais poderia, legalmente, dissolver a associação e nomear uma junta com a finalidade de realizar novas eleições da diretoria.

O resgate de alguns trabalhos da literatura sobre a informalidade urbana sobre outras partes do mundo pode nos oferecer ferramentas interessantes para pensarmos essa dimensão do caso carioca. Os estudos de Claire Bénit-Gbaffou (2018) – com especial foco no contexto sul-africano –, por exemplo, nos lembram que a prática estatal de delegar funções públicas essenciais a agentes e instituições não-estatais, formais e informais, permite ao Estado constituir uma política de mediação que expande o âmbito de suas intervenções e sua capilaridade a um custo limitado, seja por meio da intermediação de líderes ou grupos locais ou pelo recrutamento indireto ou cooptação de capacidade administrativa, técnica ou po-

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

lítica. Ao estudar a autoridade pública e a política local no Níger, Christian Lund (2006), por sua vez, sustenta que em determinados contextos as instituições estatais, embora importantes, necessitam recorrer a uma variedade maior de instituições para definir e fazer cumprir decisões sobre os membros da sociedade. Segundo ele, algumas delas poderiam ser entendidas como “instituições crepusculares” (*twilight institutions*) – instituições não-estatais que podem atuar paralelamente ao Estado, podem simular o Estado ou podem mesmo competir com o mesmo ao exercer funções sociais regulatórias.

No caso carioca, tal tipo de mediação parece ter se estabelecido, por exemplo, entre o Estado e as associações de moradores. Ao mesmo tempo, porém, o Estado instaurava por decreto a instabilidade do reconhecimento formal conferido às associações de moradores de favelas. Sua existência estava condicionada ao compromisso de se manterem em conformidade com os propósitos estabelecidos pelo Estado, sendo que ele próprio podia decidir por dissolver as associações com notável facilidade e sem a necessidade de maiores justificativas. Esse tipo de incerteza é uma das características do que Margot Rubin (2018) chama de “práticas informais do Estado”, que podem ser compreendidas como “um conjunto de ações por meio das quais os processos governamentais designam a terra, a posse, as atividades, as pessoas etc., como formais ou informais” (Rubin, 2018, p. 6). Além da incerteza, tais ações são caracterizadas por lidarem com exceções, desregulamentado espaços e operando fora da lei existente. Uma consequência dessas práticas informais é que os locais, assentamentos e atividades sujeitos a elas constituem “espaços de incerteza” e têm de recorrer a negociações com uma série de funcionários, burocratas ou políticos para obter qualquer tipo de legitimidade e acessar recursos fornecidos pelo Estado (Rubin, 2018).

Ao analisar a informalidade urbana a partir do contexto indiano, Chatterjee (2004), por sua vez, sustenta que essas negociações entre moradores informais e a burocracia estatal são fenômenos que emanam da própria população afetada. Segundo ele, por não exercer a plenitude de sua cidadania, tal população precisa encontrar outras formas de ter suas demandas atendidas pelo poder

público e, por isso, busca constituir relações com representantes locais (como vereadores) para perseguir seus objetivos enquanto coletividade. No entanto, vemos que é a ação normativa do Estado que institui normas excepcionais a determinados espaços e populações, nas quais os direitos destas ou não estão nitidamente definidos na norma ou estão de maneira vaga ou contraditória – podendo, portanto, ser garantidos também apenas “a título precário”. A excepcionalidade da ação normativa do Estado nesses espaços de incerteza obriga a população afetada a ter de negociar constantemente seus direitos, condição que oportuniza aquilo que, no Brasil, ficou conhecido como clientelismo. Entender a manutenção da incerteza como um instrumento político relevante e recorrentemente acionado ajuda a revelar “as formas de clientelismo que facilitam o chamado planejamento ‘formal’” (McFarlane, 2012, p. 106). Nesse sentido, o clientelismo não seria uma prática espontânea, um resultado indesejado da tolerância do Estado (Cardoso, 2003), uma estratégia de sobrevivência ou uma característica cultural, mas um efeito direto das práticas informais do Estado. O clientelismo é, portanto, a relação política possível estabelecida pela ação normativa do Estado ao constituir “espaços de incerteza” sujeitos a uma legislação excepcional.

A regulação das formas de organização política interna das favelas por meio da normatização de suas associações de moradores não oportunizou apenas a potencialização de relações clientelistas. Ela também permitiu a atualização dos mecanismos de governo de seus habitantes e a produção de informações mais detalhadas sobre essa parcela da população. Ao mesmo tempo, adotá-las como instituições mediadoras reduzia a necessidade do Estado lidar diretamente com os moradores, além de repassar a elas certas responsabilidades que antes se encontravam sob os braços do Estado – como a distribuição de serviços no interior das favelas (energia, água, correios etc.). Sem legitimar diretamente tais áreas, a mínima oferta desses serviços amenizava suas já precárias condições habitacionais e mitigava, assim, os riscos de conflitos sociais – função para a qual a regulação “a título precário” de diferentes atividades econômicas internas às favelas também contribuiu diretamente.

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

Todavia, é importante destacar que embora a informalidade urbana funcione como um mecanismo de governo – tornando possível a “flexibilidade territorializada” de que fala Roy (2009a) – ela também pode gerar uma série de obstáculos ao desenvolvimentismo do Estado. Isso se dá, por exemplo, mediante uma multiplicidade de negociações e ações judiciais que a característica flexível das definições estatais também oportuniza. Tais situações podem contribuir para manter vivas as reivindicações por terra que, uma hora ou outra, precisam efetivamente ser compensadas ou tornadas ilegais através de táticas de poder e violência (Roy, 2009a). Fato é que as contradições que são utilizadas (mesmo que não intencionalmente) para facilitar a ação do Estado podem também gerar ingovernabilidade (Bénit-Gbaffou, 2018). Assim, medidas que funcionam para colocar em prática determinados objetivos, como a instrumentalização das associações de moradores, também podem gerar formas de resistência, criando oportunidades de mobilização política e contestação, como, por exemplo, o posterior desenvolvimento da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) e seu papel ativo na disputa pelos rumos da urbanização da capital fluminense.

Além disso, como assinalam Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018), os processos políticos não devem ser analisados somente mediante os fenômenos oficiais e visíveis. É preciso considerar a capilaridade de tais práticas no cotidiano e que, por diversas razões, não se tornam públicas e nem deixam traços documentais (corrupção, clientelismo etc.). Afinal, como assinala Buire (2018), o Estado não pode ser entendido como uma instituição que opera “fora” da vida social comum. O enfoque sobre as “instituições crepusculares” pode ajudar a evitar a armadilha de tomar o Estado como uma realidade coerente e coesa, na medida em que permite compreender como a autoridade pública é canalizada através de plataformas informais que escapam parcialmente aos mecanismos formais do poder estatal.

Notas finais: informalidade, segregação e o papel do planejamento

Na maior parte do mundo, a informalidade, apesar de seu status ambíguo em relação à legislação, não é uma condição patológica ou um resquício de atraso que caracterizaria o subdesenvolvimento ou a modernidade atrasada, mas sim, “uma parte importante do processo de constituição histórica da própria modernidade” (Chatterjee, 2004, p. 135). Não é à toa que Ananya Roy argumenta que a informalidade não existe fora da “regulação institucionalizada” (Castells e Portes, 1989), não é de natureza “extralegal” (De Soto, 1989) ou “paralegal” (Chatterjee, 2004). Segundo a autora, é ingênuo designar certos processos – como, por exemplo, a versatilidade da territorialidade do Estado decorrente do uso flexível das fronteiras entre o formal e o informal quando se trata de alterar o uso da terra – como extralegais, uma vez que não existem fora da lei. Pelo contrário, a informalidade existe “no próprio coração do Estado e é parte integrante das práticas territoriais do poder estatal” (Roy, 2009, p. 84).

Sendo parte do Estado, as práticas informais possuem aspectos espaciais que surgem, segundo Gonçalves, Bautès e Maneiro (2018), com a busca por normatizar aquilo que era considerado formal. O estatuto do informal, portanto, dependeria da capacidade e da própria modalidade de regulação estatal. É o Estado que, por meio de suas políticas públicas, classifica, regula e distribui, de maneira seletiva e arbitrária, os atributos da informalidade ao gerir as fronteiras entre o formal e o informal. Estas fronteiras, por sua vez, são maleáveis e se encontram estreitamente associadas às formas de poder estatal e às lutas que as constituem e que dali emergem. Aí se ancora também o interesse em entender os espaços informais e meios de subsistência como um efeito do Estado e, por isso, investigar “o fazer e o refazer da informalidade como forma de regra” (Roy, 2018, p. 1). Ganha destaque também o fato de o planejamento urbano – que, apesar de disputado por outros agentes, é predominantemente uma prerrogativa do Estado – operar mediante práticas de desregulamentação e ambiguidade, valorizando e regularizando certas formas de informalidade,

Capítulo 21 - A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas

enquanto, ao mesmo tempo, marginaliza ou mesmo criminaliza outras (Roy, 2018).

A informalidade, portanto, precisa ser concebida a partir dessas ponderações, em conjunto com as demais contribuições recentes feitas por parte da literatura sobre o tema (ROY, 2009b). Por isso concordamos em vê-la como um conjunto internamente heterogêneo de práticas que existem no interior do próprio Estado e que constituem lógicas de administração e produção do valor diferencial do espaço urbano. Nesse sentido, entendemos que a informalidade urbana deve ser compreendida como um “idioma da urbanização”, como propõem Roy e AlSayyad (2004), uma vez que ela é utilizada pelo Estado para governar a cidade (Roy, 2009a) – se afirmando como “um modo de produção do espaço” (Roy, 2011).

Tendo isso em mente, nossa atenção aqui esteve em mostrar, a partir da análise do uso normativo que o Estado faz da informalidade, como a linha entre o formal e o informal foi historicamente traçada na cidade do Rio de Janeiro. Estamos interessados na criação de normas contraditórias com a legislação formal ou normas temporárias que permitem administrar a pobreza urbana (Te Lintel, 2017). Trata-se, também, de reconhecer as ações estatais que se encaixam naquilo que Bénit-Gbaffou (2018) chamou de enquadramento da excepcionalidade (*framing exceptionality*) ao se referir às práticas do Estado que atuam fora da legislação vigente, seja suspendendo a norma – no tempo ou no espaço – ou agindo nos interstícios da legislação – intencionalmente ou não. Como esperamos ter deixado nítido, a favela foi integrada – juridicamente, inclusive – a partir da década de 30 como exceção, o que permitiu atribuir a essa área e fazer que nela e sobre seus habitantes funcionasse todo um conjunto de mecanismos de controle.

Tal enquadramento das favelas enquanto exceção permitiu que parte significativa do Rio de Janeiro passasse a ser considerada como “cidade informal”, resultado de uma complexa elaboração normativa e regulamentar que atuou como conjunto de mecanismos que tornaram ilegal uma parcela do tecido urbano da cidade. Esse processo estabeleceu as favelas, suas atividades e, por consequência, seus habitantes como estando submetidos a um estatuto jurídico que, por sua excepcionalidade, institucionalizou sua condição de es-

tarem permanentemente em condições provisórias perante o Estado – retomando a ideia de “provisoriidade permanente” de Yiftachel (2009), também já mencionada na segunda parte do artigo.

Esse tipo de incerteza jurídica, segundo Gonçalves (2013), Maccaglia (2009) e Vorms (2012), pode ser entendida como sendo mantida pelos poderes públicos como uma forma de governo. Nesse sentido, a favela não seria um efeito indesejado de políticas sociais insuficientes nem um subproduto de processos incompletos de desenvolvimento, mas um espaço sócio e historicamente construído de forma a cumprir a função política de circunscrever um campo de governo. O poder do Estado, portanto, deriva, também, dessas técnicas regulatórias que garantem uma negociabilidade constante em relação aos direitos à terra, ao uso que se faz dela e ao reconhecimento formal via títulos de propriedade (Alsayyad, 2004).

As ponderações e exemplos trazidos nestas páginas nos permitiram perceber que as ambiguidades e contradições normativas do Estado conferem às suas ações uma grande flexibilidade, permitindo que sejam frequentemente consideradas ao mesmo tempo como legais e ilegais. Tal flexibilidade habilita suas instituições e agentes a configurar e acionar de forma calculada as fronteiras que separam o formal do informal, garantindo assim a integridade, manutenção e atualização constante de um regime urbano marcado pela instabilidade, precariedade, desigualdade e violência. Isso reforça nossa convicção de que a informalidade urbana não é uma externalidade, um subproduto ou uma consequência indesejada do processo de desenvolvimento urbano – afirmação que está em consonância com boa parte da literatura articulada neste artigo. Ela tampouco é externa ao planejamento ou uma mera expressão da falta de planejamento ou de um planejamento falho. A informalidade é, sim, um elemento central do regime urbano nos países do sul global, algo que pode ser justificado por ao menos três razões ilustradas neste trabalho com os casos referentes às favelas cariocas. Primeiro, porque ela cumpre papel crucial na acumulação de capital via produção do espaço urbano nesses países, visto que garante, por exemplo, a reprodução da força de trabalho e a redução dos custos de sua exploração ao permitir sua residência nos locais onde as favelas se estabelecem. A regulação do estatuto jurídico

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

das favelas contribuiu de forma relevante com esse papel. Segundo, a informalidade é central nesse regime urbano porque cria condições para a implementação de mecanismos de governo da população que mitigam os riscos de conflitos sociais ligados, por exemplo, à precarização das condições de reprodução social das classes populares – como no caso de viabilizar a realização de algumas atividades econômicas e a oferta de determinados serviços no interior das favelas, ainda que de forma parcial, ineficiente e insuficiente. Nesse sentido, destacamos a importância da regulação das atividades econômicas internas como parte desses mecanismos. Terceiro, por fim, a centralidade da informalidade em nosso regime urbano é afirmada porque ela permite que o Estado se desresponsabilize – ou reduza suas responsabilidades – quanto a prover grande parte da população com os investimentos sociais que seriam necessários para lhes assegurar igualdade de condições de acesso aos mesmos direitos garantidos aos cidadãos das outras áreas da cidade. No caso das favelas cariocas, essa desresponsabilização pôde ser vista por meio dos esforços de regulação de suas atividades políticas internas mencionadas nas páginas anteriores.

Dessa forma, fica nítido que a expansão do acesso à casa própria por meio da informalidade no Rio de Janeiro não é um fenômeno marginal na cidade, pois foi e segue sendo central para assegurar plenamente a acumulação do capital (Gonçalves, 2013) e permitir que o processo de urbanização prossiga sem, com isso, exigir grandes investimentos sociais por parte do poder público ou produzir tensões sociais insuportáveis. E é nesse sentido que a informalidade urbana, mais que um problema, foi e é uma solução (Cardoso, 2003) – e não apenas no sentido de “solução encontrada pelas classes populares ao problema da moradia”, mas também uma solução para os problemas que seriam enfrentados pelo Estado e pelo Capital caso as favelas não existissem. Por isso, Ong (1999) insiste que o Estado-nação segue sendo uma instituição chave na estruturação de uma ordem espacial que, por sua vez, é produzida mediante um “sistema de zonas graduadas”. Segundo ela, as “zonas de exceção” são caracterizadas pelo exercício diferenciado do poder estatal, fazendo com que suas populações estejam sujeitas de diferentes maneiras ao con-

trole político e à regulação social por parte de agências estatais e não-estatais.

Considerando a relação entre a informalidade urbana e a produção de zonas de exceção como algo que interage com a diferenciação espacial que caracteriza o espaço urbano contemporâneo de muitos países do sul global, é possível nos perguntarmos sobre como a segregação urbana é produzida e reforçada pela informalidade urbana e sobre qual o papel do Estado e do planejamento nesse processo. A esse respeito, acreditamos que a investigação da dinâmica oscilante da linha entre o formal e o informal na história do Rio de Janeiro, bem como do movimento de desregulamentação ou regulamentação temporária ou excepcional, pode contribuir para a compreensão das formas pelas quais o Estado produz a segregação por meio de uma política urbana que excepcionaliza os espaços de moradia e trabalho de segmentos minorizados (ou subalternizados) visando garantir o governo de parcela importante da população e a contínua manutenção, atualização e produção do espaço urbano desigual que sustenta a constante reprodução e acumulação de capital.

Yiftachel e Yakobi (2004), por exemplo, num contexto bastante diverso – tratando das políticas estatais e de planejamento que deram origem a práticas de informalidade em áreas residenciais árabes da região de Beer-Sheva, em Israel –, afirmam que naquele país o planejamento tem sido utilizado como instrumento de controle étnico. Naquele caso, mudanças regulatórias ofereceram subsídios legais para que a expropriação de quase todas as terras árabes pelo Estado israelense passasse a se revestir de um manto de legalidade. Isso significou que, apesar de possuir cidadania israelita, a maioria dos árabes perdeu todos os direitos à terra. Nos poucos casos em que os árabes israelitas documentaram a prova de propriedade, foram-lhes concedidos apenas direitos de propriedade parciais. Para AlSayyad (2004), o caso Beer-Sheva é instrutivo na medida em que mostra como a informalidade pode resultar de práticas estatais e não da fixação de migrantes nas periferias urbanas. Somado a isso, o caso estudado por Yiftachel e Yakobi (2004) destaca como a criação da informalidade é usada pelo Estado e seus grupos hegemônicos para segregar e controlar um grupo étnico.

Capítulo 21 - *A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas*

Embora se reconheça os desafios e limitações de comparações entre experiências de diferentes países, o caso de Beer-Sheva nos traz questionamentos relevantes que permitem nos interrogarmos de forma mais substancial a respeito daquilo que é produzido na cidade do Rio de Janeiro. Se, por exemplo, é verdade que o caso de Beer-Sheva lida com um contexto muito específico de instituição e aprofundamento daquilo que Yiftachel (2006) chamou de “regime etnocrático”, também não podemos negligenciar o fato de que esse modo de (des)regulação que constitui a informalidade urbana, no caso carioca, se impõe de forma desproporcionalmente prejudicial à população negra⁵ (Fischer, 2022).

Roy (2019) assinala que a geografia radical está repleta do vocabulário do deslocamento (*displacement*), articulando conceitos como gentrificação, despejo e urbanismo revanchista, que colocam em primeiro plano a violência da transformação urbana. No entanto, segundo ela, ainda falta compreender melhor o papel do Estado e a centralidade da raça nesses processos. É nesse sentido que a autora propõe o conceito de “banimento racial” para “ênfatisar a violência instituída pelo Estado contra corpos e comunidades racializadas” (Roy, 2019, p. 227). O “banimento”, segundo ela, está enredado em processos de regulação, segregação e expropriação e está inserido nas geografias jurídicas do colonialismo e da separação racial. Utilizando-se do exemplo da região metropolitana da baía de São Francisco, onde comunidades negras e latinas estão sendo expulsas dos centros urbanos e relegadas às margens da vida urbana, ela afirma que o que está em jogo não é apenas a suburbanização da pobreza (como é comumente descrito), mas, sim, aquilo que Samara (2016, p. 227) denominou de “ressegregação residencial”. A periferização da pobreza, afirma Roy (2019, p. 227), “caminha de mãos dadas com a concentração desproporcional e a contenção de corpos racializados em espaços urbanos empobrecidos e vigiados”.

O planejamento urbano tem um papel importante nesse processo, especialmente se consideramos que uma de suas funções é gerir as profundas desigualdades sociais que se expressam e se

5 No Censo das Favelas de 1950, por exemplo, realizado pelo IBGE sob a liderança de Alberto Passos Guimarães, os dados sobre cor indicavam que, nas favelas recenseadas, cerca de 67% da população se declarava preta ou parda.

reproduzem no e por meio do espaço urbano, conforme já afirmamos. Como argumenta Roy (2009a), não há nada de espontâneo ou casual no uso flexível da informalidade que sustenta as práticas territoriais do Estado, visto que a informalidade tem um caráter estrutural na medida em que é mobilizada como uma estratégia de planejamento. Por isso se reafirma que a informalidade não consiste no fracasso ou ausência de planejamento ou do Estado, uma vez que a retirada do poder regulador ou a criação de uma regulação excepcional – que age fora ou mesmo em violação da sua própria legislação (Bénit-Gbaffou, 2018) – é, ela mesma, um modo de regulação (Roy, 2009a). Como assevera Yiftachel (2009), o não planejamento seletivo, compreendido como uma forma de exclusão ativa ou negligente, deve ser considerado como parte do planejamento.

Não está nada distante disso a situação observada no Rio de Janeiro. No decorrer do século XX, institucionalizou-se na cidade um regime urbano – entendido como um “sistema institucionalizado de controle do espaço e da população” (Yiftachel, 2009, p. 94) – que impõe uma participação política estratificada na cidade e institui cidadanias urbanas desiguais, uma vez que há, numa mesma cidade, estatutos legais diferentes regulando direitos básicos referentes à propriedade, ao desempenho de atividades econômicas, ao oferecimento de serviços e ao acesso e exercício do poder político. O que a política urbana faz, por meio do planejamento e da legislação urbana, é institucionalizar e aprofundar a segregação, fornecendo às autoridades um conjunto de tecnologias com as quais podem tanto legalizar e incorporar, quanto criminalizar ou expulsar populações de seus locais de residência ou de trabalho (Yiftachel, 2009). É nesse sentido que Yiftachel (2009) fala de um *apartheid* sorrateiro (*creeping apartheid*), visto que se cria e mantém uma situação na qual uma mesma terra é governada com muitos estatutos legais diferentes – ou seja: um ambiente básico de *apartheid*. Tal ordem discriminatória, todavia, não é declarada oficialmente e talvez nem mesmo desejada, mas as restrições estruturais se infiltram na governança diária da sociedade urbana. Nesses espaços, a “vida nua” deve ser entendida “como rotina diária, não como exceção” (Yiftachel, 2008, p. 366). Por isso, a informalidade urbana, tal qual se manifesta em diferentes cidades do sul global, pode ser um caminho

**Capítulo 21 - A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas**

importante para se compreender o processo histórico de produção do espaço urbano (Alsayyad, 2004).

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício Almeida. Reconstruindo uma História Esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. **Espaço & Debates**. São Paulo, v.14, n. 37, p. 34-46, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010 (1995).

ALMEIDA, R.G.; GONÇALVES, R.S. Da degeneração ao subdesenvolvimento: a favela carioca e seus significados sócio-históricos. In: GONÇALVES, R.; BRUM, M; AMOROSO, M. (eds). **Pensando as Favelas Cariocas: Memória e Outras Abordagens Teóricas** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Pallas e PUC- Rio. p. 275–304. 2022.

ALSAYYAD, N. Urban informality as a “new” way of life. In: ROY, A.; ALSAYYAD, N. (eds) **Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia**. Lanham: Lexington Books, p. 7–30, 2004.

APPADURAI, A. Deep democracy: urban governmentality and the horizon of politics. **Public Culture**, n. 14, p. 21–47, 2002.

BAYAT, A. From “Dangerous Classes” to “Quiet Rebels”: The Politics of the Urban Subaltern in the Global South. **International Sociology**, v. 15, n. 3, p. 533–57, 2000.

BÉNIT-GBAFFOU, C. Unpacking State Practices in City-Making, In: Conversations with Ananya Roy, **The Journal of Development Studies**, v. 54, n. 12, p. 2139-2148, 2018.

BHABHA, H. **The location of culture**. New York: Routledge. 1994.

BUIRE, C. Intimate Encounters with the State in Post-War Luanda, Angola. **The Journal of Development Studies**, p. 1-17, 2018.

CARDOSO, A. L. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. **Cadernos Metrópole**, n. 10, p. 9-25, 2003.

CHATTERJEE, P. **The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World**. New York: Columbia University Press. 2004.

CONN, S. (1968). The squatters’ rights of favelados. **Ciências Econômicas e Sociais**, v. 3, n. 2, p. 50-142, 1968.

CONNOLLY, P. Latin American informal urbanism. In: HERNÁNDEZ, F.; BECERRA, A. (eds). **Marginal Urbanisms**. Newcastle: Cambridge Scholars, p. 22–47, 2017.

CÔRTEZ, G. M. **Favelas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Serviço de Documentação. 1959.

DE SOTO, H. **Economia subterrânea**. Rio de Janeiro: O Globo, 1987.

DE SOTO, H. **The Other Path: The Invisible Revolution in the Third World**. London: Taurus. 1989.

DE SOTO, H. **The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else**. New York: Basic Books. 2000.

ESPÍNOLA FILHO, E. **Manual do inquilinato no direito civil vigente estudo de toda a legislação brasileira em vigor, inclusive as leis 2.875, de 19 de setembro de 1956 e 3.085, de 29 de dezembro de 1956**, Rio de Janeiro, Borsoi. 1957.

FISCHER, B. Historicizando a governança informal. **Acervo**, Rio de Janeiro, -v.36,n.1,p.1-24, 2023.

FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Favelas: um compromisso que vamos resgatar**. Estado da Guanabara: Governo Carlos Lacerda. 1962.

GARMANY, J.; ALMEIDA, R. G. Urban orientalism and the informal city in Rio de Janeiro, Brazil. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 41, n. 2, p. 275–294, 2023.

GONÇALVES, R. S. O mercado de aluguel nas favelas cariocas e sua regularização numa perspectiva histórica. **GEOgraphia**, v. 13, n. 26, p. 114-135, 2012.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro: PUCRio. 2013.

GONÇALVES, R. S.; BAUTÈS, N; MANEIRO, M. A informalidade urbana em questão. **O Social em Questão**, n. 42. p. 9-26, 2018.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11. n. 1, p. 61-89, 1973.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística**, ano 14, n. 55, jul./set. 1953.

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

LEWIS, O. **Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty**. New York: Basic Books. 1959.

LUND, C. Twilight institutions: an introduction. **Development Change**. v.37,n.4, p. 673–684, 2006.

MACCAGLIA, F. **Palermes. Illégalismes et gouvernement urbain d'exception**. Lyon, ENS Éditions. 2009.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, v. 37, p. 81–109, 2002.

MARICATO, E. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) No Brasil Industrial**. São Paulo: Ed. Alfa Omega. 1979.

MCFALANE, C. Rethinking Informality: Politics, Crisis, and the City. **Planning Theory and Practice**, v. 13, n. 1, p. 99-108, 2012.

OLIVEIRA, F. Economia brasileira: a crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, n. 2. São Paulo, Cebrap. 1972.

**Capítulo 21 - A informalidade urbana como um modo de produção do espaço:
uma história das práticas informais do estado nas favelas cariocas**

ONG, A. **Flexible Citizenship: The Cultural Logics of Transnationality**. Duke University Press, Durham, NC. 1999.

PORTES, A.; CASTELLS, M. World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy. In: PORTES, A. (Org.). **The informal Economy: studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: John Hopkins University Press. 1989.

RAKOWSKI, C.A. The informal sector debate, part 2: 1984–1993. In: RAKOWSKI, C. A. (ed.) **Contrapunto: The Informal Sector Debate in Latin America**. Albany: State University of New York Press, p. 31–50, 1994.

ROY, A. **City Requiem, Calcutta: Gender and the Politics of Poverty**. University of Minnesota Press, Minneapolis, MN. 2003.

ROY, A. Urban informality: Toward an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p. 147–158, 2005.

ROY, A. The Gentleman's city: Urban informality in the Calcutta of new communism. In: ROY, A.; ALSAYYAD, N. (Eds.). **Urban informality: Transnational perspectives from the middle east, Latin America, and South Asia**. Lanham: Lexington Books. 2004.

ROY, A. Why India Cannot Plan Its Cities: Informality, Insurgence and the Idiom of Urbanization. **Planning Theory**, v. 8. n. 1, p. 76-87, 2009a.

ROY, A. The 21st-century metropolis: New geographies of theory. **Regional Studies**, v. 43. n. 6, p. 819–830, 2009b.

ROY, A. Racial Banishment. In: ANTIPODE EDITORIAL COLLECTIVE. **Keywords in Radical Geography: Antipode at 50**. Wiley Blackwell. 2019.

ROY, A.; ALSAYYAD, N. (Eds.). **Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia**. Lanham: Lexington Books. 2003.

RUBIN, M. At the Borderlands of Informal Practices of the State: Negotiability, Porosity and Exceptionality. **The Journal of Development Studies**. 2018.

SAMARA, T. R. **Race, Inequality, and the Resegregation of the Bay Area**. Oakland: Urban Habitat. 2016.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana Dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp. 1979.

SILVA, M. L. P. **Favelas Cariocas, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005.

SILVA, M. L. P. Favela: É geral? É particular? É Urbano? In: SILVA, J. S. e e al. (Orgs.). **O que é a favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 30-35, 2009.

VALLADARES, L. P. **Habitação em Questão**. Rio de Janeiro: Zahar. 1980.

VAZ, L. F. “Do Cortiço à Favela, um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro.” In: SAMPAIO, M. R. A. (Ed.). **Habitação e Cidade**. São Paulo: FAU/USP-FABESP, p.39-52, 1988.

Rafael Gonçalves de Almeida, Matheus da Silveira Grandi e Marianna Fernandes Moreira

VORMS, C. **Bâtisseurs de banlieue. Madrid: le quartier de la Prosperidad (1860-1936)**, Paris, Créaphis Éditions. 2012.

YIFTACHEL, O. (Un)settling colonial presents. **Political Geography**, v. 27, n. 3, p. 365–70, 2008.

YIFTACHEL, O. Critical theory and ‘gray space’: Mobilization of the colonized. **City**, v. 13, n.2-3, p. 246-263, 2009.

YIFTACHEL O. **Ethnocracy: Land and Identity Politics in Israel/Palestine**. University of Pennsylvania Press, Philadelphia. 2006.

YIFTACHEL, O.; YAKOBI, H. Control, Resistance, and Informality: Urban Ethnocracy in Beer-Sheva, Israel. In: ROY, A.; ALSAYYAD, N. (eds). **Urban Informality: Transnational Perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia**. Lanham: Lexington Books. 2004.

CAPÍTULO 22

Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

Roberto Barreto Alvarez¹

Introdução

O que haveria de maravilhoso no Porto Maravilha? Esta pergunta pode ser um bom ponto de partida para nossa reflexão acerca da atual condição da Zona Portuária do Rio de Janeiro, exatamente porque ela questiona algo que ao longo dos últimos anos foi se sedimentando no imaginário carioca. Assim, tal pergunta nos permite ponderar as qualidades não de um projeto que por razões econômicas e políticas recebeu mais louros do que deveria, afinal não pretendemos avaliar o projeto em si, nossa ponderação se direciona a um melhor entendimento da realidade concreta de um lugar a partir de sua dimensão espacial.

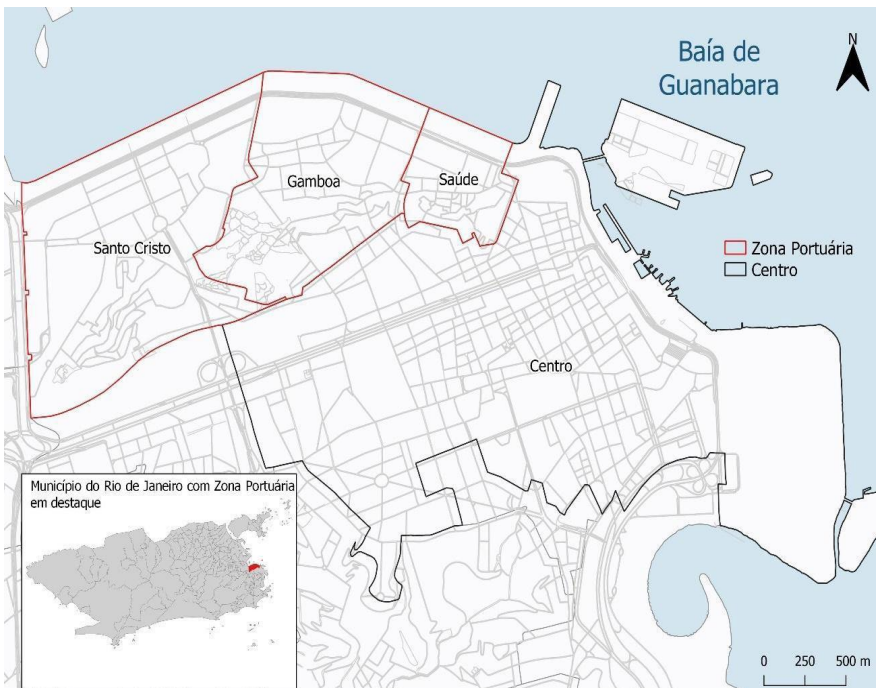
No presente artigo buscamos fazer uma análise que partisse do campo da geografia urbana e de nosso interesse nos estudos de economia urbana. Análise esta, que em termos teóricos e metodológicos privilegiaram uma abordagem pautada na relação entre os processos de terciarização e urbanização (Pacheco, 1998; 2009), relacionando a economia dos serviços com a organização do espaço interno da cidade.

Nosso recorte espacial é a Zona Portuária do Rio de Janeiro (Figura 1), mais especificamente os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Estes bairros portuários revelam um cotidiano marcado por desigualdades típicas de cidades que se formaram a partir de modernizações seletivas, que ao se instalarem sobre o espaço urbano

1 Bolsista CAPES - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - rbalvarez.geo@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0006-9118-7609>

fragmentam a cidade em sua escala local na medida em que são as articulações globais que coordenam sua organização. Desse modo, em nosso recorte se revelam processos que exprimem uma economia política em que a cidade ganha atributos próprios de um meio de produção a partir dos sistemas técnicos que a constitui (Santos, 2012a), por conseguinte é a economia de serviços e os usos que ela estabelece de tal meio técnico que garantem à cidade e a seus recortes específicos suas respectivas posições nas divisões internas e externas do trabalho, isto é, naquilo que configura as relações locais e globais.

Figura 1 - Mapa da Área Central do Rio de Janeiro com destaque para o Centro e Zona Portuária



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Assim, o objetivo central deste artigo é analisar a atual natureza da terciarização na Zona Portuária, precisamente porque entendemos que a partir disso será possível compreender o modo como a urbanização se realiza na cidade e também a maneira como a fragmentação se revela a partir das modernizações que passam a

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

se impor ao lugar. Nesse sentido, entendemos que este trabalho possa dialogar com o objetivo mais amplo da mesa a qual ele se destina, visto que buscamos com esta pesquisa “compreender no plano da cidade e do urbano, como a lógica socioespacial fragmentária altera o conteúdo da diferenciação e das desigualdades”².

Para alcançar os objetivos indicados, dividimos o artigo em seis partes. A primeira que é esta introdução onde apresentamos o objeto, a opção metodológica e os objetivos da pesquisa; na segunda parte buscamos apresentar o papel dos serviços e da terciarização na urbanização, além de acentuar o caminho de método que nos leva a entender a relação dialética entre os dois circuitos da economia urbana que se materializam nas cidades a partir das diversas divisões do trabalho que constituem as cidades; a terceira parte contém dados da pesquisa e é dedicada a análise do processo de terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro e ao seu caráter amplamente fragmentário; a quarta parte apresentamos o contraponto ao processo de modernização do terciário, nesta seção indicamos que para além dos elementos modernizantes que passaram a constituir o espaço portuário nos últimos anos, há outros processos que devem ser inseridos em nossa análise do urbano, como o processo de inércia, afinal a cidade não é um bloco e as modernizações são pontos em um tecido mais amplo do urbano; a quinta parte corresponde aos dados pesquisados sobre os serviços no interior dos bairros, isto é, os dados da inércia e daquilo que coexiste e resiste apesar do caráter fragmentador processos contemporâneos; por fim, na sexta parte estão nossas considerações finais acerca das relações que podem ser estabelecidas entre urbanização, terciarização e fragmentação na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Terciarização e a cidade enquanto espaço produtivo

O estudo sobre a terciarização e sua relação com a urbanização nos ajuda a compreender de modo significativo o impacto das modernizações sobre a cidade e sua estrutura (Pacheco, 1998),

2 Aqui estamos fazendo referência direta ao objetivo estabelecido para a Mesa 11 : Fragmentação socioespacial e a urbanização contemporânea.

pois como sabemos o espaço interno das cidades é marcado por sucessivas divisões do trabalho (Silveira, 2015) que ao se realizarem alteram o espaço geográfico em sua materialidade com novos objetos técnicos capazes de tornar os lugares mais adequados às ações de nosso tempo (Santos, 2012b). Contemporaneamente esse processo cria as condições necessárias ao desenvolvimento de atividades ligadas ao “período técnico-científico-informacional” (Santos, 2012b).

Nesse sentido, devemos evidenciar a terciarização enquanto um processo vinculado à divisão do trabalho que vem consolidando o “mundo dos serviços” (Daniels, 1991) ao longo das últimas décadas. Pacheco (2003), ao explicar como a globalização reforça a terciarização, nos diz que:

quanto maior a inserção da cidade na economia competitiva, maior é a reestruturação espacial atrelada ao setor de serviços mais avançado, afinal estes são estratégicos e produzem impactos sobre a urbanização. A crônica da cidade na virada do século XXI³ revela que os serviços evoluem e ampliam seu espectro dentro da economia urbana, deixando de ser apenas apêndice da produção.

Ao explicar mais detidamente como a urbanização terciária ocorre no Rio de Janeiro, Pacheco (2012, p. 237) nos diz que:

O processo de terciarização engendra modelos de localização que redefinem a forma urbana do Rio de Janeiro. De fato, a cidade procura ajustar-se às mudanças na economia flexível e às transformações no mundo dos serviços. Em outras palavras, as atividades terciárias sofrem grandes mudanças, quer na estrutura econômica quer na sua organização espacial, e o modo como se localizam na cidade tem implicações na conformação de novos padrões espaciais e comportamentais no cerne da cultura urbana.

Esse processo marcado pelo avanço técnico não nos põe diante de cidades inteiramente novas a cada modernização, ao contrá-

3 A partir de pesquisas mais recentes da própria autora podemos afirmar que essa ainda é crônica da cidade no caso do Rio de Janeiro. Sobre isso ver Pacheco, 2009; 2012; 2020.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

rio tal evolução evidencia ainda mais as contradições próprias do mundo capitalista, portanto

o estudo da terciarização em grandes cidades como o Rio de Janeiro revela que devemos incluir na análise o circuito de baixa capitalização, os microempresários, e também o trabalho informal, tendo em vista a fragmentação social que não unifica os diversos segmentos. Existem desigualdades sociais intra-urbanas que se acirram no espaço do trabalho e da residência (Pacheco, 2003).

Desse modo, ressaltamos que as modernizações ao se instalam seletivamente sobre o espaço, metamorfoseiam os lugares, configurando-os segundo as mais diversas temporalidades e interesses que podem ter origem na cidade ou no mundo.

O acúmulo dessas temporalidades em cidades de países periféricos com elevada desigualdade de renda está na gênese de uma urbanização que se constitui pela existência de circuitos de produção, distribuição e consumo distintos e complementares, os chamados circuitos da economia urbana (Santos, 2004). Ambos são resultados das modernizações, mas um deles se configura como um resultado direto que abriga as novas atividades e as pessoas que podem usufruir das inovações, esse é o circuito superior da economia urbana; o circuito inferior da economia urbana, por sua vez, é um resultado indireto e se dirige aos indivíduos e as atividades que não conseguem fazer uso integral das inovações (Santos, 2004).

Ao discutir a modernização contemporânea, Silveira (2015) atualiza essa teoria e nos diz que “a urbanização contemporânea é resultado de um processo de modernização que se caracteriza pela implantação de um complexo técnico-científico” (Silveira, 2015, p. 248) e, também, nos mostra que as principais variáveis determinantes deste processo são as finanças e a informação. A autora ainda ressalta a importância de historicizar e de ver a urbanização a partir do uso do território em cada período “como causa e consequência da sucessão de divisões territoriais do trabalho” (Silveira, 2015, p. 247), ela aponta como essa abordagem permite a compreensão das metrópoles periféricas e sua atual condição mais como produto de uma modernização ligada à industrialização externa do que

de um processo endógeno de industrialização, acarretando na ampliação das desigualdades entre os circuitos e reforçando a ideia de que eles fazem parte de um mesmo movimento da história. Para a autora, os circuitos não devem ser considerados de forma independente, porque como produtos do mesmo processo eles são interdependentes, nesse sentido ela nos diz que

na interdependência social das demandas e das ofertas, os circuitos da economia urbana contribuem na construção da coesão, mas na segmentação da produção, o resultado dos desiguais graus de capital, os circuitos retratam a fragmentação da vida social e econômica (Silveira, 2015, p. 247).

Os circuitos da economia urbana, desse modo, podem ser reveladores de um processo de ampliação das desigualdades. A razão disso, segundo Santos (2004, p. 193) “é que a modernização tecnológica engendra disparidades sociais e econômicas crescentes”, o autor ainda acrescenta que “a alocação de uma importante parte dos recursos nacionais é feita em nome do progresso em benefício daqueles que já são ricos e ao preço de uma injustiça crescente” (Santos, 2004, p. 193). Portanto, “essa situação é responsável pela criação ou pela manutenção do que chamamos de circuito inferior da economia urbana nos países subdesenvolvidos” (Santos, 2004, p. 196).

Metodologicamente, essa teoria nos permitiu desenvolver em nossa análise uma abordagem que considera a economia política da cidade, isto é, nós partimos do contexto da produção em que estamos inseridos, considerando a globalização em sua escala mais ampla, mas buscamos fundamentalmente observar as etapas do processo produtivo que se desenvolvem na cidade.

A cidade é cada vez mais o espaço produtivo na medida em que a produção se fragmenta e se espalha estrategicamente pelo mundo, usando as cidades como nexos que organizam a produção, e conforme nos adverte Milton Santos (2012a, p. 114)

a cidade é o grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação. Por isso, o entendimento do processo global de produção não se contenta com a mera

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

economia política, nem se basta com a Economia Política da Urbanização, exigindo uma Economia Política da Cidade.

Por isso, torna-se necessário que analiticamente estejamos atentos às divisões do trabalho que ao se espacializarem acomodam camadas de tempos justapostas criando um cotidiano marcado por eventos que se sucedem e coexistem.

Esta compreensão em termos teórico-metodológicos nos permitiu pensar a Zona Portuária e o processo de terciarização em uma lógica que privilegia o estudo do espaço interno da cidade sem perder de vista que a raiz deste processo é global, ou seja, são os processos determinados pela globalização que definem como a Zona Portuária se reinsere, com maior ou menor efetividade, na divisão do trabalho própria da cidade do Rio de Janeiro e como isso pode ampliar a fragmentação socioespacial

Nova divisão do trabalho na Zona Portuária: terciarização contemporânea

Com a atual modernização associada à globalização e ao setor financeiro, as novas divisões do trabalho passam a exigir que as cidades criem cada vez mais espaços adequados ao processo produtivo e à “socialização capitalista da cidade” (Santos, 2012a), ampliando ainda mais a distância entre as exigências técnicas e de capital que definem quais agentes podem usufruir do espaço urbano de maneira integral e quais farão uso parcial, ou mesmo aqueles que somente terão a cidade como fonte mínima para sobrevivência.

Em nossa pesquisa feita em sites de instituições e portais de notícias registramos inicialmente as novas empresas que estavam passando a se localizar na Zona Portuária, em seguida buscamos nos sites das próprias empresas as variáveis que nos indicassem as atividades desempenhadas pela empresa especificamente em nosso recorte espacial, assim como seus principais clientes. Com isso pretendíamos compreender quais categorias⁴ de serviços estão

4 As categorias de serviços utilizadas nesta pesquisa foram elaboradas pelo GETER (Grupo de Estudos Terciários do Rio de Janeiro) do Instituto de Geografia da UERJ a partir da proposta elaborado por Browning e Singlemann (1978).

ocupando a Zona Portuária, as divisões do trabalho que se instalaram no atual contexto e os seus nexos que se estabelecem entre o lugar e o mundo a partir da terciarização. Com isso também identificamos que a localização das firmas se dava em paralelo à construção de edifícios corporativos (Figura 2) e a reestruturação do meio técnico com a instalação da rede de fibra ótica, rede de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e uma nova malha rodoviária, com novas avenidas e túneis substituindo as antigas vias.

Nesse sentido, uma nova divisão do trabalho vinculada ao circuito superior da economia urbana passa a se estabelecer a partir das novas empresas e atividades de serviço que se instalaram na Zona Portuária nos últimos anos, modernizando produtivamente o espaço, visto que os novos serviços são marcados por elevado grau de capital e organização, além disso, eles têm na informação uma matéria-prima e no setor financeiro um elemento constitutivo de suas operações.

Figura 2 - Novos edifícios construídos na Zona Portuária.



Edifício Nova L'Oréal



Edifício Vista Guanabara



Edifício Aqwa Corporate



Edifício Novacaís



Edifício Port Corporate

Fonte: Google Imagens.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

Ao qualificarmos os serviços pesquisados foi possível identificar dezesseis empresas da categoria de “Serviços às Empresas” e oito da categoria de serviços “Financeiros e Seguros”, as novas empresas estavam localizadas em cinco edifícios (Figura 2) construídos depois do início do projeto Porto Maravilha em 2009. Tal fato indica o avanço do mundo dos serviços sobre nossa área de estudos, segundo Daniels (1991) este fenômeno pode ser apreciado pelo papel desempenhado pelos serviços na criação de padrões urbanos que se multiplicam pelas grandes metrópoles por meio dos edifícios corporativos, para o autor “o onipresente restaurante de hambúrguer não é o único serviço padronizado ao redor do mundo; edifícios de escritórios e cada vez mais os serviços que eles acomodam também estão se tornando padronizados” (Daniels, 1991, p. 360).

Esses dados a princípio poderiam nos fazer pensar que a modernização dos serviços se encerra na criação de padrões homogêneos de serviços, afinal nós falamos de duas categorias. Porém, os “Serviços às Empresas” possuem uma grande diversidade em seu interior, com um interessante número de empresas de diferentes ramos de atuação, representando certa heterogeneidade nas divisões do trabalho que constituem tal categoria. Diferente da categoria de serviços “Financeiros e Seguros”, esta sim representa a homogeneidade por sua presença nos edifícios pesquisados, limitando-se a dois bancos e seis seguradoras. O esquema representado pela Figura 3 organiza e ilustra as diferenças entre ambas as categorias de serviços.

A partir das variáveis pesquisadas foi possível analisar o papel desta etapa contemporânea da terciarização na Zona Portuária como um processo que redefine a divisão territorial do trabalho em que nosso recorte se encontra, assim como reforça a posição que a cidade do Rio de Janeiro historicamente ocupa enquanto centralidade de serviços.

Figura 3 - Esquema de empresas segundo categorias de serviços e ramos de atuação.

Serviços às Empresas		Financeiros e Seguros	
Ramos de atuação	Empresa	Ramos de atuação	Empresa
Energético	Enel	Financeiro	Caixa Econômica Federal; BoCom BBM
Construção	Odebrecht; Tishman Speyer		
Cosméticos	Granado; L'Óreal	Seguros	Bradesco Seguros; Icatu Seguros; OdontoPrev; Unimed - Rio; Amil Seguros; Generali
Automobilístico	Nissan		
Consultoria	Fábrica de Startup; Clube do Empreendedor; Previa Factoring		
Advocacia	Tauil e Chquer Advogados; Licks Attorneys; M.J. Alves e Burle		
	Advogados; Gameleira, Pelágio, Fabião e Bessani Sociedade de Advogados		
Classificação de risco	Fitch Ratings		
Turismo	Alatur		
Tecnologia	B2W		

Fonte: CDURP e sites das empresas. Elaboração própria, 2020.

Uma das empresas registradas na pesquisa, por exemplo, foi a Granado, esta é uma empresa que atua no ramo de cosméticos, contudo o que nos interessa aqui são as “atividades terciárias” (Lipietz, 1986) ou os “serviços internos” (Jiménez e Urtilla, 1992) desempenhados por ela na Zona Portuária, ou seja, qual etapa da produção se localiza naquele espaço e faz o uso do território para produzir ou organizar sua produção. No caso mencionado a Granado transferiu toda sua gestão que antes se localizava na Rua da Assembleia, no Centro do Rio de Janeiro, para o edifício Vista Guanabara, assim desse ponto do território a Granado controla sua produção industrial realizada no município de Japeri, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como define a distribuição dos produtos, o *marketing* e as estratégias de vendas em suas 79 lojas em 20 estados do Brasil.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

Portanto, pensar nos Serviços às Empresas⁵ enquanto categoria não reduz a análise, mas sim busca ampliar, uma vez que alguns destaques de nossa pesquisa empírica acerca dos serviços vinculados ao atual processo de terciarização na Zona Portuária do Rio de Janeiro não apareceriam necessariamente nas estatísticas do setor terciário, entretanto as atividades desenvolvidas nos edifícios em que fizemos nossa pesquisa revelam que apesar de serem empresas industriais ou de outros ramos, em nossa área de estudo encontramos os seus serviços internos ou atividades terciárias ligadas aos setores de gestão, ou outros tipos de trabalho, como no caso da Enel, Nissan, L'Óreal, Granado, Oderbrecht e Tishman Speyer.

Certamente, há também as empresas que foram registradas e qualificadas como Serviços às Empresas que representam esta categoria em seu sentido mais puro, ou seja, empresas que tem seus *outputs* servindo como ferramenta ou insumo para outras empresas. Este é o caso dos escritórios de advocacia, pois todas as bancas pesquisadas são especializadas em práticas jurídicas voltadas ao setor empresarial e algumas delas com vínculos internacionais. Dentre as empresas de consultoria foram identificadas consultorias financeiras, consultorias empresariais e consultorias voltadas à inovação e a criação de startups, empresas de classificação de risco, turismo empresarial e tecnologia também constituem a ampla categoria de Serviços às Empresas.

Assim, apreendemos que realidade até o momento tem favorecido apenas a ação de poucas firmas que definem uma economia política da cidade em que a “urbanização terciária” (Pacheco, 1998) se relaciona à socialização capitalista da cidade (Santos, 2012a), ou seja, da construção de uma materialidade a partir do esforço do trabalho de todos está sendo apropriado por alguns grupos de empresas e pessoas capazes de utilizar produtivamente tais espaços. Nesse caso, é quase literal afirmar que é a apropriação do trabalho de todos, dado que a Caixa Econômica Federal ao utilizar R\$ 8 bilhões do FGTS se tornou a maior investidora no projeto a partir

5 Lipietz (1986) e Jiménez e Urtilla (1992) entendem que devido à complexidade assumida pelo modo de produção contemporâneo algumas atividades tipicamente terciárias passaram a compor o sistema produtivo, portanto os serviços intermediários hoje estão internos nas divisões do trabalho das indústrias.

da aquisição dos certificados de potencial adicional de construção (CEPACS).

Esta forma de planejamento que define privadamente o valor das áreas da cidade impacta em todas as esferas da vida social, atingindo diferentemente os diversos grupos, Santos nos alerta para isso ao dizer que

a alteração do valor específico das diversas frações do espaço tem um impacto sobre a economia moderna [...] mas também influi sobre o resto da sociedade e economia, pelo fato de que aquilo que se tornou deseconomia urbana para uns é a própria economia para outros (Santos, 2012a, p. 130).

Nesse sentido, para compreender a função da Zona Portuária dentro da atual divisão do trabalho da cidade do Rio de Janeiro de forma que se priorize uma leitura da terciarização e modernização, deve-se tratar também dos contrapontos marcados no espaço terciário que refletem a coexistência de divisões do trabalho, revelando assim as particularidades do lugar em tempos de globalização.

Sucessão e coexistência: os traços da inércia

O atual período marcado pela globalização amplia a produção de objetos técnicos nos lugares, atomizando no território vetores de uma racionalidade hegemônica. Todavia, tal fato é acompanhado por uma simultânea produção de vetores não hegemônicos, representados por antigas formas e divisões do trabalho. O espaço, assim constituído, cria nas cidades um cotidiano enriquecido onde esses dois tipos de arranjos temporais se desenvolvem de maneira interdependente, Milton Santos os chamou de eixo das sucessões e das coexistências, para o autor

em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências (Santos, 2012b, p. 159).

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

Dessa maneira, a compreensão da Zona Portuária no seu atual processo de terciarização deve levar em consideração também o que permanece em termos de antigas divisões do trabalho, afinal “o entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências” (Santos, 2012b, p. 159). Tal entendimento do espaço urbano corrobora ainda a compreensão que em cidades como a do Rio de Janeiro, marcadas por elevada desigualdade, as modernizações são vetores de mais seletividade e desigualdade no direcionamento dos investimentos e das prioridades, mantendo ou ampliando a existência do circuito inferior da economia urbana. Concretamente, a Zona Portuária, mais de uma década depois do início do projeto Porto Maravilha, segundo dados de 2021 do Instituto Pereira Passos, é a Região Administrativa da cidade com o menor Índice de Progresso Social (IPS)⁶.

Assim sendo, para a discussão da terciarização que pretendemos fazer, torna-se fundamental identificar, também, as inércias. Inércia é um processo que de acordo com Corrêa (1995, p. 76) “atua na organização espacial intra-urbana através da permanência de certos usos em certos locais, apesar de terem cessado as causas que no passado justificaram a localização deles”. Assim, a permanência de certos serviços e atividades são representativos dos efeitos do processo de inércia e, portanto, reveladora das divisões do trabalho que coexistem na ação das novas firmas de serviços avançados e por antigos serviços representantes de períodos técnicos anteriores.

Pode-se afirmar que o lugar, enquanto escala de análise, é o espaço onde a relação entre o global e o local se materializa de maneira mais particular, revelando uma realidade descrita por Santos (2012b, p. 314) como “uma realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência”. Nesse sentido, podemos pensar novamente na “inércia” (Corrêa, 1995) enquanto um processo que se constitui

6 O IPS combina variáveis sociais comumente utilizadas em avaliações de desenvolvimento humano (indicadores de saúde, nível de acesso e qualidade dos serviços básicos e acesso à educação básica e superior) com variáveis ambientais, acesso à comunicação, direitos humanos, liberdade de escolha, tolerância e inclusão.

nessa relação permanentemente instável, afinal enquanto processo espacial ela participa da vida social dos lugares onde se desenvolve, sendo assim, mesmo a inércia está em constante relação com outros processos. Inclusive, Corrêa (1995, p. 77), ao definir o mencionado processo, nos diz que “a inércia, mais do que os outros processos, é marcada por um forte relativismo”; o autor também acrescenta que “a permanência de um dado uso do solo pode nos parecer a cristalização daquele uso quando, em realidade, trata-se de um muito lento processo de mudança” (corrêa, 1995, p. 77). Portanto, podemos afirmar que a inércia é um processo que garante a permanência de uma série de usos do solo que passam a coexistir com outros que surgem a partir das modernizações e é isso que nos chama atenção em nossa área de estudo. Hoje a Zona Portuária é um lugar onde coabitam serviços de diversos tempos.

Podemos, também, falar de uma “inércia dinâmica” (Santos, 2012c), uma vez que todas as formas são os resultados objetivos das ações ao longo da história, de modo que mesmo as “rugosidades” (Santos, 2012c) fazem parte da dinâmica do presente, sobretudo nas metrópoles por sua enorme complexidade. São as diferentes formas com suas diferentes idades que criam, hoje no período da globalização, uma “situação geográfica” (Silveira, 1999) em que agentes globalizados e agentes locais se reproduzem e “cada qual é responsável pela instalação, dentro das cidades, de divisões do trabalho típicas” (Santos, 2012b, p. 323).

Segundo Santos (2012b), os lugares são importantes referenciais para podermos compreender a dinâmica dos processos contemporâneos, pois neles conseguimos identificar os impactos da globalização a partir dos eventos (Santos, 2012b), isto é, a ação do tempo sobre o espaço, ou ainda, a ação de determinadas possibilidades do presente sobre o espaço, pois “se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo” (Santos, 2012b, p. 144) e é nesse sentido que Santos assevera que “o lugar é o depositário final, obrigatório, do evento” (Santos, 2012b, p. 144). Por essa razão, podemos afirmar que o lugar é a escala onde as possibilidades se tornam possíveis e que, dessa maneira,

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

as ações não são indiferentes à realidade do espaço, pois a própria localização dos eventos é condicionada pela estrutura do lugar. [...] Assim como as ações não têm existência independente dos objetos que a dão vida, também os eventos não ganham realidade fora dessa associação com os objetos (Santos, 2012b, p. 160-161).

Isso explica, por exemplo, o fato do processo de terciarização contemporâneo assumir na Zona Portuária aspectos únicos, ainda que esse processo esteja fundamentalmente forjado sobre as bases da economia global. Isto é, a globalização cria inúmeros mecanismos que garantem a ação e regulação externa sobre o lugar, todavia o lugar também é capaz de dar formas bastante próprias para tais ações e por vezes subverter as regulações impostas.

Diante disso, o que emerge em nossa área de estudo são sistemas técnicos que em sua materialidade abrigam conteúdos que beneficiam a ação de corporações, como Odebrecht, Enel, Nissan, Tishmann Speyer, Bradesco Seguros entre outras. Juntamente desses novos elementos que em termos de divisão do trabalho refletem o eixo das sucessões (Santos, 2012b) e indicam o que se pretende para a Zona Portuária enquanto lugar da produção, também destacamos aquelas atividades que ampliam o sentido do lugar por serem a representação do eixo das coexistências (Santos, 2012b), ou seja, das moradias nos morros, das antigas gráficas, botequins e oficinas que remetem ao passado dos bairros portuários com sua população trabalhadora e revelam não apenas o espaço produtivo, mas o espaço banal.

Os serviços no interior da Zona Portuária

A pesquisa sobre o quadro mais amplo dos serviços no interior da Zona Portuária foi feita nas ruas Sacadura Cabral, Livramento, Pedro Ernesto, Propósito, Silvino Montenegro, Leôncio Albuquerque e Conselheiro Zacarias.

A escolha do eixo representado pela Rua Sacadura Cabral e suas adjacências se deu, entre outras coisas, pela localização dos serviços e pela proximidade com as áreas residenciais que repre-

sentam um dos principais usos presentes em nossa área de estudo. O mencionado eixo reforça, nesse sentido, algumas diferenças internas da Zona Portuária que já haviam sido descritas por Rabha (1984). A autora em sua dissertação de mestrado constatou que existiam diferenças no interior da Zona Portuária que poderiam ser apreendidas relacionando o sítio aos usos do solo.

Nina Rabha (1984), ao discorrer sobre a Zona Portuária e diferenciar os trechos planos e elevados da zona em destaque, buscou nos mostrar que apesar de existir uma significativa homogeneidade em termos das formas cristalizadas (o casario antigo, os sobrados e os galpões), existiam diferenças internas que podiam ser apreendidas por meio das funções e ocupações nos diferentes tipos de sítio desta área. Os trechos definidos pela autora são: Zona próxima ao Cais do Porto; Zona plana antiga; Zonas elevadas e; Elevações menos perceptíveis.

Devido ao nosso recorte espacial, iremos dar maior destaque para a chamada “Zona próxima ao Cais do Porto” e para a “Zona plana antiga”, uma vez que estes dois trechos representam os espaços onde os novos edifícios foram construídos e também onde os logradouros aqui pesquisados se encontram, conforme podemos identificar na Figura 4.

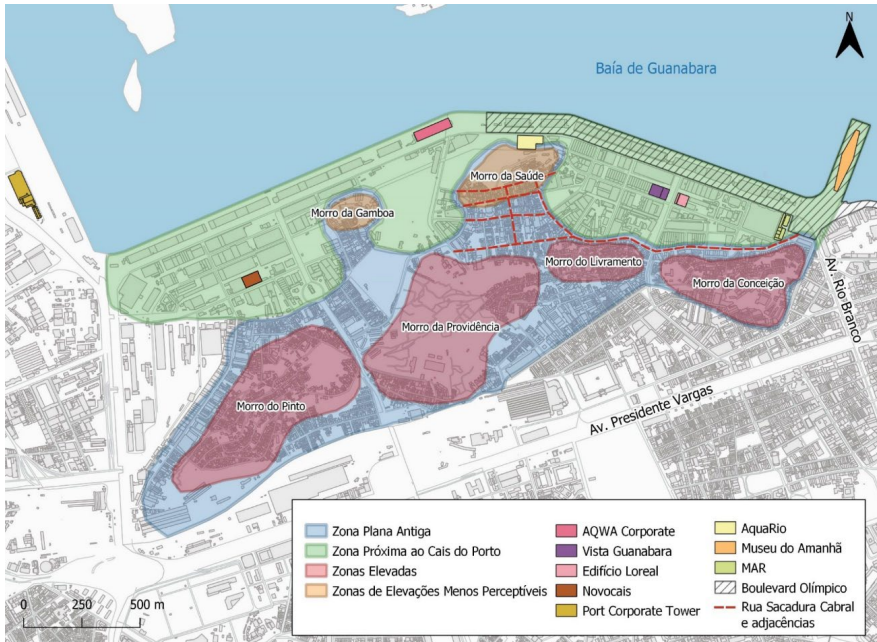
A “Zona próxima ao Cais do Porto”, que foi produzida pelo aterro no início do século XX e é cortada pela Avenida Rodrigues Alves (via que liga a Zona Sul ao Centro), foi marcada pela predominância do uso institucional e industrial, além de ter a presença de vazios em antigos terrenos públicos e em galpões e armazéns (Rabha, 1984). Se no início do século passado a Zona próxima ao cais do porto refletiu a modernização do território e das atividades portuárias (Pinheiro e Rabha, 2004), hoje ela reflete o processo de modernização contemporânea da Zona Portuária, com os novos edifícios e serviços.

Distintamente, o trecho da “zona plana antiga” era marcado por “ruas mais estreitas, com casario colado e de época, em lotes de pequena testada” (Rabha, 1984, p. 13). A autora explica que nesse trecho havia um movimento constante de pessoas, além de um uso do solo mais intensivo, inclusive por parte do comércio varejista. É precisamente neste trecho em que as ruas pesquisadas estão inseridas, o que nos permite compreender com mais clareza a presença

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

dos chamados “serviços ao consumidor final”⁷ (Allen, 1988), como também a presença de outros serviços que nos revelam as divisões do trabalho anteriores, este é o caso das oficinas, das gráficas e, mesmo, dos botequins.

Figura 4 - Trechos internos da Zona Portuária definidos por Nina Rabha e a localização de elementos pesquisados sobre a terciarização contemporânea



Fonte: Rabha, 1984. Adaptado pelo autor, 2022.

Nesse sentido, o eixo da Rua Sacadura Cabral e suas adjacências definem um limite entre a área mais modernizada e a área em inércia, revelando as permanências no que diz respeito aos diferentes usos da Zona Portuária, isto é, o atual processo de terciarização é capaz de introjetar funções atuais e modernizar alguns trechos de nosso recorte espacial, todavia esse processo se dá sobre os alicerces de um espaço construído que garante a manutenção de padrões espaciais semelhantes ao que foi proposto por Nina Rabha (1984).

7 Segundo Allen (1988), uma definição para os serviços segundo o destino de sua produção é a de “serviços ao consumidor”; para o autor essa definição representa um contraste aos “serviços de produção”. Assim, os serviços ao consumidor são aqueles destinados ao consumidor final, portanto eles atendem famílias ou indivíduos.

As principais categorias de serviços registradas nas pesquisas de campo estão organizadas na Quadro 1. Constatamos aqui a predominância de “serviços ao consumidor” (Allen, 1988), dado o uso significativamente residencial que a Zona Portuária possui, sobretudo nos morros e em suas áreas próximas. Ressaltamos a presença dos serviços de “Alimentação e Restauração”.

Também chama atenção a presença dos serviços “Gráficos ou Editoração” e de “Reparação, Construção e Conservação”. Os primeiros, representados principalmente pelas gráficas, encontram-se exclusivamente nas imediações da Praça da Harmonia, conforme veremos a seguir; os serviços de “Reparação, Construção e Conservação”, por sua vez, destacam-se pelas oficinas mecânicas e possuem um padrão locacional semelhante aos das gráficas.

Quadro 1 - Números absolutos e relativos dos estabelecimentos de serviços na Rua Sacadura Cabral e adjacências.

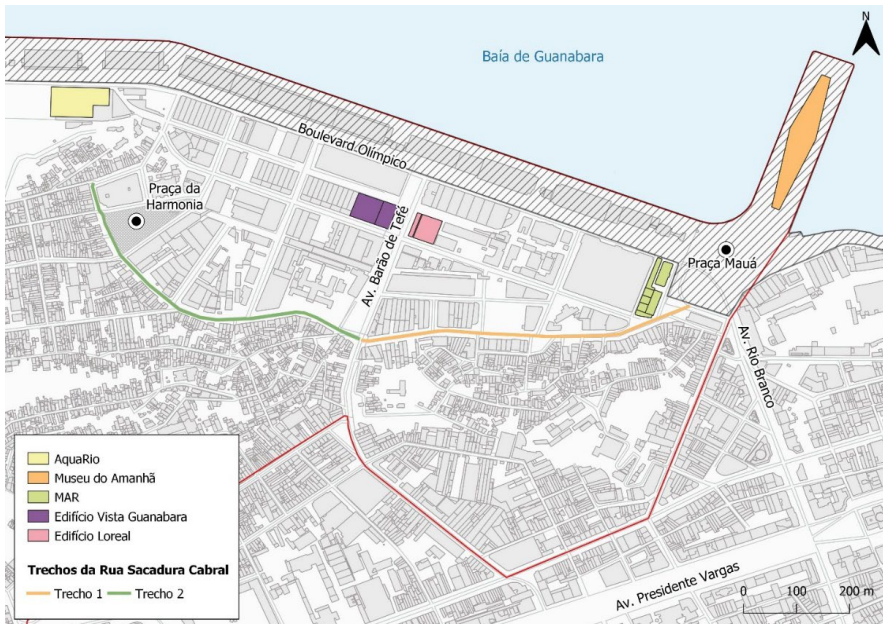
Categorias de serviços	Número de estabelecimentos	%
Alimentação e Restauração	67	50
Gráficos ou Editoração	16	12
Reparação, Construção e Conservação	14	10
Saúde e Estética	7	5
Artigos Pessoais	5	4
Serviços Sociais	5	4
Lazer e Cultura	4	3
Serviços às empresas	4	3
Financeiros e Seguros	2	1
Bazar e Conveniência	1	1
Instrumentos e Maquinários	1	1
Serviços Imobiliários	1	1
Vestuário	1	1
Outros	6	4
Total	134	100

Fonte: Trabalho de campo, 2020.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

A Rua Sacadura Cabral representa um eixo de circulação interessante, pois corta longitudinalmente o bairro da Saúde e é a principal rua comercial da área de estudo. O logradouro ainda apresenta uma dinâmica funcional que pode ser diferenciada em duas partes, sendo a Avenida Barão de Tefé um “limite” (Lynch, 2011) que distingue a imagem da cidade e delimita dois trechos. A Figura 5 representa os dois trechos funcionalmente distintos da Rua Sacadura Cabral.

Figura 5 - Trechos funcionalmente distintos da Rua Sacadura Cabral.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No trecho 1, localizado entre a Praça Mauá e o cruzamento com a Avenida Barão de Tefé, houve um significativo investimento do poder público na atualização das infraestruturas urbanas, nele as calçadas foram ampliadas, árvores foram plantadas, novas lixeiras foram instaladas e o sistema de fiação passou a ser subterrâneo. Constata-se, também, a presença de instituições e serviços públicos. A sede da CDURP, por exemplo, está localizada neste trecho.

Também registramos a presença de estabelecimentos de “Lazer e Cultura”, como a boate The Week e as casas de show Espa-

ço Sacadura, Sacadura 154 e o Trapiche Gamboa. Além disso, verificou-se uma concentração de bares e restaurantes que se vinculam ao novo momento da Praça Mauá e do Boulevard Olímpico refuncionalizados. O Largo de São Francisco da Prainha (Figura 6) e a Pedra do Sal destacam-se e devem ser mencionados por serem hoje responsáveis pela atração de significativos fluxos de visitantes para os bares e restaurantes desta rua. Destacam-se, sobretudo, aqueles estabelecimentos que conseguem explorar a cultura de bares da cidade, assim como a tradição do samba e da religiosidade vinculada às raízes africanas da Zona Portuária, este é o caso do novo restaurante Casa Porto, do bar Bafo da Prainha, da roda de samba da Pedra do Sal e, mesmo, do tradicional restaurante Angu do Gomes.

Figura 6 - Largo de São Francisco da Prainha



Fonte: Google Imagens.

O segundo trecho se localiza entre a Avenida Barão de Tefé e a Praça da Harmonia e lá o cenário se mostra diferente, as calçadas são estreitas e antigas (Figura 7), algumas partes sequer possuem lixeiras, os comércios são mais populares, há a presença de restaurantes *self-service*, pensões e bares, além dos tradicionais botequins.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

Figura 7 - Diferenças entre calçadas nos trechos da Rua Sacadura Cabral



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

No trecho 2 também identificamos os estabelecimentos da categoria “Reparação, Construção e Conservação”, como as oficinas mecânicas que se prestam a reparar e fazer a manutenção de veículos, prolongando seu tempo de uso, reforçando a ideia de Santos (2004, p. 199) de que “a capacidade de recuperação que é uma das maiores características das economias pobres, em oposição ao desperdício das economias ricas e modernas”.

Nesse mesmo sentido da reparação de objetos, registramos serviços que fazem manutenção em aparelhos celulares e *lan houses*, que além de prestarem os serviços de acesso à internet, impressão de documentos e elaboração de currículos profissionais, elas também fazem serviços de manutenção e reparação de computadores. Naquilo que se refere a categoria de serviços de “Reparação, Construção e Conservação” devemos mencionar os depósitos de materiais de construção, vidraçaria e serralheria.

Os serviços de Alimentação e Restauração representam 50% dos serviços registrados, e dentro desse grupo os restaurantes são os que possuem mais registros, seguidos pelos bares. Esse dado é bastante representativo daquilo que entendemos por coexistência, porque grande parte dos restaurantes e bares encontrados nos remetem a outro tempo da Zona Portuária, isto é, ao tempo em que o trabalho no porto era fundamental para a dinâmica daquele espaço. Segundo o IBGE (1967, p. 70), “para atender aqueles que trabalham no porto e nas firmas comerciais, várias são as pensões que

servem refeições por um preço mais barato, acessível aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo” (IBGE, 1967, p. 70).

A qualificação dos serviços de alimentação e restauração pode, por outro lado, revelar uma antiga fragilidade da Zona Portuária, a escassez de serviços ao consumidor final no que tange ao acesso a bens e serviços de primeiras necessidades para a população residente (alvarez, 2022). Tal fato, não é novo e já foi abordado por outros pesquisadores, como Del Rio (1990) que ao pesquisar as funções desempenhadas na Zona Portuária identificou que o comércio atacadista ocupava as áreas planas próximas ao cais do porto tendo uma organização linear com o predomínio da comercialização de produtos alimentares e venda de papel e artigos de escritório. Por outro lado, conforme as associações de moradores consultadas pelo autor, o comércio varejista vinculado ao uso residencial da área estava “bem aquém das necessidades da população local” (Del Rio, 1990, p. 260).

Em nossa pesquisa registramos apenas um supermercado que pertence à rede Multi Market, ele ocupa o edifício onde funcionava anteriormente o Supermercado 2001, que fechou no ano de 2020. Ainda em termos dos serviços de alimentação também houve nos últimos anos a abertura de um supermercado da rede Supermarket no bairro do Santo Cristo, no local onde antes havia um supermercado da rede Mundial que deixou o bairro no ano de 2014.

A fragilidade desse tipo de serviço é tão significativa que o surgimento desses dois supermercados pode ser considerado hoje um avanço em relação ao cenário desses bairros nos últimos anos, uma vez que até o ano de 2019 só havia o Supermercado 2001 e ele não representava para os moradores da Saúde uma opção adequada às suas necessidades, por motivos que envolviam os preços, a qualidade e variedade das mercadorias, bem como os aspectos da higiene do estabelecimento.

De toda maneira, os números são insignificantes, haja vista toda a propaganda feita sobre a revitalização e a busca por estimular o uso residencial⁸. Uma contradição, visto que o uso residencial

8 Embora o escopo desse trabalho não seja o setor imobiliário, devemos ressaltar que atualmente já se identifica o lançamento e o início da construção de novos edifícios residências na Zona Portuária, fenômeno que ainda não ocorria durante o período em que

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

já é uma característica marcante da Zona Portuária. Logo, a falta de políticas públicas que visem incentivar o desenvolvimento de serviços ao consumidor final destinados aos moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo significa uma enorme perversidade do poder público, que mais de dez anos depois do início do projeto Porto Maravilha se contenta com alguns prédios corporativos e o Boulevard Olímpico como símbolos de algum tipo de modernização conservadora, virando as costas para o interior dos bairros e sua população, revelando com isso o caráter fragmentador dos processos recentes.

Ainda dentro dos serviços de alimentação e restauração, podemos afirmar que a presença dos bares é notória e exceto por aqueles mais próximos à Praça Mauá (Trecho 1 da Rua Sacadura Cabral) a maioria deles corresponde ao tradicional botequim, o que não constitui novidade na cultura portuária, uma vez que os botequins são importantes elementos do cotidiano e guardam grande relação com o trabalho na cidade.

No que se refere à localização desses botequins é interessante observar que dos 22 bares encontrados, 14 se localizam em esquinas e por vezes numa mesma esquina há um bar de cada lado da rua. Esta localização dos bares contribui ao entendimento da rua como lugar de encontro e as esquinas como interseção de caminhos e vivências das pessoas.

Henri Lefebvre ao teorizar sobre a rua nos indica que podemos argumentar a favor e contra ela; em favor da rua, ao valorizar sua importância do movimento e da mistura, “sem os quais não há vida urbana” (Lefebvre, 1999, p. 29); ao contrário, a rua também é a “transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo” (Lefebvre, 1999, p.31). Ou seja, a rua é local do encontro e os bares beneficiam essa vida ao passo que são beneficiados por ela. Todavia, eles são insuficientes, pois do ponto de vista mais amplo do que a vida nas ruas possa significar, a escassez de serviços ao consumidor final que registramos torna as ruas de nosso recorte espacial em uma simples transição obrigatória marcada pela necessidade de deixar seu bairro e buscar

a presente pesquisa se realizou e que mesmo agora, no ano de 2024, ainda não é possível fazer afirmações sobre um futuro incremento populacional.

outras partes da cidade para suprir suas demandas mais básicas e cotidianas.

Devemos salientar que os bares não apresentam “aqui”⁹ as características de “lá”, que se vinculam ao cotidiano das áreas próximas a Praça Mauá. Pois, se lá os bares voltam-se para um público *outsider* ou aos “consumidores de lugares” como define Vargas (2016), aqui eles voltam-se para um cotidiano interno dos bairros, tendo como público o morador ou as pessoas que trabalham nas redondezas. Os bares aqui são simples e por vezes se constituem de adaptações da própria casa de seu dono (Figura 8).

Figura 8 - Bar na Rua Conselheiro Zacarias, Zona Portuária do Rio de Janeiro.



Fonte: Trabalho de campo, 2019.

O elevado número de gráficas não surpreende e nos indica que o porto foi tão potente que as funções vinculadas a sua dinâmica

9 Quando dizemos “aqui” e “lá” estamos tomando como referência a fala dos moradores do bairro da Saúde que foram entrevistados no ano de 2019. Para eles “aqui” é o bairro em seu interior, sua vizinhança, enquanto “lá” são áreas modernizadas próximas a Praça Mauá.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

ainda têm naquele espaço o locus de sua reprodução. Encontrar as gráficas (Figura 9) durante uma pesquisa de campo pelas ruas da Saúde nos aproxima da ideia de Santos (2012b, p. 73) de que o geógrafo possui semelhanças com o arqueólogo, pois ambos tomam um objeto do presente e buscam a compreensão das ações do passado para retornar e compreender o presente acumulado de tempos sociais sucessivos e coexistentes.

Figura 9 - Gráficas na Zona Portuária do Rio de Janeiro



Fonte: Trabalho de campo, 2019

Segundo o IBGE (1967) a atividade gráfica ou de editoração encontrava na Área Central seu local privilegiado, em função da presença do porto responsável pela importação do papel e pela presença do Centro com os jornais e escritórios que consumiam os serviços das gráficas, nesse sentido a pesquisa pontua que

existe grande quantidade de estabelecimentos do gênero editorial e gráfico distribuído por todo a área, porém com maior densidade na sua periferia. A presença desses estabelecimentos gráficos na Área Central, encontra explicação em várias causas, entre as quais a dependência da importação de papel estrangeiro pelo porto do Rio de Janeiro, a necessidade de se encontrarem próximo de seus compradores como as livrarias, os órgãos do governo, enfim, os consumidores, através da compra de jornais e revistas (IBGE, 1967, p. 94).

Assim, as gráficas na Zona Portuária devem ser entendidas como verdadeiros testemunhos de um tempo em que o porto e as atividades econômicas que se desenvolviam no seu entorno possuíam forte coerência.

Diante do atual processo de terciarização e da nova divisão do trabalho que emerge desse processo, podemos afirmar que as gráficas são formas que paulatinamente vão perdendo sua coerência com espaço, pois hoje os parâmetros que buscam definir a estrutura espacial da Zona Portuária são pensados por agentes exógenos, assim a estrutura social exigida para que a coerência seja alcançada é igualmente definida segundo padrões externos. Nesse sentido, serviços que já tiveram forte vinculação com a Zona Portuária, assim como os serviços gráficos e de editoração, hoje vem se tornando menos coerentes com aquele espaço.

Nesse sentido que a presença de gráficas é tão interessante, elas materializam a inércia que também caracteriza nossa área de estudo, revelam a coexistência de divisões do trabalho ao passo que no mesmo quadrante onde elas se localizam há também novas empresas de serviços avançados utilizando o território por meio de novos objetos tais como os edifícios inteligentes.

Considerações finais

Nota-se, dessa forma, que apesar de termos na Zona Portuária um espaço marcado pelo uso residencial, os aspectos de sua economia urbana denotam que a terciarização atual neste espaço não se direciona ao morador comum, ao contrário, parece ainda haver uma tendência para a composição de um setor terciário moderno e complementar às demandas organizacionais e produtivas do Centro da cidade. Fato que pode ser notado, sobretudo, pela permanência de certas atividades que ajudaram a definir a função periférica desta zona dentro da divisão do trabalho própria da cidade do Rio de Janeiro e por uma atualização do conteúdo terciário que coaduna com interesses que não são, necessariamente, da população que vive nos bairros pesquisados.

Diante disso, a terciarização contemporânea pela qual passa a Zona Portuária revela um lugar onde a inércia compartilha o es-

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

paço com a modernização, não podendo ser negada nas análises sobre este recorte espacial, especialmente naquelas que tiverem como foco a economia urbana e, também, por serem estes espaços que nos mostram de forma mais integral o que é o espaço no qual estamos pesquisando. Afinal, o espaço geográfico enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações (Santos, 2012b) não se revela apenas pelo novo, o espaço banal é composto pelos objetos novos e antigos e pelas ações de todos.

A globalização, conforme ensinou Milton Santos, é uma totalidade que em seu processo de totalização se revela de diversas maneiras nos lugares. Na Zona Portuária, o projeto Porto Maravilha, uma das arborescências da globalização, se revela como nada maravilhoso. A bem dos fatos ele deixa à mostra a fragmentação e os contrastes entre as deseconomias urbanas e os serviços avançados. Os primeiros resistem e dependem da contiguidade dada sua lógica horizontal garantida pelo *continuum* que é cidade, já os últimos abrigam-se nas novas torres e como *bunkers* se alienam do lugar e fragmentam o espaço urbano dada sua lógica vertical. Assim é a Zona Portuária hoje, um lugar onde coexistem divisões do trabalho, o capital intensivo e o trabalho intensivo, a modernização e a inércia em um frágil equilíbrio.

Finalmente, devemos lembrar que Nina Rabha (1984) nos anos 1980 apresentou em sua pesquisa um interessante argumento sobre a transição da Zona Portuária enquanto um espaço produtivo que possuía coerência funcional com o restante do Centro da cidade para um espaço fragmentado a partir da defasagem técnica do porto do Rio de Janeiro e pela dissolução da coesão antes existente. Naquele contexto, a autora nos diz que a Zona Portuária viveu um enclausuramento, visto que sua função se esvaziou e a cidade modernizou-se ao seu redor, as rodovias que cercam a área garantiam a circulação na cidade sem que houvesse mais a necessidade de acessar os bairros.

Hoje, podemos afirmar que se refaz um novo enclausuramento, só que a barreira agora não é composta pelo “cinturão de rodovias” a que Rabha (1984) se referiu, hoje a barreira é formada por fragmentos do meio técnico que se atomiza ao redor dos bairros, criando num mesmo espaço uma área marcada pela combina-

ção da velocidade da técnica e pela lentidão da inércia. Uma nova “tecnosfera” marca o que há de moderno, inclusive, em termos de comportamento. Emerge, assim, uma “psicosfera” que nos revela as novas possibilidades de uso turístico da orla refuncionalizada para o lazer, indicando para os *outsiders* a maneira atualizada e “correta” de se reproduzir socialmente, ao passo que confunde as mentes da população local que segue utilizando aquele lugar como extensão de suas vidas.

Referências bibliográficas

ALLEN, John. Service Industries: Uneven Development and Uneven Knowledge. *Area*, Vol. 20, No 1 (Mar), pp. 15-22, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20002533>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ALVAREZ, Roberto. **Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: entre a modernização e a inércia**. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BROWNING, Harley; E SINGLEMANN, Joachim. The Transformation of the U.S. Labor Force: The interaction of industry and occupation. *Politics and Society*, 8 (3-4), pp. 481-509, 1978. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/003232927800800306?journalCode=pasa>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

DANIELS, Peter. A World of Services?. *Geoforum*, Vol. 22, No. 4, pp. 359-376, 1991. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/001671859190018L>. Acesso em: 10 mar. 2024.

DEL RIO, Vicente. **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro: a contribuição do estudo da percepção ambiental**. 1991. 548 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

JIMÉNEZ, Antonio Moreno; URTILLA, Severino Escolano. **El comercio y los servicios para la producción y el consumo**. Madri: Editorial Síntesis, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIPIETZ, Alain. Terciário, arborescência da acumulação capitalista: proliferação e polarização. **Seleção de textos, nº 16, publicação da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo**. São Paulo, 1986.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Capítulo 22 - Terciarização contemporânea na Zona Portuária do Rio de Janeiro: urbanização e a coexistência de divisões do trabalho na cidade

PACHECO, Susana Mara Miranda. Terciarização e reestruturação urbana no Rio de Janeiro. **Boletim GETER**, Rio de Janeiro, ano I – n° 1 – Fevereiro de 1998.

_____. Dinâmica da terciarização e reestruturação urbana no Rio de Janeiro. **Anais n° 9 Encuentro de Geógrafos de América Latina**, Mérida, México, 2003. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal9/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/16.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. Reflexões sobre a atualidade do conceito de subcentro em áreas consolidadas na metrópole carioca. In: PACHECO, Susana Mara Miranda; MACHADO, Mônica Sampaio (orgs.). **Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

_____. Múltiplos espaços de comércio e serviços na Zona Portuária do Rio de Janeiro: explorações metodológicas para uma possível agenda de estudos. In: CACHINHO, Herculano; BARATA-SALGUEIRO, Teresa; GUIMARÃES, Pedro. **Comércio, Consumo & Governança Urbana**. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2020.

RABHA, Nina. **Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro**. 1984. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

RABHA, Nina; PINHEIRO, Augusto Ivan. **Porto do Rio de Janeiro: construindo a modernidade**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EdUSP, 2004.

_____. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo**. 2. ed. 1. reimpr. – São Paulo: EdUsp, 2012a.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. reimpr. – São Paulo: EdUsp, 2012b.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 6. ed. 2. reimpr. – São Paulo: EdUSP, 2012c.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, n° 6, jan./jun. 1999.

_____. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v.19, n.2, pp. 246-262, ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102778/195151>. Acesso em: 10 mar. 2024.

VARGAS, Heliana Comim. Turismo urbano e os consumidores de lugar. In: VARGAS, Heliana Comim; PAIVA, Ricardo. **Turismo, arquitetura e cidade**. Baurerri: Manole, 2016.

SEÇÃO 7

Indústria-mundo: as novas geografias dos sistemas produtivos

Coordenadores

Sandra Lencioni

Edilson Pereira Júnior

A atividade industrial sofreu importantes alterações nas últimas décadas. Desde então, sua dispersão na escala mundial fez dela um fenômeno global em grande parte responsável por transformações profundas na organização do trabalho, nos modelos produtivos, nas lógicas de competitividade e de cooperação empresariais e na reestruturação dos sistemas técnicos de distribuição e consumo. Novas integrações se desenvolveram possibilitadas, em especial, pelas inovações de diversas naturezas num cenário de desregulamentação, de flexibilização, de informatização, de produção industrial microeletrônica, de renovação energética e de manipulação biotecnológica. Essa mesa pretendeu enfatizar tais alterações relacionadas com a dimensão espacial desses acontecimentos revelando as novas geografias produzidas como condição, meio e produto da relação entre sistemas produtivos e as novas paisagens industriais. Para isso, abordagens teóricas e análises concretas, interpretadas no contexto específico atribuído aos territórios e à diversidade da vida socioeconômica foram apresentadas na mesa.

CAPÍTULO 23

Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

Mirlei Fachini Vicente Pereira¹

Introdução – Território, agronegócio e a inovação como novo fetiche

No Brasil, compreender a dinâmica das relações entre território, agronegócio e inovação é exercício de análise recente e que, de certo modo, constitui um campo de pesquisa em aberto. Uma chave de interpretação válida à tal esforço pode ser reconhecida a partir da análise de um fenômeno que, cremos, captura e revela tal dinâmica em sua dimensão mais contemporânea - a também recente emergência das chamadas *agtechs*, em sua maioria *startups* voltadas ao agronegócio, hoje responsáveis por viabilizar o que se convencionou denominar de agricultura digital ou “Agro 4.0”.

É notável a forma como o Estado brasileiro, desde meados dos anos 1990, aposta na produção de *commodities* agrícolas e minerais como mecanismo de equilíbrio e de geração de superávits na balança comercial, levando à emergência daquilo que Guilherme Delgado (2012) denominou como novo pacto de economia política do agronegócio, processo este que, através de uma complexa costura de interesses, potencializa a hegemonia do agronegócio e de um modelo primário-exportador sobre o território e a sociedade brasileiros na atualidade.

O agronegócio brasileiro, lido pelos agentes que o operam e por seus entusiastas como “setor” dinâmico e competitivo para a gera-

1 Bolsista Produtividade em Pesquisa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq-Brasil. O texto resulta de pesquisa realizada no Instituto de Geografia da UFU, com auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig e do CNPq-Brasil. e-mail: mirlei@ufu.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1094-8829>

ção de riqueza, figura assim como aposta privilegiada por segmentos do Estado, mercado e da sociedade para o suposto desenvolvimento da nação. Financiando campanhas publicitárias duradouras e de alto impacto, bem como lançando mão de outras inúmeras táticas, o agronegócio estabelece uma esfera de convencimento e ideologicamente se afirma no conjunto da sociedade como “indústria-riqueza” do país, como sugere também ideologicamente o *slogan* de uma das mais duradouras peças publicitárias da rede Globo (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021).

Deste modo, esforços ideológicos e costuras de interesses são elaborados para destinar ao agronegócio uma imagem superestimada de importância econômica, de um dinamismo ímpar e agora também de um “caráter inovador”, supostamente maiores e mais relevantes que de qualquer outro setor ou atividade produtiva do país. Elaborar-se deste modo uma imagem de “vasto e poderoso setor econômico”, que engloba atividades “antes da porteira” (indústria de fertilizantes, agrotóxicos, maquinário, etc.); “dentro da porteira” (a produção agropecuária propriamente dita); e ainda um vasto “além da porteira” (agroindústria processadora, logística e uma infinidade de serviços, etc.) que inclui, dentre outras atividades, um terciário especializado, como é o caso das *agtechs*. Assim, e dentre outras práticas enviesadas, é deste modo, e neste tempo presente marcado pela globalização neoliberal e pelo avanço da financeirização (Dardot; Laval, 2016; Chesnais, 2005), que a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho se reforça (Pereira, 2010), com retrocessos que implicam na reprimarização da pauta exportadora e no progressivo desmonte da indústria nacional (Pochmann, 2023), além da produção de um conjunto de vulnerabilidades territoriais inerentes a um processo de especialização primária.

O agronegócio, em que pese produzir gêneros em geral não intensos em tecnologia e de baixo valor agregado (característica das *commodities*), exige hoje cada vez mais um conjunto de esforços produtivos muito ancorados em tecnologia e informação, necessários à produção em um campo cada vez mais carregado de técnica, como podemos observar na chamada Agricultura 4.0, resultado do esforço sem fim de racionalização capitalista da produção, visan-

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as agtechs como novos agentes do agronegócio

do reduzir custos, riscos e ampliar ao extremo a produtividade do campo e, assim, também a acumulação dos grandes grupos que o operam. A informação, que já constituía variável chave para a moderna produção no campo, ganha hoje uma nova forma e mesmo uma “face digital”, que potencializa ao extremo a gestão da moderna produção agropecuária.

A importância e centralidade da informação na condução dos processos econômicos, e na própria composição do território, fora apontada por Milton Santos há três décadas (Santos, 1994b, 1996). A partir da afirmação de um meio geográfico cada vez mais artificial e técnico, a que o autor denomina de meio técnico-científico-informacional, a informação, hoje sobretudo a digital, é mais do que nunca elemento central da inovação que orienta e potencializa estratégias renovadas de acumulação. Assim, pensar as relações entre território e inovação tecnológica para as atividades do agronegócio constitui, a nosso ver, um campo de pesquisa importante para a compreensão do caráter técnico e informacional do território brasileiro, uma nova Geografia dos sistemas produtivos e suas implicações sociais na atualidade.

Articular território, inovação e agronegócio exige, também, a articulação de diferentes campos da ciência geográfica, como a Geografia Econômica, a Geografia Urbana e Regional e a Geografia Agrária. É pela intersecção de tais campos que o fenômeno da inovação tecnológica informacional nos permite captar o sentido do surgimento destes novos agentes (as *startups* do agro), voltados à inserção das tecnologias e serviços que sustentam a realização das modernas atividades produtivas no campo, transformando as práticas da agropecuária, a divisão e especialização do trabalho e as funções urbanas de determinadas regiões e cidades.

A inovação configura-se e pode hoje ser lida como um negócio em si mesmo, arrastando comportamentos dos Estados, dos agentes produtivos e também os de consumo, e o fenômeno das *startups* nos oferece uma importante chave de compreensão de tal processo. Nas palavras de David Harvey (2016, p.96), “(...) a incorporação do conhecimento científico a novas tecnologias tornou-se o cerne da atividade empresarial da inovação tecnológica”. Ainda conforme o autor,

A inovação tecnológica se tornou um grande negócio, não necessariamente “grande” no sentido de uma corporação consolidada (...), mas “grande” no sentido de múltiplas empresas, muitas delas de risco e *startups* que exploram a inovação pela inovação. A cultura capitalista se tornou obcecada pelo poder da inovação. A inovação tecnológica se tornou um objeto de fetiche do desejo capitalista (Harvey, 2016, p.96).

Como fora indicado, tal condição da tecnologia e da informação aplicadas ao mercado, particularmente no que diz respeito à produção de inovação e suas adaptações para o atendimento das necessidades do agronegócio, tem sido hoje em muito cumprida por empresas como as *agtechs*. Essas empresas figuram como novos e importantes agentes do campo moderno, voltados à operacionalização do agronegócio no contexto contemporâneo de globalização e de economia financeirizada.

Compreender o fenômeno da inovação a partir a partir de um segmento específico, o terciário moderno, é um exercício pouco realizado no Brasil, e a análise e compreensão do fenômeno de surgimento de *startups* cuja oferta de serviços inovadores sejam voltados especificamente ao agronegócio, figura, ainda mais, como campo de pesquisa a ser explorado pela Geografia. Tal como indicou Sandra Lencioni (2015, p.319), o termo inovação presta-se sobretudo para exprimir um tipo de inovação absolutamente subsumida e submetida ao capital e, deste modo, a inovação como tema de pesquisa constantemente se renova, potencializa nova organização das atividades e exige da Geografia Econômica novos ângulos de leitura. Na medida em que o capitalismo contemporâneo fez avançar os processos de globalização e de financeirização da economia, a inovação tecnológica ganha muito mais importância e pode mesmo ser reconhecida como uma nova força produtiva (Lencioni, 2015, p.320).

É justamente por tal condição que cremos ser importante avaliar o caráter inovador das *startups*, particularmente das *agtechs*, visando compreender o significado de tais agentes, os sentidos de sua recente emergência, o que podem oferecer e também lucrar com o agronegócio, tal como ele se estabelece (com tamanha força) no território brasileiro na atualidade.

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

As *startups* são, de modo geral, empresas caracterizadas pelo desenvolvimento de produtos ou serviços inovadores (quase sempre intensos em tecnologia e informação), por seu caráter recente (pouco tempo de atuação), visando negócios escaláveis (passíveis de serem reproduzidos em larga escala, sem aumento expressivo de investimentos ou custos) e em fase de afirmação (em processo de teste e aceitação de mercado), daí seu caráter inerente de risco.

O termo *startup* passou a ser utilizado na década de 1990 nos EUA, no Vale do Silício, Califórnia, para designar empresas recém-criadas, muito rentáveis e com modelos de negócios considerados inovadores em qualquer ramo de atividade, embora tenham se popularizado na área de tecnologia da informação (TI) (Pessanha, 2020, p. 450).

Em que pese a maior parte das *startups* em geral, e também das *agtechs* brasileiras, estar localizada em espaços metropolitanos (São Paulo-SP concentra o maior número de *agtechs* no país), um arranjo de fatores geográficos permite com que este tipo de negócio também se estabeleça em outras cidades e regiões no interior do Brasil.

Algumas regiões marcadas pela moderna agricultura e pela presença significativa de diferentes agentes que operam o agronegócio (grandes multinacionais do setor agroindustrial, *tradings*, unidades de pesquisa e demais serviços associados ao agro), somadas a experiências institucionais e iniciativas locais a partir de acúmulos de pesquisa e formação de mão de obra especializada (universidades e institutos de pesquisa, em centros urbanos de importância regional), potencialmente figuram como meios geográficos que oportunizam e sustentam o surgimento de *agtechs*.

Assim, e dada a condição de centralidade do agronegócio na agenda política e econômica do país, bem como a força com que a modernização da produção agropecuária tem se estabelecido nas últimas décadas, cremos que a avaliação da emergência, bem como da natureza e atuação das *startups* do agronegócio, compõe hoje uma importante situação de análise, capaz de revelar as circuns-

tâncias geográficas e econômicas para o surgimento e oferta de serviços modernos e intensos em informação.

Os procedimentos metodológicos que empregamos envolveram o levantamento de dados empíricos acerca da atuação e localização das *startups* do agronegócio, de modo geral no Brasil e, particularmente, em um município do estado de Minas Gerais (Uberlândia), dados estes tensionados a um exercício de reflexão teórica-conceitual, que nos possibilitou situar o fenômeno e reconhecer as suas imbricações na atual conjuntura do país, em muito marcada pelo fortalecimento do agronegócio. Para tanto, procedemos também um levantamento e análise de referencial bibliográfico teórico, que permite enfrentar e apresentar conceitualmente o tema avaliado, especialmente no que se refere à dinâmica estabelecida entre território, agronegócio e inovação; bem como um levantamento bibliográfico temático, sobre o fenômeno geral de surgimento das *startups* e, particularmente, das *agtechs*.

Para além desta introdução e das considerações finais, o texto é composto por outras três seções. A segunda seção visa situar brevemente as narrativas do agronegócio brasileiro voltadas à elaboração de uma imagem grandiosa de si mesmo, auto identificando-se como “indústria-riqueza” do Brasil, bem como as implicações resultantes de tal processo. A terceira seção avalia como, no Brasil contemporâneo, estrutura-se o que estamos denominamos de cena inovadora para o agronegócio, panorama este em muito marcado pela emergência das *agtechs* e por sua afirmação como novos agentes do agronegócio. A quarta seção apresenta um caso empírico em escala municipal, Uberlândia, Minas Gerais, onde uma situação geográfica particular, marcada pelo arranjo de um conjunto de condições e fatores, confere a possibilidade de emergência, arriscaríamos dizer, de um “meio inovador” que hoje sustenta o surgimento e a manutenção deste tipo de empresa.

Desvendando narrativas do agro

Compreender no território brasileiro o surgimento e a expansão de empresas como as *agtechs*, implica, em primeiro lugar, reconhecer a conjuntura macroeconômica e o modo como o agronegócio se fortalece no país, suas estratégias de uso do território, bem como avaliar as formas como ele é apresentado e incentivado pelo Estado.

Nas últimas décadas, dada a extensão e complexidade da situação que resulta do agronegócio globalizado no Brasil, cremos que os aspectos e contornos que definem suas bases materiais, como exemplificam os modernos *fronts* e regiões produtivas, redes e topologias agroindustriais complexas, sistemas de engenharia robustos, etc. compõem aquilo que poderíamos, a partir da reflexão de Milton Santos (1994b, 1996), reconhecer como uma tecnosfera do campo moderno, ou seja, como uma esfera técnica e material precisamente adicionada ao território, que permitiu à produção agropecuária alcançar um volume extraordinário, especialmente para *commodities* agrícolas valorizadas no mercado externo (soja, milho, açúcar, dentre outras) e também para proteína animal (bovinos, aves e suínos), tornando o Brasil um dos principais produtores e exportadores de tais gêneros no mundo. Tal processo encontrou nas demandas do mercado externo por *commodities* uma via possível de sustentação, não sem a companhia de expressivos investimentos públicos (recursos materiais e políticos) e privados (capitais externos e internos), que alcançam uma extensão e apropriação territoriais significativas, no mais das vezes sob o comando de grandes grupos e *tradings* globais (Frederico, 2010).

De tal contexto, e ainda que problemas sejam visíveis, não é novidade o modo como setores produtivos ligados à moderna agricultura e pecuária são lidos como fundamentais à sustentação da economia brasileira, destinando ao chamado agronegócio uma importância e um peso na condução de políticas que viabilizam sua competitividade (com o apoio de uma robusta bancada ruralista), em detrimento e mesmo preterindo outras atividades e setores econômicos (notadamente a indústria). É assim que normas são

formuladas, visando isenções de uma série de impostos e taxas à produção do agronegócio; que recursos públicos destinados aos planos safra são a cada ano ampliados, garantindo custeio a juros baixos; além de uma captura sistemática de fundos públicos voltados à construção de caras infraestruturas que corrigem gargalos e conferem competitividade ao campo moderno, ferramentas fundamentais à afirmação de um modelo primário-exportador que recorrentemente é atualizado no país.

Em que pese a centralidade econômica e política das atividades do campo longamente marcarem a história do Brasil, Guilherme Delgado (2012, p.92) reconhece, na virada do século atual, uma nova fase da organização de interesses hegemônicos a partir do que o autor denomina como “novo pacto de economia política do agronegócio”, em que a participação e sustentação do Estado é mais uma vez fundamental aos interesses financeiros na agricultura e da grande propriedade fundiária, inaugurando também uma nova condição ao mercado de terras. Este novo pacto é economicamente sustentado pelas demandas externas por *commodities* (a China figurando como principal mercado), e, ainda que limitado para uma absoluta garantia de saldos positivos na balança comercial, foi capaz de orientar uma especialização produtiva (econômica e do território) e atualizar o padrão de dependência e subordinação do país na divisão internacional do trabalho.

A elaboração do agronegócio como conceito é em muito reveladora de narrativas que carregam interesses de classe. Delgado (2012) aponta que, nos Estados Unidos dos anos 1950, Davis e Goldberg empregaram pela primeira vez o termo “*agribusiness*” para descrever “(...) operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma nova espécie de setor de atividade econômica” (Delgado, 2012, p.89). Muito mais tarde, no Brasil dos anos 1990, com o território já orientado pelo reforço de um novo padrão primário-exportador, o termo agronegócio emerge da elaboração de narrativas interesseiras, busca se afirmar como “setor” e pouco depois é alçado, com ampla sustentação da mídia, à uma suposta condição de “indústria-riqueza” do país.

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

Com tal formulação, este dito “setor do agro”, em diferentes países do mundo, se organiza para a produção de narrativas que reforçam sua grandeza econômica e mesmo para a produção e divulgação de dados que sustentam seus interesses, como é o caso do chamado “PIB do agronegócio”, exercício este que no Brasil é realizado pelo CEPEA/USP, desde 1996, com recursos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)² (Oliveira, 2016).

Assim, a intenção de afirmação de uma imagem do agronegócio como “setor econômico” forte e dinâmico no Brasil, não pode ser outra que a de fortalecer tais atividades em bloco, costurando interesses comuns de agentes por vezes muito diversos (POMPEIA, 2020a, p.10). Como afirma Caio Pompeia (2020b, p.208),

Ao evidenciarem a participação do *agribusiness* (como noção) na economia nacional, muito superior àquela da agricultura tomada separadamente, esses atores têm conseguido angariar credibilidade perante parte da opinião pública, e, com isso, obter maior potencial de convencimento e pressão sobre o Estado (Pompeia, 2020b, p.208).

Frente a tais estratégias, podemos destacar hoje também uma face urbana e moderna de afirmação da “potência” de um agronegócio inovador, muito intensa em tecnologia e informação, a partir da profusão de agentes que sustentam práticas as mais modernas no campo, como é o caso das *agtechs*, e de toda uma cena de empreendedorismo e inovação que em geral as acompanha.

2 Tal cálculo difere da metodologia do IBGE, e reconhece e divulga que, desde a última virada de século, o agronegócio é em média responsável por cerca de 25% do Produto Interno Bruto nacional. Para o ano de 2022, o “PIB do agronegócio” corresponderia, no cálculo do CEPEA, a 24,8% do PIB brasileiro (CEPEA/Esalp/USP, 2023). Na metodologia do IBGE, que calcula exclusivamente o produto a partir do conjunto de gêneros oriundos da agropecuária (agricultura e criação de animais), o PIB do setor agropecuário, para o mesmo ano de 2022, correspondeu a 6,8% do PIB nacional (IBGE, 2023).

Agtechs: nova base técnica do campo e a afirmação de uma cena inovadora para o Agro no Brasil

A partir do contexto apresentado acerca do agronegócio no Brasil, interessa-nos aqui avaliarmos dois processos – primeiramente, reconhecermos (ainda que de modo breve) as expressões contemporâneas da chamada inovação tecnológica no campo, a partir de esforços prévios de informatização do território até a atual condição de uso ampliado, ainda que desigual, de uma informação digital no campo, que caracteriza a chamada agricultura 4.0. Um segundo momento é voltado a reconhecer o modo como é elaborada uma cena de inovação que sustenta o processo que afirma e confere importância e centralidade aos agentes que operam a chamada agricultura 4.0.

No Brasil, as aplicações inovadoras da informação à agricultura foram em muito inauguradas por ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que atua principalmente no desenvolvimento do agronegócio e hoje comporta-se como uma entusiasta da agricultura digital e também das *agtechs*. Tal modelo de agricultura ou “Agro 4.0” tem sido definido por pesquisadores da Embrapa da seguinte forma:

A Agro 4.0 emprega métodos computacionais de alto desempenho, rede de sensores, comunicação máquina para máquina (M2M), conectividade entre dispositivos móveis, computação em nuvem, métodos e soluções analíticas para processar grandes volumes de dados e construir sistemas de suporte à tomada de decisões de manejo. Além disso, contribuirá para elevar os índices de produtividade, da eficiência do uso de insumos, da redução de custos com mão de obra, melhorar a qualidade do trabalho e a segurança dos trabalhadores e diminuir os impactos ao meio ambiente. Engloba a agricultura e pecuária de precisão, a automação e a robótica agrícola, além de técnicas de bigdata e a Internet das Coisas” (Massruhá; Leite, 2017, p.29).

Assim, o emprego generalizado da informação no campo via internet, de sistemas informatizados e do acesso a dados digitais precisos, armazenados em grande volume e voltados a operações

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

algorítmicas que permitem a última e mais moderna vaga de racionalização da produção, figuram como as ferramentas inovadoras e necessárias à sustentação da chamada agricultura digital.

A afirmação do processo atual de digitalização da agricultura é tributária de esforços prévios de informatização do território e, ainda que tal processo tenha maior expressão apenas a partir do início do século atual, a informatização da agricultura no Brasil tem gênese pelo menos desde os anos 1980, quando o emprego de imagens de satélite afirma-se como ferramenta cujo potencial passa a ser com frequência empregado no campo moderno. Assim, é pela possibilidade de uma interpretação eletrônica, informatizada e também sistemática e matematizada da paisagem (Castillo, 2009), que o emprego de imagens de satélite, sistemas de informação geográfica (SIG) e tecnologias a elas associadas contribuem, significativamente, primeiro para uma racionalização dos espaços de cultivo, e, hoje, a partir do uso da internet e da informação digital, para uma gestão otimizada, calculada e absolutamente racionalizada da produção, em termos mercantis estratégicos, operada pelo agronegócio globalizado³.

A adição e o uso da informação digital à uma esfera técnica da produção no campo pode ser reconhecida pelo modo como hoje a internet, e especialmente a Internet das Coisas (IoT), como bem apontam Bertollo, Castillo e Busca (2022), são empregadas e definem mesmo uma força produtiva de nova natureza, transformando por completo as práticas do agronegócio e racionalizando tecnicamente a produção ao extremo. Produzindo e administrando um volume sem tamanho de dados, o emprego de *big data* permite uma gestão da produção a partir de usos de algoritmos e inteligência artificial (IA). Assim, e a partir de objetos e sistemas técnicos modernos, é possível o acompanhamento da produção agrícola e agroindustrial em tempo real, controle e planejamento preciso de safras, aplicação racionalizada de insumos (fertilizantes e agrotóxicos), controle biológico e levantamentos em campo

3 A mudança de denominação de uma unidade da Embrapa nos parece emblemática e revela a dimensão de tal situação – a Embrapa Informática Agropecuária, instalada em Campinas-SP nos anos 1980 e voltada às soluções tecnológicas e de informação no campo, a partir de 2021, e visando um “reposicionamento de mercado”, passa a denominar-se Embrapa Agricultura Digital.

com uso de drones, previsão do tempo e cálculos precisos para a irrigação, colheita e gestão digital e otimizada da produtividade, acompanhamento logístico remoto, dentre inúmeras outras aplicações, figuram como um conteúdo técnico inovador que em muito se revela na imagem da Agricultura 4.0, tendo nas *agtechs* os principais agentes que viabilizam tal vaga de modernização no campo⁴.

Assim, é pelo que aqui poderíamos denominar como uma “agricultura *smart*”, típica da afirmação de uma paisagem capitalista *high tech* para o campo brasileiro, expressa de modo espacialmente desigual no território, que o agronegócio globalizado revela a sua face mais atual.

É a partir de tal contexto que as *agtechs* podem figurar como interesse de pesquisa em Geografia, reconhecendo, à primeira vista, três aspectos absolutamente imbricados e importantes que compõem nossa situação de análise – primeiro, e como já indicamos, porque a exigente incorporação de inovação tecnológica informacional no campo se dá, hoje, sobretudo a partir de empresas como as *agtechs*; segundo, porque o campo que responde por tal modelo de agronegócio no país, ao tornar-se dependente da inovação viabilizada por tal tipo de empresa, permite potencialmente às *agtechs* alcançarem condições significativas de expansão e valorização, processo este acompanhado da condição de especulação típica do atual período; e, ainda, de tal círculo vicioso, podemos extrair um terceiro aspecto, absolutamente importante - tais agentes, com seu caráter performático, têm o poder de formular e ditar um modelo de agricultura e de campo tal como queiram afirmar.

As *agtechs* são hoje o principal signo da transformação digital no campo. De acordo com informações divulgadas pela InvestSP⁵, a AgFunders, empresa global de capital de risco especializada em investimento em *agtechs*, divulgou que, em 2021, 52 bilhões de dólares foram investidos em *agtechs* em todo o mundo. Concentrando parte significativa dos recursos, as *agtechs* dos EUA rece-

4 Para um exemplo expressivo do emprego da chamada agricultura 4.0 no Brasil, vide o estudo de Teixeira (2024) sobre tais práticas no setor sucroenergético.

5 “Investimentos em *agtechs* do Brasil estão entre maiores do mundo em 2021” (28/11/2022). Disponível em: [<https://www.investe.sp.gov.br/noticia/investimentos-em-agtechs-do-brasil-estao-entre-maiores-do-mundo-em-2021/>](https://www.investe.sp.gov.br/noticia/investimentos-em-agtechs-do-brasil-estao-entre-maiores-do-mundo-em-2021/) acesso em 12 jul. 2023.

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

berem US\$ 21 bilhões em investimentos, seguido da China (US\$ 7,3 bilhões), Índia (US\$ 4 bilhões) e Alemanha (US\$ 3 bilhões). O Brasil divide a quinta colocação com o Reino Unido, tendo ambos alcançado a cifra de US\$ 1,3 bilhões em investimentos em *agtechs* no mesmo ano.

Com territórios nacionais marcados pela imposição daquilo que M. Svampa (2013) denominou como “Consenso de *Commodities*”, a América Latina tem se tornado terreno fértil para a expansão e valorização de *startups* de tal segmento. A “Agrofy, empresa argentina e maior *agtech* da América Latina, já possui moeda digital própria, o AgroPay, e sistema próprio de crédito. Entre seus acionistas estão fundos de capital de risco de grandes corporações como a Yara, Bunge, Syngenta, Cresud e Brasil Agro” (Grain, 2022, tradução nossa). No Brasil, algumas das maiores *agtechs* alcançam receitas anuais acima dos R\$ 100 milhões, como é o caso da Solinftech (Aracatuba-SP; que afirma monitorar 90% dos cultivos comerciais de cana-de-açúcar no Brasil), e da Agrotolls (São Paulo-SP), ambas atuando no segmento de plataformas de *software* e inteligência artificial aplicadas à agricultura⁶.

Não faltam, em um conjunto numeroso de sites e relatórios de empresas, mídias especializadas e mesmo na pesquisa científica (Romani et. al., 2020; Silveira et. al, 2023), textos caracterizando as *agtechs* e, na esteira de uma defesa do modelo de agronegócio e agricultura digital, destacando a grandeza e importância deste tipo de empresa. Assim, elabora-se uma cena inovadora para o agro, arastando comportamentos e orientando investimentos públicos e privados para a adoção de tais tecnologias. Como no tempo presente grandes empresas (especialmente as de estrutura financeirizada) deixam de investir somas consideráveis em projetos considerados de risco (privilegiando a remuneração de acionistas) (Chesnais, 2005; Pessanha, 2020), afirma-se um tipo de aposta em um caráter

6 A Solinftech foi fundada em 2007 e divulga em sua página na internet atuação em mais de dez países, controlando em tempo real mais de 12 milhões de hectares no Brasil, Estados Unidos e Canadá. No Brasil, e em parceria com grandes grupos do setor sucroenergético, como a Cosan S.A, a empresa indica monitorar 90% das lavouras de cana no país, dentre outros cultivos (<https://www.solinftec.com/>). O AgFunder, principal fundo de investimentos de capital de risco em *agtechs* no mundo, é um dos investidores da Solinftech, assim como o TGP ART.

“flexível” e especulativo de pesquisa e desenvolvimento, em torno de ideias promissoras, nascidas muitas vezes pelas mentes de jovens empreendedores que conseguem retirar do papel produtos e serviços inovadores. Sempre à espera de investidores ávidos por lucros e parcerias de sucesso, as *startups* de maior êxito acabam muitas vezes sendo são adquiridas ou incorporadas por grandes grupos, desde que existam garantias mínimas de retorno do capital investido.

A partir de tal modelo, as *agtechs* atuam como um verdadeiro elo entre as demandas das grandes empresas que operam o agronegócio mundo a fora (especialmente as grandes *tradings*, cuja busca por produtividade, padronização e diminuição de custos não tem fim) e os grandes produtores (responsáveis pela produção propriamente dita) de uma agropecuária moderna e obediente aos anseios do mercado. São as *agtechs* responsáveis pelo desenvolvimento de tecnologias novas, diretamente voltadas à produção (em suas diferentes instâncias) e também responsáveis por sua difusão, onde as condições técnicas do território assim permitirem.

Ramos e Pedroso (2021) apontam que o termo *agtech* fora inserido na literatura e também no mercado por Suren Dutia, indiano radicado nos EUA, investidor “anjo” voltado ao empreendedorismo e entusiasta dos ecossistemas de *startups*. Dutia (2014) o define do seguinte modo - “A noção de *Agtech* descreve tecnologias inovadoras no setor agrícola que melhoram comprovadamente a sustentabilidade da prática, aumentando a produtividade, melhorando a eficiência de uso de recursos e reduzindo o impacto ecológico” (Dutia, 2014, p.161, tradução nossa), apontando tais tecnologias como fundamentais à necessária “revolução da produção agrícola” no mundo, oportunizando ganhos ambientais, sociais e econômicos.

A partir de dados de 2018, Ramos e Pedroso (2021) indicam que as *agtechs* representavam cerca de 10% do chamado “PIB do agronegócio” no país, o que revela, portanto (e levando em conta a forma como tal cálculo é realizado), o peso econômico de tais agentes na atualidade.

A mesma Embrapa, que tem estimulado no país as práticas da agricultura digital, também é uma entusiasta e patrocina a “ace-

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

lação” de *agtechs* brasileiras (Romani, et. al. 2020), além de atuar como agente central na formulação e afirmação de ecossistemas⁷ e do *hub* de inovação do agronegócio brasileiro, a Plataforma Agro Hub Brasil, mantida pelo MAPA⁸, que visa potencializar, promover trocas de informações e articular iniciativas em torno das *agtechs* e demais agentes que participam do ecossistema de inovação agrícola brasileiro.

Um significativo volume de dados tem sido levantado, organizado e divulgado, desde 2019, sob a denominação de “Radar *Agtech* Brasil”, constituindo no maior mapeamento das *agtechs* brasileiras, e que serve como a principal fonte de informações sobre este tipo de empresa no país. O Radar *Agtech* Brasil é uma iniciativa da Embrapa, da SP Ventures, maior fundo de investimentos em capital de risco do país, voltado para *agtechs* e *agfoods* (tecnologia em agricultura e alimentos), com sede em São Paulo-SP e da Homo Ludens, uma consultoria de serviços em economia criativa e digital (São Paulo-SP), contando ainda com o apoio da Distrito (empresa de consultoria e gestão de informação voltada à *startups* e mapeamento de *startups* e investidores) e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio à Empresa). Tal levantamento fora realizado quatro vezes (2019, 2020/2021, 2022 e 2023) e serve como base para ações de fomento e como referência para contatos e estímulo de parcerias entre *agtechs* brasileiras, instituições de ensino, pesquisa e investidores (Dias; Jardim; Sakuda, 2023).

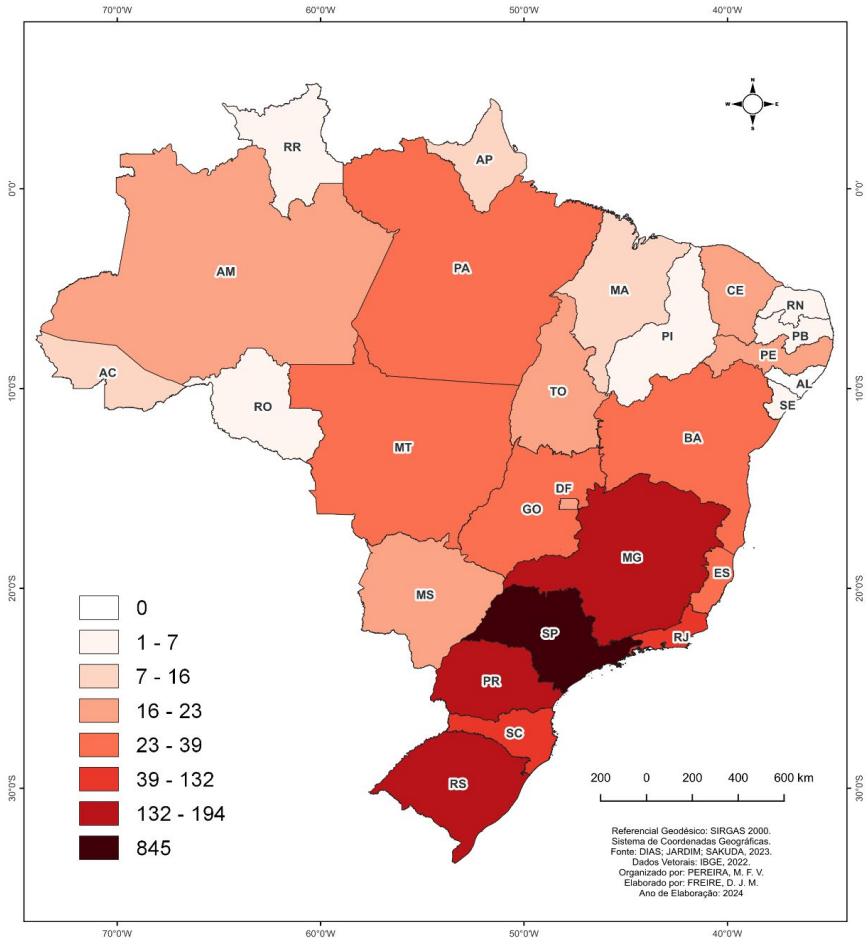
O levantamento inclui, como aspectos metodológicos básicos, a identificação de *agtechs* com presença na *web* (sites em funcionamento), CNPJ ativo e sobretudo a natureza dos serviços prestados – basicamente, reconhecendo como tais as empresas que oferecem serviços de inovação voltados às etapas da definição usual de agronegócio (suporte antes da porteira, dentro da porteira e o conjunto numeroso de serviços para além da porteira). A edição do Radar

7 O termo ecossistema (que originalmente é oriundo das ciências biológicas) atrelado à ideia de inovação, é inserido recentemente no vocabulário de agentes de mercado e também acadêmicos, e em tese reforça aspectos de cooperação entre diferentes agentes (pessoas, empresas, universidades, poder público, etc.), potencializando a emergência de comunidades e meios empreendedores. O termo é hoje amplamente difundido em instituições públicas, como o Sebrae, por exemplo.

8 A plataforma Agro Hub Brasil está disponível no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/agrohub-brasil>.

Agtech Brasil 2023 identificou 1.953 *agtechs* ativas com sede no território nacional (Dias; Jardim; Sakuda, 2023), eram, no levantamento realizado em 2022, 1.703 empresas, um crescimento de pouco mais de 12% em um ano. A distribuição das *agtechs* nas unidades da federação pode ser observada na figura (Figura 1), bem como o número exato das empresas (Quadro 1).

Figura 1. *Agtechs* no território brasileiro (2023)



Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

Quadro 1. *Agtechs* nas Unidades da Federação – Brasil (2023)

UF	Nº <i>Agtechs</i>	UF	Nº <i>Agtechs</i>
Acre-AC	16	Pará-PA	29
Alagoas-AL	0	Paraíba-PB	05
Amapá-AP	15	Paraná-PR	182
Amazonas-AM	23	Pernambuco-PE	20
Bahia-BA	33	Piauí-PI	04
Ceará-CE	20	Rio de Janeiro-RJ	71
Distrito Federal-DF	19	Rio Grande do Sul-RS	194
Espírito Santo-ES	27	Rondônia-RO	07
Goiás-GO	35	Roraima-RR	07
Maranhão-MA	14	Santa Catarina-SC	132
Mato Grosso-MT	39	São Paulo-SP	845
Mato Grosso do Sul-MS	21	Sergipe-SE	02
Minas Gerais-MG	169	Tocantins-TO	19

Fonte: Dias; Jardim; Sakuda, 2023. Elaboração própria.

Segundo o levantamento, o estado de São Paulo concentra a maior parte das *agtechs* em funcionamento no país, 43,2% (o que corresponde a 845 empresas), sendo a capital paulista a principal cidade em número de *agtechs* (385 empresas). Mais uma vez, a primazia da metrópole de São Paulo se manifesta, mesmo quando as atividades do terciário moderno são especificamente voltadas à gestão do trabalho realizado no campo, fato já reconhecido também pela concentração das sedes de grandes grupos nacionais e dos escritórios de *tradings* estrangeiras do agronegócio que atuam no Brasil (Maldonado; Almeida, Picciani, 2017).

As seis capitais de estado que mais concentram *agtechs* são, para além da já citada São Paulo (385), Curitiba (73), Porto Alegre (55), Rio de Janeiro (53), Florianópolis (48) e Belo Horizonte (44 empresas), todas elas localizadas na Região Concentrada do território (Santos; Silveira, 2001). Algumas cidades interioranas destacam-se, concentrando por vezes número maior que várias capitais de estado – é o caso das paulistas Piracicaba (65 *agtechs*), Ribeirão Preto (60), Campinas (47) e também da cidade mineira de Uberlândia (com 31 *agtechs*) (Dias; Jardim; Sakuda, 2023, p.113), condição esta

diretamente relacionada a presença de instituições com tradição de pesquisa agropecuária, grandes universidades públicas com programas de pós-graduação em ciências agrárias e institutos de pesquisa, assim como a inserção das mesmas em espaços típicos da moderna produção agropecuária do país. A condição de Piracicaba-SP, por exemplo, onde se localiza a ESALq-USP, unidade responsável pela maior parte das pesquisas agrônômicas da Universidade de São Paulo, ou ainda a de Campinas-SP, com a presença da Unicamp e de unidades da Embrapa especificamente voltadas ao emprego de tecnologias, revelam-se, à primeira vista, como importante fator para a consolidação de tais aglomerações deste tipo de empresa.

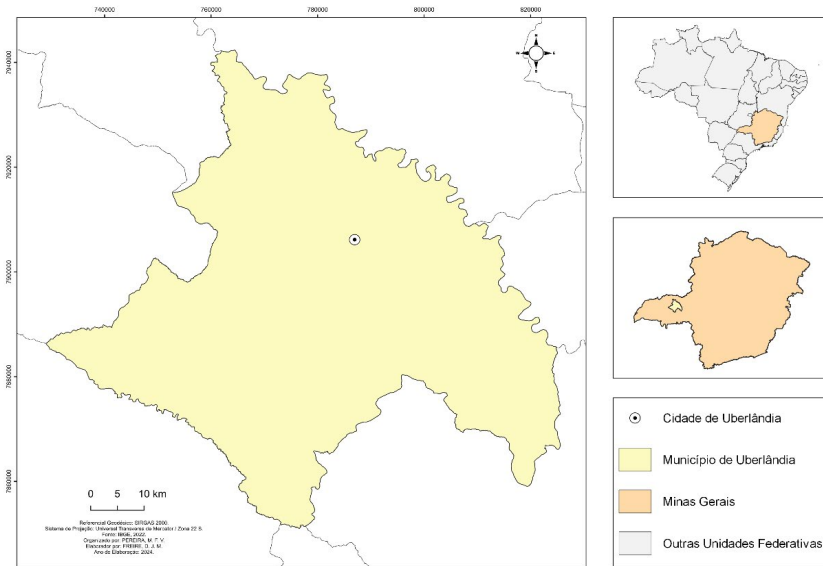
A cena empreendedora das *agtechs* em Uberlândia, Minas Gerais

O caso de Uberlândia, município localizado na região do Triângulo Mineiro, porção oeste de Minas Gerais, Brasil, nos parece revelador de especificidades, tanto no que diz respeito aos fatores locais das *agtechs* no país, quanto para o surgimento de uma narrativa territorial que sustenta uma cena de empreendedorismo inovador do agronegócio brasileiro.

No estado de Minas Gerais localizam-se 169 *startups* do agronegócio (8,6% das *agtechs* brasileiras), sendo que, conforme já apontado, a capital Belo Horizonte concentra a maior parte delas (44 empresas). Uberlândia, contando atualmente com 713 mil habitantes (28º maior cidade do país / IBGE, 2022) (Figura 2), é a segunda cidade com maior concentração deste tipo de empresa no estado de Minas Gerais, com 31 *agtechs*, o que lhe confere a décima colocação em número destas empresas no Brasil (Dias; Jardim; Sakuda, 2023).

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

Figura 2. Localização do município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil



Fonte: Organizado pelo autor.

Em que pese a bibliografia internacional apontar o contexto metropolitano como substancial ao surgimento e concentração de *startups* (Florida; King, 2018, Adler et al. 2019), as empresas do segmento *agtech* possuem particularidades que merecem ser avaliadas de modo geral e, especialmente, a partir do próprio contexto brasileiro. Ainda que o principal levantamento de *agtechs* brasileiras também aponte para a concentração dessas empresas em metrópoles e grandes capitais do país, a presença de um número expressivo de *agtechs* no município de Uberlândia é indicativo de um contexto geográfico particular, que agrega um conjunto de especificidades para o surgimento deste tipo de negócio, ao mesmo tempo em que está imerso em um processo maior, marcado pela própria conjuntura do território nacional.

Visando elucidar tal processo, cabe indicarmos aqui, ainda que brevemente, o fenômeno que insistentemente tem sido apontado por Márcio Pochmann (2019, 2022a, 2022b, 2023)⁹, ao reconhecer no

9 Trata-se de um conjunto de textos recentes, divulgados na mídia, apontando para um processo de reprimarização econômica, a partir da já evidente reprimarização da pauta

Brasil um processo em curso de reprimarização, fruto das opções políticas nacionais desenhadas desde os anos 1970, valorizando um modelo primário-exportador que, recentemente, se afirmou com mais força, à medida em que o agronegócio especializado em *commodities* se fortalece em função das demandas do mercado externo e de um amplo apoio estatal, ganhando cada vez mais importância relativa frente à atividade industrial. Tal fenômeno ocorre, como já apontamos, na esteira de um processo de financeirização da economia, que em geral mina investimentos produtivos (orientando capitais para o rentismo especulativo), sendo, nesta conjuntura, o agronegócio um dos segmentos que mais lucram no país, inclusive pelos ganhos de valorização da terra e também pelo estímulo e sustentação que recebe do Estado.

É assim que o apontamento de Milton Santos, já no início dos anos 1990, de um fenômeno a que o autor denominou de “involução metropolitana” (Santos, 1994a, p.50), em que as metrópoles brasileiras crescem a um ritmo menor que cidades médias do interior, e de um papel metropolitano que já não se define exclusivamente pela função industrial, mas cada vez mais pelo controle e gestão da informação corporativa (caso exato da metrópole de São Paulo), agora se revela ainda mais intenso, a partir das condições de uma economia nacional em crise e orientada pelas finanças (Paulani, 2009). Milton Santos (1994a) também enfatizara o fortalecimento do que chamou de “cidades do campo”, mais tarde denominadas por Denise Elias (2006, 2013, 2022) como “cidades do agronegócio”, centros estes que, agora, no contexto atual de fortalecimento do agronegócio no país, ganham importância econômica e demográfica maiores, impulsionadas pelas exigências do campo moderno e globalizado que atende a demandas externas. Este fenômeno é hoje também reconhecido por Pochmann (2023) a partir dos dados do censo recentemente divulgados pelo IBGE (2022) – crescem as cidades médias imersas nas regiões do agronegócio, com o dinamismo econômico (de base primária) avançando no interior do país,

exportadora e da crescente perda de dinamismo econômico da indústria nacional. Lisandra Lamoso (2020) também atentou para o processo de reprimarização no território brasileiro, reconhecendo o problema a partir de exportações essencialmente primárias, sobretudo no sul do país, enquanto que a exportação industrial que prevalece em outras regiões é essencialmente de gêneros de baixa intensidade tecnológica.

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as *agtechs* como novos agentes do agronegócio

enquanto que as metrópoles da faixa litorânea crescem menos, com menor importância relativa no conjunto da economia.

De tais condições, que sem dúvida merecem ser avaliadas de forma mais detida e aprofundada, cremos que a situação geográfica em tela nos serve como ponto de reflexão. É assim que o município de Uberlândia, com 713 mil habitantes, localizado no Brasil central, no domínio de Cerrado, centro articulador da principal região do agronegócio em Minas Gerais, concentrando instituições de ensino e pesquisa consolidadas e imerso em uma “atmosfera” do agronegócio e do empreendedorismo, reúne provavelmente as condições e um conjunto de ativos essenciais que lhe conferem um caráter de “meio inovador” *sui generis* (carregado e potencializado pela conjuntura favorável ao agro no país), capaz de sustentar o surgimento e manutenção de empresas como as *agtechs*.

Vale aqui brevemente reforçarmos tal argumento - O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como há tempos temos estudado (Pereira, 2012a, 2012b, 2015, 2018, 2022), é em muito marcado pelas atividades do agronegócio globalizado – concentrou em 2021 mais de 70% da produção estadual de cana-de-açúcar, metade da produção estadual de soja e quase a metade da produção estadual de milho (IBGE-PAM, 2023)¹⁰. Na região, estão localizadas 26 usinas sucroenergéticas e também uma moderna aglomeração de serviços voltados à genética bovina. O município de Uberlândia é o que mais cresceu no Estado (18% de aumento populacional entre 2010-2022), e em que pese ser um centro do terciário e acolher outras atividades econômicas importantes, como a dos atacado-distribuidores, os serviços de *contact centers* (ainda com numerosa mão de obra), bem como a sede do grupo Algar Telecom (o que facilita a oferta de serviços de internet 5G, telefonia móvel, etc.), assiste recentemente um fortalecimento das atividades primárias, agroindustriais e de um terciário muito variado e cada vez mais especializado (incluindo as *agtechs*) voltado às demandas do agronegócio (o consumo pro-

¹⁰ Na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no ano de 2021, as três principais produções agrícolas em área plantada foram as de soja, com 960 mil hectares (3,5 milhões de ton.); cana-de-açúcar, com 715 mil ha. (53 milhões de ton.) e milho, com 474 mil ha. plantados (2,7 milhões de ton.). Trata-se da principal região produtora do agronegócio mineiro, com os maiores volumes e produtividade dos referidos cultivos (IBGE-PAM, 2023).

duativo do campo)¹¹. Tal condição é absolutamente acompanhada de um estímulo e entusiasmo do agronegócio sustentado por parte do poder público local, como sugere a criação, em 2020, da atual secretaria municipal de “Agronegócio, Economia e Inovação” (agregando as antigas pastas de Agropecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Econômico), o apoio à realização de grandes eventos, dentre outras ações.

Acionando o espaço regional (e mesmo estados vizinhos) para suprir as demandas agroindustriais, os grupos do agronegócio localizados em Uberlândia exigem constante modernização de propriedades e das práticas produtivas a eles vinculados, gerando na região clientes potenciais às *agtechs*, porque obedientes aos constantes reclamos do mercado. Como Uberlândia se localizada a certa distância de capitais como São Paulo (590 km), Belo Horizonte (540 km) e Goiânia (340 km), as demandas técnicas mais sofisticadas e imediatas do agronegócio globalizado estabelecido na região encontram lugar no próprio município.

À presença e ação de grandes corporações do agronegócio, também se soma a infraestrutura e experiências acumuladas de pesquisa em instituições como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), contando com cursos de graduação e pós-graduação em ciências agrárias, instituições estas que participam do *hub* local de *startups* e mesmo de um ecossistema de inovação agropecuária (a Rede de Inovação Agropecuária do Cerrado, sediada no IFTM), em que uma das metas principais é a prospecção *startups*.

Tais fatores e condições que apontamos compõem uma situação geográfica singular, que, na atual conjuntura do país, permite ao município de Uberlândia sustentar o surgimento e expressões de um “burburinho” não exatamente metropolitano, mas que emerge de tal contexto territorial, permitindo contatos face a face (Storper;

11 Em Uberlândia localizam-se unidades de grupos multinacionais como a Cargill (com a maior unidade agroindustrial do grupo fora dos EUA, além de um centro compartilhado de serviços administrativos e financeiros), a ADM e a Bunge (com unidades de processamento de grãos) e também da brasileira BRF (unidade agroindustrial de abate e processamento de aves e suínos), além da sede do grupo nacional (e uberlandense) Algar Farm, de atividades de pesquisa e produção de semestres (Syngenta, dentre outros agentes), nutrição animal, e uma infinidade de “agrosserviços”, que conheceram investimentos significativos nas duas últimas décadas.

Venables, 2004) particulares ao agronegócio, além de demais ativos específicos (Benko; Pecquer, 2001) que em muito interessam às *agtechs*. Trata-se, possivelmente, de um “meio inovador à brasileira”, característico e próprio do contexto de fortalecimento do agronegócio no país e das contradições que o engendram.

Considerações finais – as *agtechs* como expressão de poder do agronegócio

À guisa de considerações finais, poderíamos aqui levantar certos questionamentos (aos quais não temos respostas completas e absolutamente contundentes) – o processo em curso de reprimarização observado no país, e a força do agronegócio neste início de século, são simples expressões da perda relativa de importância da indústria na economia nacional (em um contexto de avanço da financeirização)? Trata-se de processos que ocorrem concomitantemente e em mão dupla, ou que resultam de condições absolutamente imbricadas? O que nos parece evidente é que o Estado brasileiro, ao buscar afirmar qualquer projeto de fortalecimento da indústria nacional, terá de lidar com o projeto em curso de poder do agro, agora ainda mais robusto e amparado sobre os argumentos da inovação tecnológica. Assim, há que se empreender um necessário esforço de superar narrativas poderosas, já há muito estabelecidas.

A situação geográfica que aqui apresentamos revela, para além de estruturas e amarras históricas ligadas à própria conformação da sociedade e do território nacionais, o poder com que o agronegócio hoje usa a informação e as inovações tecnológicas, tecendo táticas e estratégias em diferentes frentes de ação, elaborando uma nova tecnosfera e mesmo também uma psicofera (Santos, 1996), a partir de narrativas convincentes e eficazes quanto a seus propósitos de acumulação e manutenção de hegemonia. É assim que uma cena de inovação se afirma para o agronegócio, destinando às atividades agropecuárias modernas uma face *high tech* e inovadora, que de certo modo ainda lhe faltava.

O exercício que aqui fizemos, buscando compreender as dinâmicas entre território, agronegócio e inovação, nos parece importante e merecedor de aprofundamento – trata-se de avaliar um

fenômeno que permite revisitar, de algum modo, teorias já tornadas clássicas da Geografia Econômica e que, criadas e voltadas à explicar a realidade e contextos externos (sobretudo na Europa e nos EUA), como é o caso de meios inovadores típicos das atividades de base tecnológica e industrial, de alto valor agregado e próprios de um contexto de transição para a acumulação flexível, nos exige ao mesmo tempo um necessário reparo intelectual e também uma imersão absoluta à conjuntura territorial e econômica do Brasil deste início de século XXI, marcado pelo aprofundamento do neoliberalismo, pela financeirização da economia e pela afirmação e valorização do agronegócio, instaurando mesmo um tipo particular de economia política do território (Santos; Silveira, 2001) e atualizando os mecanismos de inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho. Evitamos, deste modo, uma análise descolada da dinâmica nacional, já bem criticada (Tunes, 2016), quando estudos de meios inovadores são realizados de forma descontextualizada e a partir de abordagens localistas.

É assim que a análise do fenômeno das *agtechs*, tanto a partir do contexto desenhado no conjunto do país, quanto a partir de situações e escalas regionais, potencialmente nos oferece condições de revelar fenômenos importantes sobre as novas dinâmicas do uso do território, a natureza de novos agentes econômicos e da própria inovação voltada ao agronegócio, bem como a dimensão dos desafios postos à sociedade brasileira na atualidade.

Referências Bibliográficas

ADLER, P.; FLORIDA, R. KING, K.; MELLANDER, C. The city and high-tech startups: The spatial organization of Schumpeterian entrepreneurship. *Cities*. Vol. 87, 2019, p. 121-130. DOI: <<https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.12.013>>. Acesso em 25 mar. 2023.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, Vol. 16, n.32, p.32-50, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006>. Acesso em 11 fev. 2024.

BERTOLLO, M.; CASTILLO, R.; BUSCA, M. D. Internet das coisas (IoT) e novas dinâmicas da produção agrícola no campo brasileiro. *Confin*s, 56, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.4000/confin.47229>>. Acesso em 04 mai. 2023.

CASTILLO, R. A imagem de satélite: do técnico ao político na construção do co-

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as agtechs como novos agentes do agronegócio

nhecimento geográfico. *Pro-Posições*. v. 20, n. 3 (60), 2009, p. 61-70. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072009000300005>>. Acesso em 04 mai. 2023.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.35-67.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, C. N.; JARDIM, F.; SAKUDA, L. O. (Orgs.). *Radar Agtech Brasil 2023: Mapeamento das Startups do Setor Agro Brasileiro*. Embrapa, SP Ventures e Homo Ludens: Brasília/São Paulo, 2023. Disponível em: <www.radaragtech.com.br>, acesso em 12 jan. 2024.

DELGADO, G. C. *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DUTIA, S. G. (2014). *Agtech: Challenges and opportunities for sustainable growth. Innovations: Technology, Governance, Globalization*. 9 (1-2), p.162-193. DOI: <https://doi.org/10.1162/inov_a_00208>, acesso em 12 mar. 2023.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*. Vol. X, n. 218 (03), 2006, Disponível em: <<https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>>. Acesso: 19 mai. 2023.

ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C.A.; ARRUIZZO, R. C. *Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 113-135.

FLORIDA, R.; KING, K. M. Urban Start-up Districts: Mapping Venture Capital and Start-up Activity Across ZIP Codes. *Economic Development Quarterly*. Vol. 32 (2), p. 99–118. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0891242418763731>, acesso em 12 fev. 2023.

FREDERICO, S. *O novo tempo do Cerrado*. São Paulo: Annablume, 2010.

GRAIN. Digital fences: the financial enclosure of farmlands in South America. *Grain*. 21, set. 2020. Disponível em: <<https://grain.org/en/article/6529-digital-fences-the-financial-enclosure-of-farmlands-in-south-america>>. Acesso em 28 abr. 2023.

HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Produção Agrícola Municipal (SIDRA/PAM)*, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 28 jul. 2023.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). PIB cresce 2,9% em 2022 e

fecha o ano em R\$ 9,9 trilhões. *Agência IBGE Notícias*. Publicado em 02/03/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36371-pib-cresce-2-9-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-9-9-trilhoes>. Acesso em 17 mai. 2023.

LAMOSO, L. Reprimarização no território brasileiro. *Espaço e Economia*. Ano IX, n.19, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.15957>>.

LENCIONI, S. Região Metropolitana de São Paulo como centro de inovação no Brasil. *Cadernos metrópole*, v. 17, p. 317-328, 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/24197>>. Acesso em 18 mar. 2023.

MALDONADO, G.; ALMEIDA, M. C. ; PICCIANI, A. L. Divisão territorial do trabalho e agronegócio: o papel das metrópoles nacionais e a constituição das cidades do agronegócio. In: FREDERICO, S.; BERNARDES, J. A. GRAS, C.; MALDONADO, G.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). *Globalização do agronegócio e land grabbing*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, v. 1, p. 81-96.

MASSRUHÁ, S. M. F. S.; LEITE, M. A. de A. *Agro 4.0 – Rumo à Agricultura Digital*. Embrapa Publicações. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1073150/agro-40---rumo-a-agricultura-digital>>. Acesso em 27 abr. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. *O agro não é tec, o agro não é pop e muito menos tudo*. São Paulo: Associação Brasileira de Reforma Agrária/Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em 18 mai. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Mundialização da Agricultura Brasileira*. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*. 23 (66), p.25-39, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142009000200003>>. Acesso em 19 mar. 2023.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais em tempos de globalização. *Sociedade & Natureza*, v. 22, p. 347-355, 2010. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000200009>>. Acesso em 10 fev. 2024.

PEREIRA, M. F. V. Os agentes do agronegócio e o uso do território no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: da moderna agricultura de grãos à expansão recente da cana-de-açúcar. *Revista do Departamento de Geografia (USP)*, v. 23, p. 55-82, 2012 a. DOI: <<https://doi.org/10.7154/RDG.2012.0023.0004>>. Acesso em 10 fev. 2024.

PEREIRA, M. F. V. As atividades modernas da genética bovina no Brasil: funções e lógicas da especialização em Uberaba-MG. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 32, p. 13-32, 2012 b. DOI: <<https://doi.org/10.5216/bgg.v32i2.21075>>. Acesso em 10 fev. 2024.

Capítulo 23 - Uma cena inovadora para a “indústria-riqueza” do Brasil: as agtechs como novos agentes do agronegócio

PEREIRA, M. F. V. Estado e mercado na definição de uma região agrícola moderna: processos e consequências no Triângulo Mineiro. In: E. da S. RAMOS FILHO; M. F. V. PEREIRA; J. de L. SANTOS; G. D. G. CLEPS; V. da C. ANDRADE. (Org.). Estado, políticas públicas e território. São Paulo: Outras Expressões, 2015, v. 1, p. 67-86.

PEREIRA, M. F. V. A feição regional do circuito espacial produtivo sucroenergético no Triângulo Mineiro e suas implicações territoriais. *Campo-Território*, v. 13, p. 162-188, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.14393/RCT132907>>. Acesso em 10 fev. 2024.

PEREIRA, M. F. V. Agronegócio e urbanização no Triângulo Mineiro: As “cidades da cana” e as especificidades do urbano sob o efeito do setor sucroenergético. *Ateliê geográfico (UFG)*, v. 16, p. 185-203, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.5216/ag.v16i1.72157>>. Acesso em 10 fev. 2024.

PESSANHA, R. M. Inovação, financeirização e startups como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. In: GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; OLIVEIRA, F. G. (org.). *Geografia da inovação: território, redes e finanças*. Cap. 15. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p.433-468.

POCHMANN, M. Desindustrialização e reprimarização: um retrato da dominação financeira no Brasil. RBA: Rede Brasil Atual. 18 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/desindustrializacao-dominacao-financeira/>>. Acesso em 20 jul. 2023.

POCHMANN, M. Retrato da regressão brasileira. *Outras Palavras*. 17 de janeiro, 2022a. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-retrato-da-regressao-brasileira/>>. Acesso em 18 jul. 2023.

POCHMANN, M. O Brasil emparedado pela reprimarização. *Outras Palavras*. 21 de novembro, 2022b. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-o-brasil-emparedado-pela-reprimarizacao/>>. Acesso em 12 mai. 2023.

POCHMANN, M. A cara do Brasil que se reprimariza. *Outras Palavras*. 10 de julho de 2023. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-cara-do-brasil-que-se-reprimariza/>>. Acesso em 10 jul. 2023.

POMPEIA, C. Concertação e poder: O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, 35 (104), p.1-17, 2020a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3510410/2020>>. Acesso em 01 jun. 2023.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Horiz. antropol.*, ano 26, n. 56, p. 195-224, 2020b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832020000100009>>. Acesso em 04 abr. 2023.

RAMOS, P. H. B; PEDROSO, M. C. Classification and categorization of Brazilian agricultural startups (Agtechs). *Innovation & Management Review*, vol. 18, n. 3, p. 237-257, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1108/INMR-12-2019-0160>>. Acesso em 12 fev. 2024.

ROMANI, L. A. S.; BARIANI, J. M.; DRUCKER, D. P.; VAZ, G. J.; MONDO, V. H. V.;

MOURA, M. F.; BOLFE, E. L.; SOUSA, P. H. P. de; OLIVEIRA, S. R. de M.; LUCHIARI JUNIOR, A. Role of Research and Development Institutions and Agtechs in the digital transformation of Agriculture in Brazil. *Ciência Agronômica*, v. 51, n. especial. p.1-8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1806-6690.20200082>>. Acesso em 27 jul. 2023.

STORPER, M. & VENABLES, A. J. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. *Journal of Economic Geography*. Vol 4, n. 4, 2004, p.351–370. Disponível em: <<https://academic.oup.com/joeg/article/4/4/351/1005137>>. Acesso em 19 fev. 2023.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, G. B.; FARINA, M. C.; SANTOS, I. C. dos. High-technology based startup in agribusiness sector: mapping linkages, products and services. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. 61 (1), p.1-21, 2023. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.246210>>. Acesso em 21 mai. 2023.

SVAMPA, M. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, v. 244, p.30-46, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em 20 abr. 2023.

TEIXEIRA, M. E. S. *Inserção e instabilidade do capital internacional no setor sucroenergético brasileiro: uso corporativo e estratégias territoriais do grupo BP Bunge Bioenergia*. Tese (doutorado em Geografia). PPGEIO, IG/UFU, Uberlândia, 2024.

TUNES, R. H. Geografia da inovação: o debate contemporâneo sobre a relação entre território e inovação. *Espaço e Economia*. Ano V, n.9, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2410>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

CAPÍTULO 24

Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil

Flávio Lima¹

Introdução²

Neste capítulo, busco investigar como se deram as transformações recentes no processo de industrialização brasileiro e demonstrar como elas redefiniram, a partir de um conjunto de estratégias que se evidenciam pelo espaço, as relações de trabalho e a espacialidade da produção na indústria têxtil. Farei isso contrastando interpretações, destacadas entre as teorias nacionais, que avaliam os declínios na participação relativa da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) e no contingente de emprego industrial em relação ao total nacional e concluem em favor de um processo de desindustrialização.

As investigações acerca das transformações no processo de industrialização brasileiro, maioria de traço desenvolvimentista, analisam as políticas estatais de linhagem keynesianas adotadas entre as décadas de 1940 e 1980 em contraposição às neoliberais adotadas pós-redemocratização – principalmente a partir de 1989 –, e evidenciam que tais transformações resultam em diversas implicações.

Parcela dessas investigações se baseia variáveis econométricas produzidas por organismos multilaterais e agências privadas – muitas das quais produzem documentos que têm como uma

1 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, instituição na qual atua como Pesquisador de Pós-Doutorado e Professor em cursos de graduação e pós-graduação. limafr@unicamp.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8680-2669>

2 As discussões apresentadas neste capítulo compuseram minha tese de doutorado, intitulada Sobre o processo de industrialização na formação socioespacial brasileira, realizada sob a orientação da Dr.^a Arlete Moysés Rodrigues, a quem agradeço pela leitura atenta e pelas indicações feitas a partir de seu primeiro esboço.

de suas finalidades a indução de políticas públicas – como aquelas explicações que são favoráveis aos repasses dos fundos do Estado para as iniciativas privadas. Tais variáveis evidenciam os declínios na participação relativa da indústria de transformação no PIB total e no contingente de emprego industrial em relação ao contingente de emprego total nacional. Dessa forma, conclui que o Brasil estaria atravessando um processo de desindustrialização, tal qual ocorre em muitos países do Norte global. Já outra parcela de investigações contrapõe-se a essa visão, indicando que as transformações se evidenciam pela transferência e pulverização da atividade produtiva pelo território (Pereira Júnior, 2011; 2019), processos que não são facilmente perceptíveis sem base empírica.

Tais variáveis são pertinentes, na medida em que indicam o papel dinamizador da indústria em termos de circulação de capital e de empregos. No entanto, será que elas são suficientes para explicar os conteúdos das transformações em curso?

Neste capítulo, tomo como ponto de partida esse questionamento, investiga e relaciona essas variáveis a elementos constitutivos da industrialização brasileira que, embora decisivos, nem sempre são explicitados nas pesquisas. Dentre esses elementos, dá ênfase para o papel da espacialidade. Meu objetivo, então, consiste em compreender quais os conteúdos permitem entender as transformações em curso e seus significados, e quais as potencialidades explicativas das interpretações destacadas.

O exame das transformações na industrialização brasileira desde 1985, especialmente a partir da perspectiva da geografia crítica, oferece um rico campo para explorar as nuances locais de um fenômeno global como as mudanças nos padrões de produção capitalistas. Assim, irei me somar às pesquisas feitas por Sandra Lençioni (1991; 1996; 2008), Floriano de Oliveira (2007), Edilson Pereira Júnior (2019), Regina Tunes (2019) e Lisandra Lamoso (2013; 2020), buscando identificar de que maneira as transformações permitem explicitar a redefinição da organização e das práticas produtivas em todo o território, em suas múltiplas dimensões, observando como tal redefinição se desdobra na espacialidade da produção e sobre as relações de trabalho.

O suposto é o de que as transformações na industrialização

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

brasileira são um reflexo não apenas do declínio de variáveis econômicas, mas de um processo de reestruturação que envolve a transferência multifacetada das atividades produtivas, dando lugar ao surgimento de novas formas de organização do trabalho, especialmente em espaços produtivos não convencionais, como a grande indústria fordista, que marcou a atividade produtiva ao longo de décadas do século XX. A transferência multifacetada das atividades produtivas é captada a partir de um conjunto de estratégias de redução de custos em todas as direções, mas principalmente a partir da exploração da força de trabalho, historicamente flexibilizada e precarizada.

Para tanto, focalizarei a análise a partir do setor têxtil. Tal foco pode ser particularmente revelador, tanto em razão de sua importância histórica e de sua abrangência espacial, quanto em razão das mudanças que ocorreram em suas formas de operação no território, impulsionadas tanto por forças internas quanto pela dinâmica do capitalismo neoliberal.

A análise das transformações na industrialização brasileira, especialmente sob a perspectiva da geografia crítica, permitirá revelar nuances locais que são essenciais para entender as interações entre a produção têxtil e as políticas liberalizantes que são elaboradas seguindo-se consignas do capitalismo neoliberal ditas no Consenso de Washington. A descrição de situações concretas de transferências de fábricas das grandes cidades para áreas interioranas, bem como o surgimento de novos espaços produtivos terceirizados que se articulam como apêndice da Grande indústria, na qual as formas de trabalho são dramaticamente precarizadas, permitem evidenciar as variações espaciais, em suas múltiplas escalas.

Tudo isso demonstrará como as estratégias contemporâneas mobilizadas por industriais e financistas, como a redução de custos e a transferência da atividade produtiva pelo espaço, têm impactado diretamente as relações de trabalho. Espera-se, assim, contribuir para um entendimento mais amplo das dinâmicas de atuação dos capitais no capitalismo brasileiro e evidenciar determinados conteúdos relevantes para compreender as transformações em curso.

Parâmetros interpretativos das transformações e seus sentidos

Muitas das interpretações que investigaram as transformações no processo de industrialização que vêm ocorrendo desde meados da década de 1980 – principalmente aquelas realizadas no campo da economia aplicada – partem de um entrelaçamento de componentes para chegar à conclusão de que estaríamos atravessando um processo de desindustrialização.

Parcela dessas interpretações se baseia em procedimentos metodológicos citados em documentos técnicos produzidos por organismos multilaterais e agências – esses que tinham como uma de suas finalidades criar políticas de indução (Oliveira, 2007) e transferência para setores privados da economia (Oliveira, 1996) – e seleciona variáveis econométricas para, a partir delas, elaborar conclusões acerca da mudança em curso. Entre as principais variáveis de causas expostas, encontram-se os declínios na participação relativa da indústria de transformação e do contingente de emprego industrial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao emprego total nacional. Alegadamente, tais declínios foram ocasionados por uma combinação das consignas que foram introjetadas pelos governos brasileiros nas décadas finais do século XX (Filletti & Boldrin, 2020, p. 865) e que acarretaram uma redução da capacidade industrial (Cano, 2012) e, conseqüentemente, a desaceleração da economia nacional.

Outra parcela toma como parâmetro as mudanças no curso dos processos de industrialização que ocorreram em países que primeiro atingiram estágios avançados de industrialização e, ao fazê-lo, usa como referência os debates que abordam as possíveis causas e os efeitos da incidência da desindustrialização naquelas formações socioespaciais. Desde o prisma da Geografia, a conclusão de que a mudança em curso se revela a partir de um processo de desindustrialização – que muitas vezes ignora elementos concretos da espacialidade que constituem a mudança – parece ser limitada.

Embora esses componentes possam ter demarcado esse processo de transformações, os fundamentos de suas causas, bem

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

como suas implicações pode ser distinto na particularidade brasileira, onde o processo de industrialização não operou nos mesmos moldes desses países do Norte global que primeiro atingiram estágios avançados de industrialização. Isso pois, ainda que as distintas ocorrências de processos de industrialização contenham em si aspectos universais, elas apresentam uma pluralidade de formas, não podendo se reproduzir enquanto repetição de nenhuma outra formação – mesmo quando os pressupostos a partir dos quais eles se materializam sejam os mesmos como, por exemplo, quando revelam que suas estratégias alimentam uma tentativa de redução dos custos de produção, ante uma queda da taxa de lucros manifestada a partir de uma crise (Harvey, 2012[1982]; Massey, 1986; Oliveira, 1996; Antunes, 1999; Arrais, 2022). Diante disso, parece ser necessário realizar uma investigação acerca desse entrelaçamento de relações realizados, pois, inicialmente, pode-se identificar algumas diferenças fundamentais que precisam ser colocadas em exame.

Nesse item colocarei em exame as interpretações que se baseiam em variáveis econométricas para chegar à conclusão da desindustrialização. Com esse fim, contraponho-as com as da Geografia, a fim de captar a materialidade do processo e para onde, efetivamente, ele sinaliza. Além disso, identifico os sentidos comuns e opostos que revelam as diferenças fundamentais das mudanças no processo de industrialização que vêm ocorrendo em alguns dos países articulados na ordem capitalista no ocidente global.

Transformações no processo de industrialização do Norte e do Sul global: aproximações e diferenças

Em primeiro lugar, é preciso destacar algumas entre as diferenças marcantes existentes nas transformações dos processos de industrialização do Norte e do Sul global. As transformações que ocorreram nos países com estágios técnicos e produtivos avançados, deram-se enquanto uma tendência de redução dos custos de produção (Massey, 1986), de aceleração dessa produção e da realização. Iniciaram-se em meados da década de 1970, com a deflagração da grande crise global de 1973, dando lugar a um movimento um processo de caráter distenso. Seu curso geográfico se revela a partir da tendência de transferência geográfica da atividade produtiva para

áreas externas aos territórios, ocorria o incremento de tecnologias na produção (Scott & Storper, 1986).

Para o caso da indústria têxtil, houve casos marcantes de transferência da atividade produtiva de indústrias inglesas e estadunidenses para a extremidade das regiões produtivas de ambos os países, mas, principalmente no exterior – todos pressionados pelos problemas dos custos (Massey, 1986; Harvey, 1992[1989]). A título de identificação, cito as transferências da atividade produtiva de Manchester para Hong Kong, na década de 1970, e sua transferência para a região produtiva de Shenzhen, na década seguinte, promovendo a perda relativa da importância de Manchester, que foi um dos maiores centros produtores de têxteis do ocidente capitalista (Harvey, 2018), e o da região metropolitana de Nova York para a Cidade do México, em 1980 (Battle, 2022), onde e quando foram criadas as *maquilas* mexicanas de produção (Sánchez-Salazar & demais autoras, 2018). Ou seja, a busca por maiores retornos se deu a partir da transferência geográfica da atividade produtiva, que foi amplamente disseminada para países do Sul global, a procura de uma força de trabalho disponível, barata e competitiva.

Tais transferências foi facilitada pelo avanço dos meios e das tecnologias de transportes – entre as quais menciono o *toyotismo* (Antunes, 1999) – que diminuíram o tempo de circulação (Harvey, 2018) das mercadorias produzidas e viabilizaram suas exportações.

No caso do Sul global em geral e do Brasil em particular, elas se iniciaram em meados da década de 1980, acirrando-se no contexto da liberalização econômica que balizou as políticas macroeconômicas de muitos países do sul do ocidente global em 1990. Tais transformações se expressaram a partir de um movimento de caráter mais agudo, cujo curso geográfico se expressou mediante a transferência massiva da produção que ocorreu, em sua maioria, em direção às áreas internas aos territórios, acirrando o incremento do trabalho vivo nos setores produtivos. Embora sua motivação seja também a tendência de redução dos custos de produção, sua expressão repercutiu de modo mais drástico sobre a força de trabalho e as desigualdades que a constituem (Lima, 2024).

Atribuindo ênfase no setor têxtil brasileiro, pode-se observar que, nele, o traço marcante que pode ser identificado em meio às

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

transformações foi ter se constituído com um baixo patamar tecnológico, por fraca dinâmica produtiva, e possuir pouco potencial de [ir]racionalização no aumento da digitalização, o que termina levando as indústrias desse setor incrementarem trabalho vivo como forma de garantir patamares mínimos de competitividade.

Existem outras diferenças marcantes que poderiam ser destacadas, mas essas que mobilizei permitem chamar atenção para uma questão relevante e que não tem sido explicitada nas pesquisas que concluem que estamos atravessando um processo de desindustrialização: a de que as estratégias que foram mobilizadas em busca de maiores lucros realizadas pelos próprios capitais possuem cursos geográficos e políticos distintos. Embora no Norte e no Sul global, as mudanças se manifestaram enquanto tendências de redução dos custos de produção em todos os níveis e direções (Harvey, 1992[1989]) – mas sobretudo através do trabalho (Antunes, 1999) – e é essa a maior das aproximações entre os processos –, no Sul global, a busca por maiores produtividades não se relaciona com o incremento de tecnologias de ponta e maquinários, como no primeiro caso, mas ao incremento de trabalho vivo no processo produtivo, ou seja, manifesta-se a partir do uso intensivo da exploração da força de trabalho como elemento constitutivo da produção. Ou seja: a busca por maiores retornos se deu mediante o rebaixamento dos custos conseguidos com a transferência (políticas de compensação fiscal), como em todos os casos, mas se combina com o rebaixamento do preço pago pelo trabalho ao seu mínimo possível. Isso aponta para o barateamento excessivo dos fatores de produção como mecanismo central de diminuição de custos no Sul global, impondo o rebaixamento dos salários e o desemprego estrutural como elementares. Há, portanto, uma faceta mais perversa (Santos, 2000) do que dá sentido às mudanças no curso do processo de industrialização que vêm ocorrendo na formação socioespacial brasileira na qual a composição do trabalho é historicamente mal remunerada e precarizada.

Isso é relevante pois as interpretações que se baseiam em variáveis econométricas se restringem a analisar o contingente de empregos formalizados que foram perdidos em meio à emergência das transformações em termos de volume – o que, de fato, é proble-

mático – e não à qualidade dos empregos que ficaram e aos padrões de trabalho e de vida das trabalhadoras que são altamente exploradas nos processos produtivos (Massey, 1986) que são criados ou alterados com os processos de transferência. Não evidenciam os processos de rebaixamento do preço pago para a força de trabalho. Tampouco evidenciam as relações de subcontratação que vão se conformando em meio a esses processos de transferências. O não reconhecimento disso resulta, invariavelmente, exposições de processos empiricamente não constatáveis, como aqueles que são comumente mobilizados nas exposições sobre a suposta desindustrialização no território nacional.

Variáveis econométricas mobilizadas para explicar a transformações no processo de industrialização

Em segundo lugar, é relevante analisar as variáveis econométricas que são amplamente mobilizadas para se concluir em favor da suposta desindustrialização. Vou destacar duas entre as distintas variáveis econométricas mobilizadas pelas interpretações como forma de resumir um debate amplo em torno do tema. Antes, faz sentido destacar que as variáveis econométricas também são, em geral, mobilizadas por pesquisas que tentam entender as transformações no processo de industrialização que ocorrem em países do Norte global. Não apenas os parâmetros dos cursos dos processos, mas também os procedimentos de pesquisa realizadas sobre o Norte global também são, portanto, ponto de partida das pesquisas que olham para tais dados no cenário brasileiro, onde muitas variáveis poderiam indicar a desindustrialização. Para seguir com a exposição, selecionei duas variáveis como parâmetro analítico.

A primeira variável selecionada é aquela a partir da qual se evidencia o declínio na participação relativa da indústria de transformação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Uma análise dela afirma que, desde 1986, vem ocorrendo um declínio da participação relativa da indústria de transformação em relação ao PIB nacional. Uma aproximação da evolução da participação relativa da indústria em relação ao PIB total nacional publicada pelo IBGE (2023) indica que esse setor sofreu uma grande oscilação ao longo das décadas. Entre 1947 e 1967, apresentou uma tendência

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

de aumento relativo, oscilando de 25,87% para 33,45%. Apesar de algumas variações e declínios, essa tendência se afirmou nas décadas seguintes, chegando a seu ápice em 1987, quando apresentou 47,5% do total. No entanto, a partir de 1988, essa tendência se reverteu e houve um declínio que começou de maneira razoável e se realizou de maneira mais abrupta ao longo e ao fim da década de 1990, quando o setor apresentou, em 1999, a participação relativa de 25,11% – quase a metade do auge de décadas passadas.

Referenciando-se unicamente a partir dessa variável, poder-se-ia concluir em favor da hipótese que anuncia o declínio da participação relativa da indústria, em virtude de ela indicar que o declínio do setor ocorreu de maneira significativa na segunda metade do século XX. No entanto, é preciso olhar mais a fundo para o que há por de trás da variável econômica, pois a oscilação da participação da indústria no PIB nacional não era uma novidade.

Há uma tendência de declínio desde os anos finais da década de 1950 (Oliveira, 1972; IBGE, 2022), quando a participação de outro setor da economia nacional, a indústria de serviços, já se sobressaía ao da indústria, algo em torno de 20 pontos percentuais. Em 1986, os dados já apontavam para uma aproximação entre o setor industrial (47,2%) e a indústria de serviços (48,6%), mas, desde aquele momento, a participação deste último setor vem apresentando aumento significativo, enquanto o setor industrial apresentou queda e estagnação relativa. Entre 2000 e 2005 houve uma melhora na participação do setor industrial, que aumentou de 26,75% para 28,47%. A partir de 2005, houve uma estagnação relativa que se esboçou a partir de pequenas variações negativas e positivas entre os seis anos seguintes. Na década de 2010, a participação do setor voltou a apresentar tendência de queda, declinando de 27,1%, em 2011, para 21,23% em 2017, as menores participações para a década e também da série histórica.

Em contraste, o comportamento da indústria de serviços apresentou um curso distinto em todas essas décadas, revelando uma tendência de aumento vertiginosa entre 1986 e 1993, saltando de 48,6% para 81,1%, um aumento de 32 pontos percentuais ao longo de um curto espaço-tempo. Apresentou uma tendência de estagnação relativa em torno de 60% ao longo das décadas de 1990 e 2000,

chegando ao patamar superior a 70% nos anos iniciais da década de 2010. Ou seja: a evolução da indústria de serviços desempenhou um papel cada vez mais importante em relação ao PIB total nacional, sobrepondo-se à soma da participação de todos os dois outros grandes setores da economia.

Ao destacar esses dados quero chamar atenção para o fato de que se tais variáveis econométricas comumente mobilizadas não forem relacionadas a elementos empíricos qualitativos e/ou à outras variáveis inter-relacionadas, a análise pode deixar de evidenciar ou mesmo ofuscar elementos importantes de um processo que preserva em si muitas complexidades. Em poucas ocorrências essas interpretações consideram que a participação relativa dos setores da economia está determinada por políticas econômicas elaboradas e implementadas no cenário nacional, e que essas políticas, bem como o resultado delas, também são condicionadas pela tomada de decisão no mercado mundial e por seus desdobramentos mais gerais nas formações socioespaciais.

Persegurei esses outros enlaces em busca de melhor qualificar as transformações no processo de industrialização e também de verificar se tais variáveis permitem ou não justificar e evidenciar a ocorrência de uma desindustrialização. Para tanto, realizarei uma análise interconectada que parece relevante no sentido de verificar elementos adicionais ao desempenho da participação relativa da indústria em relação ao total do PIB nacional. Desse modo, passo a relacionar o setor industrial aos demais setores da economia e não como se estivesse desmembrado deles, sobretudo em um contexto de alta interligação (Antunes, 2018) entre os três setores da economia que apresentam elevado dinamismo produtivo no cenário nacional.

A interligação existente entre a indústria de serviços e a indústria de transformação, porque elas operam como pares constitutivos em termos de produção, circulação e realização das mercadorias, além de ensejarem uma configuração espacial que produz fundamentos diferenciais e específicos no espaço e que, embora relevantes para se compreender as mudanças, estão sendo obscurecidos, pois estão sendo explicados apenas a partir das variáveis econométricas e tomados a partir da separação que elas induz. A

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

crise da produção de algodão, por exemplo, ocorrida no início da década de 1990 (Massuda, 2005), que fez a produção de algodão (caroço) cair de 1.616 mil para 930 mil toneladas (IBGE - PAM, 2023), uma queda produtiva de aproximadamente 40%, provocou oscilações que se estenderam por toda a cadeia de produção: da cotoni-cultura à fabricação e à comercialização, chegando às exportações e importações, todas essas etapas produtivas sentiram algum efeito. Isso permite evidenciar como as relações de produção, tal qual se organizam – em cadeias globais de valor (Coutinho, 2020) –, indicam que uma variação ocorrida em um seguimento da indústria pode influenciar todos os demais. Com isso, estou atentando para o fato de que a espacialidade dos processos (Smith, 1988[1984]) é extremamente relevante para sua compressão. A desconsideração dessa relação importante pode conduzir a uma conclusão precipitada de um processo que se revela a partir de distintas facetas. Portanto, apenas a centralização da variável econométrica que revela a participação relativa do PIB em percentagem não parece ser válida do ponto de vista empírico, se não for relacionada a outros elementos explicativos.

A segunda variável selecionada expressa o contingente de emprego industrial em relação ao emprego total nacional nas últimas décadas. Com frequência, as análises que se debruçam sobre essa questão concluem que o total de pessoas ocupadas na indústria vem apresentando uma queda vertiginosa, gerando o declínio da participação relativa da indústria de transformação em relação ao PIB nacional. De fato, a partir de uma análise dos dados compilados e calculados, em porcentagem, pelo IBGE, pode-se averiguar que desde a década de 1990 vem ocorrendo um declínio do emprego industrial (Tregenna, 2009; Filleti & Boldrin, 2020, p. 885). Dados do IPEA (2023) revelam que o percentual da participação do emprego industrial declinou de 27,0%, em 1986, para 17,8%, em 2009, um declínio de dez pontos percentuais, situando-se por volta de 18% na década de 2010.

No entanto, os mesmos dados permitem averiguar outra conclusão. Apesar do relativo declínio percentual, em termos absolutos, eles revelam que nesse mesmo período ocorreu um aumento do contingente de pessoas ocupadas na indústria geral e em seus

segmentos industriais em termos absolutos. O setor têxtil, que estou dando ênfase neste capítulo, apresentou um aumento de cerca 3 milhões de pessoas ocupadas entre 2000 e 2019, variando de 14,5 milhões para 18,6, (IBGE, 2022). Logo, essa fonte indica que nesse setor houve um aumento em relação ao total e não uma diminuição, como a média em porcentagem indica. Nesse sentido, o declínio relativo dos empregos formalizados na indústria pode não indicar que, em termos absolutos, ocorreu uma alta do desemprego.

Assim, um olhar para os dados absolutos que consideram apenas o contingente do emprego industrial [formal], expostos em percentuais, quase sempre, revela um quadro bastante diferenciado daquele que se observa a partir dos dados brutos. Seu alcance explicativo é, portanto, limitado. Primeiro, porque as variáveis referentes à ocupação para o setor se referem aos empregos formais, registrados pelos empregadores na plataforma da RAIS, deixando-se de fora todas as relações de trabalho que são realizadas no âmbito da informalidade e da ilegalidade jurídica. Dados sobre essas relações de trabalho dificilmente são contabilizados por agências nacionais ou, quando o são, estão resumidos a algumas atividades e microrregiões.

Portanto, constato que há um superdimensionamento de apenas uma variável sobre outras mais que deveriam ser contabilizadas – se se quer tomar como parâmetro as variáveis econômicas. Tal constatação permite lançar dúvidas se seria de fato desindustrialização. Assim, uma avaliação de dados mais abrangentes de ocupação, isto é, incluindo as atividades informais de trabalho e as ilegais, poderia gerar conclusões distintas daquelas verificadas, por exemplo, por Cano (2012) e Filletti & Boldrin (2020).

Considerando que as variáveis econômicas contabilizam apenas o contingente do emprego industrial [formal], é preciso avançar para identificar, quantificar e teorizar sobre situações de trabalho que são geralmente deslocadas para a margem da relação jurídica de trabalho, essas que quase sempre não são contabilizadas, para entender as alterações na produção industrial em sua complexidade.

Para tanto, faz-se necessário destacar outras conexões que possuem relação com as variáveis destacadas a fim de percorrer a

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

processualidade das transformações que ocorreram no Brasil, nas últimas décadas, a fim de cumprir com o objetivo de verificar ou não a ocorrência de uma desindustrialização.

A primeira delas se relaciona ao processo de transferência espacial da atividade produtiva e às suas repercussões para os mundos do trabalho. Desde meados da década de 1980, com maior intensidade nas décadas de 1990 e 2000, algumas etapas do processo produtivo que antes estavam inteiras ou parcialmente concentradas nos espaços intrafabris piramidais foram sendo transferidas para outros espaços produtivos (Lencioni, 1991; 2008). Isso terminou conformando um processo de dispersão que se realizou “principalmente mediante a contratação de prestadores de serviços externos” (Pereira Júnior, 2019, p. 14) e impulsionando a disseminação produtiva para espaços extrafabris (Lima, 2023). A título de sustentação, destaco que inúmeras investigações empíricas realizadas em distintas porções do território brasileiro (Lencioni, 1991; Vietro, 2011; Silva, 2012; Martinelli, 2017, Oliveira, 2021) têm confirmado que essas estratégias são altamente mobilizadas como modo de diminuir os custos relacionados aos fatores de produção. Em minha pesquisa de mestrado sobre a cadeia têxtil de produção no noroeste do estado do Paraná (Lima, 2018), identifiquei que existiam ao menos 50% dos postos de trabalhos informais e ilegais além dos que são contabilizados nas bases de cálculo do IBGE e do Iparde.

Outras pesquisas têm revelado que a informalidade está sendo mobilizada enquanto um componente cíclico dos mundos do trabalho brasileiro (Cacciamali, 1982; Holzmann, 2013), principalmente no setor têxtil, no qual se manifestou historicamente. Um estudo realizado por McKinsey (2004) demonstrou que as situações de informalidade se concentraram amplamente em setores como vestuário e acessórios (onde 62% do emprego é informal), têxteis (56%), produtos alimentares e bebidas (40%) e produtos de metal (38%) (McKinsey&Company, 2004; FGV, 2010, p. 28). Além disso, em função das metamorfoses recentes dos mundos do trabalho (Antunes, 2018), existe um contingente crescente de trabalhadoras em situações de trabalho temporário sendo mobilizado nos processos produtivos (Lima, 2023).

Essa disseminação impôs também a transferência de postos de trabalho que antes eram diretamente contratados pelas indústrias principais. Isso produziu o enxugamento do contingente de trabalhadoras direta e formalmente contratadas pelas indústrias e, por oposição, o alargamento de relações de trabalho – sobretudo aquelas situações de ilegalidade e informalidade contratual – mediadas por prestadores de serviços externos. A estratégia aqui se revelou a partir da transferência das perdas e da responsabilidade para as trabalhadoras e suas “parceiras” preferenciais para sustentar os “prejuízos decorrentes desta situação” (Druck, 1995, p. 43).

Dessa maneira, um contingente de trabalhadoras que estava albergado pelo setor industrial, com a mudança, passou a ser alocado, falando-se em termos da contabilidade produtiva, na indústria de serviços. Assim, esse contingente de sujeitas foi reclassificado como trabalhadoras [da indústria] de serviços (IEDI, 2014). Isso se deu mesmo eles fazendo parte de uma cadeia produtiva que continuou operando para e sob o jugo da indústria principal, comandando toda a cadeia de produção.

Nesse sentido, o declínio do emprego industrial – e o desemprego [estrutural] que é um de suas faces – se explica muito mais a partir da relação que especializou e dispersou a atividade produtiva no espaço geográfico, engendrando uma conformação produtiva que se pauta no enxugamento do contingente de trabalhadoras direta e formalmente contratadas, do que, efetivamente, pelo declínio do contingente de emprego industrial em relação ao emprego total nacional. Decorrente desse processo, desenvolveu-se “uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas” (Antunes, 1999, p. 54).

Quanto a essa transferência, de um setor para outro, há que se mencionar que um dos problemas se refere ao fato de que, diferentemente da indústria geral, o setor de serviços não possui a mesma força dinâmica em termos de efeito multiplicador do empregos formalizados em todos os setores industriais e efeitos de transformação de recursos naturais (IEDI, 2015) e giro da economia, o que implica uma menor rotação de capitais e de desenvolvimento social, como defende boa parte das teorias que centralizam o

Capítulo 24 - Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985:
uma análise a partir do setor têxtil

papel da industrialização para as sociedades. Não se questiona, por exemplo, a qualidade do emprego industrial, tampouco nas mãos de quem gira e como gira o capital.

A segunda argumentação tem correlação com o aprofundamento desse processo, propiciado pelas reestruturações das atividades produtivas. Essas reestruturações, amplamente efetuadas na [ir]racionalização da produção (novas tecnologias, métodos e mecanismos), estiveram voltadas a aumentar a produtividade em todas as etapas do processo de produção, alterando as relações mediadas nos espaços internos e externos. Em minha tese de doutorado (Lima, 2023), aprofundi como isso se conforma a partir de uma [ir]racionalização que segue fundamentalmente os preceitos econômicos. Neste capítulo, é importante destacar que os segmentos industriais apresentam distintos graus de incremento tecnológico. Enquanto um conjunto de atividades industriais (farmacêuticas, químicas, automobilísticas e outras de tecnologia em geral) passou a operar segundo as novas operações tecnológicas de maneira interconectada, atuando, portanto, com pouca absorção de força de trabalho, outro conjunto de atividades industriais tradicionais (calçadistas, couro e artefatos de consumo e a têxtil, principalmente) passou a contratar ainda mais com a força de trabalho como maneira de compensar a defasagem tecnológica a que se encontravam (IEDI, 2014).

Assim, em função do estágio intermediário e parcialmente tecnificado da estrutura produtiva nacional, grande parte das atividades produtivas são realizadas mediante o incremento de trabalho braçal. Esse ponto é relevante, pois exprime que, mesmo em um estágio de avanço exponencial das inovações tecnológicas – como este impulsionado pelas transformações mediadas no interior da chamada Indústria 4.0 (Antunes, 2022) –, setores industriais [maioria deles tradicionais] que não conseguem incrementar as inovações tecnológicas nos processos produtivos mobilizam intensivos contingentes de força de trabalho braçal como maneira de compensar a defasagem tecnológica existente (Caramuru, 2017). Desse modo, existe no setor têxtil brasileiro uma combinação de formas produtivas que reúne mecanismos avançados, pautados em tecnologias de ponta, como robótica e, em menor grau, *big datas* e a in-

teligência artificial (IEDI, 2022) de um lado e, de outro, mecanismos ainda mais flexibilizados, baseados, sobretudo, na produção fluída, e “difusa” (Antunes, 1999) e burocráticos de gestão humana, tendo a disciplina como elemento definidor.

Mesmo assim, ambos os segmentos industriais não conseguiram acompanhar o dinamismo produtivo dos países de estágio de industrialização avançado, que se deu com base na expansão do ritmo tecnológico intensivo, contribuindo para uma elevação dos índices de produtividade (Zysman, 1983). A situação da Alemanha, que em 2020 ocupava uma das primeiras posições na classificação de países que mantém um alto padrão de incremento de inovações tecnológicas no parque industrial nacional, demonstra uma reafirmação da posição hegemônica no mercado mundial (IEDI, 2014; 2022), apresentando empregos de alta qualificação e altos índices de produtividade.

Na particularidade brasileira, que tem um índice geral de padrão de baixo incremento de inovações tecnológicas se relacionado aos países que integram o “lado” que primeiro atingiu o processo de industrialização, o emprego industrial ainda está pautado em um alto contingente de trabalhadoras amplamente não qualificadas e em uma evolução globalmente mais fraca da produtividade do trabalho relacionada com a tecnologia, deixando-a quase inalterada, ao tempo que aumenta a produtividade manual do trabalho. Isso permite evidenciar um alto patamar de deterioração da força de trabalho no Brasil (IEDI, 2014), que ocorre de modo mais drástico nas indústrias tradicionais, visto que o implemento de maquinários é sempre parcial e reduzido. Isso sinaliza para o fato de que o processo de industrialização é, em seu fundamento, multidimensional, e não unidimensional como vem sendo interpretado por parcela da economia aplicada que se baseia em variáveis econométricas para estabelecer comparações. Há que se considerar que mesmo com pressupostos políticos convergindo para uma mesma direção, cada manifestação de um processo de industrialização se procede de maneira distinta em cada formação socioespacial.

Constato que as políticas de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e às inovações tecnológicas alemã e brasileira apresen-

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

tam elementos estruturantes comuns, embora sejam implementadas de maneiras muito distintas nas duas formações: enquanto na Alemanha a manutenção de elevados níveis de produtividade industrial e o constante incremento de inovações tecnológicas, frutos de investimentos estáveis e em volumes exponenciais, realizados pelo Estado nacional, em sua maioria, e, parcialmente, por empresas privadas, resultaram em um montante de US\$ 107,7 bilhões (2,9% do PIB nacional) em 2017, nesse mesmo ano, o montante investido em P&D no Brasil girou em torno de US\$ 39,7 bilhões (1,2% do PIB nacional) de repasses obtidos majoritariamente a partir dos fundos setoriais do Estado (Rauen, 2017; IEDI, 2022).

O modo pelo qual essas relações foram sendo modificadas, sempre com a utilização das inovações tecnológicas, responde – e testifica ao mesmo tempo – ao estado do capitalismo nos dias atuais, em sua fase de [neo]liberalização (Harvey, 2008[2005]; Lima, 2024). Enquanto na Alemanha as políticas industriais tentam fomentar o incremento de inovações tecnológicas com base em um comportamento estável e no longo prazo (Rauen, 2017), no Brasil, as políticas industriais estão direcionadas para o barateamento dos custos relacionados aos fatores de produção, encontrando no fator trabalho o elemento principal – que como venho demonstrando se dá, nesse caso, majoritariamente através das modificações nos marcos regulatórios do trabalho (Coutinho, 2018). Dessa maneira, as inovações tecnológicas apareceram como suporte e meio a intensificação da exploração da força de trabalho.

Os resultados obtidos a partir dessa forma de utilização das inovações tecnológicas e da força de trabalho braçal têm produzido repercussões relevantes para o entendimento das mudanças no processo de industrialização na formação socioespacial brasileira. O ocultamento delas tem levado interpretações a concluírem, entre outras coisas, em favor de uma falsa perda de relevância do setor industrial. Falsa, pois, em meio a esse processo de transferência das atividades produtivas com o incremento parcial de inovações tecnológicas (Tunes, 2019) e de utilização massiva da força de trabalho braçal nos processos produtivos que vão sendo dispersos pelos espaços urbanos e ao longo do território brasileiro, a produção teve um crescimento exponencial. Sem embargo, esse crescimento não

“poderia se dar sem o apoio de serviços propriamente urbanos” (Oliveira, 1972, p. 55).

A manifestação dessas repercussões revela um cenário de modificações mais amplas, que produz uma ressignificação intensa e complexa da própria dinâmica produtiva. Essa ressignificação pode ser identificada a partir da dinâmica das especializações da atividade produtiva e das relações de trabalho. A estrutura produtiva fabril de conformação arquitetônica vertical-concentracionista vai sendo transferida no espaço e dando lugar a uma forma multifacetada de organização produtiva. Igualmente, o emprego industrial – e a forma assalariada que a ele esteve vinculada a estrutura vertical-concentracionista – deixa de se afirmar como tendência dominante (Antunes, 2018), dando lugar à um cenário de flexibilização das condições de trabalho informais e precárias de trabalho, que se sobressai a[e produz ao mesmo tempo]o enxugamento dos quadros de trabalho formalizados de emprego.

Essas modificações reforçam as evidências fornecidas por Antunes (2018) e Mézáros (2021), de que o desemprego estrutural se anuncia enquanto tendência nas sociedades capitalistas ocidentais. De fato, desde a instauração da crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, o desemprego em massa assumiu proporções crônicas (Mézáros, 2021) em países ocidentais sob o domínio do capitalismo, atingindo todos os setores da economia e impondo a eles uma nova composição do trabalho. Desde então, as formas de assalariamento [foram sendo ruídas], não porque este sistema está chegando ao fim, mas porque já não serve às aspirações do capital, bem como à sua manutenção desenfreada (Antunes, 2018), porque sobre elas se prostram as situações de trabalho altamente precarizadas, que se realizam nos moldes da informalidade e da ilegalidade contratual. Esses elementos são relevantes na medida em que apontam para quais direções as mudanças sinalizam.

A desconsideração dessas questões tem conduzido alguns pesquisadores a anunciar, equivocadamente, a perda da centralidade e o fim da sociedade do trabalho, pautados, quase sempre, somente na leitura da classe trabalhadora que realiza suas atividades dentro dos espaços fabris, nos moldes da formalidade jurídico-contratual. Todavia, é bom destacar que esse cenário de enxugamento

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

dos quadros [formais] de trabalho não significou, como se defendeu, a perda da centralidade e o fim da sociedade do trabalho, como defendeu André Gorz. Muito pelo contrário. Como venho demonstrando, o trabalho explorado segue sendo o sustentáculo principal da conformação capitalista no contemporâneo. É preciso, portanto, seguir sem contrapor o caráter gerador de riqueza que o trabalho explorado (Antunes, 1999; 2018) possui sob o modo de produção capitalista. Fato é que, diferente do século XIX, no limiar do século XXI, a grande indústria não absorve mais os excedentes humanos (Arrais, 2022).

Todas essas modificações evidenciam a resignificação das relações de produção e a emergência de um novo padrão de acumulação de capital, o da flexibilidade total. As características desse novo padrão residem na transferência da atividade produtiva nas escalas urbana, regional e nacional, o que impõe, entre outras coisas, uma lógica de dispersão da produção pelo espaço geográfico e um alto grau de coordenação produtiva, impulsionada com a introdução de maquinários.

Essas modificações evidenciam também para a transição de uma sociedade de trabalho urbano-industrial para uma urbana que se organiza, mesmo que não inserida nele, a partir da indústria de serviços (Braga & Antunes, 2009; Pochmann, 2022). Conforme reconheceu Tadeu Arrais (2022, p. 70), esse processo resultou, também, “[n]o fim do operário fordista, [n]o fim do consumido fordista, [n]o fim da habitação fordista”. Reside, também, numa mudança do balanço de poder entre o capital e o trabalho (Harvey, 2018; Montero Bressán, 2022), cuja lógica é “subjugar ou reprimir a força de trabalho – com a cooperação ativa de suas lideranças políticas e sindicais –, em nome da disciplina do trabalho, do aumento da produtividade, da eficiência do mercado e da competitividade internacional” (Mészáros, 2002[1995], p. 225).

Essas duas variáveis mobilizadas seriam suficientes para sinalizar uma expressão concreta de mudança no curso do processo de industrialização brasileira, bem como apontar para os elementos constituintes das alterações na estrutura do emprego industrial em geral e o têxtil em particular na formação socioespacial brasileira. Todavia, quero destacar alguns elementos que permitem analisar

as transformações no processo de industrialização brasileira dando um enfoque para a espacialidade do processo. Tal mobilização permite notar como que o espaço importa (Massey, 1973; 1986) para a política.

Um enfoque na espacialidade das transformações no processo de industrialização brasileira

Como demonstrei, as transformações estão sendo amplamente debatidas na teoria nacional em geral, e na economia aplicada em particular. No entanto, embora muitas pesquisas se debrucem sobre elas, há um ofuscamento da espacialidade do processo. A produção e a valorização que se determina no e pelo espaço desempenham papel constitutivo (Castree, 1999) para as ações e as estratégias que são mobilizadas pelos agentes, todas elas geograficamente fundamentadas (Harvey, 2012[1982]), em suas múltiplas escalas. Neste item, passarei a destacar alguns elementos que permitem analisar as transformações no processo de industrialização brasileira, dando um enfoque para as relações espaciais.

Desde meados da década de 1980, as transformações em curso vem se dando, simultânea e conjuntamente, em duas frentes gerais que determinam a produção e a valorização em múltiplas escalas: por um lado, está ocorrendo a partir de um processo de transferência da atividade produtiva para além dos espaços tipicamente fabris, mediante a externalização da produção; por outro, por meio de um processo de dispersão espacial da atividade produtiva dos centros urbanos e regiões produtivas “tradicionais”. Dou a elas o nome de transferência multifacetada da atividade produtiva do têxtil brasileiro.

Uma primeira ocorrência da transferência se revelou a partir de um conjunto de mudanças expressas na reorganização da produção voltada para a promoção de maiores lucratividades para o capital. Como maneira de rastrear os elementos constituintes e os conteúdos desse conjunto de mudanças, passarei a descrevê-las brevemente tendo como referência os achados de pesquisa que obtive a partir das investigações empíricas que tenho realizado (Lima, 2022) e, também, baseando-se em considerações, constata-

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

ções e achados compartilhados a partir das investigações empíricas realizadas por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores que se debruçou sobre as questões que envolvem as mudanças no curso do processo de industrialização em distintos setores industriais que mantêm atividades em território brasileiro: Navarro (1998); Druck (1995); Pinto (2007); Pereira Júnior (2011); Lapa (2020) e, principalmente no têxtil, Lencioni (1991); Souza Lima (2009); Silva (2012); e Martinelli (2017).

A combinação dessas frentes teve como ponto de partida algumas importantes alterações que ocorreram no comando de decisão industrial, como forma de diminuir os custos relacionados com a produção. Tais alterações encontram lugar com a implementação de métodos de [ir]racionalização que viabilizassem uma produção maior em curto espaço-tempo. Eles se manifestam a partir da compra e da introdução parcial de maquinários (de corte, costura, bordado, principalmente) no sistema produtivo, compra essa que, muitas vezes, é facilitada por uns acordos comerciais feitos pelo governo. Com a introdução parcial de maquinários novos nos espaços intrafabris, vem ocorrendo uma aceleração e uma intensificação da produção. Essas duas modificações na engenharia produtiva repercutiram nas relações de produção e nas condições de trabalho em geral. Em detrimento disso, na indústria têxtil brasileira, as trabalhadoras foram pressionadas a produzir grande quantidade de mercadoria em pouco tempo, para competir, em termos de tempo e de agilidade (Lima, 2023), com os maquinários.

A literatura que se atentou para essa questão identificou um inexorável aumento de produtividade do trabalho, constatado a partir de um quadro no qual as indústrias que incorporaram maquinários no sistema produtivo (Druck, 1995; Oliveira, 2007; Pereira Júnior, 2011), ou mesmo aquelas que incorporaram parcialmente como as têxteis, imprimiram condições de trabalho que permitem produzir mais em pouco tempo. Desse modo, apoiam-se na extensão da jornada de trabalho como modo de garantir um certo patamar de produção que permita, ao mesmo tempo, diminuir o tempo e produzir com custos menores.

Essa reengenharia implicou um segundo conjunto heterogêneo de estratégias vinculadas aos quadros do trabalho. [Ir]raciona-

lizando as operações e mudando sua engenharia, o sistema produtivo foi organizado a partir da busca por maiores vantagens de produção sobre o custo (IEDI, 2015). Para tanto, a gestão das indústrias vem se dedicando a desconstruir qualquer imagem negativa que se pudesse ter sobre o processo de modificação que deixou o conjunto de trabalhadores mais exposto a condições exploratórias. Isso foi facilitado mediante a imposição de mudanças ideológicas (Mészáros, 2021) essenciais mobilizadas pelas alterações nos marcos regulatórios por meio do Estado, essas que impulsionaram a identificação da fantasia da ‘eficiência’, que domina hoje o ideário de ampla parcela das classes trabalhadoras, de que é exemplar ser um empreendedor e de que, inclusive, deve-se buscar isso.

Tal mudança desencadeou o individualismo e a competição como valores centrais de sociabilidade do trabalho (Arrais, 2022). Essa substituição foi uma das estratégias elaboradas para modificar radicalmente e impor um novo modo de funcionamento do sistema produtivo dentro e fora dos espaços fabris. Tal estratégia foi perseguida a partir de formas de externalizações das atividades produtivas, entre as quais, pode-se mencionar a disseminação das formas de contratação de trabalhos domiciliares de empresas fornecedoras de componentes ou de serviços de terceiros (empresas e indivíduos), e os contratos de “empresas cuja mão de obra realiza a atividade produtiva ou serviço na planta contratante” (Druck, 1995, p. 122), como as de limpeza e as de cuidado.

Associada a essa estratégia de recrutamento, há outra estratégia que se expressa pela diminuição dos salários e se realiza tanto diante do pagamento de trabalhadoras inseridas diretamente e formalmente no âmbito da produção, como também nos âmbitos externos dos espaços intrafabris. Tem sido comum a identificação da ocorrência de situações de rebaixamento do preço pago à força de trabalho por muitas das pesquisas que investigam os setores industriais. A partir de pesquisa empírica (Lima, 2018), constatei trabalhadores migrantes percebendo até 50% menos que o montante pago a trabalhadores nacionais que trabalham na mesma indústria. Mesmo trabalhando muitas horas e cumprindo as mesmas atividades das trabalhadoras brasileiras, eles, os imigrantes, recebem remunerações inferiores (Lima, 2018; 2022). Analiticamente,

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

poder-se-ia seguir por uma linha de argumentação próxima à de Burawoy (1976), quando defende que tal política é relevante não apenas no que se refere a afetar os salários dos migrantes, mas também na constituição dos salários das demais trabalhadoras.

As mudanças nas políticas de trabalho, promovidas a partir dos ajustes nos marcos regulatórios, expressam-se não apenas em termos de quem são e quantas trabalhadoras empregam, ou mesmo de quanto se paga pelas atividades laborais que realizam - visto que há trabalhadoras que continuam realizando o trabalho terceirizado de modo permanente, percebendo baixas remunerações -, mas também pela diminuição dos postos de trabalho nessas indústrias causado pela externalização: parte dos postos de trabalho administrativos, por exemplo, foi fechado nos espaços intrafabris, contudo, trabalhadoras foram recontratadas, eventualmente, de maneira terceirizada, para realizarem o mesmo trabalho no domínio espacial e jurídico-social de outras empresas, a maioria delas prestadoras de serviços. Na indústria têxtil, exemplos de terceirização podem ser vistos a partir da redistribuição de atividades produtivas que estavam sob o comando da empresa, como a etapa de lavagem das roupas, que foi totalmente terceirizada para pequenas empresas da indústria de serviços que são especializadas em tal procedimento.

Além da redução do custo social do trabalho, por meio da transferência dos encargos e das responsabilidades à trabalhadora, houve a eliminação de departamentos inteiros da indústria, resultando, entre outras coisas, no encolhimento da estrutura fabril. Em meados da década de 2010, o porte do estabelecimento foi modificado a partir da transferência da estrutura fabril. O antigo estabelecimento industrial foi fechado e as atividades produtivas foram transferidas para um novo estabelecimento, de menor porte, situado numa zona urbana em processo de requalificação e revalorização. A reorganização da atividade produtiva na escala da estrutura produtiva apontou para uma transferência da atividade para além dos espaços considerados como tipicamente fabris e parcialmente concentrados para os espaços extrafabris.

Essas estratégias reorganizaram e moldaram os sistemas produtivos intrafabris, mas também aqueles que configuram os espa-

ços extrafabris, entre os quais os espaços domiciliares que são os altamente incorporados. Tal incorporação, que seu deu mediante os processos de subcontratação da força de trabalho, encaminhou-se como “outra fonte de acumulação de riqueza” viabilizada através da adoção massiva da subcontratação da força de trabalho como um elemento central para a produção têxtil.

Em relação a isso, podemos citar os dados disponibilizados pelo IBGE (2023) para o setor industrial têxtil instalado no território nacional, veremos que o que se destaca é o aumento acentuado de postos de trabalho os quais são pulverizados para além das grandes plantas produtivas verticais-concentracionistas.

As mudanças na organização da atividade produtiva, bem como sua reconfiguração, repercutiram na espacialidade do emprego industrial. Em 1990, a indústria têxtil empregava 831 mil trabalhadoras direta e formalmente contratadas em seus estabelecimentos. Parcela relevante da concentração desse emprego se encontrava entre os estratos de estabelecimentos de grande porte os quais, em sua maioria, encontravam-se em grandes cidades e em suas regiões metropolitanas – que se conformaram como regiões especializadas na produção de têxteis, como é o caso do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Entre as cidades que mais empregavam trabalhadoras no Brasil, podemos citar São Paulo, com 175 mil, Rio de Janeiro, com 49 mil, Fortaleza, com 25 mil, Blumenau, com 23 mil³. São Paulo concentrava 23,5% do emprego global nacional e 47,3% do emprego total do estado; Rio de Janeiro concentrava 6,6% do emprego global nacional e 52% do emprego total do estado; Fortaleza concentrava 3,4% do emprego global nacional e 73,3% do emprego total do estado; já Blumenau concentrava 3,2% do emprego global nacional e 28,5% do emprego total do estado.

Esse processo ganhou um novo retrato em meio às últimas décadas, quando a transferência da atividade produtiva passou a ser alargada. Em 2020, as 746 mil trabalhadoras, direta e formalmente empregadas no setor têxtil, encontravam-se distribuídas de modo multifacetado pelo território nacional. Entre as cidades que mais

3 Complementam a lista das cidades que mais empregavam trabalhadoras no Brasil, em 1990, Americana, Belo Horizonte, Sorocaba, Joinville, com 23 mil, 17 mil, 12 mil, 10 mil vínculos, respectivamente.

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

empregavam trabalhadoras do ramo têxtil brasileiro nesse ano, São Paulo contava com 57 mil, Fortaleza, com 24 mil, Blumenau com 22 mil e Rio de Janeiro com 15 mil – todas elas apresentando queda no contingente do emprego formal. São Paulo e Rio de Janeiro foram as que apresentaram maiores declínios percentuais ao longo das décadas. Os dois centros urbanos que representavam 23,5% e 6,6%, em 1990, passaram a representar 7,7% e 2,1% do emprego nacional, em 2020. Embora o declínio tenha sido expressivo em ambos os casos, São Paulo manteve a posição de liderança na classificação do emprego nacional por cidade e do estado (28,3%); já o Rio de Janeiro que, em 1990, era a segunda maior concentração de empregados no ramo, caiu para a sétima posição. Enquanto as grandes cidades apresentaram uma tendência de queda da participação do emprego global e estadual, as pequenas cidades receberam as estruturas produtivas que foram sendo transferidas para o interior do território.

Desse modo, os processos de reorganização e a reconfiguração da atividade produtiva deu surgimento a uma gama ampla de estabelecimentos produtivos que foram sendo instalados de maneira horizontal em municípios que integravam as regiões metropolitanas das grandes cidades, em um primeiro movimento, e a transferência da atividade produtiva foi sendo deslocada para espaços interiores que não compunham tais regiões metropolitanas, num segundo momento.

Interpõe-se à questão da transferência do emprego industrial a dos estabelecimentos industriais de grande e médio portes em grandes cidades. Esse aspecto não tem sido explicitado pelas investigações que se debruçam sobre as transformações que, ao se aterem em variáveis econômicas, perdem de vista elementos concretos bastante relevantes para o entendimento da forma que tal processo vai assumindo.

A consideração desses aspectos permitiria sinalizar para outras explicações possíveis para a mudança no curso do processo de industrialização que a suposta conclusão da desindustrialização. Deve-se ter em conta, no entanto, que a referência aqui não é apenas a decomposição da estrutura do emprego (mediante a pulverização dos antigos postos de trabalho sob distintas formas) e

sua transferência de um lugar para o outro. Embora o centro do debate espacial da transferência da atividade produtiva (Pereira Júnior, 2011) se atenha e centralize sob esses aspectos, considera-se, também, as relações de trabalho que conformam sua estrutura (Pochmann, 2012), essas que se apresentaram mais precárias nas últimas décadas. Em todos seus aspectos, tais relações sugerem o aprofundamento da organização produtiva, assentada na exploração da força de trabalho e acompanhada de uma [ir]racionalização da produção e de uma precária incorporação de maquinários.

Em resumo, houve uma série de importantes alterações que ocorreram no comando de decisão industrial, como forma de diminuir os custos relacionados com a produção. Dando-se um enfoque para a espacialidade, a partir dos processos de transferência da atividade produtiva para além dos espaços tipicamente fabris e da dispersão espacial da atividade produtiva dos centros urbanos e regiões produtivas “tradicionais”, pode-se entrever como que há um processo mais complexo que revela os conteúdos das transformações em curso, além daquelas variáveis e comparações destacas.

A ênfase na indústria têxtil permitiu trazer elementos empíricos para o debate. Esse setor foi, talvez, o setor propulsor dessas formas que se generalizaram e se universalizaram em quase todos os setores industriais e para o mundo do trabalho em geral, repercutindo de modo dramático nas condições de vida daqueles e daquelas que-vivem-do-trabalho (Antunes, 1999).

Considerações finais

Neste capítulo, examinei as interpretações da economia aplicada que sugerem um processo de desindustrialização, contrapondo-as às análises geográficas que, ao focar na espacialidade das relações de produção, indicam uma ressignificação das formas, funções e estruturas desse processo. Essa abordagem permite captar a materialidade das transformações, captar seus conteúdos e apontar suas implicações.

Os elementos constituintes que examinei revelaram como as transformações em curso se expressam a partir de um processo de transferência multifacetada da atividade produtiva pelo território

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

brasileiro, o que ocasionou o desmembramento da conformação arquitetônica vertical-concentracionista em pequenas estruturas produtivas que foram dispersas pelo território brasileiro, em suas múltiplas escalas. A desconsideração desses elementos tem conduzido alguns pesquisadores a sustentarem que estaríamos atravessando um processo de desindustrialização, o que talvez pode ser antecipado ou até mesmo equivocado, por algumas razões importantes.

Primeiro, porque a seleção de variáveis econométricas, por mais abrangente que possa ser, não permite revelar os elementos que constituem a natureza de um processo de mudança plural e complexo, que se manifesta a partir de múltiplas escalas geográficas. Segundo, pois não se pode tomar como parâmetro as mudanças no curso dos processos de industrialização que ocorreram em países que primeiro atingiram estágios avançados de industrialização – como o caso da Inglaterra, da França e até mesmo dos Estados Unidos, para seguir com três exemplos – e, com isso, tentar estabelecer elementos de comparação que permitiriam explicitar sua manifestação em outras formações socioespaciais do Sul global. Terceiro em razão de que, embora a desindustrialização apareça, hipoteticamente, como produto de distintas mudanças na dimensão econômica, não se questiona, por exemplo, os elementos políticos e os socioespaciais que a constituiriam.

A descrição de situações concretas de transferências de fábricas das grandes cidades para áreas interioranas, bem como o surgimento de novos espaços produtivos terceirizados que se articulam como apêndice da Grande indústria permitem evidenciar as nuances espaciais, em suas múltiplas escalas. Ao evidenciar as nuances espaciais, em suas múltiplas escalas, foi possível revelar que as transformações no setor produtivo brasileiro, bem como seus significados e implicações, não se evidenciam a partir de um processo de desindustrialização. Elas são evidentes a partir do processo de transferência multifacetada das atividades produtivas, cujos desdobramentos podem ser captados com **um conjunto de** estratégias de redução de custos em todas as direções, principalmente com a exploração da força de trabalho, historicamente flexibilizada e precarizada.

Uma sucessão de variáveis econométricas que, a despeito da relativa força explicativa que possa ter, não consegue explicitar pronta e totalmente as raízes das transformações estruturais que se procederam desde as décadas finais do século XX. Por mais relevantes que sejam tais variáveis, em si, não são suficientes para explicitar as problemáticas às transformações. Como indicou Pereira Júnior (2022, p. 365-366), uma “abordagem que se encerra nessa perspectiva valoriza a formulação de leis e princípios excessivamente abstratos, o papel do tempo e o papel do território geralmente são negligenciados”. Assim, pautar-se nessas variáveis pode escamotear a realidade.

Por todo o exposto, assumo a ideia de que as interpretações que se pautam unicamente nas variáveis econométricas para interpretar as transformações em curso não são satisfatórias e que podem obscurecer a compreensão dos fenômenos em sua totalidade. As transformações em curso requerem um enfoque mais abrangente, que considere a espacialidade dos processos.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRAIS, Tadeu. *Somos os mortos vivos: de como The walking dead explica a natureza da cidade e o sentido do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2022.

BATTLE, Andy. On the Auction Block: The Garment Industry and the Deindustrialization of New York City. *Revista International Labor and Working-Class History*, s./n., 2022, p. 1-23.

BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

BURAWOY, Michael. The Functions and Reproduction of Migrant Labour: Comparative Material from Southern Africa and the United States. *Revista The American Journal of Sociology*, v. 81, n. 5, 1976, p. 1050-1087.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. 1982. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Capítulo 24 - Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985:
uma análise a partir do setor têxtil

CANO, Wilson. A desindustrialização no Brasil. *Revista Economia & Sociedade*, v. 21, a. 2, 2012, p. 831-851.

CARAMURU, Gabriela. *Trabalho e tecnologia: a crítica ao determinismo tecnológico e a neutralidade da técnica*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

CASTREE, Noel. Envisioning Capitalism: Geography and the Renewal of Marxian Political Economy. *Revista Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 24, n. 2, 1999, p. 137-158.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Cadeias globais de valor. Em: Fita, Fernando; e demais autores (org.) *Direito do trabalho, tecnologia, fraternidade e OIT: compilação de verbetes*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, p. 20-21.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Reforma trabalhista brasileira e o supremo tribunal federal: as escolhas trágicas?. *Revista da Faculdade Mineira de Direito*, v. 21, n. 41, pp. 31-52, 2018.

DRUCK, Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico da Bahia*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

FILLETI, Juliana; Boldrin, Rafaela. A indústria têxtil no Brasil: um modelo econométrico analisando a hipótese de desindustrialização setorial. *Revista Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3 (70), 2020, pp. 861-890.

Fundação Getúlio Vargas. O desafio do emprego. 2021. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/o-desafio-do-desemprego>. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola, 1989[1992].

HARVEY, David. *Neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: Editora Loyola, 2008 [2005].

HARVEY, David. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012[1982].

HOLZMANN, Lorena. O trabalhador por conta própria no Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 34, n. 124, 2013, p. 119-137.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em 02 de abril de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1839#resultado>. Acesso em 02 de abril de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PIA-Empresa - Pesquisa Industrial Anual - Empresa. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/econo->

[micas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=downloads](https://www.ibge.gov.br/micas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html?=&t=downloads). Acesso em 02 de abril de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SCN - Sistema de Contas Nacionais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em 02 de abril de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Série histórica. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/contas-nacionais>. Acesso em 02 de abril de 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

LAMOSO, Lisandra. Desafios da desindustrialização brasileira: para além das métricas, a necessidade do debate político. Em: Gomes, Maria; Sposito, Eliseu (Orgs.). Questões regionais e a geografia econômica: perspectivas e desafios contemporâneos. Curitiba: CRV, 2020, p. 103-123.

LAMOSO, Lisandra. Indústria, desindustrialização e território. *Revista Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, n. 3, 2013, p. 408-429.

LAPA, Thais. O gênero do trabalho operário: Condições de trabalho, divisão sexual e práticas sociais em indústrias metalúrgicas dos segmentos automotivo e eletroeletrônico. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

LENCIONI, Sandra. A Reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia da USP*, v. 11, n. u, 1996, p. 79-90.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, v. 39, n. u, 2008, pp. 7-20.

LENCIONI, Sandra. *Reestruturação Urbano-Industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo. A Indústria Têxtil*. Tese (doutorado) – Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

LIMA, Flávio. *Nas trilhas da exploração da força de trabalho: uma análise a partir da cadeia têxtil de produção no Noroeste do estado do Paraná*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

LIMA, Flávio. Neoliberalismo: interpretações críticas e defensivas, intencionalidades e implicações. *Percurso*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 57-89, 2024.

LIMA, Flávio. *Sobre o processo de industrialização na formação socioespacial brasileira: uma interpretação crítica com ênfase na indústria têxtil, de 1930 aos dias atuais*. 2023. (308 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/12665>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LIMA, Flávio. Under the shadows of capital-imperialism: conditions of expropriation and exploitation of haitian immigrants. Em: Ritchie, Genevieve; Carpenter, Sara; Mojab, Shahrzad (Orgs.). *Marxism and migration: Marx, Engels, and marxisms*. Nova York: Editora Palgrave Macmillan Cham, 2022, p. 131–156. Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-98839-5_6.

MARTINELLI, Samanta. As costureiras do MEI: uma análise do trabalho subcontratado das facções do polo regional de confecções de Maringá – PR. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, 2017.

MASSEY, Doreen. The legacy lingers on: the impact of Britain's international role on its internal geography. Em: Martin, Ron; Rowthorn, Bob. (Orgs.). *The geography of de-industrialisation: critical human geography*. Londres: Palgrave, 1986, p. 31-56.

MASSEY, Doreen. Towards a critique of industrial location theory. *Revista Antipode*, v. 5, n. 1, 1973, pp. 33-39.

MASSUDA, Ely. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná. *Revista Acta Sci. Human Soc. Sci.*, v. 27, n. 1, p. 61-68, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Editora Boitempo, 2002[1995].

MÉSZÁROS, István. *Para além do Leviatã: crítica do Estado*. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

MONTERO BRESSÁN, Jerónimo. Capitalist crisis and the geography of the clothing industry. *Revista Human Geography*, n. 16, v. 1, 2022, p. 45–59.

NAVARRO, Vera. *A produção de calçados de couro em Franca-SP: a reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1998.

OLIVEIRA, Davidson. Reestruturação espacial e produtiva na indústria de calçados de Campina Grande-PB: espaço e trabalho no regime de acumulação flexível. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, 2021.

OLIVEIRA, Floriano Godinho. Reestruturação econômica, poder público e desenvolvimento social: possibilidades de disputas e de recomposição do poder no território. *Revista Scripta Nova*, v. XI, n. 245, 2007, s./p.

OLIVEIRA, Floriano Godinho. Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista - O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003[1972].

OLIVEIRA, Francisco de. Passagem na neblina. Em: Oliveira, Francisco de; Stedile, João Pedro & Genoio, José. *classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996, pp. 7-22.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson; Santos, Bruno. Produção bibliográfica em Geografia da indústria e dos sistemas Produtivos. *Revista Mercator*, v. 18, 2019, p. 1-24.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. A Geografia que pensa a indústria para um projeto de Brasil no século XXI. *Revista da ANPEGE*, v.18, n. 36, 2022, p. 353-387.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. O debate sobre a desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, n. 1, 2019, pp. 1-20.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Território e economia política: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

POCHMANN, Márcio. *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

RAUEN, André. *Quem sustenta a inovação na Alemanha?*. IPEA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7841?mode=full>. Acesso em 03 de julho de 2022.

SÁNCHEZ-SALAZAR, María Teresa; Gutiérrez, María Teresa (Orgs.). *Globalización, políticas neoliberales y transformaciones en la organización espacial de la economía mexicana a partir del decenio de 1980*. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Geografía, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

SCOTT, Allen; Storper, Michael. High technology industry and regional development: a theoretical critique and reconstruction. *Revista Reading Geographical Papers*, n. 95, 1986, p. 1-19.

SILVA, Silvana Cristina da. *Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros da Brás e Bom Retiro (SP)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988[1984].

SOUZA LIMA, Angela Maria. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Campinas, 2009.

Capítulo 24 - *Transformações no processo de industrialização brasileiro pós-1985: uma análise a partir do setor têxtil*

TREGENNA, Fiona. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Revista Cambridge Journal of Economics*, v. 33, n. 3, 2009, p. 433-466.

TUNES, Regina. Concentração e Territorialização da produção inovadora no Brasil: uma análise a partir do conceito de condições gerais de produção. *Revista Geographia*, v. 21, 2019, p. 52-71.

VIETRO, Anderson. *A indústria confeccionista no Norte do Paraná*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ZYSMAN, John. *Governments, markets, and growth: financial systems and the politics of industrial change*. Cornell University Press, 1983.

SEÇÃO 8

Vistas geocríticas da cidade e da paisagem

Coordenadores

Doralice Sátyro

Pere Sunyer

Eulalia Ribera Carbó

José Maria Luis Mora

Ao longo dos colóquios realizados, a revisão dos processos históricos de construção do espaço foi sempre relevante. A visão histórica permite analisar o papel dos agentes envolvidos na formação das cidades e das paisagens, e compreender as ideias que lhes estão subjacentes. Também se tem destacado a importância da defesa dos valores associados à modernidade, aqueles que tem significado a possibilidade, nem sempre alcançada, de uma maior justiça no seu sentido mais amplo, e que têm-se traduzido na defesa da dignidade humana com liberdade e equidade. Ao mesmo tempo, têm-se mantido a crítica, desde a geografia, ao modelo económico neoliberal, que tem exacerbado os princípios do liberalismo económico, e está conduzindo ao colapso territorial todos os lugares do planeta, rompendo seus tecidos sociais e atacando suas paisagens. Os colóquios tem demonstrado a relevância da perspectiva geográfica na abordagem dos grandes problemas da sociedade, que se refletem na estrutura e na forma das cidades, dos territórios e das paisagens. Finalmente, o território, as cidades e as paisagens têm formado parte dos temas habituais nos Colóquios Internacionais de Geocrítica. A sua defesa tem sido uma constante ante as mudanças que promovem a visão economicista, depredadora com a sociedade e com as paisagens.

CAPÍTULO 25

Transformação da paisagem no território do SISAL-BA: A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina

Ana Cláudia do Carmo Cedraz¹

Noeli Pertile²

Introdução

O Território do Sisal³ está situado no semiárido baiano, abrangendo vinte municípios⁴ (Nordestina é um deles) e ocupa 3,6% da área total do estado da Bahia (564 mil km²) (Bahia, 2007). Nas últimas décadas, este território de identidade tem sido alvo do interesse das empresas de mineração devido ao grande potencial de seu subsolo. As principais empresas que atuam no setor são a Lipari Mineração, Yamana, Equinox Gold e Ferbasa⁵. Estas empresas são responsáveis pela exploração de diamantes em Nordeste, ouro nos municípios de Santaluz, Teofilândia e Barrocas, e cromo em Itiúba, respectivamente.

Neste território, no município de Santaluz, há duas barragens de rejeitos, uma de flotação e a outra de lixiviação, e estão caracterizadas como de “Dano Potencial Associado” (PNSB, 2015). Estas barragens não estão em operação, já que as atividades na mina de

1 Universidade Federal da Bahia-UFBA - claudiacedraz2009@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-4507-2895>

2 Universidade Federal da Bahia-UFBA - noeli.pertile@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-3245-415X>

3 No estado da Bahia, a organização dos territórios de identidades “surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação do seu planejamento” (BAHIA, 2007). Neste texto, adotamos “Território do Sisal” para nos referirmos ao Território de Identidade do Sisal.

4 Araci, Barrocas, Biringinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordeste, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

5 Lipari Mineração LTDA; Yamana Gold Inc; Equinox Gold; Cia de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA, respectivamente.

ouro estão suspensas desde agosto de 2014. Em Barrocas, a mineradora Equinox Gold gerencia uma barragem de rejeito na área da Fazenda Brasileiro Desenvolvimento Mineral que, até o momento, indica não apresentar risco de vazamento.

Segundo Zenha (2019), a Bahia é o estado brasileiro que tem liderado, por anos seguidos, as solicitações de Autorização de Pesquisas Minerais, sendo 553 concessões de lavra e 1.439 solicitações de concessão de lavra entre os anos 2008 e 2019; algumas destas concessões de lavra são para os municípios que compõem o Território do Sisal. Entre os principais minérios explorados atualmente neste território, estão o ouro, quartzo, diamante, cobre, granito e cromita.

Além dos potenciais impactos ambientais que a mineração provoca, existem, neste território, diferentes conflitos decorrentes dessa atividade. Os conflitos, na maioria das vezes ocorrem porque as empresas têm seus empreendimentos localizados em territórios tradicionais ou em áreas onde vivem pequenos agricultores, ou seja, que acessam pequenas áreas das quais produzem para sua existência. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2021, 72 municípios baianos apresentaram conflitos decorrentes da exploração mineral. No mesmo ano houve o registro de conflitos com mineradoras em seis municípios do Território do Sisal: Araci, Barrocas, Cansanção, Monte Santo, Nordestina e Santaluz. Nos referidos municípios os conflitos envolvem comunidades quilombolas, comunidades rurais de pequenos agricultores, assentamentos da reforma agrária e comunidades de Fecho e Fundo de Pasto, principalmente.

Para compreender as dinâmicas presentes nestes territórios e as alterações que a exploração mineral tem provocado na paisagem destas comunidades é imprescindível pensar o território como espaço que envolve, inevitavelmente, interesses distintos e, logo, relações antagônicas de poder que têm como consequência conflitos. Segundo Raffestin (1993, p.143) “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível”, sendo que todos os sujeitos são atores sintagmáticos que produzem território. Para Haesbaert (2019, p.82), “o território é também movimento, fluidez, interconexão - em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade”. Neste sentido,

Capítulo 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de Nordestina

o autor chama a atenção para a historicidade do território, sendo este, inerente a todo grupo social.

Ao direcionar a atenção para o município de Nordestina, constata-se que as transformações ocorridas nas paisagens dos territórios quilombolas (localizados a cerca de 10 km da sede municipal) a partir da chegada da empresa mineradora, é gritante. Para atender as demandas de suas atividades no extrativismo mineral de diamantes, a empresa Lipari cerca a área, perfura o solo para a extração dos minérios (tanto os rejeitos, quanto os diamantes), empilha rejeitos, etc. Neste processo, muitas outras ações são necessárias, incluindo o transporte de máquinas, equipamentos e pessoas. E é nesse contexto que estão inseridas as comunidades quilombolas de Nordestina que têm, para além de suas rotinas, suas vidas modificadas. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. “A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade” (Santos, 1997, p. 37). E, assim, no município de Nordestina, onde as comunidades quilombolas têm tido suas paisagens constantemente transformadas pelas empresas de extração de diamantes.

No processo de mineração, populações do campo de modo geral, comunidades tradicionais e bairros urbanos periféricos são submetidos a graves situações de violações de direitos socioambientais, portanto, territoriais. Em vista disso, busca-se analisar os impactos causados pela atividade mineradora da empresa Lipari Mineração - Nordestina-BA, nas comunidades quilombolas do município e como esse processo tem transformado a paisagem.

Segundo Ab`Saber (2003), a paisagem atual é uma herança de processos naturais (fisiológicos e biológicos) e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.

Para Santos (2006, p.66 e 69), “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” e ainda, que “paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano”.

Considerando a sociedade capitalista, as paisagens atuais correspondem às formas decorrentes dos processos na relação sociedade-natureza em um processo histórico; e o desigual acesso e uso à/da Natureza são inerentes ao próprio sistema. Mas, segundo o referido autor, “a contradição principal é entre sociedade e espaço, entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas” (Santos, 2006, p. 69).

Na perspectiva da geografia cultural, Corrêa (2014) traz importante análise das obras de Carl Sauer e Denis Cosgrove, cujos autores elaboram significativas, distintas e complementares contribuições acerca da paisagem. Para Sauer, a paisagem estava associada à morfologia, na qual forma, função e estrutura aparecem como elementos centrais, e a paisagem cultural seria o resultado da ação da cultura, o agente modelador da paisagem natural. Já para Cosgrove, interessa mais a experiência que se pode ter da paisagem, possibilitando a criação de significados. Assim, a paisagem não é apenas morfologia, mas adentra no mundo dos significados, em que o simbolismo é central; podendo ser a paisagem “um modo de ver”, uma “paisagem da classe dominante” e ainda “paisagem excluída”. Nesse sentido, ao conferir caráter político ao conceito, e sob a lente dos significados, Cosgrove supera a morfologia da paisagem, enriquecendo o conhecimento acerca da paisagem cultural (Corrêa, 2014).

Com o advento da globalização e a demanda cada vez maior das riquezas naturais, especialmente pelas grandes corporações, foram criadas por toda parte, uma situação em que “a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente” e que, mesmo no “mundo rural”, pode-se então “falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem” (Santos, 2006, p. 160).

No entanto, cabe observar que o espaço requalificado busca atender sobretudo “aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais”, dentro da lógica da globalização que busca “se impor a todos os territórios” (Santos, 2006, p. 160).

Considerando as diversas abordagens, temos elementos suficientes para compreender as transformações ocorridas nas paisa-

Capítulo 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de Nordestina

gens da caatinga do Território do Sisal e, em especial, àquelas cujas comunidades quilombolas do município de Nordestina têm acompanhado as mudanças conduzidas por uma grande empresa nessa última década.

O trabalho resulta de uma construção qualitativa a partir de informações secundárias e primárias, incluindo trabalho de campo no município estudado. Inicialmente foram pesquisadas informações por meio de sites institucionais, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Cultural Palmares (FCP) e demais pesquisas já realizadas no Território do Sisal-Ba. Em um segundo momento, foi realizado trabalho de campo nas comunidades quilombolas do município de Nordestina onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas e individuais, bem como oficinas temáticas⁶ sobre o que os moradores elegeram como riquezas e potencialidades para as comunidades quilombolas. Nesse momento também foi possível, com o consentimento dos quilombolas, fazer o registro de imagens por meio de fotografias.

As comunidades quilombolas e seus modos de vida

O município de Nordestina⁷ possui doze comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, sendo elas: Lagoa dos Bois, Poças, Bom Sucesso, Salinas, Palha, Tanque Bonito, Lagoa da Cruz, Caldeirão do Padre, Caldeirão do Sangue, Lagoa da Fumaça, Grota e Lajes das Cabra. Segundo o IBGE, no Censo Demográfico de 2022, nestas comunidades há uma população de 2.766 pessoas, equivalente a 20% da população total do município, que é de 18.523 habitantes.

Estas comunidades reivindicaram o reconhecimento quilombola inspiradas nas memórias individuais e coletivas que são narradas pelos sujeitos mais velhos, residentes nesses lugares. Tais memórias foram acionadas depois da criação do Decreto 4.887/03⁸,

6 A oficina ocorreu dentro da atividade de extensão da UFBA, denominada “Riquezas do nosso quilombo: Cartografia Social das Comunidades Quilombolas de Nordestina-BA” e obteve financiamento do PROEXT.

7 Nordestina é um município baiano localizado há aproximadamente 350 km de Salvador.

8 O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação

visando possibilidades de reconhecimento. Para Bosi (1994, p.39) “o ato de lembrar é uma forma de manter a história viva, pois a memória é um celeiro de lembranças e reminiscências, um fenômeno sempre atual, um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. As memórias permitem que esses sujeitos mantenham algumas práticas e tradições de seus ancestrais, criando e buscando manter suas territorialidades. Ao afirmar que a territorialidade pode ser ativada e desativada, Sack (1986, p.5) indica a mobilidade inerente aos territórios e sua relativa flexibilidade. Portanto, devemos pensar nestas comunidades, como espaços de práticas e costumes ancestrais, mas também como espaços que se reinventam e se transformam para se adaptarem às demandas atuais.

Nestas comunidades, predomina a agricultura familiar quilombola, no qual identificamos que a terra disponível para as famílias foi bastante fragmentada, subdividida entre os familiares. As entrevistas revelaram que grande parte da população destas comunidades produz em terras com áreas menores que o módulo fiscal⁹, o que caracteriza minifúndio.

No entanto, surpreende o fato de que predominam os estabelecimentos com áreas inferiores à fração mínima de parcelamento, que é de 25 hectares. Na realidade, a média de terra que as famílias entrevistadas possuem é de 2,5 tarefas, o equivalente a 1,08 hectares. Esses estabelecimentos rurais, menores que a fração mínima estabelecida para cada município brasileiro pelo INCRA, foram denominados “nanofúndios”, por Pertile (2023).

A questão agrária brasileira “gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum”, conforme Germani (2006, p. 142), o que resultou nas formas desiguais do acesso à terra no país, e evidentemente não foi diferente nas comunidades rurais qui-

Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Desde então, foram emitidas 3.271 certificações para comunidades quilombolas; este documento reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Disponível em: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp

9 Para o município de Nordestina-Ba o módulo fiscal é de 40 hectares.

Capítulo 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina

lombolas de Nordestina, Bahia. Para além dos tamanhos das propriedades, identificamos que os quilombolas conseguem produzir uma variedade considerável de tipos de milho, feijão e mandioca (principais lavouras) e outras, em menor quantidade, como hortaliças, leguminosas, frutíferas e plantas medicinais e ornamentais. A pecuária também aparece no conjunto das atividades desenvolvidas nas comunidades, com a presença de suínos, ovinos, caprinos, galináceas, muares, asininos e outros.

No viver dessas comunidades quilombolas, no que tange às principais manifestações culturais, predominam o samba de caboclo, o reizado, o caruru, as festas dos/das padroeiros/padroeiras, as festas juninas, entre outras. As festas e festejos nestas comunidades estão relacionadas a religiosidade dos moradores. A pesquisa revelou que o período das festas religiosas contribui para que o grupo reforce o sentido de pertencimento à sua religião e aquele lugar. A capacidade humana de simbolizar para produzir espaços simbólicos influencia na construção de identidades coletivas e legitimam o exercício do poder religioso, a partir de uma identidade religiosa, que se constitui na vivência do lugar sagrado.

Estes sujeitos mantêm práticas culturais ancestrais ligadas a religiosidade de matriz africana, a exemplo das benzedeiras e rezadeiras, realização de sambas de caboclo, carurus, reisados, agricultura de sequeiro, extrativismo sustentável, confecção de artesanatos com palhas e presença de fortes laços de parentesco.

É preciso ressaltar que a terra/território, para as comunidades rurais quilombolas é muito mais que o espaço para a produção de alimentos, é também espaço onde se entrelaçam as histórias, a partilha das experiências comuns e a construção de uma identidade. Nela situam-se os lugares relacionados às práticas culturais, ao sentimento de pertencimento ao território, à relação ancestral com a natureza, e o modo de vida dos descendentes.

Estas dinâmicas sociais das comunidades quilombolas de Nordestina foram completamente transformadas com a chegada da Lipari Mineração. A exploração de diamantes, onde atualmente vivem mais de duas mil pessoas, como já apontado, interrompeu a tranquilidade dos moradores, tornando o meio rural palco de lutas, disputas e conflitos.

Os diamantes e as transformações das dinâmicas sociais e da paisagem

Atualmente, a Lipari Mineração¹⁰ explora, neste território, a maior mina de diamantes a céu aberto da América do Sul, a mina Braúna, uma mina cuja operação ocorre a céu aberto e utiliza frota e equipamentos próprios para alimentar uma planta de processamento de 2 mil toneladas de minério/dia, em fluxo contínuo. A mineração a céu aberto é usada quando depósitos de minerais ou rochas comercialmente úteis são encontrados perto da superfície. As máquinas da Lipari funcionam 24 horas por dia, nos sete dias da semana, causando muitos transtornos para a população local.

É importante considerar que todo o ambiente natural, onde é realizada a atividade mineradora e seu entorno, é afetado, com maior ou menor intensidade, ou até mesmo de modo irreversível. O solo, a água, a flora e fauna da caatinga - o bioma onde se localiza o município de Nordestina - por suas características peculiares, inseridos no semiárido brasileiro são preocupações relevantes que devem estar presentes nas análises da questão. É a caatinga fonte diversa de frutas, capins, cipós, folhas, flores e demais riquezas naturais das quais vivem as comunidades quilombolas que também são extrativistas. Vendo assim, não é difícil compreender porque o território em questão, sendo o centro das relações sociais, também tem se tornado o centro de conflitos. Os conflitos decorrem devido às variadas formas de ocupação, uso e/ou exploração, o que envolve a disputa pela terra, seja o solo e/ou o subsolo, para exploração agropecuária ou extrativista (vegetal ou mineral), o uso da água, entre outros. Tudo sob a égide do Estado e tendo como agente hegemônico a empresa Lipari Mineração que atua na extração de diamantes nestes territórios tradicionais. E, nesse processo, o Es-

10 Lipari Mineração Ltda é uma empresa brasileira de mineração privada, que possui e opera a Mina de Diamantes Braúna, situada no município de Nordestina, Estado da Bahia, Brasil. A Mina Braúna é a primeira mina de diamantes da América do Sul, desenvolvida a partir de um depósito de kimberlito, a rocha fonte primária de diamante. “Os sócios da Lipari são um fundo de investimentos baseado em Hong Kong, na China, o Favourite Company, é uma empresa familiar da Antuérpia, na Bélgica, a Aftergut & Zonen - ambos com negócios com diamantes pelo mundo” (Zenha, 2019, p. 264).

Capítulo 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina

tado tem sido conivente com violência, amputações e espoliações territoriais provocadas pela atividade mineradora, suplantado por um modelo de desenvolvimento econômico predatório, seletivo e violento do neoliberalismo.

Entre os impactos identificados nas comunidades quilombolas de Nordestina, destaca-se o cercamento de terras, a perda de solo (com vegetação da caatinga) e de água, a poluição sonora (tipos e níveis de ruídos), vibração do solo e contaminação do ar causados pela utilização de explosivos e tráfego de veículos pesados¹¹ (figura 1). Além disso, a utilização irrestrita da água do rio Itapicuru que, por muito, tempo foi usado pelos quilombolas para a manutenção de seus modos de vida, é sem dúvida um dos maiores impactos da mineração nestes territórios. Os moradores relatam que as explosões na mina repercutem fazendo o solo vibrar, o que acreditam ser a origem de rachaduras que tem aparecido em suas casas e nas cisternas (imprescindíveis reservatórios de água no semiárido).

Os conflitos que a gente tem é por causa das rachaduras nas casas que a gente se preocupa muito. Mas que, a minha mesmo tava pra cair, se a gente não compra cimento pra ir ajeitando, no banheiro, agora mesmo a gente comprou cimento para ajeitar e já tá rachando em outro lugar (Entrevistada 1, Trabalho de Campo em Nordestina, maio de 2023).

Já o constante movimento de veículos pesados é apontado como causa de “desassossego”, ou seja, que tem tirado a antiga tranquilidade das pessoas das comunidades afetadas que antes viam “uma vida pacata e sem ruídos deste tipo”. Essa preocupação ocorre tanto pela nova dinâmica de tráfego imposta às comunidades, quanto pela insegurança das pessoas que habitam próximo às estradas, principalmente as crianças.

Pode-se incluir ainda o vasto desmatamento da caatinga em toda a área minerada, em seu entorno e em todo o percurso das

11 Informações que também podem ser constatadas em uma Nota de Apoio às comunidades quilombolas de Nordestina em defesa de seus territórios e modos de vida, no dia 02 de julho de 2020. Disponível em: <https://cptba.org.br/nota-de-apoio-as-comunidades-quilombolas-de-nordestina-em-defesa-de-seus-territorios-e-modos-de-vida/> Acesso em: 01/mar./2024.

estradas vicinais que foram abertas para atender aos interesses da empresa mineradora. Relembramos que a caatinga é a base do extrativismo para as referidas comunidades e que, sendo destruída, implica perda de fonte de alimentos e renda para os quilombolas, mas que também podem limitar práticas específicas daquele grupo social, a exemplo do uso de plantas e ervas e de outras formas de relação com a Natureza com fins religiosos.

Não obstante, os moradores relatam o “sentimento” de insegurança que eles vivem depois da chegada da mineradora. Afirmam, por exemplo, que o acesso à área hoje minerada era livre antes da chegada da empresa, mas que agora o terreno está cercado e há um portão de acesso à mina (figura 2). Toda a área é vigiada, inclusive com drones, e a entrada só é permitida para o pessoal autorizado.

Figuras 1 e 2: Trânsito de caminhões e parte da cerca com portão de entrada da Mina Braúna, 2023



Fonte: Ana Cláudia Cedraz. Trabalho de Campo, Nordeste, 2023

O trânsito constante de veículos gera “uma nuvem de poeira”, o que pode contribuir para o agravamento de problemas respiratórios nos moradores, principalmente após a pandemia de COVID-19 e em pessoas mais idosas; situação ainda mais comum na comunidade Lagoa dos Bois, situada próxima à mina Braúna. Para amenizar os transtornos causados à população que vive nos arredores das estradas, conforme apontado, a empresa retira a água diariamente do rio Itapicuru com caminhões-pipa para molhar todo o trajeto feito pelos veículos, exceto no período de chuvas quando a terra fica molhada.

Capítulo 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina

Segundo alguns moradores, a retirada de água do rio Itapicuru, tanto para molhar as estradas até a Mina Braúna, quanto a água utilizada no processo de centrifugação da rocha, tem provocado a redução do volume de água no leito do rio. A empresa já se pronunciou a respeito desta situação e no jornal informativo da Lipari, informou que monitora o nível da água do rio Itapicuru para evitar que a captação se torne um problema para a população ribeirinha. No entanto, Zenha (2019) já registrou que:

Sugando a água do rio Itapicuru, as consequências nessa região do semiárido são fatais para quem mora próximo ao local de retirada da água ou à jusante. O leito encontra-se, na maior parte do ano, seco em várias partes e as pedras brilham em pleno sol. Raras foram as situações, ao longo de um ano, em que algum barramento no Itapicuru tenha ficado cheio, ocorrendo somente em situações extremas de algumas grandes chuvas ocorridas na cabeceira desse rio que possui dezenas de outros barramentos e barragens. Alguns relatos atestam que a primeira vez que o rio secou foi após a chegada da empresa e início das atividades extrativistas (Zenha, 2019, p.277).

Portanto, o uso da água do rio para a mineração de diamantes em Nordestina já consta enquanto problema efetivo para as comunidades quilombolas, e não apenas uma previsão, conforme afirma a empresa mineradora.

A montanha de rejeitos: uma nova e triste paisagem

Outra preocupação que aparece nas falas dos moradores é a transformação visível da paisagem com a operação da mina de diamantes. Para extrair os diamantes, as máquinas precisam cavar enormes áreas e acumular o rejeito em pilhas - “as montanhas” - que são verdadeiros paredões de entulho, sendo que, em menos de uma década de produção (2016-2024) já alcançaram dimensão gigantesca. Acontece que, para extrair os diamantes da rocha denominada kimberlito¹², tantos outros minerais são revolvidos e depois

12 De acordo com Santos (2021), os kimberlitos são rochas ígneas, alcalinas, de caráter

rejeitados ao final do processo, resultando em grandes depósitos que passam a chamar atenção na paisagem, como se fossem verdadeiras montanhas. E, quanto mais diamantes extraídos, tanto mais os rejeitos são acumulados. Segundo a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (2017), “a produção brasileira de diamantes que, em 2015, foi de 31,8 mil quilates, pode aumentar em até dez vezes nos próximos anos com a exploração da jazida de Braúna 3 da mineradora em Nordestina (BA)”.

A Lipari Mineração não construiu barragem de rejeitos em sua operação na mina Braúna em Nordestina, o que exclui o risco de acidentes semelhantes aos ocorridos nas cidades mineiras de Brumadinho e Mariana. E desde o início de suas operações, em julho de 2016, a Mina Braúna implantou tecnologia de centrifugação no desaguamento dos rejeitos finos para disposição em pilha¹³, eliminando as tradicionais barragens de rejeito. No entanto, esse rejeito disposto em pilha (figura 3) tem transformado consideravelmente a paisagem das doze comunidades quilombolas que se localizam nas proximidades da área minerada.

Onde antes havia a caatinga, que variava da cor branca no período de estiagem à verde no período de chuva, agora estão as montanhas de um cinza eterno - é o rejeito da mineração. Essa é a realidade da nova paisagem criada pela extração de diamantes em Nordestina. É uma paisagem triste aos olhos dos passantes e, principalmente, aos olhos quilombolas que vivem diariamente com ela. Triste pela ausência de vida, pois a caatinga não se renova sobre o rejeito, mas triste também por todas as perdas impostas pelo grande capital àquelas comunidades.

Diferente das atividades extrativas das mineradoras, onde a lógica dominante idealiza a terra apenas como um fator de produção de forma predatória, seletiva e violenta, as comunidades tradicionais não promovem modificações tão intensas na paisagem. Pois a terra/natureza é lugar de abrigo, de proteção, de produção

exótico, que representam “janelas do manto”, ligadas geneticamente às mineralizações de diamantes. Atualmente mais de 18 domínios com ocorrências de kimberlitos estão sendo pesquisados no Brasil, em mais de 15 estados. Na Bahia, as principais ocorrências da rocha estão localizadas na área de Nordestina, onde localiza-se o Campo Kimberlítico Braúna.

13 Revista Mineração e Sustentabilidade (2017).

Capítulo 25 - Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina

de alimentos; é também essencial para as suas práticas cotidianas. Estas comunidades são as testemunhas do passado.

Figura 3 - Pilha - “montanha” de rejeito da mina Braúna, Nordestina-Ba.



Fonte: Ana Cláudia Cedraz. Trabalho de Campo, Nordestina, 2023

A transformação da paisagem é, provavelmente, o impacto mais evidente e mais imediato quando da instalação dos complexos mineradores, nos locais de lavra e disposição de rejeitos estéreis. Conforme já antecipado, reforçamos que a remoção de material e sua deposição, a morfologia, a fauna e flora dessas regiões são alteradas definitivamente, conforme pode-se observar nas figuras 4 e 5, e, acaba também por retirar a identidade do local no que diz respeito ao ecossistema, afugentando animais e retirando a cobertura vegetal.

Figuras 4 e 5 - Pilhas de rejeito formam paredões - “montanhas” - na paisagem da caatinga, Nordestina-Ba.



Fonte: O pé de mulungu e a mina de diamantes. MAM Nacional (2020).

A mina a céu aberto da Lipari, já atingiu sua capacidade máxima de produção e alcançou uma profundidade de 250 metros, tornando-se uma das minas a céu aberto mais profundas do Brasil. Em junho de 2023, a Lipari anunciou a continuidade da extração de diamantes em Nordestina, agora em minas subterrâneas. A transição para a mina subterrânea permitirá com que a Lipari acesse áreas ainda inexploradas e estenda a vida útil da mina Braúna por mais três ou quatro anos, aumentando consideravelmente os potenciais impactos na área.

O paradoxo deste modelo hegemônico, neoliberal está no fato de que estas comunidades tradicionais estão assentadas praticamente em cima de depósitos de diamantes e, no entanto, “nunca viram um diamante”, conforme relatam moradores em entrevista. São unânimes ainda na afirmação de que a fortuna gerada pelo produto não trouxe nenhum benefício para a população local, diferente do que propagandeavam os políticos e empresários no início da operação Braúna. Na realidade, o que se vê é que esta população teve seu território abrigo invadido pela extração mineral e seus impactos socioambientais.

Ao abordar a influência que as empresas transnacionais exercem na economia e nos distintos territórios internacionais, Santos (2006) já alertava que os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios:

Eles preferem o espaço reticular, mas sua influência alcança também os espaços banais mais escondidos. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional

Capítulo 25 - *Transformação da paisagem no território do SISAL-BA:*

A caatinga, as comunidades quilombolas e os diamantes no município de nordestina

da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (Santos, 2006, p. 163).

Essa reflexão aponta perfeitamente o que tem ocorrido no Território do Sisal, em Nordestina, com a extração de diamantes, onde a população sequer é atendida em suas demandas mais prementes. Quando questionamos aos moradores o que eles tem feito para reverter esta situação, uma moradora respondeu que:

A gente já fez reunião com o pessoal da Lipari, porém eles vão defender o lado deles, o lado do capital, que é muito dinheiro, né? As comunidades só ficam com os impactos, porque assim, eles não fazem nem um terço do social que a mineradora deveria fazer no município, nas comunidades. A gente já cobrou muito, já conversou. Mas, aí é aquela história, se você faz o documentário, fala que rachou, eles falam que o problema é da construção que foi mal feita, o barulho da explosão, chegaram a colocar aquele aparelho pra ver a dimensão do ruído, mas é favorável a eles (Entrevistada 2, Trabalho de Campo em Nordestina, maio de 2023).

Na fala desta moradora fica evidente que os quilombolas não permanecem passivos diante dos problemas causados pela mineradora. Organizados em associações, participam de movimentos em defesa dos povos tradicionais e pressionam o poder público para encontrarem soluções para os diferentes problemas. No entanto, como sinalizado na fala da depoente, esse conflito entre os interesses dos quilombolas e a Lipari Mineração é uma batalha desigual tendo de um lado, as comunidades vulneráveis, e do outro, o poder exercido pelo capital.

Ademais, outras consequências da mineração - em escala nacional - são as ações de caráter mais violento, que buscam intimidar e desarticular as resistências, como em casos de expulsões de camponeses de suas terras, e de assassinatos de lideranças. Desta forma fica evidente que os conflitos no campo brasileiro ratificam a tendência que vem se afirmando desde os anos 1970, pela hegemonia do latifúndio. Este, segundo Porto-Gonçalves (2013), mo-

derno-colonial, vem atuando em uma nova fase da sua história, promovendo a expropriação de populações de diferentes conformações societárias (indígenas, quilombolas, camponeses, posseiros, pequenos proprietários familiares e outros.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é possível identificar, tanto as categorias sociais que sofrem violências (assassinatos, despejos, expulsões, prisões), quanto às categorias sociais que as praticam. É preciso destacar que as Populações Tradicionais são as que mais sofreram ações violentas, desde a segunda metade dos anos 2000, quando ultrapassou os Trabalhadores Rurais Sem Terra e o de Assentados, entre os grupos sociais que mais sofrem violências relacionadas à luta pela terra, tanto a nível nacional, quanto no Território do Sisal.

Os conflitos entre quilombolas e a mineradora Lipari são a evidência mais plausível de que a riqueza gerada pelos diamantes, não se traduz em melhorias para os sujeitos das comunidades. Estes conflitos ocorrem porque o território de uma comunidade quilombola é o ponto da reprodução e afirmação do conhecimento tradicional, e no caso, muito ligado à natureza. Percebe-se que os conflitos territoriais atingem seu *status* mais elevado, quando um novo agente espacial tenta se impor sobre outro já existente no território.

Retomando as ideias trazidas acerca da paisagem, importa dizer que toda a memória coletiva que os quilombolas herdaram de uma paisagem da caatinga na qual seus ancestrais viveram e nela teceram suas marcas, agora tem sido transformada sem seus consentimentos. É o patrimônio coletivo, como território dessas comunidades, conforme apontava Ab`Saber (2003), que tem sido ameaçado.

A poeira nos olhos, os ruídos constantes, os estrondos e as vibrações das explosões, a movimentação de veículos nas estradas que passam em frente às casas, tudo isso traduzido por um “desassossego”, comum de se ouvir naquela caatinga, e que a nós é bem compreensível.

O sossego que foi usurpado das comunidades quilombolas de Nordestina a partir da chegada de uma grande empresa mineradora exprime bem a ideia de Cosgrove (*apud* Corrêa, 2014): a experiência que se pode ter da paisagem e seus significados.

Considerações finais

Constata-se, a partir dos dados levantados, que os conflitos por terra no Território do Sisal têm origens históricas e que, em alguns municípios, vêm sendo intensificados devido às atividades mineradoras, como é o caso dos conflitos relacionados às comunidades quilombolas de Nordestina e a empresa Lipari Mineração.

A extração de diamantes na Mina Braúna tem provocado grandes transformações na paisagem bem como no cotidiano dos moradores das comunidades quilombolas deste município. Antes da chegada da Lipari, estas comunidades utilizavam o espaço onde hoje se localiza a mina como território-abrigo, pois de lá coletavam frutos, lenha, mel, pindobas e outras riquezas naturais utilizadas no cotidiano das famílias. A relação desses sujeitos com a natureza está diretamente ligada ao sentimento de pertencimento, e a própria ancestralidade quilombola. A chegada de um agente estranho nestes territórios gera conflitos, por certo; uma vez que os quilombolas têm uma relação com a terra completamente diferente da relação exploratória e violenta das empresas mineradoras.

Muitas vezes, as concessões do Estado para os grandes empreendimentos minerários, se sobrepõem aos interesses dos territórios tradicionais; e, disso, decorre o desrespeito aos direitos étnicos e territoriais das comunidades quilombolas, de fundo e fecho de pastos e outras comunidades camponesas. Desta forma, o Estado que deveria proteger e amparar estes povos que tiveram seus direitos negados por séculos de exploração, continua legitimando a violência contra estes sujeitos, e permitindo a destruição de seus territórios..

As pesquisas iniciais mostraram que o Território do Sisal é espaço multidimensional, fruto do desenvolvimento de estratégias distintas de acesso e uso da terra pelos trabalhadores rurais que, historicamente, lutam contra a desigual distribuição de terras no Brasil. Assim como os demais grupos sociais, as comunidades quilombolas lutam pela terra e para nela permanecer. A atividade mineradora, além de não levar o progresso ou riqueza prometida, provocou profundas transformações na paisagem e no cotidiano dos moradores das comunidades quilombolas de Nordestina-Ba.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BAHIA, Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Cartilha do PPA Participativo, SEPLAN, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.ppaparticipativo.ba.gov.br/downloads/pdf/cartilha_ppa.pdf Acessado em janeiro de 2022.

CBPM. Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. Produção da Lipari quadruplica exportação brasileira de diamantes. 30 jan. 2017. Disponível em: <http://www.cbpm.ba.gov.br/producao-da-lipari-quadruplica-exportacao-brasileira-de-diamantes/> Acesso em: 01 mar. 2024.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. In. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo: Brasil 2019. CPT Nacional, 2012-2021.

FERNANDES, Bernardo M.. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. Márcio, et al. **Luta pela terra, reforma agrária e conflitos no Brasil**. Campinas: Editora

MAM Nacional. O pé de mulungu e a mina de diamantes. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGn9DKQLXg4> Acesso em: 02 mar. 2024.

PERTILE, Noeli. **Terra, território e resistência: reflexões a partir de Bahia**. in. IV Congresso Brasileiro de Organização do Espaço. Rio Claro, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F70GxAiLftM&t=2s>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIIN, Danilo Pereira. Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil. Expropriação, Violência e R-Existência. In: **Caderno Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: 2013.

Revista Mineração e Sustentabilidade. Mina de diamante aplica nova tecnologia em seus rejeitos. 11 out. 2017. Disponível em: <https://revistamineracao.com.br/2017/10/11/mina-de-diamante-aplica-nova-tecnologia-em-seus-rejeitos/>. Acesso em: 01 mar. 2024.

SANTOS, Ivanara Pereira Lopes dos. **A província kimberlítica nordestina: petrografia e mineralogia**. Dissertação (PGGEOLOGIA). UFBA: 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34360> . Acesso em: 01 mar. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

ZENHA, Lucas Antonino. **Territórios extrativo-mineral na Bahia: Violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo**. Tese, Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CAPÍTULO 26

Entre secas, entre cercas: o território cearense rumo aos trilhos do Capital (1846-1876)

Igor Carlos Feitosa Alencar¹

Introdução

A ocorrência de grandes secas na região semiárida brasileira ocorre periodicamente e está relacionada diretamente aos eventos desencadeados a partir do fenômeno climático do El Niño. Tais constatações, no entanto, só tomaram os meios acadêmico-científicos no limiar do século XX, em especial, a partir das observações das ocorrências simultâneas de secas em regiões da China, Índia e do Brasil ao longo do século XIX (Davis, 2022).

Da mesma maneira que a ocorrência das secas se dava paralelamente em parcela do globo, assim também se deu o aproveitamento desses eventos para se intensificar processos de expropriação, exploração do trabalho e subjugação política e econômica desses territórios atingidos. Em outros termos, nota-se que em fins dos Oitocentos a política externa dos países centrais, sobretudo da Grã-Bretanha, se voltava para a exploração neocolonial de territórios periféricos, a qual se deparou com a oportunidade de lançar domínio especialmente sobre aqueles que sofriam as consequências sociais desencadeadas com a seca de 1877-1879.

Nesse ímpeto, territórios na periferia do capitalismo passaram a ser alvos de projetos que visavam anexá-los, de maneira subordinada, à lógica do valor. Tais projetos, expressos principalmente em planos ferroviário-telegráficos, de um lado acomodavam capitais que se abundavam nos países centrais diante da crise de superprodução (Dobb, 1983; Coggiola, 2009) e, do outro, articularam a mobilidade do trabalho a partir da população atingida pela seca para ser explorada na instalação de capitais fixos.

1 Universidade de São Paulo - igor.carlos@usp.br - 0000-0001-9707-3393

Ne Ceará, esse processo é visível a partir da apresentação dos projetos ferroviários na década de 1860 e o início das obras da Estrada de Ferro de Baturité em 1872 (Assis, 2023). Todavia, nos interessa neste trabalho compreender o momento anterior ao supracitado. Em outras palavras, como os anos pós-seca de 1844-1845 foram fundamentais para uma organização da então província, de modo que na seca seguinte, de 1877 a 1879, a submissão do território cearense à lógica capitalista do momento se desse de maneira efetiva e intensa, a partir da instalação de capitais fixos com a exploração do trabalho de flagelados.

Do ponto de vista metodológico, optamos pelos seguintes recortes: o território da província cearense, pois a classe senhorial ali estabelecida buscava compensar o processo de provincialização tardia (Mello, 1999). Período que esteve submetida à província pernambucana (até 1799), mobilizando-se ao longo do século XIX para imprimir um caráter próprio e “moderno” ao território que, dentre outros dificultadores, era atravessado pelas periódicas secas.

Daí deriva nosso segundo recorte, o período que se dá no entresecas, de 1846 a 1876, o qual compreende um momento de transformações na maneira que a classe senhorial se organiza para agir frente às secas e as suas consequências sociais. Cabe lembrar que esse período perfaz grandes transformações no mundo, principalmente na transição do capitalismo concorrencial para o imperialista (Dobb, 1983), logo, se faz importante compreender e analisar como e em que medida essas mudanças atingiam o Brasil e o Ceará.

Para tal, é fundamental nesse trabalho, além da precisão nos recortes obedecendo aos objetivos traçados (Rodrigues, 2019), o debruçamento sobre as fontes documentais, sobretudo as oficiais, como os Relatórios e Mensagens, junto aos periódicos que ali circulavam. A leitura e análise dessas fontes tem como premissa uma articulação com o arcabouço teórico que nos leva a, dentre outras coisas, considerá-las como expressões de poder (Abreu, 2016) e que necessitam de uma leitura a contrapelo (Löwy, 2005).

Fundamentalmente, objetivamos compreender como a propriedade privada, a ética do trabalho e a lida com a seca passaram a ser temas cientificamente refletidos e, pela classe senhorial, tornaram-se projetos a serem encampados no Ceará oitocentista. Mo-

mento fundamental para a efetivação dada com a Estrada de Ferro de Baturité a partir de 1872.

A seca como negócio, a cerca como garantia (1846-1876)

As transformações materializadas no território cearense com as instalações ferroviário-telegráficas a partir de 1872, com o início das obras da Estrada de Ferro de Baturité (EFB), foram ao longo de décadas preparadas. Mais do que o projeto da ferrovia propriamente dito, aprovado em 1865, elementos importantes foram anteriormente constituídos e difundidos, sobretudo entre as secas de 1844-1845 e de 1877-1879.

Primeiro, cabe destacar porque a seca da década de 1840 demarca um ponto de inflexão no processo que iria transformar os eventos climáticos em oportunidade de lucro e avanço do capital. Bem como da transformação da paisagem cearense a serviço do capital a partir do processo de modernização territorial expresso na Estrada de Ferro de Baturité (Alencar, 2021).

Para realizar esse exercício de análise das secas progressivas a 1844, tomaremos como base principal as informações levantadas por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), o Senador Pompeu. Figura que além de padre, professor de geografia, jornalista, e escritor, desempenhou papéis importantes pelo Partido Liberal, incluindo o cargo de Deputado Geral e Constituinte, Senador, Ministro da Justiça e Conselheiro de Estado². No ano de sua morte, em meio à iminência da seca em 1877, ele publicou *Memória sobre o clima e as secas do Ceará*, fundamentada na coleta de relatos até 1845 e “dessa data para cá escrevo por experiência própria, e observações que tenho colhido”, objetivando a construção da “história desses fenômenos, suas causas apreciáveis, e os meios, senão de evitá-los, pelo menos de neutralizá-los” (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 5)³.

2 Ademais, era a principal figura do periódico “O Cearense: órgão do Partido Liberal”, fundado por ele em 1846 e meio pelo qual seu grupo difundia suas ideias; enquanto intelectual, foi diretor do Liceu do Ceará e organizou Compêndios de Geografia (publicados em cinco edições: 1851, 1856, 1859, 1864 e 1869) que foram utilizados no Colégio Pedro II (SOUSA NETO, 2018).

3 Optou-se por manter a grafia original presente nas fontes.

Tomamos como recorte o início do século XIX, quando o Ceará, desmembrado da capitania de Pernambuco em 1799, passou a dispor de autonomia e seu corpo político a atuar de forma mais efetiva. Dito isso, em 1809 a recente capitania foi atingida por uma grande seca, quando “a fome foi também intensa; mas nem foi tão geral na província, nem consta que morresse alguém de fome” (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 25). Tal situação pode ser explicada pelo fato de que, apesar da intensidade da seca, ela perdurou somente naquele ano.

Menos de uma década depois, Pompeu anota que o “ano de 1816 foi escasso de chuvas, e o de 1817 foi seco até fins de março, e quase todo seco”. Apesar de considerar tal decurso um período de seca, ressalta que houve mais propaganda por parte de “um relatório do governador Sampaio⁴ ao ministro” onde se estimou que “a seca de 1817 parecia ser tão forte e ameaçadora, de efeitos tão graves, quanto a de 1792. Houve, porém, exageração na asserção do governador”. Tal situação, novamente de curta duração, restringia as perdas à produção, onde, “segundo as tradições de contemporâneos dessa seca, ela apenas prejudicou fortemente a criação em várias ribeiras” (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 26).

Conforme avançamos no século XIX, a gravidade das secas se intensifica. Principalmente quando essas são atravessadas por momentos políticos sensíveis. Como foi o caso da seca de 1824-1825, quando o país ainda navegava nas turbulentas águas do processo de independência, ocorre nas províncias do norte a Confederação do Equador⁵, que demarcaria mais um episódio de uma série de conflitos e revoltas - quiçá uma das poucas constâncias ao longo do Primeiro Reinado.

Dito isso, “o ano de 1824 legara a seu sucessor, não só a escassez do inverno, já a penúria, a desolação pela guerra civil, e morti-

4 Tratava-se do militar Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire (1778-1856), que entre 1812 e 1820 exerceu o cargo de governador-geral da capitania do Ceará.

5 A Confederação do Equador foi um movimento separatista que ocorreu no então norte do Brasil, em 1824. Liderado por figuras como Frei Caneca, Cipriano Barata, Bárbara de Alencar e o Barão de Itamaracá, o movimento tinha como objetivo principal a criação de uma república autônoma nas províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, devido a descontentamentos com a centralização política e econômica e com a ascensão de D. Pedro I ao trono imperial brasileiro. No entanto, o movimento foi reprimido pelas forças do governo central brasileiro após alguns meses de luta, resultando na prisão, exílio ou execução de muitos dos líderes, marcando o fim do movimento.

cínios”, assim no ano seguinte se assistiria pela primeira vez uma seca cujas crises de cunho social não se desenvolveram em função dela, mas foram ali agravadas. Prossegue Pompeu, “1825, começou, e continuou sob a influência de tríplice calamidade: seca e fome, guerra civil e morticínio, e mais logo a peste da bexiga⁶” (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 27).

Os resultados, então, foram mais graves: “estima-se em um terço da população a que morreu, quer de guerra, assassinatos, peste, fome, e que emigrou, ou foi recrutada”, ademais, uma primeira preocupação em relação ao papel do Estado aparece. Se, por um lado, “nos maiores povoados as vítimas de fome foram raras, porque a alimentação veio de fora da província” (*Ibid.*, p. 27), o Senador Pompeu aponta para uma omissão: “não consta que a pública administração tomasse durante a calamidade de 1825 o menor interesse em minorar a desgraça do povo”. Agindo de forma tardia e incipiente somente no ano seguinte, quando “o governo geral só em fins de 1826, ou já em 1827, quando o mal passava, mandou alguma farinha para o Ceará, que não aproveitou” (*Ibid.*, p. 28-29).

Finalmente chegamos ao nosso ponto principal. Assim como nas demais estiagens, Pompeu inicia por descrever as condições climáticas características de uma seca que se anuncia. “O inverno de 1844 foi escasso, [...] no fim desse ano, começou a sentir-se geralmente o efeito da seca e a morrer o gado”, além dos aspectos físico-naturais conhecidos, somar-se-ia no final daquele ano um evento rodeado de misticismo, se assim podemos dizer. Nas palavras do autor: “Nos últimos dias de dezembro de 1844, a aparição de um cometa, semelhante ao que o povo tinha notado em 1825, foi tomada por mau agouro. Entrou certo desanimo no espírito do povo, que contava, como certa, uma repetição de 1825” (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 30).

Em resumo, no final de 1844 e início de 1845, houve chuvas leves em alguns dias, resultando apenas no crescimento de vegetação rasteira. Em fevereiro, a quantidade de chuva também foi limitada, ocorrendo apenas nos dias 9 a 11. Posteriormente, de 24 de março a 7 de abril, houve chuvas finas. As plantações foram colo-

6 “Bexiga” era o termo popularmente utilizado para se referir à varíola.

cadras no solo, mas os pastos nos campos abertos não se desenvolveram completamente. Mesmo assim, o gado conseguiu se sustentar até outubro, quando começou a morrer de fome em toda parte, devido à falta absoluta de alimento, continuando até fevereiro do ano seguinte, 1846, quando as chuvas retornaram consistentemente. Algumas chuvas fora de época, entre junho e julho, pioraram a situação, ao deteriorarem a escassa vegetação que havia crescido (Sousa Brasil, 1983 [1877]).

Nesse cenário, o que queremos colocar em relevo são dois fatores. O primeiro em relação à população e o segundo sobre o Estado. Quanto a população, sobretudo a sertaneja, essa migrou em massa, pois “o povo, com as recordações das grandes secas de 1792 e 1825, desanimou em grande parte, e emigrou, afluindo às praias e às cidades, principalmente à capital” (*Ibid.*, p. 31). Quando Pompeu diz das memórias populares das secas anteriores, se refere não somente ao fenômeno em si, mas ao trato que o poder público havia dispensado sobre essa população. Se anteriormente houve omissão, tal população não esperaria tratamento diferente. De modo que, se o Estado não ia até o sertão, o sertão foi até o Estado, que se fazia de fato presente nos maiores centros urbanos, sobretudo na capital Fortaleza.

Por consequência, a tomada dos centros urbanos por hordas de flagelados passou a se tornar um problema social. O Senador Pompeu estimou a chegada de trinta mil somente em Fortaleza, o que “concorreu para a carestia dos gêneros e, logo, para certo estado de miséria” (*Ibid.*). Aqui estaria o primeiro aspecto que possibilitaria a seca se tornar um evento lucrativo. Permitir que o mercado se autorregulasse, de modo que o comércio de grãos e gêneros de primeira necessidade, diante da alta procura, sofresse elevação de preços e a população passasse dificuldades não em função da falta de alimentos, mas da ausência de condições de adquiri-los (Davis, 2022).

O que nos leva ao segundo aspecto, qual papel do Estado nessa situação? Diferentemente de 1825, Pompeu agora relataria que o poder público havia agido:

Não morreu ninguém de fome. A caridade particular e pública não faltou. De várias províncias *chegaram socorros, e o governo*

Capítulo 26 - *Entre secas, entre cercas: o território cearense rumo aos trilhos do Capital (1846-1876)*

foi solícito desta vez. Porém, a má alimentação, a aglomeração de povos em habitações insuficientes, fez logo desenvolver moléstias, que levaram muitas vitimas.” (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 31. Grifos do autor).

Assim, diante da ação do Estado, a argumentação do Senador Pompeu mudaria. E aí está o ponto central que demarca a inflexão desse momento em relação às outras secas. Dado que os flagelados tomaram os centros urbanos, especialmente Fortaleza, seria necessário adotar diferentes procedimentos. Deixemos que o Senador Pompeu explique: “A imprudência do governo foi de não aproveitar o serviço: cometeu o grande erro de preferir dar ao povo a esmola, em vez de serviço e salário” (*Ibid.*).

Logo, se o Estado finalmente havia agido em função da calamidade pública instaurada com a seca, ao ver de Pompeu que representava a classe senhorial cearense, tal ação não deveria se destinar a oferta “deliberada” de auxílios - ali estava uma mão de obra em potencial que deveria ser explorada:

O presidente da província⁷, homem muito honesto, porém de espírito muito acanhado, consentiu na aglomeração de dezenas de imigrantes que, durante muitos meses, viveram da distribuição diária de farinha, etc. Nisso houve muito abuso e perda de um grande capital, que podia ser muito melhor aproveitado em obras publicas. (Sousa Brasil, 1983 [1877], p. 31.)

Portanto, aqui se encontram e se articulam os dois elementos que conferem a seca de 1844-1845 sua distinção: a memória das secas anteriores e ausência de apoio do poder público levou a população pobre e livre, sobretudo a sertaneja, a migrar para os centros urbanos, em especial Fortaleza. Diante do caos instaurado, o Estado então toma como prática a oferta de esmolas e auxílios aos flagelados. Nisso, a classe senhorial, expressa na figura do Senador Pompeu, cobra que esse Estado mobilize essa população para ser explorada em obras públicas.

7 Nesse período foram dois presidentes da província, José Maria Bittencourt (2 de abril de 1843 a 4 de dezembro de 1844) e Inácio de Vasconcelos (4 de dezembro de 1844 a 2 de agosto de 1847).

É essa lógica que até a seca de 1877-1879 seria discutida, aperfeiçoada, difundida e ganharia novos contornos, sobretudo científicos, que a orientariam e a legitimariam. Transformando as secas em eventos oportunos para a classe senhorial atuar sobre a mobilidade do trabalho, bem como fincar seus planos de poder e ferro sobre e o chão cearense através dos ombros flagelados.

A ausência-presença da seca: crédito, ócio e flagelo

Conforme anteriormente exposto, a partir da seca de 1844-1845 há uma preocupação quanto a mobilidade do trabalho, quando se visa operacionalizar os flagelados para a exploração em obras públicas. Dito de outra forma, os elementos que empenhamos para a nossa análise são: as secas enquanto fenômenos periódicos com consequências sociais que colocavam a classe senhorial cearense enquanto agente central na resolução das problemáticas.

A opção por tratar esse conjunto de políticos e intelectuais enquanto classe senhorial se faz em função de que seu processo de constituição é paralelo ao forjamento do próprio Estado Imperial, onde, “diferentemente dos plantadores escravistas” a classe senhorial “serve-se do Estado imperial para construir sua unidade e levar a efeito uma expansão” (Mattos, 1987, p. 92). Dessa forma, o Senador Pompeu e o grupo em seu entorno são os agentes principais desse processo, alocados sobretudo no Partido Liberal, seja a frente do governo ou na oposição aos Conservadores.

Nesse contexto, o período de 1846 a 1876, ao denotar um decurso com ausência de secas, por outro lado, a transforma no plano de fundo presente nas discussões sobre como o Estado deveria atuar quando essa novamente acometesse a província. Para compreender esse processo, destacamos dois pontos na discussão: a questão da produção, atravessada pela discussão sobre a propriedade privada e, complementarmente, qual seria o tratamento adequado à população pobre e livre — aquela que cessada as chuvas se tornaria flagelados.

Passada a seca, uma das primeiras preocupações era como reestabelecer a produção perdida, ou melhor, como constituir novamente as condições de produção. Cabe ressaltar que no período em

questão, o Ceará passava por uma transição em sua base produtiva, da pecuária para o algodão. Todavia, se a seca do final do século XVIII havia quase que dizimado o gado⁸, ainda se assistiria até meados dos Oitocentos uma forte presença da pecuária na economia cearense (Jucá Neto, 2007; Assis, 2023).

Sintomático dessa transição, o Projeto nº 05 proposto em 20 de agosto de 1846, entra em discussão na Assembleia Geral Legislativa em julho de 1847, objetivando abrir crédito extraordinário para o Governo Geral comprar e transportar o gado do Piauí para as províncias do Norte que, em função da seca, haviam perdido seus rebanhos:

Art, 2.º Este gado será destinado principalmente a repovoar delle as estancias ou fazendas de crear da provincia do Ceará, e tanto ahi como nas outras provincias que mais soffrêraõ pela secça, será distribuido em lotes pelos respectivos creadores e lavradores na proporção das sua necessidades e supprimentos que honverem a distribuir, guardando-se a tal respeito a disposição do seguinte artigo. (O Cearense, 21 de julho de 1847)

Considerando o trecho supracitado, seria precisamente o principal destino do gado a ser adquirido, visando facilitar a reorganização econômica. Todavia, a classe senhorial cearense já havia se antecipado e articulado com o próprio Governo outras medidas que consideravam mais efetivas.

Um ano após o fim da seca e pouco depois do projeto de transferir gado do Piauí para o Ceará, em 11 de novembro de 1846, o Ministério da Fazenda propôs, em Aviso, que o presidente da província considerasse a possibilidade de criação de um banco cearense. No Relatório de 1847, o então presidente, o coronel Ignácio Correia de Vasconcelos, afirmou haver consultado “pessoas abastadas a cerca

8 Sobre esse evento, escreveu o Senador Pompeu: “A seca, que abrange o período de 1790-1793, chamada seca grande, que em algumas partes durou três anos, em outras, quatro anos, foi a que deixou mais tradições tristes na província. [...] Os rios e fontes secaram e algumas ribeiras ficaram completamente assoladas [...] pereceram à fome e à sede os animais domésticos e as feras silvestres dos sertões. Muitas pessoas, famílias inteiras, que não puderam a tempo emigrar, eram encontradas mortas pelos caminhos e casas. [...] A seca matou quase todo o gado da capitania; de sorte que, quando choveu em 1793, os que puderam, foram ao Piauí ver semente de gado, para começarem de novo a criação.” (SOUSA BRASIL, 1983 [1877], p. 22-24).

do assumpto” e que “todas reconhecerão a necessidade da criação de um Banco para animar à nossa industria” (Relatório, 1847, p. 26).

As pessoas “abastadas” citadas pelo presidente Vasconcelos eram justamente as que compunham a classe senhorial cearense. Nesse sentido, no jornal *O Cearense*, em fevereiro de 1847, lia-se uma defesa enfática da criação do banco como maneira de oferecer crédito para mitigar os efeitos da seca recém findada, assim como se preparar para outras: “o nosso sertanejo precisa [...] tudo quanto poder preservá-lo para o futuro das calamidades das secas, o flagello aniquilador de todas as fortunas em nossa terra, que a perseverança, a experiencia, e industria poderaõ sinaõ vence-lo mutralesar grandemente seus terriveis efeitos”. Para tal, “Um banco por tanto deverá ser instetuido com applicação especial á estas industrias (O Cearense, 14 de fevereiro de 1847).

Tal ideia ganha força também entre os deputados cearenses. Em discussão supracitada ocorrida na Assembleia Geral em 26 de agosto de 1847, o deputado Carlos Augusto Peixoto de Alencar⁹ se colocava contra um projeto de transferência do gado piauiense para o Ceará como política para repovoar as fazendas atingidas pela seca. Ao rechaçar a proposta, apontava que “a idêa mais vantajosa actualmente para socorrer-se a provincia do Ceará é a criação de um banco destinado a emprestar dinheiros aos agricultores e fazendeiros com prazos razoáveis e modicos juros” (O Cearense, 4 de outubro de 1847, p. 3).

Essa medida recebeu apoio do Senador Pompeu, que na época ainda era deputado. Em vez de transferir o gado, ele defendia que, além do banco cearense, fosse promovida a construção de açudes e a abertura de estradas para facilitar a comunicação. O então deputado acreditava que o interior da província se assemelhava a ilhas isoladas e, por essa razão, sofria mais com os efeitos da seca.

Tanto a proposta da criação do banco (que partiu do Império), assim como a sua enfática defesa pelos parlamentares cearenses como saída para a província resolver as questões decorrentes das

9 Era sobrinho de Bárbara Alencar, que participara da Confederação do Equador em 1824. Foi deputado nacional pela província do Ceará entre 1842 e 1848. Além de político, era presbítero da Igreja Católica.

Capítulo 26 - *Entre secas, entre cercas: o território cearense rumo aos trilhos do Capital (1846-1876)*

secas, apontam para uma transição no lido com esse fenômeno. Tal mudança parte de uma acusada inércia estatal para o trato da questão climática como uma oportunidade de negócios, que deveria ser inicialmente empreendida pelo Estado.

O papel do Estado, nesse aspecto, seria de garantir que as condições de reorganização econômica do Ceará não estivesse mais centrado no gado, que, até esse momento, cumpria o mesmo papel que Davis (2022) atribui na Etiópia no fim do século XIX: “O boi, em outras palavras, era ao mesmo tempo um meio de produção, um estoque de riquezas e um símbolo de hierarquia social” (p. 122).

No entanto, além de suscetível a dinâmica natural, a pecuária oferecia naquele momento limitações ao acúmulo de capital, afinal, as possibilidades de lucro se restringia a própria carne, bem como aos derivados (leite e pele, principalmente) destinada sobretudo ao mercado interno, especialmente à zona da mata produtora de cana-de-açúcar. Tornando-se duplamente dependente: da dinâmica natural e da produção litorânea. Em outros termos, uma seca e/ou uma crise nos negócios da cana, ceifavam os ganhos com a pecuária.

De modo que, instituindo uma política de créditos a partir de um banco, as possibilidades de aplicação seriam expandidas, bem como se romperia com a dupla dependência supracitada, especialmente à dinâmica da natureza. Apesar de que em editorial em março de 1868, o *Jornal do Ceará* atribuiu ao crédito uma procedência se não natural, quase divina:

Por mais fecundas que tenham sido as minas do Mexico e do Perú, nas quaes por muito tempo, ainda depois de Colombo, parecia que se tinha vasado a fortuna inteira do universo, houve entretanto uma descoberta mais poderosa para a humanidade e que já hoje vale mais do que as riquezas das Americanas: é a descoberta do credito, mundo todo imaginario, porém vasto como o espaço, inesgotável como os recursos do espirito (*Jornal do Ceará*, 5 de março de 1868).

Se a origem do crédito, para a classe senhorial, tomaria contornos divinos a partir de um sistema que envolveria fazendeiros, comerciantes e demais interessados em realizar investimentos. Possivelmente seu lado profano restaria para aqueles

que endividados perderiam um controle acerca de seus próprios negócios e posses.

Ademais, instituir um sistema de crédito alinhava o Ceará as ideias da Modernidade que iniciavam sua difusão na periferia do sistema capitalista: “os fios condutores do poder nessa nova sociedade estão no sistema de crédito” em que “alguns financistas espartos [...] ocupam pontos nodais em redes de poder que dominam todo o resto” (Harvey, 2015, p. 65).

Logo, o primeiro aspecto que destacamos no período entre-secas, encontra-se nesse processo: a opção pela reorganização econômica da província articulada ao sistema de crédito e consequentemente subordinada ao capital externo oriundos dos grandes centros financeiros. O resultado almejado era de que independente se a base produtiva da província estivesse centrada na pecuária ou ao algodão, cujas cifras ascendiam cada vez mais, o sistema de crédito estaria na base e o financiaria nos períodos de chuvas regulares, bem como o reconstruiria no pós-seca.

O segundo aspecto, tal qual anunciado, se assenta sobre a mobilidade do trabalho. O que fazer para que, conforme “denunciado” pelo Senador Pompeu na seca de 1844-1845, se evitasse a “imprudência” de não explorar o trabalho dos flagelados?

As preocupações acerca da população pobre e livre que, no caso cearense, era majoritária e habitava sobretudo o sertão¹⁰, estão presentes nesse contexto entre-secas. Assim, paralelo à articulação e defesa de um banco para financiar os empreendimentos cearenses, outros membros da classe senhorial refletiam e propunham formas de aproveitar a mão de obra pobre e livre que “flagelava-se”.

Destacaremos dois casos do período que, em obras distintas, tinham o mesmo horizonte sobre a necessidade de explorar os flagelados. O primeiro se trata do militar e matemático uruguaio Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872), membro da Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte que, liderada pelo botânico Francisco Freire Alemão, permaneceu no Ceará entre fevereiro de 1859 e julho de 1861.

10 Para ilustrar, conforme o Censo de 1872, havia 31.913 escravizados (4,43%), em contraste com os 689.773 habitantes livres no Ceará (95,54%), dos quais apenas 39.515 ou 5,73% residiam na capital, Fortaleza (BRASIL, 1872, p. 172-173).

Capítulo 26 - *Entre secas, entre cercas: o território cearense rumo aos trilhos do Capital (1846-1876)*

Gabaglia publica em 1861 *A questão das secas na Província do Ceará*, onde reflete e propõe uma série de obras que preparassem a província cearense para os momentos de seca, tais como represas e a canalização de rios. Todavia, para o autor, a questão da seca não se tratava de um assunto fundamentalmente natural, o caos social instaurado nesses eventos decorria da ausência de iniciativa, sobretudo particular, em relação às condições de produção. Em suas palavras:

Trabalha-se dois ou três meses ao ano, fazem-se as viagens de sacrifícios desinteressados para concorrer às urnas eleitorais, e o resto do tempo se emprega no ócio. Desculpem-me aqueles que se comprazem em asseverar que os naturais da Província do Ceará são ativos e sofredores para o trabalho e que procuram apresentá-los como vítimas grandiosas das calamidades do nosso planeta. (Gabaglia, 1985 [1861], p. 23)

Logo, para Gabaglia o cearense dispunha de pouca aptidão ao trabalho e, quando uma seca ocorria, se vitimizava frente as condições apresentadas. Portanto, dentre as ações essenciais para evitar o caos social durante os períodos de seca, o uruguaio indagaria:

Não é claro que há tempo de discutir-se os casos mais desastrosos e de dar a propósito as ordens possíveis de prevenção? E, um delas, a mais urgente, não seria a de organizar o trabalho para os necessitados? Não seria a de estabelecer meio que tendessem a tornar de algum modo profícuo o mal?

Faltarão porventura indústrias, e variadas, de aplicar todos os sexos e idades em tarefas proporcionais às forças? (Gabaglia, 1985 [1861], p. 23-25)

Portanto, a conclusão seria de que havia um ciclo, no qual a mesma população que durante os períodos de regularidade climática não se aplicaria ao trabalho, não produzisse o suficiente para armazenagem, seria justamente a que se tornaria flagelada e, nessa situação, seria sustentada pelos auxílios. De modo que, para Gabaglia, a solução seria empregar a população nas duas situações.

Essa não era uma proposta e leitura isolada. O naturalista, engenheiro e físico Guilherme Schüch de Capanema (1824-1908), o

Barão de Capanema, também participou da Comissão de Exploração. Ao longo da década de 1870 publicou uma série de artigos no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro e folhetos da Sociedade Nacional de Agricultura, reunidos em um livro publicado em 1878. A obra *A Secca do Norte* apresenta reflexões e proposições que se somam às de Gabaglia, nas quais, além das obras de açudagem, canalização de rios, etc., Capanema também seria um grande entusiasta das propostas de reflorestamento e arborização para amenizar os efeitos da seca.

Todavia, quando o tema se volta para o trato em relação à população nos períodos de seca, seria mais incisivo que Gabaglia. Escreveu o Barão de Capanema:

A forma pela qual são administrados esses auxílios máxima parte dos casos é degradante – é uma esmola que se dá, – o vagabundo a recebe com prazer; não acontece, porém, o mesmo com o indivíduo brioso que tem consciência de pelas suas habilitações, sua atividade poder retribuir os meios de subsistência que lhe dão, e disso se orgulha; entretanto o que se faz? Dá-se a ração como a gado no estábulo, não como fim de obter proveito, mas só de salvar vidas, sem cogitar de ocupar os necessitados; pelo contrário, entregando-se a mais perniciosa indolência, favorecendo a aquisição de vícios e extinguindo a noção de dignidade. (Capanema, 1904 [1878], p. 120-121. Grifos nossos).

Nesse caso, tanto Gabaglia como mais evidentemente Capanema, atribuem a questões de moralidade a situação da população pobre e livre da província. Os chamados “ócio”, a “vadiagem”, os “vícios” decorrentes desses aspectos perfizeram um projeto que ao longo do século XIX fora elaborado e difundido pela classe senhorial para controlar e mobilizar a mobilidade do trabalho (Secreto, 2003).

Os flagelados deveriam ser explorados porque os auxílios eram desperdícios que, se momentaneamente os salvavam, a longo prazo os condenariam a esses vícios sociais tão perigosos quanto a fome e a peste. Era essa a lógica constituída no entre-secas.

Nesse ponto, os dois aspectos se articulam a partir da propriedade privada. Se havia uma preocupação em restaurar as condições de produção na província após a seca, era necessário garantir

a propriedade privada, onde os negócios que se desenvolveriam aportados pela disponibilidade de crédito proveniente do projeto do banco cearense.

Complementarmente, as acusações de que os sertanejos pouco trabalhavam, como na de Gabaglia, e que não se dedicavam a produzir o suficiente para se manter quando ocorresse uma seca, se deparava com uma questão que a precedia: produzir em quais propriedades?

Palacios (1987) nos lembra que na passagem do século XVIII para o XIX a população pobre e livre da então região norte setentrional fora vítima de um processo violento de expropriação, onde se buscou “a entronização da *plantation* como forma (e do escravismo como relação) dominante” (p. 335. Grifos do autor).

Logo, o que se constitui entre as secas de 1844-1845 e 1877-1879 é parte de um projeto que colocaria os flagelados sobre o domínio da classe senhorial que os explorariam em projetos de modernização territorial expressos na Estrada de Ferro de Baturité. Para tal, de um lado, ao longo desse período o Estado fora responsável por garantir as condições de produção - atendendo a classe senhorial que o controlava. E, concomitante, essa mesma classe passou a difundir ideologicamente a noção de que se essa população pouco trabalhava, não cabia ao Estado sustentá-la nos momentos de seca, era preciso explorar essa mão de obra em empreendimentos úteis.

As obras privilegiadas seriam justamente aquelas interligadas à lógica capitalista emergente: as estradas de ferro e as linhas de telégrafos. Capitais fixos que anexariam o território cearense a uma lógica de poder distante, a uma nova ética de trabalho, além de, materialmente, alterar, a serviço do capital e sobre a exploração da barbárie, a paisagem cearense pelos trilhos que riscariam as propriedades.

Nesses termos, estamos apontando para elementos que nos levam a considerar que antes de 1877, onde a saída para lidar com a seca foi o financiamento de grandes obras e a exploração dos flagelados, nos anos anteriores a classe senhorial vinha se preparando e organizando para, a partir da burocracia estatal, orientar o processo de reajustes territoriais na periferia para atender demandas do grande capital (Moraes, 2011).

Objetivando, assim, a proteção da propriedade e a exploração dos sertanejos, seja nos períodos de condição climática regular, ou quando, uma vez ocorrida a seca, essa população fosse mobilizada para as grandes obras.

Logo, nesse período entre-secas houve uma preparação para que uma incursão efetiva do capital e sua lógica decorresse na seca seguinte, visando uma proteção dos negócios e uma garantia da superexploração do trabalho, conformando que “o capital não conhece outra solução senão a da violência, um método constante de acumulação capitalista no processo histórico” (Luxemburg, 1985, p. 255). Assim, nesse período preparou-se para os sertanejos serem colocados ao lado dos “milhões [que] morreram, não fora do ‘sistema mundial moderno’, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema” (Coggiola, 2009, p. 119).

Considerações finais

O período entre-secas nos aponta, a partir das questões levantadas até o momento, que houve uma preparação da província cearense por parte da classe senhorial para a seca que em algum momento viria. Tal preparação se dava em conformar um sistema de crédito que assegurasse a reprodução capitalista e, consequentemente, a propriedade privada. No entanto, nesse mesmo período nota-se que, não por acaso, a massa de sertanejos que de fato sofriam graves consequências das secas, desde doenças, fome à morte, não eram contemplados, pois, em nossa análise, tratava-se de um projeto que garantiria na próxima estiagem um processo de exploração desses em instalação de capitais fixos.

Se, por um lado, um projeto do banco cearense não se efetivou até a seca de 1877-1879, por outro lado, o projeto de exploração do trabalho dos flagelados se concretizou. Mais expressamente no processo de estatização da Estrada de Ferro de Baturité em 1877, cuja principal justificativa era empregar a massa de flagelados que tomava Fortaleza.

Portanto, a argumentação no pedido de estatização da ferrovia endereçado ao Imperador, proposta pelo presidente do Conselho

de Ministros, Visconde de Sinimbu¹¹, afirmava ser necessário “tirar vantagem da própria desgraça, empregando em trabalho uteis tantos braços ociosos” (Jornal do Commercio, 3 de junho de 1878). Diante do que apontamos, compreendemos que essa não foi uma ideia momentânea, empregada de maneira urgente e oportuna.

Na realidade, essa fala expressa, sintetiza e ecoa a constituição de um projeto que se desenhava e se difundia desde o fim da seca de 1844-1845, por vozes e cabeças de políticos e intelectuais da classe senhorial, objetivando assegurar a exploração dos sertanejos nas grandes obras durante a seca como forma efetiva de lidar com a problemática dela decorrida. E, de tal modo, a partir da barbárie e da violência, garantir a reprodução capitalista e subordinação do território cearense à lógica do valor.

Referências bibliográficas

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 19–40.

ALENCAR, I. C. F. **O Ceará enferrujado: a ferrovia e os trilhos da modernização do território**. 2021. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021

ASSIS, R. J. S. **Ferrovias de papel**. Projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 2023.

Brasil. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Editor: Typ. G. Leuzinger, Rio de Janeiro

CAPANEMA, G. S. A Secca do Norte. **Revista Academia Cearense**, Fortaleza, v. 1, n. , p. 165-195, jan. 1904.

COGGIOLA, O. **As Grandes Depressões 1873-1896 e 1929-1939**. Fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

DAVIS, M. **Holocaustos Coloniais**. A criação do Terceiro Mundo. São Paulo: Veneta, 2022.

DOBB, M. H. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

GABAGLIA, G. R. **A questão das secas na Província do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1861. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O nono livro

11 João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810-1906), liberal e amigo íntimo do Senador Pompeu. O alagoano esteve a frente do Gabinete do Conselho de Ministros entre 5 de janeiro de 1878 e 28 de março 1880.

das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v.285. Edição Fac-Símile.

HARVEY, D. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

JUCÁ NETO, C. R. **A Urbanização do Ceará setecentista**. As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Tese de Doutorado. Programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 2007.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio – Uma leitura das teses ‘Sobre o Conceito de História’**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MELLO, E. C.. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. 295 p

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: AnnaBlume, 2011.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão no Brasil; uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, R. Janeiro, 30 (3). 325-356, 1987.

RODRIGUES, G. B. **Geografia Histórica - notas sobre a metodologia**. Terra Brasilis. São Paulo. N. 12, p. 1-20, dez, 2019.

SECRETO, M. V.. Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX. **Trajeto**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 47-65, jun-dez. 2003.

SOUSA BRASIL, T. P. **O Clima e as Secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). **O sexto livro das secas**. Mossoró: Guimarães Duque, 1985. Coleção Mossoroense, v.285. Edição Fac-Símile.

SOUSA NETO, M. F. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 160 p.

Fontes Documentais

Relatório do Presidente da Província do Ceará, 1847

Jornal O Cearense: órgão do partido liberal, 1847

Jornal do Ceará, 1868

Jornal do Commercio, 1878

CAPÍTULO 27

Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro

Marcello Tomé¹

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro no período definido como modernidade não era considerada turisticamente atrativa, já que sua estrutura urbana era limitada e os elementos considerados atrativos para um deslocamento temporário eram praticamente inexistentes em sua urbe no referido período. Além disso, a cidade era constantemente assolada por epidemias, o que afastava os visitantes espontâneos, pois temiam adoecer em terras cariocas.

Os elementos naturais, altamente atrativos na atualidade, tais como as praias e florestas, não apresentavam elevada atratividade turística até o início do século XX. Os principais destinos turísticos eram as grandes cidades, como Paris, cuja reforma urbana planejada e executada por Haussman propiciou à capital francesa ser considerada o grande ícone urbano da modernidade, principalmente pelos seus parques, bulevares, praças, edificações e monumentos, tendo sido o grande exemplo de cidade moderna e tendo seu modelo seguido por muitas cidades no mundo.

A fim de melhor compreendermos a transformação do espaço urbano carioca, que teria propiciado a referida cidade tornar-se um importante destino turístico brasileiro na modernidade, foi necessário determinarmos o norteador teórico-metodológico desta investigação, baseado nas categorias analíticas do espaço, visando construir os caminhos que possibilitariam entender a evolução do turismo no Rio de Janeiro e sua relação com a transformação do seu espaço urbano.

1 Universidade Federal Fluminense - marcellotome@id.uff.br - <https://orcid.org/0000-0002-3158-9239>

Metodologia

A partir da complexidade do fenômeno turístico, faz-se necessário a adoção de métodos científicos que possibilitem compreender a evolução do turismo na urbe carioca. Para isso, definimos o norteador teórico-metodológico desta investigação a partir das propostas de Santos, utilizando, principalmente, o marco conceitual das categorias analíticas do espaço (Santos, 1985), propiciando perceber os elementos do espaço, em uma dinâmica constante de ações e interações recíprocas, em movimentos sincrônicos e diacrônicos, a partir da produção de formas distintas e historicamente determinadas.

A forma, para pensarmos o espaço do turismo, nos fornece um importante ponto de partida, mas é insuficiente para esgotar qualquer debate ou investigação. Assim, não podemos pensar um espaço turístico e sua paisagem de maneira estática e isolada. Faz-se necessário entender a sociedade que forjou a forma e o conteúdo daquele espaço apropriado pelo turismo e, portanto, caracterizado como território turístico.

Uma cidade como o Rio de Janeiro é uma projeção da sociedade no espaço. Neste contexto, Castells (2000) afirma que o espaço urbano é um produto das relações sociais que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social.

As categorias de análise espacial possibilitam a compreensão do espaço social, a partir da forma, da função, da estrutura e do processo. São essas categorias que permitem a definição do espaço em relação à sociedade (Santos, 1985).

A forma é o aspecto visível exterior de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial, que no caso dos espaços do turismo podem vir a ser uma edificação, um monumento, uma rua, um bairro, uma cidade ou uma rede urbana. Estes seriam formas espaciais em escalas diferentes. Como arranjo ordenado de objetos, a forma configura, portanto, um padrão. Assim, as formas não podem ser estudadas isoladas na organização espacial, pois estão inseridas em um sistema de relações no qual os vários objetos constituintes influenciam o todo (Santos, 1985).

Capítulo 27 - Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro

Função vem a ser a atividade ou o papel a ser desempenhado pelo objeto criado, ou seja, que age junto a forma. Portanto, forma e função possuem uma relação direta e inseparável, não existindo forma sem função e função sem forma. No caso de formas nos espaços onde o turismo está inserido, percebemos funções turísticas, como hospedagem, alimentação, lazer etc.

Estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em determinado momento, repercutindo no modo como os objetos espaciais estão organizados e como se relacionam entre si. Essa categoria é uma espécie de matriz onde a forma é construída, correspondendo a matriz social de uma sociedade em um determinado período histórico.

Neste sentido, inserido nas estruturas social e econômica, ocorrem os processos que, segundo Santos (1985), podem ser definidos como ações contínuas realizadas pelos agentes modeladores do espaço social visando um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo, continuidade e mudança.

A cidade vem a ser o locus privilegiado da ocorrência de uma série de processos sociais que propiciaram, segundo os processos ocorridos, o surgimento de deslocamentos populacionais temporários de diferentes características e em períodos históricos diferentes, que caracterizaremos a seguir como turismo, a partir da análise das categorias analíticas do espaço, visando compreender a evolução do turismo na cidade do Rio de Janeiro e sua relação com a transformação do espaço urbano carioca.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, como já destacamos, foi necessário analisar o significado das viagens no decorrer do tempo, a partir dos meios materiais disponíveis (jornais, livros, acervo iconográfico, artigos etc.) obtidos principalmente na Biblioteca Nacional e no Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. Foi preciso compreender o turismo como um fenômeno da Modernidade, passando, impreterivelmente pela compreensão da própria Modernidade, conforme veremos a seguir.

Modernidade

Apesar de a Revolução Industrial ser um importante marco, definir o período da Modernidade é tarefa delicada, pois é difícil indicar um momento que seja considerado o início da modernidade, que marque “um novo regime, uma ruptura, uma revolução do tempo” (Latour, 1994, p. 15).

Trata-se de uma mudança sutil e gradual que toma diferentes formas e que possui uma dinâmica espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, ainda que uma época moderna seja facilmente identificada (Gomes, 1996, p. 28).

O importante, como destaca Harvey (1992) é pensarmos a Modernidade como um período de transformação da vida e do pensamento “envolvendo não apenas uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (Harvey, 1992, p. 22).

O termo Modernidade teria sido propagado inicialmente por Charles Baudelaire (1821-1867) no artigo *Le peintre de la vie moderne*, publicado em 1863. O uso desse termo teve sucesso inicial restrito aos ambientes literários e artísticos da segunda metade do século XIX.

Já o projeto da Modernidade, segundo Harvey (1996), teria sido iniciado no século XVIII. Esse projeto estava atrelado aos pensadores do iluminismo que queriam usar o conhecimento acumulado pelas pessoas que trabalhavam de forma livre e criativa, buscando alcançar a emancipação do homem e o enriquecimento da vida diária.

A ideia de Modernidade veio a surgir coincidindo, aproximadamente, com a manifestação do capitalismo enquanto modo de produção dominante em alguns países da Europa, estando relacionada ao desenvolvimento científico e tecnológico aplicado na produção (Santos, 1996).

A modernidade tem em sua essência a ideia de rompimento com o habitual, buscando um mundo novo, sob o triunfo da racionalidade. O mercado passa a ter nova configuração, não sendo apenas o lugar onde circulam mercadorias e produtos, mas também ideias, conhecimento, ciência e tecnologia.

Capítulo 27 - *Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro*

De acordo com as transformações na economia e, por consequência, na sociedade, que se intensificam com a modernidade, as cidades vão se transformando também. Os novos valores da modernidade se desenvolveram, principalmente no ambiente urbano das cidades capitalistas, sendo, a bem da verdade, a cidade a maior mercadoria que o capitalismo já criou. Este espaço foi privilegiado pelos discursos clássicos da modernidade, que iam moldando um novo “arranjo espacial” para fazer frente às novas exigências do capitalismo. O planejamento urbano, assim como outros movimentos modernos “intuíram com perspicácia a instrumentalidade do espaço e os efeitos da geografia cambiante do capitalismo” (Soja, 1993, p. 45-46).

Segundo Santos, o espaço é forma e vida, é uma construção horizontal, uma situação única. O espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem (1996, p. 83).

Para ser plenamente consumida, a cidade deveria estar enquadrada no projeto da modernidade. Tornar uma cidade moderna implicava, muitas vezes, em alterar sua estrutura, pois aconteciam conflitos entre a cultura presente nos antigos centros urbanos e o progresso que aflorava, já que a modernidade, a princípio, inviabilizava essa convivência harmônica, sendo necessário acabar com os antigos centros urbanos impregnados pelos símbolos dos valores das antigas sociedades.

Bradbury e McFarlane afirmam que “Sob a superfície da vida moderna, dominada pelo conhecimento e pela ciência, é possível discernir energias vitais selvagens, primitivas e completamente impiedosas” (1976, p. 446). Esta seria a ideia da destruição criativa, muito importante para a melhor compreensão da modernidade, justamente porque foi originada a partir das questões práticas enfrentadas pela implementação do projeto modernista, que gerou um mundo novo pautado por outras lógicas, sendo necessário para isso destruir grande parte do que viera antes.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que re-

criam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (Santos, 1996, p. 50).

As grandes transformações ocorridas na modernidade teriam agido sobre os fixos, modificando as formas espaciais, propiciando a geração de diferentes fluxos. O grande exemplo dessas transformações seria a Paris reformulada por Haussmann nos anos de 1860. Este renomado urbanista teria sido uma das importantes figuras da modernidade, tendo ele aplicado o princípio da “destruição criativa” na Paris do Segundo Império.

A capital francesa passou a ser a maior referência de cidade e do progresso, de cidade e da modernidade, sendo seu plano urbano copiado por muitas cidades do mundo. Félix Ferreira, jornalista e importante crítico de arte do Rio de Janeiro, comentou em 1885 que Paris deveria servir de exemplo e modelo para cada cidade do mundo, por mais distante que fosse referindo-se a ela de forma apologética: “Mãe adorável, Paris é a nova Roma, a renascida Atenas, onde os artistas e os poetas vão inspirar-se nos seus belos modelos e aprender com seus mestres” (Fuendez, 1885).

O surgimento destes novos fixos, propiciaram novos fluxos e entre estes o fluxo turístico. As cidades modernas passaram a se constituir como atrativo turístico, não apenas pela sua beleza natural, mas principalmente pela sua arquitetura, patrimônio cultural, centro de negócios e de compras. Mas situações inversas também existiram. Algumas cidades apresentaram grande concentração urbana e industrial para a época, o que veio gerar grande desgaste físico e mental nas pessoas, fazendo com que muitas pessoas desajassem usufruir momentos de lazer, preferencialmente longe dali. Este desgaste fez com que movimentos sociais da classe trabalhadora buscassem e conquistassem o aumento do tempo livre diário, semanal e anual. Esse tempo vai sendo expropriado pela sociedade de massa, que cria novas necessidades de consumo, fato típico da modernidade. A viagem passou a ser incorporada entre as novas necessidades do homem na modernidade (Rodrigues, 1997a). O turismo moderno surge como corolário destes movimentos.

Turismo e Modernidade

A modernidade trouxe na sua essência a ideia de rompimento com o mundo tradicional que prevalecia até então. É o início de intensas transformações geradas a partir da metade do século XIX, com a intensificação do capitalismo industrial, principalmente na Europa, resultado da modernização tecnológica.

A produção de motores a vapor possibilitou sua utilização nas indústrias, fato determinante na Revolução Industrial, mas também nos meios de transporte, equipando locomotivas e navios, facilitando o transporte, inclusive o de passageiros, consequentemente, os deslocamentos turísticos.

A engenharia e a arquitetura passaram a desenvolver novas técnicas e recursos, possibilitando uma verdadeira revolução na área da construção civil e, por conseguinte, no setor hoteleiro, propiciando estímulo maior às viagens.

A cidade passou a atrair quantidade cada vez maior de força de trabalho que, juntamente com as inovações inseridas no meio urbano, fizeram com que crescesse o consumo na cidade, beneficiando a burguesia moderna que possuía os meios de produção. Por outro lado, cresceu também a busca pela prestação de serviços de certos profissionais, como, funcionários públicos, médicos, advogados, engenheiros que juntamente com a burguesia apresentavam condições de ter acesso às viagens, pois além de recursos para isso, também possuíam tempo livre para fazê-lo.

A classe trabalhadora menos privilegiada ao longo da modernidade também reivindicou mais tempo livre e de certa forma o conquistou, não como desejava Paul Lafargue (1980) no seu panfleto “O Direito à Preguiça”, lançado em 1883, em que condenava o excesso de trabalho e a ideologia burguesa que embrutecia o proletariado, difundindo o dogma do trabalho, típico da modernidade. Para Lafargue, três horas de trabalho seriam suficientes para manutenção, só festejando pelo resto do dia e da noite (Rodrigues, 1997b). No entanto, mesmo com o aumento do tempo livre, a maior parte dos trabalhadores assalariados não dispunha de recursos, ficando as viagens por lazer restritas às classes dominantes (Barreto, 1995).

As melhorias nas condições das cidades também foram importantes para o desenvolvimento das viagens. O aumento da segurança, através do estabelecimento do policiamento regular em várias localidades; a implantação de tratamento de água e rede de esgoto aumentando a salubridade e diminuindo o risco de adquirir doenças que amedrontavam não apenas os viajantes, mas os residentes também; o aumento da alfabetização, possibilitando ao povo ler mais, ocorrendo também rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação, divulgando informação através de livros, mapas, guias, jornais e revistas, tornaram a leitura importante estímulo ao desejo de viajar. Estes e outros fatores marcantes da modernidade foram responsáveis pelo surgimento de um importante fenômeno socioespacial: o turismo.

O turismo na modernidade corresponde, portanto, à modalidade de turismo praticada a partir da metade do século XIX, originada com a intensificação do capitalismo industrial, particularmente na América do Norte e Europa, desenvolvendo-se até a metade do século XX. Antes, somente um grupo minoritário da população tinha acesso às viagens consideradas turísticas, pois eram poucos os que desfrutavam de recursos econômicos e tempo disponíveis para isso. As viagens turísticas passaram a ser um imperativo social, devido à difusão de informações dos atrativos turísticos da época; da possibilidade de utilizar meios de transportes mais modernos, como trens e navios; a aparição dos agentes de viagens que passaram a organizar as viagens; o surgimento de órgãos públicos e privados para promover o turismo; o acesso ao crédito, e o incremento dos serviços utilizados pela população e pelo turismo (De la Torre, 1992).

O desenvolvimento do turismo na modernidade, como já visto, está intensamente relacionado às grandes transformações socioeconômicas, tecnológicas e culturais, iniciadas no final do século XVIII, dentre as quais merecem destaque a revolução no transporte, a complexidade social em todas as suas variáveis, ocorrida com o fortalecimento das cidades e o prestígio da economia urbana que se encontrava em expansão (Pires, 1991). O modo de produção passou a determinar quem viajava, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo (Barreto, 1995).

O Bota-a baixo e a Regeneração

Inúmeras formas de viajar foram realizadas antes da segunda metade do século XIX, mas estas viagens realizadas anteriormente, ainda que fossem motivadas por prazer, curiosidade ou descanso, eram viagens individuais, no máximo realizadas em pequenos e seletos grupos, além de pouco frequentes. Não se tratava de um fenômeno socialmente abrangente e os efeitos econômicos do turismo ainda não tinham sido plenamente percebidos nas grandes cidades europeias, muito menos no Rio de Janeiro. A partir da segunda metade do século XIX, diversas cidades tornaram-se turísticas, não sendo este o caso do Rio de Janeiro. O seu arranjo urbano não apresentava objetos cujo aspecto visível exterior propiciasse o desejo de fruição turística significativa, tais como belos monumentos, imponentes palácios, belas praças e parques, grandes e largas avenidas e bulevares repletos de cafés e lojas. Havia também poucos objetos urbanos cuja função fosse evidentemente turística, tais como bons terminais de passageiro, hotéis, restaurantes, museus etc.

Somente no início do século XX, mais precisamente a partir dos governos do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Pereira Passos (1902 – 1906) a realidade considerada atrasada da cidade começou a mudar e o projeto da modernidade, não apenas para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil, começou então a se tornar realidade.

O Sr. Rodrigues Alves, ao tornar-se Presidente da República, deixou bem claro que sabia da necessidade e tinha o desejo de reformar a capital do Brasil, tirando-lhe o ar de cidade colonial e tornando-a uma cidade moderna, fazendo dela um belo cartão-postal.

O plano era tornar o Rio de Janeiro mais bonito, moderno e saudável. Fazendo com que todo brasileiro ou estrangeiro que visse uma imagem da cidade notasse o seu progresso e desejasse conhecer, possibilitando o turismo, e quem sabe, investimentos no Rio de Janeiro e no restante do país.

A grande reforma no Rio de Janeiro era iminente e, liderada pelo Prefeito Pereira Passos, foram concretizadas uma série de obras que possibilitaram transformar o Rio de Janeiro em uma cidade moderna. Para isso realizaram diversas intervenções destruti-

vas, denominadas na época de “Bota-abaixo”: a demolição de grande parte da área central da cidade que ainda lembrava o atraso de seu período colonial. Foram demolidos prédios seculares, alargadas ruas estreitas, abertas grandes avenidas, construídos belos jardins e prédios imponentes, sendo estas ações, caracterizadas pela construção de objetos belos, modernos e atrativos denominadas de “Regeneração”.

Neste contexto, a cidade do Rio de Janeiro teve a instalação de novos fixos, de caráter social (Santos, 1998), ou seja, construções elaboradas pelo ser humano, com a capacidade de estabelecer fluxos. No caso dos objetos inseridos no espaço urbano que acarretavam fluxos receptivos, estes objetos passaram a ser considerados plenos de centralidade (Mello, 1995). Os objetos fixos que estabeleceram fluxos de pessoas oriundos de área de abrangência que extrapolava os limites da cidade do Rio de Janeiro, apresentavam, portanto, fluxos turísticos.

Mello (1995:23) afirma que a centralidade pode se expressar em diferentes escalas, desde um teatro, biblioteca, praça etc. Estes são considerados lugares centrais porque atraem usuários e irradiam ideias e significados. O autor ainda expressa em seu artigo que existem outros tipos de centralidades não tradicionais e que eclodem cotidianamente, e prosseguindo, afirma: Os lugares centrais não estão restritos àqueles definidos pela Escola de Ecologia Humana de Chicago ou pela Teoria dos Lugares Centrais, amplamente utilizados pela geografia (Mello, 1995:23-24).

Para os geógrafos um lugar central é conceituado como ponto de concentração e irradiação de fluxos financeiros, administrativos, comerciais, sociais etc (Ribeiro, 2006). Para estes geógrafos, a centralidade é a medida de importância do lugar enquanto lugar central, expressa pela magnitude dos bens e serviços oferecidos e pela área de abrangência ou de atuação desse lugar (Mello, 1995). Mas, como aponta o referido autor, há uma pluralidade de perspectivas sobre a questão da centralidade que pode ser analisada por diferentes correntes, escalas e dimensões. Em seu estudo calcado na vertente humanística, o autor em tela apresenta um amplo leque de centralidades vivenciada pelos indivíduos e grupos sociais, tendo como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro, e no qual evidencia di-

Capítulo 27 - *Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro*

ferentes centralidades que se superpõem, entre estas a turística.

Um dos grandes problemas apontados por diversos estudos, referentes as principais mazelas da Cidade do Rio de Janeiro, era a saúde pública. Para tornar a cidade mais saudável o Prefeito realizou uma série de obras para melhorar o saneamento e o abastecimento de água, abriu e alargou ruas para possibilitar a maior ventilação e insolação durante o dia, entre várias outras ações. No entanto, teria sido a nomeação do jovem sanitarista paulista Oswaldo Cruz para o cargo de Diretor-Geral de saúde pública pelo Presidente Rodrigues Alves que teria iniciado a virada na situação da saúde precária na cidade, que era foco, entre outras doenças, de peste bubônica, febre amarela e varíola. Oswaldo Cruz até aquele momento era desconhecido, tendo ele, entretanto, se formado na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, estagiado no Instituto Pasteur de Paris, na França e participado da criação do Instituto Manguinhos, que mais tarde se chamaria Instituto Oswaldo Cruz, homenagem prestada a ele ainda em vida.

O jovem sanitarista deixou a direção do Instituto Manguinhos para sanear o Rio de Janeiro, afirmando o seguinte: “Dêem liberdade de ação e exterminarei a febre amarela em três anos” (Sevcenko, 1996).

Para combater a febre amarela buscou informações sobre o modelo adotado em Cuba, baseado nos trabalhos do pesquisador Carlos Finlay que descobriu ser o mosquito *Stegomyia fasciata* o transmissor da febre amarela. Então Oswaldo Cruz criou as brigadas mata-mosquitos, que invadiram casas, interditararam, despejaram e internaram à força. A imprensa batizou a campanha de “código de tortura”, mas a verdade é que em 1907, não havia mais febre amarela no Rio de Janeiro, sendo o sanitarista reconhecido internacionalmente por tal feito, recebendo inclusive uma condecoração na Alemanha, por ter reduzido significativamente os casos da febre no Brasil. Este reconhecimento internacional foi ótimo para o desenvolvimento do turismo no país, pois mostrou ao mundo que os problemas de saúde no Rio de Janeiro estavam sendo solucionados e que a cidade estava assumindo condições de receber visitantes estrangeiros.

Durante seu mandato, o Prefeito Pereira Passos, mandou cons-

truir e reformar inúmeros jardins, praças, ruas e avenidas. A Avenida Central talvez tenha sido a mais aguardada obra do período Pereira Passos, pois gerava grande expectativa na população carioca, tendo sido projetada para ter dois quilômetros de comprimento e 33 metros de largura, tornando-se a mais larga rua da cidade do Rio de Janeiro, pois antes das intervenções de Pereira Passos a mais larga rua da cidade era a Rua Larga de São Joaquim, com quatro metros de largura.

A Avenida Central seria a principal artéria do centro da cidade, ligando o Largo da Prainha à Praia de Santa Luzia, de “mar a mar”. Porém não bastava ser uma grande avenida, ela deveria ser também bela e atrativa e esta era também uma preocupação popular, como destaca este artigo de Olavo Bilac:

Confesso que só acreditarei na influência que a architectura da Avenida há de ter no aformoseamento do Rio, quando vir a architectura e o estylo das primeiras casas novas. Se vamos ter uma Avenida cheia de casas de cacaracá, melhor será que nós deixemos de sonhos e que fiquemos contentes com o beco dos Cancellos e a Travessa do Ouvidor. Oh! As compoteiras! Quem seria o mestre de obras, perverso e fatal, que teve em primeira mão a abominavel idea de plantar esses medonhos vasos de cimento no topo das casas do Rio de Janeiro?! Não há mais uma só casa nova, que não tenha compoteiras; casa sem compoteira, nesta pobre cidade, é como cabeça sem cabellos: não está completa [...]. Se os mestres de obras se vão encarregar de multiplicar na Avenida as casas com compoteiras e com janellas de peitoril, mais não vale pensar em grandezas (Gazeta de Notícias, 1903).

A preocupação de Olavo Bilac era plausível e visando garantir a forma esteticamente atrativa das edificações, a Comissão Construtora da Avenida Central, encabeçada por nomes como Paulo de Frontin e Lauro Muller, abriu um concurso para projetos de fachadas da nova avenida, determinando algumas pré-condições para construções na avenida, além de que com o concurso das mais belas fachadas, haveria a garantia de que os prédios ali construídos seriam condizentes com a importância e beleza da principal avenida do Rio de Janeiro (Gazeta de Notícias, 1904). Para ser aberta

Capítulo 27 - Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro

a avenida foi necessário demolir mais de quinhentas edificações, além de extinguir ou reduzir ruas e fazer o primeiro grande corte no Morro do Castelo. Porém, mesmo diante de tantas dificuldades, em novembro de 1905, foi inaugurada a tão esperada Avenida Central, modificando completamente os hábitos e aspectos da cidade. “Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho...” (Olavo Bilac, Kosmos, novembro 1905). A expressão de Olavo Bilac revela bem a sensação de modernidade vivida pela população carioca, que parecia estar anestesiada com a movimentação em torno da remodelação urbana. A Avenida e as demais obras eram vistas como vitória definitiva sobre o estereótipo que criaram dos brasileiros: vitória sobre a preguiça, sobre a condição de povo parado no tempo, incapaz de acompanhar o progresso a que o ocidente se submetia. A cidade desejada estava pronta! Uma verdadeira avalanche de mudança tomou conta de uma restrita parte da cidade; cidade esta para quem se voltava toda atenção, de maneira que toda ela se resumiu à “radiante extensão da avenida famosa” (Nunes, 2011).

Os comentários de Olavo Bilac tinham como intenção valorizar as ações em prol do embelezamento e estruturação de parte do Rio de Janeiro, direcionando os olhares para o espaço sonhado (Nunes, 2011).

Ao ser inaugurada, apresentava 1.820 metros de comprimento e 33 metros de largura, seus postes de iluminação de luz elétrica, que também inauguravam na cidade e os belos oitis e acácias argentinas que compunham o cenário, juntamente com as melhores casas comerciais que ali foram instaladas, fazia com que a Avenida passasse a ser não só esteio do centro da vida social e cultural da capital, mas o principal modelo do imaginário modernizador da República (Sevcenko, 1998). Nesta avenida destacavam-se os mais belos prédios da cidade, alguns ainda em obras, mas já era possível perceber sua beleza, como os prédios do Theatro Municipal, cujo projeto era do Sr. Francisco de Oliveira Passos, filho do prefeito Pereira Passos; da Escola de Belas Artes, projetada por Adolpho Morales de los Rios; da Biblioteca Nacional, projetada pelo general Souza Aguiar e o Pavilhão de São Luiz, também de Souza Aguiar. Estes e outros prédios, juntamente com a própria grandeza da avenida propiciou, não apenas uma importante via de circulação para

o carioca, mas um lugar de beleza e orgulho, e sem dúvida, um importante cartão-postal e atrativo do turismo moderno do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX.

Outra importante obra, cujos reflexos foram importantes para o fomento do turismo moderno na cidade do Rio de Janeiro foi a abertura da Avenida Beira-Mar, um passeio litorâneo com 5.200 metros de extensão, que iniciava na Rua da Ajuda e ia até o final da Praia de Botafogo onde foi construído o Palacete Mourisco. Inicialmente sua largura seria de 25 metros, depois foi alterada para 33 metros. Pereira Passos queria com a Avenida Beira-Mar dar continuidade à Avenida Central. Toda a faixa da avenida foi conquistada ao mar por aterro, protegido por forte enrocamento de pedras, sobre o qual construíram um cais de cantaria, assim como seu parapeito, feito de gnaisse. A avenida foi projetada e construída para ter duas pistas e um refúgio central de sete metros, arborizado com duas fileiras de árvores e belos jardins, tendo sido inaugurada em 12 de novembro de 1906. A Avenida Beira-Mar foi considerada por muito tempo “a mais bela via-corso do mundo” (Reis, 1977, p. 18) como é citada pelo urbanista estadunidense Nelson P. Lewis no livro *The Planning of Modern City*, considerado um clássico do urbanismo: “On another part of the waterfront there has been constructed one of the world’s most beautiful boulevards” (Lewis, 1923, p. 62). Assim, com a inauguração da Avenida Beira-Mar, o Rio de Janeiro ganhava, além de uma das mais belas avenidas do mundo, também uma importante ligação do centro da cidade para a zona sul, principalmente o bairro de Copacabana, que recebia também importantes intervenções, como a Avenida Atlântica.

Atento ao crescimento brando. Porém desordenado do bairro de Copacabana, Passos solicita aos engenheiros da prefeitura a produção de um Plano de Arruamentos para Copacabana, cujo destaque era a Avenida Atlântica, uma avenida em curva contínua, com a extensão de quatro quilômetros, determinava seu projeto que o alinhamento dos prédios ficasse pelo menos a cinquenta metros da beira do mar, com um passeio junto às casas, uma calçada arborizada e outro passeio maior no lado do mar, reservando inclusive um espaço destinado às vagas de estacionamento, uma novidade para a época. Para a realização da obra era necessário o aterramento

Capítulo 27 - *Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro*

em toda sua extensão. “O Sr. Dr. Pereira Passos, acompanhado dos engenheiros Américo Rangel, Veríssimo de Mello e Alberto Rocha, esteve ontem pela manhã na Copacabana, examinando os trabalhos da locação da avenida, a qual foi dado o nome expressivo de Avenida Atlântica [...] será também projetada uma avenida contornando o littoral até o Leblon, procurando aproveitar as perspectivas mais belas” (G.N., 30/10/1905).

Antes mesmo do término das suas obras, o Prefeito Pereira Passos já comentava sobre a beleza da avenida, citando que a “construção de passeio na avenida Atlântica, em toda a extensão da Praia de Copacabana, constituirá de futuro um dos encantos da cidade” (Mensagens do Prefeito, 05/09/1906 apud Del Brenna, 1985, p. 511). Pereira Passos tinha razão, pois a Avenida Atlântica, junto a Praia de Copacabana, se tornou em pouco tempo um dos mais belos e disputados recantos da cidade, tendo importância singular para o turismo moderno no Rio de Janeiro.

Pereira Passos também foi responsável por outra grande obra, cujas repercussões para o turismo moderno foram também importantes: o Porto do Rio de Janeiro. Sua estrutura estava há muito tempo ultrapassada, o que dificultava o embarque e desembarque de passageiros e carga. Através de um processo rudimentar as mercadorias dos navios tinham que passar para saveiros, e estes atracavam nas pequenas docas da alfândega, direcionando as mercadorias aos armazéns. “Aconteceu muitas vezes voltarem os transatlânticos do Rio da Prata, já em regresso para a Europa, e ainda encontrarem sobre as águas as mercadorias que haviam transportado para aqui, e largado ao passarem para o sul” (O Commentario, junho de 1903, p. 162). O mesmo acontecia com os viajantes, que tinham que deixar os navios, indo para pequenas embarcações e só então desembarcar realmente na cidade, sendo recebidos pelos guardas alfandegários, cuja péssima reputação corria o mundo: “Os guardas alfandegários do Rio de Janeiro são acusados de multiplicar ao infinito as aborrecidas formalidades do exame das bagagens. O único motivo desta atitude, dizem, é demonstrar a sua má vontade para com os estrangeiros, que se recusam a pagar pela sua complacência” (Suzzanet, 1954, p. 23).

O Porto do Rio de Janeiro foi inaugurado em novembro de 1906

e significou a possibilidade do incremento do comércio internacional e da maior circulação de turistas pelo Rio de Janeiro.

O Prefeito Pereira Passos, por estas e outras obras teve importância vital na construção do espaço do turismo moderno da cidade do Rio de Janeiro, tornando-a, após a conclusão do Bota-a-baixo e da Regeneração, mais saudável, bela, moderna e atrativa ao capital externo, ao estrangeiro e aos turistas de origem internacional e oriundos do próprio país. Não foram encontrados registros da entrada de viajantes temporários que pudessem ser comparados a fim de comprovar o aumento do fluxo turístico receptivo à cidade do Rio de Janeiro, mas há indícios disto ter ocorrido. No dia 27 de junho de 1907, desembarcou no Porto do Rio de Janeiro um grupo de turistas estrangeiros, oriundos da Europa que estavam a bordo do navio a vapor Byron, em uma excursão organizada pela agência de turismo “Cook and Son” (Pires, 1991, p.26-27), sendo este considerado o primeiro episódio marcante de turismo no Rio de Janeiro. Alguns vão mais longe e atestam ser este o início do turismo moderno na cidade, pois tudo indica ter sido o primeiro grupo a desembarcar no Rio de Janeiro participando de uma excursão voltada ao lazer e de forma organizada.

Considerações finais

A Cidade do Rio de Janeiro, até o início do século XX, possuía uma imagem pouco atrativa turisticamente, pois seu espaço urbano apresentava muitos problemas que imprimiam a cidade uma baixa atratividade diante da matriz social daquele momento. Poucos viajantes deslocavam-se para o Rio de Janeiro, principalmente por temerem as doenças que assolavam constantemente a cidade, pela mesma não possuir edificações e monumentos de beleza cênica destacada e pela falta de estrutura adequada para receber a população flutuante, tais como hotéis, restaurantes e meios de transporte, resultando em um fluxo turístico receptivo pouco significativo para a referida cidade no período destacado.

Pensando o turismo como um fenômeno de importantes repercussões no espaço, onde este se insere. Percebemos que a análise do espaço poderia nos propiciar o conhecimento mais eficaz da

Capítulo 27 - *Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro*

evolução do turismo na cidade do Rio de Janeiro.

Consideramos as categorias analíticas do espaço, ou seja, forma, função, estrutura e processo como importante base para a melhor análise e compreensão da evolução do turismo na cidade do Rio de Janeiro, pois, quando são considerados em conjunto e relacionados entre si, estes constroem uma base teórica e metodológica a partir do qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (Santos, 1982). E quando consideramos o turismo como um fenômeno espacial de grande relevância, podemos destacar estas categorias como fundamentais para a sua compreensão e de suas implicações espaciais.

A análise das categorias espaciais propicia compreender que a remoção de determinados objetos urbanos, destacados como o Bota-abaixo e a inclusão de outros objetos com forma e função de relevância turística, caracterizados como Regeneração, foram relevantes para o advento do turismo na modernidade. A estrutura urbana carioca, como categoria espacial, mudou com as novas formas construídas na cidade e com a mudança da função de muitos objetos remanescentes. A sucessão do tempo, caracterizada como processo - outra categoria espacial - expressa continuidade, a partir da permanência de determinados objetos urbanos, mas também expressa mudança, a partir dos novos fixos relevantes para o turismo e dos novos fluxos inseridos no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, principalmente o fluxo turístico.

Portanto, as importantes intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, propiciaram grandes mudanças na forma urbana carioca, tornando-a mais bela, saudável, segura, ampliando sua atratividade turística e fazendo com que o Rio de Janeiro se tornasse um importante destino turístico na Modernidade.

Vale destacar que esta pesquisa analisa o advento do turismo a partir da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, não verificando as repercussões negativas deste mesmo processo, junto à população carioca removida de suas habitações, assim como a destruição do patrimônio colonial tangível pelo Bota-abaixo, tratando-se de um caminho interessante para pesquisas futuras.

Referências bibliográficas

- ATAÍDE, Raimundo de. **Pereira Passos Bibliografia e História**. Rio de Janeiro: A Noite, 1944.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.
- BRADBURRY, M. & Mc FARLANE. Modernism, 1890-1930. In: HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. (p. 29-33) São Paulo: Loyola, 1992.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COHEN, Alberto & FRIDMAN, Sergio. **Rio de Janeiro ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Amazon, 1998.
- DAMAZIO, Sylvia F. **Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- DE LA TORRE, Oscar. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de cultura económica, 1992.
- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- FUENDEZ, Baldomero Carqueja. Bellas Artes. In: SOUZA, Iara L. S. C. **A república do progresso** (p. 11-17). São Paulo: Atual, 1994.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. 13.07.1903.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. 27/01/1904.
- GOMES, Paulo C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- JORNAL DO COMMÉRCIO. Edição de 30 de novembro de 1902.
- LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. IN: RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e espaço – Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.
- LENZI, Maria Isabel Ribeiro. **Pereira Passos – Notas de Viagem**. Rio de Janeiro: GMT, 2000.
- LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis** [Uma reflexão em busca da auto-estima]. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- LEWIS, Nelson P. The Planning of Modernity City. In: REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos**. Evolução urbana da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 1977.
- MARIANO FILHO, José. **O Passeio Público do Rio de Janeiro**. RJ: Mendes Júnior, 1943.
- MELLO, João Baptista F. de. Explosão e Estilhaços de Centralidade no Rio de Janeiro. **Espaço e Cultura** n.1, UERJ/NEPEC, 1995.

Capítulo 27 - *Análise da evolução urbana: um caminho para a compreensão do turismo na modernidade no Rio de Janeiro*

NUNES, Radamés V. Coisas da cidade nas cidade(s) das crônicas: o Rio de Janeiro em Lima Barreto e Olavo Bilac Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

PIRES, Mário Jorge. Hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX: Raízes do turismo no Brasil. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1991).

REIS, José de Oliveira. O Rio de Janeiro e seus prefeitos. Evolução urbana da cidade. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 1977.

RIBEIRO, M. A. Categorias analíticas do espaço e turismo: o exemplo da Fortaleza de Santa Cruz, NITERÓI-RJ. GEOgraphia. Vol. 8, Nº 16, 2006.

RIO DE JANEIRO. Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Plano Diretor de Turismo. Rio de Janeiro: Turisrio, 1998.

RIO DE JANEIRO. Diretoria Geral de Polícia Administrativa. Boletim da Intendência Municipal, Distrito Federal, 1903.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. A Revolta da Vacina. Rio de Janeiro: Scipione, 1996.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TOMÉ, Marcello. A Modernidade no Rio de Janeiro: a construção de um cenário para o turismo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas/PCRJ, 2008. (Coleção Biblioteca Carioca; v.51).

CAPÍTULO 28

O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

Flávio Henrique Gomes Contarin¹

Marcos Antônio Silvestre Gomes²

Marcos Vinicius da Silva Ferreira³

Introdução

A urbanização é uma expressão da evolução da sociedade, caracterizada por sua mutabilidade contínua, redundando em profundas transformações no tempo e no espaço. Essas transformações são impulsionadas por uma variedade de atores que moldam e reconfiguram o tecido urbano, resultando em uma dinâmica socioespacial constante. Um fenômeno que surge desse contexto é a verticalização, produto das intrincadas relações sociais, culturais, econômicas e espaciais que se desenrolam no cenário urbano.

Desde o século passado os edifícios vêm representando um novo paradigma de habitação e vivência urbana, desencadeando transformações significativas e contínuas nas cidades e no modo de vida de seus habitantes. No Brasil, a verticalização ganhou forças após a década de 1930, com a construção de edifícios e arranha-céus nas principais cidades do país. No período pós Segunda Guerra, a verticalização consolida-se enquanto processo e, apoiada na noção de exclusividade e modernidade, torna-se objeto de cobiça por parte da classe média na época, assim como, de certo modo, são os condomínios residenciais fechados atualmente.

1 Universidade Federal do Triângulo Mineiro - fhenriquecontarin@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-9072-7726>

2 Universidade Federal do Triângulo Mineiro - marcos.antonio.gomes@uftm.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-1182-3884>

3 Universidade de São Paulo - marcos.ferreira@usp.br - <https://orcid.org/0000-0003-1787-0953>

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

Os estudos sobre verticalização são abundantes e destacam esse fenômeno como elemento intrínseco da paisagem urbana, sendo os edifícios representação material das dinâmicas e transformações em curso nas cidades. Nesse estudo, consideramos como edificação verticalizada os empreendimentos de quatro pavimentos ou mais, visto que estes, ao contrário de construções menores, apresentam-se como elementos mais significativos da transformação da paisagem e sinalizam processos mais complexos das dinâmicas socioespaciais em curso. No entanto, na literatura há posicionamentos teóricos que consideram como verticalizadas edificações a partir de 2 pavimentos.

Em Uberaba, importante cidade média do Triângulo Mineiro⁴, observa-se uma lacuna nos estudos sobre verticalização, processo corrente desde a construção do Grande Hotel⁵ e Cine Metrópole ainda na década de 1940. Impulsionado pelas dinâmicas econômicas e sociais, com destaque para as duas últimas décadas, identifica-se na cidade o avanço constante da verticalização, que não se restringe a apenas um bairro ou área, estando presente em variados pontos, desde o centro da cidade às periferias.

O intuito do presente estudo é contribuir para o conhecimento relacionado ao fenômeno da verticalização, especialmente no caso brasileiro, cujas características e especificidades da formação socioespacial o distingue da verticalização em curso em outros lugares do mundo. Assim, o objetivo do trabalho está concentrado em analisar o processo de verticalização no período de 2000 a 2023 como parte do processo de produção e reprodução do espaço urbano em Uberaba, investigando a dinâmica da produção imobiliária verticalizada, com base nas estratégias e interesses capitalistas, a distribuição espacial dos empreendimentos e a atuação do Estado como agente regulador do espaço urbano, situando as mudanças ao longo do tempo.

4 A discussão teórica sobre cidades médias foge ao escopo dessa análise. No entanto, o enquadramento de Uberaba nesta categoria de cidade considera discussões relevantes da Recime (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias) e os trabalhos de Gomes (2015, 2016).

5 Este edifício, na categoria de 10 andares, é considerado o mais antigo de toda a região do Triângulo Mineiro e apresenta relevância fundamental no patrimônio histórico e arquitetônico. No presente momento encontra-se abandonado, mas há discussão na atualização corrente do Plano Diretor Municipal sobre novas possibilidades de uso.

Quanto à metodologia, por meio de documentos de acesso público, foram coletadas informações junto à Prefeitura Municipal de Uberaba para realizar uma quantificação precisa dos edifícios que obtiveram o “habite-se”⁶ no período compreendido. Além disso, foram realizados trabalhos de campo por toda a área urbana para exploração empírica acerca dos edifícios presentes na cidade e análise da dinâmica das áreas onde ocorrem suas maiores concentrações. Ao término dessa etapa, os dados foram submetidos a um processo de tratamento e análise, no qual se buscou sua demonstração em quadros e tabelas, bem como a espacialização em mapas.

Outros procedimentos da pesquisa estiveram relacionados ao reconhecimento da literatura especializada na temática, levantamentos de dados em sítios da internet, sobretudo de empresas do mercado imobiliário, como construtoras, incorporadoras e promotoras de venda e locação, assim como análise da legislação municipal pertinente, como o Plano Diretor e seus apensos. A análise e a interpretação das informações coletadas possibilitaram a compreensão dos principais catalisadores do processo de verticalização na cidade, assim como suas repercussões na paisagem urbana e na dinâmica socioeconômica do espaço.

Como resultados, na primeira seção deste trabalho, embasada em fundamentos teóricos sobre verticalização, trataremos sobre esse fenômeno e seu papel enquanto elemento da paisagem urbana. A segunda parte se concentra em explorar a ascensão vertical em Uberaba ao longo das últimas duas décadas, examinando as estratégias subjacentes à construção de edifícios na cidade, bem como os fatores socioeconômicos e espaciais que contribuem para a viabilidade econômica desses empreendimentos. Por fim, são tecidas as considerações finais.

6 Tecnicamente chamado “auto de conclusão de obra” ou, na linguagem popular, “habite-se”, é uma certidão emitida pela Prefeitura, indicando que o imóvel está pronto para habitação e foi construído ou reformado conforme as exigências legais municipais, especialmente o Código de Obras (Boscardin, 2015).

O processo de verticalização como elemento dinâmico na paisagem urbana

Como denomina Silva (2008, p. 16), “verticalização é a construção destinada à residência ou concentração de escritórios, composta de vários pavimentos, capaz de revolucionar a paisagem urbana”. Esse processo permite a maximização do uso do espaço disponível, especialmente em áreas centrais e densamente povoadas, onde a escassez de terrenos se torna uma realidade cada vez mais evidente.

Durante o século XIX os Estados Unidos foram pioneiros na criação dos primeiros arranha-céus e edifícios modernos do mundo, marcando o início da verticalização. Essas estruturas revolucionaram o uso do espaço urbano ao se desenvolverem verticalmente e aumentarem a capacidade e rentabilidade de uma porção limitada de solo urbano pela construção de múltiplos pavimentos. Nesse contexto, a verticalização teve como propósito inicial suprir a crescente necessidade por espaços comerciais e de serviços em cidades em constante expansão.

Um exemplo disso foi a inauguração em 1931 do emblemático Empire State Building, arranha-céu de 102 pavimentos, que comportava escritórios e outros espaços comerciais, além de observatórios que viriam a se tornar pontos turísticos da cidade de Nova York. A partir dos Estados Unidos, a prática de verticalização se disseminou por outros continentes e países, incorporando características específicas de acordo com a cultura, necessidades e padrões de consumo de cada sociedade.

No Brasil das primeiras décadas do século XX, ganhou notoriedade e se tornou marco arquitetônico em São Paulo, o Edifício Martinelli, em 1924, que por algum tempo foi considerado o arranha-céu mais alto do país e da América Latina, com seus 30 andares. Outro marco importante foi o Edifício A Noite, inaugurado em 1927 no Rio de Janeiro. A partir da década de 1930, os primeiros edifícios modernos construídos já apresentavam características específicas que se tornaram emblemáticas da verticalização brasileira ao longo do século XX (Sposito, 1991).

A verticalização brasileira possui uma ligação íntima com a escassez de terrenos nas áreas centrais e a valorização do espa-

ço urbano devido à concentração de serviços e disponibilidade de infraestruturas urbanas. Isso acontece pois, como aponta Sposito (1991, p. 261), “há uma distribuição desigual das melhorias urbanas no interior da cidade, reforçando a importância do acesso às melhores localizações”. Esse fenômeno influencia diretamente a dinâmica inicial de localização da verticalização nas áreas centrais, uma vez que a demanda por serviços, infraestrutura e acessibilidade é maior.

Na cidade de São Paulo, até o final da década de 1950, a predominância da verticalização residencial era evidente, com apenas 25% dos edifícios produzidos pertencendo ao ramo terciário (Gagliotti, 2012). Essa estatística demonstra a hegemonia dos edifícios destinados a condomínios ou uso particular. Nesse período, a verticalização estava fortemente associada ao desenvolvimento de moradias em edifícios, refletindo o crescimento da população urbana e a demanda por espaços habitacionais nas áreas urbanas.

Esse mesmo modelo de verticalização espalhou-se pelo país a partir da segunda metade do século passado, tanto nas grandes cidades e metrópoles, quanto em cidades médias. Por exemplo, no caso de Ponta Grossa/PR, “a grande maioria dos prédios é quase exclusivamente dedicada à função residencial, com exceções de alguns nas principais avenidas do centro” (Sahr, 2007, p. 15). Este processo se observa também em Montes Claros/MG, onde “trata-se de uma verticalização em curso majoritariamente residencial para abrigar a população de médio e alto poder aquisitivo” (França e Almeida, 2015, p. 597). Esta mesma situação é observada em Uberaba, como discutido adiante.

Fica evidente com os primeiros empreendimentos verticais brasileiros que os agentes envolvidos no desenvolvimento urbano aproveitaram as dinâmicas das áreas centrais das cidades para acomodar seus empreendimentos, visando atender à demanda das classes dominantes por moradias nas áreas mais valorizadas. Ramires (1998) assevera que a criação de solos superpostos, ou os pavimentos, possibilita sua multiplicação e revaloriza todo o espaço urbano pela emergência desse novo potencial. Para o autor, a verticalização do espaço, além de inovar a forma de construir, também é

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

revolucionária no aspecto financeiro, pois impactou as dinâmicas de acumulação e reprodução do capital nas cidades.

A verticalização é impulsionada por construtoras, investidores e incorporadoras imobiliárias motivadas pelo potencial de lucro em uma porção limitada do solo. De acordo com Souza (1994, p. 196), “ainda que se argumente não haver relação direta entre incorporação e Estado, ela é estritamente realizada por meio das possibilidades criadas por este, e somente por ele, para a aquisição dos produtos da incorporação”. A atuação estatal se manifesta em diferentes estágios desse processo, incluindo concessão de autorizações para a verticalização e regulamentações por meio de leis de zoneamento. O Estado também oferece mecanismos como financiamentos do Banco Nacional de Habitação e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para viabilizar a aquisição de imóveis pela população.

Nesse sentido, tais agentes, incluindo o Estado, incorporam a aglomeração das atividades terciárias e o fácil acesso e circulação nas áreas centrais aos seus empreendimentos. Essa estratégia permitiu a oferta de moradias e espaços comerciais em áreas centrais, onde a concentração de serviços, infraestrutura e acessibilidade é maior.

Concomitantemente a essa dinâmica, à medida que as áreas centrais se tornaram cada vez mais densas e valorizadas, houve, nas grandes cidades, uma pressão por expansão e redistribuição dos serviços e da infraestrutura para atender às demandas crescentes da população. Esse movimento de descentralização foi impulsionado tanto por políticas públicas quanto por iniciativas do setor privado.

A descentralização dos serviços e infraestrutura para as periferias tinha como objetivo geral criar uma distribuição mais equitativa dos recursos urbanos, proporcionando acesso a serviços básicos, como saúde, educação e transporte, além da criação de espaços de lazer como shopping centers, parques e comércio diversificado para atender a população dessas áreas.

Nesse contexto de reestruturação urbana⁷, no qual os centros urbanos foram palco da popularização da verticalização no

7 A reestruturação urbana está relacionada aos processos de redefinições socioespaciais, especialmente em cidades de médio e grande portes, decorrentes das forças econômicas e políticas em suas diversas escalas. Para aprofundamento teórico, consultar Salgueiro (1994).

Brasil ao longo do século XX, o século XXI trouxe uma mudança no padrão observado. As classes dominantes agora se afastam dos centros urbanos, que são relativamente “abandonados” pelo poder público e capital imobiliário. Esse movimento de afastamento em direção às periferias ocorre devido à ascensão de novos produtos imobiliários que refletem os valores do período vigente, notavelmente os condomínios fechados, quer sejam horizontalizados, quer sejam verticalizados, mas com incorporação de uma variada oferta de espaços destinados a lazer, como quadras esportivas, espaços de convivência, áreas verdes, piscinas etc.

A tendência à proliferação dos loteamentos fechados repete, em certa medida, o fenômeno ocorrido anteriormente com os edifícios, pois estes empreendimentos também criam uma sensação de exclusividade em relação ao ambiente circundante. O abandono intencional do centro urbano é impulsionado pelo mercado imobiliário, que expande suas estratégias de geração de receitas para outras áreas da cidade. Esses empreendimentos afastados do centro dão origem a novas centralidades ao apropriarem-se de infraestrutura e serviços diversos já existentes nessas áreas ou propiciando seu surgimento por meio de acordos e com apoio estatal (Ferreira, 2016).

É nesse movimento de instauração da valorização de apenas uma porção da periferia que se desenvolve mais uma das contradições do espaço urbano, no qual o centro deixa de ser o único ponto potencializador da verticalização e de outros empreendimentos, como os condomínios fechados e torna-se, junto com outros sub-centros mais periféricos, uma porção valorizada das cidades. Pela valorização de outras porções da cidade, essa nova perspectiva põe fim à percepção de urbanização onde o centro da cidade é considerado rico enquanto as periferias são consideradas áreas exclusivamente pobres (D’Ottaviano, 2008).

Na porção da periferia onde residem as classes de rendas média-alta e alta, os padrões tanto de verticalização quanto de produção de moradias em loteamentos fechados refletem a busca por uma sensação de exclusividade e diferenciação em relação ao restante da cidade. Grandes condomínios fechados e empreendi-

Capítulo 28 - *O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023*

mentos de alto padrão são construídos, proporcionando aos moradores uma infraestrutura completa e serviços diversos, muitas vezes próximos a espaços públicos como parques, lagos e outras amenidades naturais, integrando a ideia de uma vida em contato com a natureza.

Conforme Henrique (2009), o século XIX assinala o início da conjuntura em que se estabelece a confluência entre o entorno natural e a dinâmica especulativa imobiliária. Tal aliança inaugurou um processo de metamorfose do ambiente escassamente antropizado nas cidades, ostentando-se como um emblema de uma existência mais salubre e mais natural. O autor enfatiza que a instrumentalização do cenário natural com vistas à valorização dos empreendimentos acontece muitas vezes de maneira direta, exemplificada pela vertiginosa verticalização nos litorais e orlas de praia, e, como abordaremos adiante, no caso paradigmático de Uberaba, pela apropriação do Parque das Acácias como elemento de valorização do solo.

Por outro lado, na porção da periferia onde se localizam empreendimentos destinados às classes de rendas média e baixa, os padrões de verticalização são diferentes. Nesses locais, é comum observar a construção de conjuntos habitacionais e edifícios de menor porte, voltados para a acomodação de uma população com menor poder aquisitivo. Esses empreendimentos, muitas vezes subsidiados pelo governo, visam suprir a demanda habitacional e oferecer condições básicas de moradia. A infraestrutura e os serviços nessas áreas podem ser limitados, refletindo as desigualdades sociais e a falta de investimento público e privado na periferia.

Silva (2008, p. 17) reflete sobre as diferenças nos empreendimentos quando destinados às classes sociais distintas. De acordo com a autora, “essas novas edificações não são homogêneas em seu conteúdo social” e “tenderão a atender diferentemente os estratos sociais, variando de forma, dimensão e mesmo de infraestrutura”. É nesse sentido que a apropriação de parte da periferia pelas classes de mais altas rendas teve um impacto significativo na paisagem desses locais, tanto em sua feição material quanto social. Esse fenômeno é frequente-

mente associado, em grandes cidades e metrópoles, ao processo de gentrificação⁸.

Esse processo também tem impactos sociais significativos. À medida que a periferia se valoriza e os preços dos imóveis aumentam, a população de baixa renda muitas vezes se desloca para outras áreas, devido à incapacidade de arcar com os custos crescentes de moradia. Sposito faz alusão a esse movimento ao apontar que:

Cada edificação nova que se ergue corresponde a uma dada demanda potencial de uso de parcela do território da cidade e de acesso à cidade como um todo, provocando a atração e/ou expulsão de outros usos, quer do ponto de vista técnico/econômico, quer do ponto de vista social (Sposito, 1991, p. 156).

Nesse sentido, ao passo que empreendimentos de luxo, condomínios fechados e estabelecimentos comerciais voltados para as classes mais abastadas são estabelecidos na periferia, ocorre uma reconfiguração da paisagem urbana. Antigas construções são substituídas por edifícios modernos e imponentes, muitas vezes descaracterizando a arquitetura ora predominante e complexificando o conteúdo social. A paisagem ganha aos poucos uma estética mais homogênea e padronizada, refletindo o estilo de vida e as preferências das classes dominantes.

O avanço da construção de novas torres de edifícios contribui para tornar a transformação da paisagem em nível local ainda mais identificável: casas simples e sobrados são aos poucos substituídas por edifícios que, quando de maior porte, transformam o chamado skyline, aspecto muitas vezes relacionado ao crescimento e aumento da densidade vertical das construções em uma cidade (Silva, 2008). Além das mudanças de cunho material evidenciadas na paisagem, esse tipo de empreendimento traz também transformações de cunho social, com a chegada de um número considerável de novos moradores para essas áreas, o que altera consideravelmente o fluxo de pessoas e a interação comunitária.

8 5 Compreendida por diversos autores (BATALLER, 2000; FURTADO, 2014; SMITH, 2007) como processo de renovação e valorização de bairros degradados, a gentrificação geralmente implica em mudanças nos preços dos imóveis, no custo de vida e no perfil socioeconômico da população local, levando ao deslocamento de moradores de baixa renda incapazes de custear os aumentos.

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

Conforme Silva (2008), a verticalização há tempos é associada à modernidade e progresso técnico, desencadeando uma verdadeira revolução na paisagem urbana. No contexto de Recife, a autora desenvolveu uma análise crítica da verticalização e sua materialização na cidade como símbolo das demandas e transformações políticas e socioeconômicas, identificando-a como uma força instigadora de paisagens heterogêneas e descontínuas.

Com essa abordagem, desvinculando-se da premissa de que a verticalização invariavelmente conduz a um aprimoramento estético e funcional da cidade, emerge uma compreensão crítica que concebe esse processo como potencial gerador de uma paisagem urbana desigual e descontínua. Este reflexo seria uma expressão das contradições subjacentes à desigualdade social e às complexas metamorfoses que permeiam os centros urbanos.

Assim como no caso de Recife, considerada uma grande cidade e importante região metropolitana na rede urbana brasileira, podemos observar, em que pese suas diferenciações, processos similares em curso em cidades médias, como Uberaba, objeto deste estudo. Observamos que nas áreas menos valorizadas dessas cidades, há a presença de edifícios que existem em proporções menores, com menos pavimentos e baixa disponibilidade de equipamentos de infraestrutura, enquanto nas áreas mais valorizadas e em bairros mais tradicionais é comum identificarmos a presença em número significativo de edifícios imponentes e outros empreendimentos de luxo, como os condomínios residenciais fechados, proporcionando distinto e intenso dinamismo nas áreas onde estão situados. A análise da cidade de Uberaba, na seção seguinte, permitirá uma compreensão mais aprofundada dessas questões postas.

Dinâmica da verticalização na cidade de Uberaba no período de 2000 a 2023

Uberaba se localiza no interior do estado de Minas Gerais, na região do Triângulo Mineiro (figura 1). De acordo com dados do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 337.846 habitantes, seu PIB per capita é de R\$ 50.997 e sua área territorial total é de 4.523,957 km². Nesse sentido,

considera-se Uberaba como uma cidade de renda média e relativa qualidade de infraestrutura urbana, apresentando bons indicadores de educação, saúde e qualidade da infraestrutura e dos serviços urbanos. De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, 97,2% das residências tinham esgotamento sanitário adequado, 97,7% das crianças entre 6 e 14 anos estavam escolarizadas e existiam na cidade 71 estabelecimentos de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde. Ainda, convém apontar os elevados indicadores em serviços como coleta de lixo, ligações à rede geral de água potável e pavimentação de ruas. No entanto, muitos problemas são recorrentes na cidade, o que demonstra as contradições dos modelos de desenvolvimento urbano em curso.

Figura 1 - Localização do município de Uberaba e sua distância para importantes metrópoles.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nas últimas décadas do século XX, em virtude da expansão da infraestrutura energética, de transporte e de comunicação, as cidades médias, como Uberaba, têm se manifestado como enti-

Capítulo 28 - *O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023*

dades espaciais estratégicas no âmbito da malha urbana do Brasil (Gomes, 2015). Ao serem reconhecidas como “núcleos privilegiados” situados à margem das regiões metropolitanas, essas cidades testemunharam transformações econômicas no contexto da reestruturação produtiva e industrial que se desdobrou no Brasil, assumindo um papel renovado como espaços propulsores desse processo, o qual orquestrou mudanças estruturais no tecido urbano com repercussões sobre as dimensões físicas e sociais do espaço.

Historicamente, Uberaba exerce influência sobre os centros urbanos circunvizinhos, configurando-se como um polo regional devido à relevância de sua infraestrutura e da gama de serviços disponíveis, notadamente na esfera da saúde e da educação. Sua função como ponto de convergência comercial para o Brasil central e a ampliação das atividades econômicas desenvolvidas no município, com destaque para o agronegócio e setor de serviços, bem como outros fatores como a descentralização industrial iniciada em São Paulo, explicam a posição de destaque tomada pela cidade e sua posição como centro polarizador de municípios como Veríssimo, Delta, Araxá, Água Comprida, Iturama e Nova Ponte.

Nesse contexto de ampliação e diversificação econômica, diversas cidades, como Uberaba, tornaram-se alvos de interesse para uma diversificada gama de investidores, incluindo os do setor imobiliário. Através da instauração de empreendimentos industriais de origem nacional, notavelmente no setor de fertilizantes, e de projeção internacional, como no caso da Black & Decker e complexos agroindustriais do setor sucroalcooleiro, Uberaba foi sujeita a transformações urbanas profundas, cuja expressão ganhou particular ênfase a partir dos anos 2000. Essas mudanças se revelam na paisagem urbana, caracterizada pelo surgimento de edifícios residenciais e comerciais de elevado gabarito. Essa verticalização acentuada, que se manifestou com vigor, também está relacionada a outras esferas de atividade, como aquelas voltadas para a educação e a saúde, cujo impulso foi marcante pela ampliação da rede hospitalar e de educação em nível federal.

A descentralização interna de elementos como o comércio, os serviços e as instituições educacionais, realizada no interior das cidades, proporcionou novos modelos de criação, produção e ma-

nutenção do espaço urbano. Para Sposito (2004), apesar das renovações e das novas aglomerações tomarem novas nuances, a nova forma de produção do espaço não substituiu as lógicas pré-existentes de estruturação das diferentes cidades. Em Uberaba, essa descentralização se expressou com a formação de novas centralidades, os chamados subcentros urbanos, que agregam serviços e comércio de forma similar ao centro da cidade. Exemplo desse processo na cidade é o bairro Abadia, com a definição de um eixo dinâmico a partir da Avenida Prudente de Moraes, cuja análise foi realizada por Reis (2014).

A organização da cidade é regida por legislação municipal, cujo Plano Diretor foi implantado em 2006 e está sendo revisado neste ano de 2024. De acordo com a subseção V do 1º item do artigo 15 da Lei Complementar nº 357/07, a área urbana de Uberaba se divide em Unidades de Planejamento e Gestão, conhecidas também por sua abreviação como UPGs, como será retratada nesse trabalho em muitos momentos.

Partes do Plano Diretor são o Código de Edificações sancionado pela Lei Complementar nº 15 de 1991, que regula “normas disciplinadoras de elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, para todas as áreas urbanas definidas na Lei Municipal de Perímetro Urbano” (Município de Uberaba, 1991) e a Lei Complementar nº 376 de 2007, que rege o uso e a ocupação do solo na cidade.

Por meio de diretrizes e disposições da Lei do Uso e Ocupação do Solo, além do Código de Edificações e a Lei do Parcelamento de Solo Urbano, o Plano Diretor regula a construção de imóveis por elementos que vão desde a restrição à ocupação urbana em áreas de fragilidade ambiental, como a Área de Preservação Ambiental Norte à definição de áreas específicas para implantação das atividades e o coeficiente de aproveitamento do terreno.

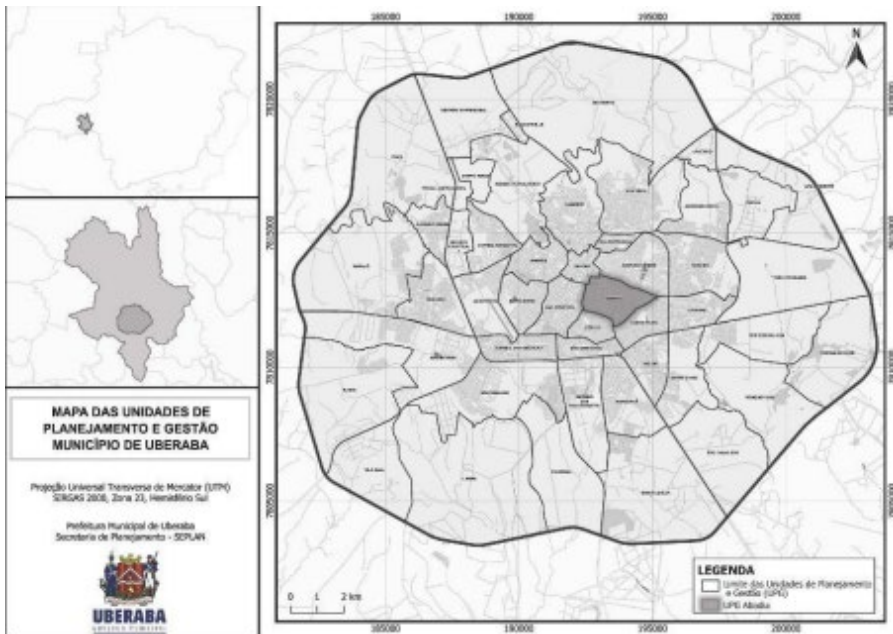
Desde 2023, o Plano Diretor tem sido discutido em seu processo de revisão de modo a garantir um arcabouço legislativo em consonância com o Programa Cidades Sustentáveis da ONU. Para a revisão do Plano Diretor Integrado, a Secretaria Municipal de Planejamento elaborou mapas territoriais dos bairros e unidades de planejamento e gestão de Uberaba, reconhecendo em cada porção da

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

cidade potencialidades e desafios para o progresso e o desenvolvimento em harmonia com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável propostos em 2015 pela Organização das Nações Unidas.

A figura 2 demonstra a divisão do perímetro urbano de Uberaba em 48 Unidades de Planejamento e Gestão conforme o Artigo 15, § 1º item V da Lei Complementar n.º 375/07.

Figura 2 - Unidades de Planejamento e Gestão (UPG) de Uberaba.



Fonte: SEPLAN - Prefeitura Municipal de Uberaba, 2022.

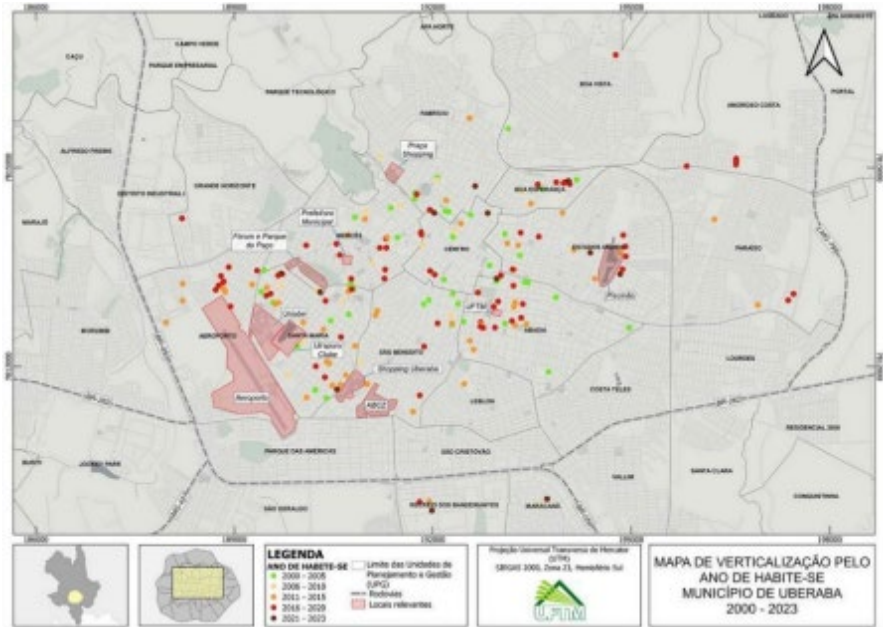
A figura 2 revela um conjunto espacial urbano diversificado, com unidades muito distintas em conteúdos socioeconômicos, mas também com fortes traços de articulação que podem ser denotados não somente pelos meios de transportes e infraestruturas urbanas, mas também pelas conexões e relações de trabalho e renda, demonstrando a fluidez espacial premente ao espaço urbano.

Nessas unidades, que variam entre outros aspectos, em densidade demográfica, conteúdo técnico implantado, níveis de renda e escolaridade, o fenômeno da verticalização, que este trabalho dá ênfase, se apresenta de maneira distinta, assumindo particularidades nas diversas áreas. A figura 3 representa a espacialização dos

Flávio Henrique Gomes Contarin, Marcos Antônio Silvestre Gomes e Marcos Vinicius da Silva Ferreira

edifícios e condomínios verticalizados⁹ construídos na cidade de Uberaba no período de 2000 a 2023, categorizados em intervalos de cinco anos.

Figura 3 - Verticalização pelo ano do “habite-se” na cidade de Uberaba de 2000 a 2023.



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba, 2023. Org.: Elaboração própria.

A figura 3 destaca, além dos edifícios e dos limites das UPGs, a presença de lugares relevantes para análise, como o campus Centro Educacional da UFTM, a Universidade de Uberaba (UNIUBE), o Shopping Uberaba, o Clube Uirapuru, o Parque das Acácias e o complexo do Parque do Paço e Fórum de Justiça. Esses pontos importantes são evidenciados na figura por terem desempenhado um papel significativo no processo de verticalização das UPGs onde estão localizados, atuando como polarizadores de comércio ou serviços, ou servindo como elementos que contribuem para a valorização do solo nessas áreas.

9 A terminologia “condomínio verticalizado” expressa a presença de mais de um edifício no mesmo empreendimento imobiliário, embora seja praxe que os edifícios se organizam de forma condominial.

Capítulo 28 - *O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023*

Observa-se a concentração de boa parte dos edifícios em Unidades de Planejamento e Gestão que fazem limite ou estão próximas do centro de Uberaba. Essa evidência sugere uma relação estreita entre o processo de verticalização e a proximidade com o núcleo central da cidade, indicando a importância dessa área como um polo atrativo para o desenvolvimento de construções verticais devido ao seu dinamismo e papel histórico como epicentro do desenvolvimento e da organização do espaço urbano.

Outro aspecto observado na figura é a escassa presença dos edifícios na periferia onde o preço do solo tende a ser menor, como Costa Teles, em comparação com áreas mais centrais, de elevada densidade física e humana. Verifica-se que nessas áreas, onde há edifícios, estes são majoritariamente recentes, construídos na última década. Essa característica sugere uma tendência de crescimento vertical mais recente nesses novos vetores, indicando a lenta expansão da verticalização para além do centro e áreas mais valorizadas.

Mais recentemente, a UPG Paraíso tem passado por transformações que ilustram esse processo, desde a instalação do Terminal Leste de transporte coletivo BRT como a construção de condomínios verticais ao longo da Avenida Nossa Senhora do Desterro, uma via que tem grande importância na cidade por apresentar atividades diversas de comércio e serviços. Outro ponto representativo nesta UPG quanto ao processo de redistribuição vertical e de valorização de áreas antes menos interessantes é a construção de empreendimentos como condomínios residenciais fechados, a exemplo do Dhama, no eixo do extremo leste de Uberaba, antes pouco explorado, e outros pontos importantes, e que agora se apropria das transformações na UPG para gerar lucros (Figura 4).

Figura 4 - Aspecto da verticalização da UPG Paraíso em Uberaba-MG (2022).



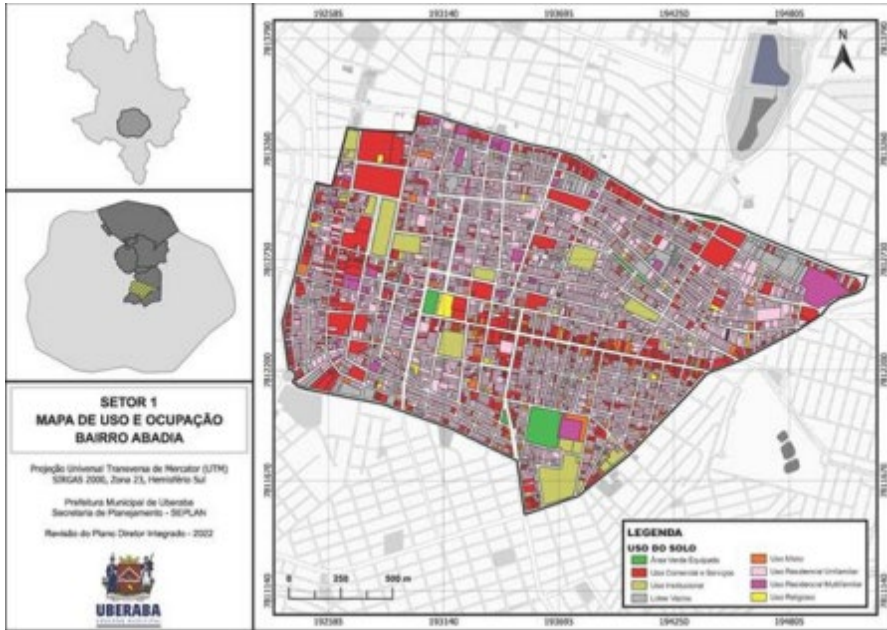
Fonte: Elaboração própria, 2023.

Além da polarização distinta dos empreendimentos no contexto centro-periferia, os edifícios também apresentam uma dinâmica de organização no interior das próprias UPGs, concentrando-se no entorno de locais relevantes, evidenciados na figura 3, ou em áreas mais dinâmicas dos bairros, como os eixos traçados por importantes avenidas. Por exemplo, pode-se citar o caso dos bairros Abadia e Boa Esperança, onde os edifícios estão concentrados em determinadas áreas e não são característicos de todo o bairro, indicando a existência de dinâmicas internas que influenciam a produção vertical.

No bairro Abadia, há concentração de edifícios nas proximidades do Centro Educacional e Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e ao longo das avenidas Leopoldino de Oliveira e Guilherme Ferreira, importantes vias da cidade. Na figura 5 é possível identificar que a presença de edifícios (indicados como uso residencial multifamiliar) reduz drasticamente em concordância com o afastamento desses pontos.

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

Figura 5 - Mapa de uso e ocupação do bairro Abadia.



Fonte: SEPLAN - Prefeitura Municipal de Uberaba, 2022.

No que se refere às UPGs específicas, a figura 3 indica também uma diferença no padrão de construção dos edifícios. Na UPG Santa Maria, por exemplo, observa-se um equilíbrio no período de construção dos edifícios, o que expressa uma constância na produção vertical ao longo do tempo. Em contrapartida, na UPG Aeroporto, é possível identificar a ampliação da produção imobiliária em um curto período de tempo, indicando uma intensificação significativa na construção de edifícios nesta área em função dos serviços especializados da Avenida Santos Dumont, além da presença do hospital Mário Palmério, da UNIUBE e do Clube Uirapuru. Para expressar o quantitativo da produção imobiliária de edifícios verticalizados em Uberaba, os dados foram organizados em dois períodos de tempo, 2000 a 2010 e 2011 a 2023, de modo a permitir uma análise comparativa do avanço do processo e suas relações a outros fatores. Assim, o quadro 1 apresenta o número de edifícios construídos na cidade em cada uma das UPGs no período de 2000 a 2010, considerando o número de pavimentos.

Quadro 1 - Número de edifícios em Uberaba/MG por UPG no período de 2000 a 2010

UPG	Nº de Edifícios com 5 pavimentos ou menos	Nº de edifícios com mais de 5 pavimentos	Nº total de edifícios no período
Santa Maria	8	4	12
Mercês	5	5	10
Fabrício	6	1	7
Abadia	4	2	6
Centro	3	3	6
São Benedito	5	1	6
Boa Esperança	3	0	3
Estados Unidos	2	0	2
Boa Vista	0	1	1
Maracanã	1	0	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba, 2023.

É possível analisar que nesse período as UPGs Santa Maria, Mercês e Fabrício foram as áreas da cidade que registraram a maior quantidade de edifícios construídos, representando conjuntamente 53,70% de toda a verticalização ocorrida naquela década. A UPG Santa Maria se destaca por ter o maior número de edificações e condomínios verticais dentre todas as UPGs, totalizando 12 empreendimentos, dos quais 8 possuíam cinco pavimentos ou menos, e os outros 4 tinham mais de cinco pavimentos. Na UPG Mercês, que teve um total de 10 empreendimentos, observou-se um equilíbrio entre as duas categorias de construção. Por fim, na UPG Fabrício, dos 7 edifícios construídos nesse período, 6 tinham cinco pavimentos ou menos, enquanto apenas um possuía mais de cinco pavimentos.

A UPG Santa Maria, de verticalização mais intensa no período, abrange principalmente o bairro de mesmo nome, com maior especialização em serviços médicos, e o bairro Universitário, que perpassa a dinâmica da UNIUBE e Clube Uirapuru, bem como delimita-se com o Complexo do Fórum¹⁰ no bairro Santa Marta da UPG

¹⁰ Trata-se de um complexo judiciário com a presença dos edifícios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público e Fórum Municipal.

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

Mercês. Assim, o Santa Maria constitui uma área tradicional da cidade, que até os últimos anos da década de 1990 era considerada pouco atraente para especulação imobiliária, sendo ocupada por população de média e baixa renda (Matushima; Santos, 2017). No entanto, no início do século, o bairro Santa Maria passou a ser visto como um local atrativo para diversos setores comerciais, incluindo varejo, atacado e serviços, como lazer, saúde e transporte.

Essa mudança se deve a vários fatores, como sua localização privilegiada, permeada por importantes eixos viários, como avenidas Santos Dumont e Santa Beatriz, bem como a sua centralização entre o centro da cidade e outros pontos estratégicos, como o aeroporto e a UNIUBE, e às transformações intraurbanas decorrentes das mudanças econômicas em curso. Ainda outros fatores explicam essa transformação, tal como a ampliação no direcionamento de capital público e privado para essa área, bem como a especialização de serviços, como atendimento médico hospitalar, a instalação do Shopping Uberaba, redes de hipermercados e lojas de atacado, bem como a disponibilidade de terras, como destacou o estudo de Santos *et al.* (2023).

Nesse contexto, empresas de diversos setores abriram filiais na cidade, especialmente no bairro Santa Maria, onde foram estabelecidos ao longo do tempo, o hipermercado Walmart, o atacado Mart Minas, as lojas dos supermercados Bretas e Carrefour, além de outras instituições de serviços, como o campus da Universidade de Uberaba, o Aeroporto Municipal e o Hospital Universitário Mário Palmério. Esses investimentos no bairro foram decisivos para a verticalização daquela UPG e impulsionaram a valorização do solo na área, que de acordo com dados do Laboratório de Geografia Urbana - LAGU (2023)¹¹, cresceu aproximadamente 88,41% no período de 2000 a 2010.

A inauguração do primeiro grande shopping da cidade, o Shopping Uberaba (figura 6), nos limites da UPG São Benedito com o bairro Santa Maria, teve um papel crucial na valorização deste último bairro, impulsionando sua verticalização. Conforme mencionado por Matushima e Santos (2017, p. 18), “esse cenário atraiu

11 Esses dados foram disponibilizados pelo coordenador da pesquisa e do laboratório, embora não estejam até o momento publicados.

Flávio Henrique Gomes Contarin, Marcos Antônio Silvestre Gomes e Marcos Vinicius da Silva Ferreira

maior interesse imobiliário para a antiga Vila Santa Maria, trazendo novos moradores, em sua maioria da classe média/alta, e estimulando o processo de verticalização do bairro”.

Figura 6 - Shopping Uberaba (ao fundo, área central; à esquerda UPG Santa Maria).



Fonte: Distribuição TGomes Voe Drone, 2021.

Apesar da grande maioria dos edifícios do bairro serem de padrão médio-baixo, com menos de seis andares e poucos atrativos de lazer, como áreas gourmet, piscina e playground, perfil dos prédios de padrão médio na cidade, o bairro Santa Maria apresenta produção recente de empreendimentos verticalizados de maior padrão arquitetônico.

Essa variação positiva no preço e exclusividade dos imóveis é mais evidente nas proximidades do Shopping Uberaba e ao longo das avenidas Santos Dumont e Santa Beatriz, onde se localizam empreendimentos como os Condomínios Santa Úrsula Prime Residence e Iguatemi Residence, ambos equipados com galerias comerciais no térreo e em proximidade a serviços importantes de educação, como o colégio Gabarito e uma unidade do Centro Universitário Uninter.

Outro ponto importante que contribuiu para a valorização do preço do solo no bairro Santa Maria e na UPG Mercês é a instalação,

Capítulo 28 - *O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023*

em 2012, do Parque do Paço e o complexo de edifícios do setor Judiciário, como já apontado. Para Gomes (2014), é prática comum no Brasil que os parques públicos sejam implantados como forma de valorizar áreas nas cidades, apesar do discurso contrário por parte de agentes da produção do espaço, como o Estado, em apontar que esse tipo de empreendimento é instalado pensando na qualidade de vida da população, sem distinções de classes sociais, e para preservação ambiental de áreas específicas. A instalação deste parque, ao contrário de outros parques de Uberaba, como a Mata do Ipê e a Mata do Carrinho, causou transformações profundas na paisagem local, ocasionando a instalação de empreendimentos diversos, como edifícios, residências e comércios. Nesse sentido, “o Parque do Paço é um equipamento urbano que se agrega a outros e tem o intuito de contribuir para as mudanças no padrão de uso e ocupação do solo desejadas por segmentos sociais específicos” (Ferreira, 2015, p. 82).

Após a instalação do Parque, constatou-se não só a valorização do preço do solo na área, mas também o aumento exorbitante da especulação imobiliária, fazendo com que porções do solo urbano fossem vendidas por um preço acima de seu valor de mercado. Como aponta Ferreira (2015), em um período de apenas seis meses durante as obras do parque, houve um aumento médio de 20% no preço de alguns lotes. Por exemplo, um lote que custava R\$ 600.000 em setembro de 2012 passou a ser anunciado por R\$ 720.000 em abril de 2013.

De forma concomitante à verticalização do bairro Santa Maria ocorreu também um processo de conversão do perfil da população, no qual muitos proprietários aceitaram propostas de compra dos seus imóveis devido à alta demanda imobiliária. No bairro são comumente identificados vazios urbanos aguardando o momento oportuno para serem vendidos e transformados em empreendimentos que atenderão uma futura demanda.

Ainda no mesmo período, de 2000 a 2010, as UPGs Fabrício e Mercês também se destacaram como áreas de verticalização intensa. A verticalização na UPG Fabrício foi impulsionada por sua localização privilegiada na malha urbana. Sua proximidade com o Praça Shopping (figura 3), o estádio de futebol Uberabão, o Termi-

Flávio Henrique Gomes Contarin, Marcos Antônio Silvestre Gomes e Marcos Vinicius da Silva Ferreira

nal Oeste de ônibus – BRT -, além do acesso privilegiado ao centro da cidade, contribuíram para atrair investimentos e empreendimentos verticais nesta área.

Já a UPG Mercês teve uma verticalização significativa devido à sua proximidade com o bairro Santa Maria e às dinâmicas similares compartilhadas com ele, como a instalação do Parque do Paço. Além da presença da Prefeitura de Uberaba (figura 3) e outras instituições públicas, observou-se também a chegada de novas empresas do segmento comercial no bairro, fortalecendo seu papel na oferta de bares e casas noturnas destinadas ao lazer do público de média e alta renda, que tradicionalmente habita nesta área, tanto em pequenos condomínios horizontais fechados, quanto em edifícios de apartamentos e casas de elevado padrão em ruas tradicionais. A figura 7 demonstra aspecto da paisagem urbana no bairro.

Figura 7 - Paisagem urbana da UPG Mercês, em primeiro plano.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

No período seguinte, de 2011 a 2023, observa-se uma transformação nos padrões de verticalização na cidade, que ocorre mediante o interesse dos agentes produtores do espaço em apropriar-se de novos setores em valorização na cidade. Esse movimento de desconcentração da verticalização funcionou tanto por contemplar

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

necessidades específicas da população em morar em áreas específicas pela oferta de serviços, quanto no sentido de aproveitar-se de serviços e infraestruturas já existentes em outros pontos da cidade.

Isso se expressará materialmente, como veremos adiante, na instalação de empreendimentos em áreas onde antes não existiam edifícios verticalizados, como nas UPGs Recreio dos Bandeirantes e Paraíso, bem como na ampliação da construção dos mesmos em áreas já consolidadas, como é o caso das UPGs Abadia e Estados Unidos, onde a verticalização tomou ritmo acelerado na década passada.

O quadro 2 apresenta o número de edifícios construídos na cidade em cada uma das UPGs no período de 2011 a 2023.

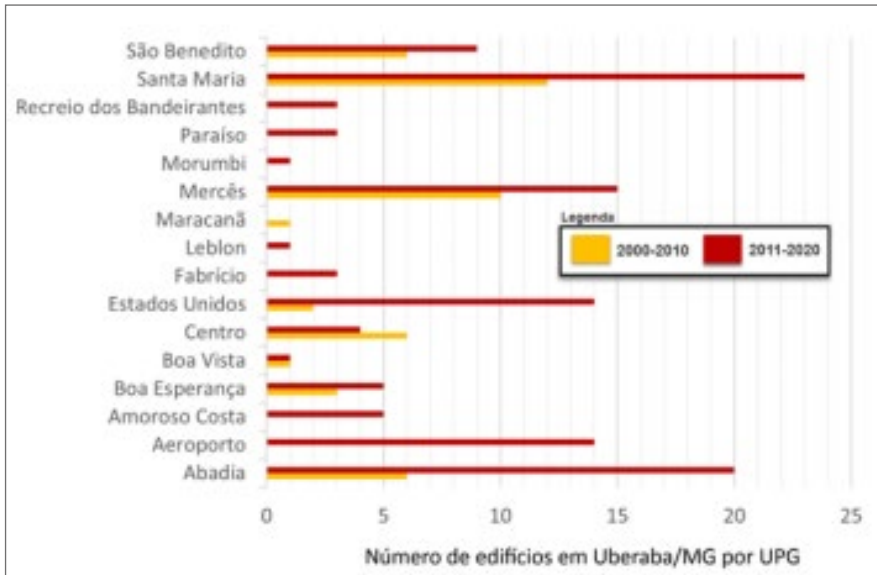
Quadro 2 - Número de edifícios em Uberaba/MG por UPG no período de 2011 a 2023.

UPG	Nº de Edifícios com 5 pavimentos ou menos	Nº de edifícios com mais de 5 pavimentos	Nº total de edifícios no período
Santa Maria	16	7	23
Abadia	13	7	20
Mercês	3	12	15
Aeroporto	13	1	14
Estados Unidos	7	7	14
São Benedito	3	6	9
Amoroso Costa	5	0	5
Boa Esperança	4	1	5
Centro	0	4	4
Fabício	3	0	3
Paraíso	3	0	3
Recreio dos Bandeirantes	3	0	3
Boa Vista	1	0	1
Leblon	1	0	1
Morumbi	1	0	1

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberaba, 2023.

A figura 8 apresenta a evolução da verticalização por Unidade de Planejamento, ilustrando o crescimento exponencial do processo em cada unidade nos períodos do estudo.

Figura 8 - Número de edifícios construídos em Uberaba-MG por UPG (2000-2023).



Fonte: Prefeitura de Uberaba, 2023.

Conforme a figura 8 e o quadro 2, observamos que, no período citado, a UPG Santa Maria, cuja valorização do solo foi de 151,03% em relação ao período anterior seguiu apresentando o maior número de edifícios construídos na cidade, com um total de 23 edifícios, dos quais 16 têm cinco ou menos pavimentos. Sendo na década passada a quarta unidade mais verticalizada na cidade com apenas 6 edifícios. Nesse período, a UPG Abadia desponta em segundo lugar, com uma soma de 20 edifícios, dos quais 13 têm até cinco pavimentos.

O intenso processo de verticalização do bairro Abadia a partir da década de 2010 foi impulsionado por diversos fatores. Ainda que o bairro já fosse consolidado como um dos mais importantes centros de comércio e prestação de serviço da cidade, a instalação e expansão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (figuras 3

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

e 9), como já citado, foi crucial para o crescimento da especulação imobiliária naquela área e consequente oferta de imóveis verticalizados face ao preço do solo elevado e baixa oferta de terrenos vazios. Entre 2000 a 2010, houve uma valorização do preço do solo no bairro de aproximadamente 206% e na última década de 343% em relação ao período anterior, conforme dados do LAGU/UFTM, como já salientado.

Figura 9 - Vista aérea do bairro Abadia (Edifício da UFTM no alto, ao centro).



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A expansão dos espaços físicos da UFTM ocorreu simultaneamente à abertura de novos cursos e ao aumento exponencial do número de alunos, professores e servidores, vinculados também ao Hospital de Clínicas. Essa população se tornou um público consumidor expressivo e representou uma grande demanda habitacional, atraindo o setor imobiliário, que ampliou sua atuação na produção de empreendimentos verticais nas proximidades da universidade. Como apontou o quadro acima, a maioria (65%) dos em-

preendimentos construídos no período correspondiam a um padrão arquitetônico médio-baixo, com cinco ou menos pavimentos, refletindo a demanda da área.

No mesmo período, outras UPGs como Estados Unidos e Aeroporto, antes sem expressividade na produção de edifícios verticalizados, também assumem posição de destaque na verticalização da cidade. Na década anterior, com apenas dois edifícios construídos e em oitavo lugar em comparação às outras unidades, a UPG Estados Unidos agora se encontra na quarta posição do ranking, com um total de 14 edifícios.

Desses empreendimentos, metade localiza-se às margens ou em proximidade do Parque das Acácias, popularmente conhecido como Piscinão (figuras 3 e 10), comumente apontado nas propagandas imobiliárias pelas vantagens de se morar na área ao entorno devido às amenidades naturais por ele proporcionadas e à promoção de um estilo de vida considerado mais saudável.

Ainda em referência aos dados do LAGU/UFTM, a valorização do preço do solo na UPG cresceu cerca de 215% no período de 2000 a 2010 e aproximadamente 129% entre 2011 e 2020, especialmente nas proximidades do Parque das Acácias. Nessa área, instalaram-se nos últimos anos diversos empreendimentos fechados verticalizados e horizontalizados, dos quais boa parte são edifícios residenciais de padrão médio-alto.

Dentre os edifícios, destacam-se o Mandarin, da Hindy Construtora, que tem 17 pavimentos cujo valor por imóvel¹² varia entre R\$ 1.200.000 e R\$ 1.500.000, contando com áreas de lazer e portaria 24h, além de quatro suítes e três vagas na garagem; e o Edifício Residencial Maison du Parc, de 16 pavimentos, construído pela Bild Desenvolvimento Imobiliário, cujo preço dos imóveis varia entre R\$ 670.000 a R\$ 800.000 e conta com até 3 dormitórios, piscina, churrasqueira, elevador, espaço gourmet, academia, quadra poliesportiva, bicicletário e acesso para pessoas com deficiência.

12 Estes preços referem-se aqueles praticados em 2023 nos sites imobiliários.

Figura 10 - Parque das Acácias e edifícios em seu entorno.



Fonte: Elaboração própria, 2022.

Dentre os condomínios residenciais fechados, destacam-se o Flamboyant Residencial Park, cujo valor das casas pode ultrapassar R\$ 4.000.000, tradicional empreendimento da cidade reconhecido por seu alto padrão e exclusividade; e o Jardim Baronesa, com preços de lotes a partir de R\$ 400.000. Este empreendimento conta com áreas de lazer, praça e jardins, piscina, entre outros.

Observa-se que a verticalização nessa área é produzida por construtoras e incorporadoras diversas, com metade dos 16 empreendimentos construídos por incorporadoras de Uberaba e a outra metade sendo construída por incorporadoras de Minas Gerais ou do estado de São Paulo. No entanto, como aponta Oliveira (2019), foi a partir de 2007 que as construtoras externas passam a atuar em Uberaba, sendo a MRV, com sede em Belo Horizonte, uma das incorporadoras mais atuantes na cidade, inclusive com dois grandes empreendimentos nas proximidades do Parque das Acácias.

No caso da UPG Aeroporto, onde na década passada não teve nenhum edifício construído, agora divide a quarta posição com a UPG Estados Unidos, tendo um total de 14 edifícios construídos, dos quais 13 são do grupo de quatro ou cinco pavimentos e apenas 1 tem acima de 6. Há nessa área grande influência da Universidade de Uberaba, cujos fluxos contribuíram para a instalação e dinamização de serviços em pontos como a avenida Nenê Sabino, além da valorização proporcionada, em partes, pela existência de empreen-

dimentos na avenida Dona Maria Santana Borges, como diversos loteamentos fechados, e a instalação de hipermercados e atacados como lojas das redes Bahamas Mix e Mart Minas.

Considerações finais

O presente estudo discutiu o processo de verticalização na cidade de Uberaba no período compreendido entre os anos de 2000 a 2023. Durante esse período, observou-se um crescimento constante e disseminado da construção de edifícios em toda a cidade. Ao analisar as dinâmicas inerentes a esse processo, foi possível identificar os principais impulsionadores da verticalização na cidade, que incluem fatores econômicos, sociais e espaciais.

As empresas do mercado imobiliário desempenharam um papel crucial na promoção e realização de empreendimentos verticais, muitas vezes alinhados com as demandas de uma classe média ávida por exclusividade e modernidade. Além disso, a análise da atuação do Estado como agente regulador revelou a complexidade das políticas urbanas e seu impacto na configuração da paisagem urbana.

A componente teórica do estudo contemplou as particularidades da verticalização nos diferentes contextos urbanos, considerada um símbolo de modernidade e progresso técnico, capaz de revolucionar a paisagem urbana, muitas vezes gerando paisagens heterogêneas e descontínuas. Ressalta-se que esse fenômeno não apenas transforma a paisagem materialmente, mas também tem impactos nas dinâmicas sociais das cidades. A chegada de novos moradores às áreas verticalizadas altera o fluxo de pessoas e os padrões de interação social, influenciando a vida urbana de maneiras diversas.

No caso de Uberaba, uma cidade média, observa-se um padrão de verticalização que varia de acordo com a valorização das áreas. Nas áreas com preços do solo menos valorizado, os edifícios tendem a padrões arquitetônicos simples, com menos pavimentos e infraestrutura limitada quanto a elevadores e oferta de espaços de lazer, enquanto nas áreas mais valorizadas e tradicionais, é comum encontrar edifícios imponentes e empreendimentos de luxo.

Capítulo 28 - *O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023*

Destaca-se o impacto de fatores específicos locais, considerados atrativos, como a presença de instituições de ensino superior, parques públicos e centros comerciais na intensificação desse fenômeno em suas proximidades. Observou-se que as UPGs Santa Maria, Abadia e Estados Unidos emergiram como áreas particularmente dinâmicas em relação à verticalização durante o período de estudo motivadas, respectivamente, por distintos fatores.

No caso da UPG Santa Maria, a transformação de um bairro tradicionalmente ocupado por população de média e baixa renda em uma área atrativa para diversos setores comerciais foi notável. A localização estratégica entre o centro da cidade, a Universidade de Uberaba, o aeroporto e outros pontos de grande interesse público, agregadores de serviços, bem como a instalação de importantes empreendimentos comerciais, como o Shopping Uberaba, contribuíram significativamente para o processo de verticalização nessa área.

Na UPG Abadia, a expansão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e o aumento da demanda habitacional proveniente de estudantes e profissionais vinculados à instituição desempenharam um papel central no crescimento da especulação imobiliária e na oferta de imóveis verticais. As proximidades do hospital de clínicas e as principais avenidas que articulam aos demais bairros se destacaram como áreas de concentração de edifícios residenciais multifamiliares nesta UPG.

Já na UPG Estados Unidos, a presença do Parque das Acácias, e a intensa propaganda das vantagens de morar nas suas proximidades, atraiu empreendimentos residenciais de padrão médio-alto, destacando-se pela investida de incorporadoras externas com elevado grau de sofisticação em seus empreendimentos. Ademais, outros pontos do bairro mais próximos à área central também demonstraram dinamismo na verticalização.

Observou-se, portanto, uma tendência de concentração de edifícios em áreas próximas a pontos estratégicos nas UPGs, como universidades, hospitais, importantes avenidas e parques públicos. Isso indica a influência das dinâmicas socioeconômicas locais na produção vertical bem como a intensificação das estratégias do mercado imobiliário em áreas onde a extração de rendas pode ser maior.

Flávio Henrique Gomes Contarin, Marcos Antônio Silvestre Gomes e Marcos Vinicius da Silva Ferreira

Nesse sentido, este estudo contribuiu para preencher uma lacuna nos estudos sobre verticalização em Uberaba e outras cidades médias, oferecendo uma análise aprofundada das duas últimas décadas. A análise destacou a importância de se investigar características locais e a concentração de edifícios em pontos estratégicos dos bairros e zonas urbanas para a compreensão da intensificação da verticalização nas cidades desse porte. Essas informações são essenciais para o planejamento urbano, visando a promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo, elementos considerados centrais para a revisão do Plano Diretor Integrado de Uberaba, que ora se encontra em processamento.

Referências bibliográficas

BARATA SALGUEIRO, T. (1994). Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. *Finisterra*, v. 29, n. 57, pp. 79-101.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O Estudo da Gentrificação. *Continentes*, Rio de Janeiro, ed. 1, p. 9-37, jul./2012. Disponível em: <<https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5>>. Acesso em: 4 set. 2023.

BOSCARDIN, Ivan Mercadante. **O que é habite-se?**. [S. l.], 8 jan. 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-habite-se/159853722>. Acesso em: 1 maio 2023.

D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. **Condomínios fechados na região metropolitana de São Paulo: fim do modelo centro rico versus periferia pobre?**. Orientadora: Suzana Pasternak. 2008. 298 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. DOI 10.11606/T.16.2008.tde-25032010-091246. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-25032010-091246/pt-br.php>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FRANÇA, Iara Soares de; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. O processo de verticalização urbana em cidades médias e a produção do espaço em Montes Claros (MG). *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 584-610, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/52944/34038>. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERREIRA, H. M. Política habitacional e produção do espaço urbano: uma análise da formação de novas áreas centrais na cidade de Marília-SP. *Geografia em Atos* (Online), Presidente Prudente, v. 1, n. 3, p. 21, 2017. DOI: 10.35416/geoatos.v1i3.3491. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/3491>>. Acesso em: 4 set. 2023.

FERREIRA, Lúcia Helena Alves. **O parque do paço e a dinâmica da produção e apropriação do espaço urbano em Uberaba-MG**. Orientador: Professor Dr.

Capítulo 28 - O processo de verticalização na cidade de Uberaba MG: uma análise do período de 2000 a 2023

Marcos Antônio Silvestre Gomes. 2015. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2015.

FURTADO, C. R.. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32, p. 341–364, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/yjhVYyWtpKcRSj6wVV4KvgN/>>. Acesso em: 4 set. 2023.

GAGLIOTTI, Guilherme. **A verticalização em São Paulo de 1980 a 2011: concentração e dispersão**. Orientadora: Nádia Somekh. 2012. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/cf7343d8-f78d-4242-89ca-bfaa20560817>. Acesso em: 16 ago. 2023.

GOMES, M. A. S.. Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade. **Mercator** (Fortaleza), v. 13, n. 2, p. 79–90, maio 2014.

GOMES, M. T. S. Cidades médias, novos espaços produtivos e reestruturação do espaço urbano em Uberaba-MG. **Confins**, 25, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades** – Uberaba (MG), 2023.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0911-7.

MUNICÍPIO DE UBERABA. **Lei nº 15/1991, de 23 de dezembro de 1991**. Lei do Código de Edificações. [S. l.], 1991. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/plano_diretor/arquivos/plano_diretor_e_legislacao_urbanistica/codigo_edificacoes/lc_15.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

OLIVEIRA, Fernando Fachinelli Rodrigues de. **As recentes políticas habitacionais e as práticas do setor imobiliário na atualidade: a segregação socioespacial no espaço urbano de Uberaba-MG**. Orientador: Nelba Azevedo Penna. 2019. 248 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37547>. Acesso em: 4 set. 2023.

RAMIRES, Julio César de Lima. O processo de verticalização nas cidades brasileiras. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 97-105, 1998.

REIS, Luiz Gustavo Leonel dos. **Novas Centralidades Urbanas em Cidades Médias: Uma Análise sobre o Bairro Abadia em Uberaba-MG**. 2014. 109f. Monografia (Geografia) - UFTM, Uberaba-MG.

SAHR, C. L. L. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2094>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SANTOS, Richard Rodrigues; GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SESTITO, Matheus Cunha. Reservas fundiárias e dinâmica imobiliária no eixo sudoeste de

Flávio Henrique Gomes Contarin, Marcos Antônio Silvestre Gomes e Marcos Vinicius da Silva Ferreira

Uberaba-MG. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 21, pp. 193-224, maio-agosto de 2023.

SANTOS, Igor Rangel. **A verticalização do bairro Santa Maria e seus reflexos no espaço urbano de Uberaba-MG**. Orientador: Marcos Kazuo Matushima. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017.

SILVA, Luciana Helena da. **A verticalização como fator de valorização do espaço urbano: o caso do bairro do Prado - Recife/PE**. 2008. 106f. Dissertação (Geografia) - UFPE, Recife/PE.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 11, n. 1, p. 15-31, 2007. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/g_eousp/article/view/74046>. Acesso em: 4 set. 2023.

SOUZA, Maria A. A. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade**. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09122022-140744/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. (2004). Tese (Livre Docência). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

CAPÍTULO 29

A revolta de Viçosa: poder local e formação das circunscrições administrativas¹

*Maria Isabel de Jesus Chrysostomo*²

Introdução

Entender a região como fato político exige alguns movimentos analíticos, entre os quais a desnaturalização de sua base material, normalmente associada a um recorte administrativo. Envolve, portanto, a compreensão de seus processos formativos e as representações de desenvolvimento, mormente associadas ao papel que exerce uma cidade sobre sua hinterlândia. O raciocínio utilizado para entender a região é sua compreensão como fato político, na medida que são produzidas como discursos e geram ações. Essa opção alinha eventos e atores circunscritos numa dada porção territorial e sua influência em produzir territórios.

O estudo em tela se propõe a desvelar esses aspectos ao demonstrar o nascimento da microrregião de Viçosa - uma das regiões mais dinâmicas da porção Norte da Zona da Mata Mineira no começo do século XX³. Como discuto o desenho de uma região que está por nascer, graças a conquista política ocorrida entre os anos 1870-1890, a análise irá se deter no polo formador desta região, qual seja, os processos de conquista territorial da cidade de Viçosa. Desta feita, os eventos ligados à emancipação do município, a incorporação de distritos e paróquias e, finalmente, a criação da comarca, foram eleitos para entender a força dos grupos locais em determinar o futuro de áreas por eles incorporadas. Portanto,

1 Tal artigo se insere na pesquisa "A hibridez como marca do urbano: geografia histórica das cidades, regiões e territórios da Zona da Mata Mineira (meados do século XVIII até começo do XX)", coordenada por Maria Isabel de Jesus Chrysostomo, com apoio da FAPEMIG - Processo APQ-02730-23 e do CNPQ, processo 315765/2021-6.

2 Instituição Universidade Federal de Viçosa/MG e IPPUR/UFRJ - isachrysostomo@ufv.br - <https://orcid.org/0000-0003-4744-5077>

3 Alerto, de antemão, que a região em análise não possui as mesmas delimitações que compõem a atual microrregião de Viçosa, apesar de sua área de influência muito se assemelhar no plano territorial

objetivo compreender a relação entre poder, região e território, vislumbrando, como Santos (1996), a ideia de que o território, independente da escala, é, por si só, norma materializada no terreno e se relaciona às estruturas sociais, econômicas e políticas.

A problemática principal desse artigo assenta-se na compreensão das relações entre poder, organização jurídica e modernização do território no contexto da República dos Governadores. Indagamos uma variável que se tornou marcante para entender as relações apontadas: as múltiplas divisões territoriais em Minas Gerais durante o século XIX e começo do XX, e, na sequência, a distribuição de funcionários públicos especializados no fisco, controle da justiça e da ordem. Vislumbro demonstrar como os poderes se instituem com o processo de burocratização do espaço, ao identificar grupos sociais, interesses mútuos e posições políticas assumidas para gestão do município e comarca, em contexto de legitimação do Estado Republicano nas mais recônditas localidades. Exploro, portanto, uma relação evidente, conquanto pouco apreciada na Geografia Histórica brasileira, qual seja: a vinculação entre legislação, regulação política e arranjos territoriais, isto é, o processo de territorialização das estruturas administrativas associadas à justiça, apontando os nexos entre a criação e distribuição de cargos e o poder adquirido de algumas cidades e regiões.

Nessa ótica, as perguntas que orientam esse trabalho assentam-se na problematização das seguintes questões: a) Que participação teve as elites de Viçosa no processo de repartição do território mineiro no contexto da República; b) Que vantagens tais grupos desfrutaram com as novas circunscrições; c) Quais as articulações entre propostas de modernização e discursos sobre autonomização do território? b) Como se caracterizava, em termos políticos e econômicos, o município de Viçosa no começo da República? c) Quais as principais mudanças desencadeadas na política e no território pela implantação dessas estruturas?

A tese principal desse estudo é que o processo de criação da comarca de Viçosa foi evento que afirmou alguns líderes republicanos, destacando-se Carlos Vaz de Mello como a figura de relevo na política de Minas Gerais. O episódio nomeado “Revolta da Viçosa”, ocorrido em 1892, foi selecionado para confrontar clima político,

relações de força e capacidade de negociação de elites locais. Ao analisar o desdobramento deste movimento nas décadas seguintes, discuto a hipótese de que as principais mudanças no cenário econômico do município afirmam o poder de grupos locais em comandar territórios cada vez mais vastos.

Para responder as perguntas e hipóteses, analiso fontes documentais produzidas no limiar da República, especialmente as Atas da Assembleia Legislativa e do Município, as Mensagens do Presidente do estado de Minas Gerais e os jornais editados em Viçosa e Juiz de Fora. Confronto os conteúdos destas fontes às indagações sobre sua guarda, enunciados e intencionalidades dos produtores. Portanto, as análises foram respaldadas pelo cuidado de não objetivar as informações obtidas nas fontes, acompanhada pela discussão daqueles que se debruçam em entender os vínculos e problemas entre enunciados e formas de representações da realidade.

Os argumentos desse artigo foram estruturados **em duas partes**, mais a introdução e conclusão. Na primeira, contextualizaremos a cidade de Viçosa e a região da Zona da Mata no alvorecer da República para situar a influências de algumas de suas lideranças no conjunto de transformações das fronteiras em Minas Gerais. Na segunda parte apresentaremos a “Revolta de Viçosa” - evento desencadeador de mudanças na cidade e região de Viçosa, identificando os conflitos e grupos locais.

As tessituras do poder: a composição geográfica de Viçosa

No ano de 1890 Viçosa possuía uma área de 2.102,69 km²,⁴ e era mais um dos 178 municípios que formavam a rede administrativa de Minas Gerais, constituída por 786 distritos e mais de 2.241 povoados⁵.

4 Limitava-se -se com as comarcas de Rio Branco, Ponte Nova e Abre Campo.

5 Apesar de controverso, já que a Lei estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911, ainda vigente nos anos 1920, não determina o que definia um povoado, foi subentendido, a partir da extrapolação da Constituição de 1891 e da Lei nº 2 de 14 de setembro, que um povoado se constituía em área que possuía menos de 1.000 habitantes. Esse critério baseou-se no que foi determinado para a criação de um Distrito, isto é, uma área que se definiria pela presença de uma população não inferior a 1.000 habitantes. COSTA, Maria Lúcia Prado; COSTA Pedro Carvalho; MALLETT Luís. Estudo Crítico Sobre Povoados do Album. In: Minas GERAES. Secretaria da Agricultura. Album Chrographico Municipal do Estado de Minas

Era território que dispunha de oito distritos⁶, conquistados, como demonstrei, a partir de desmembramentos de outras comarcas na década de 1880. Os distritos apresentavam traços econômicos semelhantes, mas possuíam características socioeconômicas heterogêneas devido às histórias distintas de formação de seu território. Em Viçosa, havia presença de casas comerciais e de “uma excelente fábrica de tecidos” pertencentes a União Indústria, sob direção de Carlos Vaz de Mello, primeiro presidente da Câmara de Viçosa, instalada em 1873, dois anos após ter sido emancipada como município.

Sobre a Viçosa no alvorecer da República, é possível observar nas figuras abaixo algumas informações. O mapa representado à esquerda, cópia de um elaborado em 1919, situa o município e identifica, do ponto de vista administrativo, o Distrito Eleitoral de Leopoldina, do qual Viçosa fazia parte. O da direita, é resultado de um precioso levantamento dos limites e informações realizados pelo governo de Minas Gerais em 1922⁷. Ao trazer informações demográficas e de infraestrutura, além da localização da colônia de imigrantes estrangeiros - Vaz de Mello - situada a oeste da sede, o mapa registra a centralidade de Viçosa em relação aos seus distritos.

Apesar de não haver grande disparidade em relação às áreas dos distritos que constituíam o município, é possível verificar que, seguido de São Miguel do Anta (305,43 Km), a sede (Viçosa) é a que apresenta maior área - 383,69 Km. Herval, todavia, é o distrito com maior número de população, apesar de Coimbra destacar-se por ser o mais povoado. Todavia, mesmo não se sobressaindo em relação aos respectivos distritos em termos de população e povoamento, é notável o magnetismo da sede em relação aos seus distritos, observável o traçado das vias: em sua direção convergiam fluxos decorrentes das estradas de terra e de ferro, da linha de telégrafos e dos correios; todos entroncados na sede municipal. Caracterizando seu papel de município sede, em seu território situavam-se os principais aparatos institucionais,

Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927.

6 Viçosa (distrito da cidade), São Sebastião do Erval, São Miguel do Araponga, São Sebastião de Coimbra, São Miguel do Anta, Santo Antônio dos Teixeiras., São Sebastião da Pedra do Anta e São Vicente do Grama.

7 Elaborado em decorrência das comemorações do centenário da Independência.

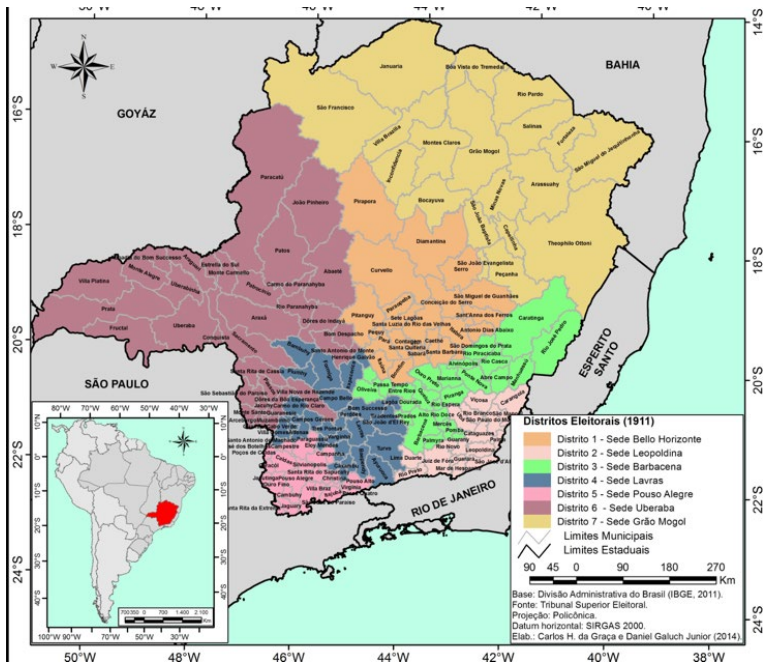
administrativos e comerciais, como o fórum, as escolas, o correio e a câmara.

Emolduram o mapa, destacando-se dos demais objetos representados, o Ginásio e o Fórum de Viçosa, mas não só: Diferente dos demais distritos, a paisagem da sede, ilustrada também com estruturas materiais, concorre com a beleza dos majestosos mares de morro. Ao compararmos os desenhos das paisagens de todo município, sugere-se, que a seleção e produção visual das imagens tem a intenção de acentuar o “nível de progresso” da sede a partir dos jogos de composição que ressaltam a natureza, sem desconsiderar a produção cultural, visível a partir do traçado dos loteamentos e edificações⁸. Desta maneira, o contraste entre paisagem natural e aquela produzida socialmente, ressaltada apenas na sede, participa da construção de uma identidade regional, tão propalada nos discursos sobre Viçosa como o município mais adequado para investimento. Nos discursos sobre suas características era representada como cidade que desfrutava de boas condições climáticas, mas, sobretudo, porque nela existia uma certa vocação para o progresso.

Os projetos imaginados para impulsionar essa vocação eram muitos, mas é interessante notar que foram executados nas décadas subsequentes todos os prenunciados na matéria do *Pharol* em 1892: implantara-se a linha férrea e construíra-se a tipografia, na qual se editava um jornal. Instalara-se também quatro cadeiras de instrução pública e, em algumas poucas áreas da cidade, havia fornecimento de água canalizada. A paisagem rural era sem dúvida a que dominava, mas a cidade e as estruturas de poder já manifestavam sua força e influência no campo, desestruturando-o e tornando-o cada vez mais dependente das demandas do mercado.

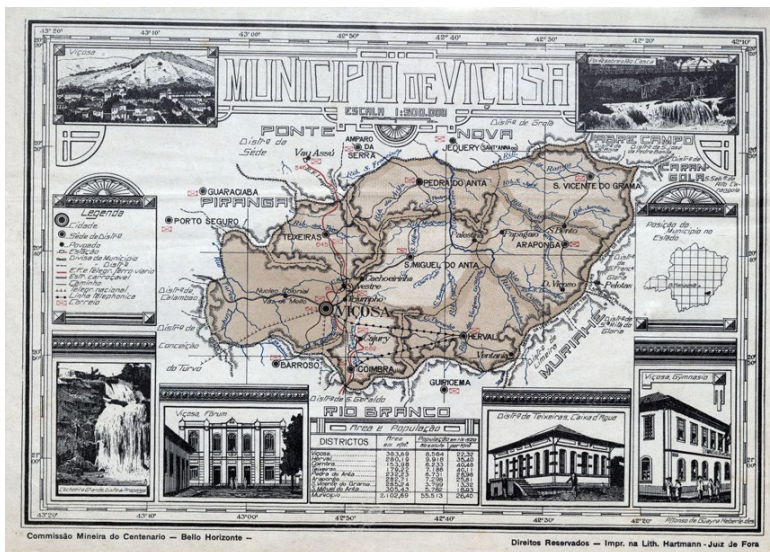
⁸ Exceção a regra aparece pode ser observado em Teixeira, em que é representada uma monumental caixa d'água.

Figura 1 - Distritos Eleitorais de Minas Gerais, 1911.



Fonte: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/629>

Figura 2 - Município de Viçosa, 1922.



Fonte: Minas GERAES. Secretaria da Agricultura. Álbum Chrographico Municipal do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1927.

Capítulo 29 - A revolta de viçosa: poder local e formação das circunscrições administrativas

Não se pode dizer, nesse contexto, que Viçosa era um município pequeno e muito menos sem importância se comparado o seu desempenho econômico com os demais que faziam parte do estado de Minas Gerais. Entre 1890-1900 era o 5º mais populoso, passando em 1900 para 10º lugar⁹. Quanto a renda, os dados obtidos em diferentes fontes divergem em alguns aspectos, apesar de apontarem para o fato de Viçosa estar entre os 20 municípios com maior arrecadação do estado: em 1913, no universo de 42 municípios, ocupava a 13ª posição¹⁰.

Como outros municípios da Zona da Mata, era a agricultura o principal item de sua economia. Plantava-se para o mercado externo, entre os finais de século XIX e começo do XX, algodão, café (em pouca quantidade), cana-de-açúcar e fumo, e visando atender às demandas de subsistência, produtos como arroz, feijão, milho e mandioca. Destacava-se, todavia, na produção de arroz, feijão e milho; produtos que abasteciam os mercados de muitos dos municípios da Zona da Mata. O algodão atendia a um sonho que passou acalentar o desejo de alguns empresários mineiros: o enriquecimento via introdução de indústrias de tecidos. Esse primeiro surto em Viçosa é também de iniciativa de Carlos Vaz de Mello, que além de fazendeiro e político, aventurou-se como empresário, ao mobilizar recursos diversos e criar a fábrica de tecidos “São Silvestre”, localizada em distrito de mesmo nome¹¹. Tãmanha era influência política de Vaz de Mello que se supõe que o acordo celebrado em 1908 e modificado em 1909 modicava-se o traçado de linha férrea, compreendido entre as atuais estações de Cajuri, Viçosa e Teixeiras, para fazê-la passar pela cidade de Viçosa e povoado denominado “Fábrica de São Silvestre¹²”, “sem ônus algum para o Estado, e dentro do prazo de um ano. Sobre essa operação, Paniago (2001) acrescenta que a construção da estação nova teve direta influência de Arthur

9 Fonte de dados: Secretaria da Agricultura (1926). In: Debossan, 2023.

10 Matéria divulgada no jornal O Pharol em 1913 intitulada “Com quanto concorremos, anualmente, para os cofres do Estado, a qual lançava luz para a mais expressiva arrecadação de Juiz de Fora e os baixos investimentos do governo em policiamento.

11 A fábrica empregava diversas moças e rapazes e funcionava em barrocões, seccionados por madeiras que dividiam o espaço do escritório e o espaço da produção, onde ficavam as máquinas. (Paniago, 1990)

12 Informação retirada de Annaes do Senado Mineiro, 1913, p.39. Disponível em: file:///Users/isabel/Downloads/anais%20do%20senado%201913.pdf

Bernardes (seu genro), que em 1910, ocupava o cargo de Secretário de Finanças do governo de Júlio Bueno Brandão - presidente do estado entre 1910-1914.

Acompanhando os debates sobre formas de modernização agrícola e industrial no estado de Minas Gerais, calorosamente debatidos nas sessões da Assembleia Legislativa, o gérmen das propostas de melhoramento do sistema educacional e implantação de um núcleo colonial em Viçosa foram gestadas nesse contexto de afirmação das figuras como Pacheco, Vaz de Mello e Arthur Bernardes como líderes regionais.

A Comarca de Viçosa e a formação de uma “região do mandar” na Zona da Mata Mineira¹³

Viçosa em 1871 se torna vila em contexto muito particular da história do Império¹⁴: de um lado, acompanha o titubeante esgarçamento da política centralizadora de D. Pedro II e, de outro, participa de um conjunto de movimentos em Minas Gerais que redefiniu pouco a pouco o poder dos municípios e estados¹⁵. Compartilhando com processos ocorridos em outras escalas, Viçosa é comandada pelas forças liberais, integrada às estruturas ligadas ao tráfico de escravizados, à economia do café e demais gêneros alimentícios e, também, às políticas de ocupação das terras e extermínio da cultura indígena.

Para além da degradação das bases econômicas em momento de reestruturação das forças produtivas, processo característico desse contexto, uma das preocupações das elites mineiras era o fim do lucrativo negócio com os escravizados e a fragilização de sua economia agrícola de base exportadora. As sementes contestatórias que germinaram nos anos 1870, em sua maioria, favoráveis à descentralização política, deflagraram movimento em prol da Re-

13 Expressão retirada de Santos, Milton e Silveira, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

14 A instalação do Poder Legislativo em Minas Gerais ocorreu a 31 de janeiro de 1835, com o Conselho-Geral da Província. Após a Proclamação da República, em 1891, o Congresso Mineiro foi estruturado, com duas casas: a Câmara dos Deputados e o Senado do Estado de Minas Gerais

15 Destaca-se nesse enredo a participação de Minas nas revoltas liberais ocorridas em 1842.

pública buscando obter algum tipo de vantagem política neste novo cenário. A articulação das lideranças regionais para a criação de um coletivo que representasse os interesses da lavoura mineira, como o Partido Republicano Mineiro, entre outras medidas, constituiu-se em uma das saídas para dar visibilidade as incandescentes propostas de substituição de mão de obra cativa. Os vários movimentos de autonomização política, como o de Viçosa, refletiam, portanto, as soluções vislumbradas para os propalados problemas da lavoura, assim como os imbróglios econômicos e políticos desencadeados pelas lutas de poder nessa fase de transição para o regime republicano. O incansável coro, marcado por queixas e representações, que ora negativavam ora positivavam os atributos geográficos das municipalidades, intentava atrair investimentos locais, possibilitando as elites dominantes darem maior visibilidade as suas demandas. A potencialização da ideia de distância, vácuo de poder, decadência da lavoura e aumento da marginalidade, transformam-se em poderosos argumentos para justificar as emancipações de paróquias em vilas e essas em cidade, assim como a multiplicação dos termos em novas comarcas, como aconteceu na paróquia de Santa Rita do Turvo.

A autonomização do município de Viçosa, outrora paróquia de Santa Rita do Turvo, ilustra parte dessa guerra de definição das fronteiras em Minas Gerais em razão das emancipações deflagradas a partir da segunda metade do século XIX¹⁶. Exemplo disso é o que acontece em 1868, quando Santa Rita do Turvo reivindica o título de vila. Cesário Alvim, à época deputado de Minas Gerais, pronunciava um discurso na Assembleia Legislativa contrário à essa reivindicação¹⁷, defendida desde de 1867 pelo deputado Benjamin. Sua palavras demonstram o conflituoso processo de fragmentação territorial de Minas Gerais nesse contexto:

16 Há uma intensificação de emancipações em Minas Gerais, como em outras províncias brasileiras, a partir da Lei promulgada em 16 de 12/07/1834, que determinava a descentralização administrativa. Anterior a isso, ressalta-se as decisões do código de processo criminal que instituiu uma estrutura judiciária e policial descentralizada. As referidas legislações são sintomas de uma reação às determinações do Regimento do Municípios, promulgado em 1828, e que aprisionava as decisões políticas e administrativas dos municípios aos ditames da Assembleia Provincial.

17 Sessão de 16 de novembro Assembleia Legislativa provincial de 1868.

“(…) Quando se suprimiu o termo da Piranga o nobre deputado apresentou imediatamente, como disse, esse projeto; e a razão porque assim precedia era o demasiado número de paróquias com que ficava o termo do Ubá, que bem podia ceder algumas para a criação da nova vila. Agora note a casa que o nobre deputado, que devia ser naturalmente o mais solícito, o mais interessado em que o extinto município da Piranga alimentasse ainda a esperança de reparada a injustiça que sofreu, o nobre deputado, não sei porque, era o próprio que procurava por essa forma impossibilitar a restauração da vila” (Diário de Minas Gerais, 29/01/1868, no 411, Ano II)”

Em meio aos conflitos ligados à questão das fronteiras do poder e representação política, dois anos após ter se tornado vila, o município de Viçosa é instalado em 1873. Desmembrado do município de Ubá¹⁸, assim como a comarca do Rio Turvo, da qual passou a fazer parte¹⁹, o novo estatuto é, como se sabe, movimento que teve também contestações, principalmente em função dos desmembramentos e remembramentos de território de outros municípios, como Ubá, Ponte Nova e Mariana. Prova disso é que desde que Viçosa se torna município, o movimento de expansão de suas fronteiras é notório, já que suas fronteiras são ampliadas devido à incorporação dos distritos de Teixeira, Erval e São Vicen-

18 É necessário ressaltar que o município de Santa Rita do Turvo passou a ser composto pelas freguesias das vilas de Ubá, Ponte Nova e Mariana, como a São Sebastião dos Aflitos, de Arrepiados e do Curato de Coimbra, desmembrado de Ubá; de São Miguel do Anta, desmembrado de Ponte Nova, e da Barra do Bacalhau, desmembrado de Mariana. Art. 2º da Lei no. 1817, de 30/09/1871.

19 Necessário ressaltar que em setembro de 1871 a legislação judiciária é alterada, separando-se as funções policiais das judiciárias. Em 1872, altera-se também a classificação das comarcas, divididas em três entrâncias, segundo critérios de importância das vilas e cidades. Por meio da Lei 2002, de 15 de novembro de 1873, que criava diversas comarcas e elevava povoações às categorias de vilas e cidades, instituía-se a comarca do Rio Turvo, composta dos termos de Ponte Nova e Santa Rita do Turvo. O movimento, como descrito no expediente oficial do governo provincial, não foi isento de contestações. Em 1874, o promotor público da comarca do Rio Turvo, em função da demanda colocada pelo representante da Câmara Municipal de Ponte Nova, que exigia cópia das atas de eleições na paróquia de Jequeri, faz o seguinte pronunciamento: “declaro a Vossa Mercê em resposta ao seu ofício de 4 corrente, que enquanto não for instalada essa comarca, o que se verifica depois que o juiz de direito nomeado tiver prestado juramento e assumido as respectivas funções, conforme o aviso n. 267 de 23 de julho de 1868, continuam os termos da Ponte Nova debaixo da jurisdição dos juizes das comarcas do Piranga e Muriaé. (Diário de Minas, 7/05/1874).

te do Grama²⁰. Graças à essas anexações, cresce a importância de seu colégio eleitoral, do corpo político do município de Viçosa, o que permitiu as elites desse novo território ter um posicionamento particular e estratégico nesse momento conflituoso de afirmação de Minas Gerais como estado republicano.

É necessário chamar atenção para os debates estabelecidos no Congresso Mineiro sobre a nova organização municipal, posto que refletia os interesses hegemônicos das elites dirigentes que representavam as regiões Mata e Sul de Minas - as mais desenvolvidas de Minas Gerais nesse contexto. Delineando debates de caráter regionalista, as propostas sobre organização municipal polarizavam dois grupos: os que representam os interesses da antiga região mineradora e de municípios não cafeicultores e o formado pelas regiões cafeiculturas. O primeiro propunha como critério central o caráter político, defendendo a centralização das rendas no governo do Estado e a equidade na distribuição dos recursos para os municípios. O segundo, reafirmava a questão financeira como basilar para a autonomização dos municípios, defendendo que os municípios com maior capacidade de produzir riquezas deveriam ser os que mais beneficiados pelos recursos públicos²¹.

As determinações da Constituição estadual de 1891 revelam, portanto, alguns temporários acordos em relação à renda, ao papel das municipalidades e às repartições judiciárias. Quanto este último aspecto, cabe assinalar o artigo 67- inciso I - que instituiu que a divisão judiciária de Minas Gerais deveria coincidir com a divisão municipal²², igualando, como no caso de Viçosa de Santa Rita, as fronteiras do município com a da comarca. A recomendação deu nascimento a seis projetos de lei no ano de 1891, culminando na Lei de 11 de novembro do respectivo ano, determinando a criação

20 Entre 1883-1891, incorporam-se ao território do município os distritos de Santo Antônio dos Teixeiras (1883 Decreto, 1891 Lei Estadual), São Sebastião dos Aflitos de Arrepiados, depois batizado de São Sebastião de Erval (1886) e São Vicente do Grama (1890 Decreto, 1891 Lei Estadual).

21 RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais. O Novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982.

22 Cabe assinalar que a partir da Lei 13/11/1891 ficou estabelecida a primeira divisão judiciária do regime republicano. No que se refere à divisão judicial, tal artigo determina que era necessário criar uma lei especial (Comarcas de Minas, Volume I)

de 115 comarcas, classificadas em 4 entrâncias, e 123 municípios²³. Cada entrância receberia do governo estadual recurso destinado para sua despesa e funcionamento²⁴. A Lei determinava que em cada distrito deveria haver três juízes de paz, um juiz de direito e um substituto, além de um conselho de jurados e um tribunal correccional. Para funcionarem tais estruturas deveriam contar com uma gama de funcionários, entre os quais os responsáveis pelo ofício de partidor (contador) e os escrivães.

Com uma malha territorial que expressava de forma mais acabada o poder econômico e político de suas elites dirigentes em 1890 - um ano após a República ter sido proclamada - Viçosa de Santa Rita se torna sede de uma comarca independente²⁵, separando-se de Ponte Nova. Angaria com essa conquista um novo espaço de poder, posto que o estatuto de comarca (marca-limite-divisão de um poder que se estende para as raias) possibilitou o município instituir e controlar a justiça no plano regional. Exercido por juízes e um corpo de funcionários, distribuídos nos distritos que integravam a comarca, tal poder era, via de regra, executado pelas famílias prestigiosas do município. Era, nesse contexto uma trama composta pelos então advogados, quase todos formados em São Paulo, entre os quais: Carlos Vaz de Mello, José Theotônio Pacheco, Francisco Machado Magalhães Pinto, tenente coronel Antonio da Silva Bernardes, tenente coronel Honorato dos Santos, Joaquim Fellipe Galvão, José Nicacio e de solicitadores Antonio Carvalho Bhering e Virgílio Augusto da Costa Val²⁶. Tais funcionários - representantes da lei no plano regional - tinham a atribuição de aplicar a justiça em nome de uma ordem, mas também de intimidar grupos opositores, sobretudo durante as eleições políticas²⁷.

23 A lei nº 2 de 14 de setembro de 1891 estabelece a criação de distritos segundo nova organização administrativa do estado. Define também critérios mínimos para a sua instituição na malha municipal.

24 Ver a esse respeito Comarcas do Minas Gerais, p. 87, vol. 1.

25 Nesse âmbito, o município, de acordo com a legislação vigente, é dividido em distritos, sendo o primeiro uma circunscrição administrativa e o segundo administrativo e judiciária. Comarcas de Minas Volume I, p.81

26 Relatório da Comarca de Viçosa, feito no ano de 1898 por Antonio da Silva Bernardes - Jornal Minas Geraes, 1898.

27 Um dos inúmeros conflitos no período das eleições foi registrado em 1896 quando João Olavo Eloy de Andrade, juiz de direito da comarca, solicita a retirada dos juízes da atribuição de apurar as eleições municipais e estaduais e de conhecer os recursos eleitorais. Declara

Fundada como visto, em momento de importantes definições em termos de política territorial mineira e nacional, a nova comarca se insere na malha judiciária de Minas Gerais, adicionando tempero novo aos vários conflitos existentes²⁸. Isso, não só por ligar-se a um processo de racionalização da estrutura administrativa do Estado, pautada por juízos supostamente isentos de interesses locais, mas por refletir critérios econômicos, sociais e geográficos que definiam regiões segundo a capacidade de produção e contribuição para o erário estadual.

Tecida, portanto, no começo da República, essa nova trama judiciária é a que afirma Carlos Vaz de Mello como liderança na região da Zona da Mata Norte, posto que foi o primeiro advogado dessa comarca²⁹. Compõe o novo cenário, a grande extensão territorial conquistadas após a criação do município e comarca de Viçosa, mas sobretudo a instalação de novas instituições de mando, compostas por órgãos administrativos e funcionários, representando os poderes exógenos e endógenos no plano local.

A ideia de que o jornal, representando a “voz do povo viçosense”, participou dessa conquista política não é sem fundamento, pois se tornou o principal instrumento de difusão de opiniões e de projetos emanados por fazendeiros e comerciantes que ocupavam as vastas áreas pertencentes ao município. Não à esmo, que além de Carlos Vaz de Mello ter sido o primeiro advogado da comarca, empregava a tipografia de sua propriedade, para difundir feitos

ele que: “o político nunca se esquece que lhe foi contrária, que importou uma derrota” (...) “retira-lhe do atrito das paixões, do levedo dos ódios, da obsessão do partidarismo” (Jornal Minas Geraes, edição, 44, 1896)

28 Esse ano foi marcado por a grave crise republicana, que culminou em 3 de novembro na dissolução do Congresso Nacional, pelo então presidente Marechal Deodoro da Fonseca, sendo substituído por Floriano Peixoto. Sua consequente renúncia em 23 de novembro foi resultado dos conflitos incontroláveis que pipocaram em diversos estados. A crise teve consequências visíveis em Minas Gerais, entre as quais, à renúncia de José Cesário de Faria Alvim, primeiro Presidente do Estado, e a eleição subsequente de Afonso Penna, em junho de 1892.

29 Pelos Editais emitidos e publicados no Jornal Minas Gerais nos anos que seguiram após a constituição da Comarca de Viçosa, sugere-se que durante alguns anos houve dificuldade de recrutar funcionários para atuarem nos distritos da comarca como juizes de paz, assim como ocupando os cargos de escrivão dos distritos e partidor (contador). É plausível a hipótese que inexistência de quadro capaz de atender as exigências do concurso que requeria o domínio de língua portuguesa, aritmética. Essa hipótese se assenta na repetição de edital de convocação nos anos de 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898 e 1899. Jornal Minas Geraes - Órgão Oficial dos Poderes do Estado, anos 1892-1899.

políticos, assinalando desde o começo que Viçosa era “terra abençoada”, não apenas pelo seu “clima ameno”, mas sobretudo pelo progresso alcançado e o por vir³⁰. As linhas do primeiro número de seu jornal ilustram como tal meio se tornará o principal difusor de “representações do desenvolvimento” do município, assim como dos feitos dos líderes locais, como demonstra o excerto retirado do editorial da primeira edição:

“A fola que hoje entregamos à luz da publicidade, sob denominação que encima estas linhas, tem por principal intuito pugnar pelos direitos e interesses desta cidade e seu município, pondo em contribuição todos os esforços a seu alcance para promover o seu engrandecimento, progresso e prosperidade” (Cidade de Viçosa, 1892)

Anatomia do poder: a Revolta de Viçosa e formação das redes de poder

“A exemplo de Campanha, parece que Viçosa também resolveu-se a formar estado independente, com governo próprio, sem dar satisfações ao resto de Minas” (Jornal o Pharol, 12/02/1892)

Era 1892, e algumas centenas de pessoas, lideradas por famílias de prestígio, clamavam por mudanças. Dava-se início a “Revolta na Viçosa”, movimento político que colocaria na cena pública, líderes locais, como Carlos Vaz de Mello³¹ - notório advogado do Termo da Comarca. A sedição de Viçosa é um episódio pouco mencionado, diria até esquecido na história de Viçosa, mas de grande importância para o que entendemos como ato de recomposição das malhas de poder no município. Ao destrinchar a série de acontecimentos que precederam e sucederam esse evento, sustento a hipótese de

30 Não só a notícia de seu nascimento foi divulgada em vários jornais, como passou a ser estrategicamente distribuído por outros municípios que compunham a Zona da Mata Mineira.

31 Assim como ele, estariam presentes outros fazendeiros e líderes políticos, como João Braz da Costa Val e João Moreira da Silva. Há tempos estavam envolvidos em disputas para assegurar uma maior autonomização e ampliação do território da então vila de Santa Rita do Turvo, como na Audiência a que definiu seu Termo.

que o episódio revoltoso redefiniu o papel polarizador do município frente à Zona da Mata, reposicionando o município no xadrez político dessa região e do estado de Minas Gerais³².

A partir das matérias noticiadas no ano de 1892 em quatro importantes jornais mineiros³³ e nas discussões dos deputados junto ao Congresso Mineiro – apresentarei na forma de dois atos a propagandeada “Revolta de Viçosa”. Intento demonstrar que os acontecimentos além de articulados ao “espírito” revoltoso do começo da República, marcado por uma série de movimentos contestatórios em Minas Gerais, afirmou o papel político da comarca e município de Viçosa.

Ato 1: “O bota abaixo em regra”³⁴

O movimento começa em 11 de fevereiro quando “o povo” - falava-se de 800 homens em “pé de guerra” - criou um governo provisório, após ter deposto a intendência, autoridades policiais, o juiz de direito, o promotor público, os inspetores de quartelão, ou seja, todos os funcionários delegados pelo governo estadual para atuarem no município. Em poder dos revoltosos, estavam aprisionadas Joaquim Delvaux Pinto Coelho - juiz de direito da Comarca de Viçosa - o promotor Augusto Nicacio, o delegado de polícia e dois oficiais de justiça as autoridades. Trincheiras de arame farpado foram instaladas na cidade seus líderes resolveram formar um estado independente, com governo próprio, sem dar “satisfações ao resto de Minas”. Reivindicava-se, principalmente, a saída de Joaquim Delvaux Pinto Coelho e as autoridades mantidas em poder dos rebeldes.

Uma comissão dos integrantes do seguiu para Ouro Preto³⁵ - capital do estado de Minas Gerais - no sentido de assegurar a nova nomeação feita por aclamação popular, ou ao menos, garantir que

32 Nas peças desse novo xadrez político, os líderes viçosenses passaram a se movimentar e angariar frutos dos conflitos regionais, conquistando uma posição destacada no jogo de forças orquestrado, por quase vinte anos, por Silviano Brandão - um dos organizadores do Partido Republicano Mineiro. Esse personagem foi responsável pela construção de alianças políticas que tanto o consolidou no poder como também seus aliados.

33 Os jornais são O Pharol, A Ordem, Turvo, O Estado de Minas.

34 Expressão retirada da Matéria “A Revolta na Viçosa”, publica em 12/02/1892

35 A comissão era formada pelo promotor César Franco, o escrivão Leonardo e o 1º juiz de paz Francisco Eugenio Carvalho.

Delvaux não ficasse mais no cargo. Ameaçava-se, inclusive, a manutenção da luta até que fossem atendidas aos pleitos³⁶. Diziam que se a comissão conseguisse atingir seu intento a paz se restabelecida e Viçosa continua a fazer parte de Minas ... se não...

Repercussões sobre medidas repressivas eram anunciadas, e temia-se um massacre, principalmente após o toque das cornetas! Quatro dias de negociações se passaram e o clima de tensão era notório. Como o permanecia o impasse, elegeu-se como mediador do conflito o vigário da freguesia. “Paramentado” como seu sacristão foram ambos ao encontro do batalhão legalista. O vigário suplicava, em nome de Deus, “que não alagasse de sangue cristão as ruas da cidade”³⁷

Não por acaso, pois em 17 de fevereiro forças organizadas do Estado, instaladas em Juiz de Fora, e “competentemente armada de carabinas” seguia em trem especial saído da estrada do Piau as 13:30h para restabelecer a ordem, apesar de anunciar que tinham informações que os “ânimos já se achavam acalmados e a ordem restabelecida”³⁸.

No dia 19 de fevereiro, anuncia-se que o movimento fora contido, reinando “a paz” graças a ação do presidente da intendência deposto - capitão João Lopes de Faria Reis - que já no dia 16 de fevereiro, resguardado por “180 paisanos, armados de boas perobas, e de 25 praças do corpo de polícia” se dirigiu para cidade com o fim de restabeleceu a ordem³⁹. Sob apelos de João Lopes, que declarou para o grupo que estava em Viçosa, a importância de não resistir as ordens para que nenhum sangue fosse derramado. O vigário mediador, frente às declarações de paz “espargiu de água benta as forças legais” e foi comunicar os revoltosos o resultado da sua missão. Com a demora de retorno do vigário, o capitão João Lopes “de foicinha ao ombro” cortou a cerca de arame farpado que guarnecia a cidade e ordenou o toque das cornetas, gerando um clima de pânico no povo de Viçosa.

36 O Pharol 12/02/1892, A Ordem, 20/02/1892, A Cidade do Turvo, 28/02/1892.

37 Jornal Cidade do Turvo, 1892.

38 Faziam parte dessa comissão o dr. Ferreira e Costa - chefe da polícia, o capitão Nicolau Tassara, ajudante de ordens e 50 praças do 31 batalhão de infantaria comandados pelo capitão Pedro Manoel Gomes Carneiro e tenente Joaquim Elesbão. O Pharol 18/02/1892.

39 O Pharol 19/02/1892.

Com temor de um massacre, um de seus líderes fez um apelo ao capitão, que “arreou pacificamente a sua foicinha e declarou que não ia matar ninguém, mas simplesmente restabelecer o domínio da lei”⁴⁰. O chefe revolucionário satisfeito com a resposta declarou que “tudo se arranjará em perfeita paz e completa ordem”.

Passado algumas horas as trincheiras de arame farpado foram destruídas e reempoadas as autoridades destituídas, voltando a prevalecer a “calma e pasmaiceira habituais”⁴¹

Ato 2: As repercussões do Motim

Nenhuma gota de sangue foi vertida e a paz foi reestabelecida na cidade, publicava o jornal “O Pharol” no último dia do mês de fevereiro, reeditando um comunicado do jornal oficial - “O Estado de Minas”. Mas, Amaro Moura, comandante geral dos corpos militares, não queria deixar passar em braço o motim, anunciando que ia aplicar corretivos, até porque não deveria se repetir o “escandaloso exemplo, acoroçador da indisciplina nos corpos militares de polícia do estado”⁴². Nomes dos líderes da Revolta não foram citados, mas autoridades governamentais responsabilizariam, anonimamente, alguns políticos de Viçosa e a “conivência” do promotor da comarca neste ato Punições foram adotadas a determinados participantes, como as medidas “severas” dirigidas ao alferes Alvaro Moreira da Silva e dos praças, que sob seu comando, constituíram o destacamento revoltoso⁴³.

No dia 5 de abril, diante do juiz seccional, chegam em Ouro Preto para se entregar pelo crime conspiração em Viçosa Theotônio Pacheco, Carlos Vaz de Mello, Cesar Franco, o farmacêutico Francisco Eugenio Dias De Carvalho, Francisco Antonio Rodrigues e Leonardo José Teixeira da Silva⁴⁴.

Animados por debates e discussões envolvendo as três instâncias do governo, dez dias depois de terem se entregado a polícia - dia 15 de abril - os revoltosos foram anistiados pelo vice presidente da República. Um decreto foi emitido notificando a necessidade de

40 *idem*

41 *idem*

42 O Pharol, 28/02/1892.

43 O Pharol 28/02/1892.

44 O Estado de Minas Geraes, 5/04/1892, p.4

ficar em “perpétuo silêncio qualquer procedimento criminal contra eles intentado⁴⁵”. Aguardava-se, a partir desse ato, o alvará de soltura aos que participaram e foram incriminados de terem participado dos movimentos.

Libertados os revoltosos, líderes mineiros preocupavam-se com as repercussões da soltura na cidade. O delegado em Ouro Preto solicita, então, ao governo do estado forças policiais para acompanhar os eventos no município de Viçosa. Receava-se que a ordem pudesse ser mais uma vez alterada, uma vez que havia informações da existência de um ato político. Emitia-se, assim, em 23 de abril um telegrama, em caráter de urgência, convocando praças para garantir a ordem durante os festejos que comemoravam a liberdade dos líderes da Revolta⁴⁶.

O juiz de direito em Viçosa é substituído e transferido para a comarca de Rio Branco e os líderes, além da anistia, são agraciados com alguns cargos.

No dia 25 de abril Theotonio Pacheco, Carlos Vaz de Mello, o escrivão José Teixeira Filho, todos implicados no movimento sedioso, mas que foram anistiados, são recebidos com festejos em sua chegada. Visto a movimentação na cidade, não deixava de ter razão o delegado, pois durante o festejo, um escrivão, integrante da revolta, assassinou uma figura política.

Sob holofotes da imprensa, alguns meses depois, o jornal O Pharol, destaca a participação da referida cidade no movimento político, tecendo o seguinte comentário:

“Na história dos movimentos revolucionários de Minas, a Viçosa já conquistou um lugar, na mesma época em que a célebre cidade de Campanha. Mas que diferença! A Campanha num movimento antipatriótico, Viçosa só verdadeiro civismo...”
Não era mais um lugar onde “pouca gente sabia onde estava”⁴⁷.

45 Minas Gerais: Orgão Oficial dos Poderes do Estado, 23/04/1892, p.17

46 Minas Gerais: Orgão Oficial dos Poderes do Estado, 27/04/1892, p.1

47 A repercussão dos movimentos separatistas foi comentada em Viçosa por meio de Silviano Brandão, que sediado em Ouro Fino, defendia a união de Minas Gerais, portanto veementemente contrário as propostas separatistas da cidade de Campanha, localizada na região Sul de Minas. A independência de Minas Gerais, a partir da criação de uma província Minas Sul, propalada pela vertente dos revoltosos, era combatida também v pela ala “adesista” - liderada por Cesário Alvim, que ocupava a presidência de Minas Gerais nesse contexto.

A matéria ressaltava que a partir da Revolta a cidade de Viçosa ganhara protagonismo, tornando-se “muito falada, vitoriosa, telegrafada”, o que (...) “contribuía para a saída de um estado de letargia, que, segundo o editor, comandava o espírito do governo mineiro”⁴⁸. “A Revolta na Viçosa”, de acordo com o Pharol, colocou a “cidadezinha” no “mapa geográfico” do estado, deixando de ser mais um local escondido entre as montanhas, e lembrado apenas nos “balancetes do fisco”. Viçosa era agora mais um espaço que lutava de forma “patriótica” em prol do progresso de Minas Gerais⁴⁹.

As pistas deixadas pelas ações no município após a “Revolta na Viçosa”

Após o fim do “movimento revolucionário”, as notícias da Revolta continuaram a estampar as páginas de alguns dos principais jornais de Minas Gerais. Como fora junto com a sedição de Campanha e, também, de movimento rebeldes que pipocavam em outras cidades, lideranças da Assembleia legislativa e colunistas dos jornais emitiam opiniões, ora contrárias ora favoráveis à Viçosa. Entretanto, como visto, o tom negativo da Revolta, que caracterizava as primeiras matérias dos jornais, não só pouco a pouco foi atenuado, como totalmente positivado passados alguns meses. A mudança de postura revelava a contrariedade de grupos da zona da Mata as diretrizes do governo estadual, constituindo-se, portanto, em um tipo de pressão política que, sem dúvida, orientava os debates acalorados na Assembleia.

Por outro lado, a importância política e econômica dos líderes envolvidos na rebelião de 1892 era um fato evidente. Por isso, a discriminação ao máximo em publicizar os nomes dos que participaram do motim não soa como estranho, mas como mais uma estratégia política de composição de poderes. O fato notório é que os anos que se seguiram, a carreira política de Carlos Vaz de Mello teve um salto

48 Ao contrário, de Campanha, considerado antipatriótico, o que aconteceu em Viçosa foi julgado pelo comentarista como movimento legítimo e patriota.

49 O Pharol, 23/05/1892, p.8.

surpreendente⁵⁰, assim como os investimentos feitos pelo governo de Minas Gerais no município de Santa Rita de Viçosa.

Não tenho muitos detalhes sobre como Viçosa se articulou aos outros movimentos revoltosos em Minas Gerais nesse conturbado começo da República, no qual Floriano Peixoto, seu 1º presidente, pelejava, em meio a sublevações em diversos estados, para manter-se no cargo. Todavia, é certo que no plano regional, as elites viçosenses, ao se rebelarem contra as decisões políticas, integravam-se a um conjunto de cidades que se opunham as decisões da justiça emanadas pelo governo estadual.

Tal aspecto pode ser apreciado a partir das considerações registradas pelos líderes políticos durante a sessão do Congresso Mineiro em 1893. Ao relatarem a indignação com os revoltosos, alguns deputados assinalavam que a Revolta de Viçosa era resultado da imposição de grupos locais contra as decisões do governo mineiro, empregando o pretexto que “(...) a autoridade judiciária, violenta e arbitrária, punha ao serviço de paixões pessoais a nobre jurisdição, de que a lei a investira (...)”⁵¹.

Apesar da crítica enfática em relação à desobediência civil dos participantes do motim, as falas dos deputados indicavam que a sedição em Viçosa não era apenas uma discordância pontual e muito menos evento isolado. Ela era efeito das lutas intestinais durante as eleições; processos esses que estavam diretamente vinculados aos desmembramentos de termos e comarcas e a eleição dos juizes de direito. Mudanças que colocavam em xeque a questão da representação política, o número de eleitores, a arrecadação de recursos e a legitimidade de autoridades locais. Frente às repartições de poderes nas comarcas e municípios, suscitadas pela onda de redefinição das circunscrições no começo da República, as discussões travadas no parlamento mineiro refletiam, sinteticamente, os problemas políticos gerados pela constituição de um novo território e de novos poderes⁵².

50 Em 1892 cria uma tipografia, em 1893 se torna sócio majoritário da Companhia Progresso Fabril e sucessivamente concorre como deputado de Minas Gerais.

51 Congresso Mineiro - Anais da segunda sessão da primeira legislatura. Ouro Preto: Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1892.p.32

52 Este movimento não cessa desde os anos 1830, e mesmo tendo refluxo entre os anos 1850-1870 - auge do período de centralização do poder. Se relaciona, portanto, com um processo

Protagonizados quase sempre por advogados originários de famílias com grandes propriedades agrícolas, os imbróglis de várias naturezas que pipocam nas Zonas da Mata mineira em função das novas circunscrições tinham um ponto comum após: quase todos estavam ligados à insatisfação em relação ao fisco, investimentos e comando político das localidades e regiões. Portanto, a “Revolta de Viçosa” pode ser lida tanto como fruto da conquista de novos espaços políticos como decorrência das brigas decorrentes das conquistas territoriais.

De toda forma, sabe-se que uma parte da porção norte da Zona da Mata, agora comandada por grupos de poder liderados pelas famílias tradicionais, tornara-se concorrente contumaz dos demais municípios da Zona da Mata. A “influência de seu pessoal”, que conseguia ecoar suas vozes e “paixões partidárias”, era um dos comentários do Pharol em relação à Viçosa, que demonstrava a nova repartição dos poderes econômico e simbólico e os espaços adquiridos e controlados pelas elites de Viçosa.

Conclusões

A formação de mais uma “região do mandar” na Zona da Mata correspondeu a um processo conflituoso de negociação dos representantes das Câmaras Municipais junto à Assembleia provincial. Reivindica-se nesse contexto de instauração da República alocação de infraestruturas, instalação de instituições administrativas e definição de um novo estatuto jurídico e administrativo, notadamente o status de vila, cidade e comarca. A fundação e a subsequente definição das fronteiras dos novos aglomerados urbanos resultaram do processo de reajuste espacial de cidades e regiões, isto é, da definição do papel político e administrativo assumido pelas diferentes áreas do território mineiro. O conjunto de medidas administrativas podem ser entendidos como um exercício de vigilância, controle e representação de estratégias de consolidação de uma política que, em muitos casos, devido à escassez de recursos, foi assumida por particulares.

irrefreável de criação de novos municípios e comarcas em Minas Gerais.

Portanto, para além das características ambientais e econômicas, os recortes jurídicos devem ser considerados para se compreender o nascimento de uma região. Essa chave de leitura oferece a possibilidade de refletir de que forma a política administrativa pode ser uma das variáveis para se compreender a transformação das fronteiras internas de Minas Gerais e, conseqüentemente, a instalação e consolidação dos poderes locais e intrarregionais.

A partir do nascimento da Comarca de Viçosa e dos eventos conflituosos que marcaram seus primeiros tempos de existência, pode-se sugerir que associado à preocupação de ampliar os fluxos de mercadorias, a distribuição das funções e atividades administrativas é um dos mais importantes aspectos para compreender a constituição dos territórios mineiros e a consolidação de “regiões do mandar e do fazer”

Referências bibliográficas

Fontes Documentais

ANAIS DO SENADO MINEIRO- ANO 1913 DESCRIÇÃO Annaes do Senado Mineiro- Terceira Sessão da Sexta Legislatura. In Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Offcaail do Estado de Minas Gerais, 1892, 1913, 1915.

JORNAIS: O Pharol, A Ordem, O Estado de Minas Geraes, A Cidade do Turvo (1890-1900)

Bibliografia

ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A invenção das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. **Boletim da FFCL** n. 208, Geografia n. 11. São Paulo, 1956.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

CARRARA, Angelo Alves. **Para além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da Divisão Regional Mineira; Séculos XVIII e XIX.** CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009.

CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX. **ALMANACK**, v. 1, p. 1-54, 2020.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais**

Capítulo 29 - A revolta de viçosa: poder local e formação das circunscrições administrativas

(1694-1835). 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, Marília de F. D. de Ávila. **Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: Expansão Urbana, nos séculos XVIII e XIX.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. 2015. 298 f. : il.

CASTRO, P. M. G. De. **Minas do Sul: visão corográfica e política regional no século XIX.** 2012, 277 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Ouro Preto, 2012.

CHAVES, Edneila Rodrigues. **Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais, 1833-1872)**

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. *Varia hist.* [online]. 2013, vol.29, n.51, pp.817-845. ISSN 0104-8775. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752013000300009>.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. de J., & SANTOS, Higor. Mozart. G. Um marco luminoso nas brenhas de Minas: do aldeamento à colônia indígena do Itambacuri (1840-1910). *GEOgraphia*, 24(52), 2022.

COSTA, Alfredo e MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Modernizações em Minas Gerais», *Terra Brasilis* [online], 13 | 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/5986>.

COSTA, Maria Lúcia Prado; COSTA Pedro Carvalho; MALLET Luís. Estudo Crítico Sobre Povoados do Album. In: Minas GERAES. Secretaria da Agricultura. **Album Chrographico Municipal do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, Imprensa Official, 1927.

COSTA, Joaquim Ribeiro da. **Toponímia de Minas Gerais.** 3ª ed. Belo Horizonte: Sylvio de Miranda Ribeiro, 2010.

_____. Estudo Histórico da Divisão Administrativa de Minas Gerais. *Revista do IHGMG*, vol. X.

COTA, Luiz Gustavo Santos. **Ave, libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão.** 2013. 318 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação.** 2007. 334f. Tese (Doutorado em História) -Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

_____. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **CADERNOS da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 11, n. 16, p. 57-70, jan./jun. 2009.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, n.

DULCI, Otávio Soares. *As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Editora Cortez, 1984.

FARIA, Ronan Gonçalves de. *Cartografia administrativa: dos primórdios da América Portuguesa à Capitania de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, PPGG-TIE/PUC Minas, Belo Horizonte, 2009.

GIOVANINI, Rafael Rangel. *Regiões em movimento*. Um olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento*. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, vol. 11, n. 16, 2009.

GODOY, Marcelo Magalhães e BARBOSA, Lidiany Silva. Uma outra modernização: transportes em uma província não exportadora - Minas Gerais, 1850-1870. *Econ. soc.* [online]. 2008, vol.17, n.2, pp.159-186. ISSN 0104-0618. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182008000200007>.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do Estado de Minas Gerais, 1890-1930*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, Belo Horizonte, UFMG, 1982.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais em meados do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 6., Caxambu, 7-10 de setembro de 2003. Anais... Caxambu: ABPHE, 2003.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *A Tríade Urbana: construção coletiva do Espaço, Cultura e Economia na Passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais. IX Seminário sobre a Economia Mineira*, 2000.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

PAIVA, Clotilde; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: Seminário sobre a economia mineira. 10, Diamantina, Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

RODARTE Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia)]

Capítulo 29 - A revolta de viçosa: poder local e formação das circunscrições administrativas

RODARTE, Mario; PAULA; SIMÕES. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. **História econômica & História de Empresas**, São Paulo, v.7, n. 1, 2004, p. 16-37.

SANTOS, Higor Mozart G. **O Suplício de Tântalo no Éden Mineiro: Geografias da espera e o sonho do progresso em Minas Gerais (1888-1897)**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2021. 350f.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAPÍTULO 30

Pensamiento crítico en torno a las dinámicas urbanas y territoriales

Maricarmen Tapia-Gómez¹
Jerónimo Bouza Vila²

Introducción

Crítica Urbana es una revista internacional de estudios urbanos y territoriales pensada para la reflexión y la acción, partiendo de que el conocimiento es una herramienta emancipadora que permite entender la realidad. Se pretende aportar a través de esta comunicación con las discusiones y reflexiones que han surgido en sus seis años de publicación.

Con la revista se busca generar una crítica rigurosa de la realidad de nuestras ciudades y territorios, asociada a diversas dinámicas destructivas sobre las comunidades, los derechos de las personas y sus entornos naturales y culturales. Parte de dos premisas, la primera es que el territorio, es decir las ciudades y barrios, son el espacio físico donde toman forma las ideas, los sueños y también el abuso, la discriminación y la explotación. La segunda, es que las intervenciones en el territorio no son neutras. Nuestro entorno es el resultado de decisiones. ¿A quiénes benefician estas decisiones? ¿Cuál es impacto sobre las comunidades y el medio ambiente? En este sentido, creemos que el urbanismo, el ordenamiento territorial y sus instrumentos deben estar al servicio del bienestar de las personas y del respeto al medioambiente.

Reconocemos los esfuerzos de muchas personas que trabajan por un cambio, por mejoras, por alternativas colectivas, y buscamos ser un espacio de difusión de estos grupos y personas que son invisibilizadas en los medios tradicionales, sumando la participación de personas o de grupos que trabajan directamente en

1 Universidad de Santiago de Compostela - Directora Revista Crítica Urbana - maricarmen.tapia@usc.es - [ORCID 0000-0002-6554-3191](https://orcid.org/0000-0002-6554-3191)

2 Editor Revista Crítica Urbana - redaccion@criticaurbana.com

comunidades, en estudios, prácticas y reivindicaciones urbanas y territoriales.

Es una revista electrónica, editada desde Coruña, Galicia, España. Es un proyecto independiente, sin ánimo de lucro y autogestionado. Inició su publicación en julio 2018. A febrero 2024, contaba con 2.648.855 visitas y 2.656 suscriptores. Se han publicado 31 números con 368 artículos de 290 autores y autoras de 27 países. *Crítica Urbana* es un proyecto abierto, un espacio de intercambio y mutuo aprendizaje. La revista es de acceso abierto y suscripción gratuita porque creemos necesario romper el círculo de consumo y mercantilización de las ideas. Funciona a través del trabajo colaborativo, entendiéndolo como medio y fin, una forma de trabajar con otros de manera voluntaria, que implica compartir, cooperar, contribuir, participar.

Esta comunicación se articula en tres grandes temas. El primero, sirve de marco para entender la naturaleza y origen de *Crítica Urbana*, en que se analizan los problemas que hoy atraviesa la producción y difusión del conocimiento científico y en especial, el pensamiento crítico y las ideas disidentes. Un segundo apartado, recoge la evolución de la línea editorial de la revista, a través de cuatro temáticas que han modelado su identidad y posición ante los problemas actuales. Finalmente, se recogen los principales aprendizajes y propuestas para una resistencia activa.

La función social del conocimiento

Crítica Urbana es un proyecto colaborativo que pretende aportar experiencia crítica para la transformación de la realidad, buscando la justicia social y ambiental en un marco de defensa de los derechos humanos y de lo común y lo colectivo. Nace de la preocupación, desde la perspectiva de la geografía, la antropología, el urbanismo y la ordenación territorial, por el avance en el vaciado de contenidos, que relativiza y neutraliza los conflictos. Esta aportación, sin embargo, debe entenderse dentro de la actual complejidad de la producción del conocimiento, tanto por su volumen inconmensurable como por la ilusión – más quimera que anhelo – de acceso a la información. Y con preocupación por el impacto que

la manipulación y mercantilización del conocimiento, asociadas a la crisis de la verdad y de la propia democracia (HAN, 2022), está teniendo en la opinión pública y en el resurgimiento de dogmas, líderes y gobiernos totalitarios en el marco de la democracia.

Bajo ese colosal volumen de datos queda sepultada la función social del conocimiento, que tiene como motivo central mejorar la calidad de vida de las personas y las comunidades. La aceleración del proceso de mercantilización del conocimiento desde finales del siglo pasado es muy evidente en todos los aspectos de su función social: educación, conocimiento y salvaguarda del entorno, y solución de los problemas que afectan a la humanidad y la naturaleza. Las fuertes restricciones impuestas tanto al acceso como a la difusión de la investigación científica, especialmente grave en el campo de las ciencias humanas y sociales, contribuyen a que los avances de la ciencia no se vean reflejados en una mejora de la vida de las personas.

Omisiones tradicionales y nuevas formas de invisibilización

El mayor acceso a la información no ha permitido contrarrestar las omisiones estructurales, por parte de los poderes hegemónicos, de distintos grupos y acciones disidentes, quienes deben lidiar con las tareas propias de resistencia y las limitadas capacidades para la difusión de sus ideas y demandas. *Crítica Urbana* nació con el objetivo de contribuir a romper el aislamiento en que organizaciones y comunidades contrarias al actual sistema de dominación estaban siendo, cada día en mayor grado, constreñidas. Desde hace dos décadas, la inflación de “información” en internet ha hecho casi inútil esta herramienta que había abierto tantas esperanzas de liberación, democratización y acceso al conocimiento.

Una de las dificultades del pensamiento no hegemónico para mantenerse y tener una cierta “influencia” es el entorno confuso y saturado de información, en gran medida inútil, repetida o falsa, no favorece la construcción de un conjunto de argumentos que sean legitimados o aceptados por el público.

Debido a la influencia que han tenido las redes sociales para incidir en la opinión pública, los movimientos ciudadanos se ven hoy emplazados, además, a lograr un posicionamiento adecuado,

conocer y acceder a las tecnologías. Esto último es especialmente relevante dado que, aunque tanto las redes sociales como las páginas web son espacios relativamente sencillos de iniciar, son también herramientas con caducidad programada, que requieren una constante actualización. Esta barrera se ve agudizada cuando se habla de procesos dinámicos y espontáneos, como los ciudadanos, que no cuentan con capacidad económica o tiempo o roles exclusivos para el desarrollo de estas tareas. Gran parte de las plataformas ciudadanas que surgen y utilizan internet como medio de difusión, a lo largo de sus procesos se ven obligados a cerrarlos, darlos de baja o congelarlos. Lo cual debe considerarse como una de las limitaciones de acceso a la información sobre dinámicas emergentes y contestatarias

Finalmente, cabe considerar que el acceso a la información sobre los conflictos y luchas en los territorios es fundamental para el conocimiento. *Crítica Urbana* intenta ocupar una parte de ese espacio de difusión de datos, experiencias y herramientas, con un lenguaje accesible pero riguroso, que facilite su absorción por el metabolismo de las luchas sociales.

El secuestro del conocimiento y la función social del conocimiento científico

El aporte de las comunidades científicas a la profundización y difusión de los análisis que pudieran contribuir a un mayor conocimiento de la realidad esta cada vez más en peligro por el lastre que una institucionalidad académica al servicio del poder ha impuesto tanto a la libertad de investigación (programas financiados, únicos válidos para los currículums), como a la difusión de los resultados (indexación). Y para qué hablar de las sucesivas “reformas” educativas. Para Bauman (2007) los desafíos para la educación en el contexto de la modernidad líquida, son el entendimiento del tiempo como recurso; recuperar los objetivos del conocimiento respecto a su mercantilización y su implicación en el cambio y la realidad social.

Respecto a los programas de investigación resulta muy llamativo, y de dudosa legitimidad, que se valoren las investigaciones, en los currículums de los investigadores, según el monto de la fi-

nanciación del programa en que se realizan. En el marco de unas instituciones científicas y académicas al servicio del desarrollo económico (I+D+i), los programas de investigación se financian en función del interés que quienes aportan los recursos, o sus intermediarios, tengan en los temas propuestos, y no en el avance que la investigación pueda representar para la ciencia. Ello constituye una discriminación patente no solo hacia los investigadores que se ocupan de temas de escasa rentabilidad -factor fundamental para la revalorización del capital- o de rentabilidad a largo plazo, sino también hacia las ciencias sociales, consideradas poco útiles desde una perspectiva economicista y mercantil.

Otro mecanismo del secuestro del conocimiento, que se interpone y controla directamente la carrera de profesorado e investigación hasta límites que se podrían considerar como muy alejados de la ética profesional, es el proceso y las consecuencias curriculares de la publicación de artículos científicos en revistas indexadas. El circuito captura la evaluación de la calidad investigadora a través de la publicación científica, el ranking de citas y la categorización global de las publicaciones científicas, todas ellas realizadas por entidades privadas. Este tipo de evaluación prima sobre todo otro criterio de ponderación de la calidad académica tanto en las instituciones académicas como en las instituciones que financian las investigaciones, realizan contrataciones o miden ascenso en la carrera académica. (Thomas, Becerra, & Trentini, 2019).

El negocio de las publicaciones académicas indexadas -como siempre, hay excepciones- se basa en la doble explotación de quien publica y de quien lee esos textos. De quien publica, porque además de cumplir unas normas para la publicación que, en el campo de las ciencias sociales, llegan al absurdo de aceptar solamente referencias de obras publicadas en los últimos cinco o diez años -lo que arrasa todo el pensamiento anterior a 2014-, y de superar un largo y opaco proceso de evaluación, ha de pagar una elevada tasa para que el artículo se publique.

También quien quiera leer el mismo artículo ya pagado para que se publique, ha de pagar de nuevo, aunque sea una herramienta de trabajo para sus investigaciones. Muchas veces son las uni-

versidades quienes financian ambos pagos, pero entonces resulta que, en el caso de las universidades públicas, están pagando a los investigadores, pagando la publicación, pagando la compra de los (miles de) artículos y todo ello con dinero público.

Y así se cierra el círculo de la captura de fondos públicos, se controla la información y se conserva el ejército de reserva que garantiza la continuidad del negocio.

Otra consecuencia nefasta de todo este proceso es el aislamiento y desamparo de las y los investigadores independientes, a quienes es casi imposible el acceso a publicaciones y editoriales.

¿Por qué se acepta este abuso? El debate se inició hace ya unos años, todos los que llevamos de este siglo, a partir de la neoliberalización de la enseñanza superior realizada a finales del siglo pasado. Se trataba entonces de la adaptación del contenido de los estudios universitarios a las demandas del mercado, propuesta en el *Acuerdo General de Comercio de Servicios* de la Organización Mundial del Comercio, de 1995 (Verger, 2005) -acta fundacional de la mercantilización de la enseñanza superior- e impuesta por el Plan Bolonia.

Muy pronto, comenzaron las declaraciones que rechazaban estos planes y planteaban principios sobre la función del conocimiento y su acceso universal. En 1999, la UNESCO y el ICSU publicaron la “Declaración sobre la Ciencia y el Uso del Saber Científico” y el Programa en pro de la Ciencia: Marco General de Acción”, en defensa de la Ciencia Abierta, defensa reiterada en la “Recomendación sobre la Ciencia y los Investigadores Científicos” (2017) y en la “Recomendación de la UNESCO sobre la Ciencia Abierta” (2021).

De 2002 es la Declaración de Open Society Institute, conocida como BOAI, “Iniciativa de Budapest para el Acceso Abierto”:

Retirar las barreras de acceso a esta literatura acelerará la investigación, enriquecerá la educación, compartirá el aprendizaje de los ricos con los pobres y el de los pobres con el de los ricos, hará esta literatura tan útil como sea posible y sentará los cimientos para unir a la humanidad en una conversación intelectual común y búsqueda del conocimiento. (Declaración de Budapest 2002)

Esta declaración se fue actualizando a la vez que surgían otras nuevas, como la Declaración de Bethesda (2003) sobre “Publicación para Acceso Abierto”. La Declaración Berlín (2003) “Sobre el libre acceso al conocimiento en Ciencias y Humanidades: su misión de diseminar el conocimiento será incompleta si la información no es puesta a disposición de la sociedad de manera expedita y amplia”, para lo que el contenido y las herramientas de software deben ser libremente accesibles y compatibles.

Estas Declaraciones quedaron traspasadas por un ingente sistema de privatización y control de la información, en la que el acceso a publicar y acceder a literatura científica impone hoy, como lo hemos dicho, la provisión de fondos presupuestarios públicos para poder realizarlo.

Por otra parte, durante años, este tema fue motivo de comentarios y debates en los consejos de las revistas del portal *Geocrítica* de la Universitat de Barcelona: los números de fin de año de *Scripta Nova* entre los años 2007 (Capel, Casals; Jori 2007) y 2015 se recogieron diversos argumentos presentados en esos debates³.

Desde entonces se han ido publicando artículos y manifiestos críticos con los sistemas de evaluación de las revistas académicas según su impacto, pero hasta ahora con un efecto marginal. La revista *Redes*, de la Universidad de Quilmes, (2019) recopila siete documentos, de 2010 a 2017, que consideran clave y que se pueden consultar en su publicación. Estos son 1) del Centro steps de la Universidad de Sussex 2010: Innovación, sustentabilidad y desarrollo. Un Nuevo Manifiesto; 2) The Slow Science Academy de 2010; 3) la Declaración de San Francisco sobre la Evaluación de la investigación (DORA), de 2012, que comentamos más abajo; 4) L’Atelier des Chercheurs – Universidad Libre de Bruselas, del año 2014: Estatuto de la excelencia. 5) el Manifiesto de Leiden sobre indicadores de investigación, de 2015, de Diana Hicks, Paul Wouters, Ludo Waltman, Sarah de Rijcke e Ismael Rafols; 6) el Manifiesto académico: De la universidad ocupada a la universidad pública por Willem Halffman y Hans Radder (2017 [2015]); y 7) Salvar la ciencia, por Daniel Sarewitz (2017 [2016]). El número de la revista cuenta con un exhaus-

3 Ver en revistas de la Universitat de Barcelona accesible en <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/index>

tivo análisis comparando estas declaraciones y los principales puntos de argumentación realizado por Invernizzi, & Amílcar (2019).

Muy importante por su repercusión fue la “Declaración de San Francisco sobre la Evaluación de la Investigación (Declaration on Research Assessment”, DORA, 2012), firmada por más de 24.000 personas y organizaciones, entre ellas *Crítica Urbana*, de 166 países; es importante señalar que también la han firmado 277 instituciones universitarias. En ella se plantea una serie de limitaciones de los factores de impacto de las agencias y revistas indexadas y proponen la necesidad de eliminar el uso de métricas basadas en revistas -tales como dicho factor de impacto- en consideraciones de financiamiento, nombramiento y promoción, así como la necesidad de evaluar la investigación por sus propios méritos en lugar de basarse en la revista en la que se publica la investigación.

Más reciente es el “Manifiesto sobre la Ciencia como Bien Público Global: Acceso Abierto No Comercial” (2023) resultado de las reflexiones de la comunidad participante en el IV Congreso de Editoras y Editores Redalyc y del Segundo Encuentro de Membros AmeliCA, que se celebraron durante la Cumbre Global sobre Acceso Abierto Diamante, del 23 al 27 de octubre de 2023, en Toluca, México. En febrero 2024, contaba con la firma 5 853 personas e instituciones en 60 países y se encuentra abierta para la firma. Este manifiesto denuncia que los objetivos de las nuevas tecnologías para publicar y acceder al conocimiento científico se han visto desviados por intereses comerciales. “Las revistas científicas dejaron de ser un vehículo de comunicación para ser un producto de mercado, primero con cuotas por leer y posteriormente con cuotas por publicar”. Con ello se indica que se trata de un sistema que se retroalimenta por los sistemas de evaluación “(..) pone en riesgo, no solamente el desarrollo científico sino también la construcción y preservación públicas de la memoria científica colectiva”.

Este manifiesto es un avance respecto a declaraciones anteriores, a las cuales añade además principios como la ciencia como un bien público y global y que el acceso a ella es un derecho (Principio 1); este derecho universal de la ciencia deslegitima de manera estructural el uso que se está realizando del carácter comercial asociado a un modelo productivista y excluyente.

El pensamiento crítico como herramienta emancipadora

La crítica, como método de conocimiento, es un agente transformador de la realidad. Analizar críticamente los procesos sociales requiere observar, distinguir, discernir y discriminar los hechos (Broad, 1963), despojarlos y depurarlos de todas las connotaciones y adherencias interpretativas con que se nos presentan, intuir las conexiones y ensayar explicaciones con criterios objetivos que avalen su ejercicio, y deconstruir cualquier racionalidad rectora (Brown, 2016, p.35) impuesta por la clase dominante, en un esfuerzo por entender la realidad.

Con frecuencia parece olvidarse que no son leyes naturales las que rigen los acontecimientos sociales. Responden a procesos históricos en los que, habitualmente, hay vencedores y vencidos. En el marco de las luchas sociales -la geopolítica, los conflictos por la hegemonía en el sistema internacional, tienen otros componentes- la lucha por mantener o eliminar el sistema de dominación vigente pasa por tomar posición como punto de partida para el análisis. Se está a favor o se está en contra del statu quo.

No debe olvidarse, finalmente y para no caer en el pesimismo y la inacción, que toda esta actitud crítica se produce en un contexto de opresión, sumisión y subsunción (Marx, 2001) que la condiciona fuertemente.

Evolución de la línea editorial de Crítica Urbana

Durante el desarrollo de la revista en estos 6 años, ha habido distintos enfoques que han ido modelando y madurando su línea editorial. De alguna manera, estas temáticas fueron tiñendo los 31 monográficos publicados. Un primer momento, trata los temas esenciales sobre los que se quería construir el proyecto editorial (Tapia-Gómez, 2019). Un segundo momento, que surgió casi en paralelo al primer año de publicación, se relaciona con incorporar y tomar posición pública respecto a la discriminación e incorporar políticas feministas y de no discriminación. Un tercero en torno a cuestiones medioambientales y modelos y alternativas de los procesos de urbanización. Finalmente, una cuarta etapa, en la que se introduce la idea de incorporar monográficos sobre espacios o territorios específicos.

Temáticas fundacionales

Un primer momento, asociado a los inicios y puesta en marcha de la revista, el proyecto editorial tenía unos objetivos modestos de ser un espacio para compartir entre distintos profesionales que trabajábamos en temas urbanos y territoriales, desde distintos roles: la política, la administración, la investigación y docencia o desde el campo profesional. Como motivo esencial de la revista se eligió la temática de los cinco primeros números: Los márgenes de la ética⁴; El ejercicio de los derechos⁵; La política⁶, La propiedad⁷ y Lo legal y lo legítimo⁸.

Estas temáticas, no se relacionaban directamente con el diseño proyectual, la planificación o la investigación, sino que son materias que subyacen y que permiten explicar y criticar de manera estructural la realidad que queremos entender y transformar. La acogida por parte de las y los autores a discutir sobre el quehacer profesional desde la perspectiva de estos temas más amplios, si bien generó inicialmente una cierta preocupación “de no sentirse expertos en esa materia”, fueron abiertamente asumidos y su discusión permitió ir desarrollando y profundizando las preocupaciones y motivaciones de la revista.

Para nuestra sorpresa, el proyecto rápidamente trascendió a la discusión centrada en el equipo de colaboradores. El crecimiento de lectores de la revista durante los primeros dos años implicó asumir la responsabilidad de que las ideas planteadas sobrepasaban el círculo de relaciones y que estaban siendo bien recibidas por una audiencia desconocida, de la cual más de un tercio eran menores de 26 años y con una presencia creciente en Latinoamérica.

En términos de la constitución de la identidad y del enfoque de la revista estos cinco primeros números siguen siendo los pilares que fundamentan gran parte de la discusión crítica de cualquier fenómeno que se quiera analizar y explicar.

4 Crítica Urbana n.1 (2018) Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-1>

5 Crítica Urbana n.2 (2018) Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-2-el-ejercicio-de-derechos>

6 Crítica Urbana n.3 (2018) Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-3-la-politica>

7 Crítica Urbana n.4 (2019) Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-4-la-propiedad>

8 Crítica Urbana n.5 (2019) Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-5-lo-legal-y-lo-legitimo>

Posicionamiento contra la discriminación

Un segundo momento, que no se desarrolla linealmente en el tiempo respecto al primer periodo, surge muy prontamente, al tenor de las reivindicaciones feministas, de carácter multitudinario y globales que se estaban sucediendo en distintas ciudades. La ciudad era espacio político nuevamente. Destacan de este período el movimiento “Me too” a partir del 2017, y Las Tesis con su performance “El violador eres tú” que se repitió espontáneamente en diversos puntos del globo en 2019. Su performance y publicaciones posteriores (LAS TESIS, 2021; 2022) remeció el discurso feminista, asociado a las alarmantes de cifras de violencia hacia las mujeres. Para la revista, la visión que hasta entonces había sido como parte de la ética individual, alentado por la discusión pública, llevó a buscar fórmulas para incorporar la cuestión de la igualdad de género como parte del discurso y de la aproximación a los contenidos de la revista.

En marzo de 2019, con motivo del Día Internacional de la Mujer, se realizó un número que no estaba en la programación inicial pero que quiso ser parte de las demostraciones públicas, tomando posición en contra de la discriminación a las mujeres⁹. Para ello se realizó una recopilación de los artículos publicados por mujeres en la revista. Las reacciones en el interior del equipo de colaboradores -de silencio general y de cuestionamiento puntuales- respecto a dedicar un número a autoras hizo evidente la necesidad de reforzar los argumentos y desarrollar la relación entre feminismo y estudios urbanos y territoriales y en cómo aportar de manera sustancial para romper el paradigma que construyen la discriminación. (Tapia-Gómez, 2022)

Una acción en paralelo a esta discusión, fue entre las investigadoras y docentes del círculo de *Crítica Urbana* y de la Universidad de Santiago de Compostela, que dio pie a la Declaración Mujeres en el Territorio (2019), en la que se realiza un compromiso desde la posición política individual, a incorporar el feminismo como una herramienta de análisis y aportar con datos empíricos

9 Número extraordinario de *Crítica Urbana* “8 de marzo” accesible en <https://criticaurbana.com/tag/num-extraordinario-8-de-marzo>

en las temáticas y aproximaciones de investigación cualesquiera que sean.

Entendemos que las estrategias territoriales deben incluir la equidad y la justicia ambiental, la igualdad de género y la erradicación de la pobreza como objetivos fundamentales. (...) Nos comprometemos, como mujeres, a comenzar una reflexión empírica y técnica desde el territorio y sus formas de habitarlo, para incorporar contenidos, detectar barreras y analizar casos, con el fin de comprender factores y relaciones del complejo entramado que naturaliza y reproduce nuestra discriminación y que estructura el territorio a todos los niveles de escala. (Declaración Mujeres en el Territorio, 2019)

A partir de allí se decide dedicar cada año un monográfico a la temática urbana territorial y feminismo. Es así como surge en 2020 “Mujeres y ciudad”¹⁰; en 2021 “Ciudades de los cuidados”¹¹ muy en línea con la toma de conciencia de los cuidados en el contexto de la pandemia COVID, y en 2022 “Urbanismo feminista”¹². Estas publicaciones contribuyeron al desarrollo de otros proyectos colaborativos y publicaciones entre las autoras.

La discusión abierta sobre la discriminación de género, llevó a la necesidad de discutir en términos más generales sobre la estructura de discriminación en nuestras herramientas e instrumentos de análisis como investigadores e investigadoras. Se realizó en enero 2021 el número “No discriminación”¹³, también heredero de la discusión pública y de los movimientos internacionales *Black lives matters*. También se realizaron cambios en la propia formulación de la línea editorial y de las normas editoriales de la revista. En estas no solo aparece la preocupación social y ambiental asociada a los derechos humanos, sino que, especialmente, cómo las temáticas, el lenguaje y la representación son sustanciales también

10 *Crítica Urbana* n.11. Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-11-mujeres-y-ciudad>

11 *Crítica Urbana* n. 17. Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-17-ciudades-para-los-cuidados>

12 *Crítica Urbana* n.23. Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-23-urbanismo-feminista>

13 *Crítica Urbana* n. 16. Accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-16-no-discriminacion>

en la reproducción de la discriminación. Tal como se indica en las normas de publicación: “Los contenidos y formas de las propuestas deben evitar todo tipo de discriminación, estigmatización, racismo y reproducción de los roles binarios hombre-mujer”. En esta línea, ya desde sus inicios, se tuvo el compromiso activo con las lenguas locales como una forma de contribuir a la preservación de los elementos identitarios de las minorías, y por ello se publica en la lengua materna de los y las autoras: castellano, catalán, gallego, italiano, francés, inglés y portugués.

La incorporación explícita de la no discriminación ha permitido enriquecer la discusión con los y las autoras aportando a los análisis la distinción entre procesos de vulneración de derechos, la diversidad, así como resaltar los grupos más vulnerados en cada una de las situaciones que se analiza.

Integración de lo medioambiental

La discusión, centrada inicialmente en la ciudad y lo urbano como fenómeno, fue adquiriendo una escala mayor al incorporar los efectos de la ciudad sobre sus territorios inmediatos. Desde el punto de vista del metabolismo urbano, requiere incorporar en el análisis las necesidades de provisión (alimentación, energía, suelo) así como de los residuos que generan los procesos urbanos (contaminación y residuos). Desde el enfoque de derechos, implica incorporar la igualdad y no discriminación respecto al acceso a las provisiones básicas y a los impactos negativos de este metabolismo, relacionados con la vulneración de diversos derechos humanos.

Los números de la revista “Derecho a la vivienda”¹⁴ y Derecho a la ciudad”¹⁵ reunieron distintos fenómenos donde los derechos de las personas están permanentemente vulnerados y agravados para los grupos de menos recursos, así como para los grupos más vulnerables: niños, niñas y adolescentes; personas mayores; personas con discapacidad; pertenecientes a pueblos originarios.

14 *Crítica Urbana* n. 12 (2020) accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-12-derecho-a-la-vivienda>

15 *Crítica Urbana* n. 13 (2020) accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-13-derecho-a-la-ciudad>

El proceso de cuestionar el modelo de urbanización, se recogió en cuatro discusiones, que se vieron acentuadas a partir de la crisis COVID, tanto por la necesidad de contar con mayor autonomía de aprovisionamiento, como por cuestionar las formas de vida y densidad de las ciudades, volviendo a la pregunta de para qué y para quién son las ciudades. En “Metrópolis ¿única alternativa?”¹⁶, se pone en cuestión la finalidad y sostenibilidad de la metropolización como forma de asentamiento humano. Mientras que los siguientes monográficos se abren a la defensa ecológica *biocéntrica* de la forma de entendernos como especie en el territorio y el mundo. Es decir, como una especie más, como parte de múltiples sistemas de vida y, a la vez, asumiendo que la naturaleza requiere condiciones propias para reproducir sus procesos y ciclos. En los números siguientes se quiso reflexionar respecto a las causas y consecuencias del modelo urbanizador, pero también a modelos alternativos: “Urbanización y crisis ambiental”¹⁷, “Los límites del crecimiento”¹⁸ y “Hábitat y Decrecimiento”¹⁹. Todas estas discusiones fueron en paralelo nutridas con la contribución desde *Crítica Urbana* al debate sobre una Nueva Constitución para Chile, con la publicación del libro “Ciudades posibles. Apuntes para el debate sobre la nueva constitución de Chile” (Tapia-Gómez, 2020)²⁰ en la que se vertió parte importante de las discusiones tenidas hasta entonces.

Lo local para enraizarse en el territorio

En febrero de 2023, con motivo de la proximidad al 5º aniversario de la revista, se realizaron dos reuniones con el equipo de redacción y amigos y amigas de *Crítica Urbana* en Barcelona y en Santiago de Compostela. Junto con hacer una evaluación crítica de lo que había sido el proyecto durante estos años, se trataba de pensar qué nuevos enfoques, temáticas se querían tratar, y muy especialmen-

16 *Crítica Urbana* n. 14 (2020) accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-14-metropolis-unica-alternativa>

17 *Crítica Urbana* n. 20 (2021) accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-20-urbanizacion-y-crisis-ambiental>

18 *Crítica Urbana* n. 21 (2021) accesible en <https://criticaurbana.com/critica-urbana-21-los-limites-del-crecimiento>

19 *Crítica Urbana* n. 27 (2023) <https://criticaurbana.com/critica-urbana-27-decrecimiento>

20 Accesible <https://criticaurbana.com/ciudades-posibles-apuntes-para-el-debate-sobre-la-nueva-constitucion-de-chile>

te, pensar en estrategias de cómo sobrevivir y poder influir en un contexto bombardeado de hiperinformación y manipulación de la información. Por nuestra parte, con recursos económicos limitados, pero a la vez, tampoco queriendo entrar en la lógica mercantil para dar mayor difusión a la revista.

La respuesta fue “seguir”; “mantenerse”; “constancia”; es más, fue volver a lo local como estrategia de enraizarse en las prácticas sociales frente a las dinámicas de transformación propias de un territorio. Trabajar sobre un territorio concreto también se consideró como una estrategia de poder sumar miradas a un espacio físico concreto, con distintas perspectivas, además de reunir a nuevos autores y autores desde los movimientos locales. Es el caso del número “Cataluña: transformaciones y resistencias”²¹ para mirar desde su cultura, a los procesos de transformación económica y sus efectos socioespaciales. En el momento de presentación de esta comunicación estará publicado el número 31: “Galicia: conflictos socioambientales” que reúne algunos de los principales temas que preocupan a la ciudadanía en Galicia en cuanto a la defensa de sus bienes comunes, formas y modelos de vida, contra los procesos de acumulación global.

Estos dos monográficos, por una parte, han reunido a una serie de colectivos y movimientos preocupadas por dar solución a sus problemas locales. Por otra parte, constatan que los problemas de un territorio y las experiencias de análisis de un caso estudio siempre pueden ser útiles para otros grupos en otros territorios. Una tercera aportación metodológica, es que el análisis desde un territorio específico, permite contar con análisis integrados de los distintos conflictos y escalas. Interrelacionando los conflictos urbanos y territoriales que están sucediendo, como también explicarlos en términos de su historia y evolución; estos análisis llevan al centro del modelo, basado en la acumulación por desposesión.

21 *Crítica Urbana* n. 28 (2023) accesible en <https://criticaurbana.com/cataluna-transformaciones-y-resistencias>

Consideraciones finales

Antes de exponer las conclusiones que podamos extraer de esta comunicación, parece necesaria una consideración sobre la relevancia de los Coloquios Internacionales de Geocrítica, que durante 25 años han sido un espacio de reflexión crítica, discusión interdisciplinar e intercambio de conocimiento teórico, empírico y, sobre todo, personal. La relación, consolidada durante años, con colegas con quienes compartimos esos debates sigue siendo un gran apoyo en el recorrido de nuestra formación y trayectoria profesional. La experiencia del trabajo en *Geocrítica* con Horacio Capel y su equipo fue un gran aporte para la construcción de *Crítica Urbana*.

A modo de conclusiones, se recogen, a continuación, las principales ideas y algunas propuestas a partir de lo expuesto.

La sociedad actual tiene un comportamiento líquido, diría Bauman; otros hablarían de la posverdad o la crisis de la verdad. Sin embargo, la manipulación de la información tiene objetivos muy sólidos, que, en nuestro campo, se asocian a la captura del conocimiento y al vaciado de su función pública. Estas acciones están construyendo un pensamiento único, frente al que el pensamiento crítico es una herramienta emancipadora; y de ahí los esfuerzos por neutralizarlo.

Es crucial reconocer que el volumen de información y su caducidad, así como la velocidad de los cambios son parte de una estrategia de ensordecer y alejar a las personas tanto de su territorio, como de sus motivaciones y de su propia capacidad de trabajar en forma colectiva.

La nueva realidad de la hiperinformación y de la captura del concepto básico de socialización como el propio de las “redes sociales” son hoy propiedad de los instrumentos de quienes tienen el poder y quieren mantenerlo. La manipulación de la aparente capacidad de difusión que permitiría internet y las redes sociales o la propia tecnología, que reproduce los prejuicios y omite los contenidos con capacidad de crítica y resistencia, está siendo ampliamente develada.

La preocupación por la pérdida de conocimiento asociado al pensamiento crítico se ha acrecentado en el último tiempo debido

a la intensidad de la exigencia a la investigación académica, dados los sesgos que dificultan la incorporación de conocimiento crítico o conocimiento basado en la práctica social y política. El pensamiento hegemónico no solo se sustenta a través de los medios y el poder que representa, sino también incidiendo directamente en el germen de la producción del pensamiento y del análisis científico. Esta preocupación trasciende el campo de investigadores y académicos, dados los avances de prácticas -de desinformación, de imponer la falta de rigor, de la confusión de información y conocimiento- que han abierto paso a una estructura de pensamiento regresivo, asociado a políticas públicas, e incluso gobiernos; que propone la ruptura con avances y derechos sociales largamente conquistados y que forman parte de los mínimos civilizatorios. Es quizás necesario volver a la memoria de otros momentos de la historia, para dimensionar el alcance de los retrocesos: quizás recordar los gritos de ¡Muera la intelectualidad traidora!, ¡Abajo los intelectuales!, ¡Viva la muerte!²².

Toda crítica racional deberá estar guiada por unos principios éticos y una acción política acordes con esos principios. No se puede pretender una crítica absolutamente objetiva, pues siempre estará elaborada en un contexto determinado y determinante. Ello da lugar a una pluralidad de visiones críticas, en relación con la circunstancia concreta desde la que se ejerce; por ello, una actitud crítica ante la realidad es más importante que el resultado de la crítica. La crítica, como la libertad o la democracia, son procesos colectivos y permanentes cuya esencia es su propio ejercicio.

La complejidad y la velocidad con que se desarrollan las diversas crisis del modelo capitalista hacen necesaria la reflexión colectiva, generar espacios para discutir y aprender. Ello permite detenerse, pertenecer y hacerse partícipe, sin ser arrastrado a la exclusión por la falta de tiempo o la sensación de impotencia, propia del aislamiento individual. La historia de la humanidad muestra que múltiples esfuerzos catalizados a través de acciones colectivas devienen en grandes transformaciones.

22 Gritos que interrumpen el discurso de Unamuno, entonces rector de la Universidad de Salamanca, por el General Millán- Astray. Universidad de Salamanca, España 12 de octubre de 1936 (Rabaté, 2009, p. 681-686).

Capítulo 30 - Pensamiento crítico en torno a las dinámicas urbanas y territoriales

El conocimiento ajeno y disociado de la práctica es un conocimiento carente de su capacidad intrínseca de generar transformaciones. El conocimiento pone en movimiento y acelera los procesos. Como señalábamos a inicios del proyecto, las experiencias, investigaciones y reflexiones que hayan conducido una acción concreta sirven para otras experiencias y reivindicaciones similares en cualquier otro lugar. Además, muestran que los problemas y causas son comunes, que los derechos vulnerados son los mismos.

Teniendo en cuenta estas consideraciones, y desde el conocimiento de los colectivos y experiencias reivindicativas que se han podido reunir durante estos años en *Crítica Urbana*, cabe formular cinco estrategias de resistencia cultural:

1. Resistir a la parálisis es el punto de partida.
2. Asumir que no existe la neutralidad frente al abuso, como tampoco la neutralidad de los datos ni instrumentos.
3. La acción colectiva. La percepción del aislamiento y de la pérdida de voluntad colectiva es parte de la vieja estrategia “divide y vencerás”. Sumarse a iniciativas, participar en distintas escalas y grados de influencia, reforzar lazos, pertenencia y fuerza en torno a los principios y valores en común.
4. Incorporar el conocimiento existente en los territorios. El conocimiento de las resistencias y propuestas de nuevos modelos desde la realidad de cada territorio es un elemento sustancial para el pensamiento crítico, toda vez que toma contacto con la realidad -política, espacial y temporal- y permite un aprendizaje necesario para la producción de conocimiento capaz de aportar al metabolismo social.
5. Defender el conocimiento científico y el pensamiento crítico. Las ciencias sociales son ciencias humanistas que debieran estar al servicio de la permanente búsqueda de la libertad, del desarrollo de todo individuo en el máximo de su potencial, de la acción y vida colectiva, porque es allí donde el individuo se realiza.

Referencias bibliográficas

AMERICAN SOCIETY FOR CELL BIOLOGY, **Declaration On Research Assessment**, DORA, 2012. Disponible en: <https://sfdora.org/read/> Acceso: 01 mar. 2024

BAUMAN, Z. **Los retos de la educación en la modernidad líquida**. Barcelona: Gedisa, 2007.

BROAD, C. D. **El pensamiento científico**. Traducción de R.L. Pérez y C.L. Landa. Madrid: Tecnos, 1963.

BROWN, W. **El pueblo sin atributos**. Barcelona: Malpaso Ediciones, 2016.

CAPEL, H.; CASALS, V. y JORI, G (2007). La revista *Scripta Nova* en el año 2007, con algunas consideraciones sobre las publicaciones científicas, los índices de impacto y la Biblioteca Digital Universal. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 31 de diciembre de 2007, vol. XI, núm. 255 <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-255.htm>. Acceso: 27 feb. 2024.

COLECTIVO LAS TESIS. **Quemar el miedo. Un manifiesto**. Barcelona: Planeta, 2021.

COLECTIVO LAS TESIS. **Antología feminista**. [sl.] Editorial Debate, 2022.

CRÍTICA URBANA. **Crítica Urbana. Revista de estudios urbanos y territoriales**. A Coruña: Crítica Urbana, 2018-2024. Los 31 números publicados accesibles en www.criticaurbana.com. Acceso 04 mar. 2024.

CUMBRE GLOBAL SOBRE ACCESO ABIERTO DIAMANTE. **Manifiesto sobre la Ciencia como Bien Público Global: Acceso Abierto No Comercial**, 2023, Disponible en <https://globaldiamanttoa.org/manifiesto/#/>. Acceso 29 feb 2024.

HAN, B. **Infocracia. La digitalización y la crisis de la democracia**. Madrid: Taurus, 2022.

INVERNIZZI, N. & AMÍLCAR, D. Críticas recientes a la evaluación de la investigación: ¿vino nuevo en odres viejos? **Redes: Revista de estudios sociales de la ciencia y la tecnología**. Vol. 25, N°. 49, 2019. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Disponible en <https://revistaredes.unq.edu.ar/index.php/redes/article/view/78> Acceso: 29 feb 2024.

MARX, K. **Libro 1, Capítulo VI (inédito). Resultados del proceso inmediato de producción**. México: Siglo XXI, 2001.

OPEN SOCIETY INSTITUTE. **Budapest Open Access Initiative**, 2002. Disponible en <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/> Acceso: 29 feb 2024.

PIÑEIRA, M.J; TAPIA-GÓMEZ, M. et al. **Declaración Mujeres en el Territorio**. Santiago de Compostela. 2019. Accesible en <https://criticaurbana.com/mujeres-en-el-territorio> Acceso: 28 feb. 2024.

RABATÉ, C.; RABATÉ J.C. **Miguel de Unamuno. Biografía**. 2ª ed., Madrid: Taurus, 2009.

Capítulo 30 - Pensamiento crítico en torno a las dinámicas urbanas y territoriales

REDES. Manifiestos sobre Evaluación Académica. **Redes: Revista de estudios sociales de la ciencia y la tecnología**. Vol. 25, N°. 49, 2019. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Disponible en: <https://revistaredes.unq.edu.ar/index.php/redes/article/view/77> Acceso: 28 feb 2024.

SOCIEDAD MAX PLANCK Declaración Berlín sobre el libre acceso al conocimiento y en Ciencias y Humanidades, 2003. Disponible en la web de la Sociedad Max Planck: https://openaccess.mpg.de/67627/Berlin_sp.pdf Acceso: 29 feb 2024.

TAPIA-GÓMEZ, M. La crítica como instrumento transformador. **Revista Transporte y Territorio**. núm. 20, 2019. Universidad de Buenos Aires (UBA): Facultad de Filosofía y Letras.

TAPIA-GÓMEZ, M. Coord. **Ciudades posibles. Apuntes para el debate sobre la Nueva Constitución de Chile**. A Coruña: Crítica Urbana, 2020. Disponible en: <https://criticaurbana.com/ciudades-posibles-apuntes-para-el-debate-sobre-la-nueva-constitucion-de-chile> Acceso: 29 feb 2024.

TAPIA-GÓMEZ, M. Lo redundante y lo inaceptable. El Urbanismo y la reproducción de la discriminación y la violencia de género. En Sarmiento, L; Brandão; Novas, M (Coord.) **Gestión feminista del hábitat: reflexiones desde la piel doméstica al desafío de la existencia**. Córdoba: Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad. CONICET-UNC, 2022.

THOMAS, H; BECERRA, L & TRENTINI, F. La evaluación académica basada en indicadores bibliométricos como sistema socio-técnico. Micro y macropolítica de la jerarquización de productos y actividades científicas y tecnológicas. **Redes: Revista de estudios sociales de la ciencia y la tecnología**. Vol. 25, núm. 49, 2019. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Disponible en: <https://revistaredes.unq.edu.ar/index.php/redes/article/view/79> Acceso: 28 feb 2024.

VERGER, A. (2005) El acuerdo General de Comercio de Servicios de la OMC. Aproximación a sus impactos en los sistemas educativos. **El Clarión. Revista de la Confederación Intersindical**, p. 5-7. Disponible en: https://www.intersindical.es/clarion/clarion13/EC13_050607.pdf Acceso: 04 feb. 2024



ISBN 978-65-5252-086-9

